Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Doutorado

Pedro Ivo Dias Tanagino

A SÍNTESE INTEGRAL
A TEORIA DO INTEGRALISMO NA OBRA DE MIGUEL REALE (1932-1939)

Juiz de Fora
2018

Pedro Ivo Dias Tanagino

A Síntese Integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado), área de concentração: História, Cultura e Poder, linha de pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito final para a obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Maria Ribeiro Viscardi

Juiz de Fora

2018

Pedro Ivo Dias Tanagino

A Síntese Integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito final à obtenção do título de Doutor em História.

Juiz de Fora, 21 de setembro de 2018

Banca Examinadora

_____

Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi – Orientadora e Presidente da Banca

_____

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves - Coorientador

_____

Prof. Dr. António Costa Pinto - Titular externo

_____

Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho - Titular externo

_____

Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado - Titular interno

_____

Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti - Titular interno

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, com muito apreço e grande respeito, à minha orientadora, Profa. Dra. Claudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF), que acolheu com entusiasmo, mais uma vez, minha pesquisa sobre o integralismo brasileiro no PPGH-UFJF, demonstrando como sempre sensibilidade e rigor que marcaram minha visão sobre a História Política do Brasil Republicano. Com a mesma ênfase, agradeço meu Coorientador, Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves (UFJF), que tem sido, pelos últimos dez anos, além de professor e colega, um estimado amigo. Com ele tive minhas primeiras conversas sobre a AIB durante a graduação, as primeiras bolsas PROBIC sobre o tema e o despertar para a pesquisa que agora apresento. Um especial agradecimento também é necessário ao Prof. Dr. António Costa Pinto (ULisboa), cuja colaboração foi decisiva durante o exame de qualificação desta investigação, e continuada, com sua orientação, durante o Estágio de Doutoramento realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), possibilitando meu aprofundamento na historiografia do fascismo, em um rico e próspero diálogo com investigações sobre fenômenos políticos congêneres em outros países. Também com muito respeito, preciso agradecer ao Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho (USP) por ter aceitado fazer parte da Banca que avalia esta tese. Suas investigações sobre o corporativismo, de reconhecimento internacional, foram de suma importância em uma das sendas mais difíceis que trilhei durante essa investigação, a do Estado corporativista. Meu agradecimento ao Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado (UFJF) também se faz especial. Professor nos tempos do mestrado, em que também apresentei uma pesquisa sobre o integralismo que teve de sua parte enorme contribuição, de suas aulas sempre me lembro quando preciso pensar as ciências políticas, como fonte e teoria da História Política que escolhi fazer. Agradeço também a contribuição inestimável do Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti (UFJF), cujo trabalho como reconhecido investigador do integralismo brasileiro traz maiores possibilidades de diálogo e visão sobre a tese ora apresentada. Por fim, agradeço à CAPES pelo financiamento indispensável providenciado à esta pesquisa com a concessão da Bolsa CAPES (Doutorado) e da Bolsa PDSE (Estágio de Doutoramento no Exterior).

A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade regra geral. Precisamos construir um conceito de História que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é criar um verdadeiro estado de emergência.

Walter Benjamin, **Sobre o conceito da História**

RESUMO

Essa tese investiga o integralismo brasileiro nas obras do jurista, professor e político Miguel Reale (1910-2006). As fontes dessa investigação foram prospectadas dos textos publicados pelo autor no período em que militou pela *Ação Integralista Brasileira* (AIB), entre 1932 e 1939, tendo sido um dos principais líderes desse que foi o primeiro movimento de massas do Brasil, e que seguia o modelo de um partido revolucionário militarizado de extrema-direita. A nossa ênfase de pesquisa recai sobre o que foi pensado sobre teoria da História e historiografia, teoria do direito e do Estado corporativo, e, principalmente, o papel político do historiador na construção do Estado-nação "renascido" da luta nacionalista dos integralistas contra os "inimigos da pátria". Realizamos uma História Política e Social em cotejo com as abordagens praticadas nas *Ideas in Context* pela história do pensamento político e pela história dos conceitos, analisamos o contexto de emergência e a trajetória intelectual e política de Miguel Reale seguindo uma linha sincrônica de análise, cruzada com as investigações em diacronia dos múltiplos contextos e temporalidades, bem como as rupturas e continuidades contidos nos conceitos básicos que formaram o ideário e o vocabulário político integralista nos anos 1930. Assim, nossa proposta de pesquisa é identificar e esclarecer tanto a performance linguística individual de Reale quanto a multiplicidade autoral que formou o ideário e o conceito de "integralismo" empregado nos anos 1930 obra de Reale. Dessa forma apresentamos em nossa perspectiva o integralismo como parte das muitas vias tomadas pelas ciências sociais e pelas historiografias que emergiram naquela época no Brasil, eivadas, sem dúvida, pelas estratégias circunstanciais da luta política. Por fim, visamos contribuir com os debates acerca do conceito de "integralismo" utilizado pela historiografia contemporânea.

Palavras-chave: Integralismo. Miguel Reale. História Política. Historiografia.

ABSTRACT

This thesis investigates Brazilian integralism in the works of the jurist, professor and politician Miguel Reale (1910-2006). The sources of this investigation were prospected from the texts published by the author during the period in which he fought for the Brazilian Integralist Action (AIB), between 1932 and 1939, and was one of the main leaders of what was the first mass movement in Brazil, model of a militarized revolutionary party of the extreme right. Our research emphasis rests on what has been thought about theory of History and historiography, law theory and the corporate State, and especially the political role of the historian in the construction of the nation-State, "reborn" of the nationalist struggle of the Integralists against the "enemies of the fatherland". We carry out a Political and Social History in accordance with the approaches practiced in *Ideas in Context* by the history of political thought and the history of the concepts, we analyze the emergency context and the intellectual and political trajectory of Miguel Reale following a synchronic line of analysis, crossed with diachronic investigations on the ruptures and continuities contained in the basic concepts that formed the ideology and integralist political vocabulary in the 1930s. Thus, our research proposal is to identify and clarify both the individual linguistic performance of Reale as to the authorial multiplicity that formed the ideology and the concept of "integralism" used in the 1930s by Reale. In this way we present in our perspective integralism as part of the many paths taken by the social sciences and by the historiographies that emerged at that time in Brazil, undoubtedly influenced by the circumstantial strategies of political struggle. Finally, we aim to contribute to the debates about the concept of "integralism" used by contemporary historiography.

Keywords: Integralism. Miguel Reale. Theory of History. Historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA MAGISTRA VITA: MEMÓRIAS DA AIB NA TRAJETÓRIA AUTOBIOGRAFADA DE MIGUEL REALE 46

1.1 "*Gesta*": história e revolução entre as "Arcadas" e as trincheiras 50

1.2 O chefe da Secretaria de Doutrina e Estudos da AIB 68

1.3 "A glória a qualquer preço será útil, mas infamante": o *putsch* e a fuga para Itália . 85

CAPÍTULO 2

O CONHECIMENTO HISTÓRICO NO PARADIGMA INTEGRALISTA 98

2.1 "*Amor*" e "*Virtus*" realeana: *italianità*, humanismo e um ideário republicano na formação da cultura política integralista 110

2.2 Uma revisão historiográfica "revolucionária": do socialismo-liberal ao nacional-socialismo 131

2.3 A "*reação espiritualista*" no Brasil 148

2.4 Filosofia e teoria da História na abordagem metodológica realeana 162

CAPÍTULO 3

A BALANÇA E A ESPADA: A TEORIA INTEGRAL DO DIREITO E DO ESTADO.190

3.1 O "conservadorismo" na doutrina realeana: considerações histórico-conceituais ... 196

3.2 *O Estado Moderno*: fundamentos da teoria integral do direito e do Estado 204

3.3 Fascismo "autoritário" 211

3.4 Fascismo "totalitário" 219

CAPÍTULO 4

A *TERZA VIA* INTEGRALISTA NOS MITOS POLÍTICOS DA PALINGÊNESE NACIONALISTA 243

4.1 Antiliberalismo 250

4.2 O antiliberalismo realeano como crítica ao federalismo "coronelista" 267

4.3 Anticomunismo 278

4.4 Antissemitismo 288

4.5 Nacionalismo palingenético e mitologia da conspiração na mobilização de massas . 303

CAPÍTULO 5
CORPORATIVISMO INTEGRAL 314
5.1 Dos Manifestos às Constituições: o debate corporativista nos anos 1930 320
5.2 Corporativismo político 338
5.3 Corporativismo social 353
5.4 Corporativismo econômico 363

CONCLUSÃO: UMA TENTATIVA DE SÍNTESE 378

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 384

FONTES 402

INTRODUÇÃO

Ainda é pouco conhecida pelo grande público a longa trajetória política do famoso jurista brasileiro Miguel Reale (1910-2006), "pai" intelectual do Código Civil Brasileiro de 2002. Além de jurista, o autor é normalmente lembrado como o escritor "imortal" da Academia Brasileira de Letras e ex-reitor de uma das maiores universidades do país, a USP, com dezenas de livros publicados ao longo de sua carreira. Ter sido um respeitado e requisitado conselheiro de Estado durante as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e do Regime Militar (1964-1985) não afastou Reale dos altos círculos do poder no período democrático da nova República de após 1988, deixando a sua última obra jurídica no Novo Código Civil do país.

O início dessa trajetória política e intelectual laureada por dezenas de prêmios, títulos e comendas, no entanto, apenas recentemente tem recebido maior atenção dos historiadores que investigam a participação de Miguel Reale na alta cúpula da Ação Integralista Brasileira (AIB) nos anos 1930. A AIB foi um movimento político que se tornou partido com forte inspiração fascista, e que devido a seu rápido crescimento, com centenas de milhares de militantes inscritos e prontos para vencer pelo voto ou pela luta, teve papel determinante na crise política dos anos 1930 até a outorga da Constituição de 10 de novembro de 1937, quando Getúlio Vargas iniciou a ditadura do Estado Novo, extinguindo a AIB junto com os outros partidos. Seu passado na AIB, no entanto, ainda é pouco conhecido, embora seja a base de sua carreira intelectual e o *début* em sua vida pública. Ademais, sua ação política nos anos da AIB tem sido objeto de maior interesse das atuais pesquisas, permanecendo, contudo, um grande trabalho investigativo a se fazer sobre sua produção intelectual no período Entreguerras.

Destarte, essa pesquisa objetiva analisar o conceito de "integralismo" no Brasil, em seu contexto de surgimento no período Entreguerras (1918-1939). Esse conceito é analisado a partir de textos do movimento, que nos revelam o que se pensava sobre a teoria e o método da escrita da História, reconhecida pelo autor investigado como saber fundamental nas lutas políticas da modernidade.

Procuramos demonstrar como a análise do desenvolvimento do "*paradigma integralista*" na obra de Miguel Reale, um dos principais intelectuais empenhados em desenvolver a teoria e o método integral na AIB, constitui uma oportunidade valiosa para entendermos um pouco melhor os processos de transformações políticas, sociais econômicas e culturais históricas vividas no país durante o período Entreguerras, sobretudo ao longo dos anos da "Era Vargas" (1930-1945). Nosso enfoque está no recorte estabelecido entre os anos de 1932 – fundação da AIB – e 1939 – desligamento de Reale da AIB após seu retorno do exílio na Itália em 1938.

Miguel Reale nasceu no norte do Vale do Paraíba paulista, em uma família de imigrantes italianos recém-chegados no país. Seu pai, o médico Biagio ("Braz") Reale, cuidou que o filho Miguel tivesse sólida educação, financiando os estudos do jovem em São Paulo, onde concluiu o nível médio e superior de ensino. No meio de sua graduação em Direito, voltando derrotado e desiludido das trincheiras da Revolução Constitucionalista de 1932, Reale conheceu e não tardou a aderir ao nascente movimento integralista, onde foi recebido por Plínio Salgado (1895-1975), fundador e chefe nacional da AIB, como um jovem prodígio que tinha tudo para se tornar "o jurista do Estado Integral"[1].

Através da publicação de ensaios, estudos e editoriais na imprensa integralista, cuja direção geral também ocupou, Reale tornou-se uma das três principais lideranças do movimento, como líder da Juventude Integralista e chefe da Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos da AIB. Nesse órgão, Reale dirigia a produção intelectual oficial do movimento, coligindo os esforços de elaboração do "método integral", com a apresentação de estudos e projetos com objetivo de compreender e solucionar os "problemas brasileiros" de seu tempo. Nesse âmbito, pensava a teoria do Estado, o corporativismo e a "economia nova", o Direito, a Sociologia e a História, etc., cujo conjunto deveria sempre conduzir a uma "síntese integral" – princípio e fim metodológicos no paradigma integralista. É esse conceito de "síntese" que perseguimos na obra de Reale.

É comum ver nas memórias dos participantes e na historiografia ser atribuída a Reale a sugestão do "*Sigma*" como símbolo do movimento, mas as razões dessa opção, os estratos de tempo retesados por esse conceito e seus plurissignificados no contexto linguístico em que surge ainda continuam pouco claros. Trazê-los à luz da historiografia hodierna é o objetivo desta tese.

O contexto linguístico, investigado em textos como fontes que nos revelam os conflitos políticos e sociais do período em que surgiu o integralismo, deve ser conhecido com grande esforço, pois é na análise dos dados sincrônicos cruzados com os cortes de análise diacrônica que identificamos os conceitos sociais e políticos básicos e notamos o crescimento da ação política dos intelectuais e do uso da História como fonte e legitimação do poder nas arenas políticas[2]. O desenrolar de processos históricos traumáticos, como o advento do fascismo e a Guerra Civil Espanhola, imprimiram mais força ao papel social do escritor como uma "missão". Isso se deu no Brasil ao mesmo tempo em que uma crescente atividade editorial começava a

[1] REALE, Miguel. **Memórias**: Destinos cruzados. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1987, v. 1, p. 73.
[2] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Mass; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

impor o problema da profissionalização do escritor-intelectual[3]. Essa característica de mudança no mundo intelectual foi, com certeza, determinante no contexto em que viveu Reale. A ideia de "missão" não permaneceu restrita ao universo intelectual. Pelo contrário, ganhou o campo político e projetou um novo tipo de liderança que marcou a era da política de massas, entre as duas guerras mundiais.

O período Entreguerras no Brasil, como na maior parte do mundo, foi marcado pelo processo de formação de uma sociedade de mercado, globalizado pelas grandes potências imperialistas da Europa, cujo impacto devastador de seu "moinho satânico" da "Grande transformação"[4] começava a ser unanimemente rejeitado por intelectuais, políticos e trabalhadores na Europa e no "terceiro mundo". A Revolução Russa de 1917 renovou esperanças entre as esquerdas em todo o mundo, acendendo o crescimento das esquerdas, cujos múltiplos e divergentes segmentos e grupos se uniram circunstancialmente na linha de frente do antifascismo internacionalizado, porque o fascismo também se internacionalizava a passos largos.

O agravamento desse quadro veio com a crise do sistema de crenças do liberalismo iniciado após a "Grande Guerra" partejando rancores em forma de nacionalismos autoritários e xenófobos[5], acelerando-se com a Crise de 1929 e a proliferação de projetos alternativos de modernização e desenvolvimento que buscavam uma *terza via* (terceira via), alternativa política alavancada a um nível paradigmático com a ascensão do fascismo em 1922.

A industrialização, o êxodo rural e a consequente urbanização deram início à ruína dessas estruturas de dominação, mas, contudo, não foram os ventos da liberdade que sopraram sobre as populações que vivenciavam a "*questão social*" que nascia dessa "Grande transformação". Pelo contrário, populações inteiras vindas do campo foram absorvidas por um "novo mundo" onde suas tradições, crenças, laços e redes de sociabilidade não possuíam mais nenhum

---

[3] LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.A indústria editorial brasileira passou por uma grande mudança após 1930, com o aumento da competitividade dos livros brasileiros frente aos importados. Destacavam-se a Livraria Globo de Porto Alegre, que se tornou na época uma editora conhecida no país inteiro, assim como a pequena livraria do poeta Augusto Frederico Schmidt, que se transformou na Editora Schmidt, a qual lançou autores como Jorge Amado, Raquel de Queiroz, Gilberto Freire e Plínio Salgado, vindo a ser comprada posteriormente pela Civilização Brasileira. No Rio de Janeiro, editores como José Olympio viram na Revolução de 1930 e na ascensão de uma nova classe interessada nos problemas do país um promissor nicho mercadológico. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATALY, Maria Celina. (Orgs.). **Elite intelectual e debate político nos anos 30**. Rio de Janeiro/ Brasília: FGV/INL, 1980, pp. 31-60, p. 34.

[4] Cf.: POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: As origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

[5] HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução Maria Célia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

significado concreto. O trauma dessas populações trituradas pelo "moinho satânico" da modernização criou, além da anomia constatada por Durkheim no século XIX, uma desconfiança revoltada em relação à modernidade[6]. Assim, a "questão social" no Brasil claudicava levando em si um tremendo paradoxo de "*modernidade*" e "*antimodernidade*", entre a "*modernização*" e a "*tradição*".

Esses processos históricos desencadeados pela Primeira Guerra Mundial, pela Revolução Russa e pela Crise de 1929, articulados às transformações das arenas políticas no Brasil, com a ascensão dos movimentos sociais, a militarização dos movimentos políticos[7] e o engajamento dos intelectuais, teriam transformado o conceito de *nacionalismo*, que passou a adquirir contornos cada vez mais autoritários, como já ocorria em outros países da América Latina e Europa[8]. Nesse contexto, abriu-se o caminho para a organização de uma ampla corrente política e intelectual denominada "direita nacionalista" ou "nacionalismo de direita", que despontou no Brasil após a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo.

Os políticos e intelectuais despejaram sobre essas massas recém formadas um novo sentimento nacionalista que elas não conheciam nos rincões do país (quase sempre abandonados pelo Estado), com um apelo cada vez mais autoritário do ponto de vista político e intolerante do ponto de vista cultural, que a partir dos anos 1930 foi complementado pelo surgimento dos movimentos de partido revolucionário militarizado que trazia o totalitarismo como apanágio reconstrutor das pequenas comunidades pulverizadas, chamadas a se unirem em uma nova comunidade renascida – a "Nação". O chamado integrador dessa nascente "*questão nacional*" tomou corpo nas cidades inchadas por uma intensa propaganda nos jornais e no rádio, que traduziam um pensamento brasileiro que caminhava alinhado com o que se propagava no "Velho Mundo" arrasado pela "Grande Guerra"[9].

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, em meio a toda desordem econômica e psicológica que ela causou, o pensamento ocidental, principalmente no campo das linguagens políticas, passou por uma grande transformação, uma vez que a alternativa racionalista havia sido solapada pela tempestade de incertezas que varria a sociedade no período Entreguerras[10]. Políticos e intelectuais descobriam o poder ancestral do **mito** unido às modernas técnicas da

---

[6] BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 13-14.
[7] PINTO, António Costa. "Fascism: a 'revolutionary right' in interwar Europe". In: ATKIN, Nicholas; BIDDISS, Michael. **Themes in modern European history, 1890-1945**. Nova York: Routledge, 2009, p. 218.
[8] BEIRED, José Luiz Bendicho. **Sob o Signo da Nova Ordem**: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Loyola, 1999, p. 17.
[9] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
[10] CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**. São Paulo: Códex. 2003, p. 322.

comunicação e da política de massas[11]. Plínio Salgado, antes de fundar a AIB, estava consciente dessa transformação na linguagem chegou a dizer, em *Literatura e Política* (1927), que "Os ideólogos da democracia nunca poderão compreender essa nova inteligência, que desperta sedenta de realidades"[12]. Assim, descortinava-se uma "nova era" que rompeu o **horizonte de expectativa** da *Belle Époque* burguesa, com a aurora catastrófica de um novo **campo de experiência**: a era da política de massas, do totalitarismo, dos líderes carismáticos e partidos revolucionários militarizados da esquerda à direita, características definidoras do tempo histórico do Entreguerras[13].

A Era Vargas, com seu marco inaugural na Revolução de 1930, é comumente definida em nossa historiografia como um período de transição de um sistema de base agroexportadora com instituições marcadas pelo pacto intraoligárquico, para outro de base urbano-industrial, sob um regime político nacional-estatista de inspiração corporativista[14]. O governo alçava o "desenvolvimento" e a "modernização" como metas, em torno das quais o Estado buscou construir o consenso e o consentimento diante do novo regime que ampliava a cidadania social restringindo a cidadania política e os direitos civis. Assim, o Estado se tornava o principal agente da "modernização conservadora"[15], garantida com a transformação do "estado de exceção" em paradigma de governo[16].

No campo intelectual da *jeuneusse dorée* brasileira dos anos 1930, a "geração dos sonhos" de Alberto Torres, como foi dito em Entrevista de Miguel Reale poucos anos após o fim da AIB, criava-se uma nova situação no pensamento social e político brasileiro, lançando os fundamentos da Ciência Social no país:

> [...] a nossa geração, com essa floração magnífica de escritores, sociólogos, jornalistas, orientados todos no sentido da suprema política de que depende a vida dos povos, é a geração que Alberto Torres sonhou. Ela está aí e sabe que o Brasil reclama

[11] CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
[12] SALGADO, Plínio. "Literatura e Política". In: _____. **Obras Completas**. São Paulo: Editora das Américas, 1956, v.19, p. 123.
[13] HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**, op.cit, p. 29-89.
[14] O debate historiográfico sobre a Era Vargas e suas possíveis definições é muito vasto, mas como referência, utilizamos Cf.: GOMES, Angela de C (Coord.). Olhando para dentro (1930-1964). In: SCHWARCZ, Lilia M. (Dir.) **História do Brasil Nação (1808-2010).** Madrid/RJ: Fundacion Mapfre/Objetiva, 2013, v.4; FAUSTO, Boris (Dir.). O Brasil Republicano. In: _____. **História Geral da Civilização Brasileira**. 3 ed. São Paulo: Difel, 1986, v.3 e v.4, Tomo III; CARONE, Edgard. **A Segunda República (1930-1937).** 3 ed. RJ/SP: Difel, 1978; CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937/1945),** SP, DIFEL, 1976; FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. 13ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
[15] Cf.: VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**. Rio de Janeiro: Revan, 1997; Idem. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
[16] AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004. P. 9-51.

> o congraçamento de todos os contingentes humanos num grande partido, cuja razão de ser não decorra da política vulgar mas do estudo e da resolução dos problemas administrativos, econômicos, financeiros e sociais, movimento este que reúna todas as forças econômicas da Nação[17].

Analisando o conjunto da produção desses intelectuais na geração de Miguel Reale como uma "agenda de problemas sociais e politicamente importantes", Wanderley Guilherme dos Santos considera que os cientistas sociais brasileiros, do início do período Republicano até a década de 1930, privilegiaram sobretudo os estudos sobre a formação histórica do país; as relações entre a estruturas econômicas, sociais e políticas; os problemas originários da hegemonia oligárquica; "questão racial, com seus conflitos e possíveis saídas para um problema tão eminente; a função do Estado, os limites entre "público" e "privado", com especial apreço pela questão da legitimidade do poder público[18].

Dessa cepa, os autores mais lidos nos anos 1930 foram Alberto Torres em *O Problema Nacional Brasileiro* (1914) e *A Organização Nacional* (1914); Oliveira Vianna em *O idealismo na evolução do Império e da República* (1922) e Gilberto Freyre, com *Casa Grande e Senzala* (1933). Os intelectuais integralistas adentravam essa cena a partir de 1932, apresentando, sempre com caráter militante e panfletário, suas respostas para esses problemas através do paradigma integralista. Por isso é constante a referência nas memórias de Reale à sua participação em um movimento intelectual muito mais amplo, do qual o integralismo surgiu e se destacou[19].

Os debates intelectuais buscavam um ponto entre "a perspectiva de renovação cultural" e as "possibilidades de reforma da sociedade", que formavam o eixo nacionalismo - modernização. Não é por acaso, portanto, que ao longo dos anos 30 o tema que prevalece entre a intelectualidade é o da "organização nacional", resultando em uma campanha que encontrou no modelo autoritário corporativista a saída para a "crise dos anos 30"[20]. Desse modo, "identidade", "singularidade", "mudança" e "futuro como construção" são os ingredientes do horizonte semântico do pensamento social e político brasileiro a partir da década de 1930[21].

A noção de "desejo coletivo", ou "bem comum", fundamental na visão organicista da

---

[17] REALE, Miguel Apud SILOS, Geraldo de. Meia Hora com Miguel Reale. SILVEIRA, Tasso (Dir.). **Cadernos da Hora Presente**. São Paulo/ Rio de Janeiro/ Belo Horizonte, jun 1940, p. 158.
[18] SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paradigma e História: ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: _____. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978, pp. 16-57, p. 37.
[19] Idem, ibidem, p. 38.
[20] LAHUERTA, Milton, op.cit., p. 98.
[21] CEPÊDA, Vera Alves. Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituinte de 1934, **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 211-242, jan-jun 2009, p. 215.

sociedade, constrangia o conceito liberal-democrático de liberdade individual e diluía no "social" as fronteiras entre as esferas pública e privada[22], ao mesmo tempo em que preconizava uma atitude de cooperação com a mobilização centralizadora, apresentada por vários discursos em disputa naquela época, fossem estes do Estado, dos comunistas ou dos integralistas, que acabou por estimular um consenso favorável em torno de ideias de ordem e segurança que deveriam ser garantidas pela gestão autoritária dos assuntos público[23].

Para que a insegurança social fosse alimentada, criando o público alvo onde o "ardil totalitário" granjeava seus militantes e simpatizantes, era necessário o desenvolvimento de todo um aparato de discursos com teor nacionalista, fundados no "perigo iminente da nação". Por outro lado, esses mesmos discursos acalmavam os ânimos com as jornadas cívicas e as campanhas de civismo que ordenavam e direcionavam as emoções em conjunto, criando uma atmosfera de segurança e união da pátria. Como resposta a essa devoção da sociedade, esses discursos acenavam com uma "garantia simbólica": da *proteção*, com a ideia-imagem de pátria/mãe; da *integridade*, com uma ideia-imagem de pátria/una; e da *identidade nacional*, com a ideia-imagem de pátria/mora[24].

Além de buscar simpatizantes e a base da militância entre os "inseguros" perdidos nas massas das grandes cidades, ou esquecidos nos rincões do mundo rural, o projeto apresentado com o lançamento do *Manifesto de Outubro de 1932* chamava à posição de liderança, intelectuais, artistas, profissionais liberais, políticos, trabalhadores e empresários, militares, religiosos etc. O chamado apontava para a ação na transformação da cultura pela política, que se daria a partir de um novo conceito de Estado (o "Estado Integral") cuja tônica era a centralização do poder, o planejamento da economia com a adoção do sistema corporativista e a direção da revolução cultural integralista, tendo à frente do "Estado forte" um líder carismático, o Chefe Nacional da AIB, Plínio Salgado. A campanha de Salgado consistia em uma noção de mobilização permanente das massas, a partir da criação de uma cultura política de "cidadãos-soldados", o "homem integral", em torno do lema "*Deus, Pátria e Família*"[25].

O grupo de intelectuais que se alistaram na AIB estava disposto a promover análises sociais e propor alternativas políticas ao processo de *modernização*. A questão da "modernização", a par da "questão social" e da "questão nacional", constituía o cerne dos

---

[22] ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo, revisão técnica Adriano Correia. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 26-96.
[23]DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, 149.
[24] Idem, ibidem, p. 151.
[25] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Totalitarismo e Revolução**: o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 20-21.

debates e disputas políticas no Brasil do período Entreguerras, uma temática pejada pelo drama do "atraso" e dos efeitos desastrosos do capitalismo de mercado nos países latino-americanos, espoliados por caudilhos e empresas internacionais. Na disputa entre projetos modernizadores nas arenas intelectuais e políticas, os integralistas apontavam seus maiores rivais entre liberais e comunistas, mas seu manifesto fundador também cogitava a revolução armada para derrubar o governo varguista[26]. O *antiliberalismo* se baseava no discurso sobre a incongruência entre as instituições liberais fundadas pela Constituição Federal de 1891 e a realidade nacional heterogênea do país, retomando críticas apontadas pelas obras de Alberto Torres, Euclides da Cunha, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, entre outros.

Na busca por uma solução de "terceira via" à polarização liberalismo – comunismo, os camisas-verdes também foram inspirados pela *doutrina social da Igreja*, sintetizada na encíclica papal *De rerum novarum*, emitida pelo papa Leão XIII em 1891, cujo principal objetivo era oferecer uma resolução da "questão social" pela via da tradição católica. Em 1931, as orientações da *De rerum novarum* foram reafirmadas pela encíclica *Quadragesimo anno*, emitida pelo papa Pio XI, em um momento de aproximação dos grupos *conservadores* e *espiritualistas* aos movimentos de extrema-direita que nessa época despontavam como vanguardas do anticomunismo[27].

A doutrina social da Igreja procurou sua própria inovação para responder à "questão social" e outros problemas iminentemente modernos recorrendo à uma revisão da tradição, com a proposta de retorno ao corporativismo, adaptado aos novos tempos[28]. O aumento da simpatia pela tendência lançada por textos como a *Carta Del Lavoro* (1927) italiana e o *Estatuto do Trabalho Nacional* (1933) português, ajudou a popularizar conceitos, como "corporativismo", "Estado forte", "autoritarismo", "nacionalismo", etc. Isso ocorria na fase de ascensão dos regimes totalitários na Europa, que também coincidiu com o crescimento do *anticomunismo* nesse período, sendo a AIB a sua maior representante, enquanto a antítese do "Perigo Vermelho"[29].

Mas foi após 1935, com a fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que a AIB encontrou um partido revolucionário concorrendo diretamente com os camisas-verdes pela

[26]AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB: São Paulo, s/d, p. 10.
[27] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado**: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017, p. 71-93.
[28] SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (orgs.). **O século XX**: o tempo das certezas, da formação do capitalismo à primeira grande guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v1, pp. 109-164, p. 130-131.
[29] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho":** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

adesão das massas e do eleitorado, alçando as figuras de Plínio Salgado e Luís Carlos Prestes como nêmeses antitéticas, cujo duelo violento foi explorado maquiavelicamente por um *tertius* inimigo de ambos, Getúlio Vargas, que ergueu a ditadura do Estado Novo no horizonte da "salvação da pátria" contra os "extremismos" da AIB e da ANL[30].

A AIB se transformou rapidamente em uma poderosa instituição na medida em que consolidou seu caráter político, de movimento revolucionário (1932) a partido registrado (1937), ganhando as formas de um "*partido revolucionário militarizado*" de direita, tomando de empréstimo a definição utilizada pelo investigador português Antonio Costa Pinto[31]. Por meio da ação de uma campanha ideológica pragmática, veiculada por jornais, revistas, rádio, cinema e muitos livros, somada a uma doutrina de formação moral, cívica e física, os integralistas apresentaram ao Brasil seu projeto de uma urgente revolução, arregimentando centenas de milhares de pessoas.

Os integralistas aderiram ao uso de um conjunto de símbolos, práticas, rituais, que envolvia um uso criterioso e regulado de uniformes, insígnias, honras, regalias, hinos, eventos esportivos, culturais e políticos, como um conjunto de aparatos necessários à moderna política de massas, com seu apelo místico que foi, aliás, uma das grandes características do período. A AIB formulou, estruturou e pôs em funcionamento, num espaço de quatro anos (1932-1936) as Milícias Integralistas – braço paramilitar do movimento – setor que protagonizava as cenas de violência e intolerância que agitou a opinião pública na época, mas que também trabalhava obscuramente em atos de espionagem, terrorismo e conspirações. Seu "cartão de visitas" eram os desfiles em que marchavam ao lado dos demais membros do movimento, que usava esses eventos como propaganda e ao mesmo tempo, demonstração de força.

O integralismo, assim como os outros fascismos, surgiu como essa "forma de ação total", que explica e envolve a vida do indivíduo completamente, englobando entre a "morte" e a "irrazão", os grandes temores de uma modernidade atônita diante da "morte de Deus" constatada por Nietzsche, Freud e Marx, "propondo uma identidade não idêntica ao moderno, resistindo à transcendência no mundo moderno – um anteparo diante do desconhecido, uma alternativa à transcendência teórica ou mítica do liberalismo e à transcendência prática proposta pelo marxismo"[32].

---

[30] BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (10 de novembro de 1937)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm, consultado em 01 jan 2015.
[31] PINTO, António Costa. Fascism: a "revolutionary right" in interwar Europe. In: ATKIN, Nicholas; BIDDISS, Michael. **Themes in modern European history, 1890-1945**. Nova York: Routledge, 2009.
[32] SILVA, Francisco Carlos T. Fascismo. Memória e Historiografia., op.cit., p. 174-175.

Como chefe da Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos da AIB, Miguel Reale talvez tenha sido o intelectual integralista que mais se ocupou em criar uma teoria da história integralista, a partir da filosofia da história de Plínio Salgado e da formação acadêmica. O jovem Reale ainda não havia concluído seus estudos na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo, mas já causara entusiasmo em Salgado devido a seus interesses por História, filosofia do direito e teoria do Estado. Reale defendia uma concepção de Estado que levasse à "integração do *ser e dever ser*", o que teria levado o chefe do integralismo a confiar-lhe um papel de destaque no movimento[33].

A formação acadêmica de Reale veio a influenciar de forma indelével a sua obra integralista, dando-lhe um sentido erudito, apoiado na tradição sociológica e histórica de pensadores como Maquiavel, que parece ter sido seu favorito, ao lado de Durkheim, Tocqueville, Burckhardt, Langlois e Seignobos, Marx, Weber, etc., e na tradição da filosofia neoidealista italiana de sua época, através de Croce e Gentile, com o *revisionismo revolucionário* e a posição democrática do *Bernstein-debatte*, campo em que encontrou com entusiasmo a possibilidade de diálogo com a obra de Salgado, que o arrebatava no final da graduação. Podemos entender assim os principais elementos de uma visão que Reale vai construir do integralismo, se diferenciando de Plínio Salgado e Gustavo Barroso[34].

As investigações acerca do integralismo brasileiro tiveram início quando este movimento ainda mobilizava multidões na década de 1930. Os primeiros trabalhos sobre a história do integralismo foram escritos pelos intelectuais do movimento, como Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale – destacado nesta pesquisa como o responsável pela teoria da História integralista -, ou proeminentes simpatizantes, como o ensaio *Integralismo e Americanidade*[35] (1935) escrito pelo professor e catedrático de Sociologia e Economia Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), Ovídio Gouveia da Cunha.

Mas também sofriam a crítica pela pena de seus opositores que já se preocupavam em conhecer e explicar a história do movimento que crescia rapidamente no país, como Marcos Konder em seu livro *Democracia, Integralismo e Comunismo*[36] (1935) e Egydio Hervé com *Democracia Liberal e Socialismo entre Extremos*: integralismo e comunismo (1935)[37] eo clássico de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936), que não se direciona à analisar

[33] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 73.
[34] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **In Medio Virtus**: uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988, p. 5.
[35] CUNHA, Ovídio da. **Integralismo e Americanidade**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.
[36] KONDER, Marcos. **Democracia, Integralismo e Comunismo**. Rio de Janeiro, 1935.
[37] HERVÉ, Egydio. **Democracia Liberal e Socialismo Entre os Extremos***:* integralismo e comunismo. Porto Alegre: Editora Globo, 1935.

a história da AIB, mas da teoria integralista no cenário de ascensão das ditaduras latino-americanas nos anos 1930, apresentando assim sua crítica liberal-democrata ao ideário do Sigma[38].

A história da historiografia sobre o integralismo brasileiro tem sido lida ultimamente a partir de uma divisão de sua evolução em três fases distintas: na *1ª fase*, a AIB foi tratada principalmente como "o primeiro partido de massas do Brasil", uma visão consagrada nas ciências sociais dos anos 1970 por Hélgio Trindade; a *2ª fase* é caracterizada pela explosão dos estudos regionalistas sobre a AIB em todo o país, como a dissertação original de René Gertz sobre O fascismo no Sul do Brasil[39]; e na *3ª fase* surgiram as "novas abordagens sobre o integralismo". É claro que a identificação dessas fases não impõe limites estanques à cronologia da produção historiográfica do integralismo, mas apenas identifica as tendências que foram majoritárias em cada fase, o que não quer dizer que não haja trabalhos que trazem em si características enfáticas de mais de uma das fases assinaladas. Por isso podemos dizer que se trata de uma divisão arbitrária, mas seu uso é corrente pela facilidade que oferece para se compreender as principais linhagens teóricas em debate sobre a explicação do integralismo[40].

Em 1938, em meio ao desmoronamento da AIB, o integralismo foi objeto da tese de doutoramento defendida na Universidade de Berlim pelo historiador teuto-brasileiro Karl Henrich Hunsche, intitulada *Der Brasilianische Integralismus*[41](1938). Nos oito capítulos que compõem a tese, Hunsche analisou aspectos como, no primeiro capítulo, "*A evolução do nacionalismo na História do Brasil*", situando o integralismo na história da ideia de nacionalismo no país, no segundo capítulo "*A pré-história do movimento integralista*" situando o movimento no contexto Entreguerras em comparação aos modelos políticos europeus

[38] Diz Holanda: "No caso do fascismo, a variedade brasileira ainda trouxe a agravante de poder passar por uma teoria meramente conservadora, empenhada no fortalecimento das instituições sociais, morais e religiosas de prestígio indiscutível, e tendendo, assim, a tornar-se praticamente inofensiva aos poderosos, quando não apenas o seu instrumento. Com efeito, tudo faz esperar que o "integralismo" será, cada vez mais, uma doutrina acomodatícia, avessa aos gestos de oposição que não deixam ampla margem às transigências, e partidária sistemática da Ordem, quer dizer, do Poder Constituído. No plano teórico ele fica satisfeito com ser perfeitamente insignificante, por menos que o confesse. O que deseja no íntimo – e algumas vezes com desconcertante ostentação – é a chancela, o *nihil obstat* da autoridade civil. Segue nesse ponto a grande tradição brasileira, que nunca deixou funcionar os verdadeiros partidos de oposição, representativos de interesses ou de ideologias", HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 187.

[39]GERTZ, René. **Os Teuto-Brasileiros e o Integralismo no Rio Grande do Sul. Contribuição para a interpretação de um fenômeno político controvertido**. Porto Alegre: UFRGS, 1977 (dissertação de mestrado em Ciência Política). Essa dissertação deu origem ao livro .GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Germanismo. Nazismo. Integralismo. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1987.

[40] OLIVEIRA, Rodrigo Santos. A evolução dos estudos sobre o integralismo. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v.36, n.1, pp. 118-138, jan/jun 2010, p. 120.

[41] HUNSCHE, Karl Henrich. **Der Brasilianische Integralismus.** *Geschichte und Wesen der faschistischen Bewegung Brasiliens*. Tese de Doutorado (História), Stuttgart: 1938. Disponível em: http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=gb4zAQAAIAAJ&q=integralismus#search_anchor, acessado em 21 de janeiro de 2016.

congêneres; no terceiro capítulo "*Os fundamentos ideológicos e o Integralismo brasileiro*"; no quarto capítulo "*O Estado Integralista*", aborda a organização do "Estado Integral"; no quinto capítulo "*A promoção da brasilidade*", explica a importância desse conceito para o movimento; no sexto capítulo "*O crescimento da AIB*" descreve a trajetória do movimento; no sétimo capítulo "O *Integralismo e os movimentos autoritários europeus*" analisa relações e interações entre o fascismo brasileiros e outros fascismos. No oitavo capítulo, a *conclusão* da tese, o historiador defende a visão de um "integralismo" que era originalmente brasileiro e ao mesmo tempo, parte de um fenômeno internacional.

Também em 1938, Arnoldo Nicolau de Flue Gut defendeu a tese de doutoramento Plínio Salgado, o criador do integralismo brasileiro na literatura brasileira, apresentada na Ludwig-Maximilian Universität de Munique[42]. Com uma abordagem e objeto diferentes dos que foram eleitos por Hunsche, que focalizou a AIB em sua análise, Gut se concentrou no pensamento político nacionalista na obra intelectual de Plínio Salgado, colocando a ideologia no âmbito da AIB em segundo plano. Gut criticou a tese de Hunsche por seu excesso de "academicismo", pecando pela frieza "sentimental", o que denuncia seu apreço pela obra de Salgado e pelo paradigma integralista que o movimento defendeu: "Infelizmente, porém, o autor não se integrou com a alma brasileira, com o sentir *brasileiro*, com o pensamento central de Plínio Salgado"[43].

Do imediato pós-II Guerra à Ditadura Militar o tema do integralismo se rarefez consideravelmente entre os pesquisadores brasileiros. Nos anos 1970, talvez inspirados pelo problema do regime autoritário que se vivia, a produção de trabalhos sobre o integralismo voltou a aumentar[44].Uma "onda" de novas pesquisas sobre o tema teve início após a tese de doutoramento defendida pelo cientista político Hélgio Trindade na *Université Paris1*

---

[42] GUT, Nicolau de Flue**. Plínio Salgado, o criador do integralismo na literatura brasileira**. Speyer a. Rh., Pilger-Druckerei, 1940.

[43] Idem, ibidem, p. 82.

[44] Rodrigo Santos Oliveira destaca algumas pesquisas feitas por investigadores não brasileiros no mesmo período, demonstrando que o aumento do interesse pela história do integralismo também se fez sentir em outros países: LEVINE, Robert M. **O regime Vargas. Os anos críticos (1934-1938)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 (a versão original em inglês foi publicada em 1970); BROXSON, Elmer. **Plínio Salgado and the Brazilian Integralism (1932-1938)**. Washington: The Catholic University of América, 1972 (tese de doutorado – não tivemos acesso a esse trabalho ainda); HILTON, Stanley. A Ação Integralista Brasileira: fascism in Brazil (1932-1938). In: **O Brasil e a Crise Internacional (1930/1945).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 (a versão original em inglês publicada em 1972). O integralismo ainda foi discutido no estudo sobre o fascismo de Stanley Payne, em que o integralismo brasileiro é apresentado como "El único que alcanzó real importancia y que, de hecho, se convirtió em el único gran partido latinoamericano que se aproximara encasi todos los aspectos al fascismo europeo, fuela Ação Integralista Brazileira de Plínio Salgado, fundada em 1932*"*. PAYNE, Stanley G. **Historia del fascismo**. Barcelona: Editorail Planeta, 1995. OLIVEIRA, Rodrigo Santos, op.cit., 122.

(*Panthéon-Sorbonne*), intitulada *L'Action intégraliste brésilienne: um mouvement de type fasciste au Brésil*(*Integralismo:* o fascismo brasileiro na década de 30)[45].

Neste clássico, talvez ainda o mais consultado do tema, o autor seguiu o método sociológico weberiano com amplos dados quantitativos, construindo uma abordagem comparativa entre o tipo ideal fascista que constituiu o integralismo brasileiro. Seu estudo trouxe dois objetivos: "primeiro, que condições históricas explicam o itinerário ideológico do Chefe e o nascimento do Integralismo? Segundo, qual a natureza deste movimento ideológico que se torna, nos anos 30, o primeiro movimento de massa do Brasil?"[46]. Para Trindade, a burocracia e a alta hierarquia autoritária configuraram a tendência "totalitária" do movimento, surgida como resposta à ascensão de regimes dessa natureza na Europa, mas somente compreensível através da explicação do contexto interno. Assim, para Trindade, o integralismo pode ser entendido como um "movimento fascista" em função da composição social e motivação dos aderentes, organização, ideologia e atitudes frente ao fascismo internacional[47].

O trabalho de Trindade foi divido em três partes. Na primeira, a "Emergência do Chefe", o investigador analisou a trajetória e formação intelectual e ideológica de Plínio Salgado em relação às transformações estruturais, políticas e culturais vividas pelo futuro Chefe Nacional da AIB. Na segunda parte, a "Gênese da Ideologia", Trindade situa a formação da ideologia integralista na tensão entre a conjuntura formada pela Revolução de 1930 e a ascensão do fascismo nos anos 1920 e das ideias autoritárias no Brasil dos anos 1930. Na terceira parte, "Natureza do Movimento", o cientista político analisou a origem social e motivação dos "*militantes*", o modelo de "*organização*" da AIB e a "*ideologia*" em seus fundamentos e atitudes.

Em 1977, José Chasin defendeu sua tese na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, *O Integralismo de Plínio Salgado:* forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio[48]. Esse estudo trouxe com seu arcabouço teórico dialético-marxista-lukácksiano uma crítica às teorias até então vigentes sobre um integralismo visto como "fascismo brasileiro", explorando as diferenças sociais profundas que deram origem à ditaduras em países de modernização tardia, como Itália e Alemanha, em relação ao Brasil de uma "modernização hiper-tardia", se inspirando na famosa tese de Barrington Moore Jr. sobre as origens sociais das ditaduras e das

[45] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 1930. 2ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.
[46] Idem, ibidem, p. 2.
[47] Idem, ibidem, p. 4.
[48] CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

democracias modernas[49]. Todavia, para além de sua tese sobre essa "utopia" conservadora de retorno a um mundo pré-capitalista mítico formado por pequenos proprietários rurais, o que marca a pesquisa de Chasin é sua postura de crítica global à teoria e à abordagem metodológica empregados na tese de Trindade, expressando seu rechaço às teses que viam no "mimetismo" a explicação para a tendência fascistizante da AIB, procurando demonstrar que a elaboração da ideologia integralista se deveu muito mais à experiência individual de Salgado do que a qualquer outra razão conjuntural, contextual ou estrutural. Retomaremos deste ponto mais adiante, mas o núcleo da crítica de Chasin pode ser lido claramente neste trecho de sua tese:

> Como já dissemos antes, por ideologia integralista H. Trindade entende fundamentalmente um contorno doutrinário que ele obtém pela simbiose de dois procedimentos: de um lado é operada a extração de pontos que são tomados como denominadores comuns, como pontos de confluência dos diversos autores integralistas; de outro são acentuados e articulados (sem se perguntar por sua compatibilidade) os fragmentos das distintas tendências que melhor se ajustam ao "modelo" fascista. De modo que o produto final não reproduz a estrutura interna dos textos examinados[50].

Outra obra que ganhou renome na década de 1970 e definiu uma outra linhagem interpretativa sobre o integralismo é a tese de doutoramento defendida na Universidade de São Paulo (USP) pelo cientista social Gilberto Felisberto Vasconcellos em 1977, *Ideologia Curupira:* análise do discurso integralista. Concentrando suas atenções na busca da especificidade do integralismo enquanto "discurso fascista que se insere numa sociedade de capitalismo periférico", Vasconcellos buscando em sua análise o respaldo da *teoria da dependência* do professor Florestan Fernandes, mas de contribuição à historiografia do tema.

Essa linha interpretativa pressupõe um mimetismo congênito no integralismo, em relação ao fascismo europeu, uma "hipótese do mimetismo" que também foi defendida por outros

---

[49] Segundo Barrington Moore Jr, a ***modernização conservadora*** normalmente ocorre através de um pacto entre uma nascente, mas ainda incipiente burguesia industrial e as elites terratenentes, por isso o autor também classifica esse processo como "revolução vinda de cima". Esse processo surge de um pacto intermediado pela ação de um Estado forte, sem rupturas violentas causadas por guerras civis entre classes, ao contrário da maioria dos casos verificados em países aonde a revolução burguesa conduzira a regimes democráticos. Em países como Itália e Alemanha, as elites terratenentes conservadoras teriam conseguido controlar a transição de suas sociedades pré-industriais tradicionais para a modernização sem contrapor-se a ela e sem deixar de estimulá-la, inserindo no mundo capitalista suas sociedades industrialmente atrasadas em relação a outros países, como Inglaterra, França e Estados Unidos, sem tampouco perder o controle do campo, modernizado, embora sem profundas transformações de suas estruturas sociais. Sobre o conceito de "modernização conservadora" ou "revolução vinda de cima" cf.: MOORE JR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975. Para uma análise da modernização conservadora no Brasil, ver também: VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

[50] CHASIN, José, op.cit., p. 81.

investigadores anteriormente, como João Cruz Costa, para quem o integralismo "sofreu mais a influência das ideias políticas dos movimentos de direita então em ascensão na Europa do que propriamente do pensamento brasileiro"[51], ou Edgard Carone, afirmando que "a doutrina integralista aparenta um enfoque nacionalista que ajuda a encobrir sua verdadeira natureza autoritária e fascista"[52].

Gilberto Vasconcellos parte da premissa de que, "Embora de ponta a ponta mimético, o discurso integralista ostenta um traço que o diferencia de seus congêneres europeus, e cuja razão de ser nasce da *resposta equivocada* (mas sociologicamente compreensível) *à heteronomia de país periférico*"[53] [grifos nossos]. O "mimetismo", para Vasconcellos, também explicaria o sentido do "espiritualismo" no discurso integralista, ao defender que "a hipóstase do espiritual soa como inequívoco mimetismo ideológico calcado nos fascismos europeus, embora haja também no Brasil uma forte tradição intelectual de cunho espiritualizante que informaria em grande parte o discurso integralista"[54].

> Mais do que apontar o quanto é ilusório ver no cristianismo, ou em qualquer outro elemento, a originalidade do integralismo, é importante ressaltar a preocupação dos camisas-verdes de provar a todo o instante a autonomia de sua doutrina a fim de escapar à pecha de mimetismo ideológico, que não caía bem num discurso nacionalista e informado em grande parte pelo movimento modernista, cujo pressuposto essencial era pôr fim à condição glosadora da *intelligentsia* brasileira[55].

Deste modo, sua hipótese central acerca do que seria a especificidade do discurso integralista, apesar da análise do movimento identificar a todas as características que compõem um modelo fascista: *irracionalismo*, *corporativismo*, *nacionalismo*, conforme o sociólogo, se tratava de exterioridades correspondentes a um *discurso totalitário de país periférico*, residindo, no que o autor chama de "falácia autonomística", o elemento *específico* do discurso integralista:

> Em suma, não é o irracionalismo em si, o corporativismo, a hipóstase espiritual ou o elemento cristão, nem sequer o nacionalismo literário ou político que confere

[51] CRUZ COSTA, João. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 377-378.
[52] CARONE, Edgard. **A Segunda República**. 3ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978, p. 315.
[53] VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Ideologia Curupira**: análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 17.
[54] Idem, ibidem, p. 33.
[55] Idem, ibidem, p. 50.

> especificidade ao integralismo enquanto discurso totalitário de país periférico. O que o diferencia dos fascismos europeus é a falácia autonomística em relação às nações capitalistas hegemônicas, cuja gênese é inimaginável sem o contexto da dependência estrutural. Claro, nos fascismos europeus encontram-se rituais que apresentam "nostalgia pela volta de um passado medieval mítico". Em nenhum deles, todavia, configura-se a veleidade autonomística, posto que nas nações de desenvolvimento capitalista autônomo está ausente a questão de uma cultura que não se autodetermina.[56].

Vasconcellos relegou a uma segunda (ou nenhuma) importância a influência da "*reação espiritualista*" no discurso integralista, em preferência a uma tipificação do "integralismo" enquanto modalidade de *"fascismo-periférico*". Influenciado pelo estruturalismo marxista uspiano, Vasconcellos afirma ser impossível aceitar qualquer originalidade em um fenômeno "fascista" no Brasil, em função do momento em que se encontrava a base estrutural do país.

É exatamente sobre a "hipóstase do espiritual" que buscamos a especificidade do discurso integralista, mas não em referência ao *tipo ideal* italiano, como o fizeram os trabalhos característicos dessa primeira fase da historiografia do integralismo, entre os quais o de Hélgio Trindade e José Chasin foram os que apresentaram mais interesse sobre a natureza e o lugar que o conceito de "*espiritualismo*" ocupava na ideologia integralista, situando seus intelectuais em relação à "*reação espiritualista*" anti-iluminista do final do século XIX e sua retomada com maior radicalismo nos anos 1930[57].

A 3ª fase da historiografia do integralismo tem suas raízes no final dos anos 1970, com a nova abordagem trazida pela filósofa marxista Marilena Chauí na obra que organizou com Maria Sylvia Carvalho Franco, *Ideologia e mobilização popular*[58], publicada em 1978. Nessa obra, Chauí dedicou o capítulo "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira" ao estudo das representações e práticas autoritárias no Brasil da década de 1930, palco no qual a AIB desempenhou um papel inegavelmente histórico na geração do imaginário político e social marcado pelo terror psicológico dos discursos da "crise".

Encarando a questão de como se entrelaçam a "debilidade teórica e a eficácia prática" no integralismo[59], a autora buscou trazer uma contribuição aos debates acerca das "ideias fora do lugar", apresentando uma alternativa interpretativa à tese do mimetismo congênito por meio de análises do imaginário ideológico e do destinatário do discurso, inseridos na dialética da luta de classes. Marilena Chauí redesenhou o modo como a "ideologia" vinha sendo abordada no

---

[56] VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto, op.cit., p. 58.
[57] TRINDADE, Hélgio, **Integralismo**, op.cit., p. 261.
[58] CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: _____; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p. 17-149.
[59]Idem, ibidem, p. 35.

integralismo, trazendo a questão da possibilidade ou não de se analisar a teoria integralista por si mesma, e não como narrativa ou representação apenas, inaugurando uma nova leva de estudos que se multiplicaram ao longo da década de 1980, criando uma nova explosão de pesquisas sobre o integralismo a partir dos anos 1990.

Assinalando o aumento das preocupações teóricas como marca dessa 3ª fase nas pesquisas do integralismo brasileiro, em 1988 Ricardo Benzaquen de Araújo lançou seu livro *Totalitarismo e Revolução:* o integralismo de Plínio Salgado[60]. Para Araújo, a renovação defendida por Salgado importava num enorme realce da noção de mobilização, uma mobilização permanente que não se restringia à vida partidária somente, mas que programava uma nova vida cultural e social cuja intenção manifestada era a de incorporar, "igualitária e indistintamente", todos os setores da sociedade brasileira. Araújo propôs uma análise crítica do tema, abordando os conceitos de totalitarismo, autoritarismo e ditadura, segundo as noções defendidas por Barrington Moore Jr, Hannah Arendt, Juan Linz e Karl Mannheim.

A partir dos anos 1990 e 2000, as investigações historiográficas em torno do integralismo obtiveram um novo e significativo crescimento, que implicou a multiplicação das abordagens e métodos de análise. A maior parte das pesquisas desenvolvidas sobre o integralismo tem afluído, sobretudo, das universidades[61], com o apoio e abertura crescente dos Programas de Pós-Graduação em História às dissertações e teses sobre o integralismo. Ao lado das pesquisas acadêmicas, também tem aumentado as publicações de obras coletivas[62], que tem dado oportunidade para o aprofundamento de variados e importantes objetos de investigação, dentro

---

[60] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Totalitarismo e Revolução**: o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

[61] Cf.:CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Do Sigma ao Sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo** – a construção de memórias integralistas. Tese de Doutorado (História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007; CALIL, Gilberto Grassi. **Integralismo e hegemonia burguesa***:* a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965). Maringá: Edunioeste, 2010; GONÇALVES, Leandro P. **Entre Brasil e Portugal**: Trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. Teses de Doutorado (História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2012; TANAGINO, Pedro Ivo Dias**. "É Preciso Crer"***:* Contribuição para uma história do conceito de Homem Integral segundo a doutrina de Plínio Salgado (1932-1937). Dissertação de Mestrado (História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013; OLIVEIRA, Alexandre L. **Do integralismo ao udenismo**: a trajetória política de Raymundo Padilha. Dissertação de Mestrado (História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014; CAZETTA, Felipe Azevedo. **Fórmulas antidemocráticas em terras luso-brasileira**: análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937). Tese de Doutorado (História). Niterói. Universidade Federal de Niterói, 2016.

[62] Cf.: DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo:** Novos Estudos e Reinterpretações. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004; SILVA, Giselda Brito (org). **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: Edufrpe, 2007; SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício (Orgs.). **Histórias da Política Autoritária**: integralismos, nacional-socialismo, nazismo e fascismo. Recife: Ed. UFRPE, 2010; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; GONÇALVES, Leandro Pereira; CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (orgs.). **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo e III Simpósio do LAHPS Ideias e Experiências autoritárias no Brasil Contemporâneo**. Juiz de Fora: LAHPS Publicações, 2010; GONÇALVES, Leandro P; SIMÕES, Renata D. **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Guaíba: Sob Medida, 2011, v.1 e 2012, v.2.

do amplo tema do integralismo. Enfoques regionais; sobre gênero; memória, biografia e análise de trajetória; análises comparativas e transnacionais; crítica literária e história intelectual, entre outras, representam algumas das atuais tendências e abordagens utilizadas pela atual geração de historiadores responsáveis pela renovação historiográfica do tema.

No entanto, é contrastante a abundância de trabalhos dedicados ao pensamento de Salgado e Barroso, em face à escassez de investigações históricas profundas sobre Reale. Plínio Salgado, por ter sido o chefe nacional da AIB e seu principal doutrinador, possui um número considerável (e ainda crescente) de pesquisas que o tomam como objeto principal. Não muito distante disto, a obra e trajetória de Barroso ainda é um dos objetos mais visitados pelos historiadores do tema. Afinal, ambos foram os maiores publicadores da AIB na época e eram as duas maiores lideranças políticas do movimento. Reale até hoje continua a ser pouco estudado; não obstante, já existe um maior e promissor debate historiográfico acerca de sua participação e produção intelectual na AIB.

Ricardo Benzaquen de Araújo em seu artigo *In Medio Virtus*: uma análise da obra integralista de Miguel Rele[63], nos propôs uma análise que compreende a originalidade do integralismo no Brasil a partir da consideração da universalidade do fenômeno do totalitarismo. Todavia, Araújo inovou em seu tempo, ao propor uma análise teórica que enxerga uma clivagem entre o integralismo "totalitário" de Plínio Salgado e Gustavo Barroso e o integralismo "conservador" de Miguel Reale. Ao longo do debate teórico sobre a natureza do integralismo enquanto fenômeno fascista, nas páginas seguintes, demarcaremos nossa posição contrária a esse tipo de classificação sociológica, para dar destaque ao caráter histórico do integralismo realeano com um significado anticonservador.

Em 1994, Manuel Palacios Cunha Melo apresentou outra contribuição ainda hoje basilar no estudo do pensamento político de Miguel Reale na AIB, com o artigo *O Integralismo de Miguel Reale*[64]. Melo reconheceu na obra de Reale "unidade de estilo e concentração temática" e alvos de crítica muito bem definidos unidos a "intenção de equacionar problemas filosóficos e políticos cujo desfecho é, por vezes, uma repetição retórica de fórmulas genéricas associadas à doutrina integralista". Essa ocorrência não é suficiente para diminuir o interesse do investigador sobre a obra, pelo contrário, mas Melo acredita que ela torna "um pouco descabida a perspectiva de inquiri-los como se compusessem um corpo sistemático de teorias"[65]. O objeto

[63]ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **In Medio Virtus**: uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988.
[64] MELO, Manuel Palacios C. O Integralismo de Miguel Reale. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.37, nº1, 1994, pp. 125-152.
[65] Idem, ibidem, p. 126.

de Melo se localizou na orientação intelectual de Reale, analisando seus principais temas e argumentos que sugerissem os limites das particularidades de suas ideias na "história da inteligência brasileira".

Nesse ponto, o pesquisador levantou um problema essencial para essa pesquisa, apontando com mais nitidez a tendência investigativa que Chauí vislumbrou com ressalvas duas décadas antes: a importância de se considerar o estudo de uma tentativa de construção da teoria do integralismo. É imperioso ressaltar aqui os limites que se impõe para o investigador que procure uma teoria e um sistema de pensamento acabados. Há que se pesar o fato do movimento integralista ter durado apenas cinco anos. Mas não menos importante é percebermos, como historiadores, que a percepção dos atores históricos analisados sobre si próprios e suas ações é bem diferente da nossa, como observadores hodiernos.

Cabe aqui ressaltar o papel histórico de Miguel Reale em elaborar a teoria do integralismo e coloca-la em competição com outras teorias e paradigmas que na época lutavam por hegemonia nas ciências sociais, em um cenário em que começavam a se multiplicar as primeiras instituições de pesquisa em Ciências Sociais e Políticas do país que mais tarde originarão institutos como o ISEB e a ESG, faculdades, universidades que, até então, eram muito poucos e de impacto social irrisório; e na arena política, em um momento em que o fortalecimento do Estado "modernizador" convidava os intelectuais brasileiros à missão de interpretar o país e seu povo e fazer da teoria uma ferramenta de desenvolvimento social e econômico[66].

O problema da viabilidade se se analisar o pensamento de Reale como "teoria sistematizada" será debatido ao longo dessas páginas, mas ainda está longe de ser esgotado, podemos adiantar. Um caminho proposto aqui é procurar a tendência à sistematização teórica do integralismo no alinhavar das obras de Reale com outros autores integralistas, como Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Olbiano de Mello etc., um esforço que damos início nessas páginas. O problema foi tocado pelo próprio Reale em sua síntese histórica da história da AIB inserida na Introdução à edição de 1983 de *Atualidades de um Mundo Antigo*:

> Pois bem, nacionalismo, corporativismo e autoritarismo determinaram, no seio da Ação Integralista Brasileira, diretrizes de pensamento que, - e é este um ponto essencial que facilmente se ouvida, - não chegaram a amadurecer plenamente, mesmo porque, em matéria política, o momento da maturidade só é atingido quando a experiência se converte em textos de leis e comandos normativos. Nem era possível, em tão poucos anos, ir além das ideias gerais, com um traçado de ação de contornos ainda não rigorosos[67].

[66] SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paradigma e História, op.cit.
[67] REALE, Miguel. Introdução à Edição de 1983. In: _____. Atualidades de um Mundo Antigo, op.cit., p. 11.

O sociólogo Alexandre Pinheiro Ramos e seu artigo *Estado, Corporativismo e Utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937*[68], analisou o pensamento de Reale entre 1932 e 1937, focalizando na influência intelectual sofrida pelo autor em relação às obras de Alberto Torres e Oliveira Vianna, além de outros autores estrangeiros que vão de Aristóteles a Jacob Burckhardt. Ramos concentrou seu estudo sobre o projeto realeano de "transformação" Brasil, ressaltando a possibilidade de o pensamento de Reale teria produzido uma "utopia conservadora" integralista. A chave de leitura centrada na "utopia integralista" deve ser ainda mais explorada, pois esclarece o horizonte de expectativa do período no projeto de futuro integralista, como veremos na tese ora apresentada. O corporativismo e o Estado Integral eram pensados no labor teórico das construções racionalistas de um mundo jurídico-formal, mas o *primum móbile* de toda a produção intelectual de Reale era a utopia da "Quarta Humanidade". A classificação que o autor faz dessa utopia como "conservadora", a partir de uma fundamentação muito parecida com a de Araújo e aliada à de José Chasin, também coloca a visão do cientista social no mesmo campo de crítica que os outros dois pesquisadores citados ocupam nesta tese, mas aceitando a contribuição original de todas essas visões para a historiografia do tema.

O historiador João Fábio Bertonha, que tem dado bastante atenção ao pensamento político de Reale nos anos da AIB, publicou importante artigo sobre um dos aspectos mais buscados na obra de Reale: o corporativismo. Em *O pensamento corporativo em Miguel Reale*: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro[69], Bertonha analisa em Reale a concepção de Estado, suas divergências com outros líderes, e quais foram suas principais teses acerca da teoria do corporativismo integralista, tomando como base a influência de autores italianos em sua formação acadêmica e em seu pensamento político.

Um corporativismo, sem dúvida, marcado pelas idiossincrasias e particularidades do universo intelectual da Primeira República brasileira, mas que foi pensado por Reale num momento de boa recepção de seus maiores teóricos europeus. Bertonha relativiza a clivagem entre um integralismo "conservador" em Reale e "totalitário" em Salgado e Barroso, mas afirma a existência de diferenças entre eles, sendo a tendência autoritária avessa à mobilização popular, a particularidade do pensamento de Reale frente aos dois.

---

[68] RAMOS, Alexandre Pinheiro. Estado, Corporativismo e Utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937). **Revista Intellectus**. Ano 7, vol. II, 2008. Disponível em: http://www.intellectus.uerj.br, acessado em 21 de outubro de 2012.

[69] BERTONHA, João F. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, nº 66, pp. 269-286, 2013.

Miguel Reale foi o primeiro chefe do Departamento de Doutrina da AIB, sendo o responsável pela organização e censura de assuntos doutrinários na imprensa integralista. Após sua exoneração do cargo de chefia em 1936, Reale passou a atuar sobretudo na imprensa oficial do partido como redator, à frente da revista *Panorama* e do diário paulista *Ação*, ambos criados por sua iniciativa e autorizados pela burocracia da AIB, e também escrevia em colaboração a outros periódicos integralistas, como o diário carioca *A Ofensiva*. Sobre a sua atuação na imprensa integralista tem crescido o número de investigações que abordam diferentes temas tratados pelo autor nos periódicos e revistas do partido, seja sobre sua visão de economia política corporativista[70], a revolução integralista em seu pensamento e discurso[71], ou sobre seu papel como fundador e redator do *Ação*, destinado a ser ferramenta de recrutamento no proletariado paulista[72].

A gradativa multiplicação de pesquisas que enfatizam o pensamento político na AIB, cada vez mais empenhadas no refinamento qualitativo de dados massivos do movimento integralista, organizados sistematicamente com grande esforço nos últimos anos, tem colaborado para o desenvolvimento de novas perspectivas e novas interpretações sobre o tema. A historiografia do integralismo hoje, nos coloca na busca por caminhos que nos levam, atualmente, a refletir sobre a teoria do conhecimento na própria História, ao nos depararmos com um integralismo que foi também uma teoria do conhecimento. Admitindo isso, buscamos comprovar a viabilidade, que se mostra agora como necessidade, de se estudar a obra de Reale no integralismo como historiografia e, portanto, inseri-la nos debates sobre a história da historiografia no Brasil. Dessa maneira, o surgimento de problemáticas mais ousadas a cada publicação indica que os estudos sobre o integralismo, agora mais do nunca, contribuem para o conhecimento problematizado da teoria da História e da história da historiografia no Brasil.

Conta-se quase quatro décadas hoje, desde que o trabalho clássico de Hélgio Trindade[73], que descreveu a AIB como "o fascismo brasileiro dos anos 1930", suscitou uma das questões teóricas mais densas e problemáticas na historiografia do integralismo brasileiro: a questão da possibilidade e conveniência de classifica-lo ou não como fenômeno "fascista". Como

---

[70] BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Miguel Reale e o Jornal Ação: Aspectos do projeto político econômico do Estado Integral. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Guaíba: Editora Sob Medida, 2012, v.2, pp. 221-244.

[71] CARNEIRO, Márcia Regina S. R; SILVA, Cintia Rufino F. A Panorama – o "pensamento novo" e a revolução conservadora. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Guaíba: Sob Medida, 2012, v.2, pp. 45-76.

[72] DOTTA, Renato Alencar. Acção: a lenta agonia de um jornal integralista (1937-1938). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Guaíba: Sob Medida, 2011, v.1, pp. 165-182.

[73] TRINDADE, Hélgio, **Integralismo**, op.cit.

trataremos o nosso objeto de análise ao longo de toda essa investigação como uma cultura política fascista, é preciso coligir aqui os pontos críticos desse debate.

José Chasin apresentou a tese oposta, afirmando que "Mesmo empregando um conceito de fascismo extremamente formal, H. Trindade encontra enorme dificuldade em caracterizar para o Brasil da época tanto a 'revolução' quanto o "movimento contrarrevolucionário' que exige sua noção", qual seja, "[...] todo movimento de reação contrarrevolucionária tendendo a impor uma estrutura de dominação totalitária"[74], de modo que, para Chasin, "[...] não são generalizadas tendências nacionalistas, nem imprecisas decorrências de definições estético-literárias, nem mesmo agudas reações espiritualistas de talhe tradicionalistas, que permitem falar em fascismo"[75]. As teses dos dois pesquisadores fundamentaram e ainda fundamentam grande parte da historiografia sobre o tema.

A historiografia do fascismo tem apresentado, em geral, duas tipologias mais correntes sobre o fenômeno e a aplicabilidade desse conceito. Uma corrente minoritária defende uma abordagem que enfatiza a singularidade do fenômeno fascista italiano, inscrito nas condições contextuais e conjunturais específicas da história europeia. Nessa perspectiva, o conceito de "***fascismo***" assumiu uma definição *strictu sensu* tão particularizada que dificultou sua utilização para propósitos científicos, restringida ao "***Fascismo histórico***", descartando a aplicação do conceito de "fascismo" a outros fenômenos semelhantes ocorridos em outros recortes espaciais e em estruturas não exatamente análogas às da Europa no Entreguerra[76].

Uma corrente majoritária aposta em uma abordagem que utiliza um conceito *latusensu* de "fascismo", que abarca uma ampla gama de fenômenos semelhantes que ocorreram em espacialidades histórico-geográficas muito diferentes, sendo assim chamada a abordagem do "***fascismo genérico***", mais utilizada pelos investigadores que traçam análises comparativas entre esses fenômenos, na busca de seu denominador comum, objeto que, como é de se esperar, ainda encontra-se indefinido e no centro de um acirrado debate teórico historiográfico[77].

Assim como foi dito sobre a história da historiografia integralista, a história da historiografia do fascismo nos permite visualizar a formação três grandes tendências teóricas nos estudos do "*fascismo genérico*". A primeira tendência teórica, também a mais antiga entre elas, procurou identificar as características multidimensionais do fascismo, propondo

[74] Essa conceituação formal já não aparece na 2ª edição do livro de Trindade, publicada em 1979, que ora utilizamos, Chasin faz referência à edição de 1974, também publicado pela Difel.
[75] CHASIN, José, op.cit., p. 40
[76] SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.). **Dicionário de política**. 11ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998, pp. 466-475, p. 166.
[77] PINTO, António Costa. De regresso ao fascismo. **Análise Social**, Lisboa, n.179, p. 611-627, 2006.

definições abrangentes e descrições densas. A segunda tendência teórica é aquela promove uma alternativa às caracterizações multidimensionais, procurando identificar no fascismo a sua *essência*, definida ora como "estatismo paramilitar" ou "nacionalismo palingenético". A terceira tendência teórica, por fim, surgiu como uma tentativa de superar tanto o "gabaritismo multidimensional" da primeira, quanto o "essencialismo" da segunda, ao propor uma "teoria processual" do fascismo, o que quer dizer a preferência metodológica pela observação empírica das ações praticadas pelos vários fascismos ao longo de suas etapas de desenvolvimento[78].

Na sociologia, a busca pela construção de "*tipos ideais*" do fenômeno fascista encontrou um referencial hoje largamente conhecido e empregado por muitos historiadores do tema, que se baseiam nos trabalhos de Juan Linz. O sociólogo apresentou uma "*definição tipológica multidimensional*" do fascismo, que pudesse servir como denominador comum aos variados fenômenos congêneres:

> Definimos o fascismo como um movimento hipernacionalista, em geral pan-nacionalista, antiparlamentarista, antiliberal, anticomunista, populista e, por isso, antiproletário, e até certo ponto anticapitalista a antiburguês, anticlerical ou ao menos, não-clerical, com o objetivo de alcançar a integração social nacional, por intermédio de um partido único e da representação corporativa, elementos nem sempre ressaltados de forma idêntica; detentor de um distintivo estilo e retórica, baseava-se em militantes dispostos à ação violenta, em concerto com a participação eleitoral para chegar ao poder com fins totalitários, por meio de uma combinação de táticas legais e violentas[79].

Uma das definições mais usuais do conceito de "fascismo" na atual historiografia é o de Robert Paxton, para quem o fascismo europeu pode ser definido como uma forma de comportamento político marcado pela preocupação obsessiva com o declínio, a humilhação ou a vitimização da comunidade e pelos cultos compensatórios de unidade, energia e pureza, na qual grupos de militantes nacionalistas baseado nas massas, trabalhando com dificuldades, mas em uma colaboração efetiva com as elites tradicionais, abandona as liberdades democráticas e busca com violência redentora e sem restrições éticas ou legais sobre metas de limpeza interna e expansão externa[80].

Como veremos, o "fascismo brasileiro", isto é, o integralismo dos "camisas-verdes" da AIB, não se enquadra perfeitamente neste tipo ideal apresentado por Paxton. A "preocupação obsessiva com o declínio, a humilhação ou vitimização da comunidade" diz respeito ao domínio

---

[78]Aathaídes, Rafael. O fascismo genérico e o integralismo: uma análise da Ação Integralista Brasileira à luz de recentes teorias do fascismo. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 18, n.3, p. 1305-1333, set.-dez./2014, p. 1320.
[79] LINZ, Juan J. Some Notes Toward a Comparative Study of Fascism in Sociological Historical Perspective. In: LAQUEUR, Walter (Org.). **Fascism***:* A Reader's Guide. Berkeley: University of California Press, 1976, p. 12-13.
[80] PAXTON, Robert. **The anatomy of fascism**, op.cit, p. 218.

imperialista do capitalismo internacional, e não ao "Tratado de Versalhes", e seus "cultos compensatórios" surgiram de uma posição de afirmação da soberania e autonomia do país em face ao jugo financeiro do capitalismo internacional, assim como suas narrativas oriundas de uma ideologia de "unidade, energia e pureza" eram alimentadas pela valorização da civilização mestiça latino-americana, e não pelo arianismo[81].

Outra característica marcante nos fascismos europeus que se transforma no fascismo brasileiro é o "anti-intelectualismo", ou seja, a luta contra os intelectuais e contra o racionalismo de que se nutrem convertida em uma "medida de salvação pública"[82]. No Brasil, como veremos ao longo destas páginas, a "salvação pública" era apresentada como prerrogativa da "elite intelectual" que surgia da pequena burguesia em ascensão, ávida por assumir o controle do Estado e da cultura pela "revolução do espírito", mas o saber acadêmico era, de fato, relativizado e muitas vezes, apresentado como ínfimo e insuficiente para explicar a vida com a amplitude que o integralismo pretendia..

O "abandono das liberdades democráticas" é flagrante no discurso da AIB, mas a projeção de uma "violência redentora" ficou muito aquém dos movimentos congêneres europeus, como atestara Sérgio Buarque de Holanda na crítica ácida ao movimento integralista em *Raízes do Brasil*[83], sem que se desconsidere, contudo, a importância do sentimento de violência na formação paramilitar e ideológica das Milícias Integralistas, como parte da estrutura "pré-estatal" da AIB[84], e sem esquecermos os vários conflitos violentos que fizeram dezenas de mortos e feridos entre os militantes camisas-verdes e seus adversários nos anos 1930.

Zeev Sternhell baseia sua interpretação do fenômeno fascista em duas posições. Na primeira, sustenta que o fascismo, antes de se tornar uma força política, foi um *fenômeno cultural*. Na perspectiva de uma cultura política, o crescimento do fascismo não pode ser entendido sem o percebermos como parte de rebelião intelectual muito mais ampla que se levantava contra o Iluminismo e a Revolução Francesa, que varreu a Europa no fim do século XIX e princípio do XX. O autor frisa que, essa afirmação é válida para qualquer lugar da Europa. Onde surgiu o fascismo, a rebelião cultural precedeu a política, uma visão que conduz o autor a seu segundo postulado, que afirma não haver dúvida que a cristalização ideológica

[81] VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto, op.cit.
[82] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 11.
[83] Holanda diz em seu livro "Desde já podemos sentir que não existe quase mais nada de agressivo no incipiente mussolinismo indígena. Na doutrinação dos nossos "integralistas", com pouca corrupção a mesma que aparece nos manuais italianos, faz falta aquela truculência desabrida e exasperada, quase apocalíptica, que tanto colorido emprestou aos seus modelos da Itália e da Alemanha. A energia sobranceira destes transformou-se, aqui, em pobres lamentações de intelectuais neurastênicos". HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**, op,cit, p. 187.
[84] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit.

precedeu a acumulação de poder político nos movimentos fascistas e foi a que estabeleceu as bases da ação política[85].

No esforço de caracterização das particularidades do fascismo, não parece prudente ao historiador superlativar a importância do caráter "anti" do fascismo, como o faz, por exemplo, Juan Linz, ao definir o fenômeno a partir de seu caráter "antiliberal". Por um lado, também é incabível concebê-lo como uma "variante do marxismo", como o faz James Gregor, mas por outro, não se pode reduzi-lo, como aparece de costume na interpretação marxista clássica, a uma mera reação antiproletária surgida em uma fase do capitalismo declinante. O objetivo dessa interpretação de Sternhell é tornar claro que esse corpo ideológico, (o autor define ideologia como "a interação entre cultura e política, refletindo a relação entre a adoção de posições intelectuais e sua transformação em ação"), formado muitos anos antes de 1914, corpo ideológico esse que, ao longo do tempo, sustenta um projeto "*não conformista*", "*vanguardista*" e "*revolucionário*". Assim, o fascismo no Entreguerras pode ser visto também como uma força de ruptura, capaz de arremeter contra a ordem estabelecida e de competir eficazmente com o marxismo na mente e na preferência, tanto dos intelectuais, como das massas[86].

A tradição do pensamento político que surgiu como viga mestra da ideologia fascista, o "***socialismo nacionalista***", é o produto de uma síntese criada pelo encontro do nacionalismo estatista-orgânico com a rescisão "antimaterialista" do marxismo, no final do século XIX. Sua retórica sobre a "revolução" era assentada no combate ao individualismo, fosse ele de matriz liberal ou marxista, um combate transformado em uma nova cultura política "*comunitarista*", "*antiindividualista*" e "*antirracionalista*" que, por nascer embebida pela rebelião intelectual do idealismo romântico alemão, também recusava a hegemonia das tradições originadas no Iluminismo e na Revolução Francesa[87].

Roger Griffin propugnou por conceito de fascismo definido como "gênero de ideologia política"[88]. Sua definição, distante das abordagens metodológicas amparadas na "lista" tipológica, concentra-se na identificação de um denominador comum aos fascismos. De modo genérico, o "fascismo" é um termo para designar um gênero singularmente mutável da política moderna, inspirado pela ideia de que um processo de total *renascimento político*, *social* e *cultural* (***palingenesia***) era o primeiro e mais radical passo para a superação da "crise" e

[85] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 1.
[86] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 2-4.
[87] Idem, ibidem, p. 7.
[88] GRIFFIN, Roger. **The Nature of Fascism**. Londres: Pinter Publishers, 1991, p. 26.

decadência da civilização ocidental, expressado ideologicamente na forma de um "nacionalismo revolucionário"[89].

O autor defende a construção de um "tipo ideal" weberiano do fascismo, aplicável aos fenômenos congêneres, baseado em um denominador comum visto nas singularidades da ideologia que pode ser considerada propriamente "fascista". Conforme o historiador, a singularidade ideológica que distingue e caracteriza o fascismo seria a sua campanha por uma "cultura política revolucionária", expressa por meio dos "*mitos palingenéticos*" da regeneração e renascimento da nação, sorvidos no próprio substrato cultural histórico dos países e povos onde o fenômeno fascista ocorreu. As práticas e formas de socialização vivenciadas nesses movimentos e partidos, baseadas no *culto cívico ultranacionalista e popular* aos *mitos palingenéticos* criavam uma *liturgia* e *ritualística* próprias, o que transformou o fascismo em uma verdadeira "***religião política***"[90].

Hobsbawm também observou que em vários Estados e movimentos nacionalistas em diferentes partes do mundo, a capacidade de mobilizar conjunto "laços protonacionais"[91], isto é, certas variações de sentimentos e vínculos coletivos já existentes na vida doméstica e na cultura peculiar das comunidades, estavam sendo englobadas pelo nascente Estado-nação. Esses laços protonacionais foram traduzidos nos símbolos da nova "religião cívica", cuja fé era manifesta no sentimento nacionalista e no patriotismo. O conceito de "patriotismo nacional" se tornou rapidamente uma força política poderosa, que reforçava, com sentimentos e símbolos, o estabelecimento da nova tradição. Hobsbawm utiliza a expressão de Benedict Anderson, que vê na nação moderna uma "comunidade imaginada", na qual o autor destaca sua capacidade de "preencher o vazio emocional causado pelo declínio ou desintegração, ou a inexistência de redes de relações ou comunidades humanas *reais"*[92].

Na sociologia, surge a posição contestatória de Michael Mann, que foi em busca por um "*minimun fascista*" identificando as similaridades entre este e outros protofascismos do século XX. Nesse caminho, Mann pensa que um conceito de "fascismo" deve trazer em seu bojo três elementos básicos: *Nacionalismo orgânico*, *estatismo radical* e *paramilitarismo*. O fascismo está inscrito em um conjunto maior de movimentos modernos que buscavam a consolidação e fortalecimento do Estado-nação[93].

---

[89] GRIFFIN, Roger. Fascism. In: OUTHWAITE, William. **The Blackwell Dictionary of Modern Social Thought.** Londres: Blackwell Publishers, 2003, p. 231-232.
[90] GRIFFIN, Roger; FELD, Mathew (Orgs.). **Fascism: Critical Concepts in Political Science**. Londres: Routledge, 2004, v.1, p. 6.
[91] Idem, ibidem, p. 63.
[92] HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo**, op.cit., p. 63.
[93] MANN, Michael. **Fascistas**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 12.

Em relação aos mitos palingenéticos integralistas, discordamos aqui da interpretação de Hélgio Trindade, que viu no núcleo ideológico do nacionalismo integralista um "culto ao passado", que criava uma "atitude de retorno ao passado nacional cujas raízes se encontram na exaltação do habitante primitivo antes da colonização portuguesa: o índio"[94]. Essa afirmação está equivocada em mais de um sentido. Primeiramente, não vimos "culto" ou desejos de "retorno ao passado mítico" no integralismo, embora seja muito corrente entre seus escritores a identificação do período colonial como gênese da identidade nacional, mas não se vê o chamado à reconstrução das "glórias do período colonial", muito menos ao retorno de uma "idade de ouro" pré-colonial. Inclusive, Sternhell chegou a afirmar categoricamente que o fascismo, ao contrário do que muito se vê na historiografia do tema, nunca defendeu o retorno a uma hipotética "idade de ouro"[95].

O debruçar exaustivo sobre a cultura indígena, por parte de Plínio Salgado e demais intelectuais integralistas que seguiam o paradigma definido pelo Chefe, se deu por motivos inteiramente diversos, ligados às investigações antropogeográficas, históricas, linguísticas e psicológicas realizadas por esses autores no campo epistemológico do que chamaremos "paradigma espiritualista", na virada do século XIX para o XX, trazendo um novo arcabouço teórico-metodológico e novas abordagens dos problemas sociais nas nações modernas, construídos como forma de superar o "paradigma materialista" dominante até então. É essa síntese buscada na produção intelectual de Miguel Reale que trazemos à análise[96].

Francisco Carlos Teixeira da Silva sugere uma análise da língua fascista *no interior da rede de discursos da Direita*, na qual "se nutre e se destaca (como extremo) e, por fim, emerge de forma límpida". Identificando as condições nas quais essa fala é recebida, o autor persegue suas oscilações e incorporações "do que era antes periferia e se transformara em centro, em agir e falar fascistas", defendendo uma abordagem que torne clara a concepção de mundo própria do fascismo e comum aos seus movimentos congêneres. O objetivo, justifica o historiador brasileiro, é que, "Ao contrário das análises estruturalizantes, interessa-nos *levar a língua do fascismo a sério* e não apenas considera-la como um véu que o historiador retira"[97], um interesse que nesta investigação também procuramos levar a sério.

---

[94] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 255.
[95] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 6-7.
[96] Cf.: TANAGINO, Pedro Ivo D. "**É preciso crer**": contribuição para uma história do conceito de homem integral segundo a doutrina de Plínio Salgado (1932-1937). Dissertação de Mestrado (História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.
[97] SILVA, Francisco Carlos T. Fascismo. Memória e Historiografia, op.cit., p. 174-175.

Esse procedimento atende a um princípio básico em muitas tradições historiográficas[98], reafirmado atualmente pelos grupos que prezam pela perspectiva das *Ideas in contexto*, como a história do pensamento político collinwoodiana e a *Begriffsgeschichte*, cujas abordagens consistem em examinar linguagens e vocabulários políticos de forma contextualizada e em redefinir metodologicamente significados lexicais em uso no passado para nossa atual compreensão[99]. Nesse sentido, nossa pesquisa partiu desse pressuposto metodológico frisado por Pocock, que admite a coexistência de várias linguagens no interior de uma mesma sociedade histórica ou de uma mesma língua, cada uma delas apropriada por um determinado grupo, não raro dotado de interesses conflitantes em relação aos demais. Nesse contexto metodológico, foi crucial para nossa pesquisa unir as investigações próprias da história do pensamento político, que é a reconstrução dessas linguagens e o estudo de sua manutenção no tempo, com o enfoque que, ao se concentrar sobre a "elaboração conceitual produzida em tempos de mudança rápida", prioriza "pôr os conceitos políticos e sociais em relação com a continuidade ou com a descontinuidade das estruturas políticas, econômicas e sociais"[100].

Desse modo, buscamos garantir que a produção intelectual de Reale seja analisada em relação às linguagens políticas de seu tempo e de seu contexto históricos para a elaboração de seu conceito particular de integralismo. Pocock, recorrendo à terminologia de Ferdinand Saussure, estabelece a análise linguística em dois níveis, relativos às características da língua como um todo (*langue*) e as performances particulares empreendidas por autores no seu interior (*parole*). Para Pocock, existe uma relação metodológica de estreita complementaridade entre essas categorias, pois a *langue* só pode ser reconstruída por meio da leitura e da análise de várias *paroles*, enquanto que as *paroles* devem ser compreendidas à luz da *langue* da qual recebem o seu sentido de maneira mais ou menos complexa[101].

---

[98] A definição de história cultural, ou intelectual, aceita como mais válida por Chartier, é a apresentada por C. Schorske, que não atribui metodologia particular nem conceitos determinados para este campo da História, indicando apenas a dupla dimensão de um trabalho que se propõe seguir o viés da análise cultural: "O historiador procura localizar e interpretar temporalmente o artefato num campo em que se intersectam duas linhas. Uma linha é vertical, ou diacrônica, pela qual ele estabelece a relação de um texto ou de um sistema de pensamento com as manifestações anteriores no mesmo ramo de atividade cultural (pintura, política, etc.). A outra é horizontal, ou sincrônica; através dela, determina a relação do conteúdo do objeto intelectual com o que vai surgindo ao mesmo tempo noutros ramos ou aspectos de uma cultura". CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1990, p. 64. No campo de estudos que prioriza a noção de "culturas políticas", Daniel Cefaï também chama atenção para tais procedimentos metodológicos e ao uso das categorias como "campo de experiência" e "horizonte de expectativa" como possibilidades de abordagem das "estruturas de temporalidade". CEFÄI, Daniel. **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001, p. 95.

[99] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Mass; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006, p. 104.

[100] JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João, op.cit., p. 23.

[101] Idem, ibidem, p. 20.

Por isso dizemos que nossa abordagem é linguística e contextualista, pois focamos nos conflitos sociais e políticos do passado que podem ser lidos e interpretados através do horizonte conceitual de sua época, porque é mutuamente compartilhado e desempenhado pelos atores sociais que participaram desses conflitos, o que significa focar nos dados *sincrônicos*. Sendo assim, a escolha pelo objeto de estudo, a análise das relações entre textos e seus contextos de emergência, bem como as abordagens das fontes, aqui, privilegiam acima de tudo os usos da linguagem no artifício do mundo político e social, compreendendo por "linguagem" uma ampla estrutura que abrange além de um vocabulário, uma gramática e uma retórica, "um conjunto de usos, pressupostos e implicações", que coexistem no mesmo tempo histórico e são empregados por uma determinada comunidade de usuários dessa linguagem para fins políticos, permitindo a articulação de visões de mundo ou ideologias[102].

Deste modo, além de analisar os usos feitos pelo autor em estudo dos vocabulários políticos dentro do universo de possibilidades delimitado pelo seu contexto linguístico, também buscamos identificar nos textos aquelas palavras que, a partir da interpretação da terminologia social e política da língua que se examina, podem ser caracterizadas como *conceitos* sociais e políticos. A partir desse pressuposto metodológico admitimos que, "Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos"[103].

Parece que o próprio Reale, enquanto escritor e historiador, se manteve preocupado com a questão conceitual como parte do trabalho dos analistas sociais e historiadores, enquanto ele próprio se reconhecia no papel de agente produtor de conceitos, pois "É que o arcabouço silábico é idêntico, mas quantos não são os sentidos que lhe damos! Os homens e as coisas variam, e na prisão dos vocábulos muitos são os símbolos e as imagens que encaramos, diluindo lhes o significado originário ao calor das nossas paixões"[104], e explica a diferenciação básica que percebe entre palavras e conceitos como um pressuposto teórico-metodológico de suas pesquisas, posto que a linguagem era, antes de tudo, uma arma na guerra política, como expressou na introdução ao seu estudo historiográfico-sociológico sobre a cultura capitalista, *O Capitalismo Internacional* (1935):

---

[102] POCOCK, John. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentáriuo sobre o paper de Melvin Richter. In: JASMIM, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. (Orgs.). **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006, p. 83-86.
[103] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., p. 108.
[104] REALE, Miguel. O Capitalismo Internacional, op.cit., p. 177.

> Há certos termos que são mais sentidos do que compreendidos; ferem mais a afetividade que a inteligência. São termos que descem do domínio sereno da pesquisa científica, filtram-se pela camada dos medíocres e penetram no coração agitado da massa. Em torno deles, às vezes, se constitui um complexo tal de motivos sentimentais, que deixam de ser propriamente vocábulos para se transformarem em termos-espelhos, nos quais cada indivíduo faz refletir as próprias angústias e aspirações[105].

No Capítulo 1, as análises focam a leitura da autobiografia *Memórias*: destinos cruzados, e outros textos pósteros de Miguel Reale sobre seus anos na AIB. A metodologia utilizada por Paul Ricoer[106] ao analisar o ato de criação de uma trajetória autobiografada como a de Reale, constituindo o que o autor chama de uma "escrita de si", nos propõe uma "hermenêutica do si", sendo seu objeto de análise o "sujeito" enquanto autor de sua própria história, no duplo sentido de trajetória e narrativa, o que pode ser compreendido na relação entre "identidade pessoal" e "identidade narrativa" do autor.

De acordo com Halbwachs[107], a construção de narrativas de memórias podem ser encarados no momento da análise como um espaço de formação da identidade do narrador analisado em relação a um "outro", constituindo a narrativa da memória como uma "*memória coletiva*", que denota a ampla extensão das redes em que se inseria o autor dessas memórias, o que exige de nós historiadores maior atenção metodológica aos contextos sociais que envolveram a ação individual de (re)construção da memória

Confrontamos suas narrativas e registros com outras fontes do período ou sobre ele escritas, e analisamos os "contextos de experiência" e de ação em que viveu Reale até sua militância na AIB, por lugares e momentos de sua vida cotidiana, que dão o verdadeiro sentido ao que disse e ao que fez, e a forma como se adequou aos ambientes institucionais e organizacionais. São nestes contextos de experiência que os indivíduos entram em relações de coordenação, de cooperação e de conflito, nas quais eles produzem novas formas de compreensão, de interpretação e de representação do mundo[108].

De modo a esclarecer o ambiente institucional no qual Miguel Reale e seus pares camisas-verdes produziram suas obras, analisamos os contextos de experiência e de atividade que passaram a integrar como membros da AIB. Estes contextos podem ser definidos como lugares e momentos do mundo da vida cotidiana dos autores analisados, que dão sentido ao que dizem e ao que fazem, a partir dos quais esses indivíduos se acomodam aos ambientes institucionais

---

[105] Idem, ibidem., p. 177.
[106] RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Trad. Luci Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.
[107] HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro.
[108] CEFÄI, Daniel. **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001, p. 93.

e organizacionais. São também nestes contextos que os indivíduos entram em relações de coordenação, de cooperação e de conflito, nas quais eles produzem novas formas de compreensão, de interpretação e de representação do mundo, submetidos individual e coletivamente pelos constrangimentos das "gramáticas da vida pública"[109].

Dentre estas, as "gramáticas da autoridade e do consentimento"[110] formam o eixo da ideia de cidadania; os repertórios de identificação, narração e argumentação, ações, de símbolos e rituais utilizados na mobilização de grupos e instituições, tais como a AIB, um partido revolucionário militarizado que ergueu uma complexa burocracia hierarquizada e autoritária, estruturada em um alto nível para os padrões dos movimentos totalitários da época que não chegaram a se tornar regimes, mas que foram fundamentais em suas sociedades na criação e difusão das culturas políticas de extrema-direita. De modo a conceitualizar o movimento integralista e a sua institucionalização na AIB, nossa abordagem o vê como parte da ampla noção já mencionada de "fascismo genérico".

No Capítulo 2, tomando como fontes principais as obras *Formação da política burguesa* (1935) e *Atualidades de um Mundo Antigo* (1936), nos debruçamos sobre os princípios teóricos e filosóficos da escrita da História de Reale. Além das influências acadêmicas já citadas, Reale toma como ponto de partida a filosofia da história de Plínio Salgado, assumindo também a dialética entre materialismo e espiritualismo como móvel da história, sendo a "harmonia" o seu *telos* e maior ideal, uma vez que "Os nossos ideais de unidade, de igualdade, de justiça, de paz, de ordem, etc., são modalidades de um único ideal de harmonia, [...], expressão do divino no homem"[111], asseverando, no entanto, ser falsa a impressão de que só possa haver harmonia na ausência de movimento, posto que harmonia, para ele, significava antes de tudo, "equilíbrio de movimentos". Assim, a "síntese" integral também definia o "integralismo" como sendo, sobretudo, um *conceito de movimento*[112], que se nutria da ascensão da historiografia fascista, que na época enfatizava a nova visão do "socialismo nacionalista", dentro do qual Reale enquadrava o integralismo.

nosso objetivo é analisar na "*reação espiritualista*" o sentido da "*síntese*" do "paradigma integralista" e da teoria da História em elaboração na obra de Reale. Nesse sentido, precisamos discordar da posição de autores como Vasconcellos, Chasin e Manuel Palacios, que veem como infrutífera a tarefa de se investigar o pensamento teórico e filosófico do integralismo e

[109] Idem, ibidem, p. 93-94.
[110] Idem, ibidem, p. 94-106.
[111] REALE, Miguel. Atualidades de um Mundo Antigo. In: _____. **Obras políticas** (1ª fase – 1931/1937). Brasília: UnB, 1983, Tomo I, pp.23-125, p. 25.
[112] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., p. 267-269.

impossível tratar suas obras como historiografia, e avançar e questionar sobre determinados pontos apresentados por Trindade e Chauí. Uma leitura atenta da história da historiografia do fascismo nos clarifica porquê é essencial para a teoria da História e a historiografia do integralismo no Brasil a proposição de abordagens teórico-metodológicas que questionem tanto a imprecisão conceitual quanto o excesso de formalismo categórico sociológico.

Nesse sentido, o olhar direto sobre as reflexões de Miguel Reale sobre a teoria do integralismo e como uma história do pensamento político integralista deveria ser escrita, nos explicarão porquê um olhar que se prenda somente às determinações estruturais ou "tipos ideais", perderá o significado que a *síntese* possuía no paradigma integralista, tanto na teoria quanto na práxis. Tratado como um discurso que "nasce naturalmente no vazio", para usar as palavras de Florestan Fernandes[113], esvaziam-no de significado e racionalidade por sua "debilidade teórica", ou como mera "falácia autonomística de país periférico". Tal visão perpetua o vazio investigativo em torno do pensamento político integralista no que este possui de mais elementar e estruturante na formação dos camisas-verdes e da AIB, comprometendo a compreensão do real significado que o conceito de integralismo possuía nos anos 1930.

É através da influência desse fenômeno quase subterrâneo, mas essencial na formação da cultura política, do pensamento político, da ideologia e da práxis do fascismo, e consequentemente, que procuramos demonstrar presente no substrato histórico que nutre e dá significado ao conceito de "integralismo" nos anos 1930. Desse modo, ao contrário de secundário ou desprezível do ponto de vista teórico-metodológico, ou de ser tratado como um "véu" ideológico que o historiador deve retirar, o conceito de *espiritualismo* é, antes de tudo, uma chave inescapável para qualquer historiador que se proponha analisar o pensamento político integralista de uma forma contextualizada, mas também diacronicamente, o que nos leva ao estudo do significados importantes nos textos realeano, que remontam às tradições fundantes do Renascimento e da ciência política moderna[114].

O conceito de "*materialismo*" e as diferentes tradições intelectuais que ele representa completa o conceito de espiritualismo, e é da síntese dos dois que surge o conceito de "integralismo". Por isso, cabe ressaltar, o conceito de "materialismo" também não pode ser tratado como mero "véu" ideológico para disfarçar o anticomunismo fascista e denegrir o adversário, mas como parte integrante da teoria do integralismo, e é no campo da produção intelectual teórica que procuramos demonstrar isso.

---

[113] FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto, op.cit., 11.
[114] SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

No Capítulo 3, analisamos a teoria integral do direito e do Estado, tomando como fonte principal o livro de estreia de Reale na AIB: *O Estado Moderno* (1934), dentre trechos tirados de outros livros e artigos publicados na imprensa ou revistas integralistas. A irrelevância com que os conceitos de "espiritualismo" e "materialismo" na ideologia integralista tem sido tratados contribui, sobretudo, para a confusão que às vezes ocorre nas investigações sobre as tradições, correntes e grupos políticos, sociais e culturais que convergiram na formação da AIB nos anos 1930, confundidos ou trocados por categorias e conceitos analíticos tomados de empréstimo das ciências sociais – afinal, campo no qual as pesquisas sobre o tema se renovaram auspiciosamente -, e que acabam sendo aplicados, muitas vezes, sem o menor respeito à historicidade do fenômeno integralista. Assim, conceitos/categorias como "*autoritarismo*", "*totalitarismo*", "*nacionalismo*", "*conservadorismo*" etc., têm sido utilizados para tentar definir o que foi o integralismo, se *não* foi um tipo de "fascismo brasileiro", ou *porquê*, antes de mais nada, foi uma cultura política fascista[115].

Os estudos acerca da teoria integral do direito e do Estado em Reale buscaram inspiração no ideal que o próprio autor chamou de "liberalismo social", desenvolvendo seu aporte teórico-metodológico denominado posteriormente como "historicismo axiológico"[116], ou seja, a investigação do *fato* e da *norma*, pautada na análise histórica dos conceitos representantes de *valor*. Com a influência do pensamento neokantiano, Reale acabou se aproximando da tendência que marcou toda sua obra dali em diante: o *culturalismo*[117]. Os livros *Fundamentos do Direito* (1940) e *Teoria do Direito e do Estado* (1940), são obras que, de acordo com o autor, "o culturalismo tridimensionalista já se apresenta com contornos mais precisos"[118]. Essa visão inovadora que Reale introduziu no mundo do Direito, atingiu a sua consagração internacional com a *Teoria Tridimensional do Direito*.

A criação desse marco teórico no pensamento de Reale se deu sob a influência do *historicismo*, do *hegelianismo*, do *marxismo*, de Benedetto Croce e do conceito de "*cultura"* compartilhado por autores neokantianos alemães[119]. Assim, Reale admitiu que, "após o estudo

---

[115] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____. (org.). **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 26-27.
[116] Idem, ibidem, p. 7.
[117] Segundo Everaldo Gonzales, a *Teoria Tridimensional do Direito* de Reale foi aplicada como fundamento de vários institutos e inovações do *Código Civil Brasileiro de 2002*. O autor afirma que esta teoria insere-se no âmbito do *culturalismo jurídico*, corrente que nasceu com o pensamento kantiano. Kant, em sua obra *Kritik der Sitten*, havia observado que "A produção, em um ser racional, da capacidade de escolher os próprios fins em geral e, consequentemente, de ser livre, deve-se à cultura". GONZALES, Everaldo Tadeu Quilici. *A Teoria Tridimensional do Direito e o novo Código Civil Brasileiro*. Encontrado em: http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/145.pdf, acessado em 10 de setembro de 2013.
[118] REALE, Miguel. *Memórias*. op.cit., p. 148.
[119] Idem, ibidem, p. 146-147.

de várias tentativas de soluções integrantes", teria alcançado "a nova síntese", segundo a qual, a determinação da natureza do Direito surgiria de uma crítica histórica, esperando que a "intuição globalizante" das três facetas do Direito tomasse como baliza a vida cultural de uma dada sociedade[120]. Reale nunca escondeu que o desenvolvimento de todo o seu pensamento, toda sua obra, teve início com os problemas e diretrizes descobertos com o integralismo.

No Capítulo 4, abordamos o pensamento político integralista a partir da ênfase do papel de Miguel Reale na imprensa e como chefe do Departamento de Doutrina, atuando como censor da imprensa integralista. Seguindo a abordagem do integralismo como "fascismo genérico", priorizando a análise das suas "*negações*" *ou antíteses* (***antiliberalismo***, ***anticomunismo***, ***antissemitismo***). De acordo com Mann, o nacionalismo fascista traz como característica principal o organicismo, defendido com uma preocupação obsessiva e exasperada com os inimigos da "unidade orgânica". O exemplo mais radical é o caso alemão, no qual a componente ideológica do racismo gerou um discurso específico de "regeneração" e pureza da nação. O sociólogo também enxerga identifica os "mitos palingenéticos" como elementos constitutivos do nacionalismo fascista, mas questiona a alta importância dada à sua funcionalidade ideológica. O "fascismo", conforme a definição de Mann, seria "a tentativa de construção de um Estado-nação transcendente e purificado por meio do paramilitarismo"[121].

Os discursos sobre os "inimigos" do integralismo cumpriam, segundo Koselleck[122], uma função primacial de constituição identitária de um grupo formado para a luta política e a crítica intelectual, através do emprego de conceitos antitéticos assimétricos. O emprego desses conceitos deu as bases para a formação de um tipo particular de narrativas que caracterizou a radicalização da AIB nos anos 1930: as mitologias políticas da "conspiração", como parte de uma estratégia de mobilização de massas. Nessas análises, tomando os estudos de Raoul Girardet[123] como referência para o assunto, nosso objeto fica melhor situado em seu contexto histórico, ao passo em que damos ênfase ao processo de mudança histórica lenta e multi-autoral que ocorrem dentro e entre as linguagens políticas sobre as quais Reale teve necessariamente que se voltar, como sugere Pocock[124].

Mais tarde, Reale admitira que "Houve, pois, irrecusável exagero no emprego de elementos emocionais. Até certo ponto, o "irracionalismo" tem sido a moléstia infantil tanto do Fascismo como do Comunismo, dando sentido a coloração inesperados ao sistema das ideias

---

[120] REALE, **Memórias**, op.cit., p. 147.
[121] Idem, ibidem, p. 27.
[122] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., p. 193.
[123] GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas, op.cit., p. 62.
[124] POCOCK, John G. A. Conceitos e discursos: uma diferença cultural?,op.cit., p. 84.

quando transposto para o plano ardente da *praxis*"[125]. Nesse sentido, o autor se escusava do peso que o "mito palingenético" [126] do "Brasil novo" renascido das cinzas da luta entre integralismo e comunismo adquiriu no movimento, revelando a face mais sombria e violenta da campanha integralistas nos anos 1930: a perseguição implacável e virulenta aos seus adversários políticos, muitas vezes desfechada em chacinas, como ocorreu em São Paulo (1934), Bauru (1934), Campos dos Goytacazes (1937), etc. Ideologia, utopismo, mitos políticos são alguns dos aspectos mais marcantes dessa cultura política integralista, que se mostrou mais violenta do que se dizia em muitos aspectos, ensaiou um *putsch* em 1938 testando, assim, a eficácia das novas técnicas políticas de massa que Reale procurou com empenho teorizar e colocar a serviço da campanha da AIB. Seu grande mentor nesse campo do conhecimento foi o próprio Chefe, Plínio Salgado.

No Capítulo 5, analisamos como o conceito integralista de "corporativismo" foi formulado e apresentado como a saída para a questão social e a crise econômica e política nos anos 1930, interpretada na obra doutrinária e teórica de Miguel Reale. Essa alternativa corporativista trazia um projeto modernizador nacionalista de *terza via* cujos matizes teóricos variavam entre o liberalismo econômico e o marxismo revolucionário; e as colorações ideológicas iam do autoritarismo ao totalitarismo, uma síntese que parece ter contribuído decisivamente na campanha integralista através da imprensa e do livro, definindo melhor os limites de quais tradições deveriam passar pela revisão e síntese integral, e quais deveriam ser marginalizadas. Destacamos as principais fontes teóricas do corporativismo realeano, desde os filósofos da Antiguidade, mormente Aristóteles[127], até Durkheim[128] e Manoïlescu, construindo uma teoria do corporativismo e uma visão da terza via formada por tradições as vezes conflitantes e politicamente concorrentes com o pensamento corporativista cristão conservador.

Alguns dos principais estudos sobre a produção intelectual de Reale na AIB, como o de Ricardo Benzaquen Araújo[129], João Fábio Bertonha[130], Cíntia Rufino da Silva[131], etc., destacaram a centralidade da teoria corporativista realeana no esforço na definição das diferentes atribuições destinadas a *sindicatos* e *corporações* no projeto de Estado Integral, delimitando os limites do monopólio da representação dentro de cada categoria e a estrutura

[125] Reale, Miguel. Atualidades de um Mundo Antigo, op.cit., p. 9.
[126] GRIFFIN, Roger; FELDMANN, Mathew (Orgs.). **Fascism**, op.cit., p. 6.
[127] ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Lafonte, 2012; ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Pietro Nassetti São Paulo: Martin Claret, 2005.
[128] DURKHEIM, Émile**. Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
[129] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen, In MedioVirtus, op.cit., p. 23-24.
[130] BERTONHA, João Fábio. O pensamento corporativista de Miguel Reale, op.cit., p. 277).
[131] SILVA, Cintia Rufino F. da, op.cit., p. 6.

hierárquica autoritária em que funcionaria o novo sistema eleitoral. Trabalho e cidadania são, na doutrina corporativista realeana, o eixo central da concepção do *homo corporativus* da cultura política integralista, pensado como um agente da colaboração interclassista submetido ao esforço coletivo de modernização nacional dirigido pelo Estado. A mobilização das classes trabalhadoras para a formação de um corporativismo de base societária se impunha no integralismo[132].

António Costa Pinto[133] e Álvaro Garrido[134], mostraram como tem sido tratado o conceito de "corporativismo" pela historiografia e demais ciências sociais, entre suas três principais nuances teóricas: o corporativismo social, o corporativismo político e o corporativismo econômico, na construção dos projetos de um *welfare autoritário* que deveria solucionar a "questão social", se preciso, por vias antidemocráticas. Não obstante, o corporativismo despontou no período Entreguerras como a "alternativa futuro", imprimindo novos significados ao horizonte de expectativas do período que chegou a ser chamado de "o século do corporativismo"[135].

Aqui foram destacadas obras como *O Capitalismo Internacional* (1935) e *O ABC do Integralismo* (1935), entre artigos da imprensa integralista, como a revista *Panorama*, para demonstrar aos caminhos da historiografia integral para construir a crítica antiliberal, primeiramente em bases teóricas, posteriormente, traduzida em forma panfletária e midiática para a propaganda de massas do movimento integralista. O discurso integralista apresentava-se como uma revolução no campo do pensamento político e social, e a teoria corporativista realeana colocava-se no campo do *anticapitalismo* radical, nos moldes do *sindicalismo revolucionário*[136], apresentando o mesmo vocabulário político radical com relação à defesa do estatismo-organicista nacionalista-autoritário[137].

---

[132] REALE, Miguel. Perspectivas Integralistas, op.cit., p. 19.
[133] PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do fascismo, op.cit, p. 21.
[134] GARRIDO, Álvaro. **Queremos uma nova economia!** Estado Novo e Corporativismo. Lisboa: temas e Debates – Círculo de Leitores, 2016, p. 27.
[135] SCHMITTER, Philippe, Still the century of corporatism? **Review of Politics**, 36 (1), p. 85-131, 1974.
[136] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 7.
[137] STEPAN, Alfred. **Estado, Corporativismo e Autoritarismo**. Trad. Marina L. T. V. de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CAPÍTULO 1
HISTÓRIA MAGISTRA VITA: MEMÓRIAS DA AIB NA TRAJETÓRIA AUTOBIOGRAFADA DE MIGUEL REALE

Com fervor estudemos a História
Desta terra que é luz e bravura,
Dos seus feitos guardemos a glória
Do auriverde pendão que fulgura.
Estudar é vencer, procuremos
Erguer alto esta fase querida,
Nossos mestres, pois neles tivemos
Um luzeiro a guiar-nos na vida

Hino do *Instituo Medio Dante Alighieri*

Escrevendo sua autobiografia *Memórias*: Destinos Cruzados (1987) [138], Miguel Reale definiu o tempo que recobre sua formação educacional, acadêmica e integralista por meio de três conceitos aprendidos no estudo das letras latinas, aprendidas no meio cultural familiar e escolar no *Instituto Medio Dante Alighieri*, marcado pelo ideal de *italianità*: "*gesta*", "*amor*", "*virtus*"[139]. A antiguidade greco-romana foi a fonte principal em toda a obra integralista de Reale, inspirando tanto a teoria quanto o a forma e o estilo de sua escrita, o que o próprio autor nos faz antever na apresentação de sua trajetória intelectual e política autobiografada.

Nesses anos de formação inicial até o seu ingresso na AIB, Reale assistiu o desmoronamento da *Belle Époque* burguesa, dragada pelo sorvedouro da Primeira Guerra Mundial, cujos desdobramentos afluíram em uma era de revoluções e contrarrevoluções que caracteriza o período Entreguerras no Brasil e no resto do mundo. Com sua entrada na AIB, Reale se ocupou, antes de mais, de estabelecer as bases da teoria e do método da História integralista, mas sua ação política o colocou em posição de liderança tão destacada, que uma análise de sua trajetória, narrada em sua "gesta", isto é, sua autobiografia, também se coloca como uma análise da própria trajetória institucional da AIB.

Com essa nova era, a política passava a dominar todos os campos da vida, com a ascensão das ideologias totalitárias entre direitas e esquerdas políticas. Esse imperativo trazia consigo uma percepção do conhecimento histórico como a chave fundamental para o sucesso na vida

[138] A autobiografia de Miguel Reale se divide em dois volumes. O primeiro é o já citado **Memórias**: destinos cruzados, que cobre a fase de sua vida que vai do nascimento até a década de 1950. É esta que constitui fonte primária para nossa pesquisa. O segundo volume narra suas memórias da década de 1950 até o processo de redemocratização em 1988. Cf.: **Memórias**: a balança e a espada. São Paulo: Saraiva, 1987, v.2.
[139] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 95-118.

política, ou, dito com outras palavras, era preciso conhecer amiúde o passado para aprender com a experiência as bases seguras para agir no presente, acolhendo a História como propedêutica para criação de uma vida nova, para além de qualquer experiência já vivida, como sonhavam os jovens intelectuais engajados da geração de Reale. Uma prédica que ecoa as palavras de Cícero, aquela que a vê como a "mestra da vida", um *topos* que na época em que Reale viveu sua juventude já estava diluído na noção moderna da História como um conceito de *movimento*[140].

Miguel Reale vivenciou a generalização da "*revolução*" como conceito básico de um novo vocabulário político que se formava no fragor da violência das guerras civis que marcam o período no país. Foi observador das ondas da rebelião tenentista em 1922 e 1924 e do movimento armado dos outubristas de 1930. Na guerra civil de 1932, decidiu agir, e se alistou na frente dos rebeldes paulistas. Reale é, afinal, um ator histórico cuja trajetória caracteriza esse novo "homem histórico" que Nietzsche via surgir no final do século XIX, o "homem histórico" [141]:

> Um olhar lançado ao passado os impele a prejulgar o futuro, lhes dá a coragem de lutar ainda com a vida, faz surgir neles a esperança que o bem acabará por vir, que a felicidade está atrás da montanha da qual se aproximam. Esses homens históricos imaginam que o sentido da vida vai lhes aparecer à medida que perceberem o presente, pela contemplação do passado, para aprender a desejar o futuro com mais violência. Não sabem como pensam e agem de uma maneira não-histórica, apesar de sua História, e como seus estudos históricos, em vez de estar a serviço do conhecimento puro, estão na realidade a serviço da vida[142].

Paul Ricoer, ao analisar o "homem moderno" no ato de criação de uma "escrita de si", sugere uma investigação que busca a "hermenêutica do si", que toma como objeto o "sujeito" enquanto autor de sua própria memória, o que pode ser compreendido na relação entre "identidade pessoal" e "identidade narrativa" do autor. A análise dessa relação se dá apoiada na *linguagem*, na *pragmática da ação* e na *semântica*. A noção de "identidade pessoal só se articula na dimensão temporal da existência humana, por isso, Ricoer parte da teoria narrativa, a partir da perspectiva da constituição do si. A hermenêutica do si e a teoria narrativa, suscitam o entrecruzamento de gêneros estilísticos específicos, como a historiografia, a biografia e a autobiografia romanesca. Em comum, todos trazem a ficcionalidade, bem como o estilo

[140] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., p.
[141] NIETZSCHE, Friedrich. **Da utilidade e do inconveniente da História para a Vida**. Trad. Antônio Carlos Braga; Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, 2008.
[142] Idem, ibidem, p. 26.

narrativo, característico também da historiografia. Ao narrar uma história, os autores estão sujeitos, inevitavelmente aos problemas quanto ao uso da forma narrativa e à (re)construção dos fatos que compõe essa narrativa. Portanto, a *temporalidade* é uma questão central na abordagem de uma autobiografia.

> [...]a compreensão do si é um interpretação; a interpretação de si, por sua vez, encontra na narrativa, entre outros símbolos e signos uma mediação privilegiada; esse último empréstimo à historia tanto quanto à ficção fazendo da história de uma vida uma *história fictícia* ou, se preferirmos, uma *ficção histórica,* entrecruzando o estilo *historiográfico* das *biografias* com o *estilo romanesco das autobiografias imaginarias*[143].

Segundo Ricoeur, uma das proposições da teoria narrativa durante a análise de textos da natureza da autobiografia de Reale é estabelecer os limites entre o ponto de vista descritivo sobre a ação e o ponto de vista prescritivo, que podem ser flagrados nos textos dos autores sob a análise de nós, investigadores. "Descrever", "narrar" e "prescrever" são, diz Ricoer, três momentos de um mesmo processo de constituição da ação e constituição do si. Disso o investigador deve depreender, consequentemente, que o agente produtor dessa fala – dessa *memória* – possui ele próprio uma história, e tal como como toda história, ela compõe uma trajetória marcada pelas mudanças vividas nos altos e baixos trazidos pela *Roda-da-Fortuna*, imagem mítica que representa a imprevisibilidade que as vezes parece reger o porvir da vida humana. Como já se pode supor, essas mudanças experienciadas em vida articulam-se e fundem-se dialeticamente no ato criativo da narrativa literária[144].

É na escrita da memória que indivíduo, o ator histórico, encontra a identidade que seu "si" procurou por uma vida inteira, e a descreve, em sua narrativa, sob o constrangimento da gramática das frases de ação e de sua conexão com a vida. Por isso podemos afirmar que não existe narrativa eticamente neutra. Nesse sentido, a literatura pode ser encarada como um "vasto laboratório" onde são testadas estimações, avaliações, julgamentos de aprovação e de condenação pelos quais a narrativa se presta ao papel de "propedêutica à ética". Desse modo, a narrativa literária está colocada comum espaço no qual os "testes de si", feitos sempre em relação ao "outro", constitui o espaço e tempo da composição das identidades[145].

Conforme Ricoeur, os hábitos de um sujeito conferem uma certa "historicidade ao

[143] Idem, ibidem, p. 138.
[144] Idem, ibidem, 138.
[145] Idem, ibidem, 139-140.

caráter", visto como elemento fundamentalmente específico na formação identitária, bem como uma sedimentação que confere a ele uma espécie de "permanência no tempo". O *caráter* identifica o "si" como único e individual, ou seja, singulariza o *ipse*. Ao longo do tempo, os diferentes hábitos constroem o caráter desse sujeito, de modo que o *ipse*, que é individual, passa a ser visto como o mesmo, quando considerada a duração e repetição de seus hábitos. Desse modo, o caráter deve ser visto por nós, pesquisadores, como sendo ao mesmo tempo fator de ***individuação*** (*ipse*) e ***mesmidade*** - semelhança (*idem*)[146].

Além de ser tratado pelo sujeito que narra como algo "imutável absoluto", o *caráter* também pode ser tematizado como disposições adquiridas, através das quais o "outro" entra na composição do "mesmo". Reconhecer-se "no" modelo de outrem, seja uma pessoa ou personagem, contribui para reconhecer-se "com" algo a espelhar-se, e a partir disso reconhece-se e construir (se) uma identidade própria. Esse reconhecimento, portanto, pressupõe assunção de valores. Nesse caso, procuramos analisar a construção da identidade de Miguel Reale a partir da relação feita de "identificações com", ou seja, a partir dos modelos de "caráter", "virtude", "identidade", "personalidade", "biografia" etc., elencados pelo autor como fontes de inspiração e admiração em sua trajetória[147].

Ao pensar a narrativa de memórias como *locus* de formação da identidade em relação a um "outro", Halbwachs criou a categoria de "*memória coletiva*", de acordo com a qual, a produção de narrativas memorialísticas não pode ser efetivamente analisada sem um conhecimento rigoroso dos contextos sociais que envolvem o trabalho de (re)construção da memória. Por essa categoria de *memória coletiva*, a memória deixa de ser analisada apenas na sua dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um ator histórico (bem como de qualquer pessoa) não são apenas suas, mas se nutrem e são nutridas pela vida social, ou, dito nas palavras do autor, "só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar em uma ou mais correntes do pensamento coletivo" de modo que se pode concluir, "Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva[148].

Assim, a *memória coletiva* segundo Halbwachs[149] é um processo de reconstrução que

---

[146] A questão da identidade no tempo, aponta Ricoeur, nos mostra o problema da *ipseidade* e da *mesmidade*. Dessa problemática resultam três tipos de avaliação da identidade. 1) numérica – a qual pressupõe que duas ocorrências de uma coisa "x" formam uma única e mesma coisa. 2) qualitativa – "corresponde à operação de substituição sem perda semântica". E a continuidade ininterrupta – "critério anexo ou substitutivo da similitude". RICOEUR, Paul. **O si mesmo como outro**, op.cit., p. 141-142.

[147] RICOEUR, Paul. **O si mesmo como outro**, op.cit., p. 147.

[148] HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013, p. 30-31.

[149] HALBWACS, Maurice, op.cit., p. 30.

pode ser analisado conforme dois aspectos: o primeiro atenta para o fato de que a narrativa dessa memória não se trata de uma reconstituição objetivamente linear dos acontecimentos e vivências no contexto investigado; o segundo aspecto da *memória coletiva* que deve ser observado atentamente pelo investigador é que ela se diferencia dos eventos e experiências que podem ser identificados e localizados precisamente em um determinado tempo e espaço e num conjunto de relações sociais coerente e bem definido.

Para o autor das memórias analisadas, a lembrança em elaboração necessita de uma comunidade afetiva, cuja realização se dá no convívio social estabelecido por ele ao longo da vida. Desse modo, percebemos a construção das *Memórias* de Reale como o resultado da combinação das memórias dos diferentes grupos, facções e correntes de pensamento nos quais ele esteve inserido e pelas quais ele foi influenciado, e formado, diríamos. ao longo de sua formação educacional e de sua atuação na AIB. Nessa perspectiva analítica, o ator histórico se insere em dois tipos de memória, a individual e a coletiva.

Como foi destacado por Cefaï, ao analisarmos as "estruturas de pertinência" intrínsecas a um determinado discurso político, priorizamos os quadros interpretativos e pragmáticos que informaram as escolhas de Reale, as disputas e compromissos vivenciados na AIB, observados como expressão do grau de autonomia do autor frente às limitações e alternativas apresentadas pelo contexto, preconizando pela ênfase na pluralidade de posições ao invés de deixar passar a noção de um "consenso hegemônico" no interior da AIB, o que nunca existiu, e, do mesmo modo, matizar essa heterogeneidade do grupo integralista coma heterogeneidade dos vários outros grupos e projetos existentes na sociedade brasileira dos anos 1930, cada um em luta pela proeminência de uma dada visão de mundo[150].

1.1 "*Gesta*": história e revolução entre as "Arcadas" e as trincheiras

> Alistei-me como quem vai para a luta a procura de si mesmo, certo de encontrar no perigo o sentido novo da vida. Ao voltar, compreendi que a minha crise espiritual tinha sido, como a de muitos de minha geração, a crise de quem se fecha em si mesmo, devorando as próprias ideias no silêncio egoísta dos gabinetes, sem compreender que a ideia é tanto mais nossa quanto mais a espalhamos pelo mundo.
>
> Miguel Reale, **O Estado Moderno**

[150] Idem, ibidem, p. 95-96.

"*Gesta*", do latim "ato", "evento", "feito" ou "façanha". Por isso é normalmente encontrada no título de poemas épicos medievais, principalmente os do gênero de "canção de gesta" (*chanson de geste*), que narra feitos heroicos e grandiosos, seja de biografias individuais ou de países inteiros, como a *Gesta Romanorum*, (1300) *Gesta Francorum*. (séc. XII), *Gesta Regum Britanniae* (1240), *Gesta Willelmi ducis Normannorum et regis Anglorum* (séc. XI) ou a *Gesta Roberti Viscardi* (1090). Também se vê a "*Giesta*", como o "Símbolo, em certas regiões, do Norte (pontos cardeais) e da função régia. A flor amarela da giesta poderia ter sido, segundo se diz, a origem da flor-de-lis heráldica, ou do ramo de ouro. [...] Os ramos em flor da giesta eram usados nos funerais: cobriam-se com eles o corpo dos defuntos"[151].

De acordo com Hannah Arendt, entre os antigos gregos, a "grandeza potencial" dos mortais era vista em sua capacidade produtora, ou seja, de criar "obras", "feitos" e "palavras" que mereciam um lugar na "eternidade", de sorte que através delas os meros mortais também pudessem gozar do privilégio de ingressar na constelação seleta que forma o universo das "coisas eternas"[152]. Para os gregos até a época de Sócrates pelo menos, era isso o que constituía a diferença entre o homem e o animal. Só os melhores (*aristoi*), que provam constantemente o seu valor "melhor", preferindo a fama às coisas que não deixam rastro nem herança, são considerados realmente humanos, os que não almejam nada além da mera existência eram vistos como as próprias feras, como se lê na *Política* de Aristóteles[153].

Em seu Prefácio à 1ª edição de *O Estado Moderno* (1934), seu primeiro livro, Reale pede a compreensão do leitor diante do estilo literário apressado e sem maiores compromissos com a beleza estética. O motivo dessa apresentação pouco refinada, no entanto, parece ser mais do que suficiente para justificar um desapego pela forma do texto que, com certeza, soaria como um pecado para qualquer pessoa educada na tradição das letras e da retórica latinas. O autor não se via dispor do privilégio da paciência para burilar as letras escritas para uma "verdade eterna".

Esses ensaios foram criados no ardor da guerra civil de 1932, na amargura e vergonha da derrota, e na esperança de uma nova revolução, a integralista. Acima de qualquer coisa: ele previa essa nova revolução como resultado da marcha inexorável da história, como se esse *telos* filosófico explicasse o sentido de sua própria vida naquele momento: a superação de si mesmo

---

[151] CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alan, op.cit., p. 470.
[152] ARENDT, Hannah. **A condição humana**, op.cit., p. 23.
[153] O filósofo diz "Ora, aquele que não pode viver em sociedade, ou que de nada precisa para bastar-se a si próprio, não faz parte do Estado; é um bruto ou um deus. A natureza compele assim todos os homens a se associarem. [...]; porque se o homem, tendo atingido a sua perfeição, é o mais excelente entre todos os animais, também é o pior quando vive isolado, sem leis e sem preconceitos". ARISTÓTELES. **A Política**, op.cit., p. 19..

como indivíduo e como brasileiro. Assim, nos debruçamos sobre essa "canção de gesta" (se compreendemos bem a intenção do autor) autobiográfica, sociológica e histórica que Reale escreveu em suas *Memórias*, enquanto procuramos em suas obras da época integralista os indícios dessa trajetória que não foi apenas intelectual no sentido contemplativo, mas que buscou a ação como o sentido da vida e a realização de seu ideal republicano no integralismo.

> Desculpai se, abandonando a calma profissional do academicismo, minha expressão, às vezes, é dura e sem disfarces. Escrevi estes ensaios, que marcam o processo de minha formação integralista, certo de que auxiliarão os homens de 40 anos a compreender melhor uma geração cuja adolescência foi roubada pela guerra[154].

Miguel Reale nasceu em São Bento do Sapucaí, no Vale do Paraíba paulista, em 6 de novembro de 1910. Filho de Biagio "Braz" Reale e Felicidade Chiaradia Reale, Miguel Reale provinha de uma família de italianos e ítalo-descendentes originários da região Sul da Itália (*Basilicata*[155]), que trabalhavam e viviam conjuntamente com outras famílias italianas em uma colônia de fruticultores[156] que formaram na fronteira entre os estados de Minas Gerais e São Paulo; colônia que não teve êxito nem existência duradouros, mas que teria sido fundamental para criar mútua contribuição entre as culturas brasileira e italiana, que se miscigenou[157] naquela região do Vale.

Era da família da mãe, Felicidade, que vinha o sangue brasileiro com veio indígena, já devidamente temperado pela cultura mediterrânea do pai. Miguel Chiaradia começou a vida no Brasil aos 20 anos como mascate no Rio, tornando-se, em São Bento, major-médico da Guarda Nacional e proprietário de terras e negócios, integrado e atuante na política local. Por isso, além de emprestar-lhe o nome, o avô materno foi para Miguel Reale uma imagem representativa da fusão dos dois povos e das duas culturas[158].

---

[154] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 8.
[155] Que orgulhosamente Reale relembra como a Magna Grécia de Zenão e dos filósofos eleatas. REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 9.
[156] A fruticultura na região foi iniciativa apoiada por Wenceslau Braz, ex-presidente da República (1914-1918), que por isso teria se tornado amigo íntimo de seu pai, integrando-o ao seu seletíssimo grupo de pescaria, formado por notáveis da região e correligionários de Braz. A família Reale também se tornou vizinha de frente do ex-presidente, construindo um "palacete" (sic) no centro de Itajubá, em um momento de prosperidade em que o Dr. Braz Reale foi nomeado médico da Rede Ferroviária Sul-Mineira. REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 4, 21.
[157] Reale diz: "Pode-se bem compreender o que significou a integração, nesse meio, dos imigrantes italianos de origem camponesa, provenientes do Sul da Itália, dotados de mais consistentes valores culturais, habituados ao amanho hereditário da terra, mas também testemunhas, quando não vítimas, dos embates violentos de facções políticas, cujas fontes eram, às vezes, medievais. Deu-se, assim, um amálgama entre valores europeus e nativos", prosseguindo com alguns parágrafos de critica às políticas públicas adotadas na época, em relação à má estruturação do sistema de colonato, o que levou ao seu insucesso, que o autor lamenta. Idem, ibidem, 6-7.
[158] Idem, ibidem, p. 1-16.

O pai de Miguel Reale, Dr. Braz Reale, era ex-oficial-médico (tenente) do Exército italiano. Além de clinicar na região, também demonstrou empreendedorismo nos negócios, embora a sucessão de iniciativas malfadadas o tenha dado um final de vida um tanto penoso e à sua família, dificuldades financeiras. Mas possuíram terras entre São Bento e Campos do Jordão, propriedades em Itajubá, uma farmácia no Rio de Janeiro, arrasada pela ressaca do mar da Guanabara, e uma serraria no Sul de Minas que faliu, o que foi para a família um prejuízo irreparável. Mas ainda assim, mantiveram-se entre as classes médias como uma família pequeno-burguesa, sem nunca de fato terem se tornado pobres. Conquistaram dignidade pública, tendo o Dr. Braz Reale uma praça em sua honra, e o major Miguel Chiaradia, uma rua. No escudo de armas da família, uniam-se as espadas do pai e do avô, duas relíquias genealógicas que o autor descreve como símbolos dessa distinção[159].

Miguel Reale viveu a maior parte da sua infância e pré-adolescência em Itajubá, no Sul de Minas Gerais, onde residiu até 1921 e ganhou sua "*mineiridade*", como ele mesmo diz. "Bons tempos aqueles em que me era dado fruir os últimos lampejos da civilização burguesa oitocentista se prolongando até as primeiras décadas do século seguinte"[160]. Foi na ruína desse mundo que Reale obteve sua memória mais antiga sobre a política, escreve o autor, sobre a época inicial de sua instrução formal no Colégio Nossa Senhora da Glória, quando costumava passear pela cidade, montado em seu piquira, puxado "alegremente" pelo menino empregado de sua casa. Foi em um desses passeios equestres que lhe sobreveio, vinda de grandes eventos que aconteciam do outro lado do Atlântico, sua "primeira impressão política":

> O Brasil acabara de declarar guerra à Alemanha, e o povo irado saiu à rua para demonstrar seu patriotismo. Tomado de inata curiosidade pelos movimentos populares, acompanhei a turba que cruzava a cidade, com vivas ao Brasil e impropérios contra o Kaiser. Tudo acabou na frente de uma padaria de uns pobres alemães aterrorizados, sob ameaça de incêndio. Foi, então, que a mulher do padeiro surgiu à janela, com um filho ao colo, gritando: "*ele é brasileiro; meu filho é brasileiro*!" esse gesto inesperado e piedoso bastou para arrefecer os ânimos, paralisando os mais impetuosos [...].
>
> A guerra estava longe, mas a sua presença e seus riscos eram lembrados por dezenas de cartazes afixados nos logradouros mais importantes da cidade; uma figura de soldado, de capacete, com uma frase bombástica, alertando contra as manhas do inimigo solerte[161].

[159] Idem, ibidem, p. 17-26.
[160] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 20.
[161] Idem, ibidem, p. 20.

Neste ponto, como ao longo de suas *Memórias* ele o faz constantemente, Reale realiza uma pausa para refletir sobre o fato recém narrado, e aproveita o momento de reelaboração de suas memórias para uni-las às análises de um cientista social que escreve e historiciza sua própria biografia, com fatos e contextos históricos metodicamente selecionados para nos apontarem o sentido "oficial" que Reale, com a visão da maturidade, deseja imprimir à sua trajetória biográfica, à sua identidade e aos eventos históricos a ela ligados. O trecho citado acima, por exemplo, é uma "primeira impressão política" elaborada em uma memória que não consegue (ou não quer) esconder, apesar do traçado cuidadosamente sutil, uma característica elementar do pensamento autoritário, qual seja, a visão elitista e antimobilizadora das classes dirigentes[162], que, como se lê na conhecida frase atribuída a Hegel, enxergam o "povo" como "a parte da nação que não sabe o que quer".

Podemos dizer que a memória afetiva de sua "primeira impressão política" é uma memória autoritária. Não faremos incursão pelo terreno teórico da "personalidade autoritária", que parece encontrar na Escola de Frankfurt o seu centro de teorização mais conhecido e comentado, mas podemos entender essa lembrança como um registro da cultura política autoritária do integralismo no autor das *Memórias*, mas parece que o autoritarismo já estiva de fato presente no jovem, como ele mesmo o confessa nas próximas palavras que escreveu, sobre a hipótese que levanta sobre si mesmo e sobre o país, a partir do último episódio rememorado:

> Ao longo de minha vida política, assisti a muitas cenas semelhantes, verificando como é fácil inflamar ou comover a massa popular, e como nós brasileiros somos impetuosos em nossas atitudes políticas, gritando sim ou berrando não, nem sempre o tumulto dominante nas ruas coincidindo com os interesses ou o querer reais da nação[163].

Sobre as lembranças da infância no interior, a que mais lhe marcou foi a estadia das tropas dos *tenentes* em sua cidade, os que haviam apoiado a Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, que chegaram transferidos no 4º Batalhão de Engenharia em Itajubá. Dois entre os *tenentes*, Juarez Távora e Bernardino Correia de Matos Neto, fizeram amizade com as irmãs mais velhas de Reale, e por isso tiveram um convívio próximo na época. Nos encontros, Reale, com 12 anos de idade, ouviu entusiasmado a narração de ato heroicos e tragédias revolucionárias que o inspiraram, diz ele "Encantavam-me as façanhas contadas por Juarez,

[162] LINZ, Juan, op.cit., 28-42, GENTILE; DE FELICE, op.cit., p. 43-44.
[163] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 20.

tanto como o seu porte marcial, a sua altura fazendo-me ainda menor"[164]. Essa não foi a última vez que o tenentismo cruzaria a vida de Reale.

Para Marieta de Morais Ferreira[165], a *Reação Republicana* representou uma profunda mudança da cultura política hegemônica no Brasil dos anos 1920.O "movimento tenentista" teve início em 5 de julho de 1922, com a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, dentre os quais saíram duas das maiores lideranças do movimento, Siqueira Campos e Eduardo Gomes, únicos sobreviventes entre os amotinados do Forte. Se rebelavam contra a posse do presidente eleito, o mineiro Arthur Bernardes, que acabava de vencer nas urnas (não sem acusações de fraude eleitoral) a oposição formada pela *Reação Republicana* no pleito presidencial de 1922. Esse evento destaca a complexidade do pacto intraoligárquico formado pelas elites dos estados assim chamados "de segunda grandeza" e sua tentativa de construir um *eixo alternativo de poder* face aos estados de "primeira grandeza" (MG, SP, RS). Porém a *Reação Republicana* tratou-se de uma disputa limitada às fronteiras da própria elite, onde a incorporação dos setores populares era não só indesejada, como dispensável.

Claudia Viscardi[166] corrobora a opinião de Ferreira, discordando que a associação entre Nilo Peçanha (que lidera a *Reação*) e os movimentos urbanos emergentes tenha sido o móvel para a *Reação Republicana*. De outro modo, pensa que esse movimento se tratou de uma disputa limitada às fronteiras da própria elite**,** onde a incorporação dos setores populares era não só indesejada, como dispensável. Viscardi defende a hipótese de que a *Reação Republicana* decorreu do protesto de setores oligárquicos que se sentiram injustiçados pela quebra das regras sucessórias, efetuadas pelo bloco composto por Minas Gerais, São Paulo e o Executivo Federal (Epitácio Pessoa).

O que a Viscardi chama de "rito sucessório" foi a prática assumida após o período de hegemonia paulista, que elegeram três presidentes seguidos. Sua hegemonia foi quebrada com a eleição do mineiro Afonso Pena, em 1906, e desde então, tornou-se um fator de equilíbrio de forças e de relativa estabilidade política a prática de não se elegerem candidatos sucessores encaminhados pelo presidente em exercício, garantindo certa rotatividade das oligarquias estaduais no poder. Situação semelhante de quebra do rito sucessório havia ocorrido em outros processos sucessórios, gerando duras reações, como em 1906 e 1910. O que foi diferente na

[164] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 25-26.
[165] FERREIRA, Marieta de Morais. A Reação Republicana e a crise política nos anos 1920. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.6, n.11, 1993, pp. 9-23, p. 13.
[166] VISCARDI, Claudia. **O teatro das oligarquias**, op.cit., p. 270-273.

Reação Republicana é que o situacionismo saiu vitorioso, abrindo uma fissura irreparável no regime oligárquico.

Outro elemento que torna esse evento destoante dos dissensos oligárquicos anteriores foi a reaproximação do Exército nas querelas eleitorais, distante da política desde o governo do presidente marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), marcado pela violência da intervenção militar beligerante nos estados ("política das salvações") e pela guerra civil em Santa Catarina e Paraná (Guerra do Contestado). O "escândalo das cartas falsas", cartas atribuídas a Arthur Bernardes com teor ofensivo aos militares, a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar incendiou ainda mais a situação, precipitando o ímpeto intervencionista nos setores médios das Forças Armadas, daí a denominação "***tenentismo***" [167].

Os *tenentes* do Distrito Federal, acompanhados por camaradas em Niterói e Mato Grosso, pegaram em armas e buscavam se constituir uma vanguarda na luta contra as oligarquias dominantes. O movimento tenentista conclamava a "revolução", a transformação completa das instituições do país, o que atraiu a atenção das classes médias e populares, embora não apresentasse programa definido, ao menos em sua fase inicial, entre 1922 e 1927, também chamada "fase heroica", devido à entrega suicida dos dezoito rebelados de Copacabana.

Os *tenentes* colocavam-se como representantes do Exército[168], com um discurso nacionalista de forte teor jacobino-florianista[169], buscavam legitimar a autoridade da intervenção que pretendiam com seu principal mote, que era a "moralização" da política e da máquina pública, mas se tratava de uma transformação de cima para baixo, dirigida por notáveis "honestos" e por técnicos capacitados, evidenciando a tendência elitista e autoritária tomada pelo movimento como um todo, na sua fase inicial[170]. Embora tenha se formado como um

---

[167] CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)**. 4ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 42-51.

[168] "O tenentismo se julgava e se proclamava 'o Exército' em missão arbitral, mas nunca conseguiu a adesão da maioria de seus colegas militares para o desempenho desse papel". LANNA JÚNIOR, Mário Cleber M. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; delgado, Lucília de Almeida N. (Orgs.), **O Brasil Republicano**, op.cit., p. 347. Na verdade, Lanna Jr acredita que o tenentismo lança luz sobre uma questão maior, referente ao sentido da intervenção militar na política brasileira. Dito em outras palavras, o autor acredita que o tenentismo foi "um fenômeno de transição, dentro de um processo político mais amplo, de constituição do intervencionismo militar", idem, ibidem, p. 343.

[169] Na primeira década da República, os projetos republicanos dividiam-se em pelo menos duas vertentes de maior relevo. De um lado, estava o projeto das *oligarquias cafeeiras*: federalista, liberal, agroexportador, socialmente excludente e elitista, e de outro, estava o *projeto jacobino*: militarista, radical, nacionalista, mobilizador e antioligárquico. O papel decisivo do exército no golpe que derrubou a Monarquia aproximou os jacobinos do poder, tornando-os base de apoio do governo do marechal Floriano. A "consolidação" da República após a repressão do "Marechal de Ferro" à Revolta da Armada em 1893, e à Revolução Federalista (RS) em 1893-1895, fez do "*florianismo*" um componente vital do nacionalismo jacobino, que apresentava um projeto alternativo ao dos republicanos liberais e dos monarquistas. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**, op.cit., p. 92.

[170]LANNA JÚNIOR, Mário Cleber M, op.cit.p. 316.

movimento militar e civil[171], era o núcleo militar que polarizava a liderança e as decisões do movimento, colocando a "salvação nacional" definitivamente no rol dos vocabulários políticos no Entreguerras no Brasil. Talvez tenha sido essa imagem de um herói "salvador da pátria" que causara a fascinação de Reale por Juarez Távora e pelos *tenentes*.

Os *tenentes* buscavam se constituir uma vanguarda na luta contra as oligarquias dominantes. O movimento tenentista conclamava a "revolução", a transformação completa das instituições do país, o que atraiu a atenção das classes médias e populares. Embora não apresentasse programa definido, entre as reivindicações constava o voto secreto; combate à fraude eleitoral; liberdade de pensamento e imprensa; limitação dos poderes do Executivo; ensino primário obrigatório; centralização do Estado, num misto de demandas liberais negadas pelo regime oligárquico e a visão autoritária e elitista dos militares revoltosos, que iria se fundir com a visão organicista da sociedade em 1930[172].

A chegada dos *tenentes* quebrou a rotina de uma vida pacata e despreocupada de uma infância interiorana, conectando o jovem Reale com fatos longínquos de um país gigantesco. A infância ficava para trás com aquelas histórias, e o destino, decidido pelo pai, foi deixar a pequena Itajubá para estudar o ensino médio na capital paulista. É nessa fase dos estudos que Reale recebe os fundamentos formais de sua trajetória intelectual, internado no *Instituto Medio Dante Alighieri*.

A decisão do Dr. Braz em enviar o jovem Miguel ao *Dante* não foi nem um pouco fortuita. A tradição intelectual já estava enraizada há gerações na família Reale. Na Faculdade de Medicina da Universidade de Nápoles estudaram seu pai, Braz, e seu avô paterno, Alfonso Reale, cujo irmão Filippo, tio-avô de Reale, foi professor na mesma Faculdade de Medicina[173]. Apontado por Reale como sua maior influência, o Dr. Braz Reale é descrito como um homem educado na cultura do *Risorgimento* italiano e no cientificismo da *Belle Époque*.

O pai seria possuidor de "sólida formação científica", "amante das letras clássicas", republicano inspirado na filosofia de Giovanni Bovio[174] e nos ideais políticos do nacionalismo de Giuseppe Mazzini[175]. Essa educação o teria tornado tendente à posição política de um

---

[171] "É quando, pela primeira vez, as articulações políticas entre civis e militares deixam de ter um caráter exclusivamente de cúpula, como em 1910, na eleição de Hermes da Fonseca". LANNA JÚNIOR, Mário Cleber M., op.cit., 347.

[172] CARONE, Edgard. **O tenentismo**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1975, p. 309-316.

[173] Idem, ibidem, p. 9.

[174] Giovanni Bovio (Trani, 1837 - Nápoles, 1903), filósofo, professor universitário, político italiano (deputado pelo Partido Republicano) e ideólogo do republicanismo na Itália.

[175] Giuseppe Mazzini (Gênova, 1805 – Pisa, 1872), político, revolucionário e nacionalista italiano. Um dos líderes da Unificação italiana em 1870, também chamada "*Risorgimento*".De um modo geral, pode-se dizer que no ideal republicano e, em especial, no ideal de participação popular no pensamento de Mazzini, a República deveria ser construída a partir da ampla participação popular, compreendendo o "povo" como o todo de uma determinada

"socialismo humanitário", buscada em uma tradição socialista pouco influenciada pela teoria marxista, mas rica na leitura de socialistas democratas, sindicalistas, anarquistas e comunistas. Com formação intelectual, política e ideológica tão sólida, refinada pela leitura de Ernst Renan, Walter Scott e Émile Zola, o Dr. Braz Reale esquivava-se de todas as formas da política municipal, que via carente de ideologias e ideais elevados, sendo "política de campanário" com traços típicos do coronelismo da Primeira República, que frustrava profundamente seu idealismo republicano[176].

> Vida monótona e sem atrativos para um homem que vivera intensamente o esplendor da *Belle Époque*; amante do teatro e do debate de ideias, papai sentira definhar-se, não obstante o zelo com que exercia a profissão e o carinho cultural e humano que dispensava à família. Com ele aprendi mais do que todos os meus mestres, orientando-me nas leituras e destacando, das revistas de medicina, páginas de interesse mais geral: eu era o varão, o centro de sua atenção, como se dava na linha mais pura da tradição burguesa[177].

Braz Reale desejava assegurar que o filho seguiria a tradição intelectual da família, tradição fecundada no ideal de *italianità*, que Miguel Reale recebeu domesticamente da família, e agora receberia institucionalmente de seus mestres no *Dante*, com lições indispensáveis sobre os clássicos, que deveriam ser conhecidos por um bom cidadão italiano.

Essa atmosfera inquietante e desafiadora ficou mais viva para Reale quando a sua família se mudou definitivamente para São Paulo. Após o pai de Reale sofrer um acidente em Itajubá, que o debilitara a capacidade motora, resolveu mudar com o resto da família para São Paulo, assumindo a clientela de pacientes do colega médico, Lourenço Massuti. Miguel Reale saía da condição de interno para residir junto com a família na Rua Santo Amaro, quase esquina com a Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, em uma "casa modesta", correspondente à atual situação financeira da família, que nunca deixou de ser uma "família burguesa", como Reale sempre relatou, mas enfrentava tempos difíceis.

Uma fugaz, mas feliz oportunidade de escapar do ambiente institucional sério e grave do internato era a "*libera uscita*" que concedia aos alunos internos a permissão para deixar o

---

sociedade), Esse ideário teve uma recepção que foi particularizada por um grupo em particular, as lideranças da Revolução Farroupilha (1835-1845), mas para os *farroupilhas,* o "povo" "[...] era a classe proprietária [pecuarista e latifundiária], que fazia representar seus interesses em nível de Estado e que os corporificava num conjunto de normas – a constituição – e que, assim, dava base de legitimidade ao governo" PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). **A revolução farroupilha**: história e interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 18.

[176] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 12.

[177] Idem, ibidem, 24.

colégio aos sábados, alternadamente. Esses sábados de folga Miguel Reale passava na casa dos padrinhos de batismo, Rosa e Pedro Masi, que moravam num sobrado na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio. Reale descreve Pedro Masi como um líder do PRP (Partido Republica Paulista) na região dos bairros do Bexiga e Bela Vista, onde era grande a colônia italiana. O filho do casal, Ernesto, era um médico boêmio que enchia sua casa com artistas e intelectuais, a quem gostava de apresentar o jovem Reale. Não por coincidência, nessa época Reale começou a escrever seus primeiros poemas, dando os primeiros passos que o conduziram à Academia Brasileira de Letras. Foi nessas ocasiões que Reale teria conhecido o na época famoso caricaturista Belmonte e o escritor Mário de Andrade, com quem Reale não estabeleceu amizade duradoura, afirma com lástima. O gosto pela escrita poética aumentou, assim como sua produção, graças ao ambiente do *Dante*, onde Reale conheceu a garota que seria sua futura esposa, Filomena Pucci, "Nuce", como a chamava[178].Plínio Salgado foi o padrinho do casamento.

Reale via São Paulo, nessa época, como uma "cidade provinciana", com seus 400 mil habitantes, mas "iniciava os primeiros passos em sua gigantesca e vertiginosa ascensão urbanística". Aos domingos, o jovem estudante ia ao Vale do Anhangabaú para escutar, pelos autofalantes colocados pelos comerciantes locais, os jogos de futebol de seu time do coração, o Palestra Itália, financeiramente impossibilitado que estava de comparecer às partidas no Parque Antarctica[179]. Encontrava entre o Bexiga e o Boa Vista, as gerações de imigrantes italianos, uns mais, outros menos adaptados à cultura do país, apresentando para Reale na prática, na experiência, na sociabilidade cotidiana, nos códigos aprendidos pelo jovem do interior de Minas que acabava de chegar no coração industrial do país, descobrindo as possibilidades da integração entre a cultura italiana e a cultura brasileira, ambas descendentes dos "filhos da Loba".

São relatos de um idílio juvenil nas descobertas da cidade, permeado pelas meditações sobre as agruras que vivia a família, mas, com muito mais intensidade, narra os ecos dos acontecimentos daquele fatídico ano de 1922 que tanto o entusiasmaram nas histórias do *tenente* Juarez Távora, e que encontraram Reale no "olho do furacão" do que ele considera seu primeiro contato direto com a política: A "Revolução de Isidoro", que em julho de 1924 derrubou o presidente do estado de São Paulo e tomou sua capital por quase um mês, sofrendo a dura

[178] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 29-30.
[179] Que se chama "Palmeiras" desde a Segunda Guerra Mundial. REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 36-37.

intervenção do Estado de Arthur Bernardes, que causou um banho de sangue e enorme destruição na cidade e pelo interior[180].

Como resultado da divulgação das sentenças dos rebeldes do levante tenentista de 1922 duramente condenados, os setores militares rebelados se insurgiram nesta segunda onda do movimento tenentista nos anos 1920, iniciada com a "Revolução de Isidoro", que estourou em São Paulo em 5 de julho de 1924, exatamente no aniversário de dois anos da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. A "Revolução de Isidoro" foi liderada pelo general Isidoro Dias Lopes e pelo major da Força Pública de São Paulo, Miguel Costa. Em poucos dias tomaram a cidade de São Paulo, sendo deixada vaga a presidência do estado de São Paulo, com a fuga do presidente Carlos de Campos. A pretensão do movimento era iniciar uma revolução nacional, desencadeando focos por todo o país, que acabariam por depor o presidente da República. No entanto, sem a aderência esperada, ficaram sitiados na defesa da capital[181].

Em 28 de julho de 1924, os *tenentes* bateram em retirada da cidade de São Paulo e foram para o interior do estado, rumo ao estado do Paraná, liderados pelo major Miguel Costa, ficando assim conhecidos como "Coluna Miguel Costa", ou "Coluna Paulista". Chegaram a Foz do Iguaçu e se reuniram aos *tenentes* da "Coluna Gaúcha", liderada pelo capitão Luiz Carlos Prestes, que começava sua trajetória como o "*cavaleiro da esperança*", dando início à "Longa Marcha" em 1925, formando assim a histórica e lendária "Coluna Prestes"[182], que ajudou a propagar o ideário tenentista pelo interior do país, levando, pela primeira vez, a "*revolução*" como única saída possível para a "questão social" e para os desafios políticos da modernização nacional, que o regime oligárquico falhava em resolver a contento. Como diz Edgard Carone, "Os atos e proclamações tenentistas durante e após a revolução de 1924 vão mostrar esta evolução. Depois de 1927 uma ideologia mais completa fará da pequena burguesia uma corrente nacionalista e revolucionária" [183].

Durante a "Longa Marcha", iniciada em abril de 1925, percorreram cerca de 25.000 Km atravessando 11 estados: PR, MT, GO, MG, BA, MA, PI, CE, RN, PB e PE, até sua dissolução, em fevereiro de 1927, exilando-se na Bolívia e na Argentina. A média de componentes, formados de civis e militares, variou de 800 a 1000, chegando a 1500 em certos locais. Possuíam rebeliões internas e alta rotatividade de membros. Travaram 53 combates e nenhuma batalha foi perdida, segundo relatos imprecisos. Abandonaram os combates regulares pela

[180] Idem, ibidem, p. 37.
[181] LANNA JUNIOR, Mário, op.cit, p. 320-321.
[182] CARONE, Edgard. **O tenentismo**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1975, p. 309-316.
[183] Idem. **Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)**. 4ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 51.

estratégia de "*guerrilha*" a partir de 1925. Assim surgiu o mito da "*Coluna Invicta*". Entre seus principais objetivos estava a propaganda armada da revolução; divulgação de ideais republicanos liberais; solapamento das oligarquias[184].

Apesar dos esforços dos *tenentes* em manter a ordem pública, foi impossível conter os saques e a desordem civil na cidade. Por outro lado, com o início da contraofensiva brutal e destruidora do governo federal, os revoltosos de Isidoro ganharam maior número de simpatizantes e colaboradores. Os combates se estenderam até o dia 28 de julho. Ao término do conflito na capital paulista, com a recuada dos insurrectos, ficava um saldo de aproximadamente mil mortos e 4 mil feridos, e a cidade de São Paulo, com parte significativa de seu parque industrial, em escombros. Os primeiros bombardeios à cidade de São Paulo começaram no dia 12, seguidos de sangrentos combates que provocaram histeria generalizada e grande êxodo de habitantes[185]. Quem permaneceu na cidade, como Reale e sua família, vivenciou o terror da experiência de uma guerra civil, como descreve Edgard Carone, "A população de quase todos os bairros ficou presa de forte comoção nervosa. Não atinava com aqueles incessantes estampidos"[186]. Reale relata como foram os dias da "Revolução de Isidoro" para sua família, sob os bombardeios ordenados por Arthur Bernardes:

> Nas vizinhanças de nossa casa, no alto da Saracura Pequena – em cujo vale foi aberta, depois, a Avenida 9 de Julho – os revolucionários haviam localizado dois canhões, de maneira que ficamos exposto ao revide inimigo. Quando começava a troca de tiros de canhão, papai obrigava a família a refugiar-se numa larga adega subterrânea, mas se recusava a deixar seu posto de vigilância, mesmo porque, se justificava, não resistiria a vontade de fumar seu cigarro de palha, herança mineira que guardou até o fim da vida[187].

Reale também relata, como prova de sua "simpatia à causa de Isidoro", ter fugido de casa um dia para assistir um comício dos revolucionários no Largo do Arouche. Não havia grande aglomeração de pessoas. Dos discursos que ouviu, o que mais lhe impressionou negativamente, como ele mesmo escreve, foi de um operário que gritava: "Venham com nóis. Nóis vai salvar este país!"[188]."Menino pedante", ele diz, "aplicado aos estudos, não compreendi a força proletária daquela mensagem popular, inconformado com a incorreção da linguagem. Pode-se dizer que, desde então, teve início, em meu ser pessoal, uma constante luta entre a vocação

[184] Idem, ibidem, p. 42-50.
[185] LANNA JÚNIOR, Mário Cleber M., op.cit., p. 321.
[186] CARONE, Edgard. **O tenentismo**, op.cit., p. 68.
[187] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 37.
[188] Idem, ibidem, p. 38.

teórica do professor e a nunca vencida vocação política"[189]. Nesse comício, Reale afirma ter visto o embrião da Coluna Prestes, da qual seu ídolo vivo da juventude, o *tenente* Juarez Távora, foi um dos líderes, juntamente com o capitão Luís Carlos Prestes e o major Miguel Costa. Nele próprio, o embrião da revolução já estava também formado. Antes do final da graduação em Direito, ele estaria lutando nas trincheiras de outra sangrenta guerra civil em São Paulo, a Revolução Constitucionalista de 1932. Hélio Silva apresenta como a imprensa e o meio jornalístico tratou esses eventos que, ocioso dizer, compõem um divisor de águas na história política do Brasil Republicano:

> O segundo 5 de julho, apontara ao País novas expressões de bravura e inconformismo com Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa, João Cabanas, Honório de Lemes, Zeca Neto e Leonel Rocha.
>
> Mas, quando outros revolucionários levantando-se no Sul, entregaram o comando de suas tropas a Luís Carlos Prestes, o jovem capitão agigantou-se no consenso de seus companheiros e na imaginação do povo qual um Napoleão indígena. Homens aureolados de glória, como Siqueira Campos, Juarez Távora e João Alberto o aceitaram na condição de Chefe. A Coluna formada tomou o seu nome. A marcha, empreendida através do Brasil, não era uma retirada militar nem tinha um plano guerreiro. Destinava-se a manter acesa a chama revolucionária. Tornou-se o grande assunto da imprensa e dos líderes da oposição[190].

Terminado o curso médio no *Instituto Medio Dante Alighieri*, saindo da fase de descobrimentos políticos e teóricos vividos na preparação pré-vestibular e já familiarizado, através do estudos sobre o *revisionismo histórico*, com o ideário dos movimentos internacionais do fascismo e do antifascismo, Miguel Reale iniciou seu bacharelado nas "Arcadas" da hoje quase bicentenária Faculdade de Direito de São Paulo, chamada "Faculdade de Direito do Largo de São Francisco"[191], no mesmo ano em que a Aliança Liberal[192] venceu a Revolução de 1930. Era calouro em um tempo inteiramente novo que tinha acabado de se iniciar no Brasil. É o tempo da ascensão de Reale.

---

[189] Idem, ibidem, p. 38.

[190] SILVA, Hélio. **1926**: A Grande Marcha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 379.

[191] Decidida na Assembleia Constituinte de 1823, A Faculdade de Direito de São Paulo foi criada por decreto em 1827.

[192] Coligação formada em 1929 pelas oligarquias estaduais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, em oposição à candidatura do candidato encaminhado pelo Catete, o paulista Júlio Prestes. O presidente era Washington Luís, também paulista. A vitória de Júlio Prestes nas urnas, sob muitas acusações de fraude eleitoral, e a certeza que a oligarquia e o PRP galgavam a monopolização da hegemonia política, como o fizeram na virada do século XIX para o XX. Isso se deu no contexto econômico caótico da Crise de 1929, com o pânico das oligarquias agroexportadoras e inflação e carestia assolando as classes médias e trabalhadoras, o que contribuiu para a formação de um consenso favorável em torno do movimento que desencadeou a reação armada em outubro de 1930. Unidos às oligarquias dissidentes, os *tenentes* tiveram papel fundamental nesse processo. Cf.: VISCARDI, Claudia. **O teatro das oligarquias**, op.cit, p. 303-323.

No início da faculdade, Reale já se demonstrava antipático ao Governo Provisório de Vargas. Ajudou a organizar um "trote político" que hostilizava líderes que ajudavam a compor o governo, como Oswaldo Aranha e Francisco Campos, na forma de uma passeata com os calouros de 1931, que teve "um cortejo com banda de música, carruagens, cartazes alusivos à nova política brasileira e o calouro José Mindlin, o grande industrial e bibliófilo de hoje, vestido de camisa preta, fazendo saudação fascista"[193].

A influência dos irmãos Francisco e Dante Isoldi, professores do Dante cuja relação de amizade com o jovem Reale foi crucial na sua formação como historiador, como veremos no próximo capítulo. Mas essa influência não era apenas intelectual. Sendo ambos antifascistas e estudiosos das novas vertentes do socialismo nascidas no final do século XIX, no âmbito do *Bernstein-debatte*, colocaram Reale em uma experiência vívida e direta do horizonte de expectativa do período, que não permitia aos homens de letras permanecerem sem tomar partido nos debates políticos. Tomar partido era, antes de tudo, um imperativo da modernidade[194]. Essa valorização do papel do intelectual como "missão"[195] era cantada pelos alunos do *Dante*, na segunda estrofe do hino do colégio, que diz: "Juventude, a batalha é sem trégua/Bandeirantes da ciência, valor,/Ninguém teme o fragor da refrega/Quando o estudo é apanágio de amor"[196].

Com a renúncia do interventor do estado de São Paulo, João Alberto, em 13 de julho de 1931, um mês após a publicação do primeiro trabalho acadêmico de Reale, *A crise da liberdade*, tinha início em São Paulo a crise política que, um ano mais tarde, levou Reale às trincheiras. O *tenente* João Alberto, homem de confiança da Revolução de 1930 e respeitado nos círculos militares, havia sido indicado arbitrariamente pelo Governo Provisório (como na maioria das outras interventorias estaduais implantadas após 1930).

O fato de ser o interventor militar e pernambucano ajudou a inflamar o descontentamento dos paulistas. Para suceder o *tenente* pernambucano, foi indicado o civil paulista Plínio Barreto à interventoria do estado. Desta vez, quem se levantou contra foi o major Miguel Costa, veterano da Coluna Prestes e líder da recém-formada Legião Revolucionária de São Paulo, que mobilizou suas tropas para impedir a posse de Barreto, que não assumiu. Em seu lugar, assumiu Laudo Ferreira de Camargo, no dia 25 de julho.

No interregno entre a renúncia de João Alberto e a posse de Camargo, foi publicado em 21 de julho *n'O Estado de São Paulo* um manifesto subscrito por Reale e outros estudantes de

---

[193] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 43.
[194] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., p. 204-205.
[195] LAHUERTA, Milton, op.cit., p. 108.
[196] Hino do Colégio Dante Alighieri, disponível em: http://www.colegiodante.com.br/conheca-o-colegio/100-anos-de-historia/simbolos-do-colegio/, acessado em 12 set 2016.

direito ("elementos raríssimos que realmente tem cultura marxista", dizia o *Manifesto*) defendendo a permanência do paulista Plínio Barreto, denunciando os "comunistas inconscientes" da Legião Revolucionária, "agitadores profissionais" acusados de incitar o proletariado do estado contra um nome paulista [Barreto][197]. Nesse momento, talvez até sem saber, Reale se colocava contra o seu futuro chefe incontestável na AIB, Plínio Salgado, e o fazia apenas um ano antes de Salgado apresentar suas conferências na Faculdade de Direito de São Paulo sobre sua filosofia da história e a nova era, um conjunto de ensaios que mais tarde foram compilados em *A Quarta Humanidade* (1934). Conferências que arrebanharam a juventude universitária de São Paulo, o grupo que mais rápido aderiu à AIB.

Com a publicação do *Manifesto da Legião Revolucionário de São Paulo*[198], o jornalista e ex-deputado estadual do PRP, Plínio Salgado, tentava assumir o protagonismo entre os movimentos legionários. Esse texto foi escrito por Salgado em Paris[199], durante sua viagem pela Europa em 1930, mas foi publicado somente em 4 de março de 1931, em nome do movimento legionário paulista, no qual o nome de Salgado aparece subscrito junto a uma "comissão civil", sob "chefia" do *tenente* general Miguel Costa.

Essa iniciativa de Salgado causou desconforto entre as lideranças da *Legião Revolucionária* paulista e entre a imprensa, que não poupou críticas ao autor. Coube ao general Miguel Costa desfazer o mal-estar causado por Salgado, alegando que aquele manifesto não se tratava de um programa definitivo, mas antes, era um chamado aos debates sobre os rumos da *Legião*. Embora não tenha conseguido a aderência dos legionários aos ideais de seu manifesto, o teor do documento recebeu elogios de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e de Alceu Amoroso Lima[200]. Conforme um dos ex-integralistas entrevistados por Hélgio Trindade, em meio à indefinição ideológica do período, "Quem ofereceu orientação, portanto, à vanguarda revolucionária da época foi Plínio Salgado através do manifesto da Legião Revolucionária em São Paulo, em 1931 [...]. Este manifesto é a base do Manifesto Integralista de 1932"[201].

---

[197] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 62.

[198] Seus pontos são: Princípios fundamentais; A unidade da pátria; Contra todos os imperialismos; A formação mental do Brasil; A unidade moral; O grande ponto de referência; O problema da raça; O espírito das nossas leis; Os fundamentos orgânicos do Estado; Libertação integral; Federação e unidade; Situar o Brasil nos problemas do mundo; Fortalecimento do poder central; Garantia ao trabalho – independência econômica da pátria; As forças armadas; Com o Brasil, pelo Brasil!. O *Manifesto à Nação da Legião Revolucionária de São Paulo* pode ser visto na íntegra em CARONE, Edgard. **O tenentismo**, op.cit., p. 431-450.

[199] No prefácio de seu livro *Despertemos a Nação!* (1935) Salgado narra "Desenvolvi, então, o manifesto que havia esboçado em Paris, e dei-o à 'Legião Revolucionária', sem nenhum interesse subalterno e apenas evitando que meia dúzia de comunistas e aventureiros, orientados pelo Congresso de Buenos Aires, realizado em 1930, absorvessem as forças revolucionárias do país". SALGADO, Plínio. **Despertemos a Nação!** op.cit., p. 21.

[200] CHASIN, José. op.cit., p. 102-105.

[201] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 79.

A *campanha constitucionalista* começou a desestabilizar a política no governo provisório desde 1931 quando o interventor João Alberto, incapaz de alcançar alguma margem de governabilidade em São Paulo, renunciou seu posto no Executivo estadual. Vargas tentou aplacar a crescente insatisfação constitucionalista, ordenando a reforma do Código Eleitoral, publicada em fevereiro de 1932. No entanto, essa iniciativa do Governo Provisório não foi suficiente. Pouco tempo depois, se formava a Frente Única Paulista (FUP), que buscava a constitucionalização do país e a volta da autonomia no governo estadual de São Paulo. É exatamente nesse momento que o nome do jornalista e ex-deputado estadual do PRP, Plínio Salgado, ganha projeção e aglutina simpatizantes de São Paulo, inicialmente, até, em pouco tempo, se tornar conhecido e seguido em todo país.

Quase um ano mais tarde, outra tentativa de conter o avanço da rejeição ao governo veio com o estabelecimento das eleições constituintes para o próximo ano, um esforço que foi vão ao coincidir com o assassinato de quatro estudantes paulistas pelas forças legalistas, evento que inspirou a origem da sociedade secreta MMDC (Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo – nomes dos jovens mortos), uma das organizações que ajudaram a articular a insurreição paulista, deflagrada em 9 de julho de 1932 e encerrada com a rendição de São Paulo em 2 de outubro do mesmo ano.

> Eclodida a Revolução de 1932, estava, de certo modo, engajado no movimento. Além das razões apontadas, pesou na decisão de alistar-me o espírito de camaradagem, o entusiasmo pelo revide às afrontas recebidas, que dominava todos os colegas, entre os quais tinha amigos muito caros, como José Preiz e Nellio Baptista Guimarães, que integraram o 1º Pelotão do Batalha "Ibrahim Nobre", vítimas ambos nas trincheiras da região de Ourinhos[202].

Em outro trecho, Reale contextualiza sua decisão, analisando as próprias mudanças intelectuais e ideológicas que começavam a tomar forma mais clara em seu pensamento, naquele momento. Entre essas, o anticomunismo já aparece como preocupação urgente:

> O meu engajamento nas hostes constitucionalistas já revelam o estado de perplexidade ou de transição em que me encontrava, preocupado com avanço dos planos comunistas, alheios aos problemas peculiares de nossa terra e de nossa gente, mas favorecidos pela política informe de reivindicações sociais que seduzia Miguel Costa e seus seguidores, razão primeira da instabilidade política[203].

[202] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 62.
[203] Idem, ibidem, p. 63.

Reale serviu como 3º sargento do Batalhão "Ibrahim Nobre", na Força Pública formada por voluntários, muitos deles, estudantes, a maioria, sem quase nenhum treinamento. Servindo sob o comando do general rebelde que liderou os tenentes paulistas em 1924, Isidoro Dias Lopes, Reale combateu entre Itararé e Ourinhos, até a grande retirada de seu batalhão, passando por Avaré e Botucatu, em uma fuga diante do avanço governista que abalou o moral do batalhão de Reale, ficando como uma memória amarga, mas inesquecível para os sobreviventes, como Reale que se sentiu parte de "uma das maiores retiradas da história...[204]. A derrota, oficializada no armistício de 2 de outubro de 1932, "a paz, pesada e triste", como diz, foi uma das "desilusões revolucionárias" a que o autor atribui os motivos da sua adesão à AIB em fevereiro de 1933.

> Nossa situação não podia ser mais precária, aumentando a nossa aflição à medida que passavam dias e noites, iguais, assustadoramente monótonos, sempre à espera de u ataque inimigo que não vinha. Ao ler, agora, o livro de Sartre, *Une Drôle de Guerre*, quando ele e seus colegas do serviço de comunicação aguardavam, indefinidamente, o assalto alemão à "linha Maginot", não pude deixar de pensar nas semanas vazias passadas no "front" sulista. [...] Mas nas horas de folga meditava sobre a situação nacional, sentindo todo o vazio daquela guerra civil, em última análise resultante de uma inveterada política de clientela, mesmo quando enfeitada com os berloques da eleição sob a égide da Justiça Eleitoral isenta...[205].

De acordo com a narrativa de Reale, O *movimento separatista* dominou grande parte da população paulista após a derrota na Guerra de 1932. Inexistente antes ou durante a guerra, o separatismo surge também como consequência das narrativas do "São Paulo vencido, porque traído"[206], aquecendo ainda mais no cadinho dos ressentimentos políticos a possibilidade de

---

[204] Idem, ibidem, p. 65.
[205] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 66.
[206] O jornalista e historiador Hélio Silva, em seu grande esforço de sistematização documental da Era Vargas, arrolou uma carta que traz os indícios dessas traições que minaram a campanha paulista. Na carta do rebelde mineiro voluntário por São Paulo, Djalma Pinheiro Chagas, ao governador-interventor mineiro Olegário Maciel em 31 de julho de 1932, "A ofensiva de São Paulo contra a ditadura no vale do Paraíba ainda não se fez intensa porque desviam tropas para a frente mineira, e São Paulo contava com a não agressão de Minas que seria fiel a suas tradições. Por outro lado, em Itararé foram vítimas de duas traições que passo a narrar: o prefeito, sob o pretexto de festejar as tropas, a serviço da ditadura, soltava foguetes sinalizando-as assim para a artilharia inimiga. Resistindo tal bombardeio, foram surpreendidos com outra traição. Um oficial, também a serviço da ditadura, envenenava a comida. Tal estado de coisas resultou num recuo das tropas que defendiam a garganta. O general Klinger, porém, tirou, do fracasso, partido para uma manobra. Fez as tropas retirarem cerca de trinta e cinco quilômetros da fronteira para afastar o inimigo da base de suas operações, e quando o apanhou perto de Buri, atirou-lhe tropa fresca e boa, obtendo uma formidável vitória. Cerca de oitocentos mortos e captura de muito material bélico". SILVA, Hélio. **1932**: A Guerra Paulista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 140.

uma nova guerra civil. Conforme o autor, a reação ao separatismo foi a ascensão da "ideia de Nação", que teve corolário natural o *nacionalismo*[207].

> Cresceu, em meu espírito, à vista de tais fatos, a consciência de que se impunha uma campanha cívica, a fim de que, na escala de prioridade dos valores humanos, se colocassem os valores éticos, sobretudo os da ordem e da dedicação aos imperativos da nacionalidade: meu "socialismo liberal", por essas e outras razões, diluía-se sob o fascínio de novas ideias que emergiam no horizonte da história, sem termos condição de prever os eventos trágicos embutidos na onda autoritária[208].

Quando regressava de sua derrota na Revolução Constitucionalista de 1932, Reale encontrou no integralismo uma chance nova de fazer a "revolução brasileira", se alistando naquele movimento que acabava de surgir como a "Grande Família dos camisas-verdes e um movimento Nacionalista, de sentido heroico"[209], encontrando na capa do folheto do *Manifesto de Outubro de 1932*, "documento que iria alterar o sentido da história brasileira"[210], o sentido que definiria a gênese de sua vida política e intelectual:

> BRASILEIRO. Encontrarás neste folheto, ideias novas para a realização no Brasil, de um novo Estado e nova ordem social que reflitam as realidades nacionais e ao mesmo tempo obedeçam ao ritmo universal de transformação dos antigos quadros ideológicos, que geraram a democracia liberal e o liberalismo econômico, hoje inteiramente decadentes. Medita sobre essas ideias. Elas te levaram a inscrever-se no núcleo mais próximo da Ação Integralista Brasileira. Procura-o. Dá o teu nome e tua residência e prepara-te para seres o soldado de Deus e da Pátria, homem novo do Brasil, que vai construir uma grande nação[211].

Conforme Reale, o *Manifesto de Outubro de 1932* não era "obra de cientista político", mas a mensagem de um escritor [Plínio Salgado] "dotado de penetrante intuição social e política, assim como de aguda percepção do momento histórico", e por essas características do jornalista e ex-deputado estadual que se levantava como Chefe Nacional da recém-nascida AIB, as gerações agitadas pelos levantes revolucionários de 1922, 1924, 1930, e 1932 se viram animadas a, finalmente, se lançarem à aventura da *revolução nacional* brasileira, para a qual a

---

[207] Idem, ibidem, p. 71
[208] Idem, ibidem, p. 67.
[209] Idem, ibidem, p. 18.
[210] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 69.
[211] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, 1932, p. 1.

AIB os convocava todos[212]. Segundo Reale, a apresentação de muitos pontos em comum com o que era apresentado no ideário tenentista explicaria a grande repercussão da doutrina integralista nas Forças Armadas[213]. De acordo com Nelson Werneck Sodré[214], essa hegemonia foi duramente perdida com o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (1934-1935), um avanço das esquerdas em convergência para formar a frente única para derrotar a AIB fosse nas urnas ou na luta armada, o que desencadeou a reação *anticomunista* da AIB após 1935, como veremos no Capítulo 4.

Por isso, em virtude do contexto político vivido na faculdade, Reale aprofundou mais ainda sua posição de um "*socialismo liberal*" a um "socialismo revisionista", tornando-se o que considerava um "atrevido jovem de esquerda", e "vaidoso de suas leituras de Marx". Na política, manteve-se na oposição ao Governo Provisório, embora não encontrasse lugar em nenhum dos partidos existentes; na teoria, buscava encontrar o equilíbrio entre socialismo e liberalismo, priorizando as questões sociais sobre os problemas de natureza jurídico-formal; meditações cujo "desfecho integralista", diz Reale, "pode parecer paradoxal, mas teve sua razão de ser"[215].

1.2 O chefe da Secretaria de Doutrina e Estudos da AIB

Com o objetivo de "polarizar valores mentais e morais dispostos a empreender uma campanha de salvação nacional"[216], foi fundada em 24 de fevereiro de 1932, no salão nobre do jornal *A Razão*, a Sociedade de Estudos Políticos (SEP). A SEP foi um *think tank* formado por jovens intelectuais[217] de tendências antiliberais e nacionalistas, dispostos a promover análises sociais através de suas comissões de filosofia, sociologia, economia e finanças, pedagogia, geografia, história, direito público, medicina social, arte e literatura. Suas reuniões aconteceram periodicamente entre março e julho de 1932, na Sala de Armas do Clube Português de São Paulo[218]. A fala inaugural de Salgado na assembleia de abertura dos trabalhos da SEP, em 3 de março de 1932, ilustra muito bem a atmosfera política e o papel de grupo de pressão que envolveu essa sociedade:

---

[212] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 69.
[213] Idem, ibidem, p. 76.
[214] SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 333.
[215] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 50.
[216] SALGADO, Plínio. **O Integralismo na vida brasileira**, op.cit., p. 142.
[217] Entre estes esteve Plínio Salgado (presidente da SEP), Cândido Motta Filho, Ataliba Nogueira, Mario Graciotti, João Leães Sobrinho, Fernando Callage, Sebastião Pagano, Santiago Dantas, Cassiano Ricardo, entre outros. Idem, ibidem, p. 142.
[218] Idem, ibidem, p. 145.

> Senhores, por toda parte ouço a palavra *revolução*; de todos os lados nos chegam os ecos de ingentes reclamos que, em meio à confusão dominante no país desde outubro de 1930, apelam para o "espírito revolucionário". Na verdade, tudo indica que o Brasil quer renovar-se, quer tomar posse de si mesmo, quer marcar resolutamente na História. Clama-se pela justiça social e por uma mais humana distribuição dos bens; exige-se do Estado que intervenha, com poderes mais amplos, tendentes a moderar os excessos do individualismo e a atender aos interesses da coletividade. Neste momento, congrego-vos para estudarmos os problemas nacionais e traçarmos em consequência destes estudos, os rumos definitivos de uma política salvadora[219].

No dia 6 de maio de 1932, Salgado apresentou a proposta de se criar uma seção subordinada e paralela à SEP, à qual caberia a tarefa de realizar uma obra educativa de maior amplitude, destinada a formar a consciência popular em relação aos problemas brasileiros, sob a inspiração dos princípios filosóficos e do programa político definido pela SEP. Para lançar ao povo aquela "tímida seção"[220] interna denominada "Ação Integralista Brasileira", a SEP elegeu uma comissão para elaborar seu manifesto, sendo seus membros, Cândido Motta Filho, Almeida Camargo, Ataliba Nogueira e Plínio Salgado.

A heterogeneidade ideológica entre os intelectuais da SEP polarizou o grupo em duas vertentes: a tendência majoritária reunia-se em torno de Salgado. Este contava com o apoio dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, simpatizantes da atitude da juventude italiana fascista, compartilhando a ideia de que os estudos da SEP deveriam estar a serviço da ação política. A segunda tendência era representada pelos monarquistas patrionovistas[221]. Porém o lançamento do movimento há muito idealizado por Salgado para "salvar a nação" e "entrar para a história", teve de aguardar. A situação já era bem delicada desde o começo do movimento constitucionalista, forte a partir de 1931. No dia 23 de maio de 1932, a sede do jornal *A Razão* foi incendiada por adeptos da causa constitucionalista, infelizes com o periódico e com Salgado desde sua postura de defesa da continuação do Governo Provisório, no ano anterior. No dia 9 de julho de 1932, eclodiu o início dos combates da Revolução Constitucionalista de 1932.

Atuando como jornalista, publicando suas "Notas políticas" no jornal *A Razão* e como presidente da SEP, Salgado deu início à articulação de uma rede de lideranças de norte a sul do país. Remetendo-se por diversas correspondências, Salgado entrou em contato com um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro composto por membros da *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais* e da revista *Hierarchia*, entre eles Lourival Fontes, Raimundo Padilha e Madeira de Freitas, por intermédio de Augusto Frederico Schmidt e Santiago Dantas. Logo após a fundação

---

[219] SALGADO, Plínio. **O Integralismo na vida brasileira**, op.cit., p. 144.
[220] SALGADO, Plínio. **Despertemos a Nação!,** op.cit., p. 21.
[221] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 119.

da SEP, Salgado também manteve correspondência com o intelectual mineiro Olbiano de Mello, jornalista e membro do Partido Republicano Mineiro (PRM), encarregado de arregimentar forças em Minas, onde Mello gozava de reconhecido prestígio.

Nas palavras de Hélgio Trindade, as circunstâncias do contato entre Salgado e Severino Sombra no Ceará foram mais complexas. A Legião Cearense do Trabalho apresentava um quadro exitoso em todo o estado e, por isso mesmo, seu líder planejava estendê-la a todo o país, quando fundou a Legião Brasileira do Trabalho em 1932. Nessa ocasião, Sombra foi até São Paulo se encontrar com Salgado a fim de combinar um movimento de pretensões nacionais que unisse todas essas lideranças em um mesmo partido. Porém, com a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932, Sombra imaginou que fosse o momento certo para mobilizar suas forças no Nordeste contra o Governo Provisório, motivo pelo qual foi preso assim que desceu do avião e logo em seguida exilado para Portugal[222].

Ao ser subjugada a Revolução Constitucionalista em 3 de outubro de 1932, Salgado prosseguiu as articulações com grupos intelectuais e movimentos, restabelecendo contato e recebendo o apoio de Olbiano de Mello e dos dirigentes Jeovah Motta e Helder Câmara, ambos à frente da Legião Cearense do Trabalho após o exílio de Severino Sombra. A inserção de Plínio Salgado em várias redes de sociabilidade foi fundamental para sua rápida ascensão. Nas redes católicas, conquistou o apreço dos espiritualistas nacionalistas, das redes modernistas, conseguiu seu reconhecimento como escritor. Nas redes que se irradiavam dos jornais *Correio Paulistano* e *A Razão*, o autor alcançou maior visibilidade e oportunidade política, visto que ambos os periódicos eram repletos de homens do PRP.

Apesar de serem conterrâneos, Reale afirma ter encontrado Plínio Salgado pela primeira vez apenas em outubro de 1932. Reale já conhecia a atuação de Salgado como jornalista no *Correio Paulistano*, cujos artigos, segundo o autor, "tanto haviam impressionado os tenentes no exílio". Ele o diz: "Nosso encontro, em outubro de 1932, foi longo, verificando que nossos pontos de vista eram na maior parte convergentes, embora falássemos linguagens distintas. Disse-lhe que me convencera da necessidade de um movimento de ideias, capaz de sacudir a Nação [...]"[223].

Após alguns dias de "natural vacilação", escreve o autor, ele se inscreveu na AIB em meados de novembro de 1932. Reale diz ter sido convidado de pronto por Salgado ao alistar-se, para apresentar a comunicação de suas ideias em uma das reuniões semanais em que estavam se encontrando os primeiros integralistas. Nessa primeira apresentação como camisa-verde,

[222] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 123.
[223] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 72.

Reale tratou da Teoria do Estado em Hans Kelsen, discordando de seu formalismo e pugnando por uma cultura jurídica e política de "*integração do ser e dever ser*". Reale escreve que disse a Plínio Salgado que trataria então de temas de Teoria do Estado, "[...] focalizando problemas essenciais do ordenamento jurídico. Há muito tempo, desde os bancos liceais, fora tomado do arrojado propósito de elaborar minhas convicções políticas à luz dos fatos históricos, em cotejo com os ensinamentos teóricos"[224].

Reale ressalta que veio de Plínio Salgado a insistência para que Reale se voltasse para uma elaboração do Estado Integral que se diferenciasse dos Estados totalitários já existentes, o fascismo e o nazismo, e dessa perspectiva pautada por Salgado, Reale realizou os estudos que levaram à publicação de *O Estado Moderno* em 1934, seu primeiro livro como integralista, tendo sido o próprio Plínio Salgado a lhe apresentar ao editor José Olympio, cuja editora publicou praticamente todos os títulos de Reale nesse período integralista[225]. Reale se afirmava, logo nos primeiros meses de militância, como o cargo executivo de um dos mais importantes departamentos nacionais da AIB, o Departamento de Doutrina, e não tardaria a cumular outros altos cargos, desenvolvendo uma trajetória institucional que o levou a mais alta cúpula da AIB. Mas as divergências e disputas internas construíram percalços nessa trajetória.

O primeiro trabalho publicado por Reale como integralista foi *A Posição do Integralismo*[226], marca também sua entrada polêmica, mas vitoriosa na AIB. A afirmação do integralismo como um movimento republicano gerou um cisma nos grupos heterogêneos que formavam a AIB, ainda sem grande coesão, pelo que parece. A posição de Reale foi tomada por Salgado, aglutinando o grupo majoritário, contra o qual se opunham os tradicionalistas monarquistas do Movimento Imperial Pátria-Nova, movimento experiente, formado em 1928 por monarquistas maduros que defendiam um corporativismo conservador[227]. Foram vencidos pela tese republicana de um então jovem e ousado Reale, com seus 22 anos de idade.

Também no início de 1933 são publicadas as *Diretrizes Integralistas*. Este é um documento que contem 26 itens que esclarecem um pouco mais a doutrina apresentada no *Manifesto de Outubro de 1932*. Consiste no segundo documento oficial da AIB, depois do *Manifesto de Outubro*, e o primeiro documento oficial publicado pela Secretaria Nacional de

---

[224] O autor continua aqui inserindo os marcos teóricos que irão completar o desenvolvimento de seu pensamento na juventude "No fundo, por natural intuição, atraía-me a diretriz que então já se esboçava e, depois, veio a se consolidar como história das ideias, tornada possível graças à Sociologia do Conhecimento de Max Scheler e Karl Manhein e, mais amplamente, pela Culturologia ou Teoria da Cultura". Idem, ibidem, p. 73.
[225] Idem, ibidem, p. 73.
[226] REALE, Miguel. A Posição do Integralismo. In: _____. Perspectivas Integralistas. In: _____. **Obras políticas**, op.cit., p. 57-67.
[227] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 119.

Doutrina da AIB, já sob a chefia de Miguel Reale, contando com a colaboração do mesmo, sendo o primeiro registro que temos de sua atuação como chefe de Doutrina[228].

O ano de 1933 foi dedicado à organização política e doutrinária do movimento integralista, que crescia com grande rapidez. Em 23 de abril desse mesmo ano, foi realizado, na cidade de São Paulo o primeiro desfile integralista, prática que se tornou uma marca do movimento. Esse desfile foi organizado em apoio à candidatura de Reale à Assembleia Constituinte de 1933 (para a qual não foi eleito), contou com a presença de cerca de 40 membros, todos uniformizados com as "camisas-verdes" que se tornaram alcunha para "integralista", ornadas no braço, já nessa ocasião, pelo símbolo do *Sigma* proposto por Reale[229].

O "*Sigma*" (∑), assim como o "*fascio littorio*" no fascismo e a "*swastika*" no nazismo, foi o símbolo escolhido para traduzir a ideia central do conceito de *movimento* que o integralismo apresentava. Apontando para o "progresso", o integralismo impunha sua imagem como um movimento inelutável, que varreria tudo a sua frente com o poder torrencial dos processos históricos "inevitáveis", como sua filosofia da história fazia acreditar. No "Capítulo III - Dos Símbolos", dos *Protocolos e Rituais da AIB*, encontramos indicações dos significados em torno do *Sigma*, símbolo adotado para sintetizar o ideal filosófico de *movimento* no conceito de integralismo. O *Sigma* é a 18ª letra no alfabeto grego, e corresponde ao "S" no alfabeto ocidental moderno. Indica o *Somatório* das Matemáticas, e Leibniz escolheu-a para indicar a soma dos números finitamente pequenos. Afirma também que o Sigma seria a letra com a qual os primeiros cristãos da Grécia indicavam a palavra "Salvador" (*Soteros*). Além disso, é o nome da Estrela Polar do Sul, *Sigma Octantis*[230], identificada como símbolo da nova hegemonia cultural latino-americana e brasileira no mundo.

Individualmente impotente e perdido, o sujeito que se acha inerme na massa encontra sentido quando se insere na coletividade do integralismo, a "Grande Família dos camisas-verdes e um movimento Nacionalista, de sentido heroico"[231], o "homem integral" se tornaria assim parte de um *todo* poderoso. *Anauê* foi a palavra consagrada em louvor do Sigma, simbolizando o partido e sua força que emana do Chefe Nacional, Plínio Salgado. Na verdade, explica Cassirer, em todas as sociedades primitivas reguladas e governadas por ritos, a responsabilidade individual é uma coisa desconhecida. O que existe é apenas uma responsabilidade coletiva. O

---

[228] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. Diretrizes Integralistas. In: SALGADO, Plínio. O Integralismo Perante a Nação. In: _____. **Obras Completas**. v.9. São Paulo: Editora das Américas, 1955, p. 117.
[229] CALDEIRA NETO, Odilon. Miguel Reale e o Integralismo: entre a memória militante e as disputas políticas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 126, ano 11, pp. 178-186, nov 2011, p. 180-181.
[230] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Protocolos e Rituais da AIB**. Niterói: Edição do Núcleo Municipal de Niterói, 1937, p. 7.
[231] Idem, ibidem, p. 18.

verdadeiro "sujeito moral" não é o indivíduo, mas o grupo. O clã, a família e toda a tribo são responsáveis pelas ações de todos os seus membros[232]. A estratégia de Salgado, que passava fielmente confiante pela trilha do primitivismo, era encontrar a conexão perfeita entre essa condição "primitiva" da natureza coletiva da moral com a anomia das massas recém-chegadas nas grandes cidades.

Um dos primeiros passos para a consolidação institucional da AIB se deu por meio do lançamento dos *Estatutos da Ação Integralista Brasileira de 1934*. Esse documento foi lançado durante o primeiro Congresso Integralista Brasileiro, realizado na cidade de Vitória-ES entre 28 de fevereiro e 3 de março de 1934. Esse evento contou com a presença de delegados de todos os estados, o que passava a caracterizar a AIB como um "movimento nacional", conforme os *Estatutos*[233]. Entre os objetivos declarados nos *Estatutos de 1934* constava "funcionar como centro de estudos e cultura sociológica e política" e "implantar no Brasil o Estado Integral", conforme o artigo 2°. Ficavam estabelecidos também os Departamentos Nacionais e suas atribuições.

Assim, a estrutura organizacional hierárquica da AIB ficou definida por: uma *Chefia Nacional*, assessorada diretamente pelo seu *Gabinete Civil* e *Gabinete Militar*, seguida pelo *Departamento Nacional de Doutrina* (DND); *Departamento Nacional de Finanças* (DNF), *Departamento Nacional de Propaganda* (DNP); *Departamento Nacional de Cultura Artística* (DNC); *Departamento Nacional de Organização Política* (DNOP) e *Departamento Nacional da Milícia* (DNM), replicados da mesma forma ao nível de organização provincial (estadual). A AIB também criou seu próprio *Departamento de Justiça*, que tinha como objetivo "abrir inquérito e pronunciar julgamentos sobre 'denúncias' ou queixas recebidas sobre faltas atribuídas a integralistas". Esse Departamento era constituído por um Tribunal Nacional com sete membros; e por Tribunais Regionais e locais, e as normas e legislações aplicadas eram aquelas outorgadas nos regulamentos internos da AIB, bem como por um Código Penal e Processual próprios[234]. Em outras palavras, a AIB construiu um verdadeiro sistema Judiciário próprio, paralelo a este Poder do Estado brasileiro.

Michael Mann, Zeev Sternhell, entre outros historiadores do fascismo sustentam, e nós concordamos neste caso, com uma interpretação que não enxerga o fenômeno do fascismo como um caso isolado na história da modernidade europeia, uma vez entendido o fascismo

---

[232] CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**, op.cit., p. 329.
[233] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. Estatutos da Ação Integralista Brasileira, 1934. In: SALGADO, Plínio. O Integralismo Perante a Nação. In: _____. **Obras Completas**. São Paulo: Editora das Américas, 1955, v.9, p. 129.
[234] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 174.

como uma busca radical por uma forma específica de "estatismo nacionalista" essencialmente moderna. O discurso fascista trazia em si um apelo à participação e ao poder das massas que se alimentava de uma ideia básica da democracia, a "soberania popular", ao passo em que, sendo aqui o "popular" ligado à noção de "nação orgânica", exigiam também o fortalecimento do Estado, como repositório moral da nação e agente fomentador do bem-estar social. O paramilitarismo representa a preparação cívica e bélica de um novo tipo de "cidadão", forjado nas maltas[235] de camisas-verdes na luta pelo Estado-nação orgânico e unificado, ou seja, um Estado criado pela violência de um movimento "vindo de baixo", isto é, verdadeiramente "democrático" porquê criado pelo poder da vontade popular[236]. Essa interpretação reforça a visão de uma primeira fase de caráter radical e "revolucionário" da AIB, que contrastará inevitavelmente com suas modificações pós-1936, colocando-a nos trilhos de uma via eleitoral.

Segundo Payne, os fascismos apresentaram ideologicamente uma filosofia "*idealista*", "*vitalista*" e "*voluntarista*", normalmente empenhada na tentativa de criar uma nova cultura "*moderna*", "*autodeterminada*" e "*secular*", ao passo em que apresentavam um projeto de *Estado nacionalista autoritário* com bases erigidas fora de qualquer modelo tradicional e que colocasse em prática uma *nova economia nacional* dirigida, regulada e integrada, como se vê no pensamento corporativista do período[237], como o de Reale, que com poucos retoques, como no caso do "vitalismo"[238], por exemplo, se encaixaria perfeitamente nessa definição.

O historiador conclui, de modo geral, que o fascismo foi a forma mais revolucionária do nacionalismo europeu até aquele momento da história e era caracterizado por uma cultura baseada no idealismo filosófico, no poder da vontade, no vitalismo e misticismo, e por trazer um conceito moralista da violência "regeneradora" da sociedade e da comunidade nacional, com ênfase no militarismo e no imperialismo como formas de direcionamento dessa violência[239].

Dentre todos os autores integralistas, Miguel Reale talvez seja o que melhor se encaixe dentro dessa definição proposta por Payne, embora os dois últimos aspectos, discurso da

---

[235] Por "**malta**" aqui nos referimos ao conceito de Elias Canetti, "Tanto os cristais de massa como a massa, no sentido moderno dado a esta palavra, derivam de uma unidade mais antiga, na qual ainda coincidem; esta unidade mais antiga é a *malta*. Em bandos, de número reduzido, que vagueiam em pequenos grupos de dez ou vinte homens, ela é a forma de excitação conjunta que encontramos em todos os lugares". O autor divide as possibilidades de "malta" em quatro: de *caça*; de *guerra*; de *lamentação*; de *multiplicação*. CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. Trad. Rodolfo Krestan. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/Editora UnB, 1983, p. 101.

[236] MANN, Michael. **Fascistas**, op.cit., p. 12.

[237] PAYNE, Stanley, op.cit., p. 7.

[238] Reale, ao analisar o fascismo italiano, constatava que "[...] há lá mais 'vitalismo' (valorização do esplendor material) que propriamente 'espiritualismo' (valorização dos valores do Espírito). REALE, Miguel. Nós e os fascistas da Europa, op.cit., p. 15.

[239] PAYNE, Stanley, op.cit., p. 487-488.

"violência regeneradora"[240] e o "militarismo imperialista" sejam relativizados na produção intelectual do ex-chefe de Doutrina e Estudos da AIB. Essa sua postura o colocaria mais tarde em rota de colisão com o chefe do Departamento de Milícia e segundo homem mais forte na AIB: Gustavo Barroso.

Nessa fase do Congresso de Vitória, que poderíamos chamar de "primeiro integralismo", foi consolidada a posição incontestável de Salgado como Chefe Nacional da AIB, mas à frente da cada dia mais forte Milícia Integralista havia outro homem-forte do movimento, que dividia opiniões. Gustavo Barroso[241], o chefe do Departamento da Milícia Integralista foi um dos intelectuais de maior expressividade na época a se alistar na AIB, tendo escrito cerca de 70 livros em sua vida. Além de ter sido o organizador do Museu Histórico Nacional, foi também o membro mais jovem da Academia Brasileira de Letras, de que foi presidente em 1933 e cujas reuniões ele chegou a frequentar vestindo a camisa verde. Entre suas principais obras do período integralista destacamos *O integralismo em marcha*[242], lançado em 1933, e *O Quarto Império*[243], de 1936, além de seus polêmicos livros antissemitas, dos quais trataremos junto a ouras fontes no Capítulo 4.

O ***Departamento Nacional da Milícia*** impunha uma estrutura paramilitar à AIB, que foi organizada pelo capitão Olympio Mourão Filho, inspirado nos moldes do exército. A Milícia se subdividia em "comando" e "tropa". Sua direção suprema pertencia ao Chefe Nacional, seguido do Secretário Nacional do Departamento da Milícia, Gustavo Barroso, pela Tropa de Proteção e pelo Chefe do Estado-maior, Olympio Mourão Filho[244]. É de um artigo publicado por outro prócer da AIB, Santiago Dantas, no jornal integralista *Ação*, que Reale funda em 1936, que o autor retira as razões e finalidades da Milícia Integralista. Nele, percebemos a importância realçada da Milícia como formadora da nova cultura política de "cidadãos-soldados" para um partido revolucionário militarizado que avistava no horizonte a possibilidade de se constituir como partido-regime:

> "Ora, no Integralismo, como em todas as grandes doutrinas modernas do Estado, a concepção que temos de um regime não é a de uma ordem natural que por

[240] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., 144.
[241] Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso (1888-1957), advogado, professor, ensaísta e museólogo organizador do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro. Para maiores detalhes sobre a produção antissemita de Gustavo Barroso. Cf.: MAIO, Marcos Chor. **Nem Rothchild nem Trotsky**: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
[242] BARROSO, Gustavo. **O integralismo em marcha**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.
[243] Idem. **O Quarto Império**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
[244] Segundo Trindade, a Milícia se organizava em quatro seções: a primeira seção ocupava-se da correspondência, controle da organização (estatística, efetivo, disciplina e justiça, inquéritos e promoções); a segunda seção, do serviço de informações; a terceira seção, da instrução militar e elaboração dos planos de operações militares; e a quarta seção, do setor de material e serviços. TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 179.

> si se mantenha num equilíbrio e num progresso invioláveis e infinitos. Pelo contrário, vemos o regime como uma criação da vontade humana, como um esforço consciente para organizar e manter o bem comum. Há, pois, ao lado das liberdades e da soberania, um terceiro bem a defender: esse bem é o regime. Ao lado da guerra civil e da desordem interna, há uma guerra social que assume formas mais graves e sutis, que se traduz em greves, em campanhas de descrédito, em formas incontáveis de sabotagem e contrarrevolução. A força para esta guerra é a milícia, defensora da revolução naqueles inumerosos terrenos em que a luta contra ela não envolve a soberania. Tal é a destinação da milícia, que, em face das doutrinas modernas do Estado, não se confunde com o Exército nem com a Polícia, não os contrasta, nãos os diminui, nem os enriquece. Pois diante dela há um outro inimigo"[245].

De acordo com Trindade, apesar da maioria dos autores que foram integralistas atenuarem em todos os aspectos a verdadeira cultura e as práticas na ação das Milícias Integralistas, o pesquisador confirma que o papel paramilitar desta e das tropas de serviços especiais é, de fato, indiscutível. Em diversas ocasiões ela entrou em ação nos conflitos de rua dos quais os mais conhecidos ocorreram em São Paulo (Bauru, em 3 de outubro de 1934; Largo da Sé, na Capital, 23 de novembro de 1934); no Rio Grande do Sul (São Sebastião do Caí, em 24 de fevereiro de 1935). Eliminou inclusive em praça pública um lituano que fizera um atentado contra o Chefe Nacional[246]. No *Manifesto-Programa de 1936* deixa claro que o objetivo era transformar a Milícia em uma guarda pretoriana a serviço da Chefia Nacional, utilizando o precedente jurídico imperial para justificar a introdução de elementos como as tropas-de-choque e guardas pretorianas que além de inspirarem o clima de mobilização permanente, também funcionariam como braços voluntários do regime:

> O Integralismo, restaurando uma das mais velhas tradições nacionais, deseja criar no Estado Brasileiro uma força civil, voluntária, nos moldes da lei que instituiu a Guarda Nacional do Império, em 1851. Essa organização não poderá ter a eficiência bélica do Exército e da Marinha, mas deverá ser suficientemente armada para defender contra o extremismo, o banditismo, a dissolvência, a anarquia, as famílias em cada Município, a ordem legal, os princípios democráticos da República, as autoridades constituídas, constituindo também uma reserva das forças armadas e tendo ainda a missão de criar uma atmosfera de simpatia e de entusiasmo nacional pelo Exército, pela Marinha e pela Aviação[247].

A "tropa" organizava-se em três categorias: militante de primeira linha; militante de segunda linha; e a juventude. A hierarquia da Milícia era subdivida em três escalões: graduados (subdecurião, decurião e submonitor) e oficiais (monitor, bandeirante e mestre-de-campo). A

[245] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 77.78.
[246] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cot., p. 183.
[247] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 183.

estrutura da Milícia, até 1935, possuía as seguintes unidades: a decúria (formada por 10 militantes sob o comando de um decurião); o terço (três decúrias sob o comando de um monitor); a bandeira (quatro terços comandados por um bandeirante); e finalmente, a legião, formada por quatro bandeiras, sob o comando de um mestre-de-campo.[248] A marcha traduzia o ideal do "homem integral" forjado na luta:

> Na defesa da Pátria e de Deus
> A enfrentar as batalhas estoico
> E na guarda da terra dos seus,
> Seja bravo, integral, forte e heroico[249].

A ***Juventude Integralista***, organizadas sob a forma dos "plinianos" em 1936 como seção subordinada à Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (NSAFP), era chefiada especificamente por Miguel Reale. A seção dos plinianos introduzia crianças e adolescentes aos ensinamentos iniciais do Sigma, e também os preparava para o treinamento paramilitar que receberiam nas tropas milicianas. Dos 4 aos 6 anos inscreviam-se na categoria dos "infantes"; de 6 a 9 anos, nos "curupiras"; de 10 a 12 anos, no grupo dos "vanguardeiros"; e de 13 a 15 anos, tornavam-se "pioneiros". Segundo Trindade, o método "integral" de socialização ideológica das crianças era dirigido de forma autoritária. A instrução oferecida aos pequenos "infantes" visava à construção da personalidade e do sentimento cívico, da educação física e intelectual, estimulando as atividades de cunho paramilitar e o escotismo[250].

Reale também foi peça chave em uma das principais estratégias de divulgação da AIB, atuando líder nas "***Bandeiras Integralistas***". Essas "Bandeiras" eram grupos constituídos de integralistas com qualidades de oratória, dentre os quais, um era nomeado "Chefe da Bandeira", responsável por sua condução e eficiência, acompanhado por um tesoureiro. As Bandeiras destinavam-se a percorrer as cidades do país empreendendo a propaganda doutrinária, fundação de núcleos e escolas, qualificação e campanha eleitoral.

"Trem-Verde", era como chamavam os comboios de estrada de ferro utilizado exclusivamente para o transporte coletivo de integralistas. Se possível, levavam desfraldada no limpa-trilhos uma bandeira do Sigma, e na parte externa dos carros as cores azul e branca, e dizeres alusivos ao motivo da viagem. Durante a excursão, eram cantados hinos e obedecidos

---

[248] Idem, ibidem, p. 179.
[249] Idem, ibidem, p. 198
[250] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 191.

protocolos que tornavam a viagem um evento agitadíssimo, causando a mobilização de integralistas em cada estação que passavam, para saudá-los[251]. As "Bandeiras" que rumaram para o Norte do país foram lideradas por Gustavo Barroso, e as que partiram com a missão de inaugurar novos no Sul, estavam sob o comando de Reale, que obteve considerável êxito na multiplicação de núcleos integralistas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul[252].

Nessas "Bandeiras" aconteceram alguns dos fatos mais marcantes da trajetória de Reale, como na ocasião em que, passando pelo Sul de Minas, teve, no mesmo dia, um encontro com o ex-presidente Wenceslau Braz, amigo de longa data de sua família, e, à noite, sofrera um atentado rapidamente impedido no cinema da cidade, enquanto palestrava. Os comícios eram agitados, e Reale se entusiasma e envaidece ao narrar que incendiava ainda mais os ânimos do público, incitando a opressão sobre os adversários. Após o nascimento da primeira filha, em 1935, a intensa dedicação às "Bandeiras" cedeu lugar aos ofícios da paternidade, que iniciava com uma renda modesta de professor em cursos particulares[253].

Em 1935 foi realizado o II Congresso Integralista Brasileiro na cidade de Petrópolis. Como produto desse evento, foi lançada a segunda versão dos *Estatutos da Ação Integralista Brasileira*, que modificou a AIB institucionalmente para seu registro como partido político, efetuado pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em acórdão de 8 de setembro de 1937.A AIB deixava para trás a requisição imperativa da "implantação do Estado Integral" em nome de uma postura "democrática" e legalista em face ao decreto da *Lei de Segurança Nacional*, tornando, com esse ato, extinto e Departamento da Milícia Integralista, entre outras modificações, mas todas no sentido de ampliação acelerada da estrutura institucional da AIB, em preparação para as eleições que se avizinhavam.

Assim, a organização da AIB a partir de junho de 1936 ficou definida por: Chefia Nacional, assessorada diretamente pelo *Conselho Supremo*, a *Câmara dos Quarenta* e a *Câmara dos Quatrocentos*, podendo ser convocadas, exclusivamente pela chefia nacional, a *Corte do Sigma*, mais alto organismo de representação na AIB, composto com a convocação dos membros do Conselho Supremo, os secretários nacionais, os membros da Câmara dos

---

[251] Idem, ibidem, p. 63.

[252] CALDEIRA NETO, Odilon, op.cit., p. 181.

[253] "Como era natural, fui visitar o Presidente Wenceslau Braz, que me recebeu na varanda, com o seu indefectível cigarro de palha morrendo entre os lábios: - "Se você, Miguelzinho (era assim que me chamava), vem combater comunismo em Itajubá, tomou caminho errado, porque aqui não tem disso". [...]. Na realidade, porém, o problema era bem mais grave, pois, à noite, no Cine Apolo, teria sido alvejado por um ex-sargento comunista de sobrenome Moura". Reale ainda relata que esse mesmo ex-sargento aliancista foi morto no fim de 1934 em uma tentativa de tomada do batalhão local. Fugiria ao propósito dessa pesquisa, como já advertimos no início deste capítulo, averiguar se o evento narrado é verdadeiro ou fictício. REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 104.

Quarenta, os chefes provinciais, que passavam a constituir a Câmara dos Quatrocentos, além de membros especialmente designados pela Corte do Sigma.

Abaixo desta alta cúpula vinhas as Secretarias Nacionais da AIB, sendo: *Secretaria Nacional de Corporações e Serviços Eleitorais* (SNC); *Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos* (SNDE); *Secretaria Nacional de Educação Moral, Cívica e Física* (SE); *Secretaria Nacional de Finanças* (SNF); *Secretaria Nacional de Propaganda* (SNP); *Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos* (SNAFP); *Secretaria Nacional de Cultura Artística* (SNA); *Secretaria Nacional de Assistência Social* (SNAS); *Secretaria Nacional de Imprensa* (SNI); *Secretaria Nacional das Relações com o Exterior* (SNR). Logo abaixo na hierarquia vinham os Chefes Arquiprovinciais e os Chefes Provinciais[254].

Algumas entre as novas secretarias nacionais criadas apresentam claramente a orientação eleitoral como foco, mas é também um processo que corrobora a tese de Trindade sobre a experiência pré-estatal vivida com o desenvolvimento institucional da AIB. Um desses exemplos é a criação da ***Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos*** (SNAFP), também era responsável por desenvolver atividades exclusivas para as mulheres, que aprendiam puericultura, datilografia, economia doméstica, boas maneiras, além de serem alfabetizadas.

Aliás, a alfabetização foi uma campanha importante encampada pela AIB, que através de sua ***Secretaria Nacional de Assistência Social*** (SNAS), ajudava a transformar os cidadãos, mesmo e principalmente não integralistas, em eleitores. Esse tipo de público também era assistido pela abertura de escolas integralistas, ambulatórios da "Cruz Verde", lactários e "sopa dos pobres". A ***Secretaria Nacional de Corporações e Serviços Eleitorais*** (SNC) voltava-se para o campo sindical e corporativo, com a formação de líderes sindicais integralistas e infiltração de serviço de informações sobre as atividades do movimento sindical empregado ação direta no movimento sindical através de sua "seção de vanguarda". A SNC também era responsável pelo alistamento eleitoral dos integralistas, preparação de candidatos, etc[255].

José Madeira de Freitas, redator do jornal integralista *A Ofensiva* (RJ) e chefe do Departamento Nacional de Propaganda da AIB até 1936, apresentava na imprensa do partido dados e números sobre o pesado investimento que o movimento integralista vinha fazendo na área de propaganda: "Jamais houve, em nossa Pátria, movimento algum de opinião, cujo apostolado excedesse, quer em área territorial, quer no método, à propaganda das ideias do

[254] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 177.
[255] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 184.

Sigma"[256]. De acordo com Tatiana da Silva Bulhões, o regulamento que criou o Departamento em 1934, passando a ser a ***Secretaria Nacional de Propaganda*** da AIB (SNP)[257] em 1936, definia com clareza sua prioridade de "granjear o maior número de adeptos". A organização administrativa centralizadora da SNP se baseou na criação de várias secretarias a nível provincial (estadual), municipal e distrital que, segundo a historiadora, constituiu uma estrutura que pode ser comparada a que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo organizou em todos os estados da União[258].

No Congresso de Vitória (1934) foi criado o primeiro jornal oficial do movimento integralista, o *Monitor Integralista*, através do qual todas as atualizações doutrinárias e normativas passavam a ser transmitidas para todo o país a partir de uma direção centralizada, dando maior coerência ao movimento em nível nacional. Em 1935 foi criado o *Sigma – Jornais Reunidos*, consórcio jornalístico subordinado à Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, o qual compreendia um conjunto de 88 jornais em circulação em todo o território nacional[259].

Segundo Rodrigo Santos de Oliveira, *A Ofensiva* foi o jornal de maior expressão dentro da rede de periódicos que a Ação Integralista Brasileira montou. Tinha o caráter de principal órgão do partido e uma das principais formas de inserção social dos "camisas-verdes" junto à sociedade brasileira da época[260]. A imprensa e as transmissões radiofônicas se completavam com a produção da *Sigma Filmes*, que distribuía pelas salas de cinema do interior de todo o país as fitas com o cine-jornalismo da AIB, uma nova técnica de comunicação social que atingia em cheio a população do interior.

A propaganda política nos anos 1930, de um modo geral, dava ênfase ao ideal de "harmonia social" e "eliminação de conflitos" para a construção de uma "sociedade fraterna", dirigida pelo Estado, ao passo em que "A coerção física e ideológica exercida sobre os opositores representava a outra face da moeda" no regime varguista, principalmente após o golpe do Estado Novo. Capelato também toma como referência a investigação de Arendt sobre o nazismo, para traçar um perfil das comunicações de massa na Era Vargas, e enxerga nas novas

---

[256] FREITAS, José Madeira de. A propaganda do Sigma. **A Ofensiva**, 02 abr 1937, p. 2, Apud BULHÕES, Tatiana da Silva. **Integralismo em foco**: Imagens e propaganda política. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 44.

[257] As funções da Secretaria Nacional de Propaganda se dividiam entre o chefe da secretaria e seu gabinete e funcionários dos Departamentos de Expediente; de Material; Planos; Imprensa; e Propaganda Doutrinária. BULHÕES, Tatiana da Silva, op.cit., p. 51.

[258] Idem, ibidem, p. 50.

[259] CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. op.cit., p. 84.

[260] OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, Leandro Pereira Gonçalves; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**, p. 34.

técnicas da propaganda política o "uso de insinuações veladas e ameaçadoras, simplificação das ideias para atingir as massas incultas, apelo emocional, repetições, promessas de benefícios materiais ao povo [...], promessas de unificação e fortalecimento nacional" de modo que "Sua linguagem simples, imagética e agressiva visava provocar paixões para atingir diretamente as massas"[261].

As novas tecnologias da comunicação, agindo sobre a face de um mundo globalizado pela burguesia, "conduziu à onipresença de forças que submetem tudo a cada um e cada um a tudo"[262]. E foi na imprensa integralista onde Reale viu sua posição no partido ser ameaçada, mas também onde ele encontrou uma saída estratégica para aumentar sua influência entre uma crescente militância de base e equilibrar forças com a influência que Gustavo Barroso possuía nas fileiras milicianas. Essa é uma visão que possuímos dos eventos que sucedem.

Segundo as memórias de Miguel Reale, em 1936 já era bem clara a heterogeneidade entre as correntes que compunham a AIB. O autor aponta três correntes maiores dentro do movimento: a primeira, a mais numerosa, era liderada por Plínio Salgado, baseada na doutrina social da Igreja e no sentimento nacionalista; uma segunda, que dava ênfase aos problemas sociais e sindicais, que era a sua e de Olbiano de Mello etc., e uma terceira, liderada por Gustavo Barroso, que enfatizava o culto de valores pátrios tradicionais com o acréscimo do antissemitismo, de forma e intensidade que lhe diferenciava dos outros doutrinares do movimento.[263]

Reale conduziu a sua corrente para a atividade intelectual no Departamento de Doutrina, que teve suas funções ampliadas a partir de 1936 transformando-se em Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos constituiu-se como o principal órgão de orientação doutrinária e de pesquisas do movimento integralista. A Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos ficava responsável por regular a Secretaria Nacional de Propaganda; preparar, autorizar e despachar oradores pelos núcleos e "Bandeiras" integralistas; selecionar que tipo de publicações deveriam ser lidas pelos militantes, censurar as que não deviam; controlar a produção de informação em geral no movimento, e também apresentar conferências, realizar reuniões doutrinárias etc[264].

Dentre os novos setores criados em 1936, o que Trindade aponta como o mais importante e o que confirma a tese do "caráter pré-estatal" da AIB é o departamento criado com o objetivo específico de produzir estudos "para a organização do futuro Estado Integral". Este

[261] Idem, ibidem, p. 73-74
[262] KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**, op.cit., p. 9.
[263] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 80.
[264] BULHÕES, Tatiana da silva, op.cit., p. 56, CAVALARI, Rosa Maria F., op.cit., p. 138-139.

novo departamento dividia-se em vários grupos de trabalho, que tratavam de temas como "economia política"; "corporações"; "relações exteriores"; "segurança pública"; "defesa" nacional"; "comunicações e transportes". Havia, por exemplo, a "seção da justiça", na qual eram elaborados projetos sobre "organização judiciária"; "o processo e regime penitenciário"; "direito substantivo privado". A "seção de Defesa Nacional, sobre a Marinha e Exército"; "seção de Relações Exteriores" etc.[265]

Nesse sentido, foi baixado pela chefia nacional da AIB o decreto interno que regulamentava a *instrução doutrinária aos integralistas*. Os integralistas que demonstravam potencial e alto nível de instrução eram conduzidos ao "*Curso de Estudos Integralistas*", oferecido pelo Departamento Nacional de Doutrina e Estudos. Esse curso era oferecido em todos os Departamentos Provinciais de Doutrina e Estudos e as disciplinas oferecidas eram "História Social Brasileira"; "Introdução à Sociologia Geral"; "Noções de Direito Corporativo"; "História das Doutrinas Econômicas"; "Noções Gerais de Organizações Políticas"; e "História Militar Brasileira". Cada subseção provincial do Departamento/ Secretaria de Doutrina e Estudos era responsável por reunir e acumular dados referentes à realidade de cada estado, produzindo gráficos e estatísticas que eram utilizados pela Secretaria Nacional de Propaganda da AIB para que a propaganda se adequasse às realidades e demandas sociais de cada região. O conjunto dessas pesquisas e estudos produzidos pelo grupo de doutrina e estudos era divido pelo grupo da propaganda em a) Geografia e antropogeografia; b) Etnografia e folclore; c) Sociologia; d) História; e) Economia Social e Política; f) Finanças; g) Pedagogia e h) Direito[266].

Entre o I Congresso Integralista Brasileiro de Vitória de março de 1934 e o II Congresso Integralista Brasileiro de junho de 1936, Miguel Reale integrou o Conselho Nacional da AIB. Após as reformas de 1935 e a nova organização institucional da AIB, continuou com status inalterado, integrando o Conselho Supremo, no qual atuou de junho de 1936 até a dissolução da AIB em novembro de 1937. Mas como chefe do Departamento de Doutrina, sua trajetória sofreu um frustrante golpe em 1936, com a crise interna instalada entre as três maiores lideranças da AIB: Salgado, Barroso e Reale.

Os rumores sobre essa divergência interna na AIB e a proibição sobre Gustavo Barroso escrever em *A Ofensiva* geraram um escândalo na imprensa, a começar pela notícia veiculada no *Diário da Noite*, dirigido na época por Assis Chateaubriand, dizendo "O Sr. Plínio Salgado ameaça fuzilar o Sr. Gustavo Barroso, o capitão Roehm do Brasil", com a manchete de capa:

[265] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 185.
[266] BULHÕES, Tatiana da Silva, op.cit., p. 56,

"Rebentou a crise do seio do Integralismo". Essa suposta ameaça de Plínio Salgado contra Barroso foi desmentida na versão oficial da AIB, dada em entrevista pelo chefe da Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, Madeira de Freitas, em matéria de capa do jornal *O Globo*. Também foi desmentido no jornal integralista *A Ofensiva*, em comunicado assinado por Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Madeira de Freitas, Everaldo Leite, entre outros secretários da AIB dizendo sobre a explosão do escândalo na imprensa "Jornais vendidos a Moscou, através de ridículos boatos, tentam lançar a confusão dentro do Integralismo" [267].

Essa crise teve, entre outros pivôs, a "liberalidade" de Reale quanto a questão da integração ou não do antissemitismo à ideologia oficial do movimento e à aceitação de maçons na AIB. Plínio Salgado não discordava doutrinariamente de Reale com relação à não incorporação do antissemitismo, o que nos leva a crer que Plínio Salgado tenha tomado essa decisão para abrandar a ira de Gustavo Barroso, afinal de contas, um jovem bacharel recém-formado caçava a palavra do homem que deixou a presidência da Academia Brasileira de Letras para militar pela AIB. Em muitos aspectos, essa pode ser considerada uma das maiores vitórias de Reale nos jogos de poder da AIB, mas em suas *Memórias* não é visão que ele apresenta.

A resolução da crise, após um escândalo explorado com muito sensacionalismo pela imprensa da época, terminou com a proibição de Barroso escrever na imprensa integralista, por um lado, e com a aparentemente "súbita e imotivada" exoneração de Reale do cargo de chefia do Departamento de Doutrina que moldou para ser a fonte oficial da produção de conhecimento teórico na AIB e o núcleo de elaboração do paradigma e do método integral. Essa foi, segundo o autor, sua "primeira e grave decepção política" [268]. "Fui substituído por meu antigo colega da Faculdade, Ernani da Silva Bruno, cuja vocação era e continua sendo para estudos históricos, [...], mas que jamais cuidara e cuidou, especificamente, da teoria integralista com afinco"[269]. A produção intelectual de Reale despontava como a terceira maior do movimento nesse momento. Dos cerca de 49 livros publicados por autores integralistas entre 1933 e 1937, 7 foram publicados por Reale, superado apenas por Plínio Salgado, com 12 publicações, e Gustavo Barroso, com 13.[270]

Uma época difícil para Reale, com nuances pouco explicadas pelo autor, como a repreensão vinda do que chamou "círculos ultramontanos" da Igreja católica, que Reale sofreu

[267] Cf.: EDITORIAL. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1936. Cf.: FREITAS, José Madeira de. Divergências no Integralismo?, **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1936. Cf.: SALGADO, Plínio. Um comunicado da chefia da AIB. **A Ofensiva**, 15 de abril de 1936.
[268] CARNEIRO, Márcia Regina S. R; SILVA, Cintia Rufino Franco, op.cit., p. 53.
[269] REALE, **Memórias**, op.cit., p. 110.
[270] RAMOS, Alexandre Pinheiro. Intelectuais, livros e política: Schmidt Editor e José Olympio Editora na divulgação do integralismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 641-666, jul/dez 2015, p. 653.

na mesma ocasião de sua exoneração, vinda em uma "*carta pastoral*" do bispo de São Carlos D. Gastão Liberal Pinto, prevenindo os militantes integralistas dos "erros" doutrinários de Reale conducentes à uma concepção de Estado laico que desagradou o clero. O ataque da Igreja, nesse momento, enfraqueceu a posição de Reale dentro da AIB. Os sinais do anticlericalismo em seu discurso começavam a gerar reações que o jovem bacharel talvez ainda não pudesse enfrentar, mas também, até esse momento, não encontramos registro de nenhuma retratação do autor perante essa recriminação de sua doutrina pela Igreja. Mas em resumo, o autor relativiza o uso desse pretexto por Plínio Salgado para remove-lo do cargo, apostando mais na técnica maquiavélica do experiente Chefe Nacional[271]. No mais, Reale acaba sendo reempossado, como chefe da Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos em 1936.

A exoneração do posto de chefia abriu espaço para Reale ampliar seu papel na imprensa do partido a partir de 1936, na direção da revista *Panorama*, que criara ainda como chefe do Departamento de Doutrina em janeiro de 1936, e do diário paulista *Ação*, criado em outubro de 1936 após sua remoção do Departamento. Além da divulgação dada pela Secretaria Nacional de Propaganda, os resultados de todos esses trabalhos e investigações eram publicados na revista trimestral *Panorama*, lançada com o subtítulo "*Coletânea do pensamento novo*". *Panorama* publicou 14 números de 1º de janeiro de 1936 a outubro de 1937. Seu objetivo estabelecido como "instrumento dessa alta consciência intelectual e cívica" que se formava sob os auspícios de Reale na sua Secretaria, era "formar a elite cultural" do movimento integralista. Em um trecho retirado da *Panorama*, Reale explica aos leitores do periódico, destinado aos camisas-verdes de "alta cultura", a diferença entre a doutrina veiculada na imprensa integralista e o conteúdo aprofundado dos livros, dizendo que "A opinião dos povos modernos, onde a produção intelectual é escassa, é feita pelo jornalismo; mas o jornalismo não é órgão de direção, senão instrumento de impressões e de conselhos rápidos, variáveis, naturalmente superficiais e versáteis"[272].

Além de Miguel Reale, Plínio Salgado e Gustavo Barroso, outros autores integralistas e não integralistas colaboravam ativamente na construção da revista *Panorama* enviando artigos, colunas, ensaios, resenhas, críticas literárias e trabalhos científicos. Nomes como o presidente

[271] A impressão de Reale sobre o fato se resume neste trecho: "No fundo, Plínio talvez se deixara impressionar pela minha atitude de independência, levado pela sua notória desconfiança cabocla, que, certa feita, criou uma crise com Gustavo Barroso, ameaçando renunciar à chefia, em cerimônia num teatro no Rio de Janeiro, o que fez com que Gustavo, com a sua dedicação sentimental, lhe fizesse carinhoso apelo público, com lágrimas nos olhos, para que retomasse o posto que todos sem discrepância lhe reconhecíamos". REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 110.

[272] EDITORIAL. Alberto Torres. In: Mentores da Nacionalidade, **Panorama**, ano 1, v.1, São Paulo, 1936, p. 78.

da Academia Brasileira de Letras à época, Fernando Magalhães, Alfredo Buzaid[273], Belisário Pena, o padre Helder Câmara, o ex-*tenente* Jeovah Motta, Tasso da Silveira, o editor Augusto Frederico Schmidt, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Luís da Câmara Cascudo, entre outros.

A questão do Trabalho e dos trabalhadores se tornou fundamental nas páginas do jornal *Ação*, em São Paulo, com foco especial sobre os trabalhadores e sindicatos, fazendo a propaganda do corporativismo. Esse foco seria uma característica em particular do integralismo em São Paulo, e teria sido fortalecido quando o *tenente* Jeovah Motta, que era então camisa-verde, assumiu a chefia da Província Integralista de São Paulo em 1936, realçando a importância da arregimentação do proletariado em ascensão no coração industrial do país[274].A "questão social", o "movimento sindical" e o "corporativismo" se tornaram centrais nas páginas do *Ação*, que possuía as seções "Sindicalismo" e "Nota Sindical", e um noticiário sobre o mundo do trabalho em São Paulo[275]. Reale dirige o *Ação* até maio de 1938, quando foge para a Itália, passando nesse país um período de quase um ano de exílio.

1.3 "*A glória a qualquer preço será útil, mas infamante*": o *putsch* e a fuga para Itália

Após a promulgação da Constituição de 1934, o cenário político tornou-se ainda mais instável. Destarte, enquanto os integralistas se demonstravam dispostos a remover o governo e instituir o "Estado Integral" com a sua revolução, nas esquerdas se acreditava já estar instalado um cenário de "crise revolucionária" que exigia a criação urgente de soviets em preparo para a insurreição. Desse modo, ficou patente na época que as esquerdas se organizavam gradativamente em torno da possibilidade de derrubar o governo e a Constituição de 1934[276].

A essa altura, a luta entre fascismo e antifascismo já era uma das mais internacionalizadas do período e uma das que mais entusiasmou a juventude e a intelectualidade ocidental. Fascismo e antifascismo já se enfrentavam no Brasil desde a década de 1920, mas foi após a fundação da AIB que os embates aumentaram, tornaram-se mais violentos e adquiriram proporções nacionais. Em 1933, a organização entre variados (e muitas vezes concorrentes) setores da esquerda no Brasil deu origem à Frente Única Antifascista (FUA), ao Comitê

[273] Alfredo Buzaid (1914-1991). Jurista, advogado, magistrado e professor. Ministro da Justiça no governo do ditador Emilio Garrastazu Médici e ministro do Supremo Tribunal Federal indicado pelo ditador João Batista Figueiredo.
[274] BERTONHA, João Fábio. O pensamento corporativista em Miguel Reale, op.cit, p. 230.
[275] DOTTA, Renato Alencar. A imprensa integralista de São Paulo e os trabalhadores urbanos (1932-1938). In: SILVA, Giselda Brito (Org.). **Estudos do Integralismo no Brasil**. 2ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 247.
[276] SAES, Décio. "Classe média e política no Brasil. 1930-1964". In: FAUSTO, Bóris (Dir.**). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**, op.cit, p. 496-497.

Antiguerreiro (contrário à participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial), entre outras associações semelhantes[277].

Os combates entre militantes da AIB e das esquerdas antifascistas tornaram-se mais frequentes, mais publicizados e mais chocantes pela violência e crescente número de vítimas feridas ou mortas em acontecimentos trágicos, como a "Batalha da Praça da Sé"[278], ocorrida no dia 7 de outubro de 1934, na cidade de São Paulo, e a "Chacina de Campos"[279], que aconteceu no município fluminense de Campos dos Goytacazes, em 16 de agosto de 1937. A rivalidade, elevada pelos confrontos, levou antifascistas a alcunharem integralistas de "galinhas-verdes" e integralistas alcunharem antifascistas de "sicários de Moscou"[280].

Nesse cenário em que crescia a tendência internacionalmente difundida de formação de *frentes únicas* populares, com o fim de combate ao fascismo e ao imperialismo, setores das esquerdas no Brasil deram início aos arranjos que fundaram a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em janeiro de 1935, elegendo Luiz Carlos Prestes (que estava na URSS) seu presidente de honra. Seu programa, divulgado em fevereiro do ano citado, tinha como principais objetivos a "suspensão do pagamento da dívida externa do país", "nacionalização das empresas estrangeiras fixadas no país", "reforma agrária e proteção aos pequenos e médios proprietários", garantir as "liberdades democráticas" com a implantação de um "governo popular" e "a luta contra o fascismo". Com a adesão de Prestes e ex-participantes do movimento tenentista ao

---

[277] CASTRO, Ricardo Figueiredo. "A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934)", **Topoi**, Rio de Janeiro, dez 2002, p. 354-360.

[278] Esse evento foi notícia na primeira página do jornal *Folha da Noite*, no dia seguinte ao evento, descrito assim na manchete: "A parada integralista não pôde ser levada a termo – Ao iniciar-se a cerimônia estalaram conflitos de terríveis conseqüências – Tiroteios violentíssimos – Quatro mortos, cerca de vinte feridos gravemente, inúmeras pessoas atingidas por bala ou atropeladas – A ação da polícia – Medidas tomadas para o reestabelecimento e manutenção da ordem", In: "Os sangrentos sucessos que se desenrolaram ontem na Praça da Sé", **Folha da Noite**, São Paulo, segunda-feira, 8 de outubro de 1934, ano XIV, n. 4.232, p. 1. Disponível em: http://acervo.folha.uol.com.br/fdn/1934/10/08/1/, acessado em 24 mai 2017.

[279] A manchete da notícia diz "Um desfile e comício integralista teria sido a causa dos lamentáveis acontecimentos", e relata o número de 12 mortes e muitos feridos. "A cidade de Campos foi teatro de graves conflitos", **Correio Paulistano**, São Paulo, terça-feira, 17 de agosto de 1937, p. 16. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=090972_08&pagfis=19936&url=http://memoria.bn.br/docreader#, acessado em 24 mai 2017.

[280] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit, p. 102.

PCB, formando a ANL, os comunistas se tornaram o segundo maior movimento de massas do Brasil[281], atrás apenas da AIB[282].

Diante do aumento da radicalização das lutas políticas, Vargas sancionou o decreto apresentado pelo Legislativo, com o qual foi criada a lei nº 38 de 4 de abril de 1935, assim chamada "Lei de Segurança Nacional"[283], que previa os crimes contra a ordem política e social, regulando e proibindo as práticas dos grupos em disputa que se avolumavam. Essa lei, assim, tornou possível ao governo desmobilizar a milícia integralista e fechar a ANL, enquadrando-a com base no manifesto de Prestes lido em julho de 1935.

O crescimento do movimento integralista após 1935 merece ser observado com atenção, pois se fez, a princípio, contra a repressão, velada ou francamente aberta da *Lei de Segurança Nacional*. Após o levante coordenado pela ANL em novembro de 1935, o imaginário anticomunista ganhou mais poder, causando uma grande comoção no país. A partir de então, o anticomunismo teria se tornado um tema dominante no discurso integralista, demonstrando todo seu potencial agregador na política de massas[284]. Em face ao grande sucesso, o ano de 1936 ficou registrado na memória do integralismo com o epíteto de "O Ano Verde", tendo em vista o aumento contínuo de membros e da expansão política da AIB[285].

A política repressiva orientada pela Lei de Segurança Nacional foi reforçada, com a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), em setembro de 1936. O TSN era um tribunal de exceção, subordinado à Justiça Militar, composto por juízes militares e civis nomeados pelo próprio presidente da República, e deveria funcionar nos momentos em que o país se encontrasse em "estado de guerra". Entre setembro de 1936 e dezembro de 1937, cerca de 1500 pessoas foram julgadas e condenadas pelo TSN, entre comunistas, integralistas e

---

[281] Décio Saes estima que tenham sido entre 200 a 500 mil membros na ANL. SAES, Décio, op.cit, p. 497. De acordo com dados da FGV/CPDOC, "calcula-se que dezenas de milhares de cidadãos filiaram-se formalmente à ANL, embora o número exato dessas filiações jamais tenha sido conhecido". Cf.: "Aliança Nacional Libertadora". Anos de Incerteza (1930-1937),:**A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945**. FGV/CPDOC, 1997. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen, consultado em 12 jan 2015.

[282] RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: Os dirigentes e a Organização". In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**, op.cit, p. 371.

[283] Lei nº 38, de 4 de Abril de 1935 ("Lei de Segurança Nacional"). **Câmara dos Deputados.** Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html, acessado em 08 dez 2014. É bom lembrar que, desde que foi criada, a "*Lei de Segurança Nacional*" no Brasil, embora modificada, nunca mais deixou de existir. Foi repisada com a Lei 1.802 de 5 de janeiro de 1953, com o Decreto-Lei 314 de 13 de março de 1967, o Decreto-Lei 898 de 29 de setembro de 1969, a Lei 6.620 de 17 de dezembro de 1978 e, por fim, com a Lei 7.170 de 14 de dezembro de 1983, que ainda se encontra em vigor.

[284] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho".** op.cit., p. 12.

[285] Nas eleições de 1936, a AIB elegeu quase 3 mil vereadores, 20 prefeitos e 4 deputados estaduais. Cf.: CYTRYNOWYCS, Roney. op.cit., p. 8.

liberais opositores ao governo[286]. Enquanto isso, as candidaturas de Armando de Sales Oliveira, José Américo de Almeida e Plínio Salgado para as eleições presidenciais previstas para março de 1938 eram esvaziadas de significado até serem impedidas pela decretação do "estado de guerra", fundado na suposta ameaça de "subversão da ordem social", com base na divulgação do *Plano Cohen*[287], que teria sido "descoberto" pelo serviço secreto do Exército. Assim se construíam as bases políticas e sociais que tornaram possível o golpe de Estado em novembro de 1937[288].

Segundo o testemunho de Miguel Reale, no dia 1° de novembro de 1937, cerca de 50.000 camisas-verdes desfilaram no Rio de Janeiro até o Palácio do Catete, onde teriam sido saudados com "palavras de confiança e apreço" pelo então presidente Getúlio Vargas. De acordo com o ex-chefe do Departamento Nacional de Doutrina da AIB, "o clima geral era de confiança no processo político em curso, prevalecendo a ideia de um franco e sólido entendimento entre Getúlio Vargas e Plínio Salgado"[289]. Poucos dias antes do golpe de 10 de novembro, Salgado realizou um pronunciamento na Rádio Mayrink Veiga, no qual disse: "temos hoje manifestado ao Chefe da Nação e às Classes Armadas os nossos propósitos de prestigiar e apoiar uma Ordem Nova mediante a qual se possa definitivamente pôr a coberto o Brasil dos sobressaltos constantes que o perturbam"[290].

Plínio Salgado estava ciente da iminência de um golpe de Estado. Francisco Campos teria lhe pedido um parecer sobre o texto da Constituição de 1937, assim como também "sabia" que a implantação do novo regime ocorreria no dia 15 de novembro. Todavia, o golpe foi antecipado para o dia 10, sem a participação de Salgado[291]. Embora a AIB tenha manifestado publicamente apoio à nova ditadura em 1937, o Chefe Nacional da AIB perdeu progressivamente seu prestígio e sua autoridade, vendo desvanecer seu sonho do Estado Integral na realização do Estado Novo de Vargas, ofuscando definitivamente seu apelo carismático de "líder do Brasil Novo". Vargas

---

[286] Tribunal de Segurança Nacional. Anos de Incerteza (1930-1937). In: **A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945**. FGV/CPDOC, 1997. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen, consultado em 12 jan 2015.

[287] Nas palavras de Reale, "Ninguém ignora que se tratava de solerte utilização para fins políticos, de um documento que, segundo me disse o capitão Olympio Mourão Filho, havia sido escrito apenas como peça integrante de um 'exercício do Estado Maior'". Idem, ibidem, p. 120. No caso, se trata do Estado Maior das Milícias Integralistas, cujo chefe era Mourão Filho, e o mencionado "exercício" visava o treinamento das milícias para resistir a uma hipotética tentativa de golpe comunista no Brasil.

[288] SILVA, Hélio. **A Ameaça Vermelha**: O Plano Cohen. Porto Alegra: L&PM, 1980, p, 9.

[289] REALE, Miguel. **Memórias**. op.cit., p. 119.

[290] Idem, ibidem, p. 120.

[291] Idem, ibidem, p. 121.

chegou a oferecer a pasta do Ministério da Educação a Salgado, mas este, reticente, acabou recusando.

Após o decreto-lei nº 37 de 2 de dezembro de 1937, que dissolvia todos os partidos políticos, proibia as milícias cívicas e o uso de uniformes e símbolos, todos os partidos políticos, entre eles a AIB, tiveram seus direitos cassados. Salgado tentou manter ativo o integralismo brasileiro, mesmo sem o caráter político, transformando a AIB em Associação Brasileira de Cultura (ABC) quatro dias após o fechamento da AIB.

Embora a AIB tenha sofrido com a nova ordem inaugurada pela Constituição de 10 de novembro de 1937, seu papel no golpe de 1937 foi decisivo. Esse hiato entre as expectativas dos seguidores de Plínio Salgado e os interesses do governo no Estado Novo serviu de estopim para o malogrado "*putsch integralista*", em maio de 1938, no qual Vargas poderia ter sido vitimado fatalmente. Perseguidos após esse evento, com muitas fugas e exílios de seus membros para a Europa e outros lugares, a AIB foi finalmente desarticulada, mas deixou o seu legado marcado na Constituição de 1937.

Leandro Pereira Gonçalves nos afiança que a "presença dos integralistas no processo de organização para a implantação do Estado Novo passava a ser um elemento de esperança para os camisas-verdes"[292], esperança, no caso, de serem incorporados nos quadros do Estado pelo novo regime. Em setembro de 1937, Francisco Campos teria encontrado Plínio Salgado, em sigilo, autorizado pelo presidente Vargas, entregando ao líder integralista um original do texto final da nova constituição que seria outorgada em breve, por um golpe de Estado[293]. O conhecimento e participação de Salgado no golpe do Estado Novo também são mencionados por Vargas em trechos de seu *Diário*[294].

Porém, talvez a maior contribuição do movimento integralista para o golpe do Estado Novo e a constituição que o fundamentou, seja, como foi descrito por Salgado em uma carta enviada a Vargas em janeiro de 1938, na qual o líder da AIB escreveu: "Não seria eu bastante sincero e honesto se pretendesse dar ao seu governo a minha colaboração pessoal, quando esta não implicasse na adesão, à minha atitude e aos objetivos de V. Exa., de mais de um milhão de

[292] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado**, op.cit., p. 102.
[293] SALGADO, Plínio. Carta do Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira Plínio Salgado, ao Senhor Dr. Getúlio Vargas, presidente da República em 28 de janeiro de 1938. In: SALGADO, Plínio. **O integralismo perante a nação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950, p. 118.
[294] VARGAS, Getúlio. **Diário (1930-1942)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, v. 2, 1995, p. 89.

brasileiros que criaram, pela doutrinação e propaganda, o clima sem o qual não se tornaria possível a transformação constitucional de 10 de novembro"[295].

Em 1938, simpatizantes de Armando Sales, entre eles Otávio Mangabeira, Flores da Cunha e Júlio de Mesquita Filho e membros do exército, como o brigadeiro Eduardo Gomes e o general Guedes da Fontoura, manifestaram-se contrários ao golpe de 10 de novembro, convergindo assim para uma aliança entre liberais e integralistas para a derrubada do Estado Novo. Esse plano foi articulado entre Plínio Salgado e Otávio Mangabeira, cabendo a liderança da ação ao general Castro Júnior, havendo sido marcado o "levante geral" para o dia 11 de março de 1938. Na última hora a operação foi abortada por "motivos técnicos" que teriam impedido a adesão esperada da Marinha, mas já era tarde. Deu-se início ao levante, que foi rapidamente desbaratado, havendo vários presos[296].

No dia 10 de maio, ocorreu outra tentativa do mesmo grupo para suceder a derrubada do governo Vargas. Porém, essa tentativa se tornou um fiasco sob a liderança do tenente Severo Fournier e do integralista Belmiro Valverde. Os cerca de 300 sublevados, de acordo com a entrevista concedida por Plínio Salgado ao jornal *O Globo*, de 21 de maio de 1938 chegaram a tomar o Palácio da Guanabara por algumas horas mantendo Getúlio Vargas e sua família como reféns. Contudo, foram vencidos pelas forças governamentais sem longa resistência, deixando oito cadáveres no chão. A resistência foi liderada pelo próprio ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, que negou em entrevista ter comandado os fuzilamentos. Hélio Silva põe em confronto diversos relatos desse acontecimento, e segundo esses relatos, entre 7 e 9 integralistas morreram no *putsch* de 1938, mas não foram mortos em combate. Foram provavelmente fuzilados ali mesmo, no Guanabara, que o general Góes Monteiro classificou na imprensa como um "assassínio" e um "crime monstruoso"[297].

A AIB passou a ser intensamente combatida e seus membros foram duramente perseguidos pela ditadura do Estado Novo. Plínio Salgado, sob a forte repressão policial do governo do interventor Adhemar de Barros, foi preso em São Paulo, pelo DOPS, em janeiro de 1939 e, em maio do mesmo ano, foi exilado para Portugal. De "campeões da ordem social" os integralistas passaram a ser vistos como bandidos subversivos, uma lembrança gravada em

---

[295] SALGADO, Plínio. Carta do Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira Plínio Salgado, ao Senhor Dr. Getúlio Vargas, presidente da República em 28 de janeiro de 1938. In: SALGADO, Plínio. **O integralismo perante a nação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950, p. 111.
[296] REALE, Miguel. **Memórias**. op.cit., p. 126.
[297] Cf.: O nome dos camisas-verdes mortos no *putsch* de 1938: tenente Teófilo Otoni Jaccoud; Dionísio Pereira da Silva; Mário Salgueiro Viana, Valdemiro Petrone; José Rodrigues; Luís Cândido, Manuel Gomes Vidal; Artur Pereira de Holanda e cabo Juvêncio Henrique Pereira Dias; SILVA, Hélio. **1938**: terrorismo em campo verde. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 235-236. Como fonte documental, ver também: NASSER, David. **A Revolução dos Covardes**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1947.

muitos registros na imprensa da época, atingindo sua versão narrativa mais popular como se vê na letra da *Marcha da Galinha*, do carnaval de 1943, "Galinha verde não me entra no poleiro/ Diz o meu galo que é o dono do terreiro/ Meu papagaio comprei lá na Pavuna/ Mas o galo cisma que ele é quinta-coluna"[298]. Pois é de Cícero a máxima "*A glória a qualquer preço será útil, mas infamante*", que intitula o Capítulo XXVIII, no Tomo III de *Os Deveres*, no qual se indagava o pensador romano: "Pode, por acaso, senhorio algum, cuja consistência depende da glória, mas também da cooperação dos aliados, ganhar solidez pela infâmia e ódio?"[299].

Logo após o *putsch* de maio de 1938, a imprensa deu início a uma torrente de narrativas que visavam detratar o movimento integralista como um todo, como por exemplo o *Jornal do Comércio* que noticiou em 12 de maio de 1938: "Tramada na sombra a conspiração, fanatizados os elementos que iriam agir durante a revolta, a ação da intentona fracassada concentrou-se em quatro pontos", prosseguindo, o jornal revela quase como sacrílego o atentado contra Vargas, dizendo que "Essa nova intentona integralista, que assumiu o caráter revoltante do atentado pessoal, causou geral indignação"[300]. Como diz Rogério Lustosa Victor, antes de tudo, o controle sobre a leitura do passado recente era fundamental para o nascente Estado Novo superar a crise política e alcançar a governabilidade almejada.

Em suas Memórias, Miguel Reale se lembra da entrevista que concedeu aos *Diários Associados* em 1945, já como professor na USP, esclarecendo sua versão sobre o *putsch* de maio de 1938, e indica o livro *O Integralismo Brasileiro Perante a Nação* (1950) de Plínio como fonte fidedigna em que essa entrevista aparece reproduzida na íntegra. Nela, Reale diz:

> "... uma profunda desinteligência se formou entre o Governo mal servido por alguns elementos ambiciosos, interessados em dividir, - e o partido integralista, cujo fechamento foi afinal decretado. Postos fora da lei tanto integralistas como liberais, sentiram todos os adversários da situação a necessidade de conjugar esforços para restabelecer as liberdades comuns.
>
> - Houve, então, entendimentos, em 1938, entre integralistas e elementos de oposição?
>
> - Houve, e ninguém poderá contestar. [...].
>
> - É claro, desde logo acordamos em que era necessário restabelecer a vigência da Constituição de 1934, com a formação de uma junta militar governamental provisória incumbida de presidir as eleições. A um golpe ia se contrapor outro golpe..."[301] .

---

[298] A letra "Marcha da Galinha Verde foi escrita em 1942 por José Gonçalves e André Gargalhada, gravada pela RCA Victor, interpretada por Marilu, em 1943. VICTOR, Rogério Lustosa. **O Labirinto Integralista**: o conflito de memórias (1938-1962). Goiânia: IFITEG Editora, Editora América, 2013, p. 73.

[299] CÍCERO. **Os Deveres**. Trad. Luiz Feracine. São Paulo: Escala, 2008, p. 218.

[300] Idem, ibidem, p. 77.

[301] REALE, Miguel. Entrevista. Diários Associados, 1945 Apud SALGADO, Plínio. O Integralismo perante a Nação, op.cit., p. 259-261.

Após o malsucedido *putsch*, Miguel Reale decidiu fugir para a Itália em função da forte repressão policial do Estado Novo às atividades clandestinas da AIB. O período que Reale passou na Itália é considerado pelo próprio autor como importante para a consolidação de teorias que começou a desenvolver enquanto ainda ocupava o cargo de Secretário de Doutrina e Estudos da AIB. Em seu exílio de quase um ano na Itália, Reale nos relata uma intensa atividade intelectual, ao lado de uma ainda pouco conhecida atividade política.

Reale fugiu em julho de 1938, infiltrado em uma excursão de alunos secundaristas do *Instituto Medio Dante Alighieri*. O paquete "*Augustus*" partiu de Santos rumo à Gênova. Na Itália, Reale foi recebido pelo Dr. Tommaso Migneco, amigo de Waldemar, cunhado de Reale. Reale ficou hospedado na casa de Migneco em Roma, mudando-se em seguida para uma pensão na Via degli Artisti, 15, "onde já haviam quatro integralistas recém-chegados, envolvidos no preparo do assalto do Palácio da Guanabara, Hermes Lins de Albuquerque e sua esposa, Da. Rosa, Jair Tavares, Lauro Barreira e Caruso Gomes". Em Roma, Reale recebeu da *Questura* seu passaporte, que, como diz, veio com a nota: "*nazionalità non accertata*", além de recomendações para abster-se de qualquer atividade política[302].

Desiludido com o fascismo e sem esperanças pela sobrevivência da AIB[303], Reale afirma ter consolidado sua opção pelo magistério superior, e por isso aproveitou sua estada em Roma para frequentar bibliotecas, coligindo elementos para uma obra que, há muito tempo, planejava compor. Esta obra objetivava um estudo conjugado dos fundamentos do direito e do Estado, através da crítica às teses do jurista alemão Hans Kelsen, as quais, segundo Reale, estabeleciam uma "identificação normativa" entre Estado e direito, cuja validade lhe parecia contestável.

> Para contrapor-me a esta identidade, pareceu-me necessário descer às raízes tanto do Direito como do Estado. Foi na Itália que me foi possível conhecer melhor o movimento neokantiano que então se desenvolvia, tanto lá, com Del Vecchio, Adolfo Ravà e outros, como na Alemanha, com Gustav Radbruch, Emil Lask, para não falar de Rudolf von Stammler[304].

Ao retornar ao Brasil em 1939, Reale foi preso em duas ocasiões diferentes pela polícia política do então governador de São Paulo, Adhemar de Barros (um famoso personagem político pelo qual Reale não demonstra nenhum amor ou simpatia, mas que esteve entrelaçado à sua trajetória desde esse final calamitoso da AIB até após a redemocratização de 1946). Foi

[302] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 135-137.
[303] Idem, ibidem, p. 136-137.
[304] Idem, ibidem, p. 137.

preso, afirma, porque Plínio Salgado recebia sargentos em sigilo enquanto a AIB continuava a funcionar clandestinamente. Nessa época ocorre a última crise, que porá fim à trajetória integralista de Reale. Ao exilar-se em Portugal em maio de 1939, Plínio Salgado deixou a direção da AIB a Raymundo Padilha[305]. Esta decisão contrariava a ordem da hierarquia integralista, selando com isso o desligamento de Reale da AIB[306].

Reale narra da seguinte maneira o evento que gerou sua revolta e ocasionou seu desligamento:

> Convidado por Padilha para "receber instruções", fui a Campinas, colocando as cartas na mesa: não concordava absolutamente com os poderes que lhe haviam sido conferidos, à revelia da ordem hierárquica que presidira a estrutura da Ação Integralista Brasileira. Igual atitude teve Gustavo Barroso, igualmente preterido.
>
> Desde então considerei-me desligado da AIB, não mais participando de suas atividades clandestinas, nem tampouco do Partido de Representação Popular (PRP), que Plínio Salgado resolveu fundar, como que voltando às suas origens perrepistas, após a queda do Estado Novo[307].

Devemos levar em consideração, que na já mencionada entrevista de Reale aos *Diários Associados* relatando os eventos do *putsch* 1938, Reale afirmou não poder afiançar "que todos os chefes da oposição estavam a par dos entendimentos, de fevereiro a maio de 1938"[308]. Essa entrevista aparece no livro de Plínio Salgado *O Integralismo Perante a Nação* logo antes de uma entrevista do general Castro Júnior, quem confirma que Plínio Salgado não sabia de nada até o dia do *putsch*: "A ação foi inopinada", relata o general Castro Júnior, "que nem os integralistas de São Paulo e de outras circunscrições tiveram tempo de se manifestar. Mais tarde, soube pelo próprio Plínio Salgado, que enviara ele um emissário de absoluta confiança para impedir a deflagração do movimento sem ser de acordo comigo"[309]. Em suas Memórias, Reale avalizou o conteúdo das entrevistas transcritas por Salgado e as informações adicionadas pelo general Castro Júnior em sua própria entrevista[310].

Esse evento é ainda muito nebuloso e carece investigação mais aprofundada, mas algumas hipóteses saltam aos olhos quase que naturalmente. Uma delas é que, se for verdade que Plínio

---

[305] Cf.: OLIVEIRA, Alexandre L. **Do integralismo ao udenismo**: a trajetória política de Raymundo Padilha. Dissertação de Mestrado (História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.
[306] REALE, **Memórias**, op.cit., p. 143-144.
[307] Idem, ibidem, p. 143.
[308] REALE, Miguel. Entrevista. Diários Associados Apud SALGADO, Plínio. **O Integralismo Brasileiro Perante a Nação**, op.cit, p. 260.
[309] SALGADO, Plínio. **O Integralismo Perante a Nação**, op.cit., p. 262.
[310] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 126.

Salgado teve sua autoridade na AIB ultrapassada pelos líderes que precipitaram o putsch de 1938, somos levados a crer que, se todos os indícios para o envolvimento de Miguel Reale no núcleo dessa conspiração, Plínio Salgado se viu ameaçado pela tentativa de Reale se fazer o *condottiere* da revolução integralista. Mas essa não é a visão que Reale explicita em sua narrativa. Trata-se, como dissemos, de uma hipótese. Mas as palavras amargas de Reale sobre o posicionamento de Salgado, como Chefe Nacional da AIB, como "Príncipe" da revolução nacional integralista, são quase uma confissão de sua revolta e insubordinação para com o ex-Chefe:

> Consoante nos ensina Lenin, há minutos na história que valem por um século, e deles deve saber aproveitar-se o chefe revolucionário, sob pena de adiamentos aleatórios que levam à ruína. Tenho a impressão de que grande parte da Nação estava convicta, mesmo contra a sua vontade, da emergência das forças integralistas, mas não se sabia que papel elas iriam desempenhar no envolver dos fatos. Fechado o Congresso Nacional, houve municípios em que os prefeitos se consideraram depostos, prontos a transferir a administração aos chefes integralistas municipais. Bastava uma palavra de ordem e essa assunção do poder teria ocorrido sem resistência na maioria das municipalidades, criando uma situação irreversível. Mas a palavra de ordem não foi emanada, por motivos que até hoje me deixam perplexo. A hesitação é o pior dos males de uma Revolução em marcha. Nós, escritores, somos muitas vezes levados à inação pelo impacto de muitas perspectivas e conjeturas que afluem ao nosso espírito. César descrevia a guerra das Gálias depois de vencidas as batalhas[311].

Depois de seu desligamento da AIB, Reale tornou-se professor catedrático de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em 1941. No período do Estado Novo, entre 1942 e 1944, Reale fez parte do Conselho Administrativo do Estado a convite de Getúlio Vargas. Após o Estado Novo, Reale fundou o Partido Popular Sindicalista (PPS) que deu origem, após aliança com Adhemar de Barros, ao Partido Social Progressista (PSP). Em 1947 foi nomeado Secretário de Justiça do Estado de São Paulo. Em 1949, Reale fundou o Instituto Brasileiro de Filosofia, o qual presidiu até sua morte. Também em 1949, assumiu pela primeira vez o cargo de reitor da USP[312].

Em 1951, Reale chefiou a Delegação Brasileira junto à *Organização Internacional do Trabalho* (OIT), em Genebra, e conseguiu fazer prevalecer a tese acerca do salário mínimo no campo. Em 1954 fundou a Sociedade Interamericana de Filosofia, da qual foi duas vezes

[311] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 122.
[312] REALE, **Memórias**, op.cit., p.

presidente (1957-1959; 1959-1961). Em 1963, foi novamente nomeado para o cargo de Secretário de Justiça do Estado de São Paulo[313].

Miguel Reale também foi um ator importante ao longo da ditadura que seguiu o *golpe civil-militar* de 31 de março de 1964, tornando-se uma grande referência intelectual nos anos de exceção e de institucionalização do regime autoritário. Quando assumiu a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo em 1964, no governo de Adhemar de Barros, Reale redigiu o Decreto n° 43.183 de 01 de abril de 1964, que determinava a intervenção estadual nos órgãos e departamentos federais, tendo sido responsável pelo expurgo que demitiu cerca de 400 funcionários estaduais[314]. Seus artigos publicados nessa época, principalmente nos jornais *Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, foram reunidos nas obras *Imperativos da Revolução de Março* (1965), *Problemas de Nosso Tempo* (1969) e *Revolução e Democracia* (1977).

Em 1969, foi nomeado pelo presidente Costa e Silva para a Comissão de Alto Nível revisora da *Constituição de 1967*, trabalho do qual resultou a Emenda Constitucional n° 1 à Constituição de 1967. Na Comissão de Alto Nível Reale deu cabo de sua ambição de tornar em letra jurídica o processo de "institucionalização revolucionária" que consagrou a rotina jurídica do regime militar na outorga da Constituição de 1969[315]. Também em 1969, Reale foi nomeado pela segunda vez para a reitoria da USP (1969-1973), gestão na qual implantou a *Reforma Universitária*[316]. Entre 1974 e 1989, Reale foi membro do Conselho Federal de Cultura.

Recentemente, a *Comissão da Verdade da USP* revelou documentos que comprovam essa face autoritária de Miguel Reale, quando foi reitor da universidade paulista nos anos 1970, institucionalizando a prática de expurgos de elementos marxistas e opositores da Ditadura Militar. Miguel Reale é apontado pela *Comissão* dirigida pela professora do Departamento de História da USP, Professora Janice Theodoro da Silva, como o criador da Assessoria Especial de Segurança e Informações da USP (AESI) que era responsável por realizar a "triagem ideológica de alunos, professores e funcionários" da USP, e também investia contra a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp). "A assessoria produziu 2.895 documentos entre 1973 e 1979 enviados ao Departamento de Ordem Pública e Social (Dops), ao 2º Exército e ao SNI. O número representa um aumento das informações produzidas então pela universidade

[313] REALE, **Memórias**, op.cit., P. 265-277.
[314] ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto n. 43.183, de 1 de abril de 1964, "**Dispõe sobre subordinação à Administração Pública Estadual de todos os serviços, departamentos e órgãos federais sediados no Estado". Subscrevem este decreto Adhemar de Barros, Miguel Reale, Adolpho Gordo. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.** Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1964/decreto-43183-01.04.1964.html. Acessado em 12 nov 2016.
[315] Idem, ibidem, p. 42.
[316]Cf.: MOTTA, Rodrigo Patto S. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

sobre investigações internas. De fato, os arquivos do Dops registram 253 documentos enviados pela USP para o departamento entre 1948 e 1973, uma média de 16 por ano. Após a criação da AESI, esse número saltou para uma média de 413 por ano". A perseguição de Miguel Reale só não foi maior porque o próprio SNI (Serviço Nacional de Inteligência) barrou parte de seus pedidos de expurgo[317].

Em 1975, foi eleito para a cadeira 14 da Academia Brasileira de Letras. Também foi membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (Cadeira Pedro Lessa), membro da Academia Paulista de História, e foi eleito para a cadeira 27 da Academia Paulista de Letras (1977). Em seu último ato histórico, Reale chefiou a comissão responsável pela elaboração e revisão do *Código Civil Brasileiro de 2002*. Faleceu em 2006, vítima de um enfarte do miocárdio enquanto dormia.

Assim como propôs Halbwachs, acreditamos que a tentativa de reunir memórias e registros de mais pessoas do que apenas do ator histórico sob análise nos proporcionou descrever com mais exatidão fatos ou objetos vistos por perspectivas diferentes, cobrindo com um número muito maior de dados e visões a reconstituição de toda a sequência cronológica de atos e palavras em circunstâncias mais claramente definidas, de um modo que apenas as memórias de Reale não seriam capazes de nos conceder como fonte[318]. Desse modo, unimos nessas memórias, documentos, cartas, notícias, livros, etc, com o objetivo de reconstituir a trajetória de Reale, ao mesmo tempo em que esse processo de reconstituição também descreve e analisa a trajetória da AIB.

Desse modo, antes de mais nada, podemos dizer que a doutrina integralista de um modo geral, mas especialmente no que tange o tema da teoria e organização do Estado, não pode ser creditada somente a um ou outro autor pela sua posição de liderança dentro de uma determinada corrente de pensamento dentro da AIB. Na realidade, foi preciso antes a constituição de uma vasta rede de colaboração intelectual, que reunia contribuição de indivíduos que até então nunca tinham se visto antes[319]. A união entre os novos meios de comunicação de massa e uma poderosa ideologia possibilitaram esse grande empreendimento que só é possível na

---

[317] GODOY, Marcelo. SNI barrou expurgos na USP, mostra comissão. Política. **O Estado de S. Paulo**, 23 de março de 2018. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sni-barrou-expurgos-na-usp-mostra-comissao,70002238804, acessado em 24 mai 2018.

[318] HALBWACHS, Maurice, op.cit., p. 31.

[319] Alguns possivelmente nunca vieram a se encontrar pessoalmente, talvez, como é possível no curioso caso de Câmara Cascudo, apelidado de "Kant brasileiro" por aparentemente nunca ter deixado sua terra natal, a cidade de Natal-RN.

modernidade, e subjaz o processo de formação da identidade nacional, bem como da identidade integralista, através da imprensa, do rádio e do cinema.

Quando Reale compreende o chamado "missionário" aos intelectuais após os eventos críticos de 1930 e 1932, a AIB surgiu como a oportunidade histórica para Reale realizar a "canção de sua própria vida", cujo ritmo foi marcado pela História e a Política. Em muitos sentidos, Reale teve a História como "mestra da vida", mas também confessou que a história é imprevisível, e suas *Memórias* e prefácios posteriores às obras do período integralista são prova de que, ao avizinhar seu coração as angústias pela iminente chegada do "julgamento da História", Reale quis deixar uma versão de si mesmo, como diz Ricoer[320], que ele gostaria que se refletisse no espelho da eternidade.

A imagem que ora possa ter sido transmita do ator histórico analisado não teve como objetivo maior retirar os "véus" ideológicos, imprecisões e falsidades dos textos analisados, mas compreender valores formadores da identidade construída pelo autor, e por isso identificar conceitos e, através deles, o surgimento de um *horizonte de expectativa*[321] compartilhado por Reale com outros integralistas, o que abrange a compreensão geral da cultura política integralista em seus princípios mais básicos traduzidos no conceito de "integralismo". Esse esforço analítico será aprofundado agora, no segundo Capítulo.

[320] RICOER, Paul. **O si mesmo como outro**, op.cit., p.
[321] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit.

CAPÍTULO 2
O CONHECIMENTO HISTÓRICO NO PARADIGMA INTEGRALISTA

> Olhando do ponto de vista humano, não vejo na história uma harmonia integral; não encontro regularidade única mas sim equilíbrios provisórios que se formam e desaparecem para mais tarde se recomporem os fatos em novo equilíbrio, em uma contínua mudança e em uma permanente recomposição de equilíbrio. A história, repito, é contraditória como o homem. Os desequilíbrios, como se lê em Plínio Salgado, 'não existem em relação ao absoluto da Inteligência ordenadora dos sistemas de movimento, mas existem em referência ao relativo do Espírito Humano e no concernente aos interesses do Homem'"[322].
>
> Miguel Reale, **Considerações Gerais Sobre a História**

Em uma das obras de Reale analisadas neste Capítulo, *Atualidades de um mundo antigo*, de 1936, demos maior atenção à introdução intitulada "Considerações Gerais Sobre a História", texto no qual o autor expõe com maior clareza os princípios teóricos e metodológicos do paradigma integralista de escrita da história, demarcando a distinção entre filosofia e teoria da história como dois momentos vitais mas inconfundíveis na construção do conhecimento histórico "integral".

A partir dessas considerações, pensamos os processos de construção das tradições e paradigmas da História. Isso inclui tanto considerar nos autores analisados uma concepção própria de tempo histórico, quanto seu repertório de fatos e personagens de relevo para a coerência das narrativas e teorias criadas. De acordo com Maro Lara Martins, a emergência da História como fonte de conhecimento da política se faz crucial na história política brasileira com mais intensidade a partir da promoção social do papel do intelectual no período da Primeira República, principalmente após a consolidação e expansão do movimento modernista com a Semana de Arte Moderna de 1922. A "questão nacional" e o tema de um Brasil moderno trouxera consigo uma intensa disputa entre narrativas da história-pátria, que buscavam impor seus projetos sociais para o futuro do país com suas respectivas teorias do conhecimento[323].

Conforme Reale, o que diferencia o integralismo dos outros modelos de "boa história" seria o emprego sistemático do sentido de "finalidade" implicado na filosofia da história, que

[322] REALE, Miguel. Considerações Gerais Sobre a História. In: _____. Atualidades de um mundo antigo, op.cit., p. 37.
[323] MARTINS, Maro Lara. Entre americanos e ibéricos, op.cit., p. 233.

trazia em si a pretensão política do movimento integralista, deixando claro o papel da história como fonte de poder: "Apesar de tudo a história ainda continua a ser para muitos espíritos a *mestra da vida*, e a boa orientação nos quadros gerais da história universal é o pressuposto fundamental para uma boa orientação na história pátria". Esse livro foi escrito na mesma época em que Miguel Reale trabalhava em um outro livro nunca publicado, *Alicerces de um Estado forte*, debruçado sobre a cultura romana e a doutrina política de Cícero, transformado em um capítulo de seu livro posterior *Política de ontem e de hoje*[324]. Aqui, Reale se demonstra filiado à uma antiga tradição historiográfica, ao apresentar o que Isaiah Berlin chama de "uma abordagem ética do passado", a que vê a história como uma "escola de moralidade" e a política como "ciência experimental". Uma tradição que se firmou ao longo do tempo com o pensamento de Maquiavel, Leibniz e Joseph de Maistre[325].

> As Nações são formações históricas. Sem a compreensão da história não pode haver verdadeiro estadista. Em verdade, a política é uma ciência experimental que encontra na história o seu laboratório de experiência. Somente a história assegura ao político a capacidade de distinguir o que é universal do que é particular, específico e transitório nas instituições e nas leis; somente a história nos previne contra o engano das palavras que permanecem as mesmas enquanto que os seus significados se sucedem, às vezes da maneira mais contraditória e paradoxal; [...]; somente a história nos demonstra, através do cotejo das leis e dos fatos, que, apesar dos pesares, ainda podemos confiar no homem[326].

Reale abeberava-se de uma doutrina fundada na crença, estabelecida no século XVIII, de que havia-se chegado a um método de validade universal para solucionar-se questões essenciais para todas as épocas, como estabelecer com nitidez aquilo que era verdadeiro ou falso no campo do conhecimento assim como na vida, de modo a solucionar com um método racional os problemas morais, sociais, políticos e econômicos da humanidade, e garantir ao indivíduo os objetivos ideais sempre buscados, como a liberdade, a justiça, a felicidade e a virtude. Uma perspectiva para a qual a ideia de "verdade" é una e indivisível, permanecendo a mesma para todos os homens, em todas as épocas e em qualquer lugar, uma ideia originada ainda nos tempos da Academia de Platão[327].

---

[324] Essa obra não parte das fontes reunidas nesta pesquisa. Cf.: REALE, Miguel. **Política de ontem e de hoje**: introdução à teoria do Estado. São Paulo: Saraiva, 1978.
[325] BERLIN, Iaiah. **Limites da utopia**: capítulos de história das ideias. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 52.
[326] Idem, ibidem, p. 38.
[327] BERLIN, Isaian, op.cit., p. 54-55.

Para Koselleck, foi a filosofia da história que primeiro separou a modernidade ainda nascente de seu passado imediato, inaugurando assim a nossa modernidade com um novo futuro em aberto, cada vez mais distante das profecias apocalípticas e do fim iminente da "história da salvação" cristã. Uma consciência do tempo e do futuro começou-se a se desenvolver às sombras do Estado Absolutista, combinando política e profecia, prognóstico racional e previsão salvacionista, no interior da filosofia do "progresso" no século XVIII[328]. Kant, o "criador" do sentido moderno do conceito de "progresso", já teria apontado que este conceito traduzia, necessariamente, a esperança por um futuro cada vez mais diferente e melhor que seu passado.

A temporalização, portanto, não apenas transformou velhos conceitos políticos, como ajudou também a criar novos, que revelam seu contexto temporal comum no emprego do sufixo "ismo" e no "progresso"[329] como principal meta, noção fundamental na experiência de aceleração temporal na modernidade. O horizonte de expectativa criado pela promessa, ou "prognóstico", do tempo que está por vir é proporcionalmente inverso ao campo de experiência que lhes falta: assim foi o caso de conceitos como "republicanismo"; "democratismo"; "liberalismo"; "socialismo"; "comunismo"; "fascismo"; "nazismo"; "integralismo", etc., de modo que os conceitos históricos, sobretudo os políticos e sociais são elaborados de modo que retenham a força da "*noção moderna de história*"[330].

Os conjuntos de fenômenos históricos, agora vistos como universais, não cabiam mais na antiga escrita dos anais e crônicas. Esses novos conjuntos de fenômenos, em escalas nunca antes abordadas, exigiam cada vez mais uma "maior capacidade de abstração do historiador, para compensar a experiência direta perdida". Destarte, a história passou a ser escrita como "*sistema*", e não mais como "agregado" de histórias individuais, particulares e na maioria das vezes desconexas. Com a dominância da visão sistêmica da História, multiplicou-se as **teorias** e **filosofias da história**. Seu objetivo era fornecer **categorias** que ultrapassassem a sua experiência limitada rumo ao seu contexto universal[331].

Assim, as "***categorias temporais de movimento***" adquiriram papel chave, ao serem integradas ao arsenal legitimador de grupos políticos e sociais: "história em si";

---

[328] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., p. 35.

[329] A instituição do "*padrão do progresso, segundo o qual toda a história pôde ser interpretada universalmente*" teria assumido sua forma moderna na segunda metade do século XVIII. A expansão de europeus pelo globo os colocou em contato com culturas que viviam em contextos, temporalidades e espaços contíguos, mas descontínuos. As comparações ordenaram a história do mundo, que passava a fazer parte da experiência, interpretada como um progresso para objetivos cada vez mais avançados. Idem, ibidem, p. 284.

[330] O primeiro conceito a receber o epíteto de moderno foi a História [*Historie*, história "como tal"], depois a história [*Geschichte*, ciência histórica], e por último o próprio tempo. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., 278.

[331] Idem, ibidem, p. 292.

"desenvolvimento"; "progresso"; "tomar posição". Os conceitos básicos de cada pensamento político, cada vocabulário de cada uma das novas ideologias políticas da modernidade, elaborados teoricamente, passaram a compor um repertório de palavras de ordem legitimadoras da ação e do ideário dos ***partidos***, com o objetivo de "diagnosticar e dirigir o movimento social e político que envolvera todas as camadas da sociedade"[332]. Assim surge o significado do "*Sigma*", a "síntese integral" como a representação da aceleração dos processos históricos pela orientação enérgica das massas humana, almejando conquistar o futuro pelo "triunfo da vontade".

Com Hegel, a condição do homem moderno apontava para a dupla compreensão que se expressava na fórmula "*consciência em si*" e "*consciência para si*", frisando assim a distinção entre a *consciência* "do acontecido" como um acontecimento externo, e a *autoconsciência*, isto é, a capacidade do próprio sujeito de observar seu papel no processo histórico como se pudesse assumir um ponto de vista exterior. É esta autoconsciência que permite a historicização radical da vida diária, na qual o ator social é continuamente consciente de suas condições de existência, segundo as quais será atribuído um valor a sua ação, enquanto ator histórico[333].

Para Patricia Springborg, parece certo que na modernidade, a História é um campo no qual o indivíduo submerge a um grau desconhecido na Antiguidade. Contudo, a ideia de que essa autoconsciência seja nova, isto é, inaugurada pela modernidade, soa falsa à autora. Não obstante, para Springborg, a ideia de que a História pode ser em si mesma um ator histórico, e que a Filosofia da História preparou atores sociais para seus papéis históricos não pode ser considerada errônea[334]. Deste modo, na modernidade, muitos conceitos básicos, especialmente aqueles que, com auxílio do sufixo "ismo", foram temporalizados em conceitos de movimento imbuídos de seu *telos*, concordam na exigência de que a história futura deve diferir fundamentalmente da passada[335]. Tais conceitos funcionam como fundamentação teórica do movimento histórico que pretendem dar curso, bem como atuam como fatores diretos, suscitando a prática[336].

Podemos ver assim o conceito de "*integralismo*" por uma percepção da modernidade que capta o conceito de progresso e a filosofia da história como os promotores do indivíduo a ator histórico, orientado por um conceito básico cuja amplitude do horizonte de expectativa é

---

[332] Idem, ibidem, p. 294-295.
[333] SPRINGBORG, Patricia. Algunas premissas de la historia de los conceptos (Begriffsgeschichte). Modernidad e consciencia histórica. Trad. Nerea Aresti. **Historia Contemporánea**, 27, 2003, pp. 465-504, p. 468.
[334] Idem, ibidem, p. 470-476.
[335] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., p. 99.
[336] Idem, ibidem, p. 325.

inversamente proporcional ao seu campo de experiência. Assim, a filosofia do progresso impregnada pelo valor do papel histórico dos atores sociais, fundamentou a profusão de ideologias revolucionárias que se encontravam em disputa no contexto do Entreguerras – uma luta travada até a morte em nome do "*utopismo*", e a "*crise*", como disse Koselleck, pode ser considerada um conceito definidor da modernidade, que pode ser entendido como um indicador do "estado de crise permanente", se observarmos sua incidência e modo de emprego no pensamento político e filosófico contemporâneo e seu poder de interferência no processo histórico[337].

Conforme a filósofa Marilena Chauí, a AIB caracterizou a "**imagem da crise**" dos anos 1930 em quatro grupos temáticos de representações, quais sejam, a "***crise conjuntural***" ou de *autoridade*, representada pelas revoluções de 1930 e 1932, surgindo o integralismo como a "revolução verdadeira" diante do fracasso das "falsas revoluções". A "***crise estrutural***" ou *orgânica*, representada pelo antagonismo entre Brasil real/Brasil legal, litoral/interior, liberalismo/nacionalismo, para a qual o integralismo prometia uma revolução que destruiria o "Brasil legal", trazendo o "Brasil real" do Sertão, cumprindo uma missão civilizadora na nação. A "***crise da política mundial***", representada pela falência da democracia liberal e pelo perigo comunista, cujo remédio integralista, diretamente inspirado pelo regime fascista italiano, era o corporativismo nacionalista autoritário/totalitário, sintetizado na fórmula "socialismo nacional" e "corporativismo integral". E, por fim, a "***crise da civilização ocidental***", representada pela permanência "anacrônica" do materialismo histórico, científico e filosófico no século XIX, insistindo na hegemonia da análise sobre a síntese na teoria do conhecimento[338].

Chauí também notou que o discurso integralista sobre as três primeiras crises descritas acima, acabava sempre por desembocar na quarta e última, a "crise da civilização ocidental", representada por um suposto "estágio" de decadência do domínio do *pensamento materialista*, que esteve nos píncaros da ciência no século XIX. Essa "crise" da fragmentação cada vez mais acelerada da identidade ocidental – sobre a "*Cristandade*" e a "*Humanidade*" se impuseram conceitos como a "classe" e a "nação", etc – se tratava da agudização de um processo mais antigo que a própria modernidade, uma vez que o *logos* grego nunca foi adequado perfeitamente à teologia cristã, e tampouco se livrou do mito, que os filósofos do tempo de Sócrates procuraram vencer[339].

---

[337] Idem. **Crítica e crise**, op.cit., p. 13.
[338] Idem, ibidem, p. 132-133.
[339] REIS, José Carlos. **História e Teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade, e verdade. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 23-24.

Segundo José Carlos Reis, é no século XVIII que começa a se delinear dois sentidos para a História, que sustentaram duas tradições antagônicas na história da historiografia. A primeira fincou suas raízes no pensamento revolucionário dos iluministas franceses e alemães, tendo em Kant e Hegel seus maiores intérpretes, e se radicalizou com o marxismo nos séculos XIX e XX. A segunda vicejou no âmbito do pensamento conservador e tradicionalista, inaugurada pelo filósofo, jurista e historiador napolitano Giambatistta Vico (1668-1744), encontrando sua versão mais radical com a *Escola histórica alemã* e o *historicismo* nos séculos XIX e XX. Essa clivagem, paulatinamente mais clara, separava os historiadores do século XIX dos filósofos do século XVIII[340].

A partir de Vico e a sua *Ciência Nova* (1725), formou-se uma tradição historiográfica essencialmente diferente da História feita a partir dos pressupostos mecanicistas newtonianos e do racionalismo cartesiano. Berlin o coloca como o verdadeiro "pai" do conceito de "culturas" (como pluralismo cultural) definindo a rede que interliga as diversas atividades dos membros de uma determinada comunidade, dos vínculos existentes entre sistemas legais, religiões, artes, ciências, costumes e, acima de tudo, línguas, assim como seus mitos, lendas e ritos que promovem a união em cada uma dessas comunidades, que se identificam nessa unidade a partir de ideais e valores diferentes das outras.

Esse conceito é relativamente recente, havendo surgido no contexto da Renascença, com o aumento crescente do interesse pelo passado greco-romano, acentuando as diferenças entre os antigos e a sociedade italiana da época. Dessa percepção, teria se originado a noção de que poderia haver mais de uma "civilização" humana possível. O ideal de se utilizar o passado como referência para se organizar o presente cedeu lugar, gradualmente, ao reconhecimento das diferenças de perspectiva, comportamento e até mesmo da estrutura mental e da percepção do tempo, entre antigos e modernos. Assim, o ideal iluminista de "progresso" como um caminho único da história da humanidade, com *telos* na vitória da Razão, viu-se questionado frontalmente, criando um movimento que encontrará em Herder, Fichte e no romantismo seus intérpretes mais conhecidos[341].

Para Benedetto Croce, a obra de Vico representava o verdadeiro embrião da historiografia e demais ciência humanas do século XIX. Afastando-se de criar uma filosofia da história, como fizeram os *philosophes* no século XVIII, Vico propôs um conceito de História novo e plenamente moderno, demonstrando claramente a sua ruptura com o ideal ciceroniano da

[340] REIS, José Carlos, op.cit., p. 208.
[341] BERLIN, Isaiah, op.cit., p. 5-9.

historia magistra vita[342], como Maquiavel também já esboçava em seus escritos n'*O príncipe* e nos *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio* dois séculos antes. Trazia em seu pensamento uma das mais vivazes representações do *settecento* italiano, humanístico e barroco, dedicando um tempo considerável de seu trabalho para explicar a atuação da *Providência* na história[343], assim como Maquiavel, apesar de todo esforço em basear sua teoria na imanência, despendeu grande energia para descrever as implicações da *Fortuna* na história e na vida humana.

Os *corsi* e *ricorsi storici* das nações formam o princípio da "história ideal e eterna", isto é, da teoria que Vico desenvolve quando refuta a filosofia do progresso em favor de uma perspectiva de devir histórico. *Corso* e *ricorso* ("curso" e "recurso") descrevem os fluxos e refluxos da história "sobre a qual decorrem no tempo as histórias de todas as nações em suas fontes, progressos, estados, decadências e fins"[344]. O desenvolvimento, ou "*corso*" de cada nação obedeceria a três estágios, a "idade dos deuses", a "idade dos heróis" e a "idade dos homens", seguindo necessariamente essa ordem, uma vez que o estágio sucessor se nutria das conquistas e sucessos alcançados no esgotamento dos estágios anteriores. A diferenciação entre esses estágios na história, contudo, não deveria ser feita de forma estanque, uma vez que a "geração de repúblicas" na mudança de uma idade para outra das nações ocorreria "como grande correnteza de rio real conserva por longo trecho no mar a impressão do curso e a doçura das águas"[345].

Ao final do último estágio, era dado o *ricorso* da nação, ou seja, a retomada de sua condição no início do primeiro estágio, mas não no sentido de "retorno" cíclico polibiano, muito menos em um regresso à "Idade de ouro", uma vez que, ao estabelecer seu método como uma história das ideias, assume o princípio de que as ideias não podem "recuar" no tempo, portanto, o *ricorso* é o início de um tempo novo da nação nas oscilações da sua cultura, que renasce, como a *Fênix*, sempre após a fase de decadência e degradação que demarca o fim de um ciclo e início de outro[346].

Desse modo, com Vico, a noção de "historicidade" surge com a identificação entre *natureza humana* e *existência histórica*, demonstrando em seu método a distinção irredutível entre as ciências humanas, isto é, das coisas feitas pelo homem, e as ciências naturais, ou seja, das coisas feitas por Deus, que a Escola histórica alemã conceitualizará no século seguinte como

---

[342] LACERDA, Sonia. O Vero e o Certo: A providência na história segundo Giambatistta Vico. **Textos de História**, UnB, Brasília, v.3, n. 1, pp. 26-52,1995.
[343] NEGRI. Antonio. **Poder Constituinte**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 100.
[344] VICO, Giambatistta, op.cit., p. 134.
[345] VICO, Giambatistta, op.cit., p. 255.
[346] Idem, ibidem, p. 421.

Geisteswissenschaft e *Naturwissenschaft.* De acordo com a historiadora Sônia Lacerda, Vico se aproximou assim de uma "epistemologia da compreensão", exprimindo o princípio de que a configuração do pensamento e das ideias em tempos mais recuados pode ser revelada nas *modificazioni* de nossa própria estrutura mental ao longo do tempo. Desse modo, Vico teria esboçado uma "hermenêutica contextualista", com o intuito de interpretação dos mitos, fábulas e outras manifestações do que chamamos hoje de "cultura popular", a "*tradizione volgare*", com empatia desconhecida pelos "filósofos das luzes"[347].

Assim, o domínio do paradigma "moderno" ou "Iluminista" na teoria da História tem sido questionado desde o século XVIII pelo historicismo, que encontrou, no século XX, algumas de suas mais influentes expressões nas obras dos historiadores Benedetto Croce e R. G. Collingwood. O paradigma "***moderno***", inspirado pelo ideal da "razão" e "progresso humano" e pela perspectiva de aplicação do método científico aos estudos e análises sociais, teve nos historiadores marxistas e no grupo da Escola dos *Annales* seus maiores representantes. Seus fundamentos filosóficos iluministas foram reforçados, no século XIX com a aplicação crescente de modelos macro-históricos e teorizantes. Heterogêneos e até mesmo antagônicos, esses modelos prezaram pela "inteligibilidade", "explicação", e eliminação, ou pelo menos a delimitação do "irracional", do "acaso" e do "subjetivo". Perseguindo esse modelo de escrita da História, citam-se os exemplos do evolucionismo (em suas diversas vertentes), do marxismo, do weberianismo e algumas vertentes do estruturalismo, constituindo-se em um modelo de História "analítica, estrutural (e mesmo macroestrutural), explicativa"[348].

Ciro Flamarion Cardoso sintetiza em oito pontos as propostas trazidas por essa "Nova História": 1) A História é vista como *ciência* (em construção) que deve superar a "história-narração" com a afirmação de uma "história-problema" através da formulação de hipóteses; 2) A inserção da História nos debates das demais ciências sociais, inscrevendo a História nestas. 3) O sonho de se chegar a uma "síntese histórica global do social"; 4) Abandono do foco em fatos isolados e priorização do "coletivo", "social" e "repetitivo"; 5) Ampliação e preferência por fontes não escritas; 6) Maior atenção à "pluralidade dos níveis da temporalidade: a curta duração dos acontecimentos, o tempo médio (e múltiplo) das conjunturas, a longa duração das estruturas", e o próprio tempo longo, "estrutural", é "diferencial em seus ritmos dependendo de quais estruturas se trate; 7) Maior atenção ao recorte espacial; 8) A história é vista como

[347] LACERDA, Sônia, op.cit., p. 29.
[348] CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da Histórias**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 3-4.

"ciência do passado e do presente" simultaneamente. A História como "problema" deve trazer do passado luz para o conhecimento das maiores questões do presente[349].

Como o próprio José Carlos Reis chama atenção, o conceito de "historicismo" possui tanto uma história como uma definição atual complexos e problemáticos, sendo por isso mesmo evitado por não ter atingido ainda alguma precisão válida. Questões como "historismo" ou "historicismo" são colocadas, visto que o "historismo" (como mais aparece na língua alemã) de Herder, Dilthey, Simmel, Windelbrand e Ricket não é aquele atacado na crítica de Marx, Spengler, Toynbee, Comte e Popper[350]. A definição de Reis do "*historicismo alemão clássico*", aponta historiadores que identificamos entre as principais referências historicistas citadas na crítica realeana.

O conceito de "historismo" possivelmente foi empregado pela primeira vez no estudo de Karl Werner sobre Vico, em 1881, com a intenção de recobrir o movimento de ideias iniciado no século XVIII que valorizou o conhecimento histórico em oposição ao racionalismo a-histórico cartesiano. O historicismo esteve longe de ser um problema circunscrito ao campo historiográfico, sendo visto por historiadores como Arno Wehling, enquanto a *Weltanschauung* ("visão de mundo") científica e filosófica dominante no século XIX, em praticamente todos os campos dos estudos sociais. Wehling sugere uma classificação que considera o historicismo filosófico ou ilustrado do século XVIII; o historicismo romântico da primeira metade do século XIX e o historicismo cientificista da segunda metade do século XIX [351].

Os historiadores historicistas não procuravam romper ou desvalorizar o passado imediato à Revolução Francesa, como fizeram os filósofos iluministas. Seu ideal de escrita da história preconizava avaliar um determinado período histórico ou época segundo seus próprios critérios e valores. Em franca oposição aos filósofos da revolução, duvidavam que a razão governasse a vida dos homens. Muito pelo contrário, a imposição da razão especulativa assumida como uma face verdadeira da vida teria levado ao fanatismo do período do *Terror Jacobino*. Desse modo, a vida humana era vista como particular; a teoria só poderia tratar daquilo que fosse geral. Uma de suas contribuições mais decisivas para a teoria da História contemporânea, a noção de *processo histórico*, explicava a formação da experiência humana, dos eventos, das instituições etc., e não o produto da racionalização ou da vontade consciente dos atores históricos[352].

---

[349] CARDOSO, Ciro Flamarion., op.cit., p. 7-8.
[350] REIS, José Carlos, op.cit, p. 214.
[351] WEHLING, Arno. **A invenção da História**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro/Niterói: Editora Central da Universidade Gama Filho/ EDUFF, 1994, p. 8-13.
[352] REIS, José Carlos, op.cit., p. 209-210.

Assim, o século XIX foi um período de dominância do método do "conhecimento positivo", antimetafísico, e de consolidação da metodologia da História como ciência (*Geschichte*), que acabou se tornando referência para as outras ciências humanas[353]. Na primeira metade do século XX se consolidava a *nouvelle vague* da historiografia francesa, como a chamou Hobsbawm, uma proposta de "Nova História" que se nutria das experiências e conhecimentos adquiridos até então pelo paradigma "moderno", mas que apresentava em seu conjunto algumas diferenças entre os modelos de escrita da História concorrentes.

Nos últimos anos do século XIX, cercado por um clima de "mal-estar teórico e epistemológico", nos dizeres de Cardoso, emerge um grupo de críticas ao paradigma "iluminista" que definiu seu arcabouço filosófico e epistemológico a partir do abandono das principais referências do paradigma "moderno" racionalista, quais sejam, Hegel e Marx de um lado e Kant, abrindo espaço para o aparecimento de outros paradigmas ora "***semi-racionalistas***" (Karl Popper, Noam Choamsky) ou "***irracionalistas***" (Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger, Paul Feyerabend). A partir de 1900, com o surgimento da teoria quântica e da teoria da relatividade, a formação de um novo paradigma na História e demais ciências sociais começaria a se delinear[354].

Essa fundamentação filosófica é usada como oposição ao evolucionismo e à noção de progresso, centrais no paradigma "moderno". Metodologicamente, esse paradigma se funda na contestação do racionalismo como meio capaz de dar conta de análises globais do homem e da sociedade, havendo constituído mesmo uma tradição de "educação terrorista" e "evacuadora de outros saberes", de modo que, dentro da inefável busca pela "natureza humana", - no *dever ser* perscrutado em "perguntas metafísicas" fundadas na angústia e mal-estar do *ser-no-tempo* moderno, como diz José Carlos Reis[355] – o foco da compreensão não é mais sobre o *homo faber* ou o *homo oeconomicus*, mas o *homo simbolicus*[356]. Destarte, o paradigma integralista, o *dever ser* investigado historicamente e propalado na ideologia política era o assim chamado "*homem integral*".

Durante as décadas de 1920 e 1930, no campo do pensamento "marxista ocidental", expresso por historiadores como Lucácks, Gramsci e Bukahrin, procuraram avivar a perspectiva historicista na abordagem marxista, endurecida pela aproximação exagerada com o método positivista no *historicismo cientificista* reinante na *II* e *III Internacional*, a qual estabelecia uma

[353] Idem, ibidem, p. 36-37.
[354] CARDOSO, Ciro Flamarion, op.cit., p. 13.
[355] REIS, José Carlos, op.cit., p. 15.
[356] CARDOSO, Ciro Flamarion., op.cit., p. 10.

aproximação que subestimava a subjetividade e, portanto, acabava esvaziando a própria noção de "consciência de classe". No mesmo sentido, atuaram os historiadores da *Escola de Frankfurt*, com Max Horkheimer, Walter Benjamin e Theodore Adorno à frente. Em geral, esses historiadores, a História deveria ser vista como ciência interpretativa e filosófica, sendo assim uma forma de escrita francamente prenhe de valores. Por isso mesmo, a História deveria ser tratada como uma ciência engajada, *activa*, com o claro objetivo de trazer ao centro do debate historiográfico um "projeto de homem". Sob a influência dos neokantianos, Weber, do estruturalismo e contra a persistência da tradição positivista, essa geração de historiadores marxistas substituiu a *análise das relações causais* pela *análise dos significados*[357].

Com esse novo paradigma que se formava em oposição ao paradigma "moderno" cientificista, formando a diferenciação epistemológica que os integralistas chamaram de "*materialismo*" e "*espiritualismo*", surgia também as novas condições que caracterizaram o período Entreguerras, em que prevaleceu, segundo Cassirer, (um dos mais conhecidos neokantianos dessa geração da primeira metade do século XX) "um tipo de concepção mental que é contrária ao pensar teórico e discursivo. Pois, se este tende à expansão, à concatenação e à conexão sistemática, as apreensões linguística e mítica, ao contrário, tendem à condensação, à concentração e à caracterização isolada", de acordo com Ernst Cassirer em *Linguagem e Mito*[358].

O significado das componentes isoladas da narrativa mítica, pouco interessa para esse tipo de destinatário, que é arrebatado pela familiaridade do conteúdo como um todo significativo, no qual imergiria a consciência do indivíduo que se orienta por essa modalidade de paradigma porque, defende Cassirer, "A consciência não se coloca, aqui, em atitude de livre reflexão diante do conteúdo, a fim de elucidá-lo em sua estrutura e conexões regulares, a fim de analisá-lo em suas diversas partes e condições, mas pelo contrário, é aprisionada pela inteireza imediata deste"[359].

O que chamamos comumente de mitologia se trata de um resíduo, que vem de uma fase muito mais geral do desenvolvimento dos modos de pensar humano. Os mitos e mitologias dos últimos séculos são apenas uma sombra lívida do que antes constituía a própria natureza e toda a estrutura do pensamento e da linguagem[360]. Partindo de suas considerações abrangentes sobre a filosofia das formas simbólicas e do papel do mito na cultura, o autor propõe uma abordagem

[357] WEHLING, Arno, op.cit., p. 16-17.
[358] CASSIRER, Ernst. **Linguagem e Mito**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 73.
[359] WEHLING, Arno, op.cit., p. 74-75.
[360] Idem, ibidem, p. 104.

do **mito político moderno** que privilegie a medida e o critério de sua própria significação intrínseca. Neste ponto de vista, o mito, a arte, a linguagem e a ciência se tornam símbolos, de modo que as "formas simbólicas especiais não são imitações, e sim, órgãos dessa realidade, posto que, só por meio delas, o real pode converter-se em objeto de captação intelectual e, destarte, tornar-se visível para nós"[361].

Uma das inovações de Sorel em sua revisão do marxismo no final do XIX, foi procurar suprir a incapacidade das forças econômicas em desencadear a revolução, com o uso da psicologia. O apelo ao inconsciente e à intuição, aos "mananciais de energia do passado" advoga pela necessidade dos mitos na nova técnica política, posto que os mitos são "*sistemas de imagens*", "que não se podem decompor seus elementos, nem refutar. A violência proletária é um mito, cuja finalidade consiste em manter um estado de tensão contínua orientado para a cisão e a catástrofe, um estado de guerra larval, de guerra moral cotidiana contra a ordem estabelecida[362]. É nesse sentido que compreendemos o emprego dos mitos políticos integralistas como estratégia de mobilização permanente de massas.

Segundo António Costa Pinto, o fascismo foi um movimento caracterizado por um discurso revolucionário, anticapitalista, e nacionalista, além das feições de um partido militarizado, anticomunista, radicalmente oposto à democracia liberal, e adepto do uso da violência. A síntese ideológica do fascismo teria surgido na França, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. O "***nacionalismo socialista***" de Maurrice Barrès, o "***nacionalismo integral***" de Charles Maurras, e o "***sindicalismo revolucionário***" de Georges Valois seriam expressões das influências intelectuais autoritárias francesas no fascismo italiano. Desta forma, grande parte do que se tornou o programa fascista já estava presente no meio cultural europeu no começo do século XX, mas deve ser reconhecido como parte de um novo tipo de formação política que surgiu entre 1914 e 1918: o *partido revolucionário militarizado*[363].

O surgimento desse novo tipo de movimento político característico do Entreguerras, o "***partido revolucionário militarizado***", está diretamente ligado ao nascimento de um novo tipo de nacionalismo, autoritário. Foi após a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana em 1871, que os debates intelectuais e ideológicos travados acerca do problema nacional e da ideia de "decadência", informaram essa nova definição do conceito de nacionalismo no final do século XIX, servindo como uma espécie de modelo ou matriz de um nacionalismo autoritário para

[361] Idem, ibidem, p. 22.
[362] Idem, ibidem, p. 33.
[363] PINTO, António Costa. "Fascism: a 'revolutionary right' in interwar Europe". In: ATKIN, Nicholas; BIDDISS, Michael. **Themes in modern European history, 1890-1945**. Nova York: Routledge, 2009, p. 215-218.

vários outros países que de alguma forma estavam sob influência da cultura francesa, e entre estes, podemos contar o Brasil[364].

Sternhell vê na existência simultânea de três elementos específicos o que caracteriza precisamente a noção de "revolução fascista" no ideário político de movimentos de cunho fascista, como a AIB. É desse conjunto de elementos que se desenvolveu a tradição do ***sindicalismo nacional*** e, mais tarde, o fascismo. O **primeiro** desses três elementos que asseguram a ascensão do pensamento fascista, é *o encaixe da dinâmica revolucionária marxista às leis universais da economia de mercado*. O **segundo** elemento é *um tipo novo e muito particular de marxismo*, modificado radicalmente pelo revisionismo com o uso da psicologia social e dos mitos, alterando o sentido dos conceitos mais fundamentais do socialismo. Por fim, o **terceiro** elemento fundante do revisionismo revolucionário é *a destruição do regime liberal democrático.*

Assim, se abre caminho para uma terceira via entre as concepções de homem e sociedade entre o liberalismo e o marxismo[365]. A "revolução fascista" aparece no ideário integralista como "revolução do espírito" ou "revolução interior", e seus agentes são representados nos conceitos de "Homem Integral" e "Estado Integral".

2.1 "*Amor*" e "*Virtus*" realeana: *italianità*, humanismo e um ideário republicano na formação da cultura política integralista

O que é o *Amor*?

> Para Hesíodo, *antes de tudo existiu o Abismo; depois, a Terra de flancos amplos, assentada firmemente, oferenda perene a todos os vivos, e o Amor, o mais belo dentre os deuses imortais, aquele que derreia os membros e que, no peito de todo deus e de todo homem, doma o coração e a vontade prudente*. [...] Mais frequentemente considerado o filho de Afrodite e de Hermes, ele possui, diz Platão em *O banquete*, uma natureza dupla, podendo ser o filho da Afrodite Pandêmia, deusa do desejo brutal, ou da Afrodite Urânia, que é a deusa dos amores etéreos. Pode também, no sentido simbólico, ter nascido da união de Poros (Recurso) e de Pênia (Pobreza), porquanto ele está, a um só tempo, sempre insatisfeito à procura de seu objetivo e pleno de malícias para alcançar suas finalidades. Na maioria das vezes, é representado como uma criança ou um adolescente alado, nu, *porque encarna um desejo que dispensa intermediários e não saberia se esconder*. O fato de que o Amor seja uma criança simboliza, sem dúvida, a eterna juventude de todo amor profundo, mas também uma certa irresponsabilidade. [...]. O globo que muitas vezes sustenta nas mãos sugere o seu universal e soberano poderio. Quaisquer que sejam as sensaborias poéticas, Amor permanece sempre o deus primeiro, *aquele que assegura não apenas a continuidade das espécies, mas a coesão interna do Cosmo*[366].

[364] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**, op.cit., p. 49-50.
[365] STERNHELL, Zeev, op.cit., 33.
[366] CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alan, op.cit., p. 46.

Virgílio (70 a.C. – 19 a.C.) parecia estar profundamente inspirado pelos valores de *virtus*, *justitia* e *pietas* da República Romana[367],quando colocou o *Amor* no centro do mito de fundação da cidade de Roma, demarcando o início da epopeia de seus patrícios quando Vênus (Afrodite) se apaixona por um mortal, Anquises de Troia. Com figura humana, a deusa seduz o mortal nas montanhas da Frígia e dessa união nasce um "semideus", o herói Eneias, que abandonou as ruínas de Troia conduzindo seu povo para a fundação de uma nova cidade no Lácio, aquela que seria chamada de "a eterna". O amor de Vênus pela cidade latina também conduziria à vingança pela queda de Troia, uma vingança consumada na destruição de Cartago, a favorita de Juno (Hera), a deusa cuja ira arrasou a cidade dos antepassados de Eneias, como nos narra o poeta da Mântua. Na beleza das letras latinas estava escrito de modo sutil que o *Amor* pode ser avassalador quando grassa pelo campo da vida política, explicando com o poder do mito a campanha travada por Catão, o Velho (234 a.C. – 149 a.C.), expressa no mote "*delenda Cartago!*", pouco mais de um século antes de Virgílio escrever os famosos versos da *Eneida* no auge do esplendor de Roma, se admitirmos como Vico que, na Roma Antiga, "as fábulas devem ter tido algum motivo público de verdade"[368].

Quando Miguel Reale escreveu seus ensaios historiográficos nos anos 1930, o método de sua escrita parece ter se tornado fonte de uma crítica particularmente incômoda para o autor. Procurando convencer seu leitor da justeza da abordagem teórico-metodológica *integral* utilizada nos estudos da juventude, Reale fez um longo prefácio (re)construindo os passos de sua própria formação acadêmica, encaminhada por um sentido integralista, ele sugere, apelando para as bases de sua educação humanística fundamentada na cultura da latinidade, que foi descoberta na casa paterna e concluída no liceu *Instituto Medio Dante Aliguieri*, onde conheceu um antigo ideal de *italianità* que se renovava com a ascensão do fascismo, como nos mostra em suas *Memórias*[369].

O trecho abaixo foi retirado do *Prefácio à Edição de 1983 de Atualidades de um Mundo Antigo*, obra que o autor tentou defender com essa longa introdução na qual analisa histórica e sociologicamente os fatos históricos que permearam sua trajetória, trazendo nesse texto muitas reflexões que ressurgirão em suas *Memórias*:

> Não faltará, é claro, quem dirá, apressadamente, que eu teria sido levado a encontrar antecedentes integralistas, por exemplo, nas obras de Aristóteles ou

[367] SPALDING, Tassilo Orpheu. Argumento Analítico do Poema. In: VIRGILIO. **Eneida**. Trad. Tassilo Orpheu Spalding. São Paulo: Círculo do Livro, 1985, p. 5.
[368] VICO, Giambatistta. **Ciência Nova**. Trad. Vilma de Katinsky. São Paulo: Hucitec, 2015, p. 308.
[369] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit.

> Montesquieu, mas o leitor despido de preconceitos verá que não me animou qualquer intenção de distorcer a história das ideias, mesmo porque não excluí de meu plano de estudos, nessa espécie de "indagação política em retrospectiva histórica", autores e doutrinas manifestadamente adversas às tendências já presentes em meu espírito. De outro lado, não era nova essa minha atitude perante os problemas culturais, como o demonstram abalizados autores que preferiram a mesma trilha, desde o exemplo magnífico de Maquiavel, debruçado sobre *As Décadas* de Tito Lívio[370].

Posto dessa forma o "problema" apontado no livro do autor, tornou-se grande o interesse por sua trajetória ao longo desse processo de formação em uma cultura literária e política em que o *Amor* humanista é um conceito chave, mas possui múltiplos significados, muitos dos quais serão reencontrados de forma particularizada ao longo da bibliografia integralista do autor (e por toda a sua vida intelectual, certamente). Por isso, consideramos necessário avaliar essa intensa aproximação com a cultura italiana que, da *italianità* ao fascismo, parece ser base de um pensamento e de uma cultura política integralista realeana que encontra na literatura nacional a sua redenção teórica pela *brasilidade*. É a partir desses significados trazidos na tradição do pensamento humanista italiano que Reale escreveu em *O Estado Moderno* (1934) "Atentai bem para estes fatos. Eles vos mostram qual é o sentido dos movimentos que se declaram tão *antiburgueses* como *anticomunistas*, e baseiam a sua doutrina na consideração do homem integral, reerguendo a bandeira do Humanismo"[371].

O hoje centenário *Instituto Medio Dante Alighieri*[372] foi fundado em 1911, e surgiu pela articulação de proeminentes membros da comunidade italiana em São Paulo, através da ação conjunta do professor Arturo Cavallo, do cônsul-geral da Itália em São Paulo, Pietro Baroli, e do industrial "conde" Rodolfo Crespi, responsável pela captação de recursos. Crespi foi o primeiro presidente do *Dante*, entre 1911 e 1938, estando lá, portanto, nos anos em que Reale estudou. Em 1913 foi terminada a construção do edifício Leonardo da Vinci, na Alameda Jaú, próximo à Avenida Paulista, quando também foram trazidos professores diretamente da Itália. O *Dante*, cujo escudo traz a "Loba Capitolina"[373] e o "Cruzeiro do Sul" e o lema que diz "*laverità fu solo figlioula del tempo*", foi na época um colégio de ponta para as classes médias

---

[370] REALE, Miguel. Introdução à Edição de 1983. In: _____. Atualidades de um Mundo Antigo, op.cit., p. 6.
[371] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 23.
[372] Hoje o Colégio Dante Alighieri conta com mais quatro edifícios, e possui mais de 4000 alunos matriculados, da educação infantil ao ensino médio. Dados sobre a história do *Instituto Medio Dante Alighieri*, atual "Colégio Dante Alighieri", estão disponíveis no Centro de Memória da instituição e em sua página na internet. Cf.: http://www.colegiodante.com.br/100-anos-de-historia-3/, acessado em 12 set 2016.
[373] Figura mítica da loba que amamenta Rômulo e Remo, patriarcas do mito de fundação romano.

e altas, e se tornou hoje um dos colégios mais tradicionais de São Paulo, onde estudaram nomes muito conhecidos entre políticos, cientistas e artistas[374].

O *Instituto Medio Dante Alighieri* recebia alunos internos e externos de ambos os sexos, e seu programa seguia as diretrizes dos colégios italianos, "com um curso médio de caráter clássico, e outro técnico, ministrados ambos em sala de aula comum, menos as disciplinas de contabilidade", com todas as aulas lecionadas em italiano. Reale teve que repetir a quarta série do ensino elementar, pois não falava italiano e precisava "aprender logo a língua de Petrarca". No recreio, falava português com os amigos, mas todos eram admoestados por "censores rigorosos". Recorda que "Não era só o idioma italiano que nos transmitiam, mas todo o modo de ser itálico, os seus usos e costumes, a história de seus poetas e heróis. Nenhuma limitação havia, por parte das autoridades brasileiras, contra alienação tão violenta"[375]. Isso lhe criou uma impressão negativa da atmosfera um tanto opressora do colégio, embora no geral, sua memória seja reverente:

> A preocupação pela "italianidade" era sufocante, sendo patente o programa de perpetuar-se a tradição peninsular nos descendentes dos imigrantes, mais por exigência do alto, segundo o estilo mussoliniano, do que pela validade em si dos feitos e obras, bastantes para salvaguardar a espontaneidade da reverência e do amor culturais[376].

Do ginasial ao liceu, Reale já tinha lido e tomado lições de italiano e latim na leitura de Tasso, Ariosto, Boccaccio, Petrarca e, óbvio, Dante, "analisados nos seus valores estéticos e como horizonte do mundo medieval"[377], ao passo em que avançavam os estudos em literatura latina nas obras de Suetônio, Tácito, Fedro, Horácio e Ovídio. A língua francesa era aprendida através de escritores e filósofos como Montaigne, Voltaire, Racine, e Victor Hugo. Também eram estudadas as ciências exatas e naturais, cujo programa pedagógico priorizava a "transmissão dos valores essenciais das disciplinas", que surgiriam na formação de uma visão sistemática sobre as disciplinas, de modo que o significado destas, em seus esquemas e teoremas, adquiriam um "sentido". O mais enfadonho, revela o autor, era o estudo de História,

---

[374] Alguns nomes são: Aloysio Nunes, senador; Andrea Matarazzo, político; Celso Lafer, ex-ministro das Relações Exteriores; Cesar Lattes, físico; "conde" Chiquinho Scarpa, magnata; Francisco Matarazzo Pignatari, empresário; Jorge Mautner, compositor; Mino Carta, editor, etc., e o ex-presidente da República (de janeiro à agosto de 1961), Jânio Quadros, foi professor no *Dante*.
[375] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 27-28.
[376] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 32.
[377] Idem, ibidem, p. 31.

"ainda feito segundo superados estilos, numa sequência monótona de fatos e de nomes", voltada, quase que exclusivamente, a eventos políticos da violenta história das vendetas entre as nobres famílias e principados italianos[378].

Das lições aprendidas no *Dante*, a *tradição humanista* é a marca mais profunda no pensamento político de Miguel Reale, expressa em toda sua obra integralista e em suas *Memórias* é relembrada. Examinadas as obras gregas que trataram a ética, como em Aristóteles, por exemplo, sempre citado por Reale, verifica-se a inexistência de qualquer virtude definida por "*humanitas*". O ideal de *humanitas* formou-se originalmente em Roma, cristalizado pelo círculo aristocrático em que figurava dirigentes romanos como Cipião, o Jovem. A *humanitas* surge como um conceito bem definido, e rapidamente se tornou um poder ordenador um poder ordenador da vida privada e pública em Roma. Significava não só um ideal moral, mas também um ideal estético: "era a pretensão de certo tipo de vida que tinha de provar a sua influência em todos os aspectos da existência do homem, tanto em seu comportamento moral como em sua linguagem, em seu estilo literário e em seu gosto"[379].

Às teorias eleáticas que buscavam uma localização precisa das coisas e do Homem no cosmos, sucederam os filósofos estoicistas com seu sistema baseado em um princípio já conhecido por alguns sofistas no século V a.C, mas que se revelou decisivo na história do pensamento ético, político e religioso. Até então, a filosofia grega mantinha seus conceitos presos ao seu mundo, de modo que, como se lê na *República* de Platão, as regras de conduta previstas para os gregos não tinham pretensão de validade para os bárbaros Ao ideal platônico e aristotélico de justiça, sobrepuseram outra concepção, a da "igualdade fundamental dos homens". Sua principal exigência filosófica consistia em "viver de acordo com a natureza". Mas a lei da natureza, no caso, se tratava de uma lei moral, não uma lei física.

O que importava em sua ética não eram as coisas, mas o juízo sobre as coisas. Tais juízos dependem de um ato livre da consciência, daí a importância eminente da separação nítida entre o que seja necessário ao homem e aquilo que seja supérfluo à sua natureza, sendo necessárias somente as coisas que dizem respeito à sua "essência", isto é, ao valor moral do homem. No apogeu da República o valor da grandeza e da glória militar da República Romana começava a dividir espaço com um novo ideal que chegava em Roma vindo da Grécia, um ideal que não era apenas nacional, mas também cosmopolita.

Os historiadores gregos não conhecerem um ideal sequer semelhante ao de "destino da humanidade". Sua escrita da história restringia-se à interpretação das ações humanas de alcance

[378] Idem, ibidem, p. 31-32.
[379] CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**, op.cit., p. 130.

consideravelmente limitado, com o suporte de documentos e fontes orais, preferencialmente as testemunhas oculares dos fatos. Com relação ao futuro, a história poderia ensinar "prudência", "cautela", "resignação", mas num sentido individualista de procura da felicidade, e não para a "humanidade", abstendo-se ou fazendo com muita sobriedade qualquer especulação acerca da finalidade da vida humana. Para pensar o cosmo, o faziam de um modo a-histórico, porque não lhes interessava a "mudança", inerente à vida mundana, mas o *logos*, isto é, a ordem permanente que o caos da "mudança permanente" esconde. Mas na observação da "mudança" seria possível a "natureza humana" que permanece estável aos olhos da razão, percebida através dos ciclos nos quais a história sempre se repete, como o sol e a lua a cada dia e as estações do ano. A ideia que os gregos tinham de unidade e solidariedade entre os homens provinha dessa noção de "natureza humana", que não se confundia com uma "história universal"[380].

Antes do Homem se tornar o centro da preocupação filosófica racionalista, imperava na Grécia Antiga outra visão de mundo que, principalmente no período *Homérico*, dizia que "Tudo é uno". A vida seria como uma fonte eterna que produz constantemente individuações e que, ao produzi-las, abandona-se a si mesma. Por isso a vida seria "dor e sofrimento": A dor e sofrimento de ver despedaçado o "Uno primordial".

Mas ao mesmo tempo a vida tende a reintegrar-se, a sair de sua dor e reconcentrar-se em sua unidade primeira. Tal unificação se daria com a morte, com o aniquilamento da individualidade. Morrer não é, contudo, "desaparecer", mas somente submergir na origem que peremptoriamente produz nova vida. A "lei eterna" das coisas se realizaria no "devir constante", afirmavam os crentes no "Uno", portanto, não haveria culpa nem redenção, mas a inocência do eterno devir. Dar-se conta disso é pensar de modo "trágico"[381]. Por essa razão, a tragédia grega foi uma das principais forças de educação moral e ética, logo, do próprio ordenamento social da Grécia Antiga[382], começando a perder lugar no apogeu da atividade dos sofistas, principalmente Sócrates.

Uma ideia de "história universal" começa a se formular apenas na cultura romana, em um processo que demarcou uma ruptura na consciência histórica dos romanos, de modo que o

---

[380] REIS, José Carlos, op.cit., p. 16-17.

[381] NIETZCHE, Friedrich. *O Nascimento da Tragédia*. Tradução de Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2007, p. 8.

[382] Segundo Nietzsche, nesse período, o mito ocupava o lugar central na sociedade grega, na arte, na religião e no pensamento. Embora houvesse uma variedade de mitos e mitologias tão grande quanto o eram os problemas humanos, a visão de mundo mítica e religiosa estabelecida naquela sociedade pode ser compreendida pela oposição mitológica entre os deuses Apolo e Dionísio (ou Dioniso), figuras representantes respectivamente do estado de sonho e embriaguez, a epopeia e a lírica, a serenidade e a melancolia, o otimismo e o pessimismo. Segundo Nietzsche observa, sonho e embriaguês seriam ambos estados de inconsciência propícios a uma só vez, à verdade, à mentira, à ilusão e ao mito. No século V a.C, a principal finalidade da filosofia de Sócrates foi desestruturar essa visão de mundo dominada pelos mitos trágicos. Idem, ibidem, p. 7.

passado e o futuro se tornaram assimétricos, para usar as palavras de José Carlos Reis, e desse modo o futuro passou a ocupar muito mais a atenção dos historiadores. Em Políbio, a "história universal" era claramente a história do Império Romano, e seu *telos* era a romanização do mundo. Portanto, era uma história que excluía todos aqueles não-romanizados, se tratando de uma *humanitas* que não incorporava a alteridade, sendo o expansionismo imperialista um impulso à sua pretensão de "universalidade", descrevendo, afinal, um sentido político para a "unidade humana" contida no conceito de *humanitas*[383]. Por meio da influência da filosofia estoica e aristotélica, interpretada por escritores como Cícero e Sêneca, esse ideal de *humanitas* atingiu sua expressão clássica na literatura e filosofia latinas.

A concepção estoica do homem teria se tornado um dos mais sólidos elos entre o pensamento antigo e medieval, mais até que a própria filosofia grega de Platão e Aristóteles, pouco conhecida pelos medievais. Através de Santo Agostinho, vemos o ideal estoico de igualdade fundamental entre os homens se transformar na teoria cristã da alma sui juris, isto é, inalienável de sua liberdade original que, portanto, não pode ser violada por ninguém, criando a primitiva noção de inviolabilidade da pessoa humana quanto física quanto moralmente[384], o ganho ético trazido pela civilização cristã que o integralismo empregou para balizar o conceito de "Estado ético" utilizado em várias definições do "Estado Integral" (Ver Capítulo 3).

Aristóteles distinguia três modos de vida (*bioi*) entre os que eram de livre escolha dos homens, isto é, independentes das necessidades da vida e das relações dela decorrentes. Essa pré-condição para a liberdade, por suposto, excluía qualquer modo de vida dedicado à preservação da mesma, o que significava excluir além dos escravos, todos aqueles que precisavam executar algum trabalho. Ficavam livres de fato somente aqueles que dedicavam suas vidas ao exercício do "belo", isto é, do que não é necessário nem meramente útil. Assim, como o era "a vida dedicada aos assuntos da polis, na qual a excelência produz belos feitos; e a vida do filósofo, dedicada à investigação e à contemplação das coisas eternas, cuja beleza perene não pode ser causada pela interferência produtiva do homem nem alterada pelo consumo humano"[385].

A principal diferença entre o emprego aristotélico e o posterior emprego medieval do termo é que o *bios politikos* denotava explicitamente somente o domínio dos assuntos humanos, com ênfase na ação, práxis, necessária para estabelece-lo e mantê-lo. Nem o trabalho nem a

[383] REIS, José Carlos, op.cit., p. 18.
[384] CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**. op.cit., p. 128-131.
[385] ARENDT, Hannah. **A condição humana**, op.cit., p. 14-15.

obra eram tidos como suficientemente dignos para constituir um *bios*, um modo de vida autônomo e autenticamente humano[386].

Com o desaparecimento da Cidade-Estado Antiga, tendo nos textos de Santo Agostinho alguns dos últimos registros do Antigo significado de ser "cidadão", a expressão *vita avtiva* perde gradativamente seu significado exclusivamente político, passando a denotar de modo mais genérico todo e qualquer tipo de engajamento nos assuntos do mundo. Isso quer dizer que a ação política havia se equiparado à mesma natureza das sempre indignas atividades laborais, quando passa a ser vista como parte das necessidades terrenas. Quando isso acontece, a *vita contemplativa* se torna o único modo de vida realmente livre na visão cristã dos medievais, que se abeberaram da *apolitia* filosófica comum na Antiguidade tardia[387]. Quando o cristianismo se torna a religião oficial do Estado romano, a busca pela salvação da alma levou a religião a ser percebida como intemporal, e, portanto, intrinsecamente alheia a qualquer assunto do mundo da vida[388].

Do ponto de vista histórico, a chave para compreendermos as filosofias políticas e as ideologias dominantes na modernidade, também se encontra nas transformações revolucionárias do pensamento medieval, particularmente, em relação à percepção do tempo. Em contraposição à concepção de tempo da Antiguidade, com um tempo cósmico baseado num ciclo de eterno retorno e um tempo humano baseado no eterno devir, surgiu o tempo bíblico, baseado na ideia judaica de tempo como narrativa da absoluta vontade de Deus, pejada pelo drama do afastamento e retorno dos homens para Deus.

Sendo assim, no mundo judaico-cristão romanizado, a história é: *providencial*, por que seu sentido se baseia na vontade de Deus e na finalidade de seu plano; *teofania*, isto é, revelação contínua e progressiva da essência de Deus no tempo; *epifania*, ou seja, revelação contínua e progressiva da verdade no tempo; *profética*, não apenas pela reiterada memória da Lei e da Promessa, mas também como expectativa do porvir; *soteriológica*, pois o que é revelado ao longo do tempo é a promessa de salvação e retorno para Deus; *apocalíptica* e *escatológica*, por que é uma história que se dirige para o Juízo Final; *universal*, sendo a história do "Povo de Deus"; e, por fim, é *completa*, pois só termina quando se consumar a Promessa após o Juízo Final[389].

---

386 Idem, ibidem, p. 15.
387 Idem, ibidem, p. 17
388 REIS, José Carlos, op.cit., p. 21.
389 CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 71-72.

Doravante, a "*Cristandade"* era cada vez mais concebida como um *coletivo singular*[390]. As esferas moral e política eram partes de um mesmo corpo místico, que, a despeito das diferenças entre suas partes, estaria dotado de um princípio de unidade caracterizado pela ideia de um grande Estado monárquico universal governado por Deus[391]de modo que a ideia de um sentido único para a "história universal" apontava para a conquista de um povo sobre todos os outros[392].

Esse estado de *apolitia* descrito pela filósofa Hannah Arendt atinge seu zênite ao aproximar-se o ano 1000, quando a perspectiva finalista da história apocalíptica acabava desenvolvendo uma estrutura repetitiva na qual era virtualmente impossível se desenvolver horizontes de expectativas a partir de experiências contrárias, porque as expectativas apocalípticas se projetavam para além deste mundo[393]. Porém, apesar da proibição da Igreja[394] contra a "esperança milenarista", o aumento da tensão sobre o mistério do que ocorreria no intervalo entre o Primeiro Advento e o Segundo Advento do Messias acabou sendo uma mola propulsora para a propagação das narrativas milenaristas, um terreno que mais tarde se provou fértil para o aparecimento das filosofias da história que vieram a ocupar o lugar das velhas profecias com uma nova "ciência da política".

Por outro lado, Skinner[395] também nos mostra que apesar dessa transformação do conceito de "política" que se opera da Antiguidade Tardia ao Medievo, na qual Arendt vê a *apolitia* como maior sintoma da perda dos valores republicanos da *vita activa*, existiu ao longo de todo esse tempo uma tradição cujo desenvolvimento, definitivamente não linear, é claro, retoma a tradição do pensamento clássico reconfigurando o pensamento político sobre esses valores aprendidos com o estudo da retórica[396], criando uma cultura que após o Renascimento ficará definida como *humanismo*.

---

[390] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. op.cit., p.
[391] CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**. op.cit., p. 135.
[392] REIS, José Carlos, op.cit., p. 20.
[393] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., p. 24-25.
[394] A Igreja sustentou o princípio de manter sob seu controle todos os "visionários". Foi decidido no Concílio Lateralense (1512-1517) que seria preciso autorização da Igreja para o anúncio de previsões do futuro. "A proibição da doutrina joaquimita do Terceiro Reino, o destino de Joana D'Arc, [...], ou a morte no fogo de Savonarola podem servir de exemplo de como as profecias pós-bíblicas foram dizimadas". Essas profecias foram combatidas pela Igreja justamente porque ameaçavam sua posição de mantenedora da ordem até o Dia do Juízo. Idem, ibidem, p. 25.
[395] SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
[396] Sobre o estudo da retórica, seu objetivo era: "O objetivo básico da instrução consistia em conferir uma capacitação bastante valorizada no mercado: quem a estudava aprendia a escrever cartas oficiais e outros documentos análogos com o máximo de clareza e força persuasiva. Essa concepção segundo a qual escrever cartas seria uma técnica especial, passível de se resumir em regras e de se aprender de cor, começou a ser elaborada em Bolonha, nos primórdios do século XII". Idem, ibidem, p. 50.

Os primeiros "*livros de conselhos*", dirigidos aos *podestà*, ao estilo político retórico que posteriormente se desenvolve entre os humanistas da Renascença, começam a aparecer praticamente ao mesmo tempo em que surge uma forma de retórica nova e conscientemente humanista, que vai da França para a Itália no século XIII. As mudanças que afetaram o estudo da retórica na Itália, nessa época, baseavam-se na ideia de que essa disciplina deveria ser ensinada não apenas decorando-se regras (*artes*), mas também estudando e imitando autores clássicos adequados (*auctores*), e que também fossem estudados os poetas e oradores antigos eleitos como modelos do melhor estilo literário. Esse método de estudar a *Ars Dictaminis* ensinada pelos *dictatores* por meio dos *autoctores* clássicos logo se tornou uma nova ortodoxia, atingindo seu auge no século XIV, com a publicação de um tratado que se tornou uma expressão clássica desse novo humanismo, *a Breve introdução à arte da espistolografia*, de Giovanni de Bonadrea (1296-1321)[397]. "O século, por exemplo, verdadeiramente renovador da Escolástica está todo imbuído de uma ansiedade mais forte que a cobiça da posse: os homens querem saber o que devem querer. [...] cuida-se mais do futuro que do presente, [...]", concluiu Reale, "O século XIII é, sob vários aspectos, uma fase de *adolescência* que será *juventude* no Humanismo para *madureza* no Renascimento"[398].

Na medida em que o ensino da retórica passava a ser pautado no estudo do exemplo e autoridade dos clássicos, surgia outra novidade intelectual que modificou as universidades italianas. O estudo dos autores extrapolou o limite de mera prescrição metodológica, passando a ser tratados como figuras literárias dignas de serem estudadas e imitadas por seu próprio valor, o que torna essa geração, segundo Skinner, a dos primeiros humanistas de fato. É nessa época em que surge um novo gênero literário, o dos manuais feitos para o uso dos *podestà* e de outros magistrados urbanos, cujo maior exemplo ainda é *O príncipe* de Nicolau Maquiavel (1469-1527)[399]. É nessa época em que a Itália se torna a "terra natal da política moderna", como disse Koselleck[400].

> Mas o traço mais marcante que podemos observar nesses tratados e crônicas está no caráter cada vez mais sistemático da argumentação política por eles proposta. Como já vimos, seus autores os escreveram num momento em que as cidades-repúblicas se confrontavam com o rápido avanço dos *Signori* e, paralelamente a isso, com uma perda de confiança no sistema eletivo de governo. Defrontando-se com essa ameaça de que se extinguisse toda uma tradição política, esses autores reagiram oferecendo a primeira defesa em larga escala dos valores políticos que caracterizavam

[397] SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**, op.cit., p. 56-57.
[398] REALE, Miguel. Formação da política burguesa, op.cit., p. 161.
[399] SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**, op.cit., p. 58-61.
[400] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., p. 31.

> as repúblicas urbanas. Inspirando-se no quadro literário e retórico que acima esboçamos, eles vieram a desenvolver uma ideologia voltada não apenas para a defesa, como valor central, da liberdade republicana, mas também para a análise das causas de sua vulnerabilidade e dos métodos mais adequados a tentar garantir que ela não perecesse[401].

No lugar dos "profetas do Apocalipse", a moderna Filosofia da História teve como maior anunciador, o "cidadão emancipado" do Estado absolutista e da tutela da Igreja, representado pela figura do "*prophète philosophe*", como precisamente se caracterizou entre os pensadores jusnaturalistas no século XVIII[402]. Estes cientistas e filósofos foram influenciados pelo pensamento orientado por "ideias claras e distintas" de Galileu e Descartes e, por isso, representam o espírito racionalista que tão fortemente caracterizou esta época. Partidários da "teoria do direito natural" aplicada ao Estado, entre os quais despontaram Hugo Grotius, Rousseau e Locke.

Como Miguel Reale deixa claro em sua *Memórias*, foi no ambiente do *Instituto Medio Dante Alighieri* em que se formou sua cultura intelectual e política. Os acontecimentos e expectativas gerados pela política internacional se refletiam na vida escolar vivida no Instituto, onde Reale recebeu um modelo de educação inspirado em uma tradição muito antiga, marcada pelo cunho na formação de homens públicos, homens da "ágora", "homens ativos" na vida da república em que vivem. Esses eram os passos de uma educação para a *italianità*, pautada no estudo dos textos e exemplos latinos.

Os valores da cultura política republicana da Roma antiga e seu resgate no Renascimento formaram a linha mestra da formação de Reale. Trindade ressalta que a admiração de Reale pela Antiguidade greco-romana o diferenciava de outros autores integralistas, como Gustavo Barroso, por exemplo, que em seu livro *O Quarto Império* coloca a tradição romana como aquela "que conduz as Nações da Europa cristã ao abismo dos tempos modernos"[403]. Assim, a cultura política integralista na visão realeana foi alimentada e se caracterizou principalmente, por um ideário republicano inspirado nos principais filósofos do período clássico da *polis* grega e da *res publica* romana, e no humanismo renascentista lido nos textos dos pensadores do Estado, no período de apogeu cultural e econômico das repúblicas italianas em guerra. Segundo Skinner, a atitude fundamental dos *humanistas* do *Trecento* e *Quattrocento* consistiu em desenvolver e explicitar a série de pressuposições do conceito ciceroniano de *virtus*:

---

[401] SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**, op.cit., 62
[402] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., p. 36.
[403] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 230. Cf.: BARROSO, Gustavo. **O Quarto Império**, op.cit., p. 91.

> [...] primeira, que realmente está ao alcance dos homens atingir o mais alto nível de excelência; segunda, que uma educação adequada constitui condição essencial para se alcançar esse objetivo; e, finalmente, que o conteúdo de tal educação deve concentrar-se num estudo interligado da filosofia antiga e da retórica[404].

Partindo dessas premissas, os humanistas da Renascença atribuíram um valor inaudito aos estudos retóricos. A retórica e a filosofia se tornavam incontestavelmente as principais disciplinas da Cultura. Assim, deram origem a uma doutrina que se demonstrou incrivelmente duradoura, "a doutrina de uma educação clássica não constitui a única forma de escolaridade adequada a um cavalheiro, mas também a melhor preparação possível para seu ingresso na vida pública"[405].

Investigando nos textos clássicos o significado que a *virtus* tinha no tempo das cidades-estados, fonte d o ideal de "*república*" manifestado pelo autor em toda a sua obra integralista, Miguel Reale principia a análise pelo pensamento grego, povo cuja história política impressionava Reale pelo seu férvido "amor pátrio"[406]. "Com efeito, a *polis* ou a *urbs* é o cadinho em que se elaboram as grandes conquistas do homem ocidental", confessa Reale com indisfarçada predileção pela experiência vivida pelos helenos. Cita entre as referências bibliográficas desse estudo a obra *Le Cité antique*, (A Cidade Antiga) de Fustel de Coulanges, historiador sempre invocado por Reale nos assuntos sobre a História Antiga.

> A cidade grega não é uma expressão geográfica, mas uma unidade moral repousante sobre uma solidariedade afetiva e religiosa. A *polis* é a "ordem legal", a soma dos direitos e dos deveres, comunhão de interesses e de glórias, de conquistas e de sacrifícios. A cidade pagã é a suprema realidade. "Perdendo a pátria o antigo perde tudo, bens, família, liberdade e religião, pois, além dos muros urbanos, cada homem passa a ser estrangeiro, sem defesa, exposto à ira dos inimigos e de seus deuses, sem direitos, podendo ser morto ou reduzido à escravidão. Cada cidade não se considera semelhante às outras e, por isso, não lhes reconhece direito algum...[407].

"Examinando o Estado, Platão pretende determinar quais sejam as funções, quais classes, e quais as virtudes correspondentes. O que há no Estado ele diz que existe também no homem, do qual aquele é a exata imagem engrandecida: a política sob este ponto de vista, é idêntica à psicologia"[408]. Segundo Reale, em Platão, a "*Justiça*" é a virtude por excelência, pois é aquela

---

[404] SKINNER, Quentin, op.cit., p. 109.
[405] Idem, ibidem, p. 109.
[406] REALE, Miguel. Atualidades de um Mundo Antigo, op.cit., p. 76.
[407] Idem, ibidem, 44.
[408] Idem, ibidem, p. 97.

que harmoniza a "vontade", a "razão" e a "cólera". "Um profundo sentido ético e religioso anima toda a formidável concepção da República perfeita, inspirada nas ideias órficas e pitagóricas", escreve Reale, a fim de exprimir o sentido do Estado platônico cujo fim identificado pelo autor é "a realização da virtude". Por isso esse Estado ideal é confiado à filósofos em *A República*, "porque só as almas predestinadas a aprimoradas pela educação sabem alcançar 'o que sempre e do mesmo modo existe'", enquanto que a multidão só percebe a multiplicidade superficialmente, sem adentrar a essência única das coisas, que é o "bem".

Mas até no idealismo clássico do mestre grego, Reale enxergava um chamado imperativo à ação, "pois quem contempla as verdades eternas não pode deixar de provar o desejo de as realizar, de criar seres que lhe sejam semelhantes. [...]. Em verdade, o *teórico consciente* é sempre um *prático confiante*. Por fim, Reale apresenta quatro definições de virtude encontradas em Platão, sendo a concepção socrática da "*virtude como ciência*" o ideal do filósofo, e conclui com Platão que "se indicamos a temperança, a coragem, o valor e a justiça com uma só palavra, virtude, é porque entre elas há uma unidade essencial, manifestações que são do supremo bem, da suprema verdade" e o conhecimento desse "supremo bem" e dessa "suprema verdade" que dão ao filósofo, na República platônica, o direito de governar acima das leis.[409]

Procurando em Aristóteles indicativos da *virtus*, Miguel Reale entendeu que o bem buscado pela virtude, para o filósofo estagirita, "consiste na atualização plena das potencialidades da alma". Aristóteles trazia um conceito de "moral" que abrange a política, "pois o Estado é a lei e a ordem instituídas na comunhão social não só para viver como para bem viver, ou seja, para viver segundo a justiça realizando a virtude"[410]. Para Reale, Aristóteles amplia e desenvolve a doutrina platônica da *virtude* como "função própria de cada ser", atribuindo a cada "potência" humana a sua "virtude". Daí surge a distinção fundamental entre a *virtude intelectiva* ou dianoética e a *virtude ética*. O puro pensamento, a atividade teórica, constitui, sem dúvida, o cerne do ideal de "felicidade", considerando a atividade racional como aquela que é especificamente humana. Contudo, "Mas se a virtude máxima consiste no perfeito exercício da razão na plenitude e na madureza da vida, isto não quer dizer que se deva esquecer o valor ético da atividade prática"[411].

Reale pondera as diferenças entre Aristóteles e Platão, considerando relevante a diferença entre os dois filósofos, sendo que o pensamento idealista deste vê na *eudemonia*, isto é, a "felicidade perfeita", como sendo independente de qualquer fator externo, enquanto o

[409] Idem, ibidem, p. 100
[410] REALE, Miguel. Atualidades de um Mundo Antigo, op.cit., p. 103.
[411] REALE, Miguel. Atualidades de um Mundo Antigo, op.cit., p. 104.

pensamento empirista aristotélico restabelecia o equilíbrio, colocando as condições objetivas da vida como fator condicionante da "felicidade". Essa "felicidade", definitivamente não se confunde o "prazer" como uma finalidade, mas que deve ser visto como um coroamento do *ato*. A "*virtude prática*" em Aristóteles é aquela que predica a criação de "um hábito de moderação que a razão e o saber determinam. A virtude é um justo meio e um hábito de escolha" que aconselha o "caminho do meio termo"[412].

A "virtude política" é apresentada por Aristóteles quando trata da "justiça" no quinto livro da *Ética*, apresentando um conceito que, segundo Reale, será basilar até aos fundamentos do direito natural, através dos estudos aristotélicos sobre a "*justiça distributiva*" e a "*comutativa*". A "justiça comutativa" consiste na igualdade pura e simples. É aquela que se realiza na compra e venda e em outros contratos semelhantes, "nos quais só se leva em conta o valor das coisas trocadas ou compradas, sem se considerar a qualidade das pessoas. É a justiça comutativa, baseada em uma proporção aritmética". A outra justiça, aponta o autor, é a "distributiva", "que consiste em uma proporção geométrica, pois dá a cada um o que é seu de acordo com a própria capacidade e o próprio mérito". É desse último conceito que, para Reale, Aristóteles tomava a visão de ser

> [...] a igualdade justa, desde que seja entre homens iguais, e também a desigualdade justa quando os homens são tratados desigualmente na medida em que desigualem. É nessa distinção aristotélica sobre a justiça que se inspiram os juristas romanos para estabelecer a norma suprema de todo o direito: *o suum cuique tribure*![413].

Mas o que é relevante para Reale é a política, como a vê no filósofo investigado, ser definida a partir de um conceito de "*ética*", "pois se baseia", afirma Reale, "na ideia de que o fim do Estado é a realização do bem, da vida feliz e virtuosa, a qual só se alcança quando o homem age como homem, ou seja, na plenitude da operosidade racional"[414], revelando aqui as fontes da investigação em que desenvolveu o conceito integralista de "Estado ético", sendo aquele que não apenas permite, mas fomenta o "cidadão virtuoso". Lembrando as palavras do mestre de Estagira, Reale conclui que "O homem é por natureza um animal político, *pois é só*

---

[412] Idem, ibidem, p.
[413] REALE, Miguel. Atualidades de um Mundo Antigo, op.cit., p. 110-111. *"Juris Praecepta Sunt haec: Honeste Vivere, Alterum Non Laedere, Suum Cuique Tribuere"* (Tais são os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence), frase atribuída ao jurista romano Eneu Domício Ulpiano (150 d.C. -223 d.C.).
[414] Idem, ibidem, p. 104-105.

no Estado que ele pode se realizar integralmente, *e só quem se realiza integralmente merece ser chamado virtuoso*"[415] [grifo nosso].

Com o aparecimento da *polis* e da *urbs*, as civilizações grega, romana e fenícia adquirem, em relação ao Oriente, uma diferença específica. Os mundos chinês e hindu como o egípcio e o babilônio, não conheceram a cidade a não ser como fato material de aglomeração de homens, mas não como fato moral e jurídico indicando uma solidariedade entre cidadãos de um mesmo Estado[416].

> Nenhuma delas se organizou segundo a vontade. Não foram civilizações voluntaristas, pois na primeira predominou o sentido racionalista da existência e na segunda prevaleceu a faculdade contemplativa. Não é pois de se admirar que nelas hajam nascido religiões ideais ensinando a trocar o mundo objetivo das conquistas materiais pelo mundo interior em que se ocultam as verdades primeiras. Dentro dessas culturas, como também na persa e na de Israel, não teria sentido a pregação de uma doutrina que divinizasse a ação e colocasse em primeiro plano a vontade, entendida esta em seu significado mais amplo, de vontade de conhecer, de dominar, de possuir etc[417].

O contraponto apresentado por Reale é o das civilizações grega e romana que, ao contrário, "são civilizações essencialmente voluntaristas: na primeira afirma-se a *vontade do indivíduo*; na segunda a *vontade do Estado*. Em resumo, é na cidade-estado que se dá pela primeira vez, segundo Reale, "o reconhecimento dos direitos que cada homem tem de querer e de fazer". É devido a este "reconhecimento do direito do homem" que a cidade-estado surge na história "como unidade moral, como centro de solidariedade econômica e afetiva e força integradora que, através das idades, irá formando os organismos mais amplos e complexos das Nações[418].

O contraponto à submissão à vida na comunidade política da Cidade-Estado é uma forma de vida que Aristóteles via como antinatural e digna de censura É evidente, pois, que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade, e que aquele que, por instinto, e não porque qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um vil ou superior ao homem. Tal indivíduo merece, como disse Homero, a censura cruel de ser sem família, sem leis, sem lar. "Porque ele é ávido de combates e, como as aves de rapina, incapaz de se submeter a qualquer obediência"[419].

---

[415] Idem, ibidem, p. 105.
[416] Idem, ibidem, p. 44.
[417] Idem, ibidem, p. 45.
[418] REALE, Miguel. Atualidades de um Mundo Antigo, op.cit., p. 45-46.
[419] ARISTÓTELES. **A Política**, op.cit., p. 18.

Reale vê em Dante Alighieri um marco inicial do sentimento e do discurso *nacionalista*, uma evolução do sentimento patriótico ligado à "pátria" de origem, (o "*paese*" em italiano), na transição da medievalidade para a modernidade, marcada por uma nova concepção de "Monarquia Universal", como na doutrina tomista-aristotélica, mas o autor da Divina *Comédia* se destaca "pelo sentimento nacional que não se manifesta somente no *culto da língua volgare*, mas pulsa de um orgulho, ao mesmo tempo, étnico e histórico pela tradição gloriosa de Roma", indicando que o "sentido político da civilização romana torna a prevalecer".

"O ideal nacionalista adquire um fundamento mais sólido na obra de Machiavelli, fundador da ciência política moderna", diz Reale, colocando o pensador florentino ao lado de Alighieri pela sua "concepção orgânica e totalitária da existência". Para Reale, Maquiavel teve "a coragem de romper com as teorias pietistas e moralizantes propinadas a uma sociedade corrupta pelos escritores decadentes da Igreja"; e que, com não menor ardor, clamava "os organismos supranacionais que, sob vários pretextos, procuram impedir a coesão dos povos e o progresso das Nações"[420].

Reale não escondia seu entusiasmo pela retirada da piedade cristã à ciência política. O terreno estava aberto para a piedade cívica republicana que ele estava tentando propagar nos anos 1930. Parece mesmo que Maquiavel dava a Reale o precedente de autoridade "histórica" que ele desejava para poder expressar, como aparece em vários momentos de sua obra, um sentimento praticamente anticlerical. É a ação do homem que o interessa. É desse estilo de *vita activa* dos antigos, sintetizado na figura do *Príncipe* maquiavélico, que Reale criará as bases para seu próprio conceito de "homem integral". Nas letras, na ciência e na ação, Maquiavel parece ter sido seu maior exemplo entre aqueles que dedicaram sua vida à pensar o Estado, e transformar a sociedade pela criação de uma nova cultura. Um sonho humanista que encontrou no nacionalismo extremista do Entreguerras uma forte arma dos movimentos que pretendem interferir na "marcha da história" e criar novas situações, "novas eras".

> Seu nacionalismo é tão profundo que ele põe tudo a serviço de seu ideal. Convencido de que só um chefe dotado de extraordinária capacidade militar e de energia disciplinadora seria capaz de libertar a Itália dos "bárbaros", o grande florentino cria a figura do "Príncipe", síntese de todas as virtudes e de todos os vícios da época, esperando acender no coração de um *condottiere* a chama da libertação peninsular[421].

[420] REALE, Miguel. Formação da política burguesa, op.cit., p. 175.
[421] Idem, ibidem, p. 175.

Depois da obra que se consolidou como um marco do pensamento político moderno e do humanismo, Reale apresenta a sua visão abertamente apologética do autor italiano:

> *Romano pelo espírito*, ele afirma o *primado da política*; *renascentista*, *funde Estado e indivíduo-superior*, resolvendo violentamente a antinomia profunda do século; *humanista*, mas de um humanismo realista, crê tanto no homem de exceção como descrê da opinião e da vontade da massa; *cultor da história*, sabe distinguir o necessário do contingente, penetrando a fundo no sentido da civilização que desabrocha; *político*, compreende que, de qualquer forma, não há doutrina social, por mais completa que ela seja, que não dependa das qualidades intrínsecas dos executores; filósofo, prefere compor em relativo equilíbrio os antagonismos sociais a alimentar o sonho inane de uma paz impossível, ou quando possível, sem beleza e sem glória[422].

Em outro trecho, Reale revela o que considera ter sido os sucessos da ciência política de Maquiavel em seu tempo, assinalando o que deveria ser submetido à síntese de uma ciência integral. A História surge como fator de destaque na obra do pensador italiano, a chave, na verdade, que abre as portas da modernidade com a revisão e superação de conceitos "anacrônicos". Ou seja, se trata de uma teoria e um discurso que atualizava seus pares e contemporâneos à *modernidade* que já começava a ser vivida pelos seus primeiros pensadores:

> Machiavelli percebe o *punctum pruriens* da crise política moderna, revelando o erro de se considerarem de um modo estático a Liberdade e a Autoridade como duas categorias ideológicas, e sustentando a necessidade de se procurar na própria atividade social e histórica a linha de conciliação entre os dois princípios, à primeira vista antagônicos.
>
> Avesso às considerações metafísicas abstratas sobre a natureza do homem, procura descobrir as determinates da ordem social no estudo da história, o que leva a separar a política da Moral sem conhecer que há, ao lado da ética individual, também uma ética social com seus princípios sacrossantos.
>
> A atitude histórica lhe garante, porém, uma grande superioridade sobre os seus contemporâneos
>
> Assistindo às transformações que se sucederam na península, no redemoinho das guerras e das usurpações; vendo constituir-se o Estado moderno pela ação dos grandes *condottieri* e dos grandes chefes, com desprezo pelos mais elementares princípios da lealdade e da justiça, Machaveli identifica Estado e Chefe.
>
> Neste ponto ele se revela integralmente renascentista[423].

Seguindo os estudos de Jacob Burckhardt em *A cultura do Renascimento na Itália*, Reale compara a uma obra de arte a ação de seus maiores homens públicos, em seu esforço de

---

[422] Idem, ibidem, p. 175.
[423] REALE, Miguel. Formação da política burguesa, op.cit., p. 200.

formação do Estado segundo um plano definido. Reale retoma a visão do historiador, segundo o qual "para um César Bórgia a política é como uma obra de arte: compor os antagonismos sociais, pela força da própria vontade, na harmonia do Estado, equivale a reunir os blocos de granito para erguer uma catedral"[424]. Seguindo os estudos de Jacob Burckhardt, Reale assimilou a imagem dos príncipes italianos como "símbolos de virtude". Dizia o professor de Basiléia que:

> É inegável que a situação de perigos constantes a que estavam expostos desenvolveu nesses príncipes grande habilidade pessoal. Só um virtuose podia mover-se em meio a uma existência tão artificial, e cada um precisava justificar-se e demonstrar-se merecedor de sua soberania. Suas personalidades possuem aspectos totalmente obscuros, mas em cada um deles havia algo daquilo que compunha para os italianos o ideal[425].

A "*virtú*", "unidade de força e talento" como diz Reale, é a competência esperada de um príncipe diante da hercúlea tarefa de reunir povos, espaços e até tempos diferentes na constituição da "consciência nacional"[426] e na realidade do Estado-nação:

> Tal é, sem dúvida, uma das características do pensamento de Machiavelli. A política do autor do Príncipe é uma política estética. A criação da unidade nacional italiana lhe parece ser obra para um Homem de exceção, e ele pinta o seu retrato magnífico, retrato que não pode ser tirado da época, porque tem um fundo próprio que lhe dá realce e sentido: a vida agitada, desconexa, aventurosa do Renascimento, com a sua fé ardente no homem e na *virtù*, unidade de força e de talento que, no dizer de Gentile, "só tem o escrúpulo da própria coerência, e só possui fé no próprio destino"[427].

Para o filósofo político italiano Antonio Negri, é possível perceber que Maquiavel se afastava gradualmente de uma visão polibiana do tempo e, portanto, da visão ciceroniana da "*historia magistra vita*", evitando assim a transcendência como fonte da teoria e da ciência política, que deveriam ser elaboradas da imanência. Nesse sentido, diz Negri que nos *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio*, a abordagem de Maquiavel sobre o ciclo da constituição

---

[424] REALE, Miguel. Formação da política burguesa, op.cit., p. 200.
[425] BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 76.
[426] Reale ressalva que não trata como "nacionalismo" moderno o sentimento vivido no tempo de Maquiavel: "Mas o ideal nacionalista ainda não encontra condições objetivas para o seu desenvolvimento natural, de maneira que a Nação, na teoria de Maquiavelli, não chega a se impor como um valor ético capaz de estabelecer o equilíbrio entre o indivíduo e o Estado [...]. REALE, Miguel. Formação da política burguesa, op.cit., p. 201.
[427] Idem, ibidem, p. 201.

política mista em Políbio se esgota ao longo do próprio livro, redundando no abandono da perspectiva de "ciclo histórico" e, consequentemente, no abandono da constituição mista como objeto. Esse afastamento já é nítido quando Maquiavel trata dos conceitos de *virtù* e *Fortuna*. A essa altura, Maquiavel não concebe mais seu pensamento com a visão de um tempo circular, repetitivo e previsível. Seus conceitos de *virtù* e *Fortuna* denotam que a vida de um homem, assim como de um Estado, está sujeita a mudanças repentinas e imprevisíveis[428].

Destarte, ao escrever *O Príncipe* e os *Discorsi*, os eventos históricos nos quais os atores e os Estados ficaram à mercê da *virtù* e da *Fortuna*, Maquiavel deixa transparecer que, até mesmo para sua teoria, não haveria a menor possibilidade de previsão para esses eventos. Isso posto, esvazia-se de significado a noção de circularidade histórica e de se produzir previsões a partir da expectativa de flagrar os mesmos eventos se repetindo no tempo. Rompendo-se a visão cíclica da "*historia magistra vita*", restava um futuro em aberto a toda e qualquer variação possível da *Fortuna*. Por outro lado, tanto em *O príncipe* quanto nos *Discorsi*, o homem é colocado como o fator central a agir sobre as grandes mudanças históricas de seu tempo. Para Maquiavel, portanto, uma das revoluções, senão a maior, na ciência política moderna passava pela consideração do homem como ator histórico capaz de criar o inesperado[429].

Maquiavel teve de admitir que os assuntos humanos não se governam pela razão, e mais, que nem sempre poderiam ser inteiramente compreendidos e descritos por ela. Assim, o poder do mito foi retomado em seu pensamento, quando introduz o conceito de *Fortuna* para resolver a antinomia entre a ciência tradicional que buscava a regularidade e a repetição na estrutura temporal histórica, e sua experiência prática na política, que o demonstrava o exato oposto dessa teoria, ou seja, a dominância do inconstante e do imprevisível. As meditações sobre o significado da *Fortuna*[430], suas relações com a ação e a vontade humana, traziam um problema que atravessou praticamente todos os campos do saber na Renascença, sendo essa deusa representada em várias obras e textos do período. Em Maquiavel, ela se tornará central em sua filosofia da história. Retira da astrologia o adágio *sapiens vir dominabitur astris*, dando-lhe um novo sentido. Agora, o homem de *virtù*, para vencer a "influência dos astros" e o poder da deusa da sorte, deveriam reunir sabedoria, força e o poder da vontade. A forma de expressão metafórica e mitológica do capítulo que Maquiavel dedica ao problema da *Fortuna* na ciência

[428] NEGRI. Antonio, op.cit., p. 100.
[429] NEGRI, Antonio, op.cit., p. 100.
[430] "Em Roma, divindade do destino; símbolo do capricho e do arbitrário que comandam a existência. É implacável, não por perversidade ou ódio, mas por uma espécie de indiferença às consequências da sua volubilidade ou do acaso. Representada com um leme ou um timão, ela é o piloto da vida. Mas pode também ser representada como deusa cega. Identificada, mais tarde, com Isis, com a Tique grega, tornou-se a deusa da sorte, e a cornucópia da abundância lhe foi dada como atributo". CHEVALIER, Jean; GHEERBRAND, Alain, op.cit., p. 449.

da política não disfarça a secularização a que o pensador italiano submete o símbolo da *Fortuna*[431].

No século XIX, quando o pensamento de Maquiavel é retomado com toda a força, a noção de ética apresentada por Hegel não partia de uma busca moral, mas levava em consideração "a verdade que assenta no poder". Em seu sistema, combinavam-se o culto ao Estado e o culto ao herói. Mas este tipo de herói não era necessariamente um exemplo de virtude, uma vez que grandeza significa poder, o vício seria tão natural quanto à virtude. Ao menos que se tratasse da *virtù* de que falou Maquiavel, significando claramente "força", a qual Hegel juntava o poder das paixões humanas como fator fundamental do processo histórico, constituindo, ambos, o "verdadeiro" sentido ético do homem[432]. Deste modo, a mais alta finalidade que competiria ao Estado, tendo em vista a sua relação com o povo, seria permitir que a arte e a ciência fossem cultivadas para assim elevarem o "espírito do povo". Nesse sentido, Reale assegura, Maquiavel se demonstrou seu mestre por excelência em matéria de ação e pensamento políticos:

> Outro ponto em que Machiavelli revela toda a potencialidade de seu gênio é na compreensão do valor da "consciência nacional" no desenvolvimento da política moderna. É o sentimento cívico da solidariedade nacional, e é o ponto de vista histórico que lhe permitem perceber:
>
> 1º) a necessidade de um governo forte, pela fusão da Força e do Direito;
>
> 2º) a finalidade nacional e totalitária do organismo político, independente de influências externas e de particularismos internos[433].

Miguel Reale oferecia uma explicação histórica, recorrendo às investigações de Fustel de Coulanges em *A Cidade Antiga*, para descrever o integralismo como um novo tipo de "religião cívica", diferente das "heresias" republicanas que exploravam indevidamente a "fé patriótica" dos cidadãos. O integralismo realeano atualizava o sentido antigo da "liberdade", buscando inspiração no "apostolado" de Benjamin Constant pela religião positivista, que para Reale, havia apresentado uma visão clara da moderna "fé patriótica", cuja liturgia consiste "na presença por assim dizer, perpétua do cidadão na praça pública, sem ser incompatível com a submissão completa do indivíduo à autoridade do conjunto", concluindo sobre a finalidade da "religião cívica" na ciência política do Estado moderno:

---

[431] CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**, op.cit., p. 190-191.
[432] Idem, ibidem, p. 308-311.
[433] Idem, ibidem, p. 201.

> Cumpre ainda notar que a religião continua a ser o fundamento do direito, cujas normas nelas se inspiram e como ela se identificam. Formulado o conceito de paz pública, esta adquire caráter de sacralidade: violar a Lei da cidade é violar a lei de Deus. Francis Delaisi diz com acerto que a religião antiga não encerra dogmas nem moral porque vai cada vez mais se transformando em uma *religião cívica* cuja utilidade é a garantia do governo da cidade[434].

A "religião cívica" integralista em Miguel Reale era apresentada como uma força de coesão e fortalecimento da sociedade formada por "autarquias", que o autor busca no estudo do Mundo Antigo as fontes históricas para sua teoria. Além da ocupação com o direito e o Estado, Reale se preocupava em delinear as diretrizes de uma cultura política integralista que arrancasse os brasileiros do marasmo para uma nova vida ativa na "Ágora" brasileira. Nas entrelinhas, saúda a separação entre Religião e Estado nos tempos modernos como resultado do cristianismo, mas parece mais entusiasmado com a liberdade que o Estado agora possuiria para criar sua própria fé política, ou seja, pública e cívica, enquanto a religiosidade cristã se recolhia ao foro íntimo e à privatividade do lar, sem mais confundir-se a moral cristã com a razão de Estado, que deveriam ser devidamente harmonizados pelo arbítrio do "Estado ético" integralista.

> Mas a tese de Fustel de Coulanges – que considera o Estado antigo uma comunidade religiosa em que o patriotismo é a piedade, e o exílio excomunhão; onde a férula do poder público pune os transgressores do rito e do culto invadindo a esfera da consciência – não perde o seu alcance mesmo na época democrática.
>
> Em lugar do Estado se adaptar à religião, é esta que se amolda às necessidades do Estado. Cada cidade tem o seu culto, deuses próprios e maneiras próprias de conceber deuses comuns, assim como cada uma delas se proclama soberana. O politeísmo parece refletir o pluralismo das soberanias. A comunhão de culto indicando uma comunhão de interesses políticos.
>
> [...] Só a religião cristã, que não pertence a nenhuma família e a nenhuma nação em particular, podia distinguir o que no mundo pagão sempre estivera confuso: a religião e o patriotismo[435].

Desse modo, encontramos inúmeros trechos em que a AIB é apresentada como uma verdadeira "religião", para a qual o pavilhão nacional, com todos os seus símbolos e armas, se torna o espelho que capta todas as heterogeneidades regionais e, de forma miraculosa, reflete a

[434] REALE, Miguel. Atualidades de um mundo antigo, op.cit., p. 70.
[435] Idem, ibidem, p. 71.

unidade nacional. Por isso a bandeira do Brasil se torna a "bandeira do Divino" do integralismo, ou, como escreveu Salgado, "nossa religião cívica"[436].

2.2 Uma revisão historiográfica "revolucionária": do socialismo-liberal ao nacional-socialismo

Cursando a fase final no liceu *Instituto Medio Dante Alighieri*, e com vistas a adequar-se à preparação exigida para prestar o exame vestibular[437], Miguel Reale se viu obrigado a tomar difícil decisão. O *Dante* preparava alunos para o ensino superior na Itália, tendência acentuada com a ascensão do regime fascista, não sendo reconhecido no Brasil. Continuar no *Dante* significava partir para a Itália, abandonando sua pátria. Essa mudança não estava em seus planos. Por isso, matriculou-se, paralelamente ao curso que já estava matriculado, no nascente "curso seriado" criado no *Dante* dentro do assim chamado "programa brasileiro", com vistas a dar continuidade à sua educação superior e à sua vida no Brasil.

> O "programa brasileiro" (assim era designado), sob marcada influência positivista, era de marcado cunho científico, com uma atenção apendicular dedicada à Psicologia e à Lógica, enquanto, no curso de modelo itálico, predominavam diretrizes humanísticas, com dois anos complementares de Economia Política, matéria em comum com os alunos do "curso técnico" ou de contabilidade. Para atender à minha vocação, dediquei três anos à História da Filosofia, de preferência à luz dos textos selecionados de grandes mestres, emprestados pelos irmãos Isoldi, o que me foi de grande valia[438].

Os irmãos Dante e Francisco Isoldi, ambos italianos, eram professores respectivamente de Matemática e Literatura Italiana, dos quais Reale se tornou amigo íntimo, visitando-os quase todos os domingos para almoçarem juntos na residência dos Isoldi. Dante Isoldi possuía "pendores revolucionários", era socialista democrático e amigo de Francisco Picarollo, também italiano e marxista de renome no Brasil, com quem compartilhavam a admiração pela obra de

---

[436] Na ilustração da página que antecede o capítulo "A alma das tradições", está representada uma cena em que há, ao fundo, uma igreja em estilo barroco, as bandeiras do pavilhão cívico, um coreto em torno do qual se aglomeram populares, e encimando toda a cena, uma bandeira do Divino Espírito Santo no alto de um mastro enfeitado, situado no ponto de fuga da ilustração. SALGADO, Plínio. **Geografia Sentimental**, op.cit. p. 103.

[437] O vestibular examinava Latim, Português e Literatura Brasileira, História da Filosofia, Análise Lógica, História Geral e do Brasil. REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., 42.

[438] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 33.

Antonio Labriola[439], que Reale considerou "uma das mais preciosas análises do que há de vivo no pensamento de Marx"[440], sendo, por isso mesmo, uma influência em suas obras.

Com Francisco Isoldi, que não parecia possuir grande interesse por política, Reale compartilhava a paixão pela História da Filosofia. A leitura de Labriola, na adolescência, teria marcado, "mais do que se possa imaginar", a sua formação intelectual, "favorecida pela selecionada biblioteca do *Dante*, que me permitiu ler os principais diálogos platônicos e, em latim, a *Monadologia*, de Leibniz, cuja ideia de harmonia preestabelecida me impressionou profundamente"[441].

Os Isoldi introduziram Reale a esse novo contexto político do Entreguerras, tão distante daquela preguiçosa *Belle Époque* que vivera no interior. Em uma passagem, por exemplo, escreve que "Sendo ambos antifascistas, tornei-me também um adversário de Mussolini, o que de certo modo coincidia com a posição de meu pai, cujos pendores *mazzinianos* o deixaram afastado das pregações fascistas"[442], e, continuando, narra em que condições conheceu o *revisionismo* da obra de Marx, uma tendência historiográfica e política que moldou seu pensamento teórico – ambos em atualização ao "espírito do tempo":

> Na realidade, tornei-me socialista, adepto do revisionismo de Carlo Rosselli[443] e outros, após breve e desagradável contato com os *trotskystas*, que me enfadavam, perdidos em discussões e debates intermináveis com *stalinistas*, versando temas totalmente alheios à problemática brasileira, que os modernistas da Semana de 1922 acenderam em meu espírito[444].

É dessa fase o primeiro artigo escrito por Reale, *A crise da liberdade* (1931), publicado no periódico acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo, *Tribuna Liberal*. A ideia fundamental ao longo do artigo é o "*socialismo liberal*", enquanto proposta de superação das obras de Marx, sem negar sua contribuição e posição na história do pensamento marxista. Este

---

[439] Antonio Labriola, (1843 – 1904), filósofo, teórico e marxista italiano.
[440] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 34.
[441] Além da influência do filósofo italiano sobre sua concepção do materialismo histórico, presente nas teorias e métodos formulados pelo autor, também pesa a influência do alemão Leibniz, de cujo pensamento Reale tomou de empréstimo o *Sigma*, o símbolo maior do movimento integralista, e a ideia de harmonia sistêmica dinâmica que tentava traduzir em teoria, o que Salgado descrevia em sua filosofia da história na forma de linguagem mítica – a Era Integralista, ou "Quarta Humanidade"; "Nova Atlântida" ou "Último Ocidente", nas principais formas que aparece tal ideia nos textos plinianos.
[442] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 34-35.
[443] Carlo Rosselli, (Roma, 1899 – Bagnoles-de-L'Orne, 1937), historiador, jornalista e político, pensador do "socialismo liberal". Ativista do movimento internacional antifascista. Foi assassinado no cárcere pelo regime fascista em 1937.
[444] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 35.

se trata de um artigo fundador e referencial na obra de Reale, sendo a primeira expressão de um projeto ideológico desenvolvido pelo autor, que buscava construir uma dupla crítica, ao marxismo e ao liberalismo, que lhes aproveitasse o que fosse considerado construtivo, descartando seus supostos equívocos e contradições. Essa ideia era traduzida pela frase de Carlo Rosseli, "o socialismo se torna liberal, e o liberalismo se socializa".

O primeiro parágrafo de *A crise da liberdade* se principia com a crítica ao individualismo persistente no socialismo cristão e na sua crítica rasa ao avanço do socialismo marxista onde o liberalismo estava perdendo terreno. A partir de *La Science de la Revolution*, de Max Eastman e *Les sources du Marxisme*, de Jacques Delevsky, apresentou o socialismo científico de Marx e Engels como expressão de uma atitude religiosa, em vista da não realização das previsões feitas pelos comentadores de suas obras. Mas a *via* liberal burguesa era vista como ainda mais equivocada, trazendo de *Um nouvel age de l'Humanité*, de Georges Valois a crítica à perda do sentido revolucionário demonstrado pela burguesia na Revolução Americana e na Revolução Francesa, para se tornar uma classe conservadora e parasitária[445].

Além de proposta política, a fórmula do socialismo liberal também fundamenta uma concepção de História, abordada no artigo. Essa concepção era elaborada a partir da crítica ao "fatalismo" que Reale via no marxismo, no que este trazia de antecipação do progresso etapista, que superaria o capitalismo com o socialismo, inexoravelmente até o comunismo. O descuido, que Reale aponta, seria a desconsideração e insignificância que o indivíduo ganhava em um tipo de visão sistêmica como essa, apontando o "determinismo" da infraestrutura como problema central.

Inspirado em *La question du rôle de la personalité dans l'histoire* (1926) do marxista russo Georgi Plekhanov, Reale pretendia recobrar o foco no papel da ação individual e da "liberdade" na história, ou, como ele mesmo disse em forma de pergunta retórica no seu artigo original: "Qual o fim do revisionismo? Procurar, dentro do sistema de Marx, um lugar para a vontade" concluindo que "Era preciso combater a concepção do homem como elemento passivo diante dos fatos históricos e até mesmo mostrar o exagero da fórmula marxista: '*O modo de produção da vida material determina em geral o* processus *social, político e intelectual da vida*"' [446] [grifos nossos], criticando assim o pilar do materialismo histórico marxista apresentado em *Para a Crítica da Economia Política*[447].

---

[445] REALE, Miguel. A crise da Liberdade, op.cit., p. 8.
[446] REALE, Miguel. A crise da Liberdade, op.cit., p. 9.
[447] Cf.: MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Trad. José Carlos Bruni, José Arthur Gianotti, Edgard Malagodi. 4ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, (Col. Os pensadores) pp. 1-157.

Na sua concepção, buscando respaldo em *Relativisti Contemporanici* (1923) de Adriano Tilgher, a crítica a esse determinismo econômico e do naturalismo histórico lidos na obra de Marx tomava forma e direção com o relativismo moderno, pois no campo do revisionismo, apesar da admiração de Reale pela radicalização da crítica dos franceses, na Alemanha, o revisionismo socialdemocrata continuava preso ao materialismo e à influência do darwinismo mal interpretado[448].

> A ação imediata é esta: conquista daquela autonomia econômica que condiciona a liberdade integral do homem. Democracia sindicalista. Socialismo liberal. É a verdade sintetizada por Bakounine quando afirma que "a liberdade sem o socialismo é o privilégio e a injustiça; e o socialismo sem a liberdade é a escravidão e a brutalidade"[449].

Sobre a função das meditações teóricas sobre o socialismo liberal e a condição seminal do seu primeiro artigo acadêmico para suas obras na AIB, o próprio Reale afirma que em seus estudos, "Invocando duas obras paralelas, a de Henri de Man, *Au delà du Marxisme*, e a de Arturo Labriola, *Al dilà del Socialismo e del Capitalismo*, já denunciava uma crise que iria se resolver no integralismo, por mim concebido desde logo como uma solução de síntese"[450].

> Nestes últimos anos, temos visto aumentar consideravelmente o interesse do público pelas biografias, pela história mais ou menos romanceada dos grandes homens.
>
> A guerra mundial favoreceu o aparecimento em primeira plana de algumas figuras de estadistas e de militares, mostrando como o fator individual – que pode parecer secundário em tempos normais – adquire importância e relevo nos instantes angustiosos de crise[451].

Conforme Reale, a preferência do público leitor passou dos trabalhos historiográficos que sintetizavam amplos processos históricos, para as análises metodológicas individualistas, com proeminência da psicologia nessa nova historiografia e nas demais ciências sociais. "Mas para quem considera a história, à maneira romana, como *mestra da vida*, a apreciação cíclica dos fatos conserva o mesmo valor", essa tradição clássica da escrita da história, que vinha perdendo seu vigor e autoridade ao longo da modernidade, era vista por Reale como fonte de inspiração, mas um anacronismo do ponto de vista teórico-metodológico, que não poderia mais ocorrer na historiografia de após a Grande Guerra, pois os ciceronianos "Baseavam-se eles na íntima

---

[448] REALE, Miguel. A crise da Liberdade, op.cit., p. 9.
[449] Idem, ibidem., p. 11.
[450] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 63.
[451] REALE, Miguel. Formação da Política Burguesa, op.cit., p. 29.

convicção de que os acontecimentos se sucedem como anéis de uma cadeia interminável, sem saltos bruscos, sem rupturas definitivas, sem o aflorar repentino de motivos imprevisíveis no centro consciente da história".

> Depois vieram Sorel e Spengler.
>
> O primeiro introduziu a ideia descontionuidade no envolver histórico, contrapondo à história *evolucionista* – baseada na explicação darwiniana – um conceito de história *revolucionária*, refletindo – no campo social – a teoria das mutações bruscas de Vries, e pôs em evidência o papel da vontade humana e dos mitos interferindo na marcha dos eventos.
>
> O segundo, abandonando a noção tradicional de uma civilização única e contínua, distinguiu múltiplas civilizações, cada qual com uma história própria, com a sua estética, a sua lógica, a sua ciência e a sua moral[452].

No final do século XIX o pensamento marxista encontrava-se em intenso e controverso debate. Diante da frustração dos prognósticos apresentados por leituras particulares da teoria do colapso do sistema capitalista e da teoria das crises cíclicas do sistema capitalista (*Zusammenbruchstheorie*), criadas a partir da obra de Marx, não se encontrava mais a crise estrutural deterministicamente causada, que deveria ter ruído a velha ordem e iniciado uma nova. Pelo contrário, o capitalismo conseguia adaptar-se e acomodar-se dinamicamente às novas situações, de um modo que, a cada crise, parecia sair mais fortalecido. A ascensão da socialdemocracia e a relativa "domesticação" que o movimento operário passava nos países em que o "bem-estar social" ganhou prioridade, principalmente após a Crise de 1929, não se apresentavam possibilidades de uma revolução proletária e socialista iminente.

Dessa percepção, multiplicaram-se visões do pensamento marxista como um esforço intelectual que não fora capaz de prever e nem explicar essa situação nova que se apresentava no final do século. É nesse cenário em que surge a obra do marxista e revisionista de Eduard Bernstein (1850-1932), membro do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD) e fundador da linhagem teórica do "socialismo evolucionário". Seu pensamento revisionista ganhou relevo com a série de artigos sobre os *Probleme des Sozialismus* e, posteriormente consolidadas em seu livro *Die Voraussetzungen des Sozialismus die Aufgaben der Sozialdemokratie* ("As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia"). O círculo de estudos e críticas que o trabalho de Bernstein aglutinou ficou conhecido como o *Bernstein-Debatte*, que se desenvolveu vigorosamente do início do século XX até a eclosão da Grande Guerra, em 1914. Do círculo de debates aberto pelo revisionismo ganharam maior relevância autores como

[452] Idem, ibidem, p. 29.

Schmoller, Sombart, Weber, Tönnies, Simmel, Wundt, Windelband e Rickert. Em comum, buscavam elaborar teorias condizentes com a nova realidade do capitalismo, que tomava forma nova com as políticas socialdemocratas[453].

O movimento de revisão do marxismo, a partir do Congresso de Frankfurt (1894) consolidou-se, num primeiro momento, dividido em duas tendências. Uma dessas tendências do foi chamada "*reformismo*", apresentando um revisionismo *liberal* e *democrático*, distinguindo-se nela teóricos como Turati e Jaurès[454], formando o quadro teórico que Reale chama de "*socialismo liberal*". É o grupo ao qual Reale se filia logo ao descobrir o revisionismo marxista. A segunda tendência, o "*revisionismo revolucionário*", fará oposição à via democrática eleitoral, reabilitando o ideal de revolução proletária com um novo sentido nacionalista, ou seja, não se tratava mais de uma revolução classista, mas nacional. Mas sem embargo, ambas as tendências tinham em comum a mesma pretensão metodológica de unir teoria e prática[455].

Sem incorrermos na supervalorização do surgimento da ideologia fascista como reação intelectual ao marxismo, outrossim, reconhecemos nela o produto direto de uma tradição de revisão do marxismo muito específica. Desse modo, a formulação dos conceitos fundamentais do fascismo, sua filosofia e suas mitologia políticas, resulta também, e talvez principalmente, de uma "rebelião intelectual" originada nas cisões no âmbito do pensamento marxista e do socialismo, contra o materialismo histórico.

São os sorelianos franco-italianos, teóricos do "*sindicalismo revolucionário*", os que enunciam essa nova e original revisão do marxismo: nela reside precisamente sua contribuição ao surgimento da ideologia fascista. A imersão do fascismo constitui uma das faces da revolução intelectual, científica e tecnológica que se impõe no continente europeu no final do século XIX e início do século XX, que modificou o modo de vida em um grau até então desconhecido. Portanto, visto como um fenômeno da civilização, o fascismo encarna o rechaço por excelência da cultura política dominante no começo do século XX. Assim, o fascismo, no campo intelectual, se rebela contra os sistemas de pensamento até então estabelecidos: liberalismos, marxismo, positivismo e democracia. Por isso, trata-se de uma ideologia nova que luta para abrir espaço, em primeiro lugar, contra os sistemas de pensamento e as forças políticas que estavam até então ocupando o terreno[456].

---

[453] BERTELLI, Antonio Roberto. Bernstein-Debatte (1899-1999). **Novos Rumos**, ano 15, nº 32, São Paulo, 2000, p. 3-4.
[454] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 19.
[455] Idem, ibidem, p. 19.
[456] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 5-6.

Ao falarmos no crescimento dos movimentos de massas e, principalmente, no surgimento dos partidos militarizados da direita nacionalista, devemos lembrar que o boulangismo foi o primeiro movimento francês a empreender uma política de mobilização de massas que defendia a luta contra a democracia liberal e ao regime parlamentar, os quais culpavam pela derrota francesa em 1871. A mesma oposição foi defendida pelos sindicalistas do Círculo Proudhon. A crise econômica na França teria ajudado a difundir a ideologia socializante, populista e nacionalista do boulangismo entre os operários, reunindo socialistas, extremistas de esquerda, antissemitas e conservadores.

Quando o boulangismo perdeu prestígio, elevou-se o nome de Maurrice Barrès (1862-1923), um dos primeiros, senão o primeiro a empregar a expressão "socialismo nacional". A ideia de socialismo nacional se estende rapidamente por toda Europa. Responde a um problema de civilização que gera, na segunda metade do século XIX, a ascensão do proletariado e a revolução industrial. Muitos teóricos passam a sustentar que a questão social pode encontrar uma resposta além do capitalismo selvagem e do socialismo da luta de classes[457]. Segundo o próprio Reale, a influência de Barrès sobre o fascismo e, indiretamente, sobre o integralismo, provinha do fato deste pensador além de defender a inclusão das camadas pobres no movimento nacionalista, possuía forte tendência romântica e autoritária com ênfase na preferência por uma "liderança militar", cunhando assim a expressão "*socialismo nacionalista*"[458], que foi várias vezes empregada por Miguel Reale para descrever o significado integralismo brasileiro, "[...] o socialismo e o nacionalismo se fundiram para dar origem ao Integralismo"[459].

Entre os principais pensadores desse primeiro "nacionalismo autoritário" ou "socialismo nacionalista" francês, destacam-se também Jules Michelet, Charles Péguy, e Paul Déroulèd, Charles Maurras, Georges Valois e Georg Sorel, os quais foram influenciados por Ernest Renan e Hipólito Taine, autores antidemocráticos que apontavam a Revolução Francesa como o início da decadência francesa. No cerne do pensamento desses autores, estava a negação do individualismo igualitário e da herança intelectual iluminista, afirmando os princípios aristocráticos da raça e do "determinismo biológico", perspectiva teórica que alavancou o antissemitismo na França[460]. Dentre os movimentos orientados por essas ideias, destacaram-se, além do boulangismo, a Liga dos Patriotas, a Liga da Pátria, e a Ação Francesa.

---

[457] Idem, ibidem, p. 13.
[458] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 52-53.
[459] REALE, Miguel. **ABC do integralismo**, op.cit, p. 117-118.
[460] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. op.cit., p. 55-56.

A Ação Francesa, inaugurada em 1899, foi o movimento nacionalista de maior destaque até a Primeira Guerra Mundial. Sob a liderança de Charles Maurras, esse movimento defendia um nacionalismo doutrinário conservador e monarquista, que Maurras chamou de "*nacionalismo integral*". Sua propaganda, divulgada na *Revista da Ação Francesa*, atacava judeus, maçons e o governo parlamentar, ia contra o *laissez-faire* e contra a abolição dos privilégios dos estamentos, e defendia a sociedade como produto da natureza, o governo monárquico controlado pelas famílias principais responsáveis pelo bem público, o controle da Igreja na educação, e a harmonia entre as classes por meio de uma "justiça social como forma de preservar a França das ideologias internacionalistas"[461].

Os historiadores da Ação Francesa tiveram grande sucesso editorial na época, apresentando versões revisionistas que valorizavam o passado medieval pré-industrial e rural da França, denunciando os perigos da máquina e do progresso. A história representava uma tentativa de ordenação do passado e do presente, atribuindo um sentido à unidade a partir da segurança da tradição, construindo uma visão na qual a "continuidade é a lei da história e seu valor maior"[462]. Para explicar a transição do modelo "perfeito" do Antigo Regime para a "decadência" e "desordem" da Terceira República, os historiadores da Ação Francesa não se furtaram ao uso das mitologias conspirativas.

O maior objetivo desses intelectuais foi demonstrar teoricamente através dos argumentos históricos, uma doutrina política. Essa doutrina da "nova direita", ou "nacionalismo integral" via na adesão de setores do movimento operário uma alternativa de ação política direta, fora dos quadros dos partidos e das eleições democráticas, postura que, aliada à crítica ao Estado burguês, teria aproximado homens da direita e da esquerda, apresentando sua conexão política com a "nova esquerda", ou "sindicalismo revolucionário", movimento que também não acreditava na ação política dentro dos quadros democráticos, e que pretendia afastar o proletariado dos partidos de esquerda[463].

O Integralismo Lusitano, fundado em Portugal nos anos 1910 foi outra grande expressão do "nacionalismo integral". Movimento monárquico da direita radical, sob forte influência da Ação Francesa, os integralistas portugueses deixaram a pura e simples produção intelectual para dar início à ação política no ambiente de recusa à República fundada em 1910. Objetivavam a restauração da monarquia em moldes corporativistas, antiliberais, descentralizada e tradicionalista. Esse movimento foi dirigido por Rolão Preto, o líder protofascista de maior

[461] Idem, ibidem, p. 59.
[462] Idem, ibidem, p. 61.
[463] Idem, ibidem, p. 63.

destaque na cena política do país, e tiveram como principal teórico António Sardinha, um monarquista católico aguerrido. A produção intelectual desse movimento se baseava na prospecção e investigação histórica sobre a identidade nacional portuguesa, à procura de justificativas para seu ideal nacionalista de uma sociedade orgânica e corporativa com raízes no Medievo. Seu "elitismo de afirmação intelectual" e sua visão da República como uma "democracia da populaça" acentuavam seu monarquismo inflexível, o que dificultou sua aproximação aos outros grupos antiliberais do mesmo período; dificuldade que, a longo prazo, levou-os a sucumbir diante da capacidade integradora de António de Oliveira Salazar em meio a católicos e direitistas em Portugal, após 1933[464].

A aproximação, ou indefinição, entre os métodos da "nova direita" e da "nova esquerda" teriam atraído a adesão de Sorel ao nacionalismo entre 1910 e 1913. Esse pensador, que foi um forte moralista obcecado com a ideia de decadência e salvação do mundo, acreditava na efetividade do "mito nacionalista" para a revitalização da nação, corrompida pelo materialismo e pela democracia[465]. Suas leituras do marxismo o fizeram considerar a burguesia uma classe já corrompida, porém, via com esperança o proletariado como o setor com potencial para a regeneração moral da sociedade. Para Sorel, autor de *Réflections sur la violence* (1906), o movimento sindical poderia ser um *ricorso*[466] na história, daí sua valorização do "mito revolucionário" com inspiração no cristianismo primitivo. Após a Revolução Bolchevique em 1917, Sorel abandonou o "nacionalismo integral" da Ação Francesa, vendo na revolução do proletariado russo um *ricorso* histórico.

O "*revisionismo revolucionário*" aproveita do pensamento marxista a teoria da violência como motor dos processos de transformação histórica da sociedade, uma apropriação com significado tão particularizado que foi chamada por Paxton de "heresia socialista"[467]. O *revisionismo revolucionário* fazia oposição ao *revisionismo liberal-democrático ou* reformista, corrente majoritária no ambiente da socialdemocracia alemã. Aqueles mantiveram o discurso "revolucionário", que exaltava a guerra e a violência como essenciais para demolir o mundo burguês, enquanto o *Bernstein-debatte* se rendia a este, ao aderir às vias do debate democrático. Os revisionistas revolucionários franco-italianos, com a forte liderança de Georges Sorel,

[464] PINTO, António Costa. **Os camisas-azuis**: Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: EDUPE, 2016, p. 17-19.
[465] Idem, ibidem, p. 64.
[466] A questão do *ricorso* também foi discutida por Gentile na análise do caso italiano do *Risorgimento*. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**, op.cit., p. 64.
[467] PAXTON, Robert, op.cit., p. 73.

apresentaram uma leitura muito particular de Marx, visto e colocado por eles como o 'sociólogo da violência', usado como base de confronto contra a tradição do pensamento iluminista[468].

Destarte, o *revisionismo revolucionário* assume a tarefa de revisar a doutrina marxista para coloca-la novamente a serviço da revolução. Em sua opinião, é uma traição conceber o proletariado como uma soma de eleitores e como a coluna vertebral de um movimento político de massas que conta com o número para tomar em suas mãos o Estado e melhorar a sociedade. O proletariado é e deve ser o agente revolucionário[469]. A passagem dessas concepções do *revisionismo revolucionário* para o fascismo se deu pela substituição da luta de *classes* pela luta de *nações*, sob a instrumentalização de um *nacionalismo tribal* inspirado no darwinismo social, por vezes de acentuado determinismo biológico, que pressupunha a substituição da sociedade contratualista que nasceu na Revolução Francesa, por uma nova sociedade orgânica e solidarista[470].

Nesse momento, a "condição nacional" se tornou o valor de maior legitimidade universal na vida política de nossos tempos, portanto, um fator crucial na formação dos Estados nacionais modernos. Os conceitos de *nação*, *nacionalismo* e *nacionalidade* se difundiram. Para o historiador Benedict Anderson[471], a importância desse novo fator na vida política está diretamente ligada à evolução dos discursos de direita nesse momento ao perceberem o poder que essa "*comunidade imaginada*" a nação, emprestava ao seu ideário pela "ordem" e pelo "progresso" controlado. A nação é *imaginada* por que, embora seja impossível conhecer todos os outros habitantes da nação a que pertencem (ou acreditam pertencer), compartilham a mesma de união em uma comunidade maior: a *nação*. Ela é imaginada como uma *comunidade* por que, independentemente da desigualdade social e da exploração em seu interior, a nação sempre é sentida "como uma profunda camaradagem horizontal", diz Anderson. O conceito de nação e seus derivativos surgiram para a identificação de entidades históricas novas, emergentes, mutáveis e, ainda hoje, longe de serem universais em um quadro de referência dotado de permanência e universalidade, os "Estados-nação".

Por outro lado, a ambiguidade e opacidade dos critérios utilizados nas tentativas de definição do conceito de nação, teria se tornado "excepcionalmente conveniente para propósitos propagandísticos e programáticos e não para fins descritivos"[472]. Na busca pela definição do assim chamado "caráter nacional", os intelectuais se tornaram indispensáveis na ação política.

---

[468] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 27-29.
[469] Idem, ibidem, p. 20.
[470] Idem, ibidem, p. 10.
[471] ANDERSON, Perry. **Comunidades Imaginadas**, op.cit., p. 28-30.
[472] HOBSBAWM, Eric J. **Nação e nacionalismos**, op.cit., p 15.

A "questão nacional" se torna assim um elemento central no debate político. Entre a intelectualidade brasileira, o conflito entre "*clássico*" e "*romântico*" será transformado no conflito entre o "*universal*", quase sempre querendo dizer "o europeu", e o "particular", significando aquilo que era próprio do país e das suas regiões[473].

Com o nacionalismo elevado à conceito-chave desde as guerras napoleônicas, as direitas autoritárias do final do XIX acabavam ofuscando, conscientemente ou não, o grave problema que mobilizou esses intelectuais, políticos e movimentos radicais no Entreguerras: a "questão social". É neste ponto que compreendemos melhor a conexão entre o *autoritarismo* e o *nacionalismo* no ideário integralista. O *corporativismo* será o terceiro componente fundamental.

Analisando a crítica revisionista dos "*sindicalistas revolucionários*", podemos observar que a praxis marxista e a violência revolucionária da luta de classes na história não constituíam um problema tão grave quanto o conteúdo racionalista hegeliano do marxismo, isto é, seu determinismo. Portanto, não é a "rebelião", por si só, o que incomoda o fascismo, mas sim o materialismo histórico. *Grosso modo*, liberalismo, democracia liberal, marxismo e socialismo democrático passaram a representar diferentes aspectos da mesma origem materialista[474].

Por "**antimaterialismo**", se entende aqui o rechaço à herança racionalista, individualista e utilitarista dos séculos XVIII e XIX. Em termos de filosofia política, o antimaterialismo significa o rechaço total da visão do homem e da sociedade elaborada por Hobbes e Kant, desde as revoluções inglesas do século XVIII até as revoluções americana e francesa. Em termos de prática política, o antimaterialismo significa o repúdio dos princípios liberal-democráticos estabelecidos pelo Iluminismo no final do século XVIII e aplicados em escala muito maior, cem anos mais tarde, pelos regimes de democracia liberal da Europa ocidental.

De modo que se trata de um ataque geral a cultura política dominante no final do século XIX e começo do século XX, e seus fundamentos filosóficos, a seus princípios e a sua execução. Não apenas se questiona a teoria dos direitos naturais e da primazia do indivíduo, como também todas as estruturas institucionais da democracia liberal. O antimaterialismo não é unicamente a expressão de uma negação do liberalismo, mas sobretudo de sua versão "contratualista" ou da tradição firmada pelo utilitarismo inglês, a qual, desde suas origens, implica a democratização da vida política e a reforma da sociedade. Na mesma medida, o antimaterialismo expressa desde

[473] LEITE, Dante Moreira, op.cit., p. 33.
[474] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 8.

o começo do século XX a recusa dos postulados básicos da economia marxista, em ataque ao conjunto dos fundamentos racionalistas do pensamento de Marx[475].

Apesar de toda similitude entre vários pontos já elencados do "nacionalismo integral" e a ideologia e cultura política integralista no Brasil, os intelectuais da AIB, como Miguel Reale, negavam veementemente qualquer sentimento de pertença à herança do "nacionalismo integral" europeu, como visto nos movimentos monarquistas de Maurras e Rolão Preto.

> Uma revista francesa, tecendo elogios ao movimento integralista, considerou os "camisas verdes" filhos espirituais de Maurras, isto é, "nacionalistas integrais".
>
> Não pode haver engano maior.
>
> Em primeiro lugar, Maurras reconhece a rigorosa necessidade da monarquia no mundo contemporâneo, enquanto nós integralistas já fixamos de maneira claríssima a nossa orientação republicana.
>
> Em segundo lugar, ele é católico, intransigentemente católico, mas católico positivista à maneira de Oliveira Lima, por tradição, "católico histórico", pelo fato de reconhecer no catolicismo um fator básico da grandeza nacional. O Integralismo, ao contrário, reúne católicos, protestantes e espíritas, e ainda nenhum integralista, com suficiente autoridade, fez exclusão desta ou daquela crença, nem será possível nenhum sectarismo em nossas fileiras.
>
> Em terceiro lugar, para Maurras, Barrès, Bourget ou Léon Daudet, nada deve existir acima da Pátria, nem Justiça, nem Verdade, nem Razão.
>
> Segundo a sua doutrina, exposta em linguagem áspera e mesmo violenta [...] segundo o "nacionalismo integral" há uma "justiça francesa", uma "verdade francesa", uma "razão francesa". Só o nacionalismo para eles tem uma existência real. O universalismo é aceitável tão-somente quando constitui expressão do gênio francês. A pátria gaulesa é o valor supremo, a realidade fundamental e eterna.
>
> Ora, este exclusivismo patriótico não se enquadra de maneira alguma, dentro dos princípios integralistas. Um brasileiro que tentasse introduzir semelhantes pontos de vista, estaria inconscientemente obedecendo a um exagerado nacionalismo gaulês. Seria brasileiro segundo o modelo de Maurras...[476].

Na realidade, nos encontramos ante um fenômeno europeu geral. Para esse nacionalismo novo - ao contrário do que havia tentado, desde a Revolução à Comuna, uma síntese da "religião da Pátria" e da religião da Humanidade - a nação é um organismo comparável a um ser vivo. Esse nacionalismo "total" pretende ser uma ética, um conjunto de critérios de conduta ditados pelo interesse de todo o corpo, independentemente da vontade do indivíduo. Esse nacionalismo, novo por definição, nega a evidência de qualquer norma moral universal e absoluta: a verdade, a justiça, o direito, só existem para servir as necessidades da coletividade. Uma visão da sociedade concebida como algo fechado, um antirracionalismo virulento, assim como a primazia do inconsciente sobre a razão, tenham uma autêntica visão tribal da nação. Por

---

[475] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 8-9.

[476] REALE, Miguel. Nós e os fascistas da Europa. *Panorama*, ano I, abr-mai, 1936, nº 6, pp. 11 e segs. In: _____. **Obras políticas**, III, op.cit, p. 225.

influência do darwinismo social, sobremodo nos maurrasianos, "A ideia segundo a qual é conveniente separar as profundezas do irracional e do instinto da esfera fictícia do irracional, abre caminho nas mentes dessa geração"[477].

Em Milão, no dia 23 de março de 1919, Benito Mussolini lançou oficialmente o ***fascismo***. Conforme Francisco Carlos Teixeira da Silva, o termo fascismo deriva da expressão latina *fascio*, que denominava o "feixe de varas" carregado pelos *litores* - aqueles que aplicavam a justiça na Roma Antiga. O símbolo do *fascio littorio* foi usado pelos jacobinos como representação da liberdade durante a Revolução Francesa na Itália, e no século XIX, apareceu como representação da unidade nacional no *Risorgimento*. Ao longo do século XIX, na Itália, assumiu o caráter de símbolo de ação política, valorizando a justiça e a igualdade, qual foi com o seu uso pelo movimento dos trabalhadores sicilianos, entre 1893 e 1894, ou com os intervencionistas de esquerda, interessados na entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial. No seu sentido atual, como símbolo de um movimento de "extrema direita", o *fascio* foi assumido pelo poeta futurista Filippo Marinetti já em 1917, com nítido sentido "nacionalista e autoritário"[478].

Esse novo modelo de organização e ação política nos serve para definirmos um denominador comum entre as diferentes linhagens e denominações políticas à direita e à esquerda que vicejaram durante o período Entreguerras, caracterizando-o com os aspectos de radicalização que nos permite o definir, enquanto um conceito de temporalidade histórica, nas palavras de Hobsbawm, como uma verdadeira "Era dos extremos". Quando se diz em avanço e internacionalização dos "fascismos", ainda que o uso do plural enfatize as múltiplas nuances e particularidades desses movimentos congêneres em cada diferente realidade histórica, social, econômica, política e cultural de cada país em que eles surgiram, perde-se de vista seu caráter de uma reação contrarrevolucionária que se apropriou exatamente do modelo revolucionário que combatiam: o do partido comunista bolchevique, internacionalizado pela *III Internacional*, também chamada *Komitern* (*Kommunistische Internationale*). O Komitern, fundado por Lenin à frente do PCUS, em 1919, buscava integrar a ação dos partidos comunistas ao redor do mundo. Conforme os estatutos firmados no primeiro congresso, tinham como propósito organizar a "revolução mundial" contra o capitalismo, organizando os partidos comunistas para a ação direta armada[479].

---

[477] Idem, ibidem, p. 11.
[478] SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, "Os fascismos", op.cit, p, 112.
[479] HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**, op.cit.

Pinto, citando Michel Mann, nos aponta **quatro crises** que influenciaram diretamente para o crescimento do fascismo no cenário Entreguerras: a guerra entre massas de cidadãos; a luta de classes exacerbada com a *Grande Depressão* após a *Crise de 1929*; as crises políticas que surgiram em vários países em rápida transição para o Estado-nação democrático; e o senso culturalmente difundido de contradição civilizacional e decadência[480]. Diante da incapacidade das elites tradicionais em resolver essas crises, o fascismo surgiu apresentando soluções "revolucionárias" para todas elas. O fascismo adotou o corporativismo como modelo de reconstrução social e econômica, e buscando implantar um novo tipo de Estado e política, que além de assumir a intervenção direta na economia, era responsável por tutelar o indivíduo em todas as esferas de sua vida social e de sua vida privada, por meio da ideologia, ou seja, um Estado com pretensões *totalitárias* de se fazer presente na vida dos cidadãos.

Tendo começado como "um movimento largamente urbano, jacobino e revolucionário", o fascismo se transformou e cresceu, após o surgimento do *squadrismo* (a prática violenta das gangues dos camisas-pretas) em uma milícia financiada pelos grandes proprietários rurais, para confrontar os socialistas e os sindicatos agrícolas. Com o sucesso político da ação violenta e do discurso sempre mais autoritário, Mussolini transformou os *fasci* no *Partito Nazionale Fascista* (PNF), que o consagrou com a posição de *Il Duce*. Apesar de ser minoria no parlamento, o PNF rapidamente se tornou em um partido de massa de tipo militarizado, não apenas pela existência de suas unidades armadas, mas por que também "sua organização, sua cultura política, sua ideologia e seu estilo de vida derivaram do *squadrismo*"[481], como diz António Costa Pinto. Em 1922, o fascismo chegou ao poder na Itália com a "*Marcha sobre Roma*". Na citação a seguir, Mussolini nos deixou um registro do "novo estilo de vida" que o fascismo inaugurava:

> No que diz respeito ao futuro e ao desenvolvimento da humanidade em geral, o fascismo, à parte quaisquer considerações de política contemporânea, não crê nem na possibilidade nem na utilidade da paz perpétua. Portanto, rejeita o pacifismo, que só esconde uma renúncia à luta e uma covardia em face do sacrifício. Somente a guerra leva todas as energias humanas ao máximo de tensão e imprime a marca da nobreza nos povos que tem a virtude de enfrentá-la. [...] A guerra é para o homem o que a maternidade é para a mulher. [...] O fascismo também leva para a esfera individual esse espírito antipacifista. O orgulhoso lema de nossos esquadrões, "*Me ne frego*!" (Não ligo a mínima), escrito nas bandagens de um ferimento, é a manifestação de uma filosofia não apenas estoica, é a síntese de uma doutrina não apenas política: é a educação pelo combate, a aceitação dos riscos que este implica; é um novo estilo de vida italiano[482].

[480] Idem, ibidem, p. 218.
[481] PINTO, António Costa, "Fascism: a 'revolutionary right' in interwar Europe", op.cit, p. 219.
[482] PALLA, Marco. **A Itália fascista**. São Paulo: Ática, 1996, p. 65.

A AIB se colocava orgulhosamente como parte dessa nova tendência de universalização do fascismo, ou "socialismo nacionalista", e apesar de destacar as diferenças do integralismo brasileiro diante destes movimentos, ressaltando inclusive a incompletude desses movimentos em face dos afirmados avanços que os intelectuais camisas-verdes faziam nessa linhagem teórica, não deixavam de enaltecer os líderes dessa nova direita que surgia no Entreguerras, saudando-a como pensamento redentor da nação brasileira, pela ação "revolucionaria" dos partidos nacionalistas que chamavam "heroísmo" a sua ação militarizada cada vez mais violenta e antidemocrática:

> Deu-se, então, um fenômeno extraordinário. Como acontecera com o ex-socialista Mussolini, outros marxistas sinceros, que tinham sido marxistas por verdadeiro amor à classe operária, vieram engrossar as fileiras da Ideia Nova, dando a sua contribuição desinteressada a fervorosa ao reerguimento das pátrias contra o capitalismo, e, por conseguinte, dando uma extensão muito maior à revolução, que deixou de ser de uma classe, para se transformar no movimento da Nação inteira[483].

Durante o período Entreguerras, as duas principais forças a desafiar a democracia liberal foram o comunismo e o fascismo. O fascismo no poder foi o resultado da união de elementos diferentes, porém compatíveis, entre conservadores, fascistas, e direita radical, reunidos contra um inimigo comum. Apesar de suas especificidades geográficas e culturais, tais movimentos não emergiram isoladamente, mas antes, surgiram no contexto internacional com uma grande capacidade de expansão de influência, visivelmente a partir da década de 1940[484].

Entre os movimentos que chegaram ao governo de seus países, podemos citar, em 1919, o partido fundado por Anton Drexler o *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP, ou simplesmente "Partido Nazista"), assumido pela liderança de Hitler a partir de 1921, chegando ao poder por via eleitoral em 1933. Em 1926, foi criado o Estado Novo português a partir de uma ditadura militar, sendo consolidado na década de 30, durante o governo do ditador católico António de Oliveira Salazar. Na Romênia, em 1927, Corneliu Codreanu criou a Legião do Arcanjo Miguel, depois chamada de Guarda de Ferro, a qual foi incorporada ao governo pelo ditador Antonescu depois da execução de Codreanu em 1938. Em 1933, José Antonio Primo de Rivera fundou a *Falange Española*, movimento que se transformou em *Falange Española Tradicionalista* (FET), que após o assassinato de seu líder,

[483] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, 102-103.
[484] PINTO, António Costa, "Fascism: a 'revolutionary right' in interwar Europe", op.cit, p. 238.

veio a integrar o núcleo do partido único implantado pelo general Franco, após sua vitória sobre a Segunda República espanhola na Guerra Civil de 1936-39[485].

Entre os movimentos que não chegaram ao governo, temos o exemplo de Oswald Mosley que fundou, em 1932, a *British Union of Fascists* no Reino Unido, em 1933, Rolão Preto criou o *Movimento Nacional-Sindicalista* (MNS) em Portugal, movimento banido do país em 1934, por Salazar[486], e também em 1933, Vidkun Quisling lançou o *Nasjonal Samling* na Noruega. Assim, como nos demonstra Pinto, na década de 1930, quase todos os países europeus possuíram partidos com sua própria variante desse modelo, que se estendeu para outros continentes, notadamente na América Latina[487].

Miguel Reale demarcava a expansão do comunismo bolchevique e a queda da liberal-democracia após a primeira Guerra Mundial como o fato decisivo para a expansão do "socialismo nacionalista". Sem negar por completo a contribuição do pensamento marxista e da atenção dedicada pelos socialistas à "questão social", anunciava a morte iminente desse pensamento político, que acreditava estar sendo substituído pela "nova ideia" do "socialismo nacionalista", propagada com a expansão do fascismo e movimentos congêneres:

> E o comunismo, em um dado momento, parecia que ia dominar o mundo. Cresceram as ondas vermelhas na Alemanha, na Itália, na França e até na Inglaterra, o país clássico da moderação em matéria revolucionária, onde já se disse que nunca houve revolução para destruir privilégios, porque todas as revoluções têm se verificado para uma classe se aproveitar também dos privilégios das outras.
>
> Depois começou o declínio, o irremediável crepúsculo...
>
> Primeiro foi a Itália que reagiu, expulsando do altar da Pátria todos os exploradores das paixões populares. E surgiu o Fascismo, não como uma simples reação ao comunismo, mas como uma nova concepção de vida, espiritualista, voluntarista e profundamente moral e heroica. Depois chega a vez de Portugal, e em seguida, Hitler aniquila definitivamente o núcleo comunista-judeu de sua terra, iniciando a poderosa obra de reconstrução nacional, à custa de inenarráveis sacrifícios.
>
> Ao mesmo tempo, o Fascismo se universalizava, sacudindo a alma inglesa com Mosley, a francesa com o "francismo" e o coronel La Roque, a holandesa, a polaca, a americana, a mexicana, a polonesa, a belga, a austríaca, etc., etc., fazendo surgir, pela energia do Brasil Novo, o maravilhoso movimento integralista, orgulho do Continente americano[488].

Por sua vez, a "*revolução*" é um conceito que tem sido longamente empregado pelas direitas, adquirindo uma significação própria em comparação com suas versões anteriores elaboradas e compartilhadas no campo linguístico-político das esquerdas, que por sua vez,

---

[485] Idem, ibidem, p. 230-235.
[486] Idem, ibidem, p. 216.
[487] Idem, ibidem, p. 218.
[488] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, 101-102.

impunham novos significados a um conceito de "revolução" que se formulava desde a Revolução Francesa, cujos teóricos da "revolução" eram devedores desse conceito como era pensado ainda no Renascimento por Copérnico, Galileu, etc. No século XX, a "revolução" será central em formas de discurso autoritário modernos, como o fascismo, ou tradicionais, como o getulismo e o peronismo, que podem ser vistos como formas de "contrarrevolução preventiva", mas de um modo geral, as categorias até aqui tratadas no âmbito do "tradicionalismo" e do "conservadorismo" não são de uso exclusivo das direitas. A revolução marxista do final do século XIX, baseada na teoria da luta de classes, se transformaria, décadas mais tarde, na revolução "nacional" fascista. Nações, não mais classes, ditavam os rumos da história conforme a *escola histórica alemã* como os hegelianos, e os teóricos do revisionismo revolucionário, como os sorelianos, para citar apenas as correntes mais influentes[489], mas ambas, criticadas e apropriadas pela teoria integralista da revolução.

Esse modelo de partido revolucionário militarizado, como dissemos, foi adotado pela extrema-direita nacionalista de países que viviam as convulsões sociais e crises econômicas do pós-guerra, penetrando em seus movimentos a mesma ideia de "revolução mundial", a qual suscitou a pretensão internacionalista de solidariedade fascista que, como já dissemos, acaba ensejando a interpretação dos "fascismos" como oriundos de uma mesma matriz italiana, mas que agora podemos perceber que guardavam em comum, na verdade, o mesmo modelo e pretensão universalista anunciada pelos seus adversários da extrema-esquerda.

Esse denominador comum, como já dissemos, é a marca do período Entreguerras no Brasil e no mundo, que o torna uma temporalidade distinta da temporalidade imediatamente anterior, a *Belle Époque* burguesa liberal-democrática, e do pós-1945, embora esse modelo de partido tenha adentrado os anos da Guerra Fria nos seus múltiplos conflitos nacionais/nacionalistas polarizados entre direitas e esquerdas. Dessa forma, assumindo o discurso de *terza via*, os fascistas criaram um novo tipo de organização que foi característico da "era dos movimentos de massa" na Europa pós-Primeira Guerra Mundial[490]. A revisão historiográfica do revisionismo liberal, do revisionismo revolucionário, do relativismo e do idealismo fascista representou a primeira fase da formação da teoria do integralismo no pensamento realeano. No integralismo, o autor se aprofundou na tradição da "*reação espiritualista*" que havia atraído sua atenção no modernismo, encontrando em Plínio Salgado a maior referência filosófica para a teoria, o método e a abordagem da História "integral", que no cenário brasileiro tinha o objetivo claro se servir à construção do Estado-nação e sua identidade.

[489] STERNHELL, Zeev, op.cit.
[490] PINTO, António Costa. "Fascism: a 'revolutionary right' in interwar Europe", p. 218.

2.3 A "*reação espiritualista*" no Brasil

Segundo Lúcia Lippi de Oliveira[491], no campo da história política, Afonso Arinos de Melo Franco acreditava que a definição do Brasil como *nação* surgiu no século XVIII, isto é, antes de se constituir como um Estado nacional. No campo da história literária, Antônio Cândido se remeteu à mesma época, levando em conta a articulação de um sistema "autor-obra-público" com a literatura ilustrada dos árcades mineiros, enquanto Afrânio Coutinho recua esse marco para os primórdios da ocupação portuguesa, admitindo o surgimento de uma nova mentalidade a partir da interação entre o homem europeu e a geografia exótica dos trópicos. Para além da tentativa do Estado imperial de construir a "nação oficial" através das pesquisas empreendidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) criado em 1838, constituinto um bastião do historicismo no país, com objetivos filosóficos e programáticos de "interpretar o Brasil", "orientar a administração" e "formar quadros para uma elite político-administrativa"[492].

A questão do desenvolvimento de uma autoconsciência nacional por parte dos intelectuais brasileiros atingiu contornos mais nítidos com a geração de 1870, que José Veríssimo entendeu como o "primeiro modernismo" no Brasil, que apareceu acabando com a hegemonia até então gozada pelos românticos da geração de 1830 e por sua ideia apologética dos elementos típicos e insólitos da nação[493].

Mônica Pimenta Velloso e Lúcia Lippi Oliveira concordam ao afirmar que os conceitos de "*moderno*", "*modernidade*" e "*modernismo*" começam a penetrar a sociedade brasileira com a geração intelectual "moderna" de 1870 a 1914, incitando intensa reflexão historiográfica, em torno da qual a questão da temporalidade assume papel central. Nesse sentido, Velloso optou por investigar o "modernismo" pelo crivo da simultaneidade, da continuidade e da pluralidade do fenômeno. Contrariando as interpretações historiográficas mais usuais, que colocam a Semana de Arte Moderna de 1922 como marco do modernismo brasileiro, Velloso estabelece uma continuidade entre o pensamento moderno das gerações de 1870 e 1920, apontando as modificações técnico-industriais do final do século XIX, a Guerra do Paraguai (1865-1870) e a publicação do Manifesto Republicano (1870) como os marcos da modernização brasileira[494].

Uma geração que, segundo Cruz Costa, surge em uma década depois da grande vitória eleitoral do liberalismo democrático de 1860, já marcado por uma mentalidade capitalista e

---

[491] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. op.cit., p. 77-78.
[492] WEHLING, Arno, op.cit., p. 151-168.
[493] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. op.cit., p. 77-78.
[494] VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil Republicano**, op.cit., p. 353-354.

progressista, o que também significa a ascensão de uma *nova burguesia* que assume papel preponderante sobretudo no setor intelectual[495]. Uma das maiores expressões dessa "geração moderna de 1870" está contida na obra de Machado de Assis, o membro fundador da Academia Brasileira de Letras, que buscava em Shakespeare inspiração para uma nova conduta, que levasse à criação de uma literatura que fosse universal, mas que ao mesmo tempo fosse símbolo do caráter peculiar nacional[496].

Quando a ideia de "***caráter nacional***" surge no Romantismo alemão, ela aparece com uma conotação irracionalista de revolta contra a hegemonia da razão sobre os sentimentos; uma revolta que colocava a História contra o presente. A partir da segunda metade do século XIX, a ciência positiva conquista praticamente todos os domínios da produção do conhecimento, invadindo até mesmo a Literatura. Autores como Émile Zola, Eça de Queiroz, Euclides da Cunha são alguns nomes exemplares dessa geração "cientificista" que se esforçou para demonstrar em sua literatura, as provas da "ciência experimental dos fenômenos". Essa geração, no Brasil, foi a responsável pela sistematização do conceito de "caráter nacional brasileiro" e pela sua crítica, de acordo com Dante Moreira Leite[497].

O conceito de "***cientificismo***" ainda divide a historiografia quanto à demarcação de sua origem. Às vezes aparece originado no Renascimento, quando se firmou o debate chave do cientificismo, isto é, se os métodos das ciências naturais poderiam ser aplicados nos estudos sociais e humanos. Outras vezes, surge localizado no século XVIII com um duplo aspecto de extrapolação dos métodos das ciências naturais e como engenharia social, ou seja, padrão normativo para a sociedade e o Estado. Alguns historiadores o localizam na segunda metade do século XX, no contexto da 2ª Revolução Industrial. Por fim, há também aqueles que, principalmente no campo da epistemologia, encaram o cientificismo como um problema ainda atual da ciência, mas que a extrapola, ao levar-se em conta os riscos sociais e políticos do domínio tecnocrático e da ameaça totalitária, para usar as palavras de Wehling. O conceito em si surge apenas ao se avizinhar a Segunda Guerra Mundial, exatamente no contexto do

---

[495] CRUZ COSTA. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 126.

[496] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. op.cit., p. 78-79. Ver também:

[497] Dante Moreira Leite possui uma visão crítica sobre a repercussão social dessa penetração "cientificista" na literatura que precisa ser mencionada, pois é marcante em suas análises: "Na verdade, esses ideais eram muito limitados, às vezes muito mal compreendidos. Se, na história literária, tiveram importância por permitirem a incorporação de um domínio da realidade que até então ficara relegado ao domínio anestético, no campo das ciências humanas representaram, pelo menos no momento, um grande empobrecimento. É que a ciência frequentemente não era mais valorizada, cujo emprego parecia justificar todos os preconceitos da época. Disso decorre uma situação paradoxal: para o leitor atual, os ensaios dos românticos parecem mais significativos e esclarecedores do que os trabalhos supostamente científicos da segunda metade do século XIX e início do século XX. LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**. 3ed. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 34.

questionamento das "verdades científicas" formuladas com fervor militante no final do século XIX, marcado como um "meio semântico de luta" político-ideológica e epistemológica. De 1850 até a Primeira Guerra Mundial, o cientificismo atingiu seu ápice, passando a ser encarado como representante do estágio mais avançado da evolução da humanidade, havendo superado as fases "teológica" e "filosófica" previstas no positivismo comtiano e decretando, inclusive no Brasil, "a morte de Deus e da metafísica"[498].

É nesse cenário do final do século XIX em que surge, na Faculdade de Direito do Recife, o movimento literário que ficou conhecido como "Escola do Recife", onde despontaram intelectuais como Tobias Barreto, Sílvio Romero[499], Graça Aranha, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, Euclides da Cunha, Clóvis Bevilacqua, entre outros. Nessa geração de 1870, o "espírito cientificista" era vincado pela tradição *monista*[500], que no Brasil sofreu influência marcante do positivismo comtiano, do transformismo darwinista, do evolucionismo spenceriano[501], no materialismo de Büchner e Haeckel, do intelectualismo de Taine[502] e Renan, como outros pensadores europeus que influenciaram a "***reação materialista***" na "Escola do Recife".

Nas palavras de Cruz Costa, nessa época surge uma espécie de "idolatria pela ciência", que caracteriza a reação materialista que varre a Europa em meados do século XIX, chamada por seus críticos de "*materialismo vulgar*". Esperavam "encontrar na ciência um instrumento que congregasse os homens, como os unira no passado a religião. O materialismo alemão foi,

---

[498] WEHLING, Arno, op.cit., p. 41-43.

[499] Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914), foi advogado, jornalista, ensaísta, cientista, filósofo, sociólogo, historiador, professor e deputado federal (1900-1902), atuando como relator-geral da Comissão encarregada de elaborar o Código Civil brasileiro de 1916. Foi um dos principais filósofos da Escola do Recife e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras em 1897. Segundo Oliveira, "Foi enquanto integrante de um movimento de ideias que Sílvio Romero marcou presença em todas as genealogias construídas posteriormente por autores que se preocuparam com o problema do nacionalismo e se autodenominaram nacionalistas. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**, op.cit., p. 86.

[500] O "**monismo**", ou "princípio de unidade do mundo", pertencia aos pressupostos do Iluminismo, que afirmavam a razão como reguladora da experiência e do conhecimento, embora acreditassem que os valores e os ideais de vida decorressem da "essência" do Homem. No cientificismo, os ideais de vida e valores provinham do conhecimento da "positividade" de sua conexão com a "lei geral". OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**, op.cit., p. 82-83.

[501] O "**evolucionismo**", uma corrente da filosofia positiva, negava a metafísica e afirmava que todo conhecimento está contido nas ciências positivas, e, ao lado dos positivistas, acreditavam que ao homem só era possível investigar o mundo dos fenômenos. De acordo com Cruz Costa, autores como Clóvis Beviláqcua e Sérgio Buarque de Holanda dizem ser esse naturalismo da ciência positiva de pleno acordo com a mentalidade das elites brasileiras da época, caracterizada pelo "amor da forma fixa, do definitivo, das 'leis gerais que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito dos nossos desejos, [...]. CRUZ COSTA. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**, op.cit.., P. 280.

[502] De acordo com Dante Moreira Leite, Taine, com seu método de estudo do "**caráter nacional**" de um povo: "Taine tornou-se mais conhecido por tentar a fundamentação científica da crítica literária, supondo que a obra resulte de três fatores: a raça, o meio e o momento histórico. LEITE, Dante Moreira, op.cit., p. 35.

no entanto, paradoxalmente idealista, animado de acendrado amor pela humanidade e impregnado da noção do progresso" [503].

Os filhos dessa pequena burguesia liberal e progressista em ascensão no período foram enviados à uma educação voltada para formar uma *nova elite* que tomasse a direção do país, e que a diferenciasse dos "bacharéis" oriundos do patriarcado rural católico, formados em Coimbra, Recife ou São Paulo. Encontraram em instituições como a Escola Militar e a Escola Central os centros de formação dessa nova elite mais técnica, científica e que buscava se libertar da "velha tutela secular da teologia católica" na escolástica e no ecletismo espiritualista, através do positivismo comtiano ensinado por professores como Benjamin Constant e "apóstolos" da *religião positiva* como Miguel Lemos[504].

> O espencerismo, que apresenta a mais vasta teoria do progresso, que afirma a "lei da *diferenciação progressiva*, corresponderia perfeitamente aos desejos desses *novos-nobres*... A noção do aperfeiçoamento do indivíduo, que a filosofia evolucionista encerra, condizia com os interesses dessa nova classe de bacharéis e doutores e libertava-os, ao mesmo tempo, das crenças teológicas sem os obrigar a aderir à religião da Humanidade. A elite burguesa brasileira encontraria no evolucionismo uma síntese filosófica que justificava a sua atitude política, social e até religiosa, pois que, como diz Engels, o próprio agnosticismo era uma maneira de aceitar ocultamente o materialismo e renega-lo publicamente...[505]

Podemos ver a transição do *paradigma científico* "materialista" para o *intuitivo* "espiritualista" se esboçar no interior do próprio campo do pensamento positivista, quando surge o postulado de que a imaginação artística devia ter "por inspiração o sentimento, por base a razão, e por fim a ação", o que pressupõe o saber científico no processo criativo, impondo também a ação política do intelectual, pela ação de idealização e criação de valores para a evolução da humanidade.

Por influência de Saint-Simon, o positivismo comtiano estava repleto de elementos utópicos e religiosos, que gradativamente colocaram a razão em posição subordinada à emoção. Essa tendência conduziu o positivismo comtiano da posição de uma filosofia da história à uma "religião cívica" da humanidade, que substituía a teologia pela sua filosofia política, apostando na simbologia do "sagrado feminino" para representar a superioridade do "sentimento e do amor" sobre a "razão e a atividade", de caráter "masculino". Nesse sentido, a raça negra, identificada com o "sentimento" aparecia como superior a branca, identificada com a "razão",

---

[503] CRUZ COSTA. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**, op.cit., p. 282.
[504] Idem, ibidem, p. 122-125, 136.
[505] CRUZ COSTA. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**, op.cit., p. 281.

da mesma forma que as culturas latinas, identificadas com os valores femininos responsáveis pelo progresso moral da humanidade, apareciam como superiores à anglo-saxã, identificados pelos "valores masculinos" do progresso material. A República entrava como o modelo de transição para o estágio final da humanidade baseado nas famílias matriarcais e nas pequenas comunidades nacionais[506], de acordo com a filosofia da história "utópica" positivista, que pregava "*O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim*"[507].

Até então no Brasil, predominava a "versão pessimista da nação", caracterizada pela visão de "atraso cultural" e "inferioridade étnica", propagada pelos que estavam sob influência da ideia de *struggle for life*, circulante no assim chamado "darwinismo social", que aceitavam a inferioridade da raça negra e buscavam explicações históricas para "o mal que a escravidão fez ao Brasil", como Sílvio Romero. Por outro lado, os liberais advogavam pela ciência, mas não a consideravam capaz de criar valores, intrínsecos ao foro íntimo, de acordo com a ética da filosofia kantiana e rousseauniana e, seguindo essa linha, defendiam a liberdade de consciência e o fim da escravidão. Os positivistas também se opunham à escravidão por considerarem insuficientes os argumentos sobre a inferioridade racial. Sem embargo, podemos dizer que essa geração foi composta por intelectuais que criticaram profundamente as estruturas arcaicas do Brasil de sua época, e ficou marcada pela pregação das "reformas redentoras" que deveriam trazer a abolição, a república e a democracia[508].

De acordo com Miguel Reale, os sociólogos e historiadores dessa geração do final do século XIX superlativizaram as conquistas das "ciências do mundo físico" e, apropriando-se de seus métodos que deveriam ser tratados como particulares, e que tratados isoladamente, sem uma sistematização clara e uma filosofia finalista, não podiam dar respostas que não fossem limitadas apenas ao "mundo das coisas". Diz o autor,

> Foi o período da história como superestrutura da ciência econômica, da qual Engels nos deu o melhor modelo; da história como expressão das forças do meio físico à maneira de Demolins que explicou as civilizações segundo o roteiro das migrações humanas; da história da luta de raças cruzando-se, repelindo-se, destruindo-se, dominando, na dramaturgia etnográfica dos Gobineau e dos Lapouge; da história

[506] Segundo Oliveira: "O positivismo destacava a identidade entre o nacional e o universal. Dentro dessa perspectiva universalista, por conseguinte, a nação não era vista como uma singularidade. O nacional correspondia à pátria, sendo esta o prolongamento da família. A pátria como a família, devia proteger e integrar seus membros. A luta política dos positivistas incluía os direitos civis (o que permitiria a implantação futura do Estado positivo) e os direitos sociais (educação, proteção à família e incorporação do proletariado). O ideário positivista não abrangia um nativismo exacerbado, nem a luta pela organização partidária ou pela democracia representativa". OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. op.cit., p. 85.

[507] CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas**: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 130-131.

[508] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**, op.cit. p. 82-84.

> como sequência de mitos; da história como um capítulo da evolução geral das espécies [...]. A história foi escrita da mesma forma fragmentada como se estudou o homem; através de múltiplas faces isoladas, arrancadas arbitrariamente do homem integral, [...][509].

O *paradigma científico* ou "cientificismo", guiado pelo ideal metodológico de observação precisa e coleta de dados do povo brasileiro em cada região geográfica do país será central para essa geração de pensadores dedicada a abordar as questões sobre a nacionalidade e a brasilidade por uma perspectiva de integração e atualização do Brasil à cultura ocidental. O escritor brasileiro passava a ser visto, apesar da indisciplina, como "repleto de emoção", "imaginação" e "sensualismo", criando uma imagem do "nacional" que correspondia ao "metafísico", "dionisíaco", "primitivo" e mestiço". Assim, foi buscada nas regionalidades os traços da "identidade múltipla" da "nacionalidade", catalogando "cantos", "contos", "poesias", "danças", e desse modo o "brasileiro" passava a ser reconhecido e representado nas figuras do "indígena", do "africano" e do "europeu", o que representava um avanço para a teoria social da época, mas ainda permanecia a ideia de *inferioridade* brasileira em face ao *avanço* europeu[510].

A "raça" e a "terra" passavam a ser os critérios de identificação da identidade nacional, que teve no "sertanejo" de *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha, seu maior símbolo, em meio à literatura nativista inspirada no *sertanismo* e no *indianismo* que marcaram a produção intelectual na "Escola do Recife". Esse movimento de ideias "modernas" acontecia simultaneamente a um processo maior e mais longo que se estendia na América hispânica, marcado pelo lançamento do *Manifesto Non Servian* (1914), conclamando as vanguardas latino-americanas ao resgate das raízes culturais do continente como pressuposto da modernização[511].

O movimento intelectual da "Escola do Recife" continha, além dos alicerces do pensamento materialista, o gérmen do antimaterialismo fundante da filosofia integralista. Após a morte de Hegel, a produção intelectual de uma nova geração de filósofos alemães ganhou ampla recepção pelo mundo. Na "Escola do Recife", ela influenciou a criação do grupo conhecido como dos "*germanistas*"[512], constituído por Tobias Barreto, Sílvio Romero e Farias Brito. Escapando à tradição alemã de filósofos como Kant, Schelling, Fichte e Hegel, o filósofo cearense Raimundo de Farias Brito (1862-1917) foi o responsável por trazer a influência da "***reação espiritualista***" neorromântica e metafísica de Von Hartmann, Lange, Spencer,

[509] REALE, Miguel. Atualidades de um mundo antigo, op.cit., p. 27.
[510] VELLOSO, Mônica Pimenta, op.cit., p. 354-355.
[511] Idem, ibidem, p. 356-357.
[512] CRUZ COSTA. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**, op.cit., p. 283-284.

Bergson, a obra de Schopenhauer e, por meio deste, a doutrina de Buda, segundo o testemunho do padre Leonel Franca, um dos epígonos de Farias Brito. Sua obra, sintetizada nos livros *Finalidade do Mundo* (1895) e *Mundo Interior* (1914) apresenta a moral como finalidade da filosofia metafísica que o autor buscou alicerçar com o suporte da história da filosofia, encarada como a "aventura do espírito"[513]. Embora se afastasse da ortodoxia da Igreja e assumisse um panteísmo, Farias Brito se tornou muito popular entre os escritores católicos por representar a tendência espiritualista - já vivida na literatura pelos poetas simbolistas – apresentando-se a favor da restauração católica e comungando com a Igreja do mesmo sentimento antipositivista[514].

A palavra "*spiritualista*" pode ser encontrada já nos textos filosóficos do século XII, mas não possuía um sentido necessariamente religioso. Designava a qualidade daquilo que é *espiritual*, ou seja, independente da matéria. O conceito de "espiritualidade" é moderno, passando a ser empregado somente a partir do século XIX. Na maioria dos casos, ele exprime a dimensão religiosa "da vida interior e implica uma ciência da ascese, que conduz, pela mística; à instauração de relações pessoais com Deus". A sistematização dessa experiência e sua transmissão de "mestre" a "discípulo", no estudo dos textos sagrados, descreve o processo de formação das correntes ou escolas de "espiritualidade", como as espiritualidades franciscana, inaciana etc[515].

Em seus "estudos de filosofia e teleologia naturalista", em *Finalidade do Mundo*, Farias Brito cita um trecho da *História do Materialismo*, de F. A. Lange para explicar o método e o objetivo de sua filosofia espiritualista que, para Gilberto Freyre, trazia um reformismo social dominador próprio de "uma aventura intelectual impregnada de messianismo"[516]:

> Quando uma era nova deve começar e uma era antiga desaparecer, é preciso que duas coisas se combinem: uma ideia moral capaz de inflamar o mundo e uma direção social bastante poderosa para elevar de um grau considerável as massas oprimidas. Isto não se opera com o frio entendimento, com sistemas artificiais. A vitória sobre o egoísmo que quebra e isola, e sobre o gelo dos corações que mata, não será alcançada senão por um grande ideal que aparecerá como *um estrangeiro vindo de outro mundo*, o qual, exigindo o impossível, fará sair a realidade fora dos eixos[517].

---

[513] Idem, ibidem., p. 303.
[514] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**, op.cit., p. 168.
[515] VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média ocidental: (séculos VIII a XIII)**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
[516] CRUZ COSTA. **Contribuição à História das Ideias no Brasil,** op.cit., p. 310.
[517] Idem, ibidem, p. 304.

Uma "ideia moral" incendiária e uma "direção social poderosa" que vai "elevar" as "massas oprimidas". Esse era o pensamento político implícito no espiritualismo de Farias Brito que reaparecerão no ideário integralista nitidamente, que se apresentou como movimento portador do "grande ideal" incompreensível para o método cientificista, interpretado e apresentado por um herói "vindo de outro mundo", um "*estrangeiro*" que mudaria o curso da história, como escreveu Plínio Salgado em seu mais famoso romance-social modernista. Plínio Salgado foi o principal responsável pela inserção do espiritualismo *germanista* de Farias Brito no movimento integralista, sendo enfático ao preconizar a precedência da filosofia de Farias Brito no pensamento político da AIB:

> A obra de Farias Brito não pode deixar de ser conhecida pelos brasileiros. Ela marca o fim de um século e o começo de outro; assinala o término de uma concepção filosófica e o alvorecer de uma nova filosofia. Estabelece os limites entre o experimentalismo científico e aquela zona impenetrável às pesquisas de laboratório e só compreensível pela contemplação e interpretação do próprio espírito. Farias Brito não foi apenas o maior pensador e filósofo brasileiro; foi o maior das Américas e um dos mais destacados vultos do seu tempo[518].

Para Tasso da Silveira, poeta modernista da corrente mística e um dos expoentes da corrente espiritualista na AIB, a influência de Farias Brito na AIB será fundamental, como o é na filosofia de Plínio Salgado. O poeta explica o método de apropriação e ressignificação empregado pelo filósofo espiritualista, explicando a fonte de inspiração do método integral de revisão do materialismo e demais filosofias do final do século XIX, constituindo um registro interessante do paradigma integralista de *síntese* e superação da "crise da civilização ocidental":

> [Farias Brito] foi, por assim dizer, a primeira voz em que ouvimos *a sonoridade de nossa alma*. Pouco importa que não tenha sido ele, no Brasil, o primeiro a deixar *uma obra sua*, *inteiriça e original*; o que assimilou ou repetia dos grandes filósofos universais, pôde fazê-lo *adaptando-o* por instinto à nossa história e ao nosso espírito. Adaptou, combinou, *repensou* sobretudo e exprimiu com eloquência o que de outras doutrinas conhecidas poderia, assim adaptado e repensado, e assim expresso, *encontrar* eco no fundo de nossa consciência coletiva. Foi, por esta forma, quanto era possível, o intérprete de nossas ânsias de infinito, o verbo que nos faltava para dizer nossa ainda vaga concepção do mundo[519].

---

[518] SALGADO, Plínio. Farias Brito. In: _____. **Cadernos da Hora Presente**, nº 4, set 1939, pp. 191-192.
[519] SILVEIRA, Tasso da. **A Consciência Brasileira**. In: _____. À Margem da História da República Apud CRUZ COSTA, op.cit., p. 308-309.

Por outro lado, de acordo com Beired, os intelectuais da *reação espiritualista* no Brasil, sobretudo no campo católico, receberam de forma muito calorosa a obra *Uma nova Idade Média*[520] (1924), do intelectual russo Nicolai Berdiaeff (1874-1948). Neste livro, o autor russo fez uma apaixonada defesa do medievo como uma Idade de Ouro, em contraponto aos ataques ao liberalismo e ao comunismo. Para Berdiaeff, cujo pensamento parece claramente se vincular à tradição intelectual do progressismo utópico *joaquinita*[521], o *Renascimento* desencadeou um movimento de transição da *cultura* para a *civilização*; enquanto aquela representava a ordem e a primazia dos valores espirituais, esta representava o esgotamento das energias criativas, por sua aplicação à pratica, à ordem material.

O conceito de civilização passou a receber duras críticas já e no século XVIII, e com maior contundência a partir do século XIX, atingindo sua expressão mais radical nas obras de filósofos como Oswald Spengler[522], que, em seu livro *A Decadência do Ocidente* (1918) pensava ser a civilização o sinal da desintegração da cultura, ou, a "última fase da cultura", apontando como sintoma desse declínio a megalópole, a falta de raízes, de tranquilidade e de tradição[523]. Sem nenhuma dúvida, o mais inquietante tema levantado pelos discursos que narravam o "colapso do Ocidente", foi o da "questão social".

O interesse por Berdiaeff retoma fôlego nos anos 1930, após a publicação, em 1936, da tradução desta obra para o português feita por Tasso da Silveira. Tanto no século XIX quanto nos anos 1930, os intelectuais espiritualistas influenciados por esta obra assumiram o papel de denunciar o avanço do ateísmo e do racionalismo materialistas; o fim da civilização ocidental e a aurora de um "*Novo Tempo*"[524]. No integralismo, Berdiaeff aparecerá citado em obras importantes de Plínio Salgado[525], Miguel Reale, entre outros intelectuais do movimento, que extraíram elementos importantes da filosofia da história da "nova Idade Média" do autor russo,

---

[520] BERDIAEFF, Nicolau. **Uma Nova Idade Média**: Reflexões sobre o destino da Rússia e da Europa. Tradução de Tasso da Silveira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

[521] Segundo Henri de Lubac, a influência indireta da **mentalidade joaquinita**, oriunda da obra do abade calabrês Joaquim de Fiore (1135-1202) pode ser lida em certas filosofias da história, entre as quais, algumas enfaticamente desaprovadas pela Igreja. Segundo o autor, é inegável que as teorias joaquinitas das Três Idades reapareceu, por exemplo, nas teorias da evolução histórica elaboradas pelos filósofos idealistas alemães como Lessing, Herder, Schelling, Fichte, e em certa medida, Hegel, Comte, e até mesmo em Marx, com sua leitura das etapas rumo ao comunismo. Cf.: LUBAC, Henri de. **La posteridad espiritual de Joaquín de Fiore**. Madrid: Ediciones Encuentro, 1989.

[522] Spengler afirmava ter criado um novo método pelo qual os acontecimentos históricos e culturais podiam ser preditos da mesma forma e com a mesma exatidão com que um astrônomo prediz um eclipse do sol ou da lua. Segundo Spengler, a ascensão, declínio e queda das civilizações não dependem das leis naturais. Seriam determinadas por um poder mais alto, o poder do "destino". O destino e, não a causalidade, seria a força motriz da história humana. CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. op.cit., p. 334-335.

[523] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República.* op.cit., p. 41.

[524] BEIRED, José Luís Bendicho. op.cit., p. 72.

[525] SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**. *op.cit*., p. 56.

na construção da filosofia da história integralista, bem como na apropriação de imagens e ideias relativas ao tema do "colapso do Ocidente", entre outras "imagens da crise".

Na filosofia da história de Plínio Salgado, a contradição extrema do último estágio da hegemonia materialista, que o autor, citando a obra de Nicolai Berdiaeff, chama de "nova Idade Média", seria um indício da "nova humanidade" que se avizinhava. O século XIX teria sido de "análise", marcado, segundo o autor, pelo caráter de fragmentação, individualismo, e unilateralidade, na ciência, na arte, na moral, no direito, e na política. Consequentemente, o quadro social apresentado seria totalmente caótico: "Alguma coisa está morrendo... É a Terceira Humanidade, a Humanidade Ateísta"[526].

Os trabalhos de Marshall Berman sobre os conceitos de "*modernidade*", "*modernismo*" e "*modernização*" traz análises que contribuem com a visão que trouxemos de Mônica Pimenta Velloso e Lúcia Lippi Oliveira. O autor divide a história da *modernidade* em três fases. Na primeira fase, do início do século XVI até o fim do século XVIII, ainda é inicial a experiência da vida moderna e a maioria das pessoas não reconhece claramente a mudança de temporalidade, procurando ainda um vocabulário para expressar a nova vida que se desenhava. A segunda fase começa com a Revolução Francesa e seus desdobramentos, quando surge de forma abrupta um grande e moderno público que já compartilha a noção de estar vivendo em uma "era revolucionária" prenhe de transformações radicais, desde o nível pessoal e subjetivo ao nível global da sociedade, do mundo. Mas, ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda guardava a memória viva de um recente mundo pré-moderno, "material" e "espiritualmente".

É dessa "crise de identidade" que surge e se desenvolve a ideia de "*modernismo*" e "*modernização*". No século XX, a terceira e última fase, o processo de modernização se torna virtualmente global, se transformando em uma "cultura mundial do modernismo". Por outro lado, a globalização da modernização é acompanhada pela fragmentação cada vez maior do público e de suas linguagens, tornando o conceito de modernidade cada vez mais genérico e polissêmico, perdendo, ao longo do século, sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas[527].

De um modo geral, podemos dizer que na geração de 1870, a "nacionalidade" passou a ser tratada como uma "matéria-prima" que precisava ser modelada por esses intelectuais armados do saber científico ocidental, que assumiam como "missão" indexar e organizar os elementos constituintes da "nacionalidade" e revela-los, como guia, à massa. Conforme

[526] SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**. op.cit., p, 40.
[527] BERMANN, Marshall, op.cit., 16-17.

Velloso, esse ideal "missionário" da geração de 1870 esconde traços de um *pensamento político de caráter autoritário*, que elege as elites "mais aptas" a conduzir o processo histórico das mudanças sociais. Assim, a historiadora sugere que o período entre 1870 e 1914 seja entendido como a preparação do terreno para a "*modernização conservadora*" dos anos 1930, de modo que, conclui a autora, "Se nessa geração de intelectuais é forte a tônica autoritária quanto à percepção de organização social, é inegável, também, a presença de uma sensibilidade modernista"[528].

No Brasil do começo do século XX, com a estabilização do regime republicano e seus esforços para modernizar o país, o pensamento conservador ganhou novos contornos. A nacionalidade passou a ser pensada como resultado das condições naturais ímpares da terra, que prometia um "futuro promissor" à nação. Essa perspectiva deu origem ao *nacionalismo ufanista* – a "versão otimista da nação"[529], em contraposição ao pessimismo do fim do século XIX. Eduardo Prado e Afonso Celso foram os dois maiores expoentes dessa corrente. O ufanismo foi a ideologia nacional predominante na *Belle Époque* brasileira, marcada pela literatura diletante dos "anatolinos" mas também pela profissionalização dos intelectuais-escritores[530].

Conforme Milton Lahuerta[531], o ano de 1922 é simbólico, na medida em que os debates acerca do tema de um Brasil moderno passavam a ocupar na vida social brasileira em geral e, em particular, no campo intelectual. Neste mesmo ano observamos a fundação do PCB, a criação do Centro Dom Vital, a realização da Semana de Arte Moderna entre muitos fatos políticos marcantes, destaca-se a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, precipitando o movimento tenentista, do qual teve origem a famosa Coluna Prestes.

De acordo com Velloso, a colocação da Semana de Arte Moderna de 1922 como um "divisor de águas" na cultura e no pensamento moderno do país é uma construção da vanguarda paulista, feita para assinalar a "ruptura total" com um passado a que não querem mais pertencer, devendo portanto, encontrar meios para dele se diferenciar completamente, para seu caráter de "novidade" seja justificado e reafirmado, apesar de serem flagrantes as continuidades de um processo que se estendia por um longo prazo, que pode ter seu marco inaugural recuado à geração "moderna" de 1870[532]. Segundo Miguel Reale, a inserção dos métodos das "ciências físicas" trouxe evidente contribuição ao desenvolvimento da psicologia, da sociologia, da

[528] VELLOSO, Mônica Pimenta, op.cit., p. 356.
[529] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. op.cit., p. 95.
[530] SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 41-50.
[531] LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. op.cit.
[532] VELLOSO, Mônica Pimenta, op.cit., p. 358.

história do direito, elaborados à luz de hipóteses evolucionistas, e foi por força desses métodos que se deu mais importância às leis do mundo objetivo, abandonando-se o apriorismo político e o anti-historicismo do século XVIII[533].

Na atmosfera nacionalista do centenário da Independência do Brasil, teve início a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, com discurso inaugural proferido por um dos últimos representantes vivos da "Escola do Recife", Graça Aranha, que levava a "visão intuitiva da brasilidade" em sua obra *A Estética da Vida* (1921). Mas entre 1916 e 1924, imperou na temática modernista as características da tentativa de incorporação do país ao mundo urbano e industrial ocidental. Ser moderno significava ser "civilizado", "cosmopolita", ou seja, atualizado com o mundo ocidental, predominando na arte os temas da grande cidade.

Os temas do "progresso" e da "cidade", então na moda, receberam diferentes interpretações valorativas dos modernistas brasileiros, assim como o foi com os europeus. Havia desde os que consideravam tais objetos uma realização positiva da humanidade, ou uma "marcha inexorável", a outros que rejeitavam o moderno reclamando o retorno à tradição[534]. Mas a rejeição à influência estrangeira e a busca pelos caminhos verdadeiros "da raça e da terra", com uma nova sensibilidade epistemológica em lugar do defasado cientificismo da geração anterior. Como disse Plínio Salgado em sua apresentação na Semana de Arte Moderna de1922: "Só assim, brasileiros e sinceros, lograremos o ritmo universal. Volver as costas à Europa. Sentir e compreender o Brasil. Falar sinceramente"[535].

A partir de 1924, o modernismo abandonava o desejo de enquadrar o país nos moldes das potências industrializadas. Essa fase foi marcada pela valorização de nossa civilização *sui generis*, assim como pela afirmação da singularidade do brasileiro como o verdadeiro significado da atitude moderna[536]. De acordo com Trindade, Alceu Amoroso Lima, crítico de primeira hora do movimento modernista, apontou entre as principais tendências surgidas nesse momento, os "primitivistas"[537], os "dinamistas"[538], os "místicos"[539] e os "nacionalistas"[540].

---

[533] REALE, Miguel. Atualidades de um mundo antigo, p. 27.
[534] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. op.cit., p. 182.
[535] Idem, ibidem, p. 31-32.
[536] VELLOSO, Mônica Pimenta, op.cit., p. 357.
[537] Tendência a qual pertenciam Oswald de Andrade e Alcântara Machado. Inspiravam-se nos temas primitivos do país e do povo. TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 44.
[538] Entre estes estavam Graça Aranha e Ronald de Carvalho. Eram caracterizados pelo culto do movimento, da velocidade, do progresso material e técnico. Idem, ibidem, p. 44.
[539] Entre seus principais membros estavam Tasso da Silveira, Murilo de Araújo e Cecília Meirelles. Tendência herdeira do simbolismo espiritualista. Idem, ibidem, p. 44.
[540] Tendência cujos maiores expoentes foram Menotti del Picchia, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo. Reivindicavam um nacionalismo radical na literatura, dando preferência para os temas brasileiros, indígenas e folclóricos, ao lado da recusa da influência europeia. Idem, ibidem, p. 44.

A polarização ideológica se concentrou, sobretudo, entre "primitivistas" e "nacionalistas". Daí surgiu dois grupos: o "Pau-Brasil", inspirado no poema de mesmo nome lançado por Oswald de Andrade em 1924, do qual derivou o movimento *Antropofágico* em 1928; e, o movimento *Verdeamarelo,* lançado logo após a publicação de "Pau-Brasil". O movimento Verdeamarelo foi composto por Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, Plínio Salgado e Cândido Motta Filho. Do verdeamarelismo surgiu o grupo da *Anta*[541], constituído basicamente por Plínio Salgado e Raul Bopp.

Como índice do crescimento do nacionalismo de direita, de cariz militarista e autoritário, podemos observar logo após a Primeira Guerra Mundial multiplicaram-se as publicações nacionalistas, como a *Revista do Brasil* (1916), *Braziléa* (1917) e *Gil Blas* (1919). Em 1916 foi criada a Liga de Defesa Nacional, liderada por Pedro Lessa e Miguel Calmon, diretamente influenciados pela campanha civilista a favor do alistamento obrigatório de 1915-1916, iniciada pelo poeta Olavo Bilac. Sob influência do "príncipe dos poetas" também foram fundados, em 1917, a Liga Nacionalista e o Centro Nacionalista. Em 1919, foi criada a Propaganda Nativista, movimento nacionalista e florianista organizado por Álvaro Bomilcar, Jackson de Figueiredo e Tasso da Silveira. Em 1920, surgiu a Ação Social Nacionalista de Alcibíades Delamare e Afonso Celso. Movimentos e publicações que foram importantes na propagação desse novo nacionalismo que tomava forma no pós-guerra[542].

De 1922 a 1945, os modernistas, ao mesmo tempo em que se debruçavam sobre o comportamento humano em seu íntimo e sobre o tema do inconsciente, procuravam "uma reformulação ideológica diretamente ligada à compreensão da nacionalidade, da universalidade, assim como do compromisso do intelectual com o povo de seu país e de todo o mundo"[543]. Nesse ambiente cultural, teria se instalado uma "crise de identidade social" entre a intelectualidade, elevando a mais alta importância o tópico de sua própria posição na sociedade. Entre os papéis a serem assumidos estava a posição "missionária". Esta já estava presente nos primeiros anos da República, surgindo nesse momento de forma mais intensa e marcada por um caráter não mercantil[544]. Na busca modernista pelo "brasileiro", trouxeram à tona o tema do "nacional" intrinsecamente ligado ao "popular", porque era no "povo" que se encontraria a verdadeira identidade nacional.

No que concerne o problema da "raça" na abordagem integralista da "questão nacional"

---

[541] Segundo Plínio Salgado, a "Revolução da Anta" representou uma espécie de "ala esquerda do verdeamarelismo". SALGADO, Plínio**. Despertemos a Nação!** Rio de Janeiro: José Olympio, 1935, p. 10-11.
[542] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 25-26.
[543] LAHUERTA, Milton. op.cit., p. 113.
[544] Idem, ibidem, p. 94.

no Brasil, o homem do "*hinterland*" passava a representar o produto da fusão entre os tipos de gentes que conquistaram à força as selvagens terras da colônia portuguesa na América. Afastado do litoral, mantendo seu estilo de vida rústico e tradicional, a imagem de pureza do homem do interior se assenta na crença de sua impermeabilidade à civilização, simbolizado no integralismo pelo mítico personagem do *Curupira*[545]. Consequentemente, o "caboclo" (isto é, o "mestiço") seria o símbolo vivo do verdadeiro espírito nacional forjado na Conquista, o resquício quase intacto do "*Volksgeist*" originário da nação, adormecido por séculos em face à invasão da cultura estrangeira[546].

Não obstante, os integralistas acreditavam que europeus, indígenas e africanos, amalgamados pela experiência conjunta da colonização, foram somados às grandes levas de imigrantes entre o fim do século XIX e início do século XX, como foi característico em toda América, criando uma nova realidade. Nessas circunstâncias, o Brasil tornava-se o local privilegiado para a síntese étnica, cultural, e dos diferentes "tempos" em que viviam as populações reunidas na formação da nação brasileira. Deste modo, também podemos entender o *Sigma* como a síntese dos tempos históricos, de acordo com a filosofia da história integralista[547].

Como escreveu Plínio Salgado, "Neste ponto, o problema será de cultura, se tomarmos a cultura como síntese de conhecimentos, de finalidade espiritual, de compreensão de necessidades e de modalidade sentimental. Criar essa cultura será formar uma 'elite' de onde sairão os médiuns da Nação"[548]. Em linguagem muito hermética, o autor queria dizer que, compreendendo-se o *Sigma*, isto é, a "mística" do movimento integralista, compreender-se-á o seu método de construção do conhecimento:

> O Integralismo, tenho dito às inteligências mais esclarecidas, é um método. Sendo uma filosofia, sendo uma norma moral, sendo uma política na alta acepção do vocábulo, determina uma concepção de método. Esse método só o apreende quem se deixou penetrar pela mística do Movimento. Sim; porque somos também uma mística. Sabemos que todos os grandes empreendimentos humanos só se tornam possíveis mediante o misticismo que lhes é próprio. Não se confunda, porém, o misticismo dos

[545] De acordo com Gilberto Vasconcellos, No mito tupi-guarani, o Curupira, que significa "o coberto de pústulas", é um duende de pés voltados para trás (e calcanhar para frente), índio e deus protetor das florestas, que vive longe das praias. Dotado de grande habilidade para se enfiar no mato e meter-se terra adentro. De acordo com o autor, este foi um mito que se encaixou muito bem ao "ideal xenófobo de uma cultura fechada: índio sem fendas, hirto e defensivo, invulnerável à penetração estrangeira, sisudo e compenetrado, vacinado contra a sedução transoceânica e avesso às 'ideologias exóticas". VASCONCELLOS, Gilberto. **Ideologia Curupira**: análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 20.

[546] SALGADO, Plínio. **Despertemos a Nação!.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1935, p. 51.

[547] SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade. In: _____. **Obras Completas**. 2 ed. São Paulo: Editora das Américas, 1955, v.5, pp. 9-161, p. XVIII.

[548] SALGADO, Plínio. **Despertemos a Nação!,** op.cit., p. 106.

> homens ativos com o misticismo dos homens contemplativos. Nós somos, principalmente, homens ativos[549].

Ampliavam-se, assim, as tentativas de interpretação da realidade social, com o aparecimento de propostas novas de mudanças não mais determinadas exclusivamente pelos critérios da raça ou do meio. A busca de identidade social dos intelectuais brasileiros passava pela procura de um ponto entre "a perspectiva de renovação cultural" e as "possibilidades de reforma da sociedade". Lahuerta pondera que, de certa forma, "o modernismo como adesão à mudança em todos os sentidos, não limitada à arte e à literatura, mas filosófica, política, social, etc., foi sendo paulatinamente frustrado pelo caráter restaurador do processo inaugurado em 1930"[550].

2.4 Filosofia e teoria da História na abordagem metodológica realeana

No primeiro item do *Manifesto de Outubro de 1932*, intitulado "Concepção do Universo e do Homem", já podemos fixar o ponto de Arquimedes do integralismo na frase que inicia o primeiro texto oficial do movimento: "Deus dirige os destinos dos Povos" [551]. Esse pressuposto fundamental do cristianismo foi o pilar do lema integralista "Deus, Pátria e Família", a trindade dos maiores valores compartilhados no movimento dos camisas-verdes.

> Todos os homens são suscetíveis de harmonização social e toda superioridade provém de uma só superioridade que existe acima dos homens: a sua comum e sobrenatural finalidade. Esse é um pensamento profundamente brasileiro, que vem das raízes cristãs da nossa História e está no íntimo de todos os corações[552].

Desde a Revolução Francesa, a história passou a exigir "*explicações segundo critérios temporais, colocadas sob a alternativa de progredir ou conservar, recuperar o tempo ou torná-lo mais lento*", [grifo nosso], de onde surgiram noções como progressismo e conservadorismo, esquerda e direita. Desse modo, "Os conceitos fundamentais, elaborados teoricamente, passaram a fazer parte do reservatório das palavras de ordem formadoras de opinião e legitimadoras dos partidos – de todos os partidos, a fim de diagnosticar e dirigir o movimento

[549] Idem. **Páginas de Combate**. Rio de Janeiro: Antunes, 1937, p. 183-184.
[550] Idem, ibidem, p. 98.
[551] Idem, ibidem, p. 2.
[552] Idem, ibidem, p. 1.

social e político que envolvera todas as camadas da sociedade". As disputas travadas entre os diversos grupos que surgiram na concorrência pela direção do "progresso" e do futuro em aberto, pelo controle da linguagem, da consciência e do comportamento, modificou a estrutura temporal interna dos conceitos sociais e políticos na modernidade[553]. Na terminologia política moderna, os conceitos políticos e sociais se apresentam como "antecipações" desse futuro melhor prometido, espaço no qual cresceram as filosofias da história e o utopismo[554], como foi o caso do integralismo brasileiro na década de 1930.

A obra *A Quarta Humanidade* (1934)[555], é um dos textos basilares da filosofia da história integralista escrita por Plínio Salgado. O autor declarou no prefácio ser um livro escrito para dar "uma consciência política aos povos do Novo Mundo; uni-los no grande objetivo de criar uma Civilização, - a do Último Ocidente", e descreve o contexto de seu lançamento como se vivesse "o crepúsculo da Cidade dos Homens Brutais, antevendo a aurora dos Homens Espirituais [...] E possa a América Latina ser a Nova Atlântida onde terá início a Quarta Humanidade"[556]. A ciência moderna, conquistada por meio dos esforços realizados no âmbito do paradigma moderno cientificista não eram rechaçadas, como fica bem claro nos textos de praticamente todos os intelectuais integralistas. Mas a síntese espiritualista seria a marca dessa "nova era" inaugurada pelo "intelecto superior" dos latino-americanos:

> Anunciar uma Nova Humanidade em que se realize o "Homem Integral" penetrado do sentido profundo do Cosmo, como a Primeira Humanidade; iluminado pelo Verbo Divino, como a Segunda; Senhor dos elementos, como a Terceira; e, com tudo isto, criando a luminosa Era em que a ciência, orientada pela Consciência, não

[553] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., p. 286, 294-295.

[554] **Utopia**, (subs. Fem. Do grego "não – lugar"; "Estado ideal"; "sociedade ideal"), "[...] uma tradição longa e ininterrupta que remonta ao sonho homérico de uma luz eterna brilhando em mundo em que não sopram ventos". Na tradição judaico-cristã, o utopismo remonta aos textos de Isaías e Daniel, ao Renascimento cristão do século XII, e entre os neoplatônicos do Renascimento inspirados pelo Novo Mundo. Na modernidade pós-Revolução Francesa, a utopia estaria presente nos movimentos políticos e sociais fundamentados por filosofias da história baseadas no conceito de "progresso". Após o acirramento entre hegelianos de direita e hegelianos de esquerda, no fim do século XIX, o utopismo se tornou dominante nos movimentos políticos nascidos dessas duas tradições do pensamento político contemporâneo, atingindo sua forma mais plena e trágica no Entreguerras. BERLIN, Isaiah, op.cit., p. 30. Sobre o "**utopismo**" e a relação entre "**ideologia**" e "**utopia**", Cf.: KOSELLECK. Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit; RICOER, Paul. **A ideologia e a utopia**. Trad. Sílvio Rosa Filho; Thiago Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2015; MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Trad. Sérgio M. Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1968; BERLIN, Isaiah. **Limites da utopia**: capítulos de história das ideias. Henry Hardy (org.). Trad. Valter Lelis Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

[555] Essa obra foi composta por uma coletânea de conferências e artigos realizados entre os anos de 1926 e 1934, formados, em ordem cronológica, por: "Pelo Destino do Brasil", oração lida na Rádio Educadora Paulista em 1926 e publicada no *Correio Paulistano* no mesmo ano; "O otimismo na vida de Machado de Assis", conferência pronunciada na Academia Paulista de Letras em 1931; "Politeísmo-Monoteísmo-Ateísmo-Integralismo", conferência pronunciada na Faculdade de Direito de São Paulo em 1931; "No Limiar do século XX", conferência pronunciada na Faculdade de Direito do Recife, em 1933; "A Resposta da Atlântida", artigo publicado originalmente no jornal *A Ofensiva*, em 7 de junho de 1934. SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade.** op.cit.

[556] SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade, op.cit., p. 11.

seja mais a serva do ódio, porém o instrumento da Bondade"[557].

No âmbito do modernismo, Plínio Salgado compreendeu que no universo da apreensão linguística e mítica o poder está no Verbo: "Um dia, o caboclo brasileiro interpretará esse tumulto, essa babel de espíritos: e falará."[558]. O integralismo pretendia uniformizar essa fala, controlá-la, não apenas formalmente pela via gramatical, mas induzindo uma maneira particular de sentir, conhecer, se expressar e de ser no mundo, simbolizada no integralismo pelo sentido de síntese que emana do *Sigma*. Segundo o próprio autor "O espírito de uma Pátria extrai-se com a poderosa energia de um pensamento, a força de um sentimento e o fogo imortal de uma mística"[559].

Gustavo Barroso, com tonalidades ainda mais românticas, deslindava a mesma filosofia da história, com cores vibrantes de um sonho faustoso de "redenção da humanidade" pelo integralismo. Em livros como *O Quarto Império*[560], o autor repisa a filosofia da história pliniana de uma forma particularizada, atribuindo a cada um dos tempos históricos símbolos que representem seu *zeitgeist*, sendo a primeira humanidade identificada com "O Império do Carneiro"[561]; a segunda com "O Império da Loba"[562]; a terceira com "O Império de Capricórnio"[563] e a quarta, a humanidade integralista, identificada como "O Império do

[557] Idem, ibidem, p. XVIII.
[558] Idem, ibidem, p. 47.
[559] SALGADO, Plínio. Posição. In: _____. **Páginas de Combate**. op.cit., p. 188.
[560] BARROSO, Gustavo**. O Quarto Império**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
[561] Conforme o *Dicionário de Símbolos* de Jean Chevalier e Alan Gheerbrant, o **Carneiro** ou "Áries", símbolo empregado por Barroso para representar os povos selvagens, em sua representação mais usual, é "Ardente, macho, instintivo e potente, o carneiro simboliza a força genésica que desperta o homem e o mundo, e que assegura a recondução do ciclo vital, quer na primavera da vida, quer na primavera sazonal. [...] essas características são atestadas no mundo inteiro, através de numerosos mitos, costumes e imagens simbolizantes. [...] Da Gália à África negra, da Índia à China, há a mesma celebração dessa cadeia simbólica que associa fogo criador, fertilidade e, em última instância, imortalidade". CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alan. **Dicionário de Símbolos**: Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores números. 28ed. Trad. Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Angela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.
[562]Corporificação da fecundidade, do desejo sexual, mas também da libertinagem, a **Loba**, como no mito romano de Rômulo e Remo invocado por Barroso para explicar os pilares latinos da cultura brasileira, não é uma forma de representação solar e celeste como o "Lobo", mas terrestre, senão ctônica, isto é, "infernal", como nas representações folclóricas do "grande lobo malvado" que recuam até às tradições narrativas greco-latinas. Idem, ibidem, 555-554.
[563] **Capricórnio** "Décimo signo do Zodíaco, que, no hemisfério norte, começa no solstício de inverno – *a porta dos deuses* – quando a morte aparente da natureza corresponde à plenitude espiritual, à época em que a engenhosidade do homem atinge seu ponto máximo, pois ele está liberado das labutas sazonais. Símbolo do fim de um ciclo e, sobretudo, do início de um ciclo novo: é o signo que inaugura o Zodíaco do Extremo Oriente. Exprime a paciência, a perseverança, a prudência, a industriosidade, a realização, o sentido do dever. Saturno é o seu ascendente. [...] Saturno que, por sua vez, está associado a tudo que é duro, ingrato, sombrio e obscuro, impiedoso deus do tempo que cristaliza o homem em suas ambições supremas, quando não o condena ao despojamento e à renúncia". Em sua significação ligada ao Hemisfério Norte, *capricórnio* também representa "a hora zero para a semente enterrada no solo, em relação à longínqua colheita. O elemento terra fomenta seu desenvolvimento: é a terra invernal em cujas profundezas se elabora a lenta e penosa tarefa da vegetação. Esse

Cordeiro"[564], o "Quarto Império", também representando a síntese de toda experiência humana acumulada historicamente nos campos da economia, política, cultura e espiritualidade. Por fim, Barroso também previu o mesmo destino, mesmo *telos*, que animava e dava sentido ao grande sonho integralista: "O Integralismo brasileiro construirá um grande Império, uma grande República Imperial, um Grande Império Cristão e sua doutrina integral influenciará os destinos da humanidade"[565].

Assim, o integralismo brasileiro, como outros "ismos" característicos da modernidade baseados na noção do *progresso*, teve seu sentido teleológico explicado por uma filosofia da história, com a realização da *síntese* final dos tempos históricos. Essas teses expostas por Plínio Salgado em artigos e conferências, no início da década de 1930, foram compilados com a publicação do livro *A Quarta Humanidade* em 1934. Esses tempos históricos não lineares, mas contextualmente descontínuos foram denominados "politeísmo", "monoteísmo", "ateísmo", sendo visões de mundo, do conhecimento e do tempo conflitantes, que deveriam ser sintetizadas com o "integralismo", dando início à "Era Integralista"[566]. Miguel Reale será responsável por dar sistematização ao pensamento integralista plural e algumas vezes contraditório dos vários autores do movimento – uma tarefa nunca concluída, como já vimos Reale admitir -, mas na teoria integral da história e com a imposição de um sistema racional e metódico sobre a filosofia da história de Plínio Salgado, Reale criou uma abordagem teórico-metodológica verdadeiramente única no cenário das ciências sociais e políticas no Brasil da época, e mesmo em face de outras historiografias do campo fascista. Mas primeiro, precisamos co0nhecer a filosofia da história oficial do movimento, para dar continuidade logo a seguir à filosofia "metódica" realeana e seu papel na construção do conhecimento histórico para a teoria do integralismo.

Os ensaios de Plínio Salgado se fundamentam na *Filosofia da História* de Friedrich

---

ponto de partida une-se dialeticamente a uma noção de chegada, de destinação, de objetivo, concebido como um meio-dia terrestre, um ponto culminante". Idem, ibidem, p. 184-185.

[564] **Cordeiro** "Em todas as etapas do desenvolvimento da civilização mediterrânea – civilização tanto de pastores nômades quanto de agricultores sedentários – o cordeiro primogênito, aquele que se denomina hoje em dia de cordeiro-do-São-João, surge, em sua brancura imaculada e gloriosa, como uma cratofania primaveril; encarna o triunfo da renovação, a vitória, sempre a renovar-se, da vida sobre a morte. É justamente essa função arquetípica que faz do cordeiro, por excelência, a vítima propiciatória, aquela que se tem de sacrificar para assegurar a própria salvação. E nele também, tal como ocorre em muitos outros ritos e costumes, os adeptos de Dioniso prefiguram o tempo das grandes revelações [...] Com a revelação hebraica, esse símbolo adquirirá seu sentido pleno: O cordeiro (ou a ovelha) simboliza em primeiro lugar o israelita, membro do rebanho de Deus (Isaías, 40, 10-11), que pasta conduzido por pastores (chefes políticos)". Idem, ibidem, p. 287.

[565] Idem, ibidem, p. 175.

[566] Segundo Plínio Salgado: "A História deve revelar-nos as posições do Ser Humano na sua permanente gravitação. No desenvolvimento desses ritmos é que vamos surpreender as três etapas, que poderemos denominar: de *adição*, de *fusão* e de *desagregação*. A formação das sociedades obedeceu a esses movimentos. [...]. Depois da adição, da fusão e da desagregação, chegou a hora da síntese". Idem, ibidem, p. 20.

Schlegel[567], *Uma Nova Idade Média*, de Nicolai Berdiaeff[568], *O Mundo Interior* de Farias Brito[569], e, por outro lado, se pauta em uma revisão da tríade formada por Marx, Nietzsche e Freud[570], cercados por outros autores do campo do "materialismo", como Spengler[571], Azevedo Amaral[572] e do revisionismo socialista e revolucionário de Henri de Man[573] e Sorel[574], etc. Desse modo, propunham que "o integralismo brasileiro, portanto, não vem condenar e proscrever, de um modo absoluto, as filosofias do século passado; vem delas aproveitar os fragmentos de verdade, vem ampliar-lhes o ângulo de visão [...]"[575].

Foi a conferência "Politeísmo-Monoteísmo-Ateísmo-Integralismo", apresentada por Plínio Salgado em 1931 na Faculdade de Direito de São Paulo, que lançou as bases do movimento integralista naquela instituição, de onde afluíram os primeiros universitários a vestir a camisa-verde após a Revolução Constitucionalista de 1932, sendo Miguel Reale um deles. Como já vimos no Capítulo anterior, em 1931 Miguel Reale ainda se colocava ideologicamente contra o posicionamento de Salgado, mas após a guerra paulista, a AIB o atraiu completamente, não apenas pela sua expressão política de vanguarda para as direitas na época, mas pela proposta de renovação intelectual e cultural que o movimento apresentava: "A filosofia, a sociologia, a economia, a ciência, a literatura, as artes, a política terão no novo Estado a sua expressão integral"[576]. O papel do historiador era destacado pelo Chefe Nacional, como o primeiro esforço a ser empenhado na construção do paradigma integral: "Por isso que esse movimento que se processa nas vésperas do aparecimento do novo tipo de Humanidade, começa por uma obra de revisão do Passado, servindo-se de todos os elementos humanos para a realização da grande síntese"[577].

O princípio fundamental da filosofia integralista se encontra na ideia da oposição e complementaridade entre os movimentos *espiritualistas* e os movimentos *materialistas*. Os desdobramentos dessa relação de forças nem sempre pensada dialeticamente é a constante, na visão integralista, que nos permitiria flagrar o "sentido" da História, que, quase à moda da antiga fórmula alquímica *solve et coagula*, era definido pelo integralismo pelos conceitos de "análise" e "síntese" no sentido teórico e historiográfico, e "desagregação" e "unidade" no sentido

[567] SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade, op.cit., p. 16.
[568] Idem, ibidem, p. 56.
[569] Idem, ibidem, p. 46-47, 62, 120.
[570] Idem, ibidem, p. 48-58.
[571] Idem, ibidem, p. 33.
[572] Idem, ibidem, p. 38
[573] SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade, op.cit., p. 87.
[574] Idem, ibidem, p. 93.
[575] Idem, ibidem, p. 86-87.
[576] Idem, ibidem, p. 65.
[577] Idem, ibidem, p. 79.

político e ideológico.

Apesar da metafísica poética de Plínio Salgado construir uma linguagem própria para singularizar o integralismo brasileiro, os conceitos de "espiritualismo" e "materialismo" possuem histórias, tradições e estratos de temporalidades cuja identificação nos revelara com mais distinção os fundamentos e origens do pensamento integralista. Embora conflitantes, uma não existe sem a outra. Segundo o autor, os processos desencadeados pela relação de conflito entre elas poderiam ser interpretados com um sentido finalista de harmonização, isto é, de uma tendência *progressiva* ao aperfeiçoamento e ao equilíbrio com as emanações do "Absoluto", consubstanciada no mundo da matéria sob a forma de *revoluções*. Alguns dos principais aspectos desta filosofia da história serão abordados a seguir.

Salgado, em sua "*Teoria dos Movimentos Humanos*", critica a preponderância do empirismo e da crítica dedutiva no método histórico, defendendo ser preciso "dilatar o critério da História". Dilatar e aprofundar para ser possível surpreendermos as "leis essenciais" dos ritmos humanos, e disto, extrair a "teoria dos movimentos do Homem em torno do Absoluto"[578]. Para Salgado, a História deve revelar-nos as posições do Homem na sua "permanente gravitação". Na observação desse processo, seria possível, de acordo com essa teoria, "surpreender as três etapas, que poderemos denominar: de *adição*, de *fusão* e de *desagregação"*[579].

> A formação das sociedades obedeceu a esses movimentos. A Primeira Humanidade veio da caverna, até a criação do Politeísmo; a Segunda vem do Politeísmo ao Monoteísmo; a Terceira vem do Monoteísmo ao Ateísmo; e a Quarta, que é a nossa, encontra-se na mesma situação trágica da Primeira, diante do mistério universal.
>
> Depois da adição, da fusão e da desagregação, chegou a hora da síntese[580].

Para compreendermos a filosofia integralista e o seu sentido de "síntese", devemos ter em vista a interpretação dos tempos históricos que o autor apresenta, baseada no dualismo espírito-matéria. A dialética entre essas duas forças teria assumido uma nuance diferente em cada uma das três humanidades. Embora representem estágios distintos do desenvolvimento da "consciência" do Homem, as nuances desse processo dialético não se desenvolvem em etapas definidas. As tendências espiritualistas e materialistas não possuiriam limites estanques entre

[578] SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade. op.cit., p. XVIII.
[579] Idem, ibidem, p. 9.
[580] Idem, ibidem, p. 9.

os povos, manifestando-se sempre ambos, como parte essencial de tudo, inclusive das nações.

Na formação da humanidade monoteísta havia também o gérmen do materialismo. Um sinal disto seria o "grupo sectário" dos saduceus, que rejeitavam a existência de espíritos, anjos e arcanjos. Esse comportamento teria sido repetido na modernidade, no racionalismo e no experimentalismo científico, "em que influíram tanto os intelectuais da raça hebreia"[581]. De forma análoga, no cerne do processo de desenvolvimento da humanidade ateísta, cujo embrião teria se formado no naturalismo grego, seria possível encontrar uma fonte de influência espiritualista no pensamento de Sócrates, Platão e Aristóteles[582].

> Cumpre assinalar que, em rigor, não há etapas cronológicas para estas três humanidades. Como os rios que secam no tempo de estio, para transbordar nas estações pluviais, cada uma delas não desaparece completamente. Corre sempre um filete no leito vazio, e esse filete pode engrossar ou diminuir. Tal fenômeno se verifica no Tempo e no Espaço. A geografia espiritual não conhece medidas cronológicas, ignora o que significam os séculos. Dentro do mesmo tempo, mas nos diferentes espaços, há selvagens politeístas, populações de profundo sentimento monoteísta, e civilizações eminentemente ateístas. E isso, que se dá no espaço geográfico, verifica-se no espaço cronológico. Só por uma questão de método pode dividir-se a História em períodos nitidamente demarcados[583].

A **primeira humanidade**, a "*politeísta*", seria marcada, segundo o autor, pelo caráter de "adição". O homem primitivo fundou a tribo e engendrou o totem. Os totens se adicionaram, com a adição dos clãs. Essa fase humana tem um caráter de adição contínua. É o indivíduo que se junta ao indivíduo, o clã que se junta ao clã, alargando as áreas da tribo e confraternizando com os totens a prioridade do fetiche do clã predominante, até sua transformação em tabu. O significado imediato do animal totêmico, atingida a extensão do domínio tribal, começou a ampliar-se, em correspondência com os fenômenos cósmicos, através de processos analógicos da linguagem, através dos quais o homem primitivo criava um conjunto de "expressões da natureza". Dessa forma, o totem se transformava em tabu na medida em que este melhor exprimisse os fenômenos universais. Seria nessa fase o princípio rudimentar da organização social. Cada clã possuía seu respectivo totem (animal ou planta), como uma espécie de deus imediato, tangível, compreensível. Tal concepção do deus totêmico corresponderia à tradição da autoridade familiar, exercida pelos mais velhos, ou mais fortes[584].

Na época que essa confraternização de núcleos individuais com outros semelhantes se

---

[581] Idem, ibidem, p. 20.
[582] Idem, ibidem, p. 20.
[583] SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**. op.cit., p. 23.
[584] Idem, ibidem, p. 10.

efetivou, garantindo a defesa e o trabalho comuns, realizou-se a hegemonia do totem mais forte, transformado então em tabu da "grande tribo", embora os outros continuassem a presidir, particularmente, os ritos de seus respectivos clãs. Sendo assim, esta organização "pré-social" se desenvolvia paralelamente à organização religiosa, em vista da não dissociação entre a vida social e à concepção cósmica dos povos primitivos. O tabu, nessa fase "pré-política", seria tão mais predominante quanto traduzisse a interpretação dos fenômenos naturais e das lutas tribais contra o meio físico. O senso universalizante trazido pelo tabu na própria concepção primitiva da divindade seria determinante dos movimentos e do sentido de coesão e de finalidade das tribos, do que o autor conclui que a ideia de Deus precedeu a ideia de universo, porque o totem teria precedido o tabu[585]. Este seria o caso da anta na organização da raça tupi:

> De todos os seus totens, o predominante foi o tapir, que, por ser o maior animal da América Meridional, simbolizou a imensa terra. Venceu o jaboti, o jaguar e a cobra-grande na imaginação de todas as tribos e a sua hegemonia deu o nome à raça. Da palavra "tapir" veio o nome "tupi". De "tupi" veio "Tupã", ideia quase abstrata de Deus[586].

De acordo com Salgado, as nações se formaram segundo o processo acima narrado, na luta entre fetiches opostos, ou forças contrárias, porque "*Sem a negação não pode haver afirmação*. A vida dos clãs prosseguiria indefinidamente, se os totens, passando a tabus e a deuses, não *formassem sistemas de causas contrárias*"[587] [grifos nossos], não haveria unidade da pátria se a heterogeneidade dos povos que a compõe não possuírem um inimigo comum. Não se podendo considerar nem o repouso, nem o movimento absoluto no universo, a "lei da contradição" é apresentada como imperativo na condição dos movimentos. Todavia, tal lei não poderia ser encarada como um determinismo, "como querem os fanáticos da dialética de Hegel", porque "tudo" estaria subordinado à razão última da "*lei de harmonia*". O "espírito humano" sofreria as contingências da "lei da contradição" por não haver ainda superado a "fatalidade do seu liame material"[588].

Da evolução dos totens e dos tabus teria se formado a primeira humanidade, a "politeísta", cuja principal característica informadora da psicologia de suas nações se assentaria na concepção do homem inteiramente subordinado à natureza. Porém, a ideia supostamente

---

[585] SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**. op.cit., p. 10-11.
[586] Idem, ibidem, p. 11.
[587] Idem, ibidem, p. 13.
[588] Idem, ibidem, p. 12.

genérica de uma "causa primeira" teria assumido diversas interpretações na medida em que assumiam sua expressão formal. A evolução do abstrato para o concreto teria elevado a valorização do homem, de modo que, o mesmo fenômeno da absorção do totem pela natureza e da natureza pela forma humana, seria observável na absorção do sistema social baseado no rei, pelo sistema político baseado no Estado[589].

Nessa fase ocorreria que, "Absorvidos pelo senso jurídico do Estado, vulgarizados pela literatura, enfraquecidos pelo contato com povos conquistadores ou conquistados, que trazem o seu contingente de divindades, os deuses perdem o seu mistério e passam a orientar muito pouco os destinos sociais"[590]. O politeísmo, nessa fase, viu-se divido entre duas correntes: o "*helenismo"*, que teria continuado os métodos naturalistas de interpretação e explicação da realidade; e o "*orientalismo"*, seguindo o rumo sobrenatural, "estabelecendo em Deus o centro do universo e do mundo interior, consequentemente, o centro dos movimentos sociais"[591]·. Teria assim início o gérmen de outras duas humanidades, a monoteísta e a ateísta.

> Enquanto o helenismo, a cultura grega, abstrai a consideração dos fenômenos espirituais mais profundos, limitando-se à apreciação das expressões formais da natureza, o monoteísmo oriental abstrai a consideração dos fenômenos imediatos, para se deixar absorver pelo magnetismo sobrenatural.
>
> Ambos vieram do politeísmo, pelo mesmo caminho, mas separaram-se porque cada um deveria constituir uma força dialética da História. Essas duas humanidades deveriam exprimir as duas faces da verdade, porque impossível seria compreender uma sem a outra[592].

A **segunda humanidade**, a "*monoteísta*", teria sua origem entre os hebreus (cuja concepção da existência Salgado também inclui os maometanos e budistas), transportada ao amplo domínio do cristianismo. Para a segunda humanidade, Deus seria a causa primeira e a finalidade do Homem. Desse pensamento teria se originado a sua organização do Estado, das classes, das famílias, das comunas, o conceito de autoridade, de obediência às leis morais e civis, atingindo sua expressão máxima com a civilização cristã medieval, na qual a compreensão das contingências materiais teria alcançado sua perfeita harmonia com a ideia de uma finalidade sobrenatural[593]. Da mesma forma que a primeira humanidade assumia um caráter de "adição", a segunda humanidade possuiria um caráter de "fusão", isto é, todos os

[589] TANAGINO, Pedro Ivo D. "**É preciso crer**", op.cit., p. 121-125.
[590] SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade. op.cit., p. 15.
[591] Idem, ibidem, p. 17.
[592] Idem, ibidem, p. 16.
[593] Idem, ibidem, p. 18.

elementos se fundiriam em uma "ideia totalitária" de compreensão do universo e dos movimentos humanos. Tal concepção possuiria como fonte a história do povo hebreu[594], a antítese do povo grego.

A nação judaica, não possuindo base física ao surgir, possuiria um fundamento exclusivamente moral, baseado na lei mosaica criada no ermo do deserto, o único ponto de referência desta nação, que não contava com uma base econômica ligada à fixação à gleba. A tradição histórica seria, então, todo o patrimônio israelita em sua fase de nomadismo, destacando o papel do aparelho institucional e, funcionando como um sustentáculo do dogma teológico e da legislação civil[595]. Essa perspectiva do autor corrobora a visão de Herder, que via nos judeus o melhor exemplo de um *Volk,* em razão da continuidade histórica de uma tradição sem pátria[596].

De modo diverso, a civilização helênica floresceu em meio a uma geografia de "Mares onde o homem vê sempre um pedaço de terra; terra onde o homem vê sempre um pedaço de mar"[597], não havendo grandes distâncias para o grego, não haveria também mais "o mistério". Dessa maneira, tudo teria sido-lhe condicionado pelos imperativos do limite e da exatidão dos movimentos. O grego seria um homem "de pazes feitas com a natureza. Sem a interrogar demasiadamente"[598]. Tais circunstâncias teriam contribuído para o desenvolvimento da tendência materialista, essência da **terceira humanidade**, a "*ateísta*".

A humanidade ateísta construiu o mundo moderno. O naturalismo teria engendrado uma civilização de realidades objetivas, na qual o pragmatismo e o experimentalismo apresentar-se-iam como a última fase do assenso materialista do humanismo, exprimindo a partir do critério da "dúvida absoluta" o que o autor chamou de "um idealismo às avessas", o que representa, nesta apreciação, uma "reabilitação da ideia"[599]. A própria radicalização da visão de mundo "*materialista*" teria engendrado a sua contradição, a visão de mundo "*espiritualista*", deixando o estado de indiferença "burguesa" para afirmar, negando. Por essa razão, o autor afirma que o materialismo histórico e toda a obra marxista estaria no mesmo campo do espiritualismo, ou seja, da "*visão totalista do universo*"[600] [grifo nosso].

Considerando o conceito do "Universo" e do "Homem", como uma concepção filosófica

---

[594] Para Salgado, a nação judaica cumpriu seu destino histórico até o surgimento do cristianismo. Doravante, teria se tornado uma força destrutiva. Idem, ibidem, p. 18.
[595] SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade. op.cit., p. 19.
[596] Cf.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi**. A Questão Nacional na Primeira República**. op.cit., p. 37.
[597] SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade. op.cit., p. 20.
[598] Idem, ibidem, p. 20.
[599] Idem, ibidem, p, 25.
[600] SALGADO, Plínio**.** A Quarta Humanidade. op.cit., p. 29.

idealista; entendendo a "ideia negativa" segundo o seu "valor essencial", de positivação, ou afirmação; considerando a filosofia marxista como "filosofia de ação", porque esta emprestaria um sentido social à filosofia de Feuerbach; examinando o caráter supostamente finalista do comunismo de Marx, Salgado concluiu que o marxismo é, apenas, o "misticismo às avessas":

> É o misticismo de sua própria raça. Para se compreender a essência recôndita do socialismo de Marx, é preciso conhecer o *Talmud* e a concepção temporal que se tinha na Judéia sobre o advento do Messias. Em última análise, essa "ateocracia", que domina a Rússia, não passa da velha teocracia hebreia revestida de forma negativa. O autor de *O Capital* espera o Messias, que não é um homem, mas uma classe. O seu governo será com verga de ferro, como diz o *Talmud*.[601].

A análise dos textos de Miguel Reale anteriores ao seu ingresso na AIB também nos conduz ao mesmo caminho. Em *A crise da Liberdade* (1931), Reale faz a apologia dos primeiros socialistas, chamados "utópicos", mas, para o autor, após o "socialismo científico" de Marx e Engels, a trajetória do socialismo teria sido desvirtuada. Nesse artigo, o autor já esboçava uma crítica que seria amplamente explorada posteriormente pelos ideólogos integralistas, insistindo que o "determinismo economicista" do materialismo histórico conduzia seus seguidores à uma "nova religião". Nas palavras do autor, "a descrença lançara os homens nos braços do socialismo, elevado à categoria de uma religião de ideais terrenos", afirmando que socialismo marxista crescia em terrenos onde o cristianismo já não possuía mais lugar, e ressalva "É sabido que há muito misticismo no sistema de Marx"[602].

Miguel Reale em *O Capitalismo Internacional* cita um dos textos mais importantes de Plínio Salgado para compreendermos o sentido da relação entre as tradições "materialista" e "espiritualista" no integralismo, o artigo *O outro lado de Deus*. "Somente uma crença no avesso", diz Reale, "poderá induzir alguém a crer que uma 'transformação nas forças produtivas' possa criar homens novos, igualmente cultos e perfeitos"[603].

> A Rússia vai construir a mais alta estátua do mundo. É a estátua de Lenine. Medirá oitenta metros de altura. Dominará a cidade e o porto; olhará sobre a terra e sobre o mar. De agora em diante, a Humanidade terá, à esquerda da estátua da Liberdade, que ilumina com seu farol o porto de Nova York, o grande ídolo do exército vermelho. Como terá, à direita, na jovem terra do Brasil, a imagem ciclópica de Cristo […] As multidões de Leningrado e do Rio de Janeiro, essas não poderão contemplar friamente as gigantescas figuras que sua fé construiu com granito e amor. São duas

[601] SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade, op.cit., p. 55.
[602] REALE, Miguel. A crise da Liberdade, op.cit., p. 7.
[603] REALE, Miguel. O Capitalismo Internacional, op.cit., p. 286.

> religiões. Duas crenças. São duas místicas. Duas concepções da existência: Cristo e Lenine. O "Sim" e o "Não". Em última análise, a mesma coisa. O mesmo elemento imponderável e misterioso de uma irrevogável permanência no recesso do ser humano. Essa coisa que nega quando afirma, e afirma quando nega. Essa vibração sutil, feita de incompreensíveis correspondências íntimas entre dois absolutos que, à falta de melhor expressão, nós denominamos "as religiões", como poderíamos denominar "o diálogo sem linguagem", o "retorno ao equilíbrio do ser", a "aspiração integral", ou a "fuga dos contingentes". A estátua de Lenine e a adoração das massas em torno do grande ídolo, longe de ter uma significação negativista, exprime, através da sublimação política, a cristalização do fenômeno religioso sob a compreensão do dogmatismo científico. O fenômeno russo já não pode ser tomado, em hipótese alguma, como uma expressão de negação do espírito, de aspirações transcendentais. A luta que se abriu no país dos soviets contra todas as religiões foi um movimento ao qual podemos denominar sem receio de erro: *o grande movimento religioso da Rússia*[604].

O mesmo princípio mobilizador emergiria, conforme Salgado, em Leningrado e no Rio de Janeiro: a apreensão linguístico-mítica da realidade[605]. Se o comunismo avançava enquanto um "fenômeno religioso", o integralismo de Salgado não seria diferente.

> Na Rússia, o marxismo pôde acelerar espantosamente a marcha para o misticismo materialista, em consequência da feição nacional extrema da política soviética. Essa feição nacionalista indispensável à tática da economia russa, foi estruturada de velhos sentimentos e de profunda índole racial, daqueles ímpetos da alma eslavo-semítica criadores do fanatismo da dinamite, a suprema aspiração dos niilistas, com o grave ritual das conspirações tenebrosas e do luminoso sacrifício dos heróis. […] Não; a Rússia não compreenderia nunca um regime representativo, presidencial ou parlamentar, com liberdades políticas, com remédios sintomáticos de sufrágio, com todo o aparato inútil das democracias que não penetram as raízes do Homem. A Rússia compreendeu o Czar e o cossaco, como compreendeu o vento mortal da Sibéria e o urso do Cáucaso. Porque eram a fustigação inexorável, para uma população macerada e sedenta de luz. E, por isso mesmo, compreendeu Lenine, na hora trágica, quando os canhões rugiram e a fome estendeu suas garras sobre as populações aflitas. Lenine era alguma coisa integral, alguma coisa que falava à Rússia a linguagem que ela sempre entendeu: a do Absoluto. E por isso Wladimir Ulianoff, negador de todas as crenças, tornou-se um símbolo de crença. […] A estátua colossal que se vai erguer a Lenine vale pelo que significa de captação das energias místicas da grande massa proletária de todas as Rússias. O coletivismo ajoelha-se diante do indivíduo. Mas não é o indivíduo em si, antes o espelho de todos os individualismos sublimados. Como não é a imagem da negação: mas a prova concreta de todas as afirmações. […] Nesta hora angustiada do mundo, a Rússia está nos ensinando que é preciso crer, seja no que for, mas crer. Alguma coisa está falando pela voz da Rússia. E é mais fácil a luz vir das trevas do que da indecisão dos crepúsculos vespertinos...[606].

---

[604] SALGADO, Plínio. O outro lado de Deus. In: _____. **Despertemos a Nação!.** op.cit., p. 25-27.
[605] CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito.* op.cit., p. 27.
[606] SALGADO, Plínio. O outro lado de Deus. In: _____. **O Sofrimento Universal**. op.cit., p. 30-32.

Buscando argumentos em Alberto Torres[607], José Vasconcelos[608] e Hermann Keyserling[609], os integralistas afirmam que a zona intertropical estaria destinada ao nascimento da "nova humanidade". Uma das maiores características dos povos da quarta humanidade seria a agudeza dos instintos, devido à proximidade étnica com o selvagem "em comunhão cósmica". Por isso, teria adquirido "essa fina inteligência do nosso caboclo, desconfiado, arguto, capaz de compreender tudo por um simples olhar"[610].

> O "homem telúrico" de que fala Keyserling no seu estudo sobre a América latina, está muito próximo, pelas suas raízes étnicas, do selvagem politeísta do Novo Mundo. É preciso não tomarmos o politeísmo de modo superficial, segundo as expressões meramente formais dos totens e tabus. Há qualquer coisa mais profunda na adoração dos fetiches: ela é, ao mesmo tempo, um sinal de revelação divina, e um índice de comunhão cósmica. É a intercorrespondência entre os complexos psicológicos e o complexo cosmológico. Não é apenas na mitologia que devemos estudar a índole politeísta, mas no material linguístico, nas raízes vocabulares, na analogia das imagens que se estabelece íntimas correspondências entre o "concreto" e o "abstrato"[611].

Salgado afirma que as ideias do espiritualismo cristão trazidas ao Brasil pelos jesuítas,

---

[607] "A zona intertropical é o berço do animal humano: foi em climas médios, ou cálidos, que se fixou o tipo mais perfeito do reino animal; aí floresceram as primeiras e mais luxuriantes civilizações; para aí convergem, naturalmente, as aspirações e desejos de homens de todas as regiões. Só o esgotamento do solo, a proliferação das populações, as incursões bárbaras e as guerras conseguiram arremessar grandes populações para zonas frias". TORRES, Alberto. **Organização Nacional**; apud; SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade. op.cit., p.45.

[608] O mexicano José Vasconcelos foi Ministro da Educação Pública no governo do presidente Álvaro Obregón. O autor teria assumido esse cargo com o objetivo de estreitar relações entre o México e outros países latino-americanos, em face à insegurança do México diante do imperialismo estadunidense. Nesse sentido, em 1922, Vasconcelos foi enviado ao Brasil, e sua obra *La Raza Cósmica*, ganhou notoriedade entre os intelectuais brasileiros. Segundo Vasconcelos, a raça que se convencionou chamar "Atlântida" havia prosperado e decaído na América. Após cumprir seu ciclo, os atlantes teriam se espalhado ao redor do mundo. O continente americano fora recolonizado. A fragmentação das repúblicas latino-americanas e o assédio de outras potências, mormente os Estados Unidos, representariam um impedimento ao reflorescimento dos antigos atlantes, por essa razão, o autor pregava o pan-americanismo como movimento redentor da "raça cósmica". CRESPO, Regina Aída. Cultura e Política: José Vasconcelos e Afonso Reyes no Brasil (1922-1938). **Revista Brasileira de História**. v.45, n. 45. São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16525.pdf. Acessado em 20 de janeiro de 2013.

[609] Hermann Keyserling foi um filósofo seguidor das ideias de Spengler, mas com uma visão mais "otimista". Para ele a decadência inevitável apresentada apor Spengler poderia ser evitada, ou mesmo revertida, se a cultura de uma raça fosse fiel ao espírito dessa raça. A este espírito criativo da raça, Keyserling chamava de "sentido da raça". Adotando uma vertente irracional, ele acreditava que o racionalismo europeu estava matando este "sentido", que ainda podia ser encontrado em povos do Oriente. Apesar disso, aceitava o uso da técnica, reconhecendo-a como inevitável. O que não pode nunca ocorrer, segundo Keyserling é a perda do lado irracional da cultura. Assim, considerava possível que uma nova cultura possa ser formada quando originada de uma raça definida, resultado de miscigenação, desde que para isto os caracteres dos pais (raças formadoras) não sejam incompatíveis. SOUZA, Fabrício Torres. Teorias Históricas em Macunaíma.
Disponível em: http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/t00002.htm, acessado no dia 22 de janeiro de 2013.

[610] SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade. op.cit., p, 47.

[611] Idem, ibidem, p, 43.

ganharam força ao impregnar-se "no ingênuo espírito de uma raça cósmica". O cristianismo, encarado pelo autor como uma "revolução espiritual profunda", seria, então, "a religião por excelência destinada ao gentio" [612].

> Na América, era o homem no politeísmo nascente, ainda não estilizado, por conseguinte, com um acúmulo de energia subjetiva poderosa. Através do processo de cruzamento étnico, de amálgamas sociais, o monoteísmo cristão absorveu as forças bárbaras e refulgiu uma expressão inédita. Se, para ser perfeito, o homem deve tornar-se criança, conforme afirmam os Evangelhos, a raça americana entra para o cristianismo em toda a inocência cândida de uma infância selvagem[613].

De acordo com Salgado, paralelo aos estudos étnicos, o estudo das manifestações religiosas das populações brasileiras, em que se mesclaram a mitologia tupi e os ritos africanos, indicaria um "formidável potencial de energia mística", notório no nordeste do país. Haveria assim, na raça brasileira um "notável poder religioso"[614]. Esse aspecto geral da primeira humanidade, a "politeísta", teria analogia com o estado de espírito da Era da Máquina, último estágio da terceira humanidade, a "ateísta". Em outras palavras, o mesmo "terror cósmico" que assolava o homem primitivo diante dos fenômenos da natureza ainda misteriosa, se repetiria no estarrecimento do homem moderno diante da máquina e da metrópole, "repetindo" assim, no fim da terceira humanidade, o mesmo estado de espírito que caracterizou o homem da primeira humanidade. O espiritualismo brasileiro, solidificado ao longo do tempo, surgiria nesse contexto como uma força nova.

> Contra essa cruel civilização, que já agoniza nos estertores das crises econômicas, levantar-se-á a nova civilização. Depois da humanidade Ateísta virá a Humanidade Integralista. É a Quarta Humanidade. Como um sol que vai nascer, ela já projeta seus primeiros clarões. Uma nova luz se anuncia ao mundo. É a Atlântida que ressurge. A nova civilização realizará a grande síntese. Síntese filosófica. Síntese política. Mas, principalmente, síntese das Idades Humanas[615].

No ensaio *Psicologia da Revolução*[616], de 1933, o destinatário nomeado no prefácio são aqueles "os que pretendem influir nos destinos do povo. Aos políticos e intelectuais é que me

[612] Idem, ibidem, p, 43.
[613] SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade. op.cit., p, 43.
[614] Idem, ibidem, p, 43-44.
[615] Idem, ibidem, p. 50-51.
[616] SALGADO, Plínio. Psicologia da Revolução. In: **Obras Completas**. São Paulo: Editora das Américas, 1955, v.7.

dirijo nestas páginas"[617]. Apresentando a obra como um "convite" a estes homens que possuiriam a virtude e a capacidade de agir pela restauração do "primado do Espírito, da Inteligência e da Verdade", pede que assumam o fato de que o "Homem pode interferir na marcha social.", poder que se impõe como dever quando a ordem social é ameaçada de ruir[618]. Segundo Salgado, a maior crise no Brasil era a crise do pensamento, sem resolvê-la, não se resolveria o "problema da Nação"[619]. Aos intérpretes do "ritmo universal" caberia uma "grande missão": anunciar às massas o "novo tempo" que se aproxima; traçar os novos horizontes de expectativa; se empenhando em educar e aperfeiçoar os indivíduos para a transformação qualitativa do "Homem" da "Sociedade" e do "Estado". Em meio ao "caos" da "crise" do último estágio de uma humanidade, os homens devem atuar para precipitar a história. Eis que surge o "fato revolucionário" e o papel eminente da "ação individual".

Na primeira parte da obra, o autor expõe seu método de crítica baseado na consideração de dois mundos coexistentes, autônomos, porém interdependentes: o mundo da ideia, ou espírito, e o mundo do fato, ou, matéria[620]. Ao primeiro pertenceriam os idealistas e defensores do "livre-arbítrio", da concepção da "ideia-força" e do "super-homem". Ao segundo pertenceriam os "evolucionistas", "materialistas históricos" e "deterministas", de modo geral. Salgado queria reatar a tradição de um "idealismo puro", como ele mesmo diz, que não incorresse no erro das conclusões unilaterais baseadas no "absolutismo" da ideia, mas concebendo o mundo social como uma expressão mesma do desenvolvimento das ideias puras, segundo a natureza do *inconsciente*[621], que constitui a essência do fato histórico e das determinações da matéria[622].

> No sistema universal existirá apenas as expressões *Matéria, Espaço e Energia*? A que plano pertencerá a expressão *Vida*? E a que outro plano pertencerá a expressão Consciência? Parece evidente que existe um Universo Ignorado, que não pode ser submetido à apreciação pelos mesmos métodos pelos quais estudamos o Universo Conhecido. O próprio *Tempo*, que foi considerado como uma expressão absoluta, não é hoje uma relação de Matéria e Espaço? A matéria, em última análise, não é

[617] Idem, ibidem, p. 9.
[618] Idem, ibidem, p. 9.
[619] Idem, ibidem, p. 9.
[620] "De um lado, perpetuando a evolução das Espécies, determinando o crescimento social, multiplicando os fatos objetivos na história, as energias cegas da Matéria e da Força, conjugando-se em renovados efeitos; de outro lado, prolongando indefinidamente o rumo da Civilização, no que esta tem de ético, especulativo, artístico e religioso, as energias poderosas da Afirmação e da Negação, criando as dúvidas fecundas e as certezas aventurosas". Idem, ibidem, p. 17.18.
[621] Segundo Salgado, "O inconsciente não erra". "Se o mundo inorgânico e os seres organizados, mas sem consciência, errassem, isso significaria que Deus errava. Só o homem erra, porque tem consciência e livre-arbítrio. O inconsciente não é movido por uma vontade interior, mas pela vontade exterior de um interferente, que é de um modo absoluto, Deus, e de um modo relativo, o homem". Idem, ibidem, p, 20.
[622] Idem, ibidem, p, 182.

> manifestação de Energia? Quando isso se dá no Universo Conhecido, (a permanente revisão dos métodos e das concepções) como poderemos aplicar os métodos do Mundo Tangível aos planos de uma natureza diferente?[623] .

Sua pretensão assumida foi expor uma concepção integral da ideia, do fato e do movimento. "*Ideia* e *fato* representam para nós uma coisa única, em traduções diferentes. A essência de uma como do outro *é una*, e ambas procedem do *movimento*, porque só este leva à revelação do Absoluto"[624]. Na concepção integralista, toda a realidade emana desse ente, sendo a matéria um desiderato do Espírito, ou Ideia, evidenciando seu apreço pela filosofia neoplatônica originada em Plotino, que tão forte influência exerceu sobre o pensamento de Santo Agostinho, uma das principais referências para a concepção da História escrita por Salgado.

> É que a História não se repete. Não é possível à Humanidade viver retrospectivamente. A marcha é para o Futuro. O Futuro é misterioso que só o desvendam os gênios políticos de um instante determinado. Notam-se, não há dúvida, semelhanças nos acontecimentos. Porque o processo social, no que ele tem de exteriorização, de expressão formal, opera-se no sentido uniforme do determinismo materialista. Mas o que há de essencial na transformação das sociedades, obedece às leis do espírito. E o espírito é o permanente improvisador. Seu arbítrio soberano é que domina a marcha do mundo. É ele que escreve a história[625].

Atingir o Absoluto seria a "ânsia permanente", o sentido de finalidade do "Espírito Humano". Esta aspiração explicaria segundo Salgado, a permanência e necessidade do fenômeno revolucionário na história. Nessa perspectiva, a revolução seria um fenômeno essencialmente ético, porque procederia do interesse do "Espírito Humano" em buscar a harmonia e o equilíbrio dos dois mundos. Em outras palavras, "O progresso do Espírito Humano obedece ao ritmo das revoluções. Esta afirmativa não exclui a concepção finalista da Sociedade e do Estado: toma, entretanto, as civilizações como fisionomias em perpétua mobilidade"[626].

Nessa perspectiva, a História é uma síntese da narrativa do desenvolvimento e da transformação do "Espírito", em sua perene aspiração de perfectibilidade. Essa ideia caracteriza o conceito de "revolução permanente" empregado no integralismo: "Por isso, a Revolução (direito sagrado do Espírito, interferência da Ideia Autônoma, golpe de Super-Homens

---

[623] SALGADO, Plínio. Psicologia da Revolução. op.cit., p, 184-185.
[624] Idem, ibidem, p. 179-180.
[625] SALGADO, Plínio. Os heróis. In: _____. **A Doutrina do Sigma**. op.cit., p.138-139. Artigo publicado originalmente em**: A Ofensiva**, Rio de Janeiro, 21 jun. p.1, 1934.
[626] SALGADO, Plínio. Psicologia da Revolução. op.cit., p, 14.

animados pela soberana força do Pensamento) é hoje, como foi sempre, universal"[627]. Por essa razão, o autor considera que a revolução seria um fenômeno cíclico, mas também um fenômeno permanente. Seria cíclico na sua interferência e permanente na sua elaboração [628]. A partir dessa elaboração inicial do conceito integralista de práxis, Reale conclui "A ideia é autônoma, mas não é absoluta. A inteligência não cria o fato, mas acrescenta a sua força ao fato bruto extra-espiritual. De resto, não há só Ideia no homem e não é só o homem que faz a história"[629].

Segundo a "Teoria da Revolução" de Salgado, essa se exprimiria segundo os seguintes princípios: o desenvolvimento das expressões objetivas da sociedade se processaria segundo a determinação da Ideia-Matéria, ou, fato histórico. O desenvolvimento das expressões subjetivas se processaria segundo a determinação arbitrária da Ideia-Força, ou ideia filosófica. O autor parte da premissa de que a Ideia-Força[630] pode interferir no fato histórico, sem poder, contudo, contrariar sua natureza material.

A realização objetiva da Ideia-Força no mundo material ocorreria à razão direta da relação entre a oportunidade histórica apresentada e o nível de intuição presente na interpretação do sentido social de um dado momento histórico[631]. O processo de evolução da ideia revolucionária varia conforme ela se aplica ao fato histórico. Transformada a ideia em fato, este desenvolveria sua própria dialética, segundo as contingências das leis do mundo material[632].

Para Salgado, as revoluções podem ser classificadas segundo os critérios de *tempo* e *espaço*, ou seja, podem ocorrer simultaneamente no espaço e no tempo (Independências dos povos americanos); podem efetivar-se apenas no tempo (Revolução Francesa e Russa); ou realizar-se somente no espaço (Movimentos nacionalistas da Irlanda, Egito, Índia). Em consequência, as revoluções seriam "geográfico-históricas"; "históricas"; ou "geográficas"[633]. Apreciadas quanto ao seu caráter fenomenológico, as revoluções seriam "subjetivas"[634],

---

[627] Idem, ibidem, p, 31.
[628] Idem, ibidem, p, 31.
[629] REALE, Miguel. Atualidades de um mundo antigo, op.cit., p. 28.
[630] "A Ideia-Força tem de ser heroica nas suas atitudes, perseverante na sua luta, cruel em seus desígnios e nas suas decisões. [...] A intransigência da Ideia-Força deve ser extremada. Seus processos devem ser ostensivos, de sorte a criar inimigos, pois o inimigo é a condição fundamental do êxito". Idem, ibidem, p. 56.
[631] SALGADO, Plínio. Psicologia da Revolução. op.cit., p, 22.
[632] Idem, ibidem, p, 180-181. Todavia, o autor adverte que estes princípios acima expostos referem-se exclusivamente às relações entre homem e sociedade, entre a ideia humana e o fato histórico, e não excluem os casos de "inspiração sobrenatural", cf.: SALGADO, Plínio. Psicologia da Revolução. op.cit., p. 22.
[633] Como revoluções históricas, o autor classifica a Francesa, a Russa, a Revolução Meiji no Japão, a Revolução Turca, a Revolução Fascista italiana, a Revolução Portuguesa, a Revolução Hitlerista na Alemanha e a Revolução Espanhola. Entre as revoluções geográficas, o autor inclui todas aquelas que obedecem a fatores econômicos regionais, e também sentimentos de independência ou desagregação. Idem, ibidem, p. 38.
[634] Quando "se efetivam mediante um movimento de ideias, operando no campo da filosofia, da sociologia, da política, transformações mentais, orientando novos processos de análise, de investigações, de dedução, novas concepções da dinâmica social [...]", tomando como exemplo a invasão do espírito grego, e depois do espírito cristão, no Império Romano, a Reforma, a Renascença e o Iluminismo. Idem, ibidem, p. 38-39.

"objetivas"[635], ou "subjetivas-objetivas"[636].

As revoluções objetivas podem proceder diretamente das revoluções subjetivas; coincidir com estas; antecedê-las; ou, anteceder, coincidir e continuar. ***No primeiro caso***, o movimento insurrecional revelar-se-ia como resultado da ação política ideológica e da propaganda. ***No segundo caso***, a modificação psicológica subconsciente dos grupos sociais acompanharia o processo de transformação ideológica, sem convergirem, contudo, para o cerne objetivo da oportunidade histórica dada. ***No terceiro caso***, a transformação do subconsciente das massas precede a evolução das ideias, precipitando o estágio pré-revolucionário às manifestações de desagregação das estruturas que até então mantinham um equilíbrio ultrapassado, falido, iniciando aí o processo de direcionamento e significação do movimento, incutindo neste a revolução subjetiva. ***No quarto caso***, as convulsões sociais manifestar-se-iam esporadicamente, em tempos e espaços difusos, sugerindo um "estado de espírito", contribuindo para a formação da revolução subjetiva, caminhando paralelamente a esta, podendo inclusive coincidir com ela no ponto de inflexão revolucionário, mas, em última instância, continuaria agindo deliberadamente *ad eternum*[637].

Salgado conclui que, "A primeira é a revolução da cultura; a segunda é o golpe técnico; a terceira é a revelação dos gênios; a quarta é o palco das mediocridades"[638]. Podemos concluir que, a "verdadeira revolução", segundo o parâmetro integralista, envolveria dois processos. Primeiro, deveria ser posta em ação uma revolução política que removesse as "forças anacrônicas" do aparelho do Estado, para assim transformá-lo, a partir da ação de um grupo selecionado de intelectuais qualificados. Tão logo fosse possível permitir o funcionamento do aparelho público segundo o novo conceito de Estado, o "Integral", seria acionado o segundo processo revolucionário, que visava à transformação da cultura, processo denominado na teoria por "revolução subjetiva", aparecendo mais na ideologia com o nome de "revolução espiritual".

Observado enquanto *práxis integralista*, também percebemos nitidamente a inversão dos pressupostos marxistas no pensamento político integralista. Ser "*integral*" significava mais do que simplesmente realizar a *síntese* das ciências fragmentadas pelo sentido de *análise* que teria marcado o século XIX[639]. Significava querer buscar uma visão total da realidade que enxergasse

---

[635] Seriam as que exprimem, através da força, sem sentido ideológico, as convulsões comuns ao estágio pré-revolucionário. Seriam revoluções pontuais, sem direcionamento, que servem apenas para precipitar o agravamento da crise e o advento da real revolução. Esse seria o caso da Revolução de 1930 no Brasil. Idem, ibidem, p. 39.

[636] Quando ambas, revolução subjetiva e revolução objetiva, coincidem no mesmo fato histórico, como teria sido desencadeado pela ação de homens como Lenin, e até certo ponto, Mussolini. Idem, ibidem, p. 39.

[637] SALGADO, Plínio. Psicologia da Revolução. op.cit., p. 38-42.

[638] Idem, ibidem, p. 42.

[639] SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. 5 ed. São Paulo: GRD,1995, p. 40.

unidade na multiplicidade, uma unidade compreendida em sua dualidade entre as forças dialéticas e complementares do *materialismo* e do *espiritualismo*. Ao atingir essa consciência de si e de si no universo, o "homem integral" poderia então atuar e interferir na realidade, crendo que "a ideia pode interferir no fato histórico"[640]. Aqui, o "Homem Integral" surge como símbolo do "Homem moderno", consciente de sua condição de ator histórico, capaz de interferir nos fatos sociais. Um dos melhores exemplos desse princípio teórico integralista pode ser analisado no Prefácio da 3ª Edição de 1937 da obra *Psicologia da Revolução*.

> Quanto à tese aqui exposta, ela está plenamente vitoriosa.
>
> Afirmei que o Homem pode interferir no curso da História: eu próprio fui realizar esse pensamento e operei a transformação da "ideia" em "fato". Suscitei novas circunstâncias na vida brasileira. Contrariei as leis do chamado materialismo histórico e do determinismo científico. [...] efetivei a minha intervenção no meio social deste país e demonstrei, não com palavras, mas com "ação", o acerto do pensamento central deste livro: - a "ideia-força" pode interferir no fato histórico. [...].
>
> Deus, que deu o livre arbítrio ao Homem, para que ele se servisse das leis do determinismo da matéria, para criar renovados efeitos, permitiu que eu conseguisse êxito completo na aplicação prática das ideias deste livro. E eu creio que Ele permitirá muito mais, porque, afirmando o arbítrio do Homem e os imperativos do mundo material, afirmei sobretudo, o poder da Providência, que preside, domina e completa, de modo maravilhoso e miraculoso, a harmonia de dois mundos que se interferem, se contrastam e se combinam produzindo a perpetuidade da criação na História[641].

Do ponto de vista filosófico e historiográfico, *Atualidades de um Mundo Antigo* (1936), nos traz as considerações mais valiosas sobre os princípios teóricos e filosóficos da escrita de Reale. Além das influências acadêmicas já citadas, Reale toma como ponto de partida a filosofia da história de Plínio Salgado, assumindo também a dialética entre materialismo e espiritualismo como móvel da história, sendo a "harmonia" o seu *telos* e maior ideal, "que todos nós almejamos alcançar no mundo agitado das ideias-força", uma vez que "Os nossos ideais de unidade, de igualdade, de justiça, de paz, de ordem, etc., são modalidades de um único ideal de harmonia, reflexo puro de nossa musicalidade interior, expressão do divino no homem"[642], asseverando, no entanto, ser falsa a impressão de que só possa haver harmonia na ausência de movimento, posto que harmonia, para ele, significava o *equilíbrio de movimentos*.

---

[640] SALGADO, Plínio. Psicologia da Revolução. In: _____. **Obras Completas**. São Paulo: Editora das Américas, 1955, v. 7, p. 14.
[641] Idem, ibidem, p. 14.
[642] REALE, Miguel. Considerações Gerais Sobre a História, op.cit., p. 25.

> Neste livro, de acordo com o método integral de que já me servi em outros trabalhos, mas que só agora procuro situar com clareza – eu estudo alguns valores universais da civilização grega considerada especialmente em sua parte política.
>
> Não pretendo apresentar o panorama de uma Cultura. Minha pretensão é mais restrita, meu objetivo é mais modesto. Da história grega escolhi alguns quadros expressivos, alguns momentos culminantes, os sinais ou índices da atitude elementar de espírito que caracterizou essa Cultura admirável que parece estranha a certos homens da América que alimentam a estulta pretensão de nada receber dela.
>
> Não é, pois, uma obra de história. O historiador torna-se contemporâneo dos fatos que narra, olha o universal na expressão do particular. Eu muitas vezes trago os fatos até nós, até à humanidade de hoje, depois de analisa-los segundo as categorias de tempo e espaço. São, portanto, ensaios de filosofia social e sociologia política[643].

Com clara influência do pensamento de Salgado, Reale acredita em uma História que é também uma "psicologia geral da humanidade", concluindo, portanto, que, a uma forma de "boa história" implicava "Em estudar e explicar o movimento, o vir a ser, segundo as leis de sua imanente ou transcendente harmonia consiste o segredo do historiador, o dever dos filósofos da história"[644]. Em *Formação da política burguesa*, Reale procurou apresentar uma síntese que, "Mais do que a sucessão contínua de fatos, preferimos fixar instantâneos expressivos, os índices marcantes das épocas, sem esquecer o impositivo da continuidade". Assim, o autor define o objetivo do livro:

> Nosso intuito é explicar a *civilização* burguesa e a *política* que lhe é própria, o que quer dizer, analisar a formação do *típico modo de ser, de agir e de reagir do indivíduo burguês no seio da sociedade e do Estado*. É claro que, para isso, assumimos uma atitude especial, tão certo como o objetivismo absoluto da história positivista não passa de uma aspiração medíocre e sem consistência[645].

Reale defendeu com veemência a posição que a História deveria assumir como uma ciência, e que nesse sentido os historiadores devem trabalhar para a formulação de leis gerais, que devem ser o objetivo de todo amplo esforço historiográfico. Sendo assim, "quer se considere necessário o conhecimento somente de leis causais ou de leis causais e finais, importa notar que o particular não se conhece senão mediante uma lei geral"[646].

> Ora, se nós estamos no início de uma nova Cultura, de uma civilização nova, o passado da Cultura burguesa adquiriu um valor que não lhe podiam dar aqueles que nela viveram segundo os seus padrões mentais.

---

[643] Idem, ibidem, p. 37.
[644] REALE, Miguel. Considerações Gerais Sobre a História, op.cit., p. 26.
[645] REALE, Miguel. Formação da política burguesa, op.cit., p. 130.
[646] Idem. Considerações Gerais Sobre a História, op.cit., p. 33.

> Uma civilização repousa sobre uma crença exclusiva em uma dada atitude do espírito, e é um complexo modo de ser, de pensar e de agir que domina os homens como um hábito, em que eles admitam possibilidades de reformas essenciais. Donde o desejo da perpetuação, o imperativo da imutabilidade.
>
> Mudar de civilização é mudar de atitude de espírito. E é, por conseguinte, mudar de atitude também em relação ao passado[647].

Miguel Reale via como um grande equívoco qualquer tese que fugisse ao problema, inevitável para a abordagem integralista, da *relação entre lei universal e fato singular da história*. Algumas dessas teses acabam enxergando o fato à maneira hegeliana, como "espírito", "mente", e portanto como "processo", "autogênese" e "desenvolvimento". Com esse tipo de visão, diz Reale, supunham fazer assim coincidir "realidade", "mentalidade" e "história", incorrendo no erro de procurar a verdade do fato histórico no interior do processo que seria, antes de mais nada, uma condição a priori para a verificação de cada fato particular, mas que acabava confundindo-se, no método, com o objeto de análise. Desse modo, escreviam a história como "Fenomenologia do espírito", desrespeitando completamente os limites entre história e filosofia, e, via de regra, impondo os métodos da segunda sobre a primeira, em prejuízo do conhecimento histórico.

> Reagindo contra o naturalismo histórico, incidem eles no erro do idealismo histórico: os primeiros – os naturalistas – sacrificam o sujeito, o homem, os valores autônomos do espírito; os segundos – os idealistas – sacrificam o objeto, as coisas. Ambos sacrificam a integridade da verdade. Ambos erram porque a verdade está na composição harmônica das duas teorias que são como que os dois olhos com que vemos as mesmas coisas do universo...[648].

Assim sendo, a filosofia da história e historiografia são, na abordagem integralista, partes diferenciadas de um mesmo processo de construção do conhecimento histórico, que envolve desde o ideal da acedia metodológica diante do objeto analisado até a imposição de um julgamento moral sobre os eventos históricos apresentados na síntese histórica integral. O rigor metodológico deveria ser mantido como base da pesquisa empírica, mas ao resultado da investigação deveria servir de fonte para uma avaliação da moral, do estudo das finalidades porque "Há uma ciência do Espírito e da Liberdade que aprecia os fatos e os atos segundo o *dever ser*"; por outro lado, "há uma ciência da *Natureza e do Determinismo* que é a do *mundo do ser*". Não são antagônicas nem auto excludentes, ao contrário, se complementam e

[647] REALE, Miguel. Formação da política burguesa, op.cit., p. 130-131.
[648] Idem, ibidem, p. 32.

influenciam reciprocamente, mas não se confundem "como fazem os materialistas de um lado, e os idealistas em campo oposto"[649].

> Fazendo abstração das causas finais, dos ideais que agitaram a humanidade através dos tempos, nós ficaríamos com um amontoado de fatos sem ligação, e a história deixaria de ser uma ciência do homem para ser uma simples aritmética de dados brutos: não seria nem mesmo ciência descritiva, pois é a psicologia que nos ensina que não é possível constatar sem procurar compreender e, na história, a compreensão só é possível segundo um fim[650].

O autor chama atenção para os riscos de tal visão se tornar uma desconsideração arbitrária ou ingênua das condições objetivas de lugar e tempo, forças individuais e sociais, instituições, usos e costumes, fatores étnicos, geográficos, etc., para se considerar apenas as finalidades dos atos e as ideias em si, pois "então a história perderia a sua característica fundamental e específica de estudo de fatos sociais particulares e concretos para se confundir com a filosofia moral. A história seria uma relação de atos criadores *ab nihilo* [...]"[651].

Tanto em *Formação da política burguesa* quanto em *Atualidades de um mundo antigo* Reale concorda com Spengler quando este afirma que não há apenas uma "Civilização", mas diversas civilizações, traçando assim uma "história das *Culturas*", especificamente das oito culturas que o autor identificou terem florescido até então na história. Em *Formação da política burguesa* escreveu E em lugar de considerar o Progresso como fluxo contínuo, só admite o progresso no sentido de desenvolvimento orgânico no interior de cada civilização, sendo esta unidade indissolúvel resultante *de um estado de espírito fundamental*[652]. Mas Reale não via possibilidade de se compreender o isolamento e a irredutibilidade das civilizações colocadas pelo relativista alemão, dizendo ser discordante porque "uma cultura sempre flui sobre as outras e, por maiores que sejam as variações de atitudes espirituais, sempre permanece a *unidade essencial do espírito humano que tem essas atitudes"*[653], afirmou em *Atualidades de um mundo antigo*.

> Um fato importante passado na Grécia de Péricles parece ligar-se em necessária e maravilhosa harmonia com todos os fatos anteriores e posteriores. Tudo é "como se" houvesse um plano de harmonia preestabelecido. Somos nós, no entanto,

[649] Idem, ibidem, p. 28.
[650] Idem, ibidem, p. 28.
[651] Idem, ibidem, p. 29.
[652] REALE, Miguel. Formação da política burguesa, op.cit., p. 130.
[653] REALE, Miguel. Considerações Gerais Sobre a História, op.cit., p. 29-30.

> que teimamos em ver o contínuo onde às vezes só pode haver o descontínuo e até mesmo o contraditório.
>
> Não quero dizer que não exista uma unidade, uma ligação objetiva entre os fatos históricos. Há sem dúvida, e contra essa unidade não é admissível a ligação arbitrária, subjetiva do historiador[654].

Reale admite a presença das descontinuidades na história como uma realidade sempre encontrada por qualquer investigador, mas se mostrava convencido sobre a validade da busca metodológica pelo sentido de unidade na síntese histórica, porque, afirma o autor, seria sempre possível identificar na história uma "linha de continuidade". Ao se debruçar sobre o particular e, sobremaneira, sobre o homem, se o historiador considera-lo como o fez Sorel, isto é, "o homem como uma soma de contingência introduzida no mundo", então deve haver um "centro de referência", "uma constante" que possa ser identificada pela abordagem integral da história como "*a identidade essencial da natureza humana através do tempo*".

Ao tratar da história dos equívocos de uma "história da Civilização" diante das potencialidades de uma "histórias das civilizações" que se torna, na verdade, uma "história das culturas", Reale remonta a um debate que deita raízes no iluminismo e no surgimento do conceito de nacionalismo, ao longo do debate travado entre as linhagens interpretativas abertas por Jean-Jacques Rousseau (1712-1788) e Johann G. von Herder (1744-1803), respectivamente a da "**Civilização**" e a da "**Cultura**"[655].

Para Rousseau, a origem do vício no homem estaria na desigualdade social, consideração que o levou a elaborar teses fundamentais para o desenvolvimento da democracia moderna, como as que se criaram a partir da hipótese de que o homem seria "bom" em estado de natureza, mas a vida social o corrompera, concepção conhecida como a do "bom selvagem", ou "homem natural"[656], que refutou a máxima *homo homini lupus* de Hobbes, mas embora não rejeitasse o progresso, o via caminhar *pari passu* à decadência da sociedade. Dessa forma, Rousseau propunha uma nova sociedade baseada nos princípios de igualdade e liberdade, que deveriam ser mantidos pela sociedade civil, aceita enquanto conceito universal de "civilização" submetida ao "Império da Lei". Para tal fim, um nacionalismo fervoroso seria essencial para a

---

654 Idem, ibidem, p. 26.

655 "Cultura tem sido um termo expressivo de uma forma de pensar que deita suas raízes na valorização do indivíduo singular, do solo nativo, do *Volk*. Este é um termo mais abrangente do que povo, pois se refere à união de um povo, ou parte dele, com uma 'essência' transcendental. Esta essência está identificada com o cosmos, com um mito de origem, mas sempre envolve a fusão do homem com a natureza. É ela a fonte da criatividade. Sentimentos comuns compõem a individualidade que é partilhada por todos os membros do *Volk*". OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. op.cit., p. 41.

656 Idem, ibidem, p. 33.

constituição de uma sociedade política e para "a regeneração moral e democrática de um povo"[657].

Herder recusava a ideia de contínuo progresso, embora reconhecesse uma cadeia de variações no tempo correspondentes à evolução universal da humanidade[658]. Herder propôs a ideia de que tal evolução também implicava na degeneração da "pureza original do homem", comparando os tempos primitivos à infância do homem. Assim, o passado apresentar-se-ia vivo representado pela poesia, pelas festas e danças populares de grupos que se mantinham mais próximos à natureza, modo de vida que estaria ameaçado pela influência de outras culturas. Este pensador defendia a singularidade de cada cultura, daí considerar a imitação e a penetração de outras culturas uma terrível ameaça ao que é particular a cada cultura singular. Sua ideia de um espírito do povo, ou "*Volksgeist*" opõe-se à noção de um código universal e válido para todos os homens.

Doravante, o processo civilizatório passava a ser visto como um processo contínuo e cumulativo, passível de ser universalmente difundido. Para muitos pensadores do período, entre eles Immanuel Kant, a cultura referia-se às condições morais do indivíduo, enquanto a civilização estaria relacionada às condições sociais, o que resultou, posteriormente, em uma associação entre cultura e valores espirituais e civilização e valores materiais[659].

Em 1918, Spengler afirma que as causas da "crise" apontada em *A decadência do Ocidente* estão no "problema da Civilização", guiado pela pergunta "O que é a civilização, concebida como consequência orgânico-lógica, como remate e término de uma cultura?"[660]. Conforme Spengler, em seu trabalho surge m unidas, pela primeira vez na historiografia, "civilização" e "culturas", até então separadas por uma antinomia ética, achavam-se agora empregadas "num sentido periódico, como expressões de uma sucessão orgânica, estrita e necessária". A "Civilização" é colocada como um destino inexorável de toda forma de cultura, e com essa definição acreditava ter solucionado um dos mais difíceis problemas da morfologia histórica. Assim, conclui, a princípio, que "Civilizações são os estados extremos, mais artificiosos, que uma espécie superior de homens é capaz de atingir. São um término. [...]. Representam um fim irrevogável, no qual sempre se chega, com absoluta necessidade"[661].

---

[657] Idem, ibidem, p. 35.
[658] "Cada época é um fim em si mesmo e um meio (primeira etapa) para o engrandecimento de outra, segundo um plano divino de educação. Herder combina relativismo histórico e segurança metafísico-religiosa, ao mesmo tempo em que se preocupa em determinar a causalidade". OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. op.cit., p. 36.
[659] Idem, ibidem, p. 36.
[660] SPENGLER, Oswald. **A decadência do Ocidente**. 3ed. Trad. Herbert Caro. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 46-47.
[661] SPENGLER, Oswald, op.cit., p. 47.

Com forte inspiração na teoria spengleriana e procurando absorver e superar o historicismo de Vico, o idealismo hegeliano e Croce, o irracionalismo relativista, como em Nietzsche, e o revisionismo revolucionário de matriz soreliana, na visão realeana, as "civilizações" não são categorias absolutas, rígidas, nem isoladas, mas "quadros nos quais cada época – segundo o seu caráter próprio – introduz determinados elementos, realçando determinados aspectos, ora outros. Em um sentido meta-histórico, o investigador e filósofo da história deve por em relevo a própria mudança de perspectiva do olhar dos historiadores sobre esses objetos ao longo da história da historiografia, pois essa mudança de posição do observador abre espaço para que novas luzes nos mostrem novas facetas do objeto analisado, transformando não necessariamente sua substância, mas o conhecimento que dele se tem, o que, para o historiador, quer dizer tudo: a interpretação e a síntese histórica.

> Naturalmente que toda explicação desse gênero repousa sobre princípios filosóficos. À filosofia cabe descobrir o sentido espiritual de uma época, estudar a atmosfera espiritual em que viveram os homens de um determinado período. Cumpre-lhe, ainda mais, ver o que permanece e o que muda de Civilização para Civilização, fixando a constância dos valores essenciais na mutação dos valores transitórios, esclarecendo enfim quais ideais passaram a ser fatos e quais novos ideias surgiram para impulsionar a humanidade. E dentro de cada civilização, o problema do destino humano sobre o leque das múltiplas e angustiosas interrogações...[662].

O método integral sugere que é nessa etapa metodológica de investigação de cada Cultura, em que se deve realizar a ligação sintética dos fatos, visto que "É à filosofia que cabe ver se há ou não uma linha geral de desenvolvimento, explicando as contradições e as repetições; enquanto que à sociologia compete fixar as leis condicionadoras dos fatos particulares". Assim, logo após ser claramente definido o "problema filosófico" abordado pelo historiador e filósofo da história, prossegue-se outra etapa, de análise e síntese de leis gerais da sociologia, que será aplicada na consideração da história social. Assim, o estudo filosófico das "finalidades" somar-se-ia aos estudos sociais das "causas eficientes", como chama o autor, que é o mundo objetivo onde se realiza a vida social. Aplicando a abordagem sugerida por seu método integral, na síntese das ciências especializadas, tão criticadas pelo autor por serem encaradas como "determinismos" ao invés de serem aceitas como pesquisas parciais sobre objetos de realidade muito mais múltipla e complexa, Reale entende que a filosofia da história deve pressupor o conhecimento das leis sociológicas, econômicas, antropológicas, antropográficas, jurídicas[663].

---

[662] REALE, Miguel. Considerações Gerais Sobre a História, op.cit., p. 30.
[663] REALE, Miguel. Considerações Gerais Sobre a História, op.cit., p. 37.

A análise sociológica e a síntese filosófica deveria ser acompanhada, a depender do caso e do objeto de análise, pela consideração da "vida interior" do homem, isto é, a psicologia: "a psicologia individual e a ação dos homens de exceção que Carlyle chama de Heróis; e a psicologia coletiva até o conceito de 'consciência nacional', todos fatores que por si só não explicam a história, mas sem os quais a história não se explica" [664]. A verdadeira síntese metodológica só era possível na integração do conjunto das observações particulares sobre a "realidade concreta".

"Filosofia, sociologia, economia e psicologia e é tudo?" A "religião", como a colocava Reale, constituía um objeto crucial para a filosofia da história, pois é onde se encontravam as angústias do coração humano na procura de uma explicação satisfatória para a vida, o sentimento de que "nós não somos tudo", mas também a consciência de que "somos mais que o caniço frágil que se dobra ao vento", a religião, afirma o autor, assumida não como mero "fato social" ou como "instituição de culto", mas vista antes de tudo como uma "força espiritual" primitiva e originária, "a religião não penetra no âmago da história? O problema do destino humano é religioso antes de ser filosófico. A história seria simples narração de fatos banais se dentro dela não palpitasse o eterno problema do homem e de seu destino"[665]. A partir dessa perspectiva, deveria se assumir que "O racional e o irracional do homem explicam o racional e o irracional da história"[666].

> Na história há o que é e o que deve ser e há mais ainda, o vir a ser, ou seja o dever ser que indefinidamente vai se transformando em ser. Uma geração possui o que outras ardentemente desejaram e as gerações seguintes formularão outros ideais. Na frente do homem brilhará sempre, com cada vez maior intensidade, o facho do ideal, do eterno ideal do Belo, do Bom, do Verdadeiro, e o homem seguirá o seu destino, ininterruptamente para Deus[667].

Destarte, os ditames de uma "boa história" impunham a consideração integral da complexidade dos fatores múltiplos que atuaram sobre a ação individual e na determinação de um fato histórico, devendo assim refletir "ideias e sentimentos", "tendências e vontades", e considerar a atuação conjugada de todos os motivos envolvidos, sejam eles religiosos, éticos, estéticos, econômicos, etc. Observar "todos os aspectos do problema", conforme a metodologia integralista de Reale, deve levar em conta cinco aspectos específicos durante a fase de análise

[664] Idem, ibidem, p. 31.
[665] REALE, Miguel. Considerações Gerais Sobre a História, op.cit., p. 31.
[666] Idem. Atualidades de um mundo antigo, op.cit., p. 26.
[667] Idem. Considerações Gerais Sobre a História, op.cit., p. 29.

do objeto, quais sejam: 1º) a interferência da ideia, a arbitrariedade decorrente de nosso livre poder de querer e de agir; 2º) o determinismo do mundo objetivo condicionando a nossa liberdade; 3º) o mundo do ser e as causas eficientes; 4º) o mundo do dever ser e as causas finais; 5º) a unidade substancial filosófica e sociológica na multiplicidade dos fatos particulares. O autor assevera que, o que se busca, antes de tudo, "não é uma teoria eclética, mas sim uma teoria *sintética*, *sigmática*, para a história"[668].

Assim, no paradigma integralista, o conhecimento histórico implicará uma teoria que abarque as ciências da ética e as ciências da natureza, com a pretensão de resolver a "crise" vivida nos antigos paradigmas do conhecimento, com uma solução de síntese de antigas antinomias e antagonismos entre "filosofia e história", "sociologia e história", "ciência e história". Desse modo, conclui Reale, "Criaremos, assim, uma '*historiografia integral*', longe do medíocre '*materialismo histórico*' que apresenta a sociedade como uma superestrutura da economia, da raça ou do meio físico"[669].

> Penso que as considerações feitas bastam para esclarecer o que *denomino concepção integral da história* cujo mérito consiste em possuir um método totalitário que procura sempre o complexo das causas, a ação dos múltiplos fatores, uns relativamente a outros; em reconhecer que não é possível escrever a história julgando os acontecimentos de um ciclo humano qualquer sem dar atenção aos ideais nele atuantes; em não admitir a possibilidade de traçar leis simples fixando o ritmo ou as fases do progresso; em atribuir um mero valor explicativo às leis referentes a ciclos ou fases, [...]; em confessar que o imprevisto é também uma constante na história; em dizer que o desejo incoercível de absoluto explica o progresso ininterrupto, o qual porém, não se processa regular e mecanicamente; em verificar que na história há mudança, há imprevisto, há revoluções; que através das mutações se descobre a permanência dos valores absolutos do espírito e da ordem moral que não podem ser reduzidos ao processo histórico; em admitir a existência de uma pluralidade de civilizações como um método, a fim de por em realce certas características históricas predominantes e fundamentais; em estudar ao mesmo tempo ação dos indivíduos, dos grupos e das sociedades como agentes da história; em reconhecer no envolver dos acontecimentos o coeficiente representado pela liberdade humana; em explicar os fatos segundo as leis causais das ciências naturais e as leis finais da ética; em não descuidar do estudo das condições objetivas do meio ambiente e em não procurar fora da história explicações que a própria história possa dar[670].

Deste modo, os intelectuais integralistas sob a chefia de Miguel Reale pretendiam por meio do método integral de construção do conhecimento fundamentado pela incorporação da apreensão linguística e mítico-religiosa da realidade aos métodos da ciência moderna, "anunciar

---

[668] Idem, ibidem, p. 32.
[669] Idem, ibidem, p. 32.
[670] REALE, Miguel. Introdução. Considerações Gerais Sobre a História. In: _____. Atualidades de um mundo antigo, p. 34-35.

uma nova ciência" [671]. Miguel Reale, Plínio Salgado e os demais intelectuais da AIB fizeram parte de uma geração de intelectuais caracterizados por seus discursos em que articulavam a estrutura funcional dos mitos políticos mais às suas teorias do conhecimento, apresentando conceitos sociais e políticos novos ou reformulados, na tentativa de suscitar a revolução cultural e política, usando para isso a destreza e a especialização de "artesãos hábeis e matreiros", como disse Cassirer [672].

671 SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade, op.cit., p. 11.
672 CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**. op.cit., 327.

CAPÍTULO 3
A BALANÇA E A ESPADA: A TEORIA INTEGRAL DO DIREITO E DO ESTADO

> Na história tudo se justifica por si mesmo. Só no plano ético é possível apreciar segundo um critério de valor.
>
> Miguel Reale, **O Estado Moderno**

À luz dos conflitos internos evidenciados nas análises sobre as *Memórias* de Reale na AIB, emergiram questões de fundo teórico em cotejo com a historiografia integralista que tem se ocupado na identificação de "origens", "culturas políticas" e "ideologias" fundantes do pensamento político integralista, bem como em explicitar as heterogeneidades dessa formação no interior do movimento integralista pelo destaque à obra particular de cada um dos intelectuais que compuseram a rede em nível nacional em que se constituiu a *intelligentsia* integralista. O pensamento de Miguel Reale é normalmente apontado como referência para uma dessas grandes linhagens do pensamento integralista. Mas ainda não existe nenhum consenso quanto às principais características desse pensamento, que possam ser identificadas em conceitos historicamente bem delimitados.

Aqui nota-se um problema referente à abordagem metodológica da fonte. Os conceitos tradicionalmente empregados na linguagem utilizada nas fontes, serve ao historiador como um "acesso heurístico" para a compreensão de significados em uso no passado. À falta desses conceitos, o historiador pode se servir de conceitos formulados posteriormente ao período histórico de que provém as suas fontes, as "categorias científicas" do conhecimento. Porém, quando o ocorre do mesmo termo designar o conceito historicamente datado e a categoria científica posteriormente formulada, torna-se essencial ao trabalho de investigação diferenciá-los, seguindo assim um procedimento básico na história dos conceitos[673].

Identificar as características fundamentais do pensamento político realeano acaba sendo, pois, identificar uma ampla linhagem no interior da AIB também? Com essa pergunta procuramos perceber, através da noção de culturas políticas, por um lado, e mantendo nossa abordagem linguística e contextualista das fontes, explicar, apresentando o cruzamento de análises em diacronia dos conceitos básicos empregados pelo autor e demonstrando a forma como eram empregados na construção de seu discurso à procura de seus significados históricos. Nossa posição analítica parte da percepção de uma doutrina realeana que permaneceu a meio-

[673] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., p. 305.

caminho entre a tendências *autoritárias* e *totalitárias* em muitos aspectos, mas procurou manter-se fiel a tradições sobre as quais ele erigiu sua práxis de inspiração fascista.

Em um artigo recente sobre o pensamento corporativista de Miguel Reale, Bertonha diz que, "a sua visão de mundo parecia realmente mais próxima do "**primeiro fascismo**" do que do "**segundo fascismo**", de forma que corporativismo, hierarquia e ordem faziam muito mais sentido para ele do que racismo, antissemitismo e mobilização popular" além do que, "Também há sinais claros de que suas perspectivas, dentro da AIB, não eram exatamente as mesmas de Salgado ou de Barroso"[674]. Tradições do pensamento e da ação política que se colocavam em colisão com alguns dos alicerces do *pensamento conservador tradicional*, uma vez que temos defendido nessa pesquisa que o integralismo de Miguel Reale se caracteriza, antes de tudo, por apresentar uma *cultura política fascista*[675] inspirada no modelo de *partido revolucionário militarizado de direita*[676]. Deste modo, pensar a *teoria do integralismo* de Miguel Reale não se coloca apenas como investigar uma linhagem específica da AIB apenas, mas o próprio significado do movimento integralista nos anos 1930.

Nas palavras do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, os estudos que enfatizam a capacidade agregadora das representações não supõem coincidência entre classe e política[677]. Isto quer dizer que determinadas culturas políticas, cujas tradições tenham ganhado solidez com o passar do tempo (como no caso do republicanismo, comunismo, fascismo, integralismo) tendem a abranger indivíduos entre classes sociais diversas, acentuando a ideia de pluralidade, não apenas entre os grupos em disputa, mas no próprio interior dos grupos. Por outro lado, segundo Motta, o conceito de ideologia pode ser tomado de empréstimo ao pensamento marxista, se for considerado como "um conjunto de ideias que dá forma a determinados projetos políticos e impele à luta pela conquista do poder". Admitimos, assim como o autor, que a noção de culturas políticas extrapola a ideologia, ao movimentar sentimentos, valores, representações, afetividades e formas de sociabilidade tradicionais. Nessa visão proposta pelo "paradigma culturalista", a força da noção de culturas políticas se encontra na percepção de que parte das pessoas adere menos pela concordância com as ideias e mais por identificar-se com os valores e as tradições representadas pelo grupo[678].

---

[674] BERTONHA, João Fábio, op.cit., p. 283.
[675] STERNHELL, Zeev, op.cit.
[676] PINTO, António Costa. Fascism: a "revolutionaru right" in interwar Europe, op.cit.
[677] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____. (org.). **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 26-27.
[678] Idem, ibidem, p. 27.

Como sugere Francisco Carlos Teixeira da Silva, nossa metodologia preconizou pela identificação da união intrínseca entre a *língua* e a *ação* dos atores históricos em análise, "*a exposição de sua própria linguagem através de sua própria consciência, de acordo com a forma que é exposta pelos mesmos e conforme a doutrina exposta por suas lideranças*, comparando com sua *práxis*"[...][679], ou seja, confrontando dinamicamente a performance linguística individual de Reale com sua ação em relação à análise da organização, estilo e a impulsão diretiva do fascismo brasileiro. Assim, levamos em conta a relação intrínseca entre o "*fazer*" e o "*falar*" fascista, entendidas, como diz o historiador, "um conjunto de ideias levadas ao extremo de sua enunciação", de modo que esse "fazer" se fazia "com a mesma coerência de sua enunciação, mesmo que para outras lógicas pareça de forma confusa e contraditória", ou dito de outra forma, "a oscilação típica do fascismo – não recobrem a distância entre intenção e gesto, mas sim o processo de construção das condições de aceitabilidade do próprio fascismo perante as massas"[680].

Identificar as diferenças implementadas com as mudanças estatutárias da AIB, quer dizer analisar as transformações na *experiência* e na *expectativa*[681], quando ocorrem transformações na elaboração do conceito de integralismo, feita no calor da hora. Isso não quer dizer identificar um "primeiro integralismo" com um "primeiro fascismo autoritário" e um "segundo integralismo" com um "segundo fascismo totalitário". O fascismo italiano possui essa particularidade em sua história. O integralismo brasileiro possui outras. Autoritarismo e totalitarismo conviveram na AIB enquanto tradições, ideologias, culturas políticas e conceitos sociais e políticos, mas não apenas na forma de correntes monolíticas heterogêneas entre si. Na doutrina realeana, por exemplo, é possível notar a presença das duas influências, emergindo com mais força cada uma de acordo com o desenvolvimento do pensamento do autor e o desenrolar dos acontecimentos que definiam os destinos da AIB, inevitavelmente atados ao seu naquele momento. Tratado como tradução de uma cultura política e analisado amiúde em seu desenvolvimento no tempo, o significado de *síntese* do integralismo fica mais compreensível para nós através da própria teoria do integralismo.

No capítulo "Fontes do Fascismo" de *O Estado Moderno*[682], Reale toma por partida os estudos de seu professor, o ministro da Justiça Vicente Rao[683], sobre o fascismo, o hitlerismo e

---

679 679 SILVA, Francisco Carlos T. Fascismo. Memória e Historiografia, op.cit., p. 174-175.
680 Idem, ibidem, p. 175.
681 KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit.
682 REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 95.
683 Vicente Paulo Francisco Rao (1892-1978). Jurista, professor e político paulista. Participou da criação do Partido Democrático (PD) em 1926. Foi chefe de Polícia de São Paulo (1930). Com o rompimento do PD com o governo em 1932, se une à Frente Única Paulista (FUP), sendo exilado para França, retornando em 1934, quando funda o

o bolchevismo, para investigar as origens do pensamento político fascista. Nelas, o emérito professor identifico 1º) o *socialismo sindicalista*; 2º) a *doutrina do direito objetivo*; 3º) a *teoria e a técnica moderna da violência*. Neste capítulo nos deteremos brevemente sobre essas fontes do fascismo investigadas por Reale para a composição de sua própria teoria do integralismo[684].

É no cenário filosófico do começo do século XX, de disputa entre as direitas e esquerdas hegelianas pela dominância ideológica nos movimentos políticos, e em meio ao debate jurídico travado entre naturalistas e positivistas pela superação da filosofia do direito hegeliana, Reale procurou elaborar uma teoria do direito que fosse antihegeliana, construindo uma argumentação teórica que muito devia à crítica impetrada pelo movimento neokantiano ao positivismo jurídico de Hans Kelsen, extraindo da *Metafísica dos Costumes* de Kant, talvez o mais "Iluminista" dentre os filósofos do "Século das Luzes" e pilar do jusnaturalismo liberal que Reale atacou. Isso nos demonstra que simplesmente enquadrar este pensamento como parte de uma tradição "anti-intelectual", "irracionalista" ou "intoxicada pelo misticismo", parte de um grande movimento "anti-iluminista", pode trazer imprecisões na análise de casos particulares se não for matizada corretamente[685].

A própria herança filosófica-política-ideológica do hegelianismo parece ainda pouco compreendida, quando os movimentos nascidos da filosofia da direita hegeliana são diretamente associados ao "irracionalismo", quando na raiz desse tronco de pensamento que será, com certeza, vincado pelo retorno triunfante do mito, mas continuava a assentar na profética máxima que Hegel escreve no prefácio aos *Princípios da Filosofia do Direito*, "*O que é racional é real e o que é real é racional*"[686], vaticinando assim que "A missão da filosofia está em conceber o que é, porque o que é, é a razão. No que se refere aos indivíduos, cada um é filho de seu tempo; assim também para a filosofia que, no pensamento, pensa o seu tempo"[687], ou, como diz Cassirer, "Hegel não procura a 'Ideia' em qualquer espaço supercelestial. Encontra-a na atualidade da vida social do homem e das lutas políticas"[688]. Desse modo, em

---

Partido Constitucionalista com Armando Salles. Em 1934, assume o cargo de ministro da Justiça e Negócios Exteriores (1934-1937), tendo sido o responsável pela redação da *Lei de Segurança Nacional de 1935* e por ter colocado a ANL na ilegalidade em julho do mesmo ano. Ainda em 1934, participa da fundação da USP, onde assume o cargo de professor na Faculdade de Direito. Em 1936, Rao, como ministro, criou a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. Com o golpe do Estado Novo em 1937, Rao deixa o Ministério e acaba exonerado da Faculdade de Direito, supostamente por manifestar críticas ao regime. CPDOC-FGV. Vicente Rao. Biografias. **A Era Vargas**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Vicente_Rao, acessado em 19 mar 2018.

[684] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 95.

[685] GREGOR, A. James. **Mussolini's Intellectuals**: Fascist Social and Political Thought. Princeton: Princeton University Press, 2005, p. 1-5.

[686] HEGEL, Georg Wilhelm F. **Princípios da Filosofia do Direito**, op.cit., p. 13.

[687] Idem, ibidem, p. 14.

[688] CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**, op.cit., p. 303.

Hegel, a filosofia do direito e a concepção do Estado são apreendidos na História, que se torna com sua filosofia, a verdadeira face de Deus em sua contínua realização, e o Estado, o eixo de gravidade e ápice do "Espírito Universal".

Através do estudo de filósofos do direito do neokantismo e do positivismo jurídicos, como Radbruch, Del Vecchio, Stammler e Kelsen, Reale elaborou conceitos e métodos básicos que, como veremos, foram colocados em prática por Reale nos anos 1930 no desenvolver de sua "***ciência política integral***". Um dos principais produtos desse esforço foi seu primeiro livro integralista, *O Estado Moderno*[689](1934). Não menos verdadeiro é dizer que o *paradigma culturalista* delineado nessa época em sua obra, à luz de Max Weber, se constituirá em fundamento da *Teoria do Direito e do Estado* (1940) e da *Teoria Tridimensional do Direito* (1968).

Autoritarismo e totalitarismo formaram a mesma cultura política integralista. A militarização em larga e acelerada escala que caracteriza a primeira fase da AIB, que podemos chamar de "*primeiro integralismo*", definido formalmente pelos Estatutos de 1934. Essa fase é caracterizada pela proeminência do Departamento de Milícia. O aumento exponencial dos conflitos e a escalada da paranoia anticomunista colocaram a Milícia, comandada por Gustavo Barroso, e seu serviço de contra-inteligência em uma posição central nos jogos de poder da AIB, imprimindo sua forte presença na cultura política integralista "revolucionária" do *Manifesto* e do primeiro *Estatuto*. É a fase de fundação, definição e consolidação do integralismo.

O "segundo integralismo" se forma sob duas perspectivas paradoxais: de um lado, a repressão da Lei de Segurança Nacional de 1935 e do estado de emergência decretado no mesmo ano e renovado no ano seguinte – é o fim das Milícias Integralistas e um duro golpe para Barroso, mas isso não cessa a violência nas ruas completamente e, o terrorismo simbólico aumenta de um modo geral no contexto após o levante aliancista de 1935; de outro lado, a perspectiva democrática das eleições presidenciais previstas para março de 1938 que, aproveitando a redefinição do movimento de associação civil para partido político em 1936, colocava o discurso revolucionário de até então em uma nova ordem, multiplicando os textos que explicam o significado da assim chamada "*democracia integralista*" ou "*democracia orgânica*", ou ainda "*Estado ético*" e, é claro, "*Estado Integral*"[690]. O foco eleitoral que caracteriza esse "segundo integralismo", que é o da expansão e apogeu da AIB, exige uma

---

[689] VITORINO, Orlando. Prefácio do Tradutor à 1ª Edição. In: HEGEL, Georg Wilhelm F. **Princípios da Filosofia do Direito**. 2ed. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1976, p. XIX.

[690] REALE, Miguel. Integralismo e Democracia. **Panorama**. São Paulo, n. 14, ano II, pp. 1-5

postura mais ordeira e menos revolucionária da militância, aumentando os esforços do partido nas práticas de assistência social e alfabetização etc. Foi a fase com o maior número de adeptos e de maior desenvolvimento do seu modelo "pré-estatal"[691].

É claro que não presumimos divisão estanque entre "um" e "outro" integralismo, ensejando uma visão decerto equivocada sobre o que se quer dizer com "integralismos". Desejamos tornar as claras as nuances da cultura política integralista em formação nos anos 1930, e não necessariamente propor uma "anatomia" que desseca o objeto histórico de forma indiferente aos seus significados internos em perspectiva histórica. Destarte, falamos em dois momentos de uma instituição e na pluralidade de tendências que se formaram na AIB. Ao invés de identificar o "primeiro integralismo" com o autoritarismo como colocam Gentile e De Felice[692], o identificamos como "fase revolucionária"; a segunda, ao invés de "totalitária", seria uma fase "eleitoral", que, como vimos, terminando com o golpe de 10 de novembro de 1937, abriu passagem para a ação da tendência "revolucionária", ou seja, a ala disposta a depor o governo por um movimento armado, se possível o fosse, com o apoio das massas.

Em um de seus mais conhecidos estudos, *Para a crítica da violência*, Walter Benjamin diz que, independentemente das suas causas, a *violência* só se constitui verdadeiramente enquanto tal, quando passa a interferir no núcleo ético das relações sociais, cuja esfera é designada pelos conceitos de *direito* e de *justiça*. Desse modo fica estabelecida a relação mais elementar de toda a ordenação do direito, que é aquela entre *os fins e os meios* para se atingir esses fins[693]. O historiador empregou a palavra alemã "*Gewalt*" para designar "violência" como "poder". Assim Benjamin demarca uma distinção entre a "violência-como-poder" do direito do Estado e a "violência-como-poder" da greve revolucionária. Chegou assim, a uma conclusão paradigmática para a teoria da História hoje, observando seu próprio tempo, o Entreguerras (do qual também foi vítima, na Espanha, em 1940, por ser judeu, marxista e antifascista), afirmando que a classe trabalhadora constituía, ao lado dos Estados, os únicos sujeitos de direito a quem caberia, naquele tempo, um "direito à violência"[694].

Uma ação suicida como aquela apreendida pelos jovens camisas-verdes fuzilados no *putsch* de 1938 só pode ser realmente compreendida por nós hoje, se entendermos o tempo histórico do Entreguerras pelo seu horizonte de expectativa em que despontava a era dominada

---

[691] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit.
[692] GENTILE, Emilio; DE FELICE, Renzo. **A Itália de Mussolini e a origem do fascismo**. Trad. Fátima Conceição Murad. São Paulo: Ícone, 1988.
[693] BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência. In: _____. **Escritos sobre linguagem e mito**. 2ed. Trad. Susana Kampf Lages; Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades, 2013, p. 121.
[694] Idem, ibidem, p. 128.

pela "ideologia e terror"[695] na ciência política antidemocrática que tomou sua força de Hegel e Maquiavel[696], encontrando sua realização última no "paradigma do campo de concentração"[697], na transformação radical do conceito de "estado de exceção" em "Estado de exceção", fundamento da nova soberania que os regimes totalitaristas procuravam[698].

3.1 O "conservadorismo" na doutrina realeana: considerações histórico-conceituais

De acordo com Hélgio Trindade, o tipo de estrutura organizativa desenvolvida pelo integralismo (a burocracia organizada através dos órgãos, funções, papéis e comportamentos previstos pelos protocolos e rituais; as relações rígidas entre os órgãos de enquadramento disciplinar dos militantes, incluindo as milícias e a alta hierarquia) superou a função meramente instrumental de enquadramento autoritário, e conformou a tendência "*totalitária*" do movimento. A AIB incorporou uma nova dimensão de nível de organização que o autor classifica como uma "pré-figuração do Estado Integral", entre 1932 e 1936, quando teria sido configurada a organização burocrática totalitária da AIB, revelando uma experimentação após 1936 do modelo pré-estatal, "em escala reduzida", do Estado Integral[699]. Muito embora a concordância com essa interpretação de Trindade seja uma das bases sobre a qual assenta essa tese, a pesquisa de Trindade ainda não responde inteiramente nossas perguntas sobre o pensamento político de Reale.

Ricardo Benzaquen de Araújo entendeu na ideologia elaborada especificamente por Salgado, a "afirmação de um projeto de cidadania e soberania popular através de uma modalidade radical de mobilização, que envolve a tudo e a todos, de forma permanente e ilimitada, na defesa de seus ideais"[700]. E por isso mesmo, poderíamos entender como *totalitário* o projeto revolucionário de Plínio Salgado, contrastando, mas não de forma de excludente, com a sua postura autoritária e com a visão conservadora que mantinham em face ao processo de modernização do país e a ampliação controlada de direitos sociais e políticos. Com relação ao pensamento de Miguel Reale, Araújo o percebe como um "integralismo-conservador",

---

[695] ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, op.cit.
[696] CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**, op.cit., p. 289-320.
[697] AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
[698] SCHMIDT, Carl. **Teología Política**: Cuatro Ensaios Sobre la Soberanía. Trad. Francisco Javier Conde. Buenos Ayres: Editorial Struhart & Cia, 2005.
[699] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 161-175.
[700] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Totalitarismo e Revolução**, op.cit., p. 22.

moderado pela erudição, em contraste ao "integralismo-totalitário" de Salgado e Gustavo Barroso[701].

Manuel Palácios[702] possui uma hipótese interessante que merece ser estudada mais a fundo, mas determo-nos nela agora com o afinco que exige fugiria ao escopo inicial proposto para esta tese, contudo, parece ser importante investigar até que ponto o socialismo liberal de Reale é devedor ou não desse liberalismo oligárquico elitista, mas também modernizador. Segundo essa hipótese, a influência do "primeiro fascismo" que Reale admite ter simpatizado serviu ao autor um vasto repertório de argumentos para reelaborar uma tradição política elitista em voga nas classes altas e oligarquias paulistas, que apresenta representantes de peso, como o ex-presidente Campos Salles[703].

A abordagem que Miguel Reale apresenta do "atraso brasileiro", segundo Manuel Palacios, que só encontra fragmentação e apatia das elites ao povo, apresenta um projeto de reforma de toda uma "mentalidade", pode ser visto também nas reflexões dos intelectuais paulistas, cuja tradição possui várias versões, "da perspectiva liberal-oligárquica de um Campos Sales ao projeto fordista de sua burguesia industrial dos anos 20; do Jeca Tatu de Monteiro Lobato ao programa educacional do pós-guerra" de modo que, contraditoriamente à crítica dos intelectuais autoritários antiliberais, essa tradição apresenta um tema caro à ilustração brasileira da virada do século XIX para o XX: "a emancipação do homem por intermédio da educação e do trabalho"[704].

Os "críticos autoritários" da Primeira República são também críticos da tradição ilustrada liberal do século XIX, e Miguel Reale aparece em meio a esta tradição. Nesse campo da intelectualidade brasileira dos 1930, sustenta Manuel Palacios "busca-se uma síntese que expresse "realidade brasileira" e os valores de sua gente. Recusam a percepção de contrastes que conduzam a conflitos irredutíveis. O que parecem buscar é um modo de se conceber a mudança, sem que o social se cindido em mundos que não se reconhecem. Nessa revisão do ímpeto transformador da *intelligentsia* ilustrada aproxima-se do realismo político dos juristas do Império, organizadores do Estado nacional"[705]. Seguindo esse viés interpretativo original e de fato criativo, Manuel Palacios apresenta uma definição que não acolhemos inteiramente:

---

[701] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. In Medio Virtus, op.cit, p. 5.
[702] MELO, Manuel Palacios C., op.cit., p. 130-131.
[703] O ex-presidente Campos Salles parece ter sido realmente um grande exemplo para Miguel Reale. Em *O Estado Moderno*, o autor integralista exalta *Da propaganda à Presidência* (1908), de Campos Salles, colocando-o na mesma página ao lado de Disraeli e Gladstone, igualando-os em quilate intelectual e político. Cf.: REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 63.
[704] MELO, Manuel Palacios C., op.cit., p. 133.
[705] Idem, ibidem., p. 132.

> O integralismo de Miguel Reale, com seu viés anticapitalista e antiburguês, reelabora a perspectiva de uma reforma ético-moral do Brasil, [...], com a crítica da tradição ilustrada brasileira, naquilo que ela contém de potencialmente disruptivo. O resultado é uma espécie de conservadorismo ilustrado[706].

O sociólogo Alexandre Pinheiro Ramos, realizando uma abordagem à luz da obra de Mannheim, enxerga no intelectual integralista uma tendência "conservadora", porque, afirma, "observamos nele a manutenção de ideias que, tidas como naturais antes de um 'ataque ideológico', agora precisam sofrer uma reflexão, ou seja, toma-se consciência delas e de como são executadas na sociedade"[707]. Desta conceituação sociológica de Mannheim, Ramos crê que Reale possuiu uma visão eminentemente conservadora da "questão social", por que defendia a continuidade da noção de uma desigualdade quase que natural entre os indivíduos, dentro da hierarquia do corpo social, e que esta diferença deveria ser refletida no Estado. Assim, Ramos enxerga a "utopia conservadora" de Mannheim na interpretação que faz do pensamento político de Reale, assumindo que se processara em seu pensamento uma pretensão de "conservação", colocando que "*a manutenção de ideias que, tidas como naturais antes de um 'ataque ideológico', agora precisam sofrer reflexão*"[708]. Essa tem sido uma tendência sociológica dominante entre os estudos que procuram compreender o pensamento realeano como conservador.

O conceito atual de "conservadorismo" foi criado (com significado positivo) para indicar uma postura militante de reação clerical e política contra as consequências da Revolução Francesa, ganhando uso universal na primeira metade do século XIX. Para Karl Mannheim, uma das visões mais correntes na literatura sobre essa temática, o conservadorismo normalmente se opõe menos às instituições pós-Revolução Francesa do que à ideia de participação popular democrática nelas. A História é entendida pelo pensamento conservador como um processo orgânico de evolução e enraizamento, representada pela imagem da "árvore" da "Tradição", em oposição ao universalismo progressista[709].

O *conservadorismo radical*, por sua vez, é visto como o enfatiza os sentimentos e a intuição, sendo extremamente anti-intelectual, "valoriza o mito como forma de saber e,

---

[706] MELO, Manuel Palacios C., p. 133.
[707] RAMOS, Alexandre Pinheiro Ramos. Estado, corporativismo e utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937), op.cit, p. 4-5.
[708] Mannheim diz que "Somente o contra-ataque de classes oponentes e a sua tendência a romper com os limites da ordem existente irá motivar a mentalidades conservadora para questionar as bases de seu domínio, ocasionando necessariamente, entre os conservadores, as reflexões histórico-filosóficas concernentes a eles mesmos. Surge, dessa forma, uma contra-utopia que serve como meio de auto-orientação e de defesa". MANNHEIM, Karl. **A Ideologia e a Utopia**, op.cit., p. 253.
[709] MANNHEIM. Karl. **Ideologia e Utopia**. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 256.

diferentemente do conservadorismo, torna-se uma potencial ideologia para a mobilização política dos marginalizados". Desse modo, "O conservadorismo radical combina uma reação antiburguesa, antiglobalização, antiliberal e a crítica da homogeneização da cultura com uma postura anti-reflexiva. Assim como o conservadorismo, valoriza os progressos materiais e espirituais que o saber científico pode trazer, mas os aceita enquadrando-os em certas exigências morais". [710]

Francisco Carlos Teixeira da Silva apresenta uma revisão desse conceito de "conservadorismo" que se tornou dominante por meio por Karl Mannheim, qual seja, o *conservadorismo como ideologia reativa, antirracionalista e de Antigo Regime*. Como contraponto, o historiador apresenta o conceito de conservadorismo como uma das *vias de formação da modernidade*. O problema da abordagem de Mannheim estaria na análise das fontes, cuja pluralidade de suas especificidades quebram a perspectiva de um único conservadorismo. Por fim, Em Mannheim, o conceito de "Direita" surgiria quase como sinonímia de "conservadorismo"[711]. Para Francisco Carlos Teixeira, o conservadorismo não seria uma mera uma reação feudal, antiburguesa, à Revolução Francesa. Estaríamos agora em face a uma reação de parcelas estabelecidas pela própria burguesia.

De uma perspectiva histórica, ao contrário dos rumos que tomou Plínio Salgado após o fechamento da AIB, assumindo o caminho político do conservadorismo[712], Miguel Reale, ao longo de seus anos na AIB, se indispôs seriamente com os grupos do pensamento conservador católico no país. Nesse caso, concordamos com Bertonha que a influência católica, diferentemente de Barroso e, especialmente, de Salgado, para o chefe de Doutrina da AIB, parece ser bem pequena, ou quase inexistente. De fato, Reale afirmou que seus textos deixavam explícito o fato de que o integralismo não era um movimento católico e monarquista, o que parece ter irritado pensadores católicos conservadores como Plínio Correa de Oliveira (futuro fundador da TFP – Tradição, Família e Propriedade) e o grupo do jornal católico-conservador

---

[710] VIANNA, Alexander Martins. Conservadorismo. In: SILVA, Francisco Carlos T; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**, op.cit. p. 96-98.

[711] Gablentz lista três grandes matrizes de conservadorismos - ***Legitimistas restauradores***, ***reformistas conservadores*** e ***reacionários***. *Legitimistas restauradores* (ao lado dos regressistas românticos) buscavam uma Idade Média idealizada. *Conservadorismo reformista* (ao lado da monarquia absoluta), sem a ditadura da burocracia e sem a ditadura da soberania popular. *Reacionários*, caracterizados pelo oportunismo da classe dirigente (sem reforma ou restauração). SILVA, Francisco Carlos. T. Redefinindo a Direita. In: _____. MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**, op.cit., p. 16-17.

[712] GONÇALVES, Leandro Pereira. Quinto evangelista ou quinto colunista? In: _____. **Plínio Salgado**, op.cit, p. 166-183.

O Legionário[713]. Bertonha ressalta que poucos estudos[714] tentaram demonstrar Reale como um pensador mais próximo a um integralismo católico que fascista, mais próximo a Charles Maurras que a Mussolini, mas isso é por certo um grande equívoco[715].

Em entrevista concedida a Hélgio Trindade[716], Miguel Reale afirmou que a publicação de um de seus primeiros escritos integralistas, *A posição do Integralismo*, em novembro de 1932, o afastou irremediavelmente do grupo monarquista católico de inspiração maurrasiana, Ação Imperial Pátria-Nova, em função da afirmação republicana que Reale imprimiu ao movimento. Além disso, Reale apresenta ao longo de toda sua trajetória na AIB como jornalista e doutrinador, críticas mais ou menos veladas à hipocrisia da Igreja diante da "questão social", quando esta se escorava nas "políticas sem Estado" liberais.

As conhecidas alternativas liberais das "políticas sem Estado", como as chamou Robert Castel[717] – a filantropia e o caritativismo, por exemplo – são atacadas por Reale, que as considera iniciativas vãs, quando não totalmente hipócritas e, claramente, não seriam suficientes para alterar a natureza de um sistema de produção e distribuição de bens que trata os homens como mercadorias, lançando-os na miséria, e consequentemente no desespero e no radicalismo da luta social. Reale ilustra a questão nos seguintes termos:

> Certos homens dirão:
> - "Isso é devido à falta de sentimentos bons na classe patronal. O regime liberal nada tem que ver com a ganância dos patrões. Iniciemos uma grandiosa campanha em prol do fortalecimento do espírito caritativo entre as classes abastadas! Vamos pedir a Deus para iluminar os olhos obscurecidos pela cobiça! Façamos pregação moral..."
> É possível que esses pregadores de moral estejam cheios de boas intenções. Mas não há dúvida que lhes falta o senso vivo das realidades concretas[718].

Assim, Reale esboçava, de uma forma que o conservador e religioso Plínio Salgado nunca o faria, uma crítica ao moralismo das pregações pastorais, e a falta de "senso vivo das realidades

---

[713] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 75-88.
[714] CF.: MERQUIOR, José Guilherme. Situação de Miguel Reale, **Revista USP**, v.9, p. 145-150, 1991.
[715] BERTONHA, João F. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, nº 66, p. 269-286, 2013, P. 230.
[716] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 119.
[717] Como nos adverte Robert Castel, "Entre o liberalismo 'utópico' do século XVIII e o que impôs sua marca à sociedade industrial, produziu-se um deslocamento considerável. O primeiro era conquistador, iconoclasta e propriamente revolucionário em sua concepção da sociedade: era necessário destruir os obstáculos ao advento da liberdade. Sem necessariamente mudar de valores, o liberalismo que prevalece no século XIX tornou-se conservador, ou melhor, restaurador da ordem social. Sua posição é que mudou. Trata-se agora de enfrentar não mais sistemas de privilégios, mas fatores de desordem; não mais um excesso de regulações pesadas e arcaicas, mas riscos de desintegração social". CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: Uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 314.
[718] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 114-115.

concretas" viraram motivo de um sarcasmo velado, nas proposições do jovem universitário que pretendia se consolidar como "jurista do Estado Integral", conquistando o território dos intelectuais católicos, que passavam a ser associados a políticas fracassadas do passado, apesar das mudanças que ocorreram de fato no seio da Ação Católica. Além da afirmação republicana, Reale também definiu o Estado Integral conforme o que hoje chamamos de um *Estado laico*:

> Sendo ético não desconsidera as religiões, segundo o agnosticismo cômodo dos liberais, mas distingue as duas ordens, a política e a religiosa, não admitindo que uma prevaleça sobre a outra nos assuntos de competência exclusiva. O Estado e as religiões devem agir de comum acordo, como forças paralelas. Nas questões mistas, meu ponto de vista pessoal é pela supremacia da *autoridade do Estado*, de acordo com as aspirações nacionais que lhe cumpre interpretar e dirigir, mantendo-se intangível, é claro, o campo da consciência e dos valores religiosos[719].

Mas na verdade, sabemos que a crítica à Igreja e o laicismo evidente também buscam atacar o avanço do catolicismo social sobre o movimento operário, com a criação dos Círculos Operários e da Liga Eleitoral Católica (LEC). Desde a Revolução de 1930, a "questão social" deixava de ser monopólio do Estado secular, e o discurso católico exaltava a independência da sociedade civil perante o Estado, como forma de recuperação da hegemonia católica entre os trabalhadores. Pela "teoria do poder indireto" atacava-se o Estado laico burguês, concorrendo também com outras associações operárias ao propor as *corporações católicas*, cuja função declarada pela doutrina social da Igreja seria a "defesa do direito natural dos operários em viver com dignidade dos frutos do seu trabalho"[720]. A ascensão do corporativismo totalitário veio a abalar em grande medida os planos católicos de conquistar sua antiga preeminência entre os círculos operários no Brasil. Os teóricos desse novo corporativismo que surge no Entreguerras, como Miguel Reale, tornaram-se os principais intérpretes da *terza via*, cuja influência de organização e administração ultrapassou o marco do fim dos regimes fascistas com o final da Segunda Guerra Mundial.

A AIB possuiu grande apoio de membros da Igreja católica no Brasil, e quanto a isso não existe dúvida. Porém, a situação oficial da AIB com o Vaticano era bem mais delicada. Mas o integralismo brasileiro possui a peculiaridade frente a outros movimentos fascistas do Entreguerras de apresentar uma proposta abertamente ecumênica dentro do âmbito do

[719] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 138.
[720] VIANNA, Luiz Werneck, op.cit, p. 161-162.

cristianismo. Portanto, apesar da maioria católica, também era grande o número de protestantes, evangélicos, espíritas kardecistas etc.

O papado de Pio XI vigiou de perto a ação da AIB. O primeiro documento foi escrito pelo bispo de São Carlos, D. Gastão Liberal Pinto, através das *Breves Observações sobre a Ortodoxia da Doutrina Integralista Perante a Igreja Católica*[721], enviado ao núncio apostólico no Brasil para que fosse publicada a censura à AIB, fato que não ocorreu. A chegada desses relatórios nas mãos do Secretário de Estado do papado, Eugenio Pacelli, futuro papa Pio XII, confirmaram as desconfianças da Igreja, que passou a se colocar cautelosa diante da AIB, ainda que no Brasil, os católicos, fiéis e sacerdotes, demonstrassem grande apoio e adesão ao movimento, o que colocava o Vaticano em uma posição difícil no Brasil, optando por manter-se infenso, quando possível, à tendência "herética" da AIB. Por outro lado, longe das manchetes, Plínio Salgado revelava ao Arcebispo de Belo Horizonte, D. Antônio dos Santos Cabral, que lhe advertira da vigilância papal, que ele, junto com os integralistas, teria a coragem para contrariar a Igreja e lutar pelo ideário integralista[722].

Assim, a partir de 1936, Miguel Reale viu-se atracado em um aziago debate com Alceu Amoroso Lima (o "Tristão de Athayde"), que acabou por estremecer mais ainda a relação da AIB com as organizações católicas no país[723]. O antagonismo entre Reale e o porta-voz da Ação Católica no Brasil chegou a um nível de rudeza que nos permite imaginar o impacto de sua repercussão, uma vez que as publicações integralistas possuíam largas tiragens que costumavam se esgotar rapidamente.

> O eminente autor de 'O Problema da Burguesia', afirmando que a revolução necessária se baseia em quatro princípios: a) no primado da descentralização; b) no primado da variedade; c) no primado da liberdade; d) no primado do homem; coloca-se na linha mestra do pensamento burguês, em um degrau superior, mas sem abandonar o sentido geral dominante, produzido por uma concepção atômica e

[721] PINTO, Gastão Liberal. **Breves Observações sobre a Ortodoxia da Doutrina Integralista Perante a Igreja Católica** (Sacra Congregazione degli afari ecclesistici straordinari anno 1938 – Pos. 529-531-FASC. 50) e **Ortodoxia dela Dottrina integralista nel Brasile?** (Sacra Congregazione degli afari ecclesistici straordinari anno 1938 – Pos. 529-531 – FASC. 50). Cf.: GONÇALVES, Leandro Pereira. O integralismo de Plínio Salgado e a busca de uma proposta corporativista para o Brasil. In: PINTO, Antonio Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes. (Orgs.). **A vaga corporativa**: corporativismo e ditadura na Europa e na América Latina. Lisboa: Imprensa de Cioências Sociais, 2016, p. 265.

[722] GONÇALVES, Leandro Pereira. O integralismo de Plínio Salgado e a busca de uma proposta corporativista para o Brasil. In: PINTO, Antonio Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes. (Orgs.). **A vaga corporativa**, op.cit., p. 267-268.

[723] O integralismo brasileiro possui a peculiaridade frente a outros movimentos fascistas do Entreguerras de apresentar uma proposta abertamente ecumênica dentro do âmbito do cristianismo. Portanto, apesar da maioria católica, também, era grande era grande o número de protestantes, evangélicos, espíritas kardecistas etc.

> desagregadora dos fenômenos sociais. É um Montesquieu depois de ter lido a encíclica *Rerum Novarum*... [724.]

Em meados de 1936, veio a condenação da Igreja com a "*carta pastoral*" do bispo de São Carlos e a detração de sua imagem diante de toda militância integralista, de maioria católica. Com sua posição abalada por golpe tão duro, acaba perdendo o cargo de chefia do Departamento de Doutrina. Respondendo às críticas de Alceu Amoroso Lima na época, Reale foi enfático em afirmar seu antagonismo ao grupo católico:

> Outro ponto em que Tristão de Athayde não percebe a revolução necessária, é quando pinta os fascistas como "reacionários que esmagam o imperialismo soviético, em nome da raça ou da nação".
>
> Já é tempo de não se considerar o Fascismo como uma simples reação contra as forças dissolventes do Comunismo. Nos movimentos integrais o *coeficiente de afirmação revolucionária é o dominante*. Somos tão antiburgueses como anticomunistas [...].
>
> Reacionário é quem não se convence que somente os Estados fortes poderão livrar as Nações da tirania do capitalismo internacional organizado; reacionário é quem acredita na salvação dos povos com simples medidas de assistência social, sem perceber que se deve fazer de tudo para que a assistência se torne desnecessária; reacionário é quem tema a identificação de Estado e povo, de Estado e Nação, e se contenta com um demofilismo formal, [...][725][grifo nosso].

Em outro trecho, Reale dá realce ao grupo o qual ele busca fortemente diferenciar da AIB no cenário político nacional, tomando de empréstimo dos sindicalistas revolucionários que o entusiasmara no liceu a crítica à socialdemocracia no âmbito do *Bernstein-debatte*, ideário que começava a se cristalizar no cenário brasileiro:

> É por saberem que a legislação não altera em nada o mundo capitalista que as classes conservadoras vão cada vez mais engrossando as fileiras da Socialdemocracia, com a mesma mentalidade de sempre, certas de resolver a situação do operariado e da Nação com algumas leis sobre salário-mínimo e seguro para a velhice. É uma verdade: o socialismo dos partidos tornou-se conservador; não oferece mais perigo para os burgueses pacatos[726].

---

[724] REALE, Miguel. Atualidades Brasileiras, op.cit., p. 80. Cf.: TORRES, João Camilo de Oliveira. **História das Ideias Religiosas no Brasil**, op.cit., p. 182-210.
[725] REALE, Miguel. Atualidades Brasileiras, op.cit., p. 81.
[726] REALE, Miguel. Perspectivas Integralistas, op.cit., p. 47.

Por tudo isso, nos parece inteiramente incorreto supor que Reale contasse com a simpatia ou apoio dos setores e grupos conservadores organizados da época, que já militavam por suas próprias agendas, justamente por distarem da agenda da AIB e representarem projetos de poder concorrentes ao colocado pelo "fascismo brasileiro". Neste ponto, estamos inteiramente de acordo com Manuel Palacios, que vê o pensamento de Reale mais próximo aos "críticos autoritários" da Primeira República, como Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, etc. Um dos traços mais marcantes da trajetória de Reale na AIB é seu distanciamento do tradicionalismo católico e da força centrípeta que foi o *conservadorismo radical* de Jackson de Figueiredo e toda a geração de católicos militantes que ele influenciou na década de 1920[727].

Em outras palavras, acreditamos que o integralismo, como uma cultura política fascista, reconhecia a impossibilidade de retorno ao Antigo Regime, uma vez destruído completamente pela Revolução Francesa e pelo iluminismo liberal. Sua proposta nunca foi o reestabelecimento da "Tradição" – ponto em que, na sua modernidade original, antagonizava radicalmente com conservadorismos de diversos matizes – mas antes, projetavam "o estabelecimento de uma teia social de novo tipo. Para tanto, a ordem social liberal-burguesa deveria ser destruída"[728]. Esse era o sentido da "*revolução social*" no fascismo integralista. A teorização desse processo revolucionário obedeceu à metodologia que Reale se empenhou em desenvolver no integralismo, e seus estudos apresentados em *O Estado Moderno* foram elaborados segundo a visão que Reale tinha de uma nova ciência política que se impunha no novo horizonte do Entreguerras.

3.2 *O Estado Moderno*: fundamentos da Teoria Integral do Direito e do Estado

Platão foi provavelmente o primeiro filósofo a introduzir uma teoria do Estado como um sistema coerente do pensamento. Em seu tempo, os problemas políticos ocupavam o cerne das discussões filosóficas e, cada vez mais, a *sophia* (sabedoria) tornava-se uma "sabedoria política". Até então, era comum o debate sobre o "melhor Estado", mas Platão teria inovado ao buscar um "Estado ideal". Essa novidade representa um traço marcante da filosofia idealista, ou platônica, que é a diferença entre *doxa* e *episteme*, isto é, verdade empírica e verdade ideal, tese celebrizada com a "*alegoria da caverna*".

---

[727] MELO, Manuel Palacios C., op.cit., p. 127.
[728] SILVA, Francisco Carlos T. Fascismo. Memória e Historiografia. In: _____; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**, opiai., p. 181.

Devido a essa hipótese, Platão teria rejeitado todas as tentativas de se reformar o Estado a partir de um saber simplesmente empírico. O filósofo incumbiu-se, então, de compreender o Estado através de uma ***unidade sistemática***, interpretando a justiça como uma "*igualdade geométrica*" [729]. Cada indivíduo teria uma parte na vida da comunidade; mas essa participação não seria, de modo algum, igual para todos. A justiça não se confundia com a igualdade de direitos para o filósofo. O Estado platônico dá a todos a "devida" parte que lhes é correspondente no trabalho comum, mas os seus deveres e direitos são totalmente diferentes. Aristóteles, por métodos diferentes, também acabou por acreditar na desigualdade natural dos homens, o que levava à uma teoria do Estado que refletisse esse pressuposto sobre o conceito de "*homem*"[730].

A palavra "ética" possui na sua origem duas palavras gregas que apresentam uma pequena, mas significativa diferença fonética. Originária do termo *éthos* – que significaria "costume", "uso", "maneira exterior de proceder" – e do termo *êthos* – que, por sua vez, designaria a "morada habitual", a "toca", a "maneira de ser", o "caráter"[731]. Assim, na abertura do Livro II da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles apresenta a virtude como sendo de duas espécies, uma intelectual e a outra moral. A primeira pode se gerar e desenvolver com o ensino, e por isso requer experiência e tempo. A segunda, é adquirida como resultado do hábito, de onde a palavra "moral" derivou por uma pequena modificação (*ethiké*). Segundo o filósofo, a excelência ética, definida como uma disposição permanente do caráter, resulta de um processo de hábito[732].

Em Roma, sua tradução aparecerá na palavra "*moralis*", como se vê em Cícero, de onde vem a palavra "moral", em uma longa duração que atravessa diferentes estratos temporais de história[733]. Ética e moral são dois princípios básicos para a reforma do Direito e do Estado buscada na teoria realeana, por isso foram dois conceitos centrais na investigação do autor. Tomando o mundo Antigo como ponto de partida, Reale procurou realizar sua "síntese integral" em outro tempo histórico, que lhe oferecia outras contribuições e experiências através da cultura e da ética cristã baseada nos direitos da pessoa, que em Reale encontrará um significado adaptado à "Era da Catástrofe" (1914-1945), para usar a perfeita expressão de Hobsbawm[734].

---

[729] Para Platão, o ideal de justiça se expressava por uma "igualdade geométrica", que possuía, para ele, o valor de algo eterno e imutável. Considerando esta analogia entre ética e geometria, não poderíamos considerar uma "origem" das leis éticas, elas teriam sempre existido, não podendo ter sido criada por deuses ou homens. Idem, ibidem, p. 106.
[730] Idem, ibidem, p. 126.
[731] CABRAL, R., Ética. In: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia - **Logos**. Lisboa: Verbo, v. 2, pp.334-335.
[732] ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 40.
[733] RENAUD, Isabel Carmelo R; RENAUD, Michel. Moral. In: **Enciclopédia Logos**, vol.3, pp-956-980.
[734] HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos**, op.cit., p. 29-222.

Na alta Idade Média, Santo Agostinho e sua obra *Cidade de Deus*, foram os mais altos representantes do paradigma idealista platônico[735]. Todavia, no pensamento cristão de Santo Agostinho, o mundo físico não somente exprime ou imita o mundo das ideias, mas passou a ser oriundo, um produto, desse mundo. Assim, na doutrina agostiniana, o "mundo das ideias" como o concebia Platão, tornou-se o "pensamento de Deus". Segundo Cassirer, essa transformação teria provocado uma mudança radical em todos os conceitos da filosofia antiga, com a transição do *logos* grego para o cristão.

No entanto, para os pensadores cristãos da Idade Média, a ideia platônica de uma lei eterna da ética era inconcebível, devido à concepção mosaica da lei, predominante no cristianismo[736], que pressupõe a existência de um legislador. Isto é, "Sem esse legislador, que revela a lei e garante a sua autenticidade, a sua validade e o seu imperativo, a lei tornar-se sem sentido"[737]. Apesar do papel fundamental da teoria estoica da "igualdade fundamental", a "autonomia da razão" era um princípio completamente ignorado pelos pensadores medievais, cuja teoria do conhecimento pode ser bem representada pela célebre máxima de Santo Agostinho "*Se não crês, não podes compreender*" [738].

Após a fase de "demonização" de Maquiavel nos séculos XVII e XVIII, no século XIX ressurge a influência de *O Príncipe*, transformando não apenas a ciência política, mas a filosofia de modo geral, ao introduzir-se a noção de ética e poder do pensador italiano num sistema filosófico idealista que tentava abranger e sustentar todos os valores éticos: o *sistema hegeliano*. Dois fatores teriam contribuído para esse fato: na cultura do século XIX, a História havia se transformado em um assunto de primeira ordem no campo intelectual e político, passando a se ligar intimamente à "questão nacional" e aos discursos nacionalistas.

A partir de Marx, um dos mais famosos hegelianos de "esquerda", o Estado paulatinamente perdeu sua áurea metafísica, quando este pensador demonstrou com o método do materialismo histórico, que a formação do Estado se deu pela dialética da luta de classes, e não pela dialética da "Ideia", como supôs Hegel. Para Marx, o modo de produção da vida material condiciona o processo geral da vida social, político e espiritual, e, dessa maneira, a

---

[735] Embora nunca tenha sido de fato um "platonista". Não lia grego, e teria conhecido a doutrina platônica através de pensadores neoplatônicos influenciados por Plotino, como Cícero. CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**. op.cit., p. 105.

[736] "Os sistemas éticos desenvolvidos pelos pensadores gregos, Sócrates e Demócrito, Platão e Aristóteles, estoicos e epicuristas, têm um traço em comum. São todos expressões de um mesmo *intelectualismo* fundamental do pensamento grego. É através do pensamento racional que encontramos os tipos de conduta moral, e é a razão, e só ela, que lhes pode conferir imperatividade. Em contraste com esse intelectualismo grego, a religião profética é caracterizada pelo seu profundo e resoluto *voluntarismo*. Deus é uma pessoa – e isso significa uma vontade. Nenhum método lógico de raciocínio pode levar-nos a compreender essa vontade". Idem, ibidem, p. 107.

[737] Idem, ibidem, p. 107.

[738] Idem, ibidem, p. 122.

sociedade civil é anterior e determinante da estrutura do Estado. Invertendo a concepção de Hegel, de que o Estado é *telos* da história, Marx afirma que a história da produção social dos homens, ao contrário, é que determina a estrutura do Estado[739]. Buscando na história da humanidade, Marx percebeu que em momento algum o Estado foi representante dos "interesses coletivos", pelo contrário, o Estado teria sido sempre aquilo que já havia denunciado Rousseau, "um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia"[740].

Podemos ver que o conceito de Estado que flagramos ao analisar a história política do século XX, resulta de um longo processo dialético de elaboração filosófica acompanhando a uma constituição histórica e social do Estado antigo ao Estado nacional moderno. Desde Platão e após a derrocada do Estado teológico medieval, passando pelas revoluções liberais até os governos "democráticos" atuais, vemos prevalecer a busca por uma teoria racional do Estado. Porém, desde o fim do século XIX é impossível não constatar o crescimento da ideia de um Estado como superestrutura da organização econômica da sociedade. Passou-se do conceito de um Estado "instituidor-instituído" da sociedade para o conceito de um Estado que não se identifica mais diretamente com a sociedade, sendo mesmo antagônico a ela.

Esse conceito de Estado em debate desde o final do século XIX encontrou na fase após a Primeira Guerra Mundial uma realidade abruptamente diversa. Desde o século anterior, aumentava o debate sobre a teoria de Carlyle e o culto do herói, bem como sobre a teoria racial de Gobineau. Pensamentos que, juntos, no contexto marcado pelos transtornos sociais, econômicos e psicológicos desencadeados pela guerra, operaram uma verdadeira transformação social e política que caracterizou o período entre as duas Guerras Mundiais. Nos países menos afetados pela crise do imediato pós-guerra, subsistiam as tentativas racionalistas de resolução dos novos problemas. Porém, em países como a Alemanha, os caminhos encontrados foram outros. Nos países onde a questão social atingiu níveis elevados de risco de desagregação do tecido social, a alternativa irracionalista floresceu, sem dúvida, com mais vigor[741]. É diante desse contexto que Reale defenderá a relativização do Estado Democrático de Direito e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, com a justificativa de que o novo Direito e o novo Estado não podem mais obedecer a meras convenções individualistas. Reale declarava "o direito do Estado" contra o individualismo do direito natural e o formalismo do positivismo jurídico.

---

[739] MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 55.
[740] Idem. **O Manifesto Comunista**. op.cit., p. 12.
[741] CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**. op.cit.

> [...] se o critério que o direito positivo estabelece para a conformidade ao direito da violência só pode ser analisado segundo seu sentido, então a esfera de sua aplicação deve ser criticada segundo seu valor. Para esta crítica, deve-se então encontrar o ponto de vista externo à filosofia do direito positivo, mas também externo ao direito natural. Em que medida apenas a reflexão histórico-filosófica sobre o direito pode fornecer tal ponto de vista vai ficar claro[742].

Conforme Walter Benjamin, o direito natural nunca viu como um problema a utilização de meios violentos para realização de fins considerados justos. Na verdade, seu baldrame filosófico foi que forneceu ao período do *Terror Jacobino* seu fundamento ideológico. O direito natural vê a violência como parte da natureza, por isso a sua utilização só se torna um problema quando suas finalidades são valoradas como "injustas". Assim, conforme a teoria contratualista do Estado, antes do indivíduo abrir mão do seu poder e cedê-lo ao Estado, "ele exerce *de jure* todo e qualquer poder que ele *de facto* tem". Com a influência crescente da teoria do *struggle for life* e do darwinismo social no final do século XIX, a relação entre essa visão dada à violência pela história natural e a filosofia do direito, de modo que a noção de que "toda a violência que é adequada a fins quase exclusivamente naturais também já é, por isso, conforme ao direito"[743]. Reale, em sua crítica ao direito natural, expressa um sentimento semelhante, dizendo "Concepção esta que parte do pressuposto de ser cada indivíduo um centro autônomo, capaz de valer por si mesmo na luta social, um verdadeiro Estado em miniatura, perfeitamente autárquico"[744].

A esta tese do direito natural, da violência como dado da natureza, contrapõe-se diametralmente a do direito positivo, a da violência como produto do devir histórico. Se o direito natural julga o ato fundante do direito a partir da crítica das finalidades, o direito positivo, por sua vez, julgará um novo direito pela crítica aos seus meios de fundação. Nesse sentido, "O direito natural almeja 'justificar' os meios pela justiça dos fins, o direito positivo, 'garantir' a justiça dos fins pela 'justificação' dos meios"[745].

Ainda que tenha optado por empregar a categoria de "conservadorismo" para descrever o integralismo supostamente mais "moderado" de Reale frente à doutrina de Salgado ou de Barroso, Ricardo Benzaquen de Araújo[746] chamou atenção para a fundamentação teórico-metodológica apresentada por Miguel Reale nos estudos de *O Estado Moderno*, ao traçar uma distinção entre o ***Estado Totalitário*** e o ***Estado Integral***, duas correntes que estariam presentes

---

[742] BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência, op.cit., p. 125.
[743] Idem, ibidem, p. 123-124.
[744] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 97.
[745] BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência, op.cit., p. 124.
[746] Idem. In MedioVirtus, op.cit., p. 17-18.

na experiência estatal fascista e bolchevista em construção. Essa abordagem comparativa entre teorias e experiências na história do pensamento político, ou, mais adequado dizer, uma "história das ideias políticas", tomando como referência o Estado liberal, fascista e comunista corresponde a uma das etapas básicas do *método de síntese integral*, nesse caso, aplicado à teoria do Estado. Portanto, a teoria do Estado corporativo integral traz em si a continuação (reinterpretada, certamente) e o abandono (às vezes não completo) de partes de cada ideia e experiência históricas analisadas com a pretensão, nem sempre desenvolvida dialeticamente, de se criar um conceito novo. Mas é preciso compreender esse processo de seleção.

> Estavam, na realidade, em voga, na época, não só a tese do fortalecimento dos poderes do Estado como o ideário do *corporativismo*, sobre o qual o constitucionalista romeno Michail Manoïlesco escreveu obra de grande repercussão, *Le Siècle du Corporativisme*, *Doctrine du Corporativisme Intégral et Pur* [sic], publicada em 1934, visando a superar a solução fascista através de estruturas corporativas livremente constituídas. Esse modelo de *corporativismo democrático* coincide, em pontos essenciais, com o meu *O Estado Moderno*, do mesmo ano. Seria, depois, um dos textos seguidos pelo Integralismo brasileiro, que, diga-se de passagem, nada tem que ver com o Integralismo português, de fundo tradicionalista e monárquico e que constitui, na realidade, uma forma de *Integrismo* ultramontano, subordinado sem reservas aos ditames da Igreja pré-conciliar[747].

Reale, em sua autobiografia *Memórias*, considerou seu livro *O Estado Moderno* (1934), sua principal obra do período integralista. O autor diz que encontrou no seu livro de estreia muitos pontos em comum com *O século do corporativismo*, de Mikhail Manoïlescu, publicado no mesmo ano[748]. *O Estado Moderno* reuniu estudos de Karl Marx, Vilfredo Pareto e Arturo Labriola. Trouxe a base da teoria sobre o Estado Integral, a partir da crítica aos modelos liberal e fascista, imbuída de análises históricas e "uma espontânea atitude weberiana", segundo o trecho em que Reale diz "Guiado por essa linha de pensamento, distribuí as doutrinas filosófico-

[747] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit, p. 75.

[748] Em uma entrevista realizada nos anos 2000, Reale faz questão de salientar que seu livro representava um rechaço ao modelo fascista italiano: "Foi essa colocação do problema que me atraiu, em 1933, passando a defender, no seio da Ação Integralista, uma posição própria, baseada no corporativismo democrático de um pensador romeno, Michail Manoilesco, em sua obra *Le Siècle du Corporativisme*, não aceitando a tese fascista da corporação como 'órgão do Estado', mas sim como estrutura democrática com organização social autônoma". REALE, Miguel. O integralismo revisitado, **O Estado de S. Paulo**, 28 de agosto de 2004, disponível no site da **Academia Brasileira de Letras**, em: http://www.academia.org.br/artigos/o-integralismo-revisitado, acessado em 20 jul 2017. O Professor Boris Fausto redigiu uma resposta a esta entrevista de Reale, colocada pelo historiador como uma tentativa do ex-integralista de reelaborar a memória do movimento e "escapar à pecha de hitlerista". Cf.: FAUSTO, Boris. O fascismo revisitado, **Folha de S. Paulo**, 07 de setembro de 2004, disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0709200409.htm, acessado em 18 mai 2017.

jurídicas mais em voga, segundo uma escala crescente de integralidade, a partir das menos compreensivas ou de caráter reducionista até atingir as de natureza globalizante"[749].

Conforme este método, segundo o autor, foi pensado o conceito de "Estado Integral". Acreditamos que, para a maioria dos pesquisadores até hoje, uma das perguntas cabais sobre a teoria realeana é: que quer dizer, afinal de contas, "integral"? as respostas têm variado entre conceitos e categorias de espectros bem diferentes, como "conservadorismo", "autoritarismo" e "totalitarismo", variando também a classificação de acordo com cada autor integralista analisado. Para Bertonha, Reale, no seu esforço de construção das *Memórias*, tentou se colocar como um integralista mais moderado, afastado das alas radicais de Plínio Salgado e Gustavo Barroso, o que não discordamos por completo, mas o fechamento desta interpretação histórica do historiador merece ressalvas, posto ele sugerir que:

> Do mesmo modo, identificá-lo com o primeiro fascismo italiano, antes da aliança com Hitler, das leis raciais e de outros elementos totalitários, é uma camuflagem eminentemente política para evitar que ele seja confundido com a fase mais censurável do regime de Mussolini. Um esforço, aliás, próximo do efetivado pela escola de Renzo de Felice na Itália, que procurava separar continuamente fascistas 'moderados' ou 'conservadores' como Dino Grandi ou Luigi Federzoni de radicais perigosos como Roberto Farinacci ou Achille Starace[750].

Desconsiderando-se essa visão do historiador sobre a investigação de Gentile e De Felice, que foi muito importante para a nossa própria investigação, Bertonha acaba invocando uma importante questão para a teoria da História, acerca da interpretação do posicionamento ideológico de Reale entre um "integralismo-autoritário", um "integralismo-totalitário" e um "integralismo-conservador", com hipóteses que tem sido levantadas por pesquisadores como Ricardo Benzaquen de Araújo[751], Manuel Palacios da Cunha Melo[752] e Alexandre Pinheiro Ramos[753].

Segundo Emilio Gentile e Renzo De Felice, "**fascismo autoritário**" e "**fascismo totalitário**" eram duas componentes do regime fascista, em um sentido que é específico à sua formação, complementares e dialeticamente contrastantes no devir do fascismo em direção ao Estado totalitário. Pelo seu conjunto de características, o "primeiro fascismo" dos anos 1920 é

---

[749] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 146.
[750] REALE, Miguel. **Memórias**, p. 282.
[751] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. In Medio Virtus, op.cit, p. 5.
[752] MELO, Manuel Palacios., op.cit.
[753] RAMOS, Alexandre Pinheiro. Estado, corporativismo e utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937), op.cit, p. 4-5.

considerado dominantemente autoritário, enquanto o "segundo fascismo" dos anos 1930 ao fim do regime, seria marcado pela crescente tendência totalitarista[754].

Bertonha também identifica nas *Memórias* de Reale o mesmo processo selecionador sobre as correntes fascistas favoráveis ou não para o pensamento integralista brasileiro. O historiador frisa a ênfase que Reale dá ao "primeiro fascismo", da década de 1920 e início da década de 1930, como a "perspectiva realmente criadora" das visões de Giovanni Gentile e Ugo Spirito. Assim fica claro para a historiografia, com o suporte empírico dos textos do período Entreguerras analisados bem ao lado dos textos memorialísticos do ex-integralista, que além dos intelectuais brasileiros e de Mikhail Manoïlescu, o pensamento fascista foi, sem dúvida alguma, uma de suas principais na teoria corporativista do chefe de Doutrina da AIB[755].

Como Bertonha sublinha, e nós também o devemos fazer, Reale, enquanto ex-integralista, se destaca entre seus antigos companheiros pelo pouco, ou quase nenhum pudor com que não renega seu passado de simpatia pelo fascismo e devoção em torná-lo aproveitável à realidade brasileira de então, diferindo muito, por exemplo, de Plínio Salgado, cujas obras reeditadas no pós – II Guerra Mundial sofreram imensas alterações que anuviaram em grande medida suas manifestações de simpatia pelos regimes do Eixo.

Todavia, as diferenças entre "Estado Totalitário" e "Estado Integral" serão debatidas, argumentadas e expostas à exaustão nos livros e na imprensa integralista. Isso não quer dizer absolutamente que, ao mesmo tempo, eles não demostravam toda a sua simpatia e apoio aos regimes do Eixo sem maiores problemas. A busca pela solidariedade fascista no caso da AIB em relação ao Partido Fascista Italiano e ao Partido Nazista é um fato comprovado[756].

3.3 Fascismo "autoritário"

No 3º item do *Manifesto de Outubro de 1932* é tratado "O princípio de Autoridade" do movimento. Neste item, se entrelaça autoritarismo, nacionalismo e corporativismo, como fórmula para a "salvação nacional" que a AIB prometia trazer. Traduzia, portanto, o núcleo da ideologia dos camisas-verdes e o *leitmotiv* da sua militância:

> Uma Nação, para progredir em paz, para ver frutificar os seus esforços, para lograr prestígio no Interior e no Exterior, precisa ter uma perfeita consciência do

[754] GENTILE, Emilio; DE FELICE, Renzo. **A Itália de Mussolini e a origem do fascismo**. Tradução de Fátima Conceição Murad. São Paulo: Ícone, 1988.
[755] BERTONHA, João Fábio, op.cit, p. 281.
[756] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado**, op.cit., p. 150-163.

> Princípio da Autoridade. Precisamos de Autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos, exerçam sua influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação. Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordens. Um governo que saia da livre vontade das classes é representativo da Pátria; como tal deve ser auxiliado, respeitado, estimado e prestigiado. Nele deve repousar a confiança do povo. A ele devem ser facultados os meios de manter a justiça social, a harmonia de todas as classes, visando sempre os superiores interesses da coletividade brasileira. Hierarquia, confiança, ordem, paz, respeito, eis de que precisamos no Brasil[757].

Entre as principais justificativas apresentadas pelos integralistas para a sua campanha pelo autoritarismo, eles apontavam a situação favorável ao autoritarismo seria originada do suposto fenômeno da nossa vida, segundo a interpretação integralista das ideias de Alberto Torres em seu livro *Organização Nacional*: o de partirem, no Brasil, todas as iniciativas do governo; o de se conformar o povo brasileiro com as resoluções que vem do alto; em suma, "a aceitação integral, por parte das forças preponderantes da nossa economia social, da autoridade do centro, que é um índice expressivo da unidade da Pátria"[758]. Essa ideia do "Homem Brasileiro" é marcada por um tremendo paradoxo, dentro do mesmo raciocínio inspirado em Alberto Torres, o qual indicaria, nas palavras de Salgado, que o homem do campo apresentava caráter iminentemente "individualista"[759].

Miguel Reale, que sempre se manifestou como seguidor dos ideais de Alberto Torres e Plínio Salgado, concordava com essa visão. Por isso, a busca pela análise dos fundamentos éticos e morais do brasileiro, bem como a constatação da necessidade de reformulação que o contexto impunha, torna esses dois conceitos o eixo principal da revolução cultural integralista, a "revolução interior" – "revolução do espírito" do novo "homem integral". Se essa ideia do "individualismo" histórico do caboclo brasileiro parece para nós hoje paradoxal, para Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, seu libelo anti-integralista, essa ética supostamente individualista era tratada como uma chave para compreensão da nossa história, mas a apresentação feita pelos teóricos da AIB trazia além desse autoritarismo estrutural latente, uma face renovada da ideologia autoritária que Holanda viu de perto como corresponde do *Jornal do Brasil* em Berlim, entre 1929 e 1931.

> À autarquia do indivíduo, à exaltação extrema da personalidade, paixão fundamental e que não tolera compromissos, só pode haver uma alternativa: a

[757] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**, op.cit, p. 3.
[758] Idem, ibidem, p. 117.
[759] Idem, ibidem, p. 53.

> renúncia à essa mesma personalidade em vista de um bem maior. Por isso mesmo que rara e difícil, a obediência aparece algumas vezes, para os povos ibéricos, como virtude suprema entre todas. E não é estranhável que essa obediência – obediência cega, e que difere fundamente dos princípios medievais e feudais de lealdade – tenha sido até agora, para eles, o único princípio político verdadeiramente forte. A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares. As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem. Não existe, a seu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e na obediência[760].

Para Sérgio Buarque de Holanda, o autoritarismo integralista deitava suas raízes em uma longa tradição ibérica, firmada desde os tempos de Sêneca e comum entre a sua tradição estoicista, construída com suas particularidades no Brasil ao longo do período colonial, uma tradição na qual o individualismo era apanágio da ética de fidalguia que tinha no ideal da "sobranceria" seu conceito básico, sendo esta a "superação de si mesmo", fazendo-se "por si mesmo", na busca pela condição de independência e não atrelamento a vontade de nenhum outro homem. Essa ética teria criado essa tendência à evanescente existência de instituições e empresas coletivas, que de tempos em tempos eram instituídos pela força do poder central. Desse modo, a crítica de Buarque aos integralistas era uma crítica ao autoritarismo estrutural que permanecia na cultura e sociedade brasileiras por uma longa duração, e que mostrava uma de suas faces no movimento integralista. Em todo o resto, a AIB era uma mimese patética e pálida dos fascismos europeus[761]. Ou seja, Holanda enxergava uma explicação que analisava o autoritarismo diacronicamente até sua manifestação no que hoje analisamos como a *cultura política* integralista e o *conceito* de integralismo cristalizado na década de 1930.

De acordo com Gentile e De Felice, o ***fascismo "autoritário"*** (que compreendia os aliados, os nacionalistas, os fascistas moderados e conservadores, a burguesia tradicional e setores católicos) encontrava-se mais nítido no regime como fora construído entre 1925 e 1929. Até aí, consideravam-no satisfatório para garantir a estabilidade do Estado e a submissão disciplinada das massas. O compromisso entre o fascismo e as forças tradicionais deveria ser uma situação definitiva, que se mantivesse em condições de equilíbrio, sem outra finalidade política que não fosse a sua autopreservação no tempo[762].

O jurista Carl Schmidt, no início dos anos 1930, procurou cristalizar esse novo ordenamento de direito na Alemanha, onde queria instituir a uma tradição jurídica moderna de teoria do Estado "que opõe autoridade e liberdade, autoridade e democracia". Em sua origem

---

[760] HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**, op.cit., p. 39.
[761] Idem, ibidem, p. 31-37.
[762] GENTILE, Emilio; DE FELICE, Renzo, p. 43.

latina antiga, ***auctoritas*** está no fundamento jurídico que dá o poder ao Senado Romano de suspender o direito através do *senatus consultum ultimum* e a consequente proclamação do *iustitium*. *Auctoritas* e *potestas*, seu conceito opositor, formavam "o sentido original pelo qual o povo romano havia concebido sua vida comunitária", sendo a *auctoritas* uma prerrogativa do Senado, que dependia diretamente do *potestas* e *imperium* que eram poder do povo. Conforme Hannah Arendt observou em seu trabalho *Que é autoridade?*, que essa *autoridade* havia praticamente desaparecido no mundo moderno, até seu retorno triunfal no Entreguerras[763].

A utilização do atual termo "*autoridade*", transmite um sentido genérico de "capacidade inata ou adquirida de dar ordens e ser obedecido de forma voluntária". Na origem do conceito de autoridade existe um núcleo ético fundado no caráter de responsabilidade que envolve a relação *hierárquica* entre "mandar" e "obedecer", a qual pressupõe o reconhecimento mútuo entre ambas as partes do papel que cada uma ocupa nessa relação, ou seja, lhe atribuem *legitimidade*. No pensamento político moderno se tornará dominante a certeza de que "a legitimidade transforma o poder em autoridade"[764].

Max Weber, o autor que, segundo Reale, inspirou sua metodologia de síntese na teoria do Estado Integral em *O Estado Moderno*, via no sistema cultural criado pela demanda de organização de nossos processos sociais, surgir a questão da *legitimidade do sistema de dominação existente*. A ideologia intervém neste ponto porque nenhum sistema de dominação, por mais brutal que seja, governa somente pela força, pela dominação. Cada sistema de dominação exige não somente a nossa submissão física, mas o nosso consentimento e a nossa colaboração - O papel da ideologia é legitimar a autoridade, e não existe sistema absolutamente racional de legitimidade[765].

Weber afirma que "Uma autoridade sustentada somente por motivos de fins geralmente é muito menos estável que uma mantida puramente numa base de costume"[766], um ensinamento da sociologia weberiana que foi aplicado tanto por Reale em sua doutrina integralista, quanto por Sérgio Buarque de Holanda em sua crítica, cada qual com objetivos bem diferentes, sem dúvida alguma. A teoria do Estado Integral perseguirá, portanto, uma ideia de legitimidade fundada no autoritarismo nacionalista, por um lado. Por outro, o corporativismo, que formava gradualmente no regime italiano e se firmava como paradigma das teorias políticas e sociais

---

[763] AGAMBEN, Giorgio, op.cit., p. 116.
[764] RESENDE, Maria Efigênia L. Autoridade/ Tradição. In: SILVA, Francisco Carlos T; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**, op.cit., p. 59.
[765] Paul Ricoer, **A ideologia e a utopia**. Trad. Sílvio Rosa Filho e Thiago Martins. BH: Autêntica, 2015, p. 29.
[766] WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. Trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias; Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Editora Moraes, 1987, p. 56.

modernas. Em seu vocabulário político, Reale procurará conjugar a legitimidade com o desafio "revolucionário" da modernização corporativista, o que, defendemos, é a característica fundamental de seu pensamento político. A ideologia integralista encontrará no novo ordenamento jurídico do Estado baseado no conceito de soberania que se formulava no campo do direito objetivo, para o qual convergem as noções modernas dos antigos conceitos de *auctoritas* e *potestas*.[767] Essa nova filosofia do direito encontrará aporias dentro do amplo campo do pensamento das direitas, mas gradativamente se tornará dominante entre os movimentos de inspiração fascista até a década de 1940.

A ideia de "*ordem*" defendida no discurso integralista é normalmente ligada ao *reacionarismo*, pelo impulso de retorno ao passado que a ideia de "reação" às vezes traz em si, mas a "ordem" também comporta noções de mudança e transformação, desde que por meio de um processo mediado e controlável. Em sua acepção mais geral, à ideia de "ordem" está subjacente a "tradição", na medida em que ela se funda na noção de "*ordem natural*", apreendida por analogia às leis naturais, como a regularidade dos astros e das estações do ano. Essa noção se confronta com a noção de "*revolução*", que submete o mundo à ação transformadora do homem.

É comum entre os ideários políticos nas direitas a visão idealista da lenta e gradual evolução social, fluída de forma espontânea. A visão "revolucionária", pelo contrário, se contrapõe pela imposição do esforço racionalizado e sistemático em direção ao "progresso". Assim, "tradição", "hierarquia" e "harmonia", traduzidos por uma metáfora biológica, formavam as bases do organicismo[768]. Por isso o integralismo apresenta uma visão da *revolução* como "recomposição de equilíbrios", com um sentido praticamente fisiológico. Mas na doutrina realeana, e podemos dizer também em Salgado, o papel da ação individual ganhará grande destaque tanto no campo da ética integralista quanto na função de forte argumento retórico no discurso da "revolução" e do sentido do heroísmo.

A *metafísica organicista* implica uma visão de mundo que o enxerga como um organismo vivo, cujas diferentes partes cumprem uma função predeterminada no todo. Assim, "ordem natural" e "organicismo", por um lado, e rechaço a qualquer concepção universalista ou generalista do homem, por outro, são os fundamentos de uma concepção social baseada na hierarquia, na desigualdade natural e na utopia da harmonia social sobre essas bases. Nos ideários de direita que surgem dessa visão de mundo, o cidadão não é mais visto pelo seu sentido

[767] AGAMBEN, Giorgio, op.cit., p. 116-117.
[768] RESENDE, Maria Efigênia L. Autoridade/ Tradição, aop.cit., p. 59.

"cívico", isto é, político, mas "funcional", ou seja, produtivo[769]. Essa será a base filosófica do pensamento corporativista que veremos em Miguel Reale: o *organicismo*.

De acordo com Arendt, o surgimento da "questão social" foi fundamental para a transposição da visão cíclica da História, devedora da tradição astronômica vigente até a Era do Iluminismo, para a visão "orgânica" da História, que impôs o ideal de "bem comum", ou "vontade gral", como caução do centralismo corporativista dos Estados nacionalistas-autoritários do período Entreguerras:

> Quando isso aconteceu, e aconteceu quando os pobres, movidos por suas necessidades físicas, irromperam no palco da Revolução Francesa, a metáfora astronômica, tão plausivelmente adequada à perpétua mudança, aos altos e baixos do destino humano, perdeu suas antigas conotações, e adquiriu a acepção biológica que alicerça e impregna as teorias sociais e orgânicas da História, as quais tem em comum o fato de compararem uma multidão – a pluralidade fatual de uma nação, ou um povo, ou sociedade – a um corpo sobrenatural, movido por uma sobre-humana, irresistível "vontade geral"[770].

Em seu caminho morfológico desde a Revolução Francesa, o conceito do "*social*" nos aparece como um híbrido entre as esferas *pública* e *privada* da vida. A imersão dos espaços público e privado na esfera do social seria um dos antecedentes formadores do alheamento das nascentes massas em relação à participação política direta dos cidadãos, como era conhecida na Antiguidade Clássica[771]. A ascensão do Estado nacional trouxe consigo a ideia de "nação" como uma grande família, formada pela "sociedade", isto é, o conjunto das famílias economicamente organizadas. Assim, na Era Moderna, a percepção daquilo que pertence aos assuntos do mundo comum e aqueles que dizem respeito tão somente à manutenção da vida e, por isso mesmo, permaneciam na privatividade do lar, acabou sendo perdida. Destarte, o Estado moderno também deixou de ser o espaço público da *vita activa* da política clássica, para se tornar um Estado de administração coletiva dos assuntos privados, porque a organização pública se ocupava agora dos processos relativos à manutenção da *vida* e não mais da *liberdade*.

A natureza demorada dos processos de tomada de decisão nas instâncias democráticas, por um lado, e a ascensão das esquerdas revolucionárias, por outro, tem sido um cenário utilizado nos discursos políticos da direita desde o século XIX, quando instaura situações de conflito em que a direita quer aproveitar o momentum do impasse, surge um verdadeiro

---

[769] Idem, ibidem, p. 60.
[770] ARENDT, Hannah. **Da revolução**, op.cit, p. 47.
[771] ARENDT, Hannah, **A condição humana**, op.cit, p. 37-57.

discurso da *crise*, cujo vocabulário político se define na frequência de palavras como "tradição", "ordem", "desordem", "caos", "anarquia", "subversão", "(des)harmonia social", "crise de autoridade". A antinomia cada vez maior entre "ordem" e "liberdade" foi o espaço explorado para o crescimento da *direita autoritária,* que pode ter seu marco sinalizado entre o golpe do 18 Brumário de 1799, na Revolução Francesa, e o golpe do 18 Brumário de Luís Bonaparte, de 1851. O primeiro como tragédia e segundo como farsa, parafraseando a célebre sentença de Marx, ambos demarcam o nascimento dessa direita autoritária que utilizava o poder do discurso *nacionalista* par justificar a necessidade de um governo que equilibrasse democracia e autoridade que, sobre a plataforma da crise, veio defender a propriedade, a família, a religião e a ordem. Quando Zola escreveu seu *J'accuse* em 1898, as práticas dessa nova direita autoritária e nacionalista eram o alvo da sua acusação, demarcando o início de uma fase de ascensão do autoritarismo.

Juán J. Linz[772], em sua clássica definição do conceito de "autoritarismo", pontua algumas das características mais elementares desse tipo de pensamento. Primeiramente, as *limitações ao pluralismo político*, visto que são poucas as organizações autorizadas a exercer o poder político, devendo ser legitimadas pelos altos escalões, possuindo autonomia limitada e nunca entram em concorrência. A *ausência de responsabilidade*, isto é, as organizações legitimadas pelo Estado não respondem perante nenhum eleitorado ou outras bases sociais, subordinando-se somente às hierarquias internas dos órgãos do regime. A *mentalidade frente à ideologia*, ou seja, os regimes autoritários possuiriam mentalidades flexíveis, mas não ideologias de fato. Linz faz essa distinção, pois defende um conceito de "ideologia" como um sistema de pensamento bem definido e codificado. *Apatia frente à mobilização*, sendo esses regimes relutantes e em certa medida incapazes de manter um estado de mobilização permanente das massas, preferindo, assim que se estabelece no poder, manter baixos os níveis de participação popular e, se possível, seu alheamento dos assuntos públicos. Por fim, o autor ressalta a relação entre o *partido autoritário* e a *liderança carismática* como algumas das formas básicas de *controle social* exercidas tipicamente por esses regimes. Dessa "lista" de características autoritárias apontada por Juan Linz, o pensamento de Reale se encaixa bem ou mal em praticamente todos, com realce para as noções de "limitações ao pluralismo político" e a ênfase na "relação entre o partido autoritário e a liderança carismática", ponto no qual a tendência autoritária toca a tendência totalitária do movimento integralista, ao nosso ver. Mas são pontos ambíguos, que poderiam ser longamente discutidos.

[772]LINZ, Juán J. **Obras escogidas. Sistemas totalitarios y regímenes autoritarios**. Madrid: José Ramón Montero y Thomas Jeffrey Miley, v.3, 2009, p. 28-42.

José Luiz Werneck da Silva[773], retomando a problemática teórica apontada por Andreski, adverte que o conceito de autoritarismo pode ser utilizado de três formas distintas: no *sentido psicológico*, remetendo ao caráter autoritário, em relação ao grau de autonomia do governo e no consentimento dos governados; no *sentido administrativo*, no que toca os "procedimentos autoritários", manifestos pela "confiança em ordens autojustificáveis, nas ameaças à punição e na aversão à consulta e à persuasão"; no *sentido ideológico*, que abarca a propagação e justificação dos procedimentos autoritários. Somente na conversão destas três dimensões seria possível caracterizar determinada entidade social como "autoritária". A hipótese de J. L. W. da Silva sustenta que esse tenha sido o caso do regime ditatorial do Estado Novo. Também nesse caso, em vários aspectos, percebemos essas "três formas distintas" de autoritarismo no projeto corporativista de Reale e na análise de sua trajetória autobiografada, como um traço marcante de sua construção identitária nas *Memórias*. Em *O Estado Moderno*, aparece claramente a identificação entre as teorias integralistas do Conhecimento, da História, do Direito e do Estado e a percepção de que a modernidade adentrava em um tempo histórico antidemocrático. Mais moderno seria o movimento que mais rápido se adequasse a este novo tempo.

> Com as lentes de Rousseau ou de Montesquieu, não é possível compreender o sentido da política fascista que deitou por terra todos os velhos mitos democráticos para abranger corajosa e realisticamente a complexidade das questões do mundo moderno. Sem essa mudança de atitude, o observador arrisca-se a fazer abstração precisamente do que é novo e universal no Fascismo: *o realismo orgânico e totalitário*[774].

No Brasil dos anos 1930, associação feita entre "atraso", poder oligárquico e liberalismo constitucional aproximou, gradativamente, o nacionalismo de matriz "organicista e corporativa" das posturas das esquerdas radicalizadas, que resultavam da combinação do jacobinismo da juventude militar tenentista com a versão militarizada do comunismo da III Internacional[775]. É por isso que, segundo Lahuerta, mesmo divergindo quanto ao caminho, havia um "caldo de cultura comum" entre as várias correntes intelectuais, que fez com que, durante muito tempo, as questões relativas a uma ordem política democrática ficassem relegadas a um plano secundário, se tornando patente a opinião majoritária de que a

[773]SILVA, José Luiz Werneck (org.). **O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991, p. 14.
[774] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 98.
[775] LAHUERTA, Milton, op.cit., p. 98.

modernização deveria ser feita de cima para baixo e a qualquer custo, como queriam os *tenentes* na década de 1920. Na década de 1930, quem assumiu o papel de "fazer a revolução antes que o povo a faça" foram os integralistas. Nesse sentido, o totalitarismo, para além de ser visto como mera importação ou mimetismo, também pode ser visto como uma grande fonte de inovações teóricas e práticas no cenário político brasileiro dos anos 1930.

3.4 Fascismo "totalitário"

O ***fascismo "totalitário"***, por outro lado, estava na raiz da política de massas: O totalitarismo, como escreveu Gino Germani, "não tende a ter súditos passivos não participantes, mas soldados fanáticos e convictos. Tratava-se de uma tentativa de mobilizar a inteira população, transformando segundo um modelo bem preciso o conjunto dos papéis e das formas de participação"[776]. Em outras palavras, no fascismo, a orientação totalitária nascia de uma tendência da política de massas que postulava a maleabilidade da natureza humana, e atribuía à política a função de fundir as massas para dar origem a novas realidades históricas, isto é, um Estado novo que criaria um novo Homem[777].

Como já vimos, é praticamente consenso na historiografia que a característica essencial do discurso pliniano e do discurso barrosiano é a pretensão totalitária. O tema da reforma do Estado está presente no pensamento de Salgado desde o período em que esteve filiado ao Partido Republicano Paulista. Entretanto, ele nunca chegou a possuir uma teoria clara e delimitada do Estado que deveria propor. Algumas questões como o fim dos partidos e do sufrágio universal já eram assentes em seu ideal político, porém, até a fundação da AIB, mas a teoria do Estado integralista encontrou seu maior intérprete no jovem Miguel Reale.

Para todos os teóricos do integralismo, o "homem novo do Brasil", o "homem integral" – conceito de "homem" que traduz a ética e a cultura da nova política e da nova sociedade -, surgiria em contraposição ao "homem-cívico" da democracia e ao "homem-econômico", do socialismo marxista. A natureza dual do Homem, qual seja, material e espiritual. Conforme a filosofia integralista, o indivíduo que conseguir harmonizar sua dupla e contraditória natureza poderá tornar-se um Homem Integral, que juntamente com a Sociedade Integral, a Nação Integral e a Humanidade Integral[778], cumprem a grande obra do projeto integralista para o futuro, a *Quarta Humanidade*.

---

[776] GENTILE, Emilio; DE FELICE, Renzo. op.cit., p. 43-44.
[777] Idem, ibidem, p. 44.
[778] SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**, op.cit., p. 22-27.

> O primeiro ato revolucionário do integralista é assumir essa atitude humilde diante da Pátria. Em vês de viver apontando os defeitos alheios, procurar descobrir os próprios defeitos e corrigi-los. Confiar mais no gênio da raça e na inspiração de Deus do que nos seus próprios méritos. Ferir de morte a vaidade, aceitando muitas vezes as ordens de um companheiro que tem uma posição social inferior à sua. Vencer a si próprio, contrariando-se, ciliciando-se a todo instante em coração e espírito, convencido de que num país onde cada qual é intransigente no seu ponto de vista pessoal, não existe possibilidade de harmonia de movimentos nem de grandeza coletiva da nacionalidade. Dominar o comodismo, a preguiça, o ceticismo, a desilusão, o cansaço, a impetuosidade, o egoísmo, o apega às glórias falazes, convencido de que ninguém tem o direito de pretender orientar uma Pátria, quando não é capaz de governar-se a si próprio. Esforçar-se, instante a instante, na aprendizagem do domínio de si mesmo, pois é neste domínio que reside a essência da autoridade pessoal de cada um. Cultivar o amor ao seu povo e a generosidade para os que se manifestam incapazes de compreender este movimento, porque a conquista de todos os brasileiros muito depende da perseverança, da paciência, da tenacidade e serenidade dos nossos doutrinadores. Despertar em si próprio as forças do sentimento nacional porque a fusão de todas as centelhas de patriotismo de cada coração formará a fogueira que incendiará o grande coração da Pátria total[779].

Vemos que, também em Salgado, a ideia de "autoridade pessoal" aparece intimamente ligada ao destino da "Pátria Total". Ideários autoritários e totalitários se fundem na cultura política integralista, de modo que só em análises pormenorizadas é possível visualizar os limites entre essas correntes heterogêneas que formavam a cultura política integralista e os múltiplos significados que o conceito de "integralismo", e especificamente o Estado "integral", possuíam.

Salgado postulou em *A Quarta Humanidade* que o Estado Integral deveria consultar, ao mesmo tempo, as contingências da vida material do Homem e sua inerente "aspiração do infinito". O "Estado finalista", segundo o autor, é o que procura suas origens na própria origem do Universo e do Homem, e por isso, ruma para a finalidade suprema do Espírito, integrando nas suas próprias forças a totalidade das forças humanas[780]. Salgado compreendeu o fenômeno revolucionário como a interferência da "ideia" no sentido de restabelecer equilíbrios. Desse sentido surgiu sua concepção do Estado finalista de "plasticidade revolucionária". Esta característica indica que o Estado Integral seria um permanente modificador-modificado, não dependendo mais da ação revolucionária individual como sucedera na história até então. Reale, nesse sentido, é inteiramente devedor da filosofia pliniana da "revolução do espírito", como pudemos perceber ao longo dessa pesquisa.

A subordinação das forças econômicas nacionais (capital e trabalho) ao Estado, a transposição da luta social da sociedade civil para o âmbito estatal, o estabelecimento de "normas plásticas" e "leis flexíveis" e a constante adaptação do pensamento filosófico e dos

---

[779] SALGADO, Plínio. O que distingue o integralismo dos movimentos nacionalistas do mundo In: SILVARES, Alberto. **O comunismo e seu contraveneno**. Rio de Janeiro: Minerva, 1937, p. 171.
[780] SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**. op.cit., p. 41.

conceitos jurídicos, seriam as características de um governo finalista a ser implantado pela AIB. Segundo Plínio Salgado, tal concepção de governo já havia sido preconizada no pensamento de Santo Agostinho, que gozaria de extrema atualidade na época da AIB[781].

Para Marilena Chauí, em "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira",[782] essa leitura do problema indica uma visão característica do pensamento de Salgado, que aceitava o processo de edificação do Estado-nação brasileiro como um "fluxo histórico" inevitável, projetando, segundo a autora, "uma figuração hegeliana do Estado, encarado como resumo (*zuzammenfassung*) dos conflitos da sociedade civil e como seu *telos* necessário"[783], cabendo ao Estado assumir o processo de modernização, antecipando-se às classes e constituindo-as como tal. Em entrevista concedida ao *Correio da Manhã* Plínio Salgado fez uma declaração que corrobora essa noção proposta pela filósofa:

> O Estado passa a ser o Grande Revolucionário, falando em nome das inquietações, dos desejos, das aspirações superiores, dos sentimentos de justiça da Nação. O Estado adquire, assim, uma autoridade nova, sobrepairando aos interesses de grupos sociais, políticos ou econômicos. O Estado passa a ser o supervisionador, o mantenedor de equilíbrios, a concretização do ideal de justiça e de liberdade, o criador dos ritmos sociais[784].

De acordo com Cassirer, do sistema filosófico metafísico hegeliano – a "catedral do pensamento", nos dizeres de Fernando Pessoa[785] -, cujo pensamento teórico do Estado está nucleado pela filosofia do direito e a filosofia da história, surgiram as mais variadas correntes políticas em disputa no Entreguerras, seja o fascismo, o nacional-socialismo ou o bolchevismo, que fragmentaram o sistema hegeliano em diversas apropriações particularizadas que disputarão a herança do antigo domínio hegeliano no campo da filosofia política. Só que no Entreguerras, talvez pela primeira, a ideologia elevará essa luta ao nível do extermínio completo da ideologia adversária[786]. A filosofia hegeliana do direito, crítica ao universalismo iluminista, foi vista de pronto pelos liberais como filha da reação e madrinha do Estado imperial prussiano, o *telos* do povo alemão conforme essa filosofia da história.

---

[781] Idem, ibidem, p. 73.
[782] CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p. 17-149.
[783] Idem, ibidem, p. 21-22.
[784] SALGADO, Plínio. O que distingue o integralismo dos movimentos nacionalistas do mundo. op.cit., p. 170.
[785] PESSOA, Fernando. **A Nova Poesia Portuguesa**. Lisboa: Editora Inqérito, 1944.
[786] CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**, op.cit., p. 290.

Por isso, no discurso de Plínio Salgado, a teoria integralista do Estado aparecia como a melhor representante do "espírito" do século XX, ao passo em que os "liberais", os "comunistas", os "reacionários da extrema direita", os "socialistas", "republicanos positivistas", "cientificistas políticos", seriam homens de uma época marcada pelo sentido de análise. "Vivemos uma época de síntese", disse o autor, seguro de que "a velha verdade de Aristóteles" surgia nas até então recentes descobertas sobre os movimentos dos íons, "mostrando-nos em todas as expressões do Universo a diferenciação, na unidade"[787].

O problema da religião e da história constitui o centro da doutrina hegeliana. Pensadores antigos e modernos haviam enfrentado o problema da teodicéia, buscando uma justificação da Providência a partir da existência do mal físico e moral. No Iluminismo as soluções teológicas para este problema foram rejeitadas. Entretanto, Hegel declarou obsoletos todos os argumentos levantados até então, apresentando uma solução totalmente inovadora.

O "mal" não seria mero fato acidental, ou "desequilíbrio", "desvio". Pelo contrário, seria parte integrante e geradora da realidade, ao lado de seu antípoda necessário, o "bem", que representam para nós a forma mais simples da dialética hegeliana – uma dinâmica da realidade formada pelo embate destrutivo-construtivo entre tese e antítese, gerando uma síntese; processo o qual se reiteraria progressivamente. Portanto, um método que buscasse decompor os polos, negativo e positivo da realidade, seria supérfluo e infrutífero. Hegel reformulou a questão, postulando que era preciso, na verdade, descobrir sob os significados da religião e da teologia um significado filosófico mais profundo. E essa foi, de fato, a tarefa de sua filosofia da história. Para Hegel, na história, a eternidade não transcende o tempo, pelo contrário, é nele que ela se encontra. O mal, o bem, e todos os outros conceitos antitéticos, não seriam mais do que a atualização da "Razão Absoluta". O tempo não seria apenas uma cena em mutação, mas conteria uma verdadeira "substância". O papel da filosofia seria, justamente, reconhecer essa substância imanente no temporal e no eterno. Ao contrário de Platão, Hegel não buscou a "Ideia" em um mundo distante da *physis*, encontrando-a, sim, na própria realização da vida social do homem e das suas lutas políticas[788].

A partir da filosofia da história de Hegel, compreendemos sua concepção do Estado. Para Hegel, o Estado não é somente uma instância da vida histórica, mas é antes sua própria essência, não podendo mesmo haver história fora, ou antes, do Estado, sendo este, por isso mesmo, a sua mais perfeita realidade, ou, a própria encarnação do "espírito do mundo". Em contraste a Santo Agostinho, que via um abismo entre a Cidade de Deus e a Cidade dos Homens, Hegel viu na

[787] SALGADO, Plínio. O que distingue o integralismo dos movimentos nacionalistas do mundo. op.cit., p. 173.
[788] Idem, ibidem, p. 297-303.

Cidade dos Homens a própria expressão de Deus. A ética passava a ser observada em sua realidade concreta na vida do Estado, deixando de ser uma busca por "leis universais". De acordo com a interpretação hegeliana, o Estado não teria nenhuma obrigação moral – a moralidade se aplica somente à vontade individual, não à "vontade universal" do Estado – o único dever do Estado seria a sua própria conservação[789].

Sendo assim, a noção de ética apresentada por Hegel não partia de uma busca moral, mas levava em consideração "a verdade que assenta no poder"[790]. Em seu sistema, combinavam-se o culto ao Estado e o culto ao herói. Mas este tipo de herói não era necessariamente um exemplo de virtude, uma vez que grandeza significa poder, o vício seria tão natural quanto à virtude. Ao menos que se tratasse da *virtù* de Maquiavel, significando claramente "força", a qual Hegel juntava o poder das paixões humanas como fator fundamental do processo histórico, constituindo, ambos, o "verdadeiro" sentido ético do homem[791]. Deste modo, a mais alta finalidade que competiria ao Estado, tendo em vista a sua relação com o povo, seria permitir que a arte e a ciência fossem cultivadas para assim elevarem o "espírito do povo".

Muito já se escreveu sobre a crítica realeana ao Estado democrático pelo viés do antiliberalismo e do ataque ao jusnaturalismo, sua filosofia jurídica. Mas muito pouco ainda se sabe sobre sua crítica ao Estado fascista. Levando-se em conta os procedimentos adotados pelo método integral, podemos supor que Reale avaliou na doutrina fascista do Direito aquilo que poderia ser considerado essencial para o integralismo e como contribuição universal à ciência do Direito. Mas a ruptura com sistema idealista hegeliano foi uma abordagem tão importante em Reale quanto a que foi dada ao antimaterialismo, mas, da mesma forma, não se construirá aqui um conceito novo sem a síntese metodológica das *ideias*.

Ao contrário do que aconteceu na Alemanha, onde Hegel parece ter sido negligenciado por um bom tempo, o hegelianismo não foi na Itália o resultado de uma reação ao positivismo. Coincidiu com a introdução do positivismo na Itália, com Roberto Ardigó, a fundação da Escola neohegeliana de Nápoles, de Bertrando Spaventa, onde se formaram Benedetto Croce, Giovanni Gentile, Hugo Spirito. Sem a "finalidade" de atuar como filosofia da reação na Itália, o hegelianismo italiano se voltou com maior interesse para os problemas da Cultura, principalmente com a contribuição trazida de Gianbattista Vico por Croce às correntes neoidealistas e historicistas, com o estudo do conceito de Cultura[792].

---

[789] CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**. op.cit., p. 308.
[790] Idem, ibidem, p. 308.
[791] Idem, ibidem, p. 311.
[792] VITORINO, Orlando, op.cit., p. XV.

Vico foi introduzido a Reale, provavelmente, pelos textos de Croce e de Pasquale Villari (*L'Italia e la Civilità*): "No gênio de Gionavvi Battista Vico, encontramos, pela primeira vez, afirma Pasquale Villari, uma verdadeira reconciliação entre o pensamento e a realidade das coisas, entre o mundo das ideias e o dos fatos, pois ele ensina "que as ideias se transformam em fatos e estes fatos não perdem o seu caráter ideal". Reale prossegue apontando a "*síntese*" de Vico como uma referência para a "*síntese integral*": "A síntese jurídica vichiana entre os valores universais e permanentes da justiça e os valores particulares e transitórios dos fatos concretos, entre o direito natural e o direito histórico não foi infelizmente compreendida em seu tempo"[793], citando indiretamente o Quarto Livro da *Ciência Nova* de Vico[794].

O livro *O Estado Moderno* está divido em quatro ensaios. O Ensaio I, "*Duas épocas*" procura reconstituir dialeticamente um processo de longa duração em que se observa o estabelecimento do "naturalismo liberal" iluminista se impondo como a "negação do humanismo" renascentista, até o surgimento de uma nova síntese, o "novo humanismo" que parteja uma nova relação entre "Política e moral", gerando um novo "conceito de política". Esse conceito novo de "política" busca suas origens diacronicamente em Aristóteles, que "definiu a Política como sendo a ciência do Estado, abrangendo todos os estudos sobre a organização da sociedade, quando ainda não havia ciências particulares com o objeto próprio claramente determinado". Reale acreditou que essa condição do pensamento aristotélico, de ser anterior à fragmentação e especialização científica da modernidade, o colocaria com uma percepção menos parcial e mais integral do conceito de política. Por isso, afirma Reale, "Hoje dizemos, novamente, que a Política é a ciência do Estado, a integração de todas as ciências sociais"[795]. A ciência política que Reale apresenta uma teoria e uma práxis com uma finalidade bem definida:

> [...] procura, na história e na experiência presente, fixar as relações e as interdependências dos fenômenos sociais, aplicando os conhecimentos a fim de obter para os homens a maior soma de bem-estar e de autonomia econômica e moral: o domínio do homem sobre si mesmo e sobre a natureza.

[793] REALE, Miguel. Formação da política burguesa, op.cit., p. 229.
[794] Nos referimos especificamente às sessões do Quarto Livro da *Ciência Nova*: "Do Curso que fazem as Nações"; "Introdução"; "Primeira Sessão. Três espécies de Natureza"; "Segunda Sessão. Três Espécies de Costumes"; "Terceira Sessão. Três Espécies de Direitos Naturais"; "Quarta Sessão. Três espécies de governos"; "Quinta Sessão. Três Espécies de Línguas"; "Sexta Sessão. Três Espécies de Caracteres"; "Sétima Sessão. Três Espécies de Jurisprudências"; "Oitava Sessão. Três Espécies de Autoridades"; "Nona Sessão. Três Espécies de Razões"; "Primeiro Capítulo. Direito Divino e Direito de Estado; "Segundo Capítulo. Corolário: da Sabedoria de Estado dos Antigos Romanos"; "Terceiro Capítulo. Corolário: História Fundamental do Direito Romano". Cf.: VICO, Giambattista. **A Ciência Nova**. São Paulo: HUCITEC, 2015.
[795] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 41.

> A ciência política fornece os meios de ação; a moral nos guia na escolha dos fins. Ao conjunto da ciência política e da moral, podemos dar a denominação genérica de *Política Integral*[796].

Ou seja, apresentando o integralismo enquanto filosofia de ação, e o *Sigma* enquanto conceito de movimento, Reale assevera que "Nós analisamos, abstraímos, isolamos os fatos, no instante da pesquisa, mas sintetizamos no momento da ação. É uma distinção fundamental que o século passado não soube fazer". Aqui, o conceito de síntese se revela inspirado em uma citação de Pareto, "A necessidade da análise, para estudo das várias partes do fenômeno concreto, seguida da síntese, para voltar da teoria ao fato concreto, eis uma verdade aceita nas ciências naturais, mas que ainda não se quer compreender nas ciências sociais"[797]. A práxis, a experimentação vivida entre a teoria e a ação prática, era o significado máximo do integralismo. A nova cultura política integralista cujas práticas estão sendo demonstradas ao longo dessa tese. Mas para atingir essa "revolução interior", como dirá Plínio Salgado, é preciso compreender o método e a epistemologia integral. Ela é a ferramenta declarada da ciência política, da teoria do Estado e do direito.

Abordado o processo do *conhecimento* por analogia à observação do desenvolvimento cognitivo da criança, à maneira do método expresso pela corrente do neokantismo jurídico[798], Reale o vê ser elaborado em três momentos diferentes: a) "*Começa por uma visão de conjunto, uma percepção global, confusa e indistinta*"; b) "*para, depois, ir distinguindo as imagens e os grupos de imagens*"; c) "e, *afinal, obter a percepção completa, em uma nova visão global, mas diferenciada, orgânica*". Destarte, o conhecimento humano, diz Reale,

> [...] se processa de uma síntese primitiva, por assim dizer amorfa, para uma síntese orgânica, mediante a diferenciação progressiva operada pela análise. Não são, porém, três estados que se sucedem esquematizados, como a tríade hegeliana, mas

[796] Idem, ibidem, p. 38.
[797] Idem, ibidem, p. 39.
[798] A corrente jurídica neokantista tentou elaborar uma filosofia do direito em reação ao positivismo jurídico, e se constitui numa tradição que se afasta do hegelianismo, que se constituísse sobre os mesmos processos de conhecimento que na Crítica da razão pura se limitam à observação da natureza: "como no sujeito do conhecimento residem, antes da apreensão do objeto, as formas, intuições, categorias e sínteses "a priori" que hão de tornar cognoscível, assim se admitiu que o mesmo processo se podia estabelecer para o conhecimento do Direito". VITORINO, Orlando, op.cit., p. IX_XI. Esse princípio que fundamenta o jusnaturalismo está expresso na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, de Kant da seguinte forma: "Todo conhecimento racional é: ou material e considera qualquer objeto, ou formal e ocupa-se apenas da forma do entendimento e da razão em si mesmas e das regras universais do pensar em geral, sem distinção dos objetos. A filosofia formal chama-se Lógica; a material porém, que se ocupa de determinados objetos e das leis a que eles estão submetidos, é por sua vez dupla, pois que estas leis ou são leis da natureza ou leis da liberdade. A ciência da primeira chama-se Física, a da outra é a Ética; aquela chama-se também Teoria da Natureza, esta Teoria dos Costumes". KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Viseu: Edições 70, 1986., p. 13.

> processos que se dão concomitantemente, agindo um sobre o outro. À medida que se opera a análise, os dados obtidos se recompõe em síntese, abrindo novos horizontes à análise, pois este é o duplo processo do conhecimento humano[799].

Considerações feitas, segundo Reale, para demonstrar o "valor relativo" dado ao esquema acima, pois, ele diz, "não creio que haja um termo final na evolução do espírito". Se nos seus dias voltava à teoria aristotélica do Estado, é porque "as ciências particulares naturalmente se integram". A diferença entre o conceito colocado pelo mestre grego e pelo sociólogo moderno é "um longo processo de análise e de sínteses parciais". Ao fim e ao cabo, defende não se referir a um conceito eclético de "política". O conhecimento científico, nessa perspectiva, não se processa entre "afirmações" e "negações", porque é a produção de pesquisas individuais que se corrigindo e completando, formam um todo orgânico. Assim, "Einstein não nega Newton, completa-o. A ciência nunca deixa de ser considerada como uma unidade, como um patrimônio que pertence tanto ao presente como ao passado; como formação histórica que paira sobre as existências singulares" a síntese dessas contribuições individuais representam, por fim, facetas da "verdade total" (sic) que procuram os integralistas[800].

> De mais a mais, a Economia, a Sociologia política, a Ciência das finanças, o Direito, etc., realizam análises e – dentro dos respectivos quadros – procuram sintetizar os conhecimentos. Neste sentido não erram; e seria absurdo criticar um economista por não tratar do direito obrigacional. Mas deve haver necessariamente uma ciência superior às anteriores, para processar a síntese das sínteses, uma ciência que reúna os dados da Economia, da Estatística, do Direito, etc., em um conjunto para realização geral dos fins que cada uma delas procura em particular. Esta ciência é a Política, cujo índice dominante é a síntese, cujas leis são sobretudo leis éticas[801].

Uma das principais orientações metodológicas de Reale se baseia no esforço de distinção entre o mundo do *ser* e o mundo do *dever ser*. Em seu estudo sobre política e moral, Reale inicia a primeira página citando Stammler e Farias Brito como duas referências intelectuais nesse campo da filosofia do direito, e partir daí, inicia a exposição de seu método. Conforme Reale, o estudo de um fenômeno pode ser considerado, a princípio, por dois pontos de vista diferentes: analisa-lo em relação aos fenômenos passados que o determinaram ("e então a lei da causalidade indica uma relação de antecedente a consequente"), ou avalia-lo em relação ao seu futuro, isto é, como o meio para a realização de um fim ("e então a lei da causalidade

[799] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 42-43.
[800] Idem, ibidem, p. 43.
[801] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 40.

exprime uma relação de natureza teleológica"). O autor ressalta que "não são dois mundos antagônicos, mas antes dois mundos que se completam, (o da Natureza e o da Liberdade), pois escolhemos *livremente* os fins, aplicando os meios de acordo com os conhecimentos alcançados no mundo do *ser*"[802]. Sobre este *mundo do ser*, Reale define alguns problemas e caminhos de sua abordagem:

> A realidade, em si, é um todo concreto, indissolúvel. Para apreendê-la, selecionamos e abstraímos. Eis por que conhecer é um ato de criação. Não conhecemos um objeto justapondo mecanicamente imagens, como ensinava a psicologia associacionista; mas esclarecemos imagens já existentes, originariamente confusas, pela reminiscência do passado em contato com o presente, em um ato criador do espírito. Deturpamos, muitas vezes, a realidade para explica-la: no fundo, não copiamos passivamente o que existe, mas *somos forçados* a imprimir no *objetivo* o marco de nossa *subjetividade*[803].

Das considerações filosóficas e teórico-metodológicas sobre o novo conceito de "ciência política" integralista, Reale extrai três conclusões:

> 1º) que a Política não pode estar unidade ao nome de Marx, ou de Spencer, de Tarde ou de Desmolins ou de qualquer revelador de aspectos do real. As verdades que eles descobriram devem se unir a outras verdades, correspondendo à síntese das ideias à síntese dos aspectos totais da realidade;
>
> 2º) que o povo ainda não pode intervir sempre na apreciação das soluções políticas, a não ser como centro revelador do ideal comum, mas nunca com os poderes de autogoverno, mas nada prova que essa capacidade não aumente dia a dia;
>
> 3º) que o governo deve caber aos mais capazes, selecionados da massa como expressão de seus valores mais altos, para que o próprio Estado realize as transformações sociais que a justiça exige e a observação dos fatos sociais aconselha[804].

O termo "totalitário" ou "totalitarista" aparece no discurso de Reale em alguns momentos decisivos em seu raciocínio, mas sua recorrência realmente não é tão alta. Não que o conjunto de relações e significados que o conceito de "totalitarismo" cobria na época em que era pensado na Itália não aparece, ao menos em fragmentos, no discurso realeano. Mas como essa expressão trazia em si um pertencimento muito arraigado à experiência italiana, parece que o autor optou por construir sua teoria por uma tradição menos devedora de Rocco, Danunzio e seus colegas, daí a teoria do "*corporativismo integral*" surgir com um apelo nacionalista no aspecto político

[802] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 35.
[803] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 36.
[804] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 44-45.

e da identidade intelectual brasileira também. Mas essa está longe de ser a única explicação, é claro. Ao longo de nossas análises sobre as obras de Reale, vimos que a expressão "totalitarismo" aparece, em grande parte, senão na maior parte dos casos, com um significado específico de "síntese analítica", como por exemplo, ao falar sobre os porquês teóricos e mesmo metodológicos de se excluir a tese racista da ideologia integralista:

> Essas e outras observações conduzem a uma apreciação totalitária do homem e da sociedade. Em lugar na unilateralidade étnica, compreende-se que é necessário levar em conta a totalidade dos fatores operantes, sem se esquecer que – acima de tudo – cumpre analisar o que de específico e de próprio há no indivíduo, que é quem sofre as influências exteriores, mas é também quem reage sobre elas e as modifica como ser dotado de inteligência e vontade livre[805].

Mas se o indivíduo deve ser analisado e compreendido de modo *integral*, assim também o deveria ser com a teoria do Estado, o que leva Reale a considerar como incumbência do Estado um leque de obrigações que iam para muito além da mera ação jurídica. Quando o Estado se limita a apenas agir juridicamente, ele está considerando no indivíduo apenas o "homem cívico". A mesma teoria integral também exige que o Estado se desenvolva no sentido de cobrir as formas de vida política, econômica, ética e religiosa de cada indivíduo da nação[806].

O autor pondera que seria equivocado conceber o Estado como uma "realidade estável", como diz ter pensado Aristóteles "em uma época em que não se compreendia o sentido dinâmico da vida. Para Reale, o Estado é ao mesmo tempo *estabilidade* e *movimento* assim como o é *meio* e *fim*, e conclui citando o Chefe Nacional da AIB para explicar os fundamentos do Estado Integral:

> "O que nos interessa ao idearmos o Estado, esclarece Plínio Salgado, não é a intangibilidade de suas expressões formais, porém a inalterabilidade de sua essência, que é ao mesmo tempo:
>
> 1º) Independente das ações e reações do organismo social, no que concerne à finalidade última;
>
> 2º) Depende delas, no que concerne à sua atividade prática, às suas realizações objetivas, aos seus meios de ação.
>
> A verdadeira política se afirma pela persistência de valores imutáveis segundo a contingência dos valores transitórios"[807].

[805] REALE, Miguel. Perspectivas Integralistas, op.cit., p. 33.
[806] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 137.
[807] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 137.

"*Dentro desses princípios, a que se reduz a Democracia*?", pergunta retoricamente Reale logo na sequência. "A Democracia", o responde, "passa a ser o regime em que o Estado, nas mãos das elites culturais, cria todas as condições necessárias ao livre desenvolvimento das capacidades individuais, para alargar cada vez mais o círculo da classe dirigente, à procura do ideal político que é o governo do povo pelo povo"[808]. A teoria social e política realeana é, neste caso, acima de tudo *elitista*, e o seu argumento para isso é também histórico, como ele mesmo diz, "Mas a história toda nos mostra que sobram razões a Pareto e a Gaetano Mosca para dizerem que "uma ordem social não é possível sem uma classe dominante, uma classe de minoria"[809].

Conforme o intelectual italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), um dos principais teóricos do *elitismo*, a diferenciação social expressaria o "fato" de que os indivíduos são diferentes fisicamente, moralmente e intelectualmente, consequentemente, uns indivíduos seriam naturalmente superiores a outros em função de suas qualidades "inerentes". Pareto sofreu a influência do darwinismo social, de onde tomou uma ideia geral de que na "luta social", os "vencedores", isto é, quem se achava no topo, eram mais "bem-dotados" ou "evoluídos[810]. Sendo assim, quem possui certas *virtudes* torna-se necessariamente em elite por possuir uma capacidade superior ao restante para governar. No entanto, a elite não é formada apenas pelos mais capazes, mas também pelos que podem dispor da força para garantir sua posição social privilegiada. Nessa perspectiva, enquanto as elites agem racionalmente, as massas mover-se-iam de modo irracional e supersticiosamente e, por isso mesmo, deveriam ser dirigidos pela elite, que, por sua vez, conservaria assim a sua posição social[811].

Não obstante, ao lado do elitismo, outro pilar da teoria social e da ciência política em Miguel Reale será a teoria que ele extrai de suas interpretações da Política de Aristóteles: a "*teoria da classe média*". Na visão de Reale é o "amor ao meio-termo" que fez Aristóteles nutrir predileção por uma forma de Estado mista que compusesse monarquia, aristocracia e democracia na mesma forma de governo, cujas versões corrompidas eram a tirania, a oligarquia e a demagogia. Para que um governo misto dessa natureza fosse possível e não degenerasse em versões corrompidas, era necessário, antes de tudo, que a classe média fosse posta como classe diretora:

---

[808] Idem, ibidem, p. 45.
[809] Idem, ibidem, p. 45.
[810] ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**, op.cit., p. 404.
[811] BEIRED, José Luís Bendicho. op.cit., p. 180.

> "Todo Estado, diz Aristóteles, reúne três classes de cidadãos, os ricos, os pobres e os remediados que ficam entre os dois extremos. Por conseguinte se se admitir como preferível o meio termo em todas as coisas (*sic*), resultará que, em matéria de riquezas, a propriedade média será a mais conveniente de todas. Os homens da classe média sabem acatar as ordens da razão, enquanto que esta é com grande dificuldade ouvida por quem está em um lugar privilegiado pelo poder, pela beleza, ou pela fortuna, ou então, por quem sofre por excessiva pobreza, fraqueza ou humilhação"[812].

Essa "teoria da classe média" talvez seja um dos pontos mais enigmáticos no pensamento político realeano. Primeiro, porque ela contradiz o que normalmente se entende com a "teoria das elites" de Pareto. O que aparenta ser a "síntese" aqui é uma união do ideal elitista no que toca a restrição às classes dirigentes ao "governo dos mais aptos", ao antigo ideal aristotélico de que ao Estado cabe "fazer o bem" e "dar ao indivíduo aquilo que lhe pertence" até o ideal herderiano de um Estado que permita e fomente o livre desenvolvimento do potencial dos indivíduos, porque assim se elevaria o *Volksgeist* nacional. Desse modo, a classe média na teoria social realeana não é vista como a classe conservadora, que invoca o Estado autoritário para a manutenção do *status quo* ameaçado, seja pela Revolução de 1930 ou seja pelo comunismo. A classe média aqui é vista como a *classe revolucionária*. É de onde surgirá primeiro o "homem integral", ou seja, o "novo pensamento", a "nova ética" e a "nova atitude política" e o sonho trazido nessa teoria da classe média, como veremos nas análises sobre o corporativismo, é a autarquia.

No Ensaio II *de O Estado Moderno*, "*O Estado demo-liberal*", Reale apresenta uma síntese histórica do liberalismo democrático, demarcando seu recorte entre o século XVIII, o "Século das Luzes", e o século XX. Analisa as bases do jusnaturalismo; o contratualismo, a fisiocracia e manchesterianismo, para explicar a formação do Estado não-intervencionista e sua relação com o fortalecimento do capitalismo e o enfraquecimento da soberania nacional, encerrando o capítulo analisando os efeitos (desastrosos) do liberalismo no Brasil[813].

O Ensaio III, "*O Fenômeno fascista*", é dedicado a analisar as fontes históricas do pensamento político fascista, identificadas por Reale no "socialismo sindicalista", na "doutrina do direito objetivo" e na "teoria e a técnica moderna da violência". Analisa conceitos básicos nessa tradição de pensamento, focalizando o "estatismo", a fusão entre "nacionalismo e socialismo", o "solidarismo" como busca pela transformação do sindicalismo e "A obra de Mussolini", tratado em sua obra como nada que um verdadeiro profeta – mas não um messias.

---

[812] Idem, ibidem, p. 111.
[813] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 49-93. O discurso *antiliberal* de Reale é analisado de forma mais detalhada no Capítulo 3.

Até mesmo Mussolini era visto como apenas uma face da "verdade total". Ou talvez esse lugar na história estivesse reservado a outro Chefe...

O Ensaio IV de *O Estado Moderno* apresenta os "Fundamentos do Estado Integral". Nessa apresentação são apontados os conceitos de "Estado" e "Estado ético"; "Economia dirigida"; "Democracia integral"; "Evolução do sindicalismo" e se encerra com "O integralismo e o Brasil". Essa é a base da teoria do Estado Integral, e seu método, como vemos, é histórico e sociológico. Uma nova ética e um novo Direito formam o eixo central da discussão em torno da teoria do Estado Integral.

De acordo com a interpretação apresentada por Reale em *O Estado Moderno*, a *corrente estatista totalitária* fascista seria uma reação radical ao individualismo liberal e aos marcos jurídico-filosóficos celebrados pela *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789, que promovia o direito às liberdades individuais em detrimento da autoridade e dos poderes do Estado, cinzelando com essas premissas a face do Estado Liberal mínimo. A corrente totalitária exigirá o exato oposto disto, ou seja, autoridade e poder absolutos ao Estado, que deveria penetrar e absorver a realidade social em todos os seus níveis, suprimindo, inclusive, as liberdades individuais. Analisando "As fontes do fascismo" no Ensaio III: "*O fenômeno fascista*", Reale identificou em Alfredo Rocco o principal ideólogo do fascismo totalitário, sendo este intelectual herdeiro dos pensamentos de Comte, De Maistre, Hegel que, em última instância, eram todos os partidários do totalitarismo devedores da filosofia idealista apresentada na República de Platão[814]. Idealismo dialético e racionalismo positivista eram duas tradições que precisavam passar pela revisão do *espírito* integralista para se atingir o ótimo do corporativismo no Brasil. E Reale era enfático em afirmar que o Estado Integral não deveria ser confundido com o Estado hegeliano:

> "O Estado, escreve Hegel, é o Espírito enquanto se realiza com consciência no mundo. É a marcha de Deus no mundo que faz com que o Estado exista. Todo Estado, qualquer que ele seja, participa desta essência divina."
>
> Assim sendo, o Estado é a ideia absoluta, a personificação da Ética: tudo que provém dele é de ordem moral, em qualquer direção que se manifeste, porque o Estado não erra.
>
> O Estado ético, da concepção fascista e integralista, é, ao contrário, o Estado subordinado à lei ética. A diferença entre um e outro é essencial: no primeiro a *moral* subordina-se ao Estado; no segundo, O Estado submete-se ao imperativo moral, ou, como diz Redanó, no hegelianismo a ética está imanente no Estado, enquanto que, no Fascismo, a ética o transcende[815].

[814] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 103-104, 127.
[815] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 138.

Deste modo, os modelos corporativistas inscritos por Reale na *corrente estatista integralista*, como o "corporativismo puro" de Manoïlescu e aqueles que obedecem ao mesmo princípio, advém da crítica sobre o modelo totalitarista do ministro da Justiça italiano, Alfredo Rocco[816], *guardasigillo* da institucionalização do Estado corporativo fascista na fase "napoleônica" da ditadura de Mussolini, após a extinção oficial de todos os outros partidos em 1926, Rocco ficou encarregado de criar uma legislação ultra-fascista, "*leggi fascistissime*", positivada na *Carta del Lavoro* (1927). Essa crítica foi feita por juristas do próprio fascismo, autores como Antonio Navarra e Ugo Rodanò, citados por Reale como aqueles que "não negam esferas autônomas de poderes ao indivíduo" de modo que "entre o Estado e o indivíduo *se verifica uma cessão recíproca de faculdades para a realização dos fins éticos comuns*"[817]. O individualismo jusnaturalista liberal continuava a ser objeto de combate, outrossim, a autoridade estatal não poderia perder a primazia do seu restabelecimento, mas feita sobre uma base ainda mais orgânica que o totalitarismo italiano, pensando um Estado corporativista e autoritário que não suprima as partes do todo, ao invés da visão mecanicista homogeneizante de Rocco, e resume, no seguinte trecho, o princípio norteador do corporativismo integralista:

> Uma das características da *unidade orgânica* é precisamente esta de *integrar discriminando*. O todo não deve absorver as partes (*totalitarismo*), mas integrar os valores comuns respeitando os valores específicos e exclusivos (*integralismo*). Mais do que nunca é necessário penetrar no significado da unidade orgânica, compreendendo-a como faz o espírito profundo de Pascal: "La multitude qui ne se reduitpas à l'unité est confusion; l'unité qui ne depend pas de lamultitude est tyrannie"[818].

A base ética que Reale busca no cristianismo para diferenciar o Estado Integral de outros totalitarismos mais "agnósticos" assentava raízes na *Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, cujo princípio da "igualdade fundamental" se fundava no argumento de que Deus concedera ao homem poder sobre os animais, mas não sobre outras almas. A alma é *sui juris*, disse o pensador, por isso não poderia perder ou renunciar à sua "liberdade original"[819]. Mesmo que,

---

[816] Alfredo Rocco (1875-1935). Professor de Direito em algumas das mais importantes universidades italianas, reitor da Universidade de Roma "*La Sapienza*" (1932-1935), político do PNF, presidente da Câmara dos Deputados (1924-1925), ministro da Justiça (1925-1932). Sobre a doutrina corporativista de Alfredo Rocco, Cf.: PAYNE, Stanley. **A History of Fascism**, 1914-1945. Madison: Routledge/University of Wisconsin Press, 2013, p. 115-116.
[817] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 131.
[818] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 132.
[819] CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. op.cit., p. 132.

na prática, o homem medieval comum tenha usufruído relativamente pouco deste princípio, do ponto de vista jurídico, ele significou uma barreira à ideia de autoridade absoluta do poder político, sempre limitado pelas leis da justiça. Estas leis seriam irrevogáveis e invioláveis por que exprimiriam as próprias leis de Deus. Do ponto de vista político, a ideia platônica do "Estado ideal" se tornou um conceito estruturante da própria vida social medieval. A tese de que a primeira e principal tarefa do Estado[820] é a manutenção da *justiça*, tornou-se, então, o núcleo da teoria política medieval[821].

Para Reale, Fustel de Coulanges oferece uma visão acertada ao negar a existência das liberdades individuais na civilização pagã por ser então o Estado o único titular do direito, relevando as críticas que sofria a interpretação de Coulanges, Reale conclui ser impossível diminuir a importância do cristianismo para "o deslocamento parcial do Direito do plano do Estado para o plano do indivíduo"[822].

Nesse sentido, Reale apresentava a mesma crítica *antitotalitária* que podemos ver em outros intelectuais da direita nacionalista antiliberal, como Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral[823], apontando esse nível de totalitarismo como um fator de desequilíbrio que remeteria ao "absolutismo estatal de Hobbes e Bossuet"[824] ou com a noção rousseauniana de uma "*vontade geral homogênea*, assentando-se toda sobre o aspecto exclusivamente cívico da vida social, forjando o mito da alma coletiva" [grifo do autor]. Por fim, essa visão totalitária de Alfredo Rocco desaguava num "conceito mecânico da unidade", consequentemente, uma visão não-orgânica que acabava por fazer "uma 'tábula rasa' de muitas conquistas preciosas do cristianismo e da civilização burguesa quanto à tutela dos valores exclusivos do indivíduo"[825].

Na visão teórica "totalitária" construída por Reale em *O Estado Moderno*, a doutrina liberal fez do conceito de "Homem" uma abstração do homem real, "conjunto de matéria e espírito", para considerar apenas o *homem cívico* ou o *homem natural*[826], estes seriam, segundo o autor, conceitos definidos por visões deterministas. Na doutrina de Plínio Salgado, a "revolução cultural" integralista, também chamada "revolução do espírito", era prevista como um processo que poderia durar por gerações a fio, até que o "novo homem" irrompesse *de dentro para fora dos indivíduos*, até que se consolidasse a cultura política integralista. Miguel

[820] O Estado seria bom em sua finalidade de administrador da justiça, mas de acordo com o dogma cristão, era mau em sua origem. Seria o resultado do pecado original e da queda do homem. Idem, ibidem, p. 136.
[821] Idem, ibidem, p. 124.
[822] REALE, Miguel. Formação da Política Burguesa, op.cit., p. 141.
[823] MEDEIROS, Jarbas, op.cit., p. 61-63; GOMES, Ângela de Castro. Azevedo Amaral e o Século do Corporativismo, de Michael Manoilesco, no Brasil de Vargas, p. 188-189.
[824] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 104.
[825] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 128-130.
[826] Idem. O Estado Moderno. op.cit., p. 15.

Reale em muitos trechos de sua obra apresentava uma visão mais pragmática, que partia de uma noção de "revolução cultural" dirigida pelo Estado Integral que, sendo um Estado orgânico, forte e autoritário, conseguiria, através do Direito e da mão-de-ferro da Lei, impor *de fora para dentro dos indivíduos* a transformação da sociedade[827]. Com esse fim, "No *regimen* fascista, integralista e hitlerista, o indivíduo deve exercer direitos até onde a sua capacidade permite"[828]. Essa ideia ficará mais clara nas próximas páginas.

Em sua visão, um dos maiores erros do jusnaturalismo foi ter colocado o Estado subordinado ao Direito, igualando-o em direitos ao indivíduo, uma incompreensão que teria custado o "fundo moral" do Direito. O retorno desse "fundo moral" é traduzido em medidas como a *restrição à liberdade de imprensa*, que "só tem sentido para poderosos e potentados" que compram a mídia para fazer propaganda da "declaração de direitos" em "campanhas contra o bem coletivo"[829]. Deste modo, vemos "totalitarismo" aparecer como indicativo de uma tendência totalitarista na teoria do Estado Integral, como por exemplo, na questão da educação pública:

> O problema educacional exige uma solução uniforme para todo o Brasil. O Integralismo iria de encontro às suas tendências fundamentais, se aceitasse uma dispersão ou desarticulação das células educacionais que são as escolas. [...]. Onde não existe unidade racial, a escola é o fator predominante na formação de uma unidade histórica e ética indispensável. Unificar não quer dizer estandardizar a cultura. O Integralismo é pela escola unificada[830].

O organicismo-estatista de tendência totalitária ficava claro ao longo da obra de Miguel Reale em trechos como esse, subsequente ao anterior, que diz: "A cultura deve ser proporcionada às massas populares. O desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento econômico dos trabalhadores exige ampla instrução profissional. É preciso que a fábrica não se separe da escola, assim como que o Capital não se separe do Trabalho"[831]. Até que, ao tratar o corporativismo, essa tendência totalitarista se torna explícita, como por exemplo, neste trecho em que diz: "O sindicato precisa ser uma célula da Nação. Sociedade para a garantia da justa remuneração dos produtores (do Capital, do Braço, da Inteligência), deve ainda desenvolver a sua atividade em outros campos a começar da assistência escolar até à expressão *totalitária* das

[827] RAMOS, Alexandre Pinheiro. "Estado, Corporativismo e Utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937)", op.cit., p. 17-18.
[828] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 100.
[829] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 136.
[830] Idem, ibidem, p. 32.
[831] REALE, Miguel. Perspectivas Integralistas, op.cit., p. 32.

Corporações"[832] [grifo nosso]. Gustavo Barroso preferirá o uso da expressão "Estado social-totalitário", como aparece em *O Integralismo em Marcha*[833].

Por um lado, a valorização do papel do *Direito*, da *Lei*, da *Justiça do Trabalho* e, em resumo, do *Poder Judiciário*, na doutrina realeana acompanhava uma tendência que já vinha sendo exposta no pensamento político de autores como Azevedo Amaral e Oliveira Vianna. A ênfase no Judiciário deveria ser o contrapeso da atrofia do *Poder Legislativo* e da representação partidária, por um lado; e da hipertrofia do *Poder Executivo*, por outro lado[834]. Para autores como Azevedo Amaral, parecia que o papel precípuo dos juristas era um sinal dos novos tempos[835], e talvez isso explique em grande medida o prestígio que Reale ganhou rapidamente na AIB como "jurista do Estado Integral" e teórico do corporativismo, por um lado, e o autoritarismo essencial em seu pensamento político. No 5º ponto defendido pelo *Manifesto-Programa da Ação Integralista Brasileira* (1936), "Direito e Organização Judiciária", o papel preponderante do Direito e da Justiça na "revolução integralista" fica explícito:

> O Integralismo, para atender às mais puras aspirações da sociedade brasileira e para realizar seus ideais de verdadeira orgânica democracia, saberá fortalecer o poder Judiciário, de cuja intangibilidade depende a sorte dos regimes de dos homens. Reorganizando o aparelhamento judiciário e atualizando toda a legislação nacional afim de a colocar cada vez mais em consonância com as exigências técnicas do mundo contemporâneo e os impositivos da justiça social, o Estado Integralista será um permanente garantidor de equilíbrios sociais e um realizador e socializador de liberdades. A revolução integralista se processará especialmente dentro dos quadros e das estruturas do direito público e privado[836].

Por outro lado, Miguel Reale também apresentava um outro enfoque sobre a natureza do poder Judiciário no Estado Integral, o da "plasticidade das leis" e do Direito, como se referiu Plínio Salgado. Em *A Quarta Humanidade*, o autor afirma uma aproximação entre os neohegelianos "idealistas" (direita hegeliana) e as correntes espiritualistas, cuja expressão

---

[832] REALE, Miguel. Perspectivas Integralistas, op.cit., p. 32.
[833] BARROSO, Gustavo. **O Integralismo em Marcha**, op.cit., p. 81.
[834] Uma exceção a esta regra do pensamento corporativista na direita nacionalista dos anos 1930 foi Francisco Campos, que na Constituição de 1937 tolheu fortemente as prerrogativas do Judiciário MEDEIROS, Jarbas, op.cit, p. 147.
[835] Azevedo Amaral, com uma visão historicista evolucionista – etapista, escreveu que "No período essencialmente político, que precedeu a atual fase econômica da civilização, os parlamentos tornaram-se os órgãos mais adequados de defesa da coletividade e do indivíduo contra a prepotência dos órgãos executivos do Estado. As condições peculiares da etapa atual da evolução histórica induzem o deslocamento daquela função para os tribunais. O liberalismo hoje obsoleto foi parlamentarista; o neoliberalismo associado ao economismo contemporâneo terá de ser judiciarista". AMARAL, Azevedo. **Ensaios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 245.
[836] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto-Programa da Ação Integralista Brasileira**, op.cit., p. 7.

filosófica dominante seria a neoescolástica[837]. Uma tendência neohegeliana à "quebra do prestígio da lei", que se apresentava com grande força no corporativismo português, a partir de 1933[838]. Reale, recusando essa filiação como foi exposta por Salgado, apresenta a sua versão às teorias até então dominantes no Direito, procurando abrir espaço para sua própria Teoria Integral do Direito e do Estado.

> O juridismo dos "constitucionalistas" ainda representava, na primeira metade do século, um aspecto de realidade, um momento da vida do Estado liberal contra o absolutismo monárquico. Hoje, o demoliberalismo se perde nas abstrações do direito geométrico de Kelsen, para quem o Estado tem forma e conteúdo jurídico; ou no ficcionismo de Croce.
>
> É a fuga da realidade, o pavor de abrir os olhos para o mundo dos fatos concretos...[839]

Se analisarmos *O Estado Moderno* à luz de seu contexto histórico, delimitado entre as Constituições de 1934 e 1937, podemos aprofundar e delimitar um pouco melhor os significados do Estado Integral. O caráter de um "estado de exceção" pode ser apreendido pelo exame de três justificativas previstas por Sainte-Bonnet, que explicam, de modo geral, a ascensão de regimes que baseiam sua rotina jurídica e institucional na suspensão do Estado Democrático de Direito: "*a infração ou a derrogação do direito normal*", "*a referência a uma situação anormal anterior*" e "*a previsão de uma finalidade superior a se alcançar*"[840]. Ocioso ressaltar que essas três justificativas foram vistas ao longo de toda obra integralista analisada, particularmente na de Reale. O jusnaturalismo, as instituições liberais decadentes, o natimorto projeto socialdemocrata, o avanço do comunismo, a Quarta Humanidade. Todos facilmente identificáveis.

De acordo com Hannah Arendt, a política totalitária não se destaca das formas anteriores de política ou regimes pela inovação no conjunto das leis, da filosofia do Direito ou pela "revolução" nas formas da legalidade. A pretensão da política totalitária é apoderar-se da prerrogativa de suspender qualquer consenso jurídico, inclusive as leis criadas pelos próprios

---

[837] SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. op.cit., p, 61.

[838] Segundo o jurista português Afonso Rodrigues Queiró (1914-1995), "se verifica, por força 'das novas ideias da ontologia jurídica neohegeliana, a quebra do prestígio da lei'". Orlando Vitorino completa dizendo que "Por outro lado, ao instituir-se entre nós [portugueses] o corporativismo, a sua relação com Hegel é mais verdadeira, embora seja indireta, do que com a realidade histórica medieval, e na Constituição de 1933 pode reconhecer-se, em diversos pontos, a presença do hegelianismo". VITORINO, Orlando, op.cit., p. XX.

[839] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 89.

[840] MATOS, Andityas Soares de Moura C. Nomos Pantokrator? Apocalipse, exceção, violência. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n° 105, p. 277-342, jul/dez 2012, p.283-284.

regimes totalitários, e ainda assim manter a aparência de um estado de legalidade não-arbitrário, livre da tirania e do terror. A política totalitária se arroga o direito de suspender a lei porque, cria no seu imaginário teórico, como diz a autora, uma promessa de "libertar o cumprimento da lei de todo ato ou desejo humano; e promete a justiça na terra porque afirma tornar a humanidade à encarnação da lei"[841].

O que pode tornar isso possível é a predominância que a ideologia possui na política totalitária, enquanto um sistema de pensamento impulsionado pela "lei do movimento" histórico[842], cujo devir sempre acelerado pela lógica dialética (tese-antítese-síntese), afoga qualquer possibilidade de incoerência ou contradição, eliminando assim a liberdade de pensamento dos indivíduos diante dos fatos, para a única interpretação possível apresentada pela lógica da ideologia[843]. Assim, ideologia e terror constituem, de fato, o caráter realmente inovador que distingue o totalitarismo de outras políticas, como o autoritarismo, o conservadorismo, etc.

Esse foi o "espírito do tempo" captado pelo jurista do Estado nazista, o teórico e paradigmático Carl Schmidt. Em seu livro *Teologia Política*, escrito, antes de mais nada, como uma crítica à "forma jurídica" em Hans Kelsen e como uma sociologia dos conceitos jurídicos, à maneira das investigações de Reale, Schmidt surge com uma nova definição de *soberania*, sendo o soberano "aquele que decide sobre o estado exceção". A soberania popular foi varrida completamente em sua visão do Estado totalitário, revelando a face final do desenvolvimento dos regimes totalitaristas. Por "estado de exceção" Schmidt se refere a um conceito geral da teoria do Estado, não a um decreto contingencial. Nas palavras do autor, é uma razão sistemática de caráter lógico jurídico que faz do "estado de exceção" o termo por excelência para a definição jurídica de soberania. Desse, conclui o jurista, "a decisão sobre o excepcional é a decisão por antonomásia"[844].

No século XVIII, a substituição de termos como "carta", "petição" e "Bill" por "Declaração" havia aberto panoramas políticos inteiramente novos, fornecendo indicações da mudança na soberania que ocorria no período. Ao contrário das antigas formas de se pedir garantias de direitos ao poder soberano (rei, imperador, etc.), a "declaração" transmitia a intenção do povo em se apoderar da *soberania*, como aparece nos textos da *Declaração de*

---

[841] ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, op.cit, p. 615.
[842] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit.
[843] ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, p.623.
[844] SCHMIDT, Carl, op.cit., p. 23.

Independência dos Estados Unidos (1776) e na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789)[845].

A rejeição da proposta de governo representativo foi apresentada tanto por conservadores radicais quanto por socialistas e anarquistas, apresentando como contraproposta o ideal antigo de democracia de participação direta. Essa ideal remontaria, segundo Pitkin, a mesma tradição do pensamento político de origem aristotélica invocada por Rousseau no século XVIII, "que vê a vida política como um meio de atingir objetivos pragmáticos e não-políticos; e considera a participação política como um valor em si mesmo, necessária a uma vida satisfatória e ao completo desenvolvimento do ser humano"[846].

Entre outras ideias de representação, a tradição firmada por John Stuart Mill fundamenta a "representação" na "*semelhança descritiva*", ou seja, admitindo que a representação não signifique na verdade "agir por outras pessoas", mas "responder por alguma coisa que está ausente". Assim, uma coisa ou pessoa pode estar no lugar de outra, substituindo esta outra, caso ambas sejam suficientemente parecidas. "Se a representação política deve ser compreendida nos moldes, por assim dizer, da arte da representação, então, ao que parece, ela pressupõe uma semelhança descritiva entre representantes e aqueles em nome dos quais eles respondem". Desse modo, um governo representativo deveria ser um "mapa preciso de toda a nação", um "retrato do povo", um "eco fiel de suas vozes", um "espelho", que refletisse com exatidão e unidade a multiplicidade heterogênea que forma a população.

> No entanto, semelhança ou reflexo não é a única maneira pela qual a representação pode ser o ato de responder por algo ausente. Uma ideia ou uma pessoa podem estar presentes, não através de uma descrição ou um retrato, mas através de um símbolo, sendo simbolizada ou representada simbolicamente. [...] De forma similar, um monarca moderno ou, de fato, qualquer chefe de Estado pode ser considerado o "representante ou encarnação", o símbolo "da unidade das pessoas do Estado; assim como bandeiras, brasões, hinos nacionais, são símbolos de modo mais material e funcional[847].

Se o símbolo é um ser humano ou grupo, então sua própria atividade pode ser essa causa explicativa, e pode ajudar a estabelecer seu *status* simbólico. Assim, quando a ideia de "*representação simbólica*" é aplicada à política, ela tende a concentrar atenção na atividade dos

---

[845] HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos:** uma história. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 114-115.
[846] PITKIN, Hanna Fenichel. O conceito de representação. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (orgs.). **Política e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, v.2, p. 11.
[847] PITKIN, Hanna Fenichel, op.cit., p. 16.

líderes políticos que criaram carisma, intensificaram a crença, estimularam reações irracionais e afetivas nas pessoas. Ao contrário da criação da representação descritiva, a criação de um símbolo requer que se trabalhe a mente da audiência mais do que o próprio símbolo; e, na política, isso geralmente significa trabalhar a mente dos representados. Para esse propósito os apelos irracionais podem ser tão ou talvez ainda mais eficientes que os razoáveis. Se a representação é uma correspondência irracional e existencial entre governante e governados, então ela pode ser criada e mantida de forma justificável, através do ajustamento de qualquer um dos lados da equação. A autora pondera que, nos termos de seu paroxismo, essa ideia se tornaria a concepção fascista de representação, na qual "os líderes claramente moldam a mente dos seguidores, e obtêm deles aceitação e consenso" [848].

De acordo com Giorgio Agamben, diante do avanço do cenário de "guerra civil mundial" que se formou no Entreguerras, "o estado de exceção" tendeu a aparecer cada vez mais como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. Dessa forma, sugere o autor que "O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo"[849].

Conforme Derrida, a violência da autoridade era comum nos regimes absolutistas devido à não diferenciação entre Executivo e Judiciário, e para Maquiavel, a ditadura, materialização da exceção, era além de um instituto específico da República, uma forma de defendê-la. Mas, como resume Matos, "Com efeito, o estado de exceção apenas se presentifica mediante uma dialética necessária com o Estado de Direito, sob a forma de sua *suspensão"*[850]. Isto é, a concentração de poderes em torno do Executivo diz respeito, antes de tudo, à autopreservação do Estado que, dispondo de base social e política para isso, suspende e institui a Lei como vê prudente ser conforme as circunstâncias.

O que importa neste caso é o que o filósofo do direito Andityas Matos chama de "a questão central do soberano". Ou seja, a autoridade capaz de *decretar a exceção*, diante de determinada circunstância (real ou presumida) que não pôde ser prevista nas normas legais existentes. Uma vez definida – ou autodefinida – a autoridade soberana, o estado de exceção por ela declarado leva a uma concentração de poderes que "desconhece tanto a *limitação*

[848] Idem, ibidem, p. 17.
[849] AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**, op.cit., p. 13.
[850] MATOS, Andityas Soares de Moura C., op.cit, p. 283.

horizontal, subvertendo a lógica de distribuição de competências entre órgãos e funções estatais, quanto a *limitação vertical*, desconsiderando as restrições impostas ao Estado no que diz respeito à tutela dos direitos fundamentais dos indivíduos"[851].

No preâmbulo à Constituição Federal outorgada no golpe do Estado Novo de 10 de novembro de 1937 – a "Polaca" [852] -, ela se auto-justifica com relação à "*derrogação do Direito normal*" e à "*situação anormal*" instituídas pelo estado de exceção. O último trecho, encerrando o preâmbulo à CF 37, apresenta a "*finalidade superior a se alcançar*" com sua implantação, marco do "início de uma nova era", como disse Vargas ao anunciá-la no rádio para todo Brasil, no dia da outorga da Carta:

> O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL,
>
> ATENDENDO às legitimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente a gravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;
>
> ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente;
>
> ATENDENDO a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo;
>
> Sem o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas;
>
> Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as

[851] Idem, ibidem, p. 283.

[852] Provavelmente, a origem desse apelido malicioso está ligada a um artigo publicado pelo jornalista e magnata proprietário da rede de jornais *Diários Associados*, Assis Chateaubriand (1892-1968), revoltado por seguidores do governo terem empastelado seu Diário de Pernambuco e espancado seu redator, Aníbal Fernandes. Possivelmente isso aconteceu pela sua posição de crítica ao governo, naquele momento em que Vargas propunha um Ato Adicional à CF 37 para continuar no Executivo, cancelando as eleições presidenciais previstas para 1937 na CF 34. Nesse artigo, intitulado "A Polaca", Chateaubriand argumentava a impossibilidade de se criar um Ato Adicional para uma Constituição outorgada, ou seja, imposta pelo Executivo, impondo-lhe a pecha de ser "uma cópia servil do estatuto polonês, imposto à Polônia pelo ditador Pilsudsky". O jornalista parece referir-se à autoritária Constituição polonesa de abril de 1935, muito embora Pilsudsky, seu principal mentor, não tenha governado sob ela, morrendo nesse mesmo ano. Porém, de fato, a CF 37 não apresentou grandes semelhanças com a mencionada Constituição polonesa, ao contrário do que já escreveram aqueles que viam (ou ainda veem), em ambas, o decalque do regime fascista, muito embora o regime polonês tenha tido base socialista, sindicalista e nacionalista. Todavia, havia nessa expressão usada por Chateaubriand uma outra conotação, talvez mais ácida e sutil. A palavra "polaca", desde o Império, também queria dizer "prostituta", em razão do grande número de imigrantes polonesas e judias ocupadas com o meretrício, em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, onde o público, sensível ao duplo sentido do chiste, rapidamente deu conta de incorporá-lo. PRADO, Ian de Almeida. **A Política no Brasil**. São Paulo: Edart, 1979, p. 31.

> condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País[853].

De acordo com Agamben, o estado de exceção é um elemento constitutivo do Estado de Direito. Sua origem estaria na Constituição Revolucionária Francesa de 1792, assumindo no mundo contemporâneo a forma de estado de exceção permanente, deixando assim de ser provisória para assumir *forma estatal autônoma*. Assim ocorreria uma transição do *estado de exceção* para o *Estado de Exceção*. Por isso, Agamben acaba por concluir que "o paradigma da modernidade é o da exceção permanente ou 'desejada', encontrando sua representação não mais na *polis* ou no Estado moderno, mas no campo de concentração"[854].

Acreditamos que esse tenha sido o "espírito", o paradigma dominante que enquadrou as teorias do Estado que deram fundamento tanto à Constituição de 1937, objetivado em seu artigo 186, que decreta a vigência do "estado de emergência" por tempo indeterminado, quanto ao Estado Integral realeano. Em seu novo ordenamento do direito, o Estado Integral, passa a ser considerado a única "força revolucionária" legítima, e por isso mesmo, se institui como poder, pela prerrogativa ao uso da violência como técnica para manutenção desse poder, e quando falham as alternativas de se criar consenso e consentimento com a validação da autoridade pela ideologia, como é de se esperar em qualquer sistema de dominação[855].

> O prof. Vicente Rao observa que fascistas e bolchevistas se apoderaram do Estado segundo um mesmo processo, e são apologistas da violência. Ninguém nega que o governo fascista seja um governo forte. Mas a violência pela violência está bem longe da concepção fascista. Assim como "não pode haver neutralidade entre o direito e o crime", não se pode condenar a força que se coloca do lado do direito. Como bem observa Otávio de Faria, "não pode haver meio termo: ou a Força se coloca ao lado do direito, ou do lado do crime. [...]"
>
> Quando a canalha desce às ruas para ferir o patrimônio da civilização, ou os senhores do ouro oprimem os povos com falsas fórmulas, os homens honestos se armam e combatem: o pacifismo então seria igual à cumplicidade e ao suicídio[856].

Analisando a legislação europeia de sua época, Benjamin percebe que o direito considera a violência nas mãos dos indivíduos um perigo capaz de solapar a própria ordenação de direito[857]. Nessa perspectiva, o interesse do direito em monopolizar a violência com relação aos

---

[853] BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (10 de novembro de 1937)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm, consultado em 01 jan 2015, p. 1
[854] MATOS, Andityas Soares de Moura C., op.cit., p. 296-298.
[855] WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**, op.cit., p. 55, 107.
[856] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 100-101.
[857] BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência, op.cit., p. 126-127.

indivíduos não se explicaria pela intenção de garantir os "fins" declarados do direito, mas antes, seria motivado pela intenção de preservar o próprio direito. De modo que qualquer forma de violência que não se encontra sob controle do direito estabelecido, torna-se para ele uma ameaça o ameaça, mas não em razão dos fins que essa violência objetiva, "mas por sua mera existência fora do direito", conclui o autor. Benjamin toma o exemplo do "grande criminoso", sendo a fonte da admiração que lhe é dada pela multidão não um fruto da admiração pelo seu ato em si, mas sim "à violência de que seu ato dá testemunho" como diz Benjamin. Isto é, é finalmente percebida a violência fundadora do direito, reconhecida como ato legítimo de *fundação*[858], ainda que na forma de um sentimento fugaz gerado pelo ato do "grande criminoso".

Assim, podemos agora supor com mais firmeza que, quando Miguel Reale se diz contrário aos métodos violentos na política, ele se preocupa, antes de mais nada, com a preservação do monopólio do direito sobre a administração da violência como prerrogativa do Estado para sua autopreservação, por um lado, e por outro lado, criminalizava e esvaziava de legitimidade essa força que surge no Entreguerras com o poder de desafiar os Estados nacionais: o proletariado organizado.

De uma outra perspectiva, aproveitando o ensejo dado pela teoria de Benjamin, poderíamos supor, ou ao menos começar a inquirir se a cultura política integralista em sua versão mais violenta, a "miliciana", não gerou a imagem dos camisas-verdes em suas maltas, como praticantes de um "banditismo" de "fins justos", por assim dizer, que talvez tenha contribuído como um imaginário favorável à adesão das massas ao movimento-partido da AIB, que encarnou um verdadeiro desafio constante e perturbador tanto ao Estado quanto à Igreja no Brasil, se desdobrando em inquéritos, processos, julgamentos e confrontos dos integralistas com seus inimigos ideológico-partidários e com a polícia. Bandidos, aos olhos de qualquer Estado Democrático de Direito hodierno. "Heróis" e "revolucionários" da direita nos anos 1930, pois, "Não nos iludamos!" assevera Reale, "Essa é a lição da história, tendo razão Plínio Salgado quando diz que toda revolução se dissolve na anarquia, na ruína total, se não encontra seu 18 Brumário", e explica, "*O 18 Brumário não é um golpe de morte sobre a Revolução: é a própria Revolução que encontrou o seu centro de equilíbrio*"[859] [grifos nossos].

---

[858] A Nota do Editor inserida nesse trecho é de uma riqueza indispensável para nossa compreensão da tese de Benjamin. Vamos transcrevê-la na íntegra: "A temática do grande criminoso e da atração que ele exerce sobre o povo é um tema comum à filosofia do direito (por exemplo, em Hegel, no parágrafo 95 da *Filosofia do Direito*, embora numa direção contrária à de Benjamin) e à literatura, em particular ao Dostoiévski de *Crime e Castigo*, livro que Nietzsche tanto admirou e que Benjamin lia na época. Benjamin enxerga nessa atração, um indício da suspeita, mesmo inconsciente, que a 'multidão' experimenta com relação à *justiça* do direito vigente, portanto, uma suspeita que aludiria à origem violenta do direito. BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência, op.cit., p. 127.

[859] REALE, Miguel. Atualidades de um mundo antigo, op.cit., p. 57.

CAPÍTULO 4
A *TERZA VIA* INTEGRALISTA NOS MITOS POLÍTICOS DA PALINGÊNESE NACIONALISTA

> O Fascismo, disse-o certa vez Menotti del Picchia, é como o líquido que toma a forma do vaso que o contém. Não se copia o Fascismo. Fascismo quer dizer nacionalismo, e cada nacionalismo apresenta uma forma própria: a "universalidade" dos princípios nacional-socialistas ajusta-se às "particularidades" das situações.
>
> Miguel Reale, **O Capitalismo Internacional**

Neste capítulo o nosso foco é o pensamento político de Miguel Reale lido pelo pano de fundo formado pela impressão em negativo das angústias e terrores tácitos de um tempo histórico, representados na forma de mitologias políticas *apocalípticas* e *salvacionistas*. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o pensamento político ocidental passou por uma grande transformação que se traduziu no surgimento de novas linguagens e vocabulários políticos, uma vez que o paradigma racionalista "moderno" perdia sua solidez de outrora diante do descrédito nas instituições e no pensamento de tradição iluminista[860].

O novo nacionalismo da "direita revolucionária", tanto a do fim do século XIX quanto a de 1930, a importância que a participação popular atingirá na ideologia de movimentos de massa como o integralismo brasileiro se origina na visão que os intelectuais desse campo tinham do povo e sua presumida potencial "capacidade irreflexiva, surgida do transfundo inconsciente", palavras com as quais Zeev Sternhell define os novos critérios do comportamento político no Entreguerras[861].

Roger Griffin sugere uma nova taxonomia, dentro daquelas abordagens que buscam a definição de um *minimum* do fascismo genérico, que enfatiza no cerne das mitologias políticas fascistas o tema do iminente "renascimento" do Estado-nação, como no mito da *Fênix*, reerguido de suas próprias cinzas (*palingenesia*), de um estado de "decadência" e "dissolução" gerada por liberalismo e marxismo, para uma "nova ordem". Esse núcleo mitológico pode ser resumido no binômio "*ultranacionalismo palingenético*". Esse impulso revolucionário trazido pelo fascismo, como notou Stanley Payne, impunha um novo tipo de sistema sociopolítico, que para Griffin não tinha sua ênfase na "contrarrevolução", mas em uma mobilização radical para

[860] CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**, op.cit., p. 322.
[861] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 12.

uma nova semântica da modernização[862]. Uma modernização levada a cabo pelo Estado-nação "renascido" sobre as cinzas e escombros das instituições, grupos e pessoas que se colocassem no caminho da "marcha inexorável da História". Esse era o princípio ideológico do "terror" que o mito palingenético engendra no cenário polarizado como era o Brasil dos anos 1930.

Na tradição revisionista do pensamento socialista nacional, a constatação de que a previsão do colapso do capitalismo não se cumpria, - mas muito pelo contrário, o sistema dava indícios de que acomodava-se cada vez mais -, deu início ao emprego dos "***mitos sociais***" para se criar uma ruptura psicológica e moral com o passado imediato da hegemonia liberal-democrática burguesa, uma vez que a ruptura material das estruturas antigas não havia de fato ocorrido. Essa tradição do revisionismo marxista preserva em grande medida o vocabulário marxista, mas modificou completamente seus conceitos centrais[863]. Essa tentativa de modernização e de superação do marxismo preserva somente o vocabulário, especialmente a noção de luta de classes; modifica radicalmente, em troca, o sentido dos conceitos fundamentais do socialismo, introduzindo a já comentada novidade soreliana, que consiste no uso sistemático do ***mito político***.

O *mito* foi sempre descrito como o resultado de uma atividade inconsciente e como um produto livre da imaginação, mas aqui, assevera Cassirer, "encontramos o mito feito de acordo com um plano. Os novos mitos políticos não crescem livremente; não são frutos bravios de uma imaginação exuberante. São coisas artificiais fabricadas por artesão hábeis e matreiros"[864]. É óbvio, contudo, que a personificação de um "desejo coletivo" através da representação do "líder", do "curandeiro da tribo" e "vidente" - papel social elementar da vida social primitiva - não pode ser satisfeito da mesma forma que o é por uma grande nação civilizada e por uma tribo selvagem. O homem moderno não consegue esquecer ou ignorar inteiramente a racionalidade. A fim de poder *crer*, diz Cassirer, "ele deve encontrar algumas razões para o seu credo; deve formar uma 'teoria' para justificar as suas crenças. E essa teoria, pelo menos, não é primitiva: é, pelo contrário, altamente sofisticada"[865].

Conforme Marilena Chauí, para compor as "***imagens da crise***", os intelectuais integralistas entreteciam imagens nativistas à processos históricos, utilizando estruturas de mitos fundadores de origem europeia para criar seus próprios mitos políticos caboclos. Assim,

---

[862] GRIFFIN, Roger. **Modernity under the New Order:** The Fascist Project for Managing the Future. Published by Thamesman Publications, Oxford Brookes School of Busines, 1994, p. 3-4. Sobre a modernização fascista Cf.: MOORE JR, Barrington, op.cit.
[863] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 32.
[864] CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**, op.cit., p. 327.
[865] Idem, ibidem, p. 325.

o uso dessas imagens e mitos instrumentalizados com aporte teórico da psicologia social do povo brasileiro funcionava como "palavras encantatórias". Concordamos com Chauí quando ela afirma que o processo de criação de discursos, narrativas e teorias na AIB trazem um dos traços mais vivazes do caráter autoritário da AIB, porque, explica a autora, "há uma forma autoritária de pensar e não apenas pensamentos que nasçam de formas autoritárias de agir"[866], isso se traduz em uma forma de pensamento político que "decreta" certezas prévias, de modo que a "obediência" do destinatário do discurso ao pensamento político e à ideologia não é o objetivo final dos autores autoritários, mas seu ponto de partida. Em outras palavras, se o destinatário não está apto a receber o "conhecimento" integralista em sua inteireza, impossível de ser decomposta pelo método analítico, então este destinatário está fora do paradigma integral. Questionar Plínio Salgado estava oficialmente proibido para todos os camisas-verdes, porque o Chefe Nacional da AIB era "a fonte da doutrina".

> Art. 11 – O Chefe Nacional é a síntese dos anseios de todos os Integralistas, o intérprete e o defensor supremo da Doutrina do Sigma; mais que uma pessoa é uma ideia. Consequentemente: a) Para os Integralistas a pessoa do Chefe é intangível. (Art. 9º dos Est.); b) É proibido, sob pena de exclusão automática, a qualquer Integralista, comentar os atos do Chefe Nacional. (Art. 7º dos Est.); c) É vedado aos Integralistas interpelar o Chefe Nacional sobre qualquer assunto, relativo ao exercício de suas funções, assim como dar opinião sem haver para isso a necessária solicitação. (Art. 8º dos Est.)"[867].

Segundo Cassirer, o primeiro passo a ser dado na criação dessas novas linguagens políticas é paradigmático, ou seja, implicava a modificação de uma estrutura de pensamento e visão de mundo, que era iniciado com a modificação na função semântica da língua[868]. Se estudarmos o desenvolvimento da fala humana, podemos observar que na história da civilização, a palavra atende a duas funções inteiramente diferentes. Podemos designar essas funções pelo uso "semântico" e "mágico" da palavra. Mesmo nas línguas primitivas, a função semântica estaria sempre presente; sem ela não haveria a fala humana, mas, nas sociedades primitivas, a "palavra mágica" teria uma influência predominante.

---

[866] A autora esclarece que não se trata, em seu trabalho, da questão da "consciência autoritária" nem da "personalidade autoritária", sobre os quais Chauí vê nos trabalhos da Escola de Frankfurt o referencial. CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 36-37.

[867] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Protocolos e Rituais da AIB**. Niterói: Edição do Núcleo Municipal de Niterói, 1937, p. 6-7.

[868] Essa mudança de significado provém do fato de que as palavras que eram outrora usadas num sentido descritivo, lógico ou semântico são agora palavras mágicas destinadas a produzir certos efeitos e a despertar certas emoções. As nossas palavras vulgares estão carregadas de significados, mas essas novas palavras mascaradas estão carregadas de paixões e sentimentos violentos. Idem, ibidem, 328.

A "palavra mágica" não atende à finalidade meramente descritiva, mas tenta produzir efeitos e modificar o curso da natureza, todavia, como ressalta o autor, "Isso não pode ser realizado sem uma complicada arte mágica. Só o mágico, ou feiticeiro, é capaz de governar a palavra mágica"[869]. Segundo Cassirer, tudo isso se repete no mundo moderno: "Se estudarmos os nossos modernos mitos políticos e o uso que deles tem sido feito, encontramos neles, para nossa grande surpresa, não só uma alteração de todos os nossos valores éticos, mas também uma transformação da fala humana. A palavra mágica ganha precedência sobre a palavra semântica"[870]. O papel do líder carismático como "revelador" da doutrina "salvadora" demonstra assim, como a técnica política moderna se baseou nos estudos antropológicos, psicológicos, sociais e históricos sobre as culturas tribais[871].

Compreendendo o poder como um "jogo dramático", como o faz Balandier, Capelato[872]ressalta a grande transformação das práticas e culturas políticas no Entreguerras, com a queda das democracias, onde as potencialidades dramáticas do jogo do poder são mais fracas, e a ascensão dos movimentos, partidos e regimes autoritários soerguidos com a política de massas, para os quais, diz a historiadora, "a teatralização tem papel mais importante: o mito da unidade e a imagem do líder atrelado às massas tornam o cenário teatral especialmente adequado para o convencimento. O imaginário da unidade mascara as divisões e os conflitos existentes na sociedade".

Ao longo deste capítulo, pretendemos elucidar a elaboração das representações sociais do poder organizadas em sistemas simbólicos na AIB. Para tanto, contamos com a contribuição dos estudos de Denis-Constant Martin[873], que também se orienta pela noção de culturas políticas, sobre as "Práticas culturais e organizações simbólicas do político". Segundo o autor, é no nível dos sistemas simbólicos e das representações sociais, que se realiza a articulação entre cultura e política. Nessa perspectiva, as organizações simbólicas, representações sociais e práticas culturais, são dotadas de cargas afetivas que lhes atribuem maior poder nas lutas políticas. Segundo Martin, as organizações simbólicas fornecem os temas e códigos simbólicos que conformam as representações políticas, em torno das quais são organizadas as representações sociais concernentes ao poder e à autoridade. A partir dessa perspectiva, apresentamos aqui um conjunto de análises relativas à produção doutrinária realeana voltada

[869] CASSIRER, Ernst**. O Mito do Estado**. op.cit., 327
[870] Idem, ibidem, p. 327.
[871] TANAGINO, Pedro Ivo D. "**É preciso crer**", op.cit., p. 104-119.
[872] CAPELATO, Maria Helena R., op.cit., p. 66-67.
[873] MARTIN. Denis-Constant. Pratique culturelles et organization symboliques du politique. In: CEFAÏ, Daniel. op.cit., p. 117-134.

aos três elementos antitéticos a partir dos quais o discurso integralista revela, aos poucos, o significado do que é ser camisa-verde, ou seja, um "homem integral", para viver sob um Estado Integral. Antes desse futuro, o membro da AIB também precisava compreender a luta que era travada pela AIB naquele momento decisivo para a história do país, e atender, obediente, ao chamado para uma militância diuturna contra os "inimigos" do Brasil e da AIB.

Os movimentos e regimes de cariz totalitário procuravam criar "estruturas socioafetivas" que amplificassem a dimensão emocional do comportamento político, o que impunha a ideologia de um modo sistemático que, para Capelato, torna claro como a "sensibilidade política" não é uma condição preexistente na sociedade, mas o resultado de múltiplas mensagens propagadas pelos meios de comunicação diariamente, modulando e modificando a intensidade e o significado desses sentimentos conforme a conjuntura histórica que se apresentava. A intensificação das emoções ocorre por meio dos meios de comunicação, mas os "sinais emotivos" são também apreendidos e compartilhados através da literatura, teatro, pintura, arquitetura, ritos, festas, comemorações, manifestações cívicas e esportivas[874].

No Capítulo XX *dos Protocolos e Rituais da AIB* (1937), "Disposições Gerais", encontramos a noção do "dever" como um ponto fundamental para a sobrevivência dessa "tribo moderna" de inspiração totalitária, por meio da proteção que o militante em tempo integral deve garantir, é claro, aos símbolos do movimento. Carregados com as afetividades e identidades, por tudo aquilo que significam nas estruturas de interação e pertinência daquela coletividade, os símbolos adquiriram caráter "sagrado". Assim como a "palavra mágica"[875], os símbolos também delimitavam lugares (objetivos e subjetivos) onde os integralistas deviam ou não deviam ir.

No cenário político brasileiro dos anos 1930, a figura do "**inimigo**" gerou um tema que se tornou frequente nos discursos e frases nacionalistas que exigiam a "defesa da soberania e da grandeza nacional", o que nos leva a fazer uma leitura da dupla ameaça que esse "inimigo" causa: uma ameaça externa e interna. Externamente seria a invasão do inimigo estrangeiro, os soldados do imperialismo – capitalista ou soviético - e internamente, a ameaça da comoção social deflagrada pelo terror das conspirações, que no Brasil irá se apoiar na ligação que o inimigo interno teria com o inimigo externo, o que leva o discurso da direita nacionalista a "demonizar" a figura do agente internacionalista, cumprindo um papel crucial na auto-definição do grupo social ou nacional e na construção da identidade desse grupo[876].

---

[874] CAPELATO, Maria Helena R., op.cit., p. 74-75.
[875] CASSIRER, Ernst. **Linguagem e Mito**. op.cit.
[876] DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário**, op.cit., p. 152-153.

O próprio Rousseau, pensando a república democrática moderna, parece ter percebido a função estratégica da oposição de um terceiro elemento colocado como "inimigo comum", estudando a transposição necessária da soberania do monarca para a soberania do povo, no processo da constituição de uma multidão em um só corpo com uma personalidade única – a nação – movida por um ideal de "vontade geral" e "bem comum". O filósofo francês teria partido de uma ideia simples e familiar a maioria de nós, que acredita na harmonização de dois interesses antagônicos quando confrontados por um terceiro. Assim, fica claro o poder unificador de um "inimigo nacional comum", que o discurso nacionalista (analisado mais adiante) lança mão para criar "*La nation une et indivisible*". Em consequência disto, "a unidade nacional só pode se afirmar nas relações exteriores, em condições de hostilidade, no mínimo, potencial"[877].

Invariavelmente elaborada sob as atmosferas de ameaça e medo coletivo, a **mitologia da conspiração** tende a emergir como a projeção em negativo das aspirações e angústias tácitas, ou seja, como a expressão invertida de desejos mais ou menos conscientes. O valor político da oposição entre conceitos como "integralista" e "comunista" ou "judeu" e "cristão" se explica pela função de criar o enquadramento conceitual do indivíduo a partir da classificação daquilo que ele não deveria vir a ser, representado pelo seu antípoda conceitual, o adversário político[878].

A constituição formal de um determinado grupo político não pode realizar-se efetivamente sem conceitos pelos quais o grupo se reconheça em sua autoimagem. Conceitos esses que não somente indicam, mas constituem e caracterizam o próprio grupo enquanto unidade política ou social organizada para a ação. Dentre os conceitos que cumprem essa função, encontramos no núcleo da narrativa do mito da conspiração os *conceitos antitéticos assimétricos*, para os quais "Seu oposto é contrário, porém de maneira desigual. Assim como na vida cotidiana, também a linguagem da política se baseia nessa figura básica dos conceitos opostos assimétricos"[879].

Essa noção da "antítese" como parte necessária à síntese integral é fundamental na filosofia da história integralista interpretada por Salgado em *A Quarta Humanidade*, as nações se formaram segundo o processo da luta entre forças contrárias, ou, "Sem a negação não pode haver afirmação"[880], como escreveu Plínio Salgado. E assim, não haveria unidade da pátria se a heterogeneidade dos povos que a compõe não possuírem um inimigo comum, e, quando este

[877] ARENDT, Hannah. **Da revolução**, op.cit., p. 61.
[878] GIRARDET, Raoul**. Mitos e Mitologia Políticas**, op.cit., p. 62.
[879] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., p. 193.
[880] SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade, op.cit., p. 13.

não existir, deve ser criado.

Com essas palavras sobre o papel fundamental do ideólogo na construção da figura do "inimigo", Plínio Salgado deixou no artigo "Carta aos Inconscientes", publicado originalmente no jornal integralista *A Ofensiva* em agosto de 1936, um fragmento de texto bem ilustrativo, cujo teor vai ao encontro da chave de leitura apontada tanto por Koselleck quanto por Girardet, que identifica uma motivação estratégica básica na constituição de movimentos políticos modernos, sob a forma de *conceitos antitéticos assimétricos* que derivam do princípio maniqueísta de oposição entre Bem e Mal:

> A esquerda é violência, é o golpe cruel, é o assassínio frio, é o defloramento em massa, é o saque organizado, é o massacre, é o incêndio, é a blasfêmia. A direita é a união sagrada em torno da Bandeira da Pátria, das tradições nacionais, é a virtude, é a castidade, é o heroísmo, é a religiosidade, é a delicadeza dos sentimentos, é o pudor individual e coletivo, é o sacrifício, é a honra de uma Nação[881].

Reale em suas *Memórias* frisa o papel que a oposição entre AIB e ANL, ou "integralistas" e "comunistas" tinha para a construção de seu partido e até mesmo para o rival, relembrando "Vale a pena aqui salientar que, ao contrário do que asseverou Luís Carlos Prestes, a 'intentona comunista' contribuiu, de maneira decisiva, para o desenvolvimento do Integralismo, especialmente no seio das classes armadas. No fundo, um movimento vivia às custas do outro..."[882]. Assim, no cerne da mitologia política da conspiração encontra-se mais informação sobre o acusador que sobre o acusado de conspiração, se pudermos aceitar que "A ordem que o outro é acusado de querer instaurar não pode ser considerada como o equivalente antitético daquela que deseja por si próprio estabelecer? O poder que se atribui ao inimigo não é da mesma natureza daquele que sonha possuir?"[883].

De modo análogo à análise dos textos jornalísticos do autor, trouxemos fragmentos e análises de seus livros de doutrina e estudos. Livros de doutrina e entrevistas de outros autores integralistas e periódicos não-integralistas também foram utilizados, no esforço de trazer à síntese histórica o processo de mudança "mais lento, multi-autoral", como diz Pocock[884], e os processos de mudança social ou histórica que têm lugar dentro e entre as linguagens disponíveis no contexto histórico de Reale.

---

[881] SALGADO, Plínio. Carta aos inconscientes. **A Ofensiva**, Rio de Janeiro, 7 ago 1936, p. 2.
[882] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 103.
[883] GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**, op.cit., p. 62.
[884] POCOCK, John G. A. Conceitos e discursos: uma diferença cultural?,op.cit., p. 84.

4.1 Antiliberalismo

O cenário político nacional turbulento após a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932, foi definido pelos integralistas por uma "crise" conjuntural que apresentava três grandes perigos à nação e ao Estado. O primeiro risco era o fortalecimento das oligarquias estaduais e a luta intraoligárquica pela hegemonia a nível federal, enfraquecendo assim o poder central. O dissídio intraoligárquico levava, do ponto de vista econômico, à influência do capital estrangeiro; do ponto de vista social, ao aumento da exploração dos trabalhadores e de sua receptividade à propaganda comunista; do ponto de vista político, o domínio do capital financeiro sobre o Estado; do ponto de vista moral, ao crescimento do materialismo. O segundo perigo seria o retorno do regime liberal, já considerado anacrônico. O terceiro perigo seria o prevalecimento do parlamentarismo socialdemocrata ou da ditadura populista de massas. A doutrina integralista via nesse cenário de caos político e ideológico um convite para as massas assumirem atitudes extremistas e subversivas[885].

A "imagem da crise" estrutural ou orgânica enfatizava o vazio ideológico no Governo Provisório e falta de nitidez nos quadros ideológicos e na luta social, o que é representado nos discursos integralistas pelo chamado à afirmação da identidade nacional, uma atitude que, esperava-se, seria essencial para expulsar as influências intelectuais e ideológicas exóticas e traçar um paradigma e uma práxis criados com base nas realidades sociais e históricas do país[886].

Deste modo, um dos principais eixos temáticos abordados nos debates dessa geração de intelectuais de 1930, os problemas da contradição entre "Brasil real" e "Brasil legal", jazia sobre a ambiguidade do modelo normativo constitucional e a sobrevivência de velhas práticas, como a violência política a nível local no interior das facções dos Partidos Republicanos, o recurso à autoridade personalista nas eleições, e a confusão na relação *público/privado*, *geral/particular* que remonta aos debates travados entre duas tradições do pensamento social brasileiro ainda na aurora do republicanismo no Brasil: as linhagens teóricas "*americanista*" e "*iberista*".

Ambas as linhagens teriam fornecido argumentos importantes na busca por uma interpretação do caso brasileiro. Entre os que associavam a América como modelo para o mundo moderno e os que percebiam as dificuldades de um caminho fora do eixo norte-americano/europeu-ocidental, recorriam, igualmente, ao passado para justificar os obstáculos

[885] CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 134.
[886] Idem, ibidem, p. 135-136.

que se apresentavam à modernização brasileira[887]. Escritores como Alberto Salles, (irmão do presidente Campos Salles) procuravam "o retorno às raízes americanas". Acreditavam que o desenrolar civilizatório nos trópicos, "especialmente enquanto novo mundo, nova sociedade e novo homem genuinamente americanos", fora interrompido pela vinda da família real portuguesa em 1808. Este fato teria provocado o desajuste entre o tempo social e o tempo político, arrefecendo, por obra da monarquia, as características americanistas, liberais e democráticas[888].

De acordo com Martins, com o advento da República em 1889 e a Constituição de 1891, teria prevalecido a tendência "americanista". Um "americanismo" reinventado, como nota, que reposicionou os atores inseridos em uma estrutura de poder e em um novo princípio, ou "pacto" de autoridade, consagrando uma nova ordem legal, que possuía como elemento central o reconhecimento da autonomia política dos estados, o que afirmou a opção pelo sistema federativo. A "política dos governadores" seria um bloqueio ao desenvolvimento de um sistema político pluralista, moderando as disputas inerentes ao mundo público. Nesta República, teria se formado um amálgama entre a penetração dos interesses modernos, americanistas, com o patriarcalismo moralista tradicional, iberista[889].

> O ponto central deste debate era a relação entre o privado e o público, entre o indivíduo e a comunidade, herdada pelas Américas em seu processo constitutivo colonial. No iberismo, haveria a identificação da ausência do individualismo anglo-saxônico como fator explicativo da incapacidade brasileira para se organizar a sociedade política. Haveria uma análise entre os iberistas, sobre a ausência do espírito de iniciativa, a fragilidade da consciência coletiva e a excessiva dependência do Estado, portanto, não se teria a formação da cultura material e do civismo da América anglo-saxônica. A tradição iberista salientaria os aspectos integrativos, participativos e afetivos, com ênfase na comunhão, na incorporação, na predominância do todo sobre o indivíduo. Em contraponto, a perspectiva americanista elaboraria o elogio ao individualismo, ao *self-mademan*, ao materialismo e à política como lugar do conflito[890].

No início do século XX, a inserção das categorias marxistas nas análises sociológicas embasadas por esse esquema completara o marco epistemológico que já vinha assentado nas abordagens positivistas desde o final do século XIX. Mas antes da assimilação das categorias marxistas com sua visão própria da "dicotomia", autores como Alberto Torres, Oliveira Vianna,

---

[887] MARTINS, Maro Lara. op.cit., p. 234.
[888] MARTINS, Maro Lara, op.cit., p. 235.
[889] MARTINS, Maro Lara, MARTINS, Maro Lara. "Entre americanos e ibéricos: teoria social na Primeira República brasileira", **Política e Sociedade**, v.9, n° 17, out 2010, p. 234-235.
[890] Idem, ibidem, p. 234.

Gilberto Amado, Virgínio Santa Rosa, Martins de Almeida, Azevedo Amaral e Nestor Duarte haviam cristalizado a dicotomia entre os "dois Brasis". Essa matriz ideológica das Ciências Sociais no Brasil alicerçava-se na convicção de que os valores políticos só se realizam quando incorporados nas instituições, especificamente aquelas "cuja operação efetiva é função da ordem instaurada. Toda sociedade política se constitui segundo uma ordem específica e é esta ordem que mediatiza não apenas as interações entre os indivíduos que compõem, mas igualmente as instituições que a habitam"[891]. Este estilo dicotômico ne análise social do Brasil permaneceu hegemônico desde então.

Wanderley Guilherme dos Santos considera que essa matriz dicotômica, que consiste em atribuir a origem das crises a uma oposição entre concepções filosóficas e científicas de tradições quase inconciliáveis. Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, o paradigma da "matriz ideológica integradora", efetivada por Sílvio Romero e praticamente incontestável nos anos 1930, tem origem fortuita na literatura, mas definidora do destino das ciências sociais no país:

> Foi talvez Euclides da Cunha no ensaio Da Independência à República, publicado pela primeira vez em 1900, quem chamou a atenção para a existência de dois Brasis: um, urbanizado, litorâneo, desenvolvendo-se com os benefícios da atenção governamental; outro, constituído pelas populações rurais, estagnado, sobrevivendo por si mesmo, fora do âmbito da ação ou interesse governamentais [...]. Embora este esquema seja apenas acidental no contexto geral do ensaio, é altamente importantante na medida em que estabelece a fórmula intelectual para a análises política que estava por vir, a saber, descobrir uma dicotomia à qual possa ser racionalmente atribuída a origem das crises; traçar a formação da dicotomia no passado histórico nacional; propor a alternativa política para redução da dicotomia. Tal é a estrutura básica do paradigma"[892].

Logo após a Revolução de 1930, surgiu entre os intelectuais antiliberais, especialmente na direita nacionalista, um assim chamado "mal-estar" que ficou celebrizado por Cândido Motta Filho[893] em sua obra *O Tema da Nossa Geração*: ensaio político[894]. Nesse livro, o autor demonstrou seu estarrecimento diante da "crise" pela qual o país passava e tão poucos lhe davam a devida importância. Nas páginas do ensaio, o "tema" dessa geração parece ter

---

[891] Idem, ibidem, p. 49.
[892] Idem, ibidem, p. 44-45.
[893] Cândido Motta Filho (1897-1977), jurista, professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de São Paulo, ensaísta, historiador e político, ministro do Supremo Tribunal Federal e membro da Academia Brasileira de Letras. Engajado no modernismo dos anos 1920, formou, junto a Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Plínio Salgado, o movimento verdeamarelista, corrente da direita nacionalista no modernismo.
[894] MOTTA FILHO, Cândido. **O Tema da nossa geração**: ensaio político. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

gravitado entre a "questão social", a "questão nacional", a "modernização nacional" e, consequentemente, faziam refletir sobre a função e a natureza do Estado nesse cenário, bem como sobre o papel militante dos intelectuais em face à "crise" anunciada por quase todos os lados. No prefácio do livro de Motta Filho, Plínio Salgado nos dá seu testemunho do imaginário de "missão" que envolveu os pensadores dessa geração: "Nós sentíamos todos os erros do Regime e denunciávamos um mal-estar que provinha, por certo, do contraste entre as realidades da nação e o espírito que animava a sua Constituição e as suas leis. Sentíamos um país sem finalidade, sem nada a defender, sem a nada aspirar"[895].

Muito embora consoante ao que se pensava e fazia no espaço de ação dos partidos militarizados revolucionários de extrema-direita europeus, a campanha do movimento integralista nos anos 1930 foi também uma resposta inovadora, em sua forma e em seu conteúdo, aos rumos tomados pelo regime Vargas no Brasil. A AIB enfeixava endosso e negação aos projetos de modernização nacional, apresentados ao longo de quase três décadas de críticas intelectuais, de lutas armadas, revoluções e guerras civis, que visavam reorganizar a estrutura jurídica, institucional, social e política firmada pela Constituição Federal de 1891, e superar a dicotomia entre "Brasil real" e "Brasil legal" que esta Carta fundava com o regime oligárquico. Tais críticas partiram do crescente *antiliberalismo* formado por intelectuais como Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, pilares do pensamento autoritário dos anos 1920 e 1930, cujos estudos políticos ajudaram a formar, com rupturas, mas também com continuidades, a Ciência Social e a Ciência Política modernas no Brasil, manancial intelectual e ideológico onde se formou a maioria dos intelectuais integralista[896].

Nos diagnósticos da "crise" da década de 1930, tomou vulto a ideia de que o Brasil ainda seria uma nação a ser formar. Desse fato derivariam uma série de problemas "nacionais", entre os quais pesava a falta de consciência do povo, ainda incapaz de reconhecer a sua comunidade de interesses e necessidades. A falta de uma "*consciência nacional*" seria uma das principais causas da crise, cujos sintomas seriam a "*desorganização*", a "*indisciplina*", e "*falta de coesão*" e de "*solidariedade*". Dentre as propostas de solução da crise, vista como um "desequilíbrio orgânico" da sociedade, a sociologia reaparecia como aquela ciência capaz de orientar a ação do Estado e a organização social. Assim, "*Governo de orientação*"; "*Política com finalidade*"; "*Socioterapia*"; "*Solidificação nacional*" compôs o ***ideário da salvação nacional***. A retomada das ideias de Alberto Torres nessa época representa a urgência com que era tratado o tema da

[895] SALGADO, Plínio. "Prefácio: Alberto Torres e o tema da nossa geração". In: MOTTA FILHO, Cândido, op.cit, p. II-III.
[896] SANTOS, Wanderley Guilherme. Paradigma e História, op.cit. p. 38.

substituição da elite republicana considerada inepta para resolução do problema de "*organização nacional*", diante da exigência de um projeto capaz de garantir a criação da nacionalidade, amparado pelos estudos científicos da realidade brasileira[897].

A obra pioneira de Alberto Torres[898], ao tratar da "questão social" de um ponto de vista antiliberal e contra o socialismo encetando um *tertius* que valorizava a singularidade da civilização brasileira, foi basilar para praticamente tudo que se produziu no campo da *direita nacionalista* e no âmbito do pensamento corporativista no Brasil dos anos 1930. Para Francisco Martins de Souza, Alberto Torres não teve interesse em formular novos conceitos ou categorias sociológicas nem uma ideologia *stricto sensu*, atendo-se apenas à apuração sociológica dos dados empíricos da vida social brasileira, com a meta de compor um projeto de reorganização nacional. A filosofia política ensejada em sua obra pode ser entendida no eixo *revisionismo constitucional* e *nacionalismo – restauração conservadora* e *reorganização*[899].

Sobre a "questão social" na Primeira República, podemos entender que a sua emergência acelerou o questionamento da ordem liberal no Brasil, um processo iniciado em 1905, com a *primeira política de valorização do café*, no governo Afonso Pena[900]. No final da década de 1920, legisladores e filantropos já percebiam que os esforços do setor privado para mitigar os graves problemas sociais eram insuficientes, requerendo uma maior atuação do Estado nesse campo. As pressões de setores organizados, somadas à conjuntura internacional onde predominavam as tendências nacionalistas e autoritárias com a ascensão dos regimes totalitários, teriam confluído para uma maior centralização do Estado e na sua interferência mais direta sobre a sociedade civil[901], minando cada vez mais a hegemonia do liberalismo democrático, enquanto abria-se espaço para os discursos políticos e teorias sociais antiliberais, anticomunistas, que buscavam respaldo na tradição do "estatismo-orgânico" e apontavam para um futuro corporativista, que parecia inescapável no horizonte de expectativas europeu e latino-americano após a crise de 1929. No caso brasileiro, foi no seio do movimento *tenentista* que tais ideias ganharam lugar definitivo no pensamento social e nas arenas políticas após a Revolução de 1930.

---

[897] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "Introdução". In: _____. (org.); GOMES, Eduardo Rodrigues; Whately. **Elite intelectual e debate político nos anos 30**, op.cit, p. 38-42.

[898] Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917), bacharel em Direito, jornalista e político. Foi governador do estado do Rio de Janeiro (1897-1900), deputado estadual (1892-1893) e deputado federal (1894-1895) pelo mesmo estado, Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1896-1897), Ministro do Supremo Tribunal Federal (1901-1907) e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB (1911-1917).

[899] SOUZA, Francisco Martins. **Raízes teóricas do corporativismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999, p. 10.

[900] VISCARDI, Claudia. **O teatro das oligarquias**.

[901] VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Trabalho, Previdência e Associativismo, op.cit, p. 52.

Para Torres, as origens do problema brasileiro eram de fundo econômico. Sua visão cíclica da economia, em analogia aos ciclos biológicos, era a base de sua explicação da "doença" que afligia o Brasil em seu tempo, definindo seus males como "*desorganização*" e "*decomposição*". O desequilíbrio orgânico do país teria suas origens na estruturação econômica da colônia, pautada nos interesses exportadores e, consequentemente, negligente quanto à organização do trabalho e da produção para o consumo interno, o que desestimulava a formação de um campesinato e arrasava os recursos naturais, esgotava o solo, etc., sendo urgente, portanto, reverter o projeto agroexportador vigente desde o período colonial, para a formação de uma economia que priorizasse o mercado interno, sobremodo, o consumo de gêneros alimentícios produzidos pelos pequenos proprietários rurais, o que sanaria a economia e o homem da terra. Esse era o princípio de sua "organização nacional"[902].

O núcleo do pensamento de Torres se concentrou na crítica ao liberalismo constitucional da Carta Magna de 1891, que para ele facilitava o caudilhismo estrutural no país. Propôs em suas duas principais obras, *O Problema Nacional Brasileiro* e *A Organização Nacional* (ambas de 1914), que caberia aos intelectuais e ao Estado forte intervencionista[903],inteirados da realidade do país, construir a identidade nacional do povo, protegendo-o da influência perniciosa e desagregadora da influência estrangeira, na cultura e na economia. Para solucionar esses problemas, era preciso uma renovação das elites do país. Torres não confiava nas instituições vigentes, deformadas pelo liberalismo, tampouco confiava no Exército. A saída que vislumbrava era a formação de uma *elite intelectual* patriota, que empreendesse uma campanha educacional do povo, ao passo em que conduziriam as reformas necessárias do Estado e da economia[904].

Nessa geração de intelectuais antiliberais dos anos 1930, o pensamento de Alberto Torres foi apropriado e reelaborado pela ***direita nacionalista***, grande campo formado por muitos grupos mais ou menos alinhados teórica ou ideologicamente, ora aliados ou concorrentes entre si, que se dividiu em pelo menos três polos: o ***cientificista***, o ***católico*** e o ***fascista***[905].

O ***polo cientificista*** nos anos 1930 reuniu os intelectuais que enxergavam a realidade social como um fenômeno evolutivo regido por leis naturais. Eles pertenciam a uma longa tradição do pensamento cientificista brasileiro, que deita suas raízes nas últimas décadas do

[902] BEIRED, José Luiz Bendicho, op.cit, p. 36. O próprio Torres diz: "O pedaço de terra cultivável, a casa, os principais instrumentos de trabalho, alguns animais de criação, a escola, lições práticas de agricultura, podem e devem constituir um direito do cidadão brasileiro [...]". TORRES, Alberto. **A Organização Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p. 244.
[903] SOUZA, Francisco Martins, op.cit, p. 8.
[904] BEIRED, José Luiz Bendicho, op.cit, p. 35.
[905] Idem, ibidem, p. 22.

século XIX, entre pensadores positivistas comtianos, liberais, socialistas e monarquistas constitucionalistas, que apresentavam em comum os fundamentos teóricos do *monismo*[906], que entendia os fenômenos humanos e físicos englobados por uma única natureza. O esforço científico deveria buscar revelar as leis naturais que regiam o mundo social, de modo a explicar e conduzir o desenvolvimento humano, em meio a seus condicionamentos biológicos, sociais e psíquicos. Nos anos 1930, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral são seus maiores representantes.

Azevedo Amaral[907] foi jornalista e diretor do *Correio da Manhã*, mas antes mesmo de ser conhecido e celebrado como um dos porta-vozes do antiliberalismo e do Estado autoritário, Azevedo Amaral, através da imprensa e de trabalhos científicos, tornou-se conhecido, debatido e polêmico, ao erguer o estandarte da *eugenia* como método profilático da saúde social, trazendo um antissemitismo a reboque em seu ideário eugênico-nacionalista, atraindo a atenção de higienistas e racistas que ajudaram a alavancar os estudos sobre seu pensamento nos anos 1920[908].

Aspásia Camargo salienta que, até a publicação de *Ensaios brasileiros* (1930), o fator racial ou étnico foi tratado pelo autor como fundamento do sucesso ou insucesso de uma organização social "hierárquica" e "disciplinada" (binômio basilar presente em toda a sua obra) e condicionante de seu progresso ou atraso. Em obras posteriores, como *O Brasil na crise atual* (1934), *A aventura política do Brasil* (1935) e *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938), os fatores preponderantes para seu modelo de desenvolvimento são de ordem intelectual, técnica, capacidade de formulação ideológica, etc.,[909].

Jarbas Medeiros identifica como fundamentos teóricos de sua obra o *organicismo*, *pragmatismo*, a *industrialização*, o *tecnologismo* e o *evolucionismo*, todos moldados pela

---

[906] Este "***monismo***", ou "princípio de unidade do mundo", pertencia aos pressupostos do Iluminismo, que afirmavam a razão como reguladora da experiência e do conhecimento, embora acreditassem que os valores e os ideais de vida decorressem da "essência" do Homem. No cientificismo, os ideais de vida e valores provinham do conhecimento da "positividade" de sua conexão com a "lei geral". Os liberais advogavam pela ciência, mas não consideravam-na capaz de criar valores, intrínsecos ao foro íntimo, de acordo com a ética da filosofia kantiana e rousseauniana que seguiam. Seguindo essa linha, defendiam a liberdade de consciência e o fim da escravidão. Os positivistas também se opunham à escravidão por considerarem insuficientes os argumentos sobre a inferioridade de certas raças. Os que estavam sob influência da ideia de *struggle for life*, circular no assim chamado "darwinismo social", aceitavam a inferioridade da raça negra e buscavam explicações históricas para a escravidão, como Pereira Barreto e Sílvio Romero, que escreviam acerca do "mal que a escravidão fez aos brancos". Podemos dizer que essa geração foi composta por intelectuais que criticaram profundamente as estruturas arcaicas do Brasil de sua época, e ficou marcada pela pregação das "reformas redentoras" que deveriam trazer a abolição, a república e a democracia. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**, op.cit., p. 82-83.

[907] Antônio José de Azevedo Amaral (1881 – 1942), médico, escritor, tradutor e jornalista, correspondente dos jornais Correio da Manhã, A Notícia, Gazeta de Notícias e Diário do Comércio na Inglaterra, entre 1906 e 1916.

[908] Sobre a "***eugenia***" veja o subitem X (Antissemitismo).

[909] CAMARGO, Aspásia B. A. "A teoria política de Azevedo Amaral", **Dados**, nº 2, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1967, p. 205.

tradição positivista[910], ao passo que, para Guerreiro Ramos, as análises que Azevedo Amaral fez da crise dos anos 1930 estavam imbuídas por sua visão historicista, ou seja, Amaral "via no presente a incidência do passado"[911], e, como a maioria dos intelectuais de seu tempo ocupados em crias projetos de resposta à "crise", buscava uma justificativa histórica para tais projetos. De um modo geral, a temática de suas obras abarca a relação entre o autoritarismo e o processo de industrialização dos Estados modernos, procurando, em consequência, conceituar o autoritarismo moderno a partir de suas bases sociais históricas, com premente atenção ao papel assumido pelas elites tecnocráticas nos Estados industrializados na tentativa de estabelecer uma tipologia de sistemas políticos. Por fim, seus trabalhos acumulam-se no esforço de elaborar uma teoria da História brasileira[912].

De modo semelhante a Oliveira Vianna, Francisco Campos e Alceu Amoroso Lima, o fundamento teórico do pensamento de Azevedo Amaral que o distava do bolchevismo, também o fazia com relação ao fascismo e ao nacional-socialismo. Classificava todos esses regimes como "Estados totalitários", um modelo para o qual o autor não via futuro algum, porque eram "revoluções conservadoras" e "autoritarismos deturpados" que aniquilavam a personalidade humana, de modo que "a coletividade nacional reduz-se a uma massa de escravos"[913]. Assim, pela crítica antiliberal e antitotalitária, o autor encetou sua proposta de Estado "democrático-autoritário", que propagou principalmente através da revista *Cultura Política* criada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo[914].

Gravitando no polo do pensamento cientificista também estava um dos maiores contribuintes do regime Vargas e da construção do Estado Novo, o jurista fluminense Oliveira Vianna[915]. Podemos enumerar em três as principais temáticas da obra de Oliveira Vianna: 1) a "*unidade nacional*", correspondente à integridade política, social e econômica do território nacional, alicerces de seu nacionalismo; 2) a "*modernização institucional*", identificada com o modelo administrativo corporativista do Estado; 3) a "*conciliação das classes sociais*", sendo estas três metas de seu ideal modernizante obstadas pelo Estado Liberal, visto pelo autor como a encarnação da inautencidade, artificialidade e alienação antinacionalista do "Brasil legal"

---

[910] MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945**. Rio de Janeiro: FGV, 1978, p. 133.
[911] RAMOS, Guerreiro. **A crise do poder no Brasil**: problemas da revolução social brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 174.
[912] SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "Raízes da imaginação política brasileira", **Dados**, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1970, p. 154.
[913] Idem, ibidem, p. 61-63.
[914] GOMES, Ângela de Castro. "Azevedo Amaral e o Século do Corporativismo, de Michael Manoilesco, no Brasil de Vargas", **Sociologia e Antropologia**, v. 02. 04, p. 185-209, 2012, p. 188-189.
[915] Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), foi jurista, professor na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, historiador, sociólogo e membro da Academia Brasileira de Letras, atuando como consultor do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de Vargas e foi ministro do Tribunal de Contas da União.

fomentado pela sociedade "cosmopolita", "universitária", "bacharelesca" e "parlamentar". Assim, as instituições e práticas da política liberal no país colocavam em estado de dormência um autoritarismo "autóctone" cuja herança os brasileiros herdavam da tradição ibérica colonial. Este era o "Brasil real". Seguindo esse viés, como um dos maiores representantes da tradição "iberista" do pensamento social brasileiro, sua escrita da História teve como maior objetivo demonstrar a vocação histórica da nação brasileira para o regime autoritário, colocado pelo autor como nosso caminho natural para o futuro[916].

Destarte, a saída para a organização do Brasil estaria em retomar os antigos projetos do Império Português, e, principalmente, a concretização da obra de integração nacional começada pela Monarquia no Brasil. Liberalismo e federalismo falhavam, sobretudo, por não serem instrumentos capazes de induzir "a integridade nacional, a ordem, a legalidade e o ajustamento com a realidade social. Seriam ideias exógenas que não compartilhariam o senso de realidade que se monta a partir da constituição de um *homo sociologicus* desde a Colônia"[917].

Assim como a maioria dos intelectuais autoritários de sua geração, Vianna compreendia o conceito de "liberalismo" no Brasil como sinônimo do "regime oligárquico" instituído na prática, após a Constituição de 1891. Por isso via-o como "desagregador", "desarticulador" e "dissolvente" na política "regionalista", "particularista" e "separatista" das facções políticas estaduais, onde se escondiam os "clãs feudais", "parentais" e "eleitorais" compostos pelos "políticos profissionais". Por isso tudo, "liberalismo" não era nada mais nada menos do que sinônimo de "caudilhismo". Muito embora não poupasse elogios à aristocracia rural da Colônia, pela estrutura social elitista do latifúndio escravista e da elite branca como repositório da moral autoritária que deveria ser reacendida, Vianna acreditava que os potentados rurais, os "coronéis", precisavam ser educados e disciplinados, para que os poderes locais, sempre divididos, cedessem à centralização do Estado forte intervencionista[918].

Para Francisco Campos[919], mentor jurídico da Constituição de 1937, do corporativismo do Estado Novo e da reforma da educação e cultura nacional sob este estado de exceção, o autoritarismo fundamentava-se na composição social denominada, então, de "fenômeno de massas". Segundo o jurista, ao intelectual cabia detectar e organizar tal fato social em proveito

---

916 MEDEIROS, Jarbas, op.cit, p. 159.
917 MARTINS, Maro Lara. "Entre americanos e ibéricos: teoria social na Primeira República brasileira", **Política e Sociedade**. V.9, n° 17, outubro de 2010, p. 236.
918 MEDEIROS, Jarbas, op.cit, p. 160-161.
919 Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968), advogado, jurista, professor e político. Foi Ministro da Educação (1930-1932) e Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores (1932; 1937-1942). Além de redator da *Constituição de 1937*, também foi responsável pelos textos do *Ato Institucional nº 1* (AI-I) de 1964, na Ditadura Militar, e dos *Códigos Penal* e *Processual Penal*.

da ação política. Na doutrina autoritária de Francisco Campos o autoritarismo outorgado ao Estado precisa caminhar *pari passu* com atenção e controle sobre a massa, que entendia carecer um remodelamento pela educação, assumida como prioridade pelo poder público. Desta forma, foi fundamental em seu pensamento a noção de que, é da transformação cultural modernizante que se empreende a ação revolucionária do Estado Novo, na mudança completa do projeto pedagógico e do ensino no país, renovado a par das mudanças históricas em transcurso no contexto internacional do Entreguerras. De modo geral, o pensamento antiliberal e autoritário de Francisco Campos na década de 1930 pode ser definido pelos aspectos de: "a) conscientização mediante a reforma pedagógica; b) denúncia do fracasso do liberalismo econômico; c) apresentação do corporativismo como verdadeiro antídoto do bolchevismo; e d) concepção de um Estado Corporativo que atendesse às peculiaridades brasileiras"[920].

A despeito das diferenças teóricas e vieses de tradição distintos, o que aproxima os autores do polo cientificista a Alberto Torres, pode ser entendido na transformação do pensamento político no período de três décadas que engloba suas produções, que é a formação de um sistema ideológico guiado no sentido de legitimar o autoritarismo do Estado como último recurso a ser assumido pelas elites intelectuais e as políticas (renovadas) em sua "missão" de tutelar a sociedade desorientada de uma nação-a-se-fazer[921]. Assim, os temas abordados por essa geração intelectual articulavam na escrita da história que privilegiava o desenvolvimento político da sociedade e na consequente busca por uma teoria da história brasileira, os temas da consolidação do Estado Nacional e do melhor sistema de representação política a ser adotado, com o intuito de consolidação do poder estatal centralizado[922].

No ***polo católico*** dos anos 1920 e 1930 militava o grupo de intelectuais reunidos em torno da revista *A Ordem* (1921-1945) e do Centro Dom Vital[923], fundado em 1922 por Jackson de Figueiredo[924] à frente do laicato católico a partir do núcleo formado pela sua revista, seguindo a influência do arcebispo do Rio de Janeiro Dom Sebastião Leme e do Pe. Leonel Franca, assumindo a iniciativa do "*renascimento filosófico católico*", com o *neotomismo* de Leonardo van Acker e Alexandre Corrêa[925]. Além dos três diretores de *A Ordem*, Jackson de Figueiredo,

---

[920] SOUZA, Francisco Martins, op.cit, p. 46.
[921] LAMOUNIER, Bolívar, "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação". In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano**. São Paulo, Difel, vol. 9, 1977, p. 356.
[922] REIS, Fábio Wanderley, "Solidariedade, interesses e desenvolvimento político". **Cadernos DCP**, Belo Horizonte, 1974, pp. 5-58.
[923] Os bispos D. Vital e D. Macedo Costa, Representantes do ultramontanismo no Brasil, figuraram no dissídio entre a Igreja católica e o Estado brasileiro no fim do Segundo Reinado, caso que ficou conhecido como "*Questão religiosa*". CF.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**, op.cit., p. 160.
[924] Jackson de Figueiredo Martins (1891-1928), advogado, professor, jornalista, ensaísta.
[925] MEDEIROS, Jarbas, op.cit, p. 223.

Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) e Perillo Gomes, este grupo também contou com a colaboração de intelectuais da mais suma importância no campo do pensamento conservador brasileiro e no mundo, como Plínio Corrêa de Oliveira[926], Heráclito Sobral Pinto[927], Augusto Frederico Schmidt[928], Afonso Celso[929], Hamilton Nogueira[930], etc. As razões que envolvem a formação deste grupo têm origem na perda de status político da Igreja no Brasil entre 1870 e a proclamação da República, isto é, entre a "*questão religiosa*"[931] e a separação de Estado e Igreja, mas também figura entre os eventos fundadores do Brasil moderno que despontaram no ano de 1922, como a fundação do PCB, a Semana de Arte Moderna e o movimento tenentista[932].

A primeira investida da Igreja Católica foi contra o liberalismo, em 1864, no pontificado de Pio IX (1846-1878), com a publicação do *Syllabus*, um compêndio que continha 80 proposições condenatórias ao progressismo e às ideias modernas, confirmadas pela encíclica papal *Quanta Cura*, tornando-se um paradigma no Concílio Vaticano I, em 1870, e na romanização "ultramontana"[933] que se seguiu. Para os intérpretes da Igreja, o que era mais condenável na ideia de "progresso" não eram os avanços técnicos e científicos, mas principalmente a noção "materialista", cunhada na doutrina de Condorcet, Comte, Marx e outros, de que a História caminhava em uma marcha inevitável que levaria a humanidade de um estado "rude e ignorante" para o "civilizado", sendo dominante nessa visão a expectativa que a religião e a fé seriam substituídas pela ciência e pela razão[934].

---

926 Fundador da TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade).

927 Apesar de militar nos círculos católicos conservadores, foi advogado *pro bono* de Luiz Carlos Prestes após o Levante Comunista de 1935. Invocou o Direito de Proteção aos Animais para garantir condições mínimas de salubridade ao seu cliente preso, uma vez que seus Direitos Humanos foram negados pelo Estado varguista. Ver: **Sobral, o homem que não tinha preço**, (Documentário). Direção Paula Fiúza, Globo Filmes, 2013, 86min.

928 Editor (Schmidt Editora), publicou grande parte das obras integralistas do período, poeta no verdeamarelismo junto com Plínio Salgado, de quem era amigo íntimo.

929 Conde romano, poeta, historiador e político.

930 Médico e senador (UDN).

931 Os bispos D. Vital e D. Macedo Costa figuraram no dissídio entre a Igreja católica e o Estado brasileiro no fim do Segundo Reinado, no caso que ficou conhecido como "***questão religiosa***". Os dois bispos eram representantes do ultramontanismo no país. Atendendo à nova dieta conservadora da Santa Sé, aplicaram interditos em confrarias ligadas à maçonaria. Esse recurso foi impetrado junto ao conselho de Estado, que deu ganho de causa às irmandades que queriam ser católicas e maçônicas. Após essa decisão, ambos os bispos foram processados e condenados a quatro anos de trabalhos forçados, sendo anistiados de tal pena em face da repercussão negativa do episódio. Esse caso causou profunda ranhura na imagem do imperador, D. Pedro II. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**, op.cit, p. 160.

932 VIANNA, Luiz Werneck, op.cit, p. 165.

933 A romanização que o ***ultramontanismo*** impôs reformulou completamente a Igreja católica, disciplinando e profissionalizando o clero nos moldes de uma formação moral e intelectual. De acordo com essa doutrina, o poder temporal - o Estado - deveria se subordinar ao poder espiritual – a Igreja. Entre os principais pontos afirmados, estava a infalibilidade papal, a rejeição ao liberalismo e ao cientificismo, a exigência de coerência doutrinária dos fiéis, e a condenação do princípio de "liberdade de consciência". OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**, op.cit, p. 160.

934 TORRES, João Camilo de Oliveira. **História das Ideias Religiosas no Brasil**: A Igreja e a Sociedade Brasileira. São Paulo: Grijalbo, 1968, p. 164-165.

No pontificado de Leão XIII (1878-1903), buscando diminuir a rigidez doutrinária que seu antecessor tratou as ideias modernas, o Vaticano mudou sua estratégia, com a tentativa de "reconciliação com o mundo moderno", conquanto fosse realçada a condenação ao liberalismo decadente e ao socialismo insurgente. Assim, o texto basilar que retirou o corporativismo dos círculos fechados do pensamento católico com a emissão da encíclica papal *De rerum novarum* (1891), um documento fundamental para a *doutrina social da Igreja*. .

Com a proposta corporativista da Igreja Católica, reafirmada pela emissão da encíclica papal de Pio XI (1922-1939) *Quadragesimoanno*,[935] em 1931, a procura por uma *terza via* estava definitivamente presente no horizonte de expectativa do pensamento social, político e econômico que vigorou na primeira metade do século XX. Assim, após a Primeira Guerra Mundial, as democracias sociais e liberais começaram a ser varridas, primeiro na Europa, depois na América Latina e em outras partes do mundo, pelo *welfare* autoritário[936] dos regimes ditatoriais e totalitaristas do Entreguerras.

A palavra de ordem dos intelectuais católicos então era "*reespiritualização*", um movimento de reação à uma plêiade de fenômenos modernos, como a "luta de classes", o "liberalismo", o "socialismo", a "dissolução da família", imergindo até suas origens presumidas no "materialismo" e no "individualismo" que pareciam demolir tudo construído no elogiado e saudoso mundo pré-moderno, em ondas de "dissolução" que vieram do Renascimento, da Reforma, da Revolução Francesa e da Revolução O *polo católico* antagonizava os *polos cientificista* e *fascista* que apresentavam uma visão enfaticamente estatista, modernizadora e tecnicista. A "reespiritualização" católica se apoiava, por outro lado, no "anticapitalismo", "antimaterialismo", "antiutilitarismo", "antiliberalismo", "antidemocratismo" e "antitotalitarismo". Defendiam um Estado autoritário e corporativista, mas divergiam de autores como Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Miguel Reale quanto ao nível do controle do Estado sobre os sindicatos e corporações[937].

O Centro Dom Vital era um dos principais órgãos atuantes na formação de intelectuais católicos. A ação de Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima[938] aproximou homens como

---

[935]**Carta Encíclica Quadragesimo anno**. Sobre a Restauração e Aperfeiçoamento da Ordem Social em Conformidade com a Lei Evangélica no XL Aniversário da Encíclica de Leão XIII "Rerum Novarum", papa Pio XI, 1931. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html, acessado em 22 mai 2017.

[936] GARRIDO, Álvaro. **Queremos uma nova economia!** Estado Novo e Corporativismo. Lisboa: temas e Debates – Círculo de Leitores, 2016, p. 27

[937] BEIRED, José Luiz Bendicho, op.cit, p. 134-154.

[938] Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), (1893-1983), crítico literário, professor, ex-reitor da Universidade do Distrito Federal (atual UERJ), escritor, conde romano, membro da Academia Brasileira de Letras (1935), indicado ao Nobel de Literatura em 1965.

Plínio Salgado aos intelectuais do Centro Dom Vital, da década de 1920 em diante. Estes intelectuais tinham o objetivo de criar novas lideranças e intermediar as orientações da Igreja para as classes baixas. Ao mesmo tempo, lutavam uma batalha política e ideológica contra o crescimento do comunismo entre os trabalhadores e a classe média, buscando assim cumprir a dieta das doutrinas de Leão XIII e Pio XI.

Subordinados ideologicamente ao polo católico também estavam os *círculos operários* da Igreja. Muito embora a Lei Sindical de 1926 fosse normativamente apolítica, e não permitisse oficialmente a penetração ideológica, partidária ou confessional nos sindicatos, os *círculos operários* conseguiram, com seu caráter de associação confessional católica, criar uma rede com cooperativas, escolas e outras instituições que serviam à doutrinação das classes trabalhadoras para a aceitação da nascente CLT (1943) como representação da doutrina social da Igreja expressa nas encíclicas de 1891 e 1931, apesar do nível relativamente baixo de adesão das massas a estes *círculos*[939]. Essa iniciativa reforça o traço observado por Beired no pensamento do laicato católico, que não via de forma tão negativa a participação popular ampliada, como a viam Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e os integralistas[940].

O primeiro líder do Centro Dom Vital foi o jovem intelectual Jackson de Figueiredo, um ex-materialista, nietzschiano, agnóstico e anticlerical[941]. Convertido, após as cartas pastorais de D. Sebastião Leme no início do século XX, em um católico boêmio inserido nas redes intelectuais cariocas, onde seu catolicismo destoava[942]. Confessadamente reacionário, baseava-se no pensamento contrarrevolucionário francês de Bonald, De Maistre e no ultramontanismo de Pio IX, posição que o fez um bernardista aguerrido contra o tenentismo e demais revoluções[943]. A *Action Française* de Maurras e o *Integralismo Lusitano* de António Sardinha eram lidos e citados pelo autor, como fonte de inspiração de seu nacionalismo autoritário e romântico. Figueiredo via no catolicismo o elemento fundamental da tradição brasileira, apresentando uma doutrina radicalmente espiritualista, de um nacionalismo antilusitano, antiliberal e anticomunista[944].

Blaise Pascal era para Figueiredo o pensador moderno por excelência, e por influência desse filósofo francês, nutria o desejo, nunca realizado completamente, de escrever sua *Suma*

---

939 TORRES, João Camilo de Oliveira, op.cit, p. 210.
940 BEIRED, José Luiz Bendicho, op.cit, p. 63.
941 FERNANDES, Cléa de Figueiredo. **Jackson de Figueiredo: uma trajetória apaixonada**. Rio de Janeiro: Forense, 1989, p. 87.
942 LIMA, Alceu Amoroso. **Memórias Improvisadas**, p. 119 apud VILLAÇA, Antônio Carlos. "A doutrina da ordem". In. _____. **A Doutrina da Ordem no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 97-106.
943 TORRES, João Camilo de Oliveira, op.cit, p. 182.
944 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**, op.cit, p. 161.

Sentimental Raciocinada[945], uma busca epistemológica que aproxima seu pensamento do de Plínio Salgado e seus discípulos, como vimos no Capítulo 2 ao tratarmos o método integral em Miguel Reale. Entre as principais obras de Jackson de Figueiredo publicadas nessa época, destacam-se *Do nacionalismo na hora presente* (1921), *A reação do bom senso* (1922), *Pascal e a inquietação moderna* (1922), e *Literatura Reacionária* (1924).

Após a morte de Jackson de Figueiredo em 1928, Alceu Amoroso Lima, assumiu a liderança do Centro Dom Vital. Graduado em Direito em 1913 na tradição do evolucionismo spenciariano aprendido com seu mestre, Sílvio Romero, e também amante da literatura de Machado de Assis e Anatole France, Lima foi modernista de primeira hora na Semana de Arte Moderna de 1922[946]. Converteu-se ao catolicismo apenas em 1928, após profícuos debates com Jackson de Figueiredo. Manteve a postura católico-nacionalista de seu antecessor, contudo, buscou integrar os católicos à modernidade, ultrapassando o ultramontanismo de Pio IX representado no Brasil por Jackson de Figueiredo, abraçando a dieta de Pio XI exposta na encíclica *Quadragesimoanno* de 1931. Seus livros de maior repercussão nesse período foram *Introdução à economia moderna* (1930), *Preparação à Sociologia* (1931) e *No limiar da Idade Nova* (1935).

Para Alceu Amoroso Lima, o Entreguerras representava a aurora da "Idade Nova", fruto da "revolução espiritual" que tomava curso, mas ainda estava a definir-se seu caminho. O autor via quatro possibilidades no horizonte da época: 1) o caminho *liberal*; 2) o caminho *socialista*; 3) o caminho *nacional-totalitário*; 4) o caminho *cristão*. O laicato católico recebeu com grande entusiasmo a organização mundial criada pela Santa Sé para empreender esforços na busca pelo "quarto caminho": a *Ação Católica*, criada em 1933. Doravante, os intelectuais católicos passavam a representar um grupo cada vez mais capaz de pressionar as decisões políticas do Estado, fato que ficou evidente com a criação da Liga Eleitoral Católica (LEC) em 1933, com vistas a afirmar uma influência direta na Assembleia Constituinte daquele ano[947]. Nesse sentido, no preâmbulo à Carta de 1934 não é mais somente o "povo" o ente soberano que empresta

[945] VILLAÇA, Antônio Carlos, op.cit, p. 100.
[946] MEDEIROS, Jarbas, op.cit, p. 220.
[947] BEIRED, José Luís Bendicho. op.cit., p. 39; 137.

legitimidade à Constituição do Estado, mas "Deus"[948], um ente ausente na Constituição de 1891[949].

Nas análises da trajetória da revista *A Ordem*, existe algum consenso na historiografia sobre a mudança na revista de uma linha temática espiritualista para uma ênfase cada vez mais política, discordando apenas sobre os marcos temporais dessa mudança, mas Maria Teresa Sadek salienta que, após 1934, diante do franco crescimento da AIB como força centrípeta da direita nacionalista, *A Ordem* passou a apoiar explicitamente o movimento liderado por Salgado[950].

Mas a relação entre os intelectuais católicos e Plínio Salgado começou de fato antes mesmo da fundação da AIB. A aproximação intelectual e política entre o Centro Dom Vital e Salgado na década de 1920 foi determinante para a popularização do escritor, que já se projetava no cenário nacional. Parece ter sido a dedicação de Plínio Salgado ao estudo da filosofia espiritualista de Farias Brito que o aproximou do nacionalismo ultramontano de Jackson de Figueiredo e, por meio deste, de Alceu Amoroso Lima, entrelaçando-o nas redes dos intelectuais católicos. Assim, Salgado tornou-se, rapidamente, em um antimaterialista[951].

Quando Salgado publicou *O Estrangeiro* em 1926, Jackson de Figueiredo foi parcimonioso na apologia da obra, feita nas páginas do jornal carioca *Gazeta de Notícias*, exaltando o nacionalismo e o "imperialismo pacífico", que Salgado veio a elaborar posteriormente em suas obras integralistas, como *A Quarta Humanidade*:

> [...] o caso do Sr. Plínio Salgado terá, talvez, esta definição: objetivação, quase perfeita, de um subjetivismo equilibrado. O que faria pensar no exagero seria justamente essa profunda capacidade de fixar-se em face das coisas e, por conseguinte, dominá-las.
>
> [...] O próprio livro do Sr. Plínio Salgado aponta outras barreiras, que são, ao mesmo tempo, máquinas de nacionalização, retortas de brasilidade.
>
> [...] "Desgraçado do homem sem paredes",
>
> É o próprio estrangeiro - o irredutível – que o proclama na dor de seu renascimento, à distância, no seio da sua miséria originária.

---

948 "Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte". BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasi**l, 16 de julho de 1934, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm, acessado em 22 mai 2017.

949 "Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte". BRASIL. **Constituição da República os Estados Unidos do Brasil**, 24 de fevereiro de 1891, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm, acessado em 22 mai 2017.

950 SADEK, Maria Teresa. **Machiavel, Maquiavéis**: a tragédia octaviana. São Paulo: Símbolo, 1978, p. 169; VELLOSO, Mônica Pimenta. "A Ordem: uma revista de doutrina política e cultura católica", **Revista de Ciência Política**, 21(3), p. 117-160, jul/set 1978; BEIRED, José Luiz Bendicho, op.cit., p. 41.

951 GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal***,* op.cit., p. 72.

> Para nós, nacionalistas racionais, e não somente, ou quase nada sentimentais, este poema d'"O Estrangeiro" é, mesmo nos seus mais aflitivos e cruéis avisos, um livro de esperança e de fé[952].

O apoio de Alceu Amoroso Lima a Plínio Salgado e ao integralismo até, pelo menos, o ano de 1936 (quando os integralistas questionaram a aproximação intelectual de Lima à obra de Maritain), pode ser visto de forma explicita em depoimentos públicos lançados na época. O trecho a seguir nos mostra a opinião do líder católico sobre *O Estrangeiro*: "É o romance da raça em formação, da nacionalidade em fusão, o romance do 'melting-pot' paulista. Cheio de raízes da terra. E de galhos, no ambiente vivo, bem nosso, de hoje. Um livro, enfim, que traz a primeira qualidade de uma obra literária durável: - a *necessidade"*[953].

No **polo fascista**, a Ação Integralista Brasileira (AIB) se tornou a maior expressão da direita nacionalista no período[954], aglutinando a maior parte dos menores e difusos grupos do pensamento antiliberal e anticomunista e nascentes movimentos de inspiração fascista, sob a liderança de Plínio Salgado. No início dos anos 1930, Plínio Salgado já era um jornalista, escritor e político conhecido no Brasil. Foi nas hostes do Partido Republicano Paulista (PRP)[955], eleito deputado estadual em 1927, que Salgado alcançou maior notoriedade na arena política paulista, recebendo o beneplácito do perrepista que foi um dos maiores financiadores de sua futura campanha integralista, Alfredo Egydio de Souza Aranha[956].

No início dos anos 1920, Salgado foi redator do jornal *Correio Paulistano*[957], onde a atmosfera política imbuía de inspiração a vanguarda modernista que o periódico acolhia. Foi

---

[952] FIGUEIREDO, Jackson. "O Sacy, O Avanhandava e o imperialismo pacífico...", **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1926, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_05&pasta=ano%20192&pesq=Avanhadava, acessado em 25 mai 2017.

[953] ATHAYDE, Tristão de (Alceu Amoroso Lima). "Um Livro Necessário"; apud OBRA COLETIVA. "Plínio Salgado", **Revista Panorama**, op.cit., p. 260.

[954] BEIRED, José Luiz Bendicho, op.cit, p. 23.

[955] Salgado pertenceu a uma corrente no PRP que vinha fazendo pressão por mudanças na tradição oligárquica do partido. Essa corrente era liderada por Alfredo Egydio, seguido de deputados e intelectuais da "nova geração", que recebeu o apoio da família Mesquita do jornal *Estado de São Paulo*. Os dissidentes acabaram indo contra o governo do então presidente do estado de São Paulo, Washington Luís. Essa investida reformista não foi bem sucedida, o que levou Salgado a pedir demissão do *Correio Paulistano* em 1924. Salgado permaneceu no PRP até 1930.

[956] Membro do PRP, Alfredo Egydio de Souza Aranha, fundador do Banco Central de Crédito na época, veio a ser um dos sócios fundadores do Banco Itaú em 1945, hoje o maior banco do Brasil, cujo atual CEO é Roberto Egídio Setúbal, sobrinho-neto do seu fundador. Cf.: GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**. op.cit., p. 122. De acordo com Miguel Reale, Alfredo Egydio representou papel essencial na história do integralismo "como uma espécie de Mecenas no plano das ideias pelas quais simpatizava", embora nunca tenha vestido a camisa-verde. REALE, Miguel. **Memórias**. op.cit., p. 72.

[957] GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**, op.cit., p. 90.

nesse ambiente que Plínio Salgado conheceu o poeta Menotti del Picchia[958], redator-chefe do jornal e expoente do modernismo, que levou Salgado a participar na realização da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo (o nacionalismo de direita que surge desse grupo e que fundamenta a ideologia integralista será analisado mais adiante). A prosa modernista o levara a compor a trilogia de romances sociais que alçou seu nome no cenário político paulista, chamando a atenção do PRP, que o convidou a ser candidato a deputado estadual em 1926, após o sucesso de *O Estrangeiro* (1926), cuja primeira edição esgotou-se em 20 dias. Depois do primeiro sucesso editorial, completou-a com a publicação de *O Esperado* (1931) e *O Cavaleiro de Itararé* (1932).

A experiência inspiradora no *Correio Paulistano* e decepcionante como deputado perrepista, criaram o clima em que o autor escreveu *Literatura e Política*(1927), que pode ser considerado seu livro mais importante antes de fundar a AIB. Nele já é clara a identificação entre "liberalismo" e "regime oligárquico". Para Salgado, acerca da proclamação da República, à exceção de uma elite de militares cultos, guiados mais por doutrinas do que pela observação da realidade social, o soldado brasileiro não havia formado ainda uma consciência do regime que havia inaugurado: "a multidão brasileira não tinha capacidade para entender isso. O Exército fez a República"[959]. Teria começado assim o desequilíbrio entre a ideologia democrática e a realidade do país, ou seja, o dilema entre "Brasil real" e "Brasil legal", como dizia Oliveira Vianna. Assim, disse Salgado "O espírito da democracia inadapta-se aos acontecimentos de todos os dias, e surgem os republicanos mais sinceros, como os primeiros descrentes e desmoralizadores do regime, repetindo o estribilho: 'esta não é a República dos meus sonhos!'"[960].

Em julho de 1931, Plínio Salgado iniciou sua coluna diária "Notas políticas" em *A Razão*, jornal "nacionalista-radical" de propriedade de Alfredo Egydio, que também contava com a colaboração de Cândido Motta Filho e Santiago Dantas. O pensamento central do periódico pode ser definido pelo testemunho do próprio autor: "Voltar, porém, e simplesmente, às normas da Constituição de 91 era renunciar à oportunidade que a Revolução de 1930 oferecera para o início de uma vida nova, mais condizente com as realidades nacionais e as aspirações humanas manifestadas em todos os países. Assim pensava o grupo de *A Razão*"[961]. A oposição de Salgado

[958] Segundo o relato de Miguel Reale, o *Correio Paulistano* teria sido um dos arautos da Semana de Arte Moderna de 1922, com Menotti del Picchia à frente. Teria sido Menotti quem abriu as colunas do jornal para Salgado, introduzindo- nas redes da vanguarda modernista. REALE, Miguel. **Memórias**. op.cit., p. 59.
[959] SALGADO, Plínio. "Literatura e Política", op.cit, p. 120.
[960] Idem, ibidem, p. 121.
[961] SALGADO, Plínio. **O Integralismo na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1958, p. 16.

a Revolução de 1930 cedeu, esboçando simpatia por sua tendência centralizadora e antidemocrática. Nesse sentido, Salgado iniciou intensa campanha contra a convocação da Assembleia Constituinte, e, consequentemente, a favor da continuidade da ditadura do Governo Provisório, o que resultou em uma série de artigos intitulados "Diretrizes à Ditadura".

Com a fundação da AIB, logo após a Revolução Constitucionalista de 1932 e seu acentuado caráter regionalista/ separatista, a direita nacionalista encontrou no movimento integralista uma frente de combate unificada e agressiva contra o federalismo e o liberalismo, e Miguel Reale teve um papel fundamental nessa campanha.

4.2 O antiliberalismo realeano como crítica ao federalismo "coronelista"

O "antiliberalismo" está estampado na capa da brochura do *Manifesto de Outubro de 1932*. A mensagem de chamado ao alistamento na AIB coloca o liberalismo e o capitalismo como foco destacado da luta dos camisas-verdes. O ataque priorizado ao liberalismo naquele momento, não foi apenas por força do "ritmo universal" modificado após a Grande Guerra, mas principalmente por razões internas do país que vivia a derrocada do regime oligárquico, embora suas estruturas de dominação continuassem enraizadas pelo interior do Brasil. O liberalismo também era responsabilizado pela Crise de 1929, que fez tremer a economia do Brasil e do resto do mundo capitalista. O comunismo, que ao lado do liberalismo formava o binômio básico atacado pelos projetos e ideologias de *terza via*, não chega a ser mencionado na capa, sendo abordado somente no interior do documento (o anticomunismo será analisado no próximo subitem deste capítulo).

> BRASILEIRO. Encontrarás neste folheto, ideias novas para a realização no Brasil, de um novo Estado e nova ordem social que reflitam as realidades nacionais e ao mesmo tempo obedeçam ao ritmo universal de transformação dos antigos quadros ideológicos, que geraram a democracia liberal e o liberalismo econômico, hoje inteiramente decadentes[962].

O ponto de partida da crítica antiliberal era o sistema político e econômico montado sobre a Constituição de 1891. Nos anos 1930 era lugar comum a identificação entre "liberalismo" e "regime oligárquico" no discurso dos intelectuais brasileiros. Existia nessa visão a noção de que o liberalismo era artificial em nossa cultura e formação sócio-histórica. Inapropriado à

[962] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**, op.cit, p. 1.

realidade brasileira, gerara vícios e idiossincrasias que apenas descreditavam o Estado controlado pelas elites terratenentes em seu benefício próprio, como o "Convênio de Taubaté"[963] era acusado, primeiro das três *políticas de valorização do café*, com os empréstimos internacionais a elas vinculados, que geraram repercussão negativa.

Do ponto de vista econômico, já em 1909 é possível notar uma forte elevação dos indicadores de formação de capital na indústria, uma curva ascendente que se estendeu até o início da Primeira Guerra Mundial. Esse desempenho, como nos explica Rui Guilherme Granziera[964], foi originado com a crise do café na virada do século XIX para o XX, o que, por um lado, teria liberado capitais que foram investidos no setor industrial e, por outro, induziu os fluxos migratórios à fixação nas cidades, o que se deu de forma exemplar no caso da cidade de São Paulo. A crise agrária criava, assim, ao mesmo tempo, o capital industrial e o mercado de trabalho livre que este necessitava, desdobrando-se em um rápido desenvolvimento urbano, gerando também o mercado consumidor industrial. A essa altura, o café deixava a condição de produto de consumo de luxo e passava a ser um produto para o consumo de massas. A economia achava-se nesse momento sob o controle dos negócios orientados por uma sociedade industrial, interessados em investimentos nos setores de energia e na satisfação interna da oferta de bens-salários, como era o caso do café brasileiro[965].

Nesse sentido, a ideia do "moderno" teria começado a penetrar a tradicional sociedade brasileira, não porque o café fosse abandonado, mas porque os novos ditames da economia internacional derrubavam os preços, colocando, pela primeira vez, o país em contato com a lógica da sociedade industrial e seus novos produtos. A inflação causada pela guerra, desarticulando os preços relativos, também contribuiu decisivamente para esse processo[966]. No governo do presidente Arthur Bernardes (1922-1926), a "modernização" estava associada à diversificação da produção industrial e dos investimentos, em um cenário em que se expandia

---

[963] **Decreto nº 1.489, de 6 de agosto de 1906** – "Convenio entre os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e S. Paulo, para o fim de valorizar o café, regular o seu comercio, promover o aumento do seu consumo e a criação da caixa de conversão, fixando o valor da moeda". CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1906. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1489-6-agosto-1906-582975-publicacaooriginal-105713-pl.html, acessado em 07 jun 2017. Segundo Viscardi, o "Convênio de Taubaté" foi a primeira quebra da ortodoxia liberal na Primeira República, por isso seu impacto foi tão marcante na época. VISCARDI, Claudia**. O teatro das oligarquias**, op.cit, p. 113.

[964] GRANZIERA, Rui Guilherme. O Brasil depois da Grande Guerra. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 136.

[965] Completando, o autor explica: "agora o comércio passa a ser ditado pela extensão do mercado consumidor, que exige café, produto adaptado à expansão da fronteira do oeste americano e às exigências das novas linhas de produção industrial". Idem, ibidem, p. 140.

[966] SARETTA, Fausto. A política econômica na década de 1920. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 217-234, p. 141.

a camada média, gerando demandas que, paulatinamente, contribuíram para a falência do arranjo político dominante no federalismo oligárquico.

O regime iniciado em 1930 pode ser encarado como uma "renovação", na medida em que atendeu – e sua manutenção dependia disso – muitas demandas populares, assimilando-as, transformadas é claro, ao projeto do Estado. Entre estas demandas populares, exigiam a ampliação dos direitos civis e sociais, maior participação política e moralidade no trato com a coisa pública, interesses que acabaram envolvendo os setores urbanos e letrados da sociedade, em torno da expectativa de uma "cultura moderna", que se traduzia pelas ideias de "*unidade nacional*" em termos políticos e culturais; de "*centralização*" e aparelhamento do Estado, que se auto-justificava pela noção de uma "*missão*", que seria realizar a obra de "*civilização*" do país e "*construção da nação*"[967].

Assim, nos primeiros anos da intensa produção intelectual na AIB, ganhou amplitude a ideia de que a política e a economia no regime oligárquico eram geridas por agentes privados, que cresciam onde o Estado faltava, fazendo da máquina pública uma extensão de seus próprios interesses. É o que quis dizer Miguel Reale em *ABC do Integralismo* (1935), sugerindo que "O 'coronel', portanto, prometeu fazer tudo aquilo que o Estado liberal achava que não lhe cabia fazer: o 'coronel' ficou sendo o sucedâneo do Estado..."[968]. É dentro dessa noção que os antiliberais atacaram o federalismo, o sufrágio universal, o pluripartidarismo, a democracia e a economia liberais, apontados como apanágio das elites oligárquicas em luta pela hegemonia no Estado, em prejuízo do desenvolvimento nacional.

Plínio Salgado, Miguel Reale, como outros integralistas e ex-tenentes que vestiram a camisa-verde, foi um crítico de primeira hora da Revolução de 1930, levada a cabo por uma Aliança "*Liberal*". Assim,fazia coro com os maiores nomes do pensamento antiliberal da época como Alceu Amoroso Lima, e até mesmo aqueles que vieram a se tornar posteriormente peças-chave do regime Vargas, como Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos[969]. Entre suas críticas contra a plataforma liberal da Revolução de 1930, Salgado enfatizava o descompasso do Brasil no cenário internacional escrevendo que "O Velho Mundo renova-se; e há espíritos do Novo Mundo que pretendem envelhecer-nos... [...] uma revolução em nome de um defunto. Em nome desse liberalismo que já não constitui nem objeto de discussão em qualquer país do mundo"[970], fazendo menção à "crise de civilização" a que se referiu Marilena

[967] LAHUERTA, Milton, op.cit, p. 105.
[968] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 52.
[969] MEDEIROS, Jarbas, op.cit, p. 394.
[970] OBRA COLETIVA, "Plínio Salgado", op.cit, p. 23.

Chauí[971].

Citando os estudos de Oliveira Vianna sobre o "idealismo na evolução política do Império e da República", Miguel Reale também conclui que o liberalismo foi um "erro histórico" que divorciou o Brasil do brasileiro no passado, a ameaça, por isso, o seu futuro como nação soberana. Para todos os efeitos, se tratava de um total falseamento e incompreensão do sentido da história política do Brasil:

> O demoliberalismo isolou os homens na Europa. No Brasil cortou o processo da nossa formação histórica, nacional. O Nacionalismo liberal foi o maior erro de visão da nossa política. Só poderia acabar, como acabou, entregando-se ao culto de uma constituição formal, tecida por homens "estrangeiros à terra" para um "gigante deitado eternamente em berço esplêndido"[972].

Miguel Reale, já como chefe do Departamento de Doutrina e Estudos da AIB, se incumbiuda tarefa de dar substância intelectual à crítica da Revolução de 1930[973], denunciando sua bandeira pela "autonomia estadual" como fruto de mera disputa oligárquica entre as elites federadas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, para ele, nada mais nada menos que "Um episódio da política liberal que vive derramando sangue da mocidade e, ao mesmo tempo, não se peja de se proclamar inimiga dos processos violentos!"[974]. Sabemos, contudo, que a "autonomia estadual" foi o exato oposto da política varguista de 1930 em diante que se valeu do recurso das "interventorias" em praticamente todos os estados.

O livro *ABC do Integralismo* (1935)[975] foi escrito por Reale logo após a promulgação da Constituição de 1934, e definia como destinatário, em seu prefácio, a classe trabalhadora e de mais baixa escolaridade que formava a base da militância integralista. A persistência do liberalismo nessa Carta era apontada pelo autor como um problema ainda grave e urgente, era agravado pela guinada socialdemocrata que o país era levado. Em outras palavras, seu modelo corporativista não foi visto pelo autor como suficientemente renovador do sistema de representação política e organização econômica, portanto, não realizava a "democracia orgânica" e o Estado autoritário proposto nos círculos antiliberais. Isso significava dizer que o

---

[971] CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira, op.cit.
[972] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 92.
[973] Já vimos no capítulo em que analisamos a autobiografia de Reale que o autor participou de protestos estudantis contrários à Revolução de 1930 quando estava em seu primeiro ano na Faculdade de Direito de São Paulo.
[974] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935, p. 26.
[975] O livro é composto por dez capítulos: I – Como nascem os partidos; II – Partidos e programas; III – O oportunismo partidário; IV - A soberania popular; V – O "coronel", sucedâneo do Estado Liberal; VI – A comédia eleitoral; VII – Em lugar dos partidos, as Corporações; VIII – O drama comunista; IX – pela ordem; X – Diretrizes integralistas (publicação oficial da S.N.D). REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit.

liberalismo oligárquico da Primeira República não estava plenamente superado, mas apenas escamoteado pela democracia social. No prefácio do livro *ABC do Integralismo*, Reale escreve: "Nesta exposição popular, analiso sumariamente a sociedade liberal brasileira, mostrando os erros de sua estrutura, os vícios dos regimes liberal e socialdemocrata aplicados entre nós", sendo seu foco a vida política e econômica do país, em uma "falsa democracia"[976].

No primeiro capítulo do *ABC*, o autor explana sua visão de "Como nascem os partidos". No liberalismo brasileiro, os *partidos* são frutos do personalismo das contendas políticas. Doutrina e ideologia passam ao largo das intenções dos fundadores de partidos. A "técnica especial" dos liberais envolve boatos espalhados pela imprensa e o rádio, a palavra de um governador prestigiado em meio a "intrigas de bastidores". Por fim, chegamos estudantes deslumbrados e, "No Brasil, para efeitos políticos, um estudante vale mais que cinquenta diplomados". "Liberdade", "Igualdade", "Fraternidade", "Autonomia", "Constituição", "Democracia", "Direito", "Justiça", "Voto", são "palavrinhas mágicas" que tem o poder de "arrastar as multidões para as barricadas"[977], como aconteceu nos levantes tenentistas de 1922, 1924, na Revolução de 1930 e na Revolução Constitucionalista de 1932.

Na sequência da crítica ao pluripartidarismo e aos conceitos básicos da democracia-liberal, o terceiro capítulo do *ABC*, "O oportunismo partidário", a crítica é contra o federalismo "estadualista" e "desagragador"; uma "praga da política brasileira". Justifica, com olhar histórico, a necessidade da autonomia administrativa das províncias do Império, mas a adoção do federalismo de tipo americano fora um erro, porque esse representava para aquele país uma etapa de agregação de estados dantes separados. O resultado desse transplante descuidado foi a criação de um ambiente propício ao "caudilhismo" oligárquico e ao "federalismo desorgânico"[978].

O "federalismo oligárquico", que recebeu de seus críticos alcunhas como "República Velha" ou "política do café-com-leite", recebe das interpretações historiográficas atuais um tratamento mais objetivo e menos ideológico do que nos anos 1930. Em linhas gerais, podemos dizer que, se por um lado, os grupos dependentes direta ou indiretamente à exportação do café gozassem certamente de uma posição hegemônica na política nacional, por outro lado, é forçoso salientar que essa hegemonia não era inconteste, sendo constantemente rivalizados pelas oligarquias de segunda ou terceira grandeza (fluminenses, gaúchas, baianas, etc.) e tiveram uma atuação relevante nos processos políticos. A ideia de "política do café-com-leite", em circulação

[976] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 7.
[977] Idem, ibidem, p. 11-14.
[978] Idem, ibidem, p. 22-23.

pelo menos desde fins da década de 1920, pressupunha a dominação de uma aliança entre Minas Gerais e São Paulo sobre os demais estados da União.

Essa noção exposta pelo autor não é de todo falsa, conquanto estes dois estados tenham, de fato, ocupando o Executivo Federal em pelo menos 70% dos mandatos na Primeira República, o que, todavia, não impediu a formação de eixos alternativos de poder. Outro ponto comum nas críticas ao "federalismo oligárquico" apontava o suposto papel do Estado Nacional como principal agente garantidor dos interesses econômicos cafeeiros. É fato que o Estado brasileiro dependia diretamente do investimento de capital estrangeiro ligado à exportação do café. Contudo, também é verdadeiro que, ao passo que as receitas fiscais dos estados estavam ligadas à exportação do café, o Estado Nacional auferia suas receitas sobre a importação, gerando um antagonismo entre União e estados que, por muitas vezes, colocava o interesse dos cafeicultores em segundo plano[979].

Ainda é comum a atribuição à "*política dos governadores*" criada pelo presidente Campos Sales (1898-1902) uma função estabilizadora do primeiro regime republicano, forjando através de um acordo tácito sua rotinização política e administrativa. Sobre essa política, Miguel Reale chegou a escrever "Coitado do presidente da República que, amanhã, se dispuser a governar sem dar ouvidos à política dos governadores!"[980].

É corrente na historiografia do tema a visão de que a formulação deste "pacto" teria se dado a partir do reconhecimento, por parte de Campos Sales, da preexistência da "distribuição natural do poder" na sociedade brasileira, a partir dos estados[981]. Nessa interpretação, a "política dos governadores" implicava uma necessidade do executivo federal em firmar acordos com os presidentes dos estados, que por sua vez se apoiavam nas elites políticas locais– os "*coronéis*", e para que esse arranjo funcionasse, teria sido favorecido uma "forma particular de opressão", exercida pela elite terratenente e militarizada sobre a sua clientela formada basicamente por trabalhadores rurais ou das pequenas cidades, que ficou conhecida como "*coronelismo*"[982]. Essa visão sistêmica do regime oligárquico recebe ainda muitas críticas na historiografia do

---

[979] VISCARDI, Claudia. "O federalismo oligárquico brasileiro: uma revisão da 'política do café-com-leite'", **Anuario IEHS**, Argentina, 2013, p. 3. Disponível em: http://www.unicen.edu.ar/anuarioiehs/ind1601.htm, acessado em 02 jun 2017.

[980] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 77.

[981] Esse pensamento era comum entre políticos e intelectuais da tradição republicana "americanista", para os quais a queda da Monarquia teria revelado um quadro de "federalismo de fato" e "fragmentação real" vivido no Império, no qual as funções de governo eram exercidas por agentes privados, como se praticamente não existisse um governo central. MARTINS, Maro Lara. "Entre americanos e ibéricos: teoria social na Primeira República brasileira". In: **Política e Sociedade**. V.9, n° 17, outubro de 2010., p. 142.

[982] LESSA, Renato. "As aventuras do Barão de Münchausen: notas sobre a tradição presidencialista brasileira". **Virtual Lybrary.** Plataforma Democrática – Fundação IFHC/Centro Edelstein, 2001, p. 144-146. Encontrado em: http://biblioteca.clacso.edu.ar//ar/libros/lanzaro/lessa.pdf, acessado no dia 2 de novembro de 2012.

tema[983], mas descreve em linhas gerais a visão que os intelectuais da geração de Reale tinham do regime da Primeira República.

> O federalismo de tipo liberal foi a refeudalização do Brasil. A nossa pátria se transformou numa rede vastíssima de múltiplos poderes pessoais. No alto, sem ligação com os movimentos de nossa vida de povo – ficou o poder da Nação simples reflexo ou resultante dos acordos ou dos entrechoques dos governadores. Logo embaixo, em contato mais direto com a sociedade – e os governos dos estados, os grupelhos políticos, os "mandões", os coronéis, e assim por diante, até se chegar ao cabo eleitoral, último degrau de uma degradação de regime[984].

Nesses trechos, Reale corroborava o segundo tópico enunciado no *Manifesto de Outubro de 1932*, "Como entendemos a Nação brasileira", que também atacava o federalismo oligárquico, referindo-se a "Estados dentro do Estado" e a democracia pluripartidarista nos "partidos políticos fracionando a Nação":

> A Nação Brasileira deve ser organizada, uma, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz. Para isso precisamos de que todos os brasileiros estejam unidos. Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado; partidos políticos fracionando a Nação; classes lutando contra classes; indivíduos isolados, exercendo ação pessoal nas decisões do governo; enfim, todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro[985].

Já em relação aos "indivíduos isolados, exercendo ação pessoas nas decisões do governo", que o autor expôs no quinto capítulo do *ABC do Integralismo*, "O 'Coronel' como sucedâneo do Estado liberal", a crítica ao pluripartidarismo atinge a base social do sistema político erigido na Primeira República: o "*coronelismo*".

> Antes da Revolução de 30, a estrutura da política brasileira era mais simples do que agora. Havia em cada providência um grande partido rigidamente organizado, com uma hierarquia própria, com forças suficientes para exercer o mais completo domínio, até ao ponto de permitir a existência de pequenos círculos oposicionistas, cuja única ambição consistia em criticar "os homens de cima", afim de fornecer noticiário à imprensa.

---

[983] Claudia Viscardi relativiza a importância dada por Lessa à "política dos governadores" como função estabilizadora do regime. A autora acredita que essa estabilização veio com a iniciativa de Campos Sales em manter o Executivo Federal infenso às disputas regionais travadas no Parlamento, palco principal das disputas políticas no período, e realizou esse projeto através de mudanças no Regimento da Câmara. VISCARDI, Claudia. **O teatro das oligarquias**, op.cit, p. 35.

[984] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 24.

[985] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**, op.cit, p. 1.

> O PRP foi o modelo dessas organizações partidárias provinciais, de cunho francamente feudal, repousantes em uma complexa e intricada rede de favores e de protecionismos recíprocos.
>
> No PRP, havia uma graduação hierárquica que ia do "prócer" ao "inspetor de quarteirão", passando pelos parentes e afilhados do "prócer" e pelos "coronéis"[986].
>
> O eixo de toda essa política era o *coronel*, que ainda agora existe, mais civilizado talvez, vestido com roupagens novas, adotadas às contingências do voto secreto.
>
> O "coronel" é um ponto de referência, o cerne do partido. Produto imediato e direto da aplicação do ficcionismo liberal às realidades brasileiras, ele é o grande intermediário entre a Capital que dirige e o interior que é dirigido.
>
> Que é o "coronel"? Como se explica o aparecimento, em pleno século XX, desse personagem que lembra as figuras dos baronetes medievais, cada qual com o seu reduto, cada qual com a sua gente, os seus "bravi", as suas formas sumárias de Justiça, as suas normas curiosas de moral e de disciplina?
>
> Analisando, mesmo ligeiramente, a essência do regime liberal, e depois lançando os olhos para a vida brasileira, somos levados a fazer uma afirmação que a muitos parecerá absurda: "o coronel é o sucedâneo do Estado Liberal"[987].

O vocábulo "*coronelismo*" que Reale usa deve a origem de seu sentido, como foi empregado na Primeira República e de certa forma até hoje, aos "*coronéis*" da Guarda Nacional[988]. Inicialmente, esses oficiais eram eleitos democraticamente, mas gradualmente a patente de coronel passou a ser distribuída obedecendo à hierarquia social e econômica. Assim, serviam gratuitamente, normalmente até pagavam pelas patentes, e frequentemente fardavam e armavam suas tropas com recursos próprios. Em contrapartida, a Guarda Nacional colocava nas mãos dos coronéis o controle da população local[989]. Com efeito, além dos que nela realmente ocupavam tal posto, o tratamento de "*coronel*" passou a ser dado pelas populações rurais a praticamente qualquer chefe político ou potentado, devido ao poder "quase ditatorial, senão patriarcal", nas palavras de Nunes, confiado a eles pelo governo provincial. Tal estado de coisas passou da Monarquia para a República, até ser declarada extinta a Guarda Nacional, mas o sistema teria permanecido "arraigado na mentalidade sertaneja"[990].

É dessa função inicial do "coronel" que Reale tira suas conclusões sobre seu papel como "sucedâneo do Estado Liberal", explicando, pela natureza de sua origem, o caráter violento da política, a liderança personalista das facções e partidos e a apropriação patrimonialista da máquina pública.

---

[986] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 45.
[987] Idem, ibidem p. 47.
[988] A Guarda Nacional foi criada em 18 de agosto de 1831 pelo então regente do Império brasileiro, padre Diogo Antônio Feijó.
[989] CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual", **Dados**, v. 40, nº 2, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003, acessado em 01 jun 2017.
[990] LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 5 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, p. 20-21.

Na década de 1940, Vitor Nunes Leal, como outros intérpretes da discrepância entre "Brasil real" e "Brasil legal", também entendia o coronelismo "como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada"[991] . Não é possível, pois, compreender essa ideia sem atentarmos para a estrutura econômica e social agrária do Brasil desde a Colônia até a metade do século XX, contexto das manifestações *personalistas* e *patrimonialistas*[992] do poder privado e das redes clientelísticas criticadas por Reale, integralistas e demais intelectuais de sua época, não apenas no campo da crítica antiliberal. Por esse caráter de "manifestação do poder privado", o coronelismo seria justamente um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notoriamente os senhores de terras. Desse compromisso fundamental resultariam as características secundárias do sistema coronelista, entre muitas o autor cita o "*mandonismo*", o "*filhotismo*", o "*falseamento do voto*", e a "*desorganização dos serviços públicos locais*"[993].

Para favorecer os seus amigos e correligionários em uma prática de "*filhotismo*", o coronel muitas vezes transita entre as ações legais e ilegais, o que tanto contribuiu para desorganizar a administração dos municípios. A outra face do "filhotismo" é o "*mandonismo*", que se manifesta na perseguição aos adversários. O controle do coronel sobre a máquina pública advinha de sua capacidade para comandar discricionariamente um lote considerável de "*votos de cabresto"*, criados a partir da relação clientelística estabelecida de dependência paternalista que os trabalhadores pobres mantinham com o potentado local[994]. Nesse sistema de

[991] LEAL, Victor Nunes, op.cit, p. 20.

[992] Um traço social marcante que sem dúvida ainda se fazia presente nas primeiras décadas da República é o ***personalismo*** e o ***patrimonialismo*** herdados do sistema de Antigo Regime que teria prevalecido no Brasil, como em todo o Império Português, baseado na "*economia de mercê*". Segundo o historiador António Manuel Hespanha, durante esse período teria prevalecido a centralidade do conceito de "*graça*" na sociedade de Antigo Regime que constituía o Império Português. Segundo o autor, "a liberalidade e a gratidão combinavam-se para que, feita uma dádiva (prestado um serviço, um obséquio) se seguisse imediatamente o dever de retribuir com uma recompensa (uma mercê, um favor). Daí que, embora não houvesse realmente um pacto entre quem dá e quem recebe, os atos de graça criavam deveres quase-jurídicos (*antidorais*, era a palavra – de origem grega – para designar esta obrigação não estritamente legal, mas essencialmente jurídica). A graça – do rei, mas também dos particulares, já que se tratava de uma virtude geral –criava, assim, uma rede de pactos, de expectativas fundadas (*fundatae intentiones*) e de quase direitos que organizavam a sociedade tanto com as regras gerais de direito estrito; ou talvez mesmo mais, dada a supremacia de um dever que nasce de uma virtude moral sobre o que nasce apenas da lei. Essa lógica da "*economia da graça e da mercê*" tinham tornado a estrutura administrativa policêntrica, obediente a muitos e incompatíveis deveres: "Mas os magistrados não eram senão o topo de toda uma cadeia de funcionários que de bom grado utilizava os seus cargos em benefício próprio, que usavam o prestígio e funções que lhes eram dados pela dignidade de agentes da coroa quase apenas como moeda de troca na frenética economia da graça que fazia marchar e dava coerência a este mundo de Antigo Regime". HESPANHA, António Manuel. "Por que é que foi 'portuguesa' a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos". In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). **O Governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009, p.39-62, p. 48.

[993] LEAL, Victor Nunes, p. 20.

[994] LEAL, Victor Nunes, p. 23.

compromissos, através de uma rede patrimonial, os poderes locais, os governos estaduais e o presidente estabeleciam um mercado que, nas palavras de Renato Lessa, as moedas de troca foram "a chantagem, a força e o favor. A base do modelo é composta pela sujeição dos eleitores a potentados locais que, em função da quantidade de votos que podem mobilizar, habilitam-se a participar de um generalizado *spoil system*"[995].

Para Wanderley Guilherme dos Santos, a longevidade da Primeira República, em seus quase 40 anos passados ao largo dos golpes e ditaduras militares que pululavam pelo resto da América Latina, foi devedora dessa tradição na política oligárquica vivida a nível local, sistematicamente organizada pelo endosso da tradição de "violência e intimidação locais, empastelamento de meios de comunicação, fraudes antes, durante e depois dos pleitos, corrupção, posse negociada dos eleitos (para a Câmara e o Senado), em transcendente manobra sobre os resultados das urnas"[996].

Apesar da historiografia atual relativizar a importância atribuída ao "voto de cabresto"[997] na tese clássica de Vitor Nunes Leal e naqueles que acompanham seu modelo explicativo até hoje, essa era uma das características elencadas por Reale para desmoralizar o sistema representativo democrático baseado no sufrágio universal, que chamava de "comédia eleitoral" - uma "ilusão intermitente" que faz o povo acreditar que é o ente soberano da nação, no Brasil e em toda América do Sul[998]. Para Reale, o povo estaria quase que naturalmente inclinado a permanecer infenso à vida cívica e afeito ao labor cotidiano nos "grupos naturais" (família, sindicato, município), enxergando como uma intrusão do Estado o chamado à participação:

> De democracia e de liberalismo, é que o nosso caipira não entende, nem quer entender. Para ele o que existe é a religião, as procissões e as festas do divino, as danças alegres das multidões, os ventos frios furando os ranchos, a roça, a geada, o gado, os cavalos andadores, os amigos, a família... É o seu mundo. Dessas coisas ele entende pela inteligência ou pelo coração. O mais, que lhe importa? [...] que o governo só aparece para atrapalhar.[999]

[995] LESSA, Renato. op.cit, p. 146.
[996] SANTOS, Wanderley Guilherme. "O Sistema Oligárquico Representativo da Primeira República", **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, nº1, 2013, pp. 9-37, p. 14-15.
[997] José Murilo de Carvalho comenta a crítica de Paul Cammack, que buscou desconstruir esse pilar do modelo de "sistema coronelista" apresentado por Vitor Nunes Leal, ao afirmar que "a importância do voto" como moeda de troca entre coronéis, governadores e Executivo Federal foi esvaziada, diante das práticas constantes de fraude eleitoral. CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual".
[998] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 57.
[999] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 64,

A quebra do sistema liberal, identificado com as práticas oligárquicas, deveria superar as iniciativas que Reale acreditava serem vãs, na Constituição de 1934. O corporativismo, como sistema representativo, extinguiria o sufrágio universal direto e os partidos, prometendo garantir o equilíbrio econômico de um *welfare autoritário* que daria maior independência aos trabalhadores diante do jugo dos patrões no campo e nas cidades, unificados todos em seus interesses pelo Estado forte supressor do pacto federativo:

> - "O dia que o Estado se resolver a agir de verdade em benefício do povo, o dia em que o Estado for de encontro às classes pobres, organizando o crédito e amparando os fracos, então não será mais preciso o coronel"[1000].
>
> Para acabar com isso é preciso:
>
> 1º) – Dar um interesse ao voto, transformando-o em uma expressão de aspirações profissionais;
>
> 2º) – Restituir a soberania ao Estado afim de garantir a todos um lastro econômico, sem o qual é ilusória a liberdade política.

Como mostra a historiadora Ângela de Castro Gomes[1001], após a Revolução de 1930, a expressão "República Velha" se transformou em uma "fórmula mental", que merece atenção dos historiadores. Antes de mais nada, se trata de uma ideia pensada e adotada pelos ideólogos autoritários do estatismo-organicista das décadas de 1920 e 1930, como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, ao lado dos quais podemos colocar também os intelectuais do socialismo-nacional integralista, como Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Olbiano de Mello e Miguel Reale. Desde então, essa visão do período histórico que passou a ser chamado de República "Velha" foi difundida, mormente durante os anos do Estado "Novo", como uma outra fórmula de se periodizar a história política brasileira, diretamente ligada, por contraste, às décadas precedentes. Um contraste que deveria significar o "moderno" e "atual" como necessariamente "melhor" que o passado imediato[1002].

Gomes ressalta que esse obscurecimento de uma parte da esfera da participação política durante a Primeira República estaria relacionado com a torrente de diagnósticos então construídos. Entre estes "diagnósticos da crise", pesou a ideia de que o povo brasileiro não teria capacidade de ação coletiva; que a sociedade brasileira, sendo inorgânica, seria insolidária e, por isso, inadequada às formas de associação de um modelo liberal-democrático. Essa perspectiva ganhou sua expressão clássica na dicotomia entre "Brasil legal" *versus* "Brasil

---

[1000] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 54.
[1001] GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. Apresentação. In: *A nova "Velha" República*. op.cit.
[1002] Idem, ibidem, p. 1-2.

real"[1003]. A crítica integralista à Primeira República não foge à esta interpretação, porque também obscurece as lutas sociais de caráter popular que foram determinantes no contexto histórico em questão, e deturpa ou omite uma série de atos do Estado para realçar o caráter "moderno" e "atual" do integralismo em face do que havia "antes". Esse "antes" é matéria para os historiadores integralistas, como Reale, dedicarem estudos mais aprofundados em livros teóricos. O "depois" desse marco da Primeira República não é visto na Revolução de 1930, mas aguardava, no futuro que nunca se realizou, a "revolução integralista".

O corporativismo (ver Capítulo 5), a *terza via* integralista, anunciada nessas linhas acima, era desenhado por Reale como um sistema capaz de desarticular o domínio dos coronéis, extinguindo os partidos e integrando os estados federados pela força do Estado autoritário, ao passo em que se transformaria também a economia capitalista-liberal pela força dirigente e interventora do Estado corporativista, promovendo essa espécie de *welfare* autoritário, que o autor estipulava ser capaz de diluir a "questão social" e o antagonismo entre Capital e Trabalho. Quando esse antagonismo fosse inevitável, o Estado garantiria pelo seu arbítrio com a Justiça do Trabalho, uma saída não-violenta que evitasse também a paralisação da produção e dos serviços. Mas o outro foco de "perigo" à ordem que o corporativismo, enquanto *terza via*, buscava sanar era o "perigo vermelho". Ao lado do antiliberalismo, o anticomunismo foi um componente central nos vocabulários políticos da extrema-direita no Entreguerras brasileiro, e uma regra básica da gramática integralista para se compreender o próprio *ser integralista*, como veremos a seguir.

4.3 Anticomunismo

O anticomunismo não era uma grande força no discurso integralista dos primeiros anos. Em suas primeiras publicações oficiais, como o *Manifesto de Outubro de 1932* ou a obra doutrinária de Salgado, *O que é integralismo?* (1933), nem nas *Diretrizes Integralistas* (1933), escrita por Reale, que também não dedicou nenhuma obra inteiramente ao tema do anticomunismo, e apresentando uma breve e pouco densa crítica ao Estado socialista, priorizando a análise dos modelos liberal e fascista e a apresentação do modelo integralista.

O *Manifesto de Outubro de 1932* dedica menos espaço ao "***anticomunismo***" do que dedicou ao antiliberalismo. Nos primeiros anos da AIB, o comunismo ainda não era visto como uma grande ou imediata ameaça, com um PCB perseguido e com pouca expressão política. O

[1003] Idem, ibidem, p. 4-5.

anticomunismo de então parece ser muito mais a expressão de anseios e temores fundados nas notícias do avanço dos movimentos socialistas europeus. O ódio prioritário aos liberais é fundado na crença integralista de que é a ideologia e o Estado liberal que criam o ambiente propício ao aparecimento do comunismo[1004].

No 4º tópico do *Manifesto*, "O nosso Nacionalismo", a AIB apresenta o comunismo como uma ameaça ainda distante do imperialismo internacional à soberania brasileira, mas com um potencial tão perigoso quanto o capitalismo das grandes potências, "E somos contra a influência do comunismo, que representa o capitalismo soviético, o imperialismo russo, que pretende reduzir-nos a uma capitania"[1005]. No 7º tópico do *Manifesto*, "A questão social como a considera a Ação Integralista Brasileira", o comunismo é apresentado como uma ilusão a ser desencantada, propagada por uma infiltração de agitadores oportunistas "recrutados na burguesia", que se aproveitavam do caos que a "questão social" engendrava no país:

> O comunismo não é uma solução, porque se baseia nos mesmos princípios fundamentais do capitalismo, com a agravante de reduzir todos os patrões a um só e escravizar o operariado a uma minoria de funcionários cruéis, recrutados todos na burguesia. O comunismo destrói a família para melhor escravizar o operário ao Estado; destrói a personalidade humana para melhorar escravizar o homem à coletividade; destrói a religião para melhor escravizar o homem aos instintos; destrói a iniciativa de cada um, mata o estímulo, sacrifica a humanidade inteira por um sonho falsamente científico, que promete realizar o mais breve possível, isto é, daqui a 200 anos, no mínimo.[1006]

De acordo com Hélgio Trindade, podemos ver um discurso "antissocialista" manifestar-se de três maneiras diferentes através da ideologia integralista. Na primeira, mais corrente entre os teóricos do movimento, socialismo e liberalismo são considerados expressões diferentes de uma mesma raiz filosófica: o materialismo da "civilização burguesa". Na segunda, o socialismo e sua estrutura econômica são considerados concepções ligadas às doutrinas "fragmentárias" do século XIX e já superadas pela experiência fascista e "integral". A terceira e última forma de expressão do "antissocialismo" pretendia, "através de um anticomunismo primário, provocar o medo ao comunismo entre os militantes integralistas"[1007]. As duas primeiras formas de expressão ideológica do antissocialismo/anticomunismo, referentes ao processo de revisão "revolucionária" nacionalista das teses de Marx já foram objeto de análise no Capítulo 2, por

[1004] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 228.
[1005] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**, op.cit, p. 4.
[1006] Idem, ibidem, op.cit, p. 5.
[1007] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 239.

isso, iremos nos debruçar com maior atenção sobre essa terceira forma de expressão identificada por Trindade, que abandona a relativa moderação anticomunista dos primeiros anos da AIB, em um credo fervoroso, litúrgico e marcado pelo drama e pela paixão nas narrativas, factuais ou fictícias, da luta integralista contra a bandeira vermelha, elevada à arquirrival do Sigma.

Essa terceira forma de expressão do antissocialismo, o "anticomunismo", como coloca Trindade, irá fortalecer-se justamente na fase de ascensão das esquerdas no país, seguindo a tática de "frente popular" lançada pelo Komitern, originando a Aliança Nacional Libertadora (ANL), o segundo partido de massas a surgir no contexto da Segunda República, também disposto a derrubá-la, mas antes, determinado em vencer a ameaça fascista que a AIB representava no Brasil[1008].

Motta afirma que "*anticomunistas"* seriam, a princípio, os indivíduos e grupos que apresentam uma "recusa militante" ao "*comunismo*", uma ideia genérica cujo núcleo encontra-se no *marxismo-leninismo* que deu origem ao *bolchevismo* e ao modelo *soviético*. Todavia, não podemos perder de vista que por "anticomunistas" denomina-se uma série de agrupamentos os mais heterogêneos entre si, o que refletiu na adoção de diferentes estratégias de combate ao comunismo, que se refletiam na imprensa de forma difusa, principalmente através de publicações pastorais católicas[1009], até a formação da AIB, que passou a capitanear a militância anticomunista.

De todo modo, para entendermos o processo de elaboração ideológica do anticomunismo integralista, a construção das narrativas que compuseram suas ***mitologias políticas*** baseadas na "*conspiração*" de agentes "comunistas", "judeus" e "falsos revolucionários" da pátria como os outubristas de 1930, e a utilização desses personagens em suas narrativas como estratégias de mobilização de massas, nós precisamos revisar rapidamente o que existe de empírico no crescimento do comunismo no Brasil do Entreguerras, nos conflitos violentos que marcaram a rivalidade entre AIB e ANL, e na posição do regime Vargas ante ambos os partidos.

Nesse sentido, estamos de acordo com Raoul Girardet, historiador cuja obra ora nos auxilia no tratamento das mitologias políticas integralistas, quando este afirma que nenhum dos mitos políticos se desenvolve no exclusivo plano da fábula. Mas, no que diz respeito à *mitologia do complô*, esta normalmente possui uma carga de densidade histórica pesada, pois, "com efeito, não há nenhuma, ou quase nenhuma, de suas manifestações ou de suas expressões que

---

[1008] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 240.

[1009] O autor destaca entre as publicações do período, *O Comunismo Russo e a Civilização Cristã*, do bispo Dom João Becker; *A Sedução do Comunismo*, de Everardo Backheuser; *A Questão Social e a República dos Soviets*, de Alberto de Britto; *A Bandeira do Sangue*, de Alcibíades Delamare, entre outros. MOTTA, Rodrigo Patto Sá., op.cit, p. 10.

não possa ser relacionada mais ou menos diretamente com dados factuais relativamente precisos, facilmente verificáveis em todo caso, e concretamente apreensíveis"[1010] argumenta o autor. Todavia, o historiador nunca deve perder de vista o hiato que existe entre esses fatos políticos ou sociais historicamente datados, e a visão que é deles representada pela narrativa mitológica.

Conforme Claudio Batalha[1011], no Brasil, após a Proclamação da República em 1889, surgiram, pelo menos, três tipos de respostas diferentes às demandas oriundas da "questão social" emergente: 1ª) a que buscava obtenção de direitos sociais, sem questionamento do sistema político, sustentada pelo positivismo, cooperativistas e toda uma série de manifestações do sindicalismo reformista; 2ª) a que propunha a conquista de direitos sociais aliada a direitos políticos, visando à mudança do sistema pela participação no processo político-eleitoral, posição dos socialistas e dos setores mais politizados do sindicalismo reformista; 3ª) a que impunha uma posição de negação institucional, depositando na ação direta a forma de pressão necessária para a obtenção de conquistas, defendida por sindicalistas revolucionários ("anarcossindicalistas") e anarquistas.

No Brasil, após a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa de 1917, após décadas de malogradas tentativas de formação de partidos socialistas, diversos grupos comunistas obtiveram de fato um gradativo crescimento, ganhando o espaço outrora ocupado por *anarcossindicalistas* e *socialistas*. Mas não podemos confundir a retórica integralista quando classifica algum adversário de "comunista". Isso pode significar muitas coisas, dependendo do contexto e do emprego que se faz do conceito. Antes de mais nada, cabe notar a heterogeneidade na formação do movimento operário e dos partidos políticos de esquerda que surgiram nesse momento, para compreender a fundo o contexto no qual esses discursos integralistas foram produzidos.

Desde o final do Império que os entusiastas brasileiros do pensamento socialista se esforçavam para fundar um partido. A mesma dificuldade, encontraram na nascente República. Seguindo os encaminhamentos encetados pela *II Internacional*, eram esses os princípios elencados no *Manifesto do Partido Socialista Brasileiro*, fundado durante o II Congresso Socialista Brasileiro, realizado em São Paulo, entre 28 de maio e 1º de junho de 1902. O seu texto, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em 28 de agosto do mesmo ano, apresenta um

[1010]GIRARDET. Rauol. **Mitos e Mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 52.
[1011] BATALHA, Claudio, "Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva", In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília N. de A (Orgs.). **O Brasil Republicano**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, v.1, p. 161-190, p. 178.

"Programa Máximo", no qual expõe os fundamentos teóricos e ideológicos aprovados no Congresso Socialista daquele ano; e um "Programa Mínimo", no qual são pontuadas 28 pautas reivindicativas[1012]. A principal mensagem era a necessidade da formação de uma classe trabalhadora unida e consciente da sua condição de *classe*, e que essa união se desse na construção do Partido Socialista Brasileiro:

> Considerando: Que os graves males e as grandes injustiças da presente organização social deriva do fato de serem os homens divididos em duas distintas classes – capitalistas e trabalhadores, ou assalariados e proletários;
>
> Que a classe dos capitalistas, com o monopólio dos meios de produção e da troca, e com o exercício no inadmissível domínio e do aproveitamento do produto do trabalho alheio, leva à consequência lógica da degeneração física e moral da classe dos trabalhadores, bem como da escravidão econômica, e da opressão política; [...]; Que é tempo dos proletários desta terra, seja qual for a sua nacionalidade, cor e sexo, unirem-se ao grande partido internacional, que em todo mundo se bate pela conquista do direito do proletário, pois que as necessidades do operário e a exploração do capitalista não distinguem os acidentes de pátria, cor ou sexo, e também assim deve ser a resistência e a luta dos trabalhadores conscientes. [...];
>
> Em resumo: lutar pela conquista dos poderes públicos, na Federação, no Estado, no Município, para transformar de instrumentos, que são hoje, de exploração capitalista e de opressão da massa popular, em instrumento para anular o monopólio econômico e político da classe dominante[1013].

Até então, não havia uma classe operária formada no país, o que esvaziava a teoria e a práxis socialista entre os trabalhadores. É no processo das primeiras lutas coletivas, como o ciclo de greves, entre 1902 e 1919, incluindo a Greve Geral de 1917 como um ponto de inflexão na organização do movimento operário, que essa classe como uma realidade histórica aparece, na medida em que os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses individuais de grupos e categorias profissionais específicos. É então que podemos falar de formação de uma *classe* operária, não como o resultado mecânico da existência da Indústria ou da abolição da escravidão, mas como um processo conflituoso, marcado pelos avanços e recuos, pelo "fazer-se e desfazer-se da classe", que surge na organização e nas lutas, a manifestação que afirma seu caráter de *classe*[1014].

[1012] Entre as principais, constava: 1) Imposto direto e proporcional sobre a renda; 2) Abolição dos impostos indiretos; 4) Jornada de 8h para adultos, 6h para jovens entre 14 e 18 anos, proibição do trabalho de menores de 14 anos; 6) Supressão do exercito permanente e armamento geral do povo 9) Instrução laica e obrigatória aos menores de 14 anos; 15) Separação efetiva entre Igreja e Estado; 20) Justiça gratuita para todos; 21) Imposto progressivo sobre heranças.

[1013] PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO. "Manifesto do Partido Socialista Brasileiro", **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 de agosto de 1902, p. 3. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19020828-8674-nac-0003-999-3-not, acessado em 25 mai 2017.

[1014] BATALHA, Claudio, op.cit, p. 173.

Apesar das implicações não inteiramente iguais em um caso e no outro da noção de *ação direta* no Brasil desse período, esta passava pela rejeição de intermediários, de mediadores, fossem esses mediadores os partidos políticos, indivíduos ou representantes de grupos. A resolução aprovada com o término do 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, aprovou a definição anarcossindicalista do movimento dos trabalhadores, sendo reafirmada essa posição nas resoluções produzidas após os congressos seguintes, de 1913 e 1920. Sua hegemonia sobre o movimento operário no Brasil só declinaria após a fundação do PCB, em 1922[1015].

Em 1922, finalmente, após adequarem-se às 21 condições impostas pela *III Internacional*, foi fundado o PCB, com a liderança de Astrojildo Pereira, e reconhecimento internacional dos PC's como sua seção nacional no Brasil. Registrado como entidade civil, sua legalidade não durou muito, sendo cassada após a Revolta do Forte de Copacabana, em 5 julho de 1922. Até 1925 a estratégia era a formação de uma "frente única operária", com objetivo de formar uma Confederação Geral do Trabalho (CGT). Nesse ano, passaram a contar com órgãos de imprensa próprios, e entre seus principais periódicos estavam os jornais *A Classe Operária* e *A Nação,* e a revista mensal *Movimento Comunista*, além de, finalmente, ser publicada no Brasil a tradução em língua portuguesa de *O Manifesto Comunista* (1924), feita por Octavio Brandão. Entre janeiro e agosto de 1927 funcionaram na legalidade, após um pequeno, mas significativo surto de propaganda comunista em plena vigência do "estado de sítio" que vigorou em quase todo o governo de Arthur Bernardes. No início do governo de Washington Luís (1926-1930), com sua imprensa em plena atividade, transformaram o Bloco Operário em Bloco Operário e Camponês (BOC) [1016].

A primeira pressão legal contra esse crescimento do movimento comunista veio com a edição da lei proposta no Congresso pelo deputado Aníbal de Toledo, lei esta que ficou conhecida como "*Lei Celerada*" ("Lei Aníbal Teixeira"), que atacava diretamente a atividade sindical e a propaganda de esquerda no país em defesa da "ordem" e "moral e bons costumes". Em maio de 1927, a imprensa recebeu da polícia informações acerca de uma suposta "conspiração revolucionária" tramada pelos comunistas. No mês seguinte, surgiram as matérias jornalísticas explorando a "descoberta de informações" sobre a influência da *III Internacional* no PCB, afirmando que o *Komitern* havia decido transformar o Brasil em uma base do

[1015] O primeiro Partido Comunista criado no Brasil surgiu em 1919, com a liderança dos anarquistas José Oiticica e Edgard Leunroth, mas foi o PCB de 1922, de orientação marxista-leninista inspirado pela *III Internacional* (1919-1943) que conseguiu maior adesão e longevidade. CARONE, Edgard. **A Primeira República**, op.cit, p. 257.
[1016] RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: dirigentes e organização". In: FAUSTO, Bóris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**, op.cit, 363-365.

comunismo na América do Sul, enviando para este fim verbas e agentes. Ao fim do mesmo ano, o PCB foi declarado uma organização ilegal novamente[1017]. Coma legenda do BOC, disputaram as eleições legislativas no município do Rio em 1928, quando elegeram dois candidatos. Finalmente, em 1929, conseguiram criar a CGT, como organização sindical comunista de maior amplitude. A partir de 1928, o PCB assumiu as diretrizes encaminhadas pelo VI Congresso da Internacional Comunista, que implicou em forte radicalização da política partidária[1018], com intenção de fomentar a insurreição comunista no Brasil[1019].

De acordo com Décio Saes, após a promulgação da Constituição de1934, ocorreu um aumento brusco de movimentos reivindicativos de caráter popular, na esteira do processo iniciado em 1931-1932, sendo a Greve Geral de 1932 (com cerca de 200 mil grevistas) um marco do que considera uma "rápida elevação do nível de participação sindical". Essa fase de crescimento da ação sindical, de 1931 a 1935, criou a conjuntura social favorável ao surgimento de *organizações políticas de massa*, perseguindo a meta programática voltadas de transformação ampla e profunda da sociedade brasileira. Com o esmaecimento do reformismo implantado pelo tenentismo autoritário no poder, tornaram mais visíveis bandeiras contra o poder político dos grandes proprietários rurais e o domínio do capital estrangeiro, o que teria suscitado o deslocamento para à esquerda dos tenentes insatisfeitos, ao passo em que a classe média dividida entre o liberalismo antipopular e o estatismo começava a se aglutinar em maior número em torno do ideário da "*revolução popular*"[1020].

Nesse cenário em que crescia a tendência internacionalmente difundida de formação de *frentes únicas* populares, com o fim de combate ao fascismo e ao imperialismo, setores das esquerdas no Brasil deram início aos arranjos que fundaram a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em janeiro de 1935, elegendo Luiz Carlos Prestes (que estava na URSS) seu presidente

---

[1017] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho":** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002, p. 6-7. Ver também a "**Lei Aníbal Teixeira**" que "Determina que no crime definido no decreto n. 1.162, de 12 de dezembro de 1890, a pena será de prisão celular e o crime inafiançável, e dá outras providencias" Art. 2º "O Governo poderá ordenar o fechamento, por tempo determinado, de agremiações, sindicatos, centros ou sociedades que incidam na pratica de crimes previstos nesta lei ou de atos contrários á ordem, moralidade e segurança publicas, e, quer operem no estrangeiro ou no país, vedar-lhes a propaganda, impedindo a distribuição de escritos ou suspendendo os órgãos de publicidade que a isto se proponham, sem prejuízo do respectivo processo criminal". : BRASIL, **Decreto nº 5.221 de 12 de agosto de 1927.** Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5221-12-agosto-1927-562987-publicacaooriginal-87102-pe.html, acessado em 09 mai 2017.

[1018]A adesão de Prestes ao comunismo resultou em profundas modificações no PCB. Apesar das duras críticas do partido ao seu *manifesto* de 1930, após 1934, a inserção de Prestes no PCB levou consigo a presença de militares e tenentistas na alta cúpula do partido, trazendo também um amálgama de stalinismo e tenentismo e o aumento da influência das classes médias e dos intelectuais outrora rechaçados, modificando não só a estrutura do partido, mas também suas estratégias, cada vez mais radicais. RODRIGUES, Leôncio Martins, op.cit, p. 370-371.

[1019]Idem, ibidem, p. 363-369.

[1020] SAES, Décio. "Classe média e política no Brasil. 1930-1964". In: FAUSTO, Bóris (Dir**.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**, op.cit, p. 496-497.

de honra. Seu programa, divulgado em fevereiro do ano citado, tinha como principais objetivos a "suspensão do pagamento da dívida externa do país", "nacionalização das empresas estrangeiras fixadas no país", "reforma agrária e proteção aos pequenos e médios proprietários", garantir as "liberdades democráticas" com a implantação de um "governo popular" e "a luta contra o fascismo". Com a adesão de Prestes e ex-participantes do movimento tenentista ao PCB, formando a ANL, os comunistas se tornaram o segundo maior movimento de massas do Brasil[1021], atrás apenas da AIB[1022].

O programa de transformação política e social da ANL, ao contrário do programa tenentista do Clube 3 de Outubro, que propunha uma ação para o governo enquanto grupo de apoio a Vargas, traçava linhas de luta política por meio da organização de grupos de pressão, formados por bases populares, com o lema "Terra e Liberdade". Para Aspásia Camargo, a sua origem, assim como a da AIB, também deve ser entendida pelo contexto de mobilização de tenentes que foram marginalizados do poder pelo regime Vargas, e que por isso não conseguiam encaminham seus projetos de uma transformação social e política radicalmente diferente da ordem derrubada em 1930[1023], o que dá realce ao ideal de "revolução popular" premente nesse contexto entre o proletariado e as classes médias, baixa e média, como disse Décio Saes. Um sinal dessa disposição à luta política (que Leôncio Basbaum vê como "o início de uma nova etapa (antifeudal e anti-imperialista) da Revolução Burguesa brasileira, e não a construção imediata do socialismo"[1024]) é formação da Confederação Sindical Unitária do Brasil (SUB), uma entidade ilegal, subordinada ao PCB, destinada a atuar como "o braço sindical da ANL"[1025].

Em abril de 1935 Prestes, após seu ato público de contrição exposto em seu *Manifesto*, publicado no jornal *A Manhã* em 5 de julho do mesmo, condenou seu passado tenentista e a ascensão do *prestismo*, retornando da URSS com a missão de conduzir a revolução armada que derrubaria Vargas para instaurar um governo nacionalista com bases populares. Assim, em

---

[1021] Décio Saes estima que tenham sido entre 200 a 500 mil membros na ANL. SAES, Décio, op.cit, p. 497. De acordo com dados da FGV/CPDOC, "calcula-se que dezenas de milhares de cidadãos filiaram-se formalmente à ANL, embora o número exato dessas filiações jamais tenha sido conhecido". Cf.: "Aliança Nacional Libertadora". Anos de Incerteza (1930-1937):**A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945**. FGV/CPDOC, 1997. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen, consultado em 12 jan 2015.

[1022] RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: Os dirigentes e a Organização". In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**, op.cit, p. 371.

[1023] CAMARGO, Aspásia Alcântara. "A questão agrária: crise de poder e reformas de Base". FAUTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**, op.cit, p. 139-140.

[1024] Cf.: BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República (1930-1960).** São Paulo: Fulgor, 1968, v3, p. 71.

[1025] SAES, Décio, op.cit, p. 497.

novembro do mesmo ano, ocorreu uma série de levantes que foram chamados por seus detratores de a "Intentona Comunista". Teve início em Natal, com um levante militar, que obteve relativa adesão popular e chegou a tomar a cidade por quatro dias. Em seguida foram deflagrados levantes em Natal, Recife e no Rio de Janeiro[1026]. Dominados pelo governo, esses eventos acabaram ampliando o consentimento em torno das medidas repressoras de Vargas, que conseguiu a aprovação do "estado de guerra" no Congresso em março de 1936[1027]. O anticomunismo ganhou, assim, um papel chave no vocabulário político da direita nacionalista pelas três décadas seguintes[1028].

No período de 1935 a 1937, teria se estabelecido uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, repetida nas décadas seguintes pelo Estado, pelas organizações sociais e, talvez principalmente, pelos indivíduos "cujo zelo militante levou a constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista"[1029].

As notícias da onda vermelha pelo mundo foram narradas por Salgado com imagens chocantes. No artigo "O lobo com pele de ovelha", Salgado atacou o abaixo-assinado encabeçado pelo escritor espanhol Jacinto Benavente[1030], que conclamou escritores do mundo inteiro a se manifestar contra o general Franco durante a Guerra Civil Espanhola:

> Pergunto-lhe, preliminarmente, se a doutrina comunista, de que é adepto o governo de Madrid, dá alguma importância aos sentimentos de humanidade, ao cavalheirismo, ao respeito que se deve ao adversário, à sua família e à sua religião. Pergunto-lhe por que foram incendiadas as igrejas espanholas? Por que foram massacrados os sacerdotes? Por que foram violentadas as mulheres? Por que foram saqueadas casas particulares? Por que foram mortos, a coronhadas, inocentes civis? Por que foram invadidos e depredados os conventos? Por que foram vilipendiadas as freiras? Por que foram pobres camponeses queimados vivos? Por que se untaram de gasolina, ou de pez, tantos paisanos, aos quais se ateou fogo, para que padecessem uma morte terrível? Por que foram profanadas as sepulturas? Por que a guerra

[1026] SILVA, Hélio. **1935**: a revolta vermelha. São Paulo: Civilização Brasileira, 1969.

[1027] **Decreto nº 702, de 21 de março de 1936,** BRASIL, "Declara pelo prazo de noventa dias, equiparada ao estado de guerra, a comoção intestina grave, em todo o território nacional. [...] O PRESIDENTE DA REPÚBLICA dos Estados Unidos do Brasil, autorizado pelo artigo segundo do decreto legislativo numero oito, de 21 de dezembro de 1935, e nos termos do artigo segundo do decreto n. 532, de 24 de dezembro do mesmo mês e ano: Atendendo a que novas diligencias e investigações revelaram grave recrudescimento das atividades subversivas das instituições políticas e sociais; Atendendo a que se tornam indispensáveis as mais enérgicas medidas de prevenção e repressão; Atendendo a que é dever fundamental do Estado defender, a par das instituições, os princípios da autoridade e da ordem social [...]". Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-702-21-marco-1936-472177-publicacaooriginal-1-pe.html, acessado em 7 jun 2017.

[1028] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho":** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002, p. 10.

[1029] Idem, ibidem, p. XIX-XXII.

[1030] O escritor, crítico e dramaturgo madrileno Jacinto Benavente y Martínez (1866-1954) ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1922. Encontrado em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/literature/laureates/1922/benavente-bio.html, visitado em 6 de fevereiro de 2013.

> vermelha não respeitou nem a paz dos mortos?[1031].

Por que tão radical? Por que o autor se mostra convicto de que "o bolchevismo é a mais evidente, a mais eloquente e a mais palpável das provas de que Satanás existe e atormenta os homens"[1032]? A questão se tratava justamente era de mistificar o movimento integralista, torná-lo parte de um enredo maior, com interesses e expectativas para muito além da política partidária, do sufrágio e do golpe de Estado. Enredo este que previa um rearranjo das relações de poder na sociedade realizada pela revolução cultural dirigida pela AIB.

> Os comunistas pregarão a revolução do operariado de acordo com as forças internacionais, indiferentes aos destinos da Pátria. Mostrarão o panorama risonho de uma república de homens iguais em direitos e sem o peso dos deveres. Iludirão as turbas, pregando a destruição do Estado atual, para a criação do Estado para o proletariado; mas só serão capazes de realizar a ditadura em nome dos proletários em benefício dos comissários do povo, da burocracia, a serviço do imperialismo soviético que nos considera um mercado colonial tanto quanto o imperialismo das altas finanças americanas e inglesas[1033].

O período do primeiro grande surto do sentimento anticomunista no Brasil, como disse Motta, entre1935 a 1937, foi também a fase de maior crescimento da AIB. Esse crescimento foi acompanhado pelo acirramento da sua campanha anticomunista, com o aumento do policiamento cultural na publicação ostensiva de obras de doutrina e propaganda e, principalmente, colunas e editoriais na imprensa diária, acompanhado pelo aumento do aparato de inteligência e contrainteligência da AIB. Não é redundante observar que, nesse período de maior crescimento e consolidação da AIB no ano de véspera das eleições presidenciais previstas na Constituição de 1934 para o ano de 1937, o "Ano Verde" (1936) como o homenagearam os camisas-verdes entusiasmados, o seu "inimigo" declarado – o comunismo - estava mais vivo do que nunca, isto é, vivo no imaginário social.

Esse imaginário anticomunista[1034] foi representado ao longo da história, por meio de um vasto plantel de adjetivos negativos, que buscavam dar vivacidade à ideia de um "Perigo

---

[1031] SALGADO, Plínio. "O lobo com pele de ovelha". In: _____. **Páginas de Combate**. op.cit., p. 156.
[1032] Idem, ibidem, p. 157.
[1033] REALE, Miguel. "Perspectivas Integralistas", op.cit, p. 38.
[1034] Nesse sentido, os comunistas foram chamados de "piratas", "degenerados", "tresloucados", "dementes", "bárbaros", "selvagens", "horda", entre tudo aquilo que pudesse ser associado à imagem do "mal", que é normalmente entendido nas sociedades ligado à ideia de sofrimento, pecado e morte. Nessa lógica, a ação do comunista traria a "fome", a "miséria", a "escravidão" e tantas outras "pragas". Idem, ibidem, p. 47-48.

Vermelho". Dessa forma, a figura do inimigo gerou um tema que se tornou frequente nos discursos e frases nacionais que exigiam a "defesa da soberania e da grandeza nacional", o que nos leva a fazer uma leitura da dupla ameaça que esse "inimigo" causa, através de ameaças externas e internas, fomentando um novo tipo de mitologia política no Entreguerras, que se alimentava de uma antiga tradição de narrativas e mitologias políticas criadas com a temática da "*conspiração*".

4.4 Antissemitismo

O tema que tratamos aqui não é despercebido por nenhum historiador que se dedica à análise da produção intelectual de Miguel Reale nos anos 1930: o *antissemitismo*. Quase sempre entrelaçado ao *antiliberalismo* e ao *anticomunismo* para formar a imagem do "inimigo" da pátria e, portanto, da AIB, o antissemitismo e/ou seu imaginário preconceituoso foi propagado abertamente por autores integralistas, como Reale, que foi inclusive chamado de "Göebbels integralista" pela imprensa, durante os anos de ascensão da AIB[1035]. Por isso, é o foco de nossa investigação apresentada nas próximas páginas lançar luz sobre o papel político-ideológico estratégico do uso de expressões e imagens antissemitas nos textos jornalísticos do autor.

Conforme Maria Luiza Tucci Carneiro, o antissemitismo enquanto fenômeno social pode se expressar de variadas formas, seja do simples pensamento à ação violenta contra indivíduos judeus. Motivado pelo realce nas diferenças étnicas, culturais e econômicas, que recorrentemente aparecem em períodos de crise e comoção social, o antissemitismo também e sobretudo, pode surgir "*de situações artificiais*, *mediante cálculos políticos*"[1036].

Apesar do preconceito e do ódio religioso aos judeus e ao judaísmo ter se transformado em uma sólida tradição nos primórdios da era moderna, o conceito de "antissemitismo" enquanto "ideologia leiga" surge apenas no último quarto do século XIX, quando desperta também o interesse historiográfico pela "*questão judaica*", polêmica como ela aparece em Marx[1037], na medida em que as discussões sobre o caráter étnico dos Estados-nações ganhavam

---

[1035] GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil***:* Germanismo. Nazismo. Integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 193.

[1036] CARNEIRO, Maria Luiza T. Anti-semitismo no Brasil. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexandre Martins (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**, op.cit., p. 44. Grifos nossos.

[1037] Marx, através de sua análise crítica da *Questão Judaica* na Alemanha, realiza um estudo profundo e reflexivo sobre as condições de real emancipação humana sob a vigência do Estado liberal burguês. Através de sua crítica a Bruno Bauer, Marx discorre acerca dos reais sofismas que sustentam a sociedade capitalista e suas instituições, por meio da elaboração sistemática de sua resolução da *QuestãoJudaica*, levantada por Bauer. Neste texto, Marx delimita os limites da liberdade na sociedade individualista, no liberalismo. MARX, Karl. **A questão judaica**. Trad. Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2007.

a agenda política, lançando holofotes sobre a situação das comunidades judaicas no interior desses Estados como um "problema"[1038]. Nas décadas de 1870 e 1880 surgem os primeiros partidos antissemitas europeus, trazendo um antissemitismo que extrapolava as diferenças factuais da convivência entre judeus e não-judeus, passando a ligar-se a questões muito mais amplas relativas aos conflitos dos imperialismos internacionais traduzidos nos discursos nacionalistas da direita radical[1039], que quase nada tinham a ver com a história judaica ou antijudaica até então, abrindo caminho para o discurso de "solução final" para a "questão judaica"[1040].

Como bem salientou Natália dos Reis Cruz[1041], a oposição entre espiritualismo e materialismo, essencial na rescisão antimaterialista que fundamenta as culturas política fascistas, aparece nos discursos integralistas sobre a questão racial atribuindo ao racismo expansionista um cunho materialista, e a defesa da harmonia entre Estados nacionais soberanos, um cunho espiritualista cristão.

Segundo Hannah Arendt[1042], para os antissemitas, "a sua pretensão de tomar o poder absoluto não era outra coisa senão aquilo que os judeus já haviam conseguido, e que o seu antissemitismo era justificado pela necessidade de eliminar os reais ocupantes dos postos de mando: os judeus", e uma vez que os discursos antissemitas disseminavam a ficção da "conspiração judaica" presente em praticamente todas as nações, também competiria a esses partidos nacionalistas, por mais paradoxal que pareça, organizarem-se supranacionalmente, solidarizando-se na luta pelo poder. Desse modo, podemos dizer que a "Era dos Extremos", como a chama Hobsbawm, também foi uma era de mitologias políticas, dentre as quais, a da "conspiração judaica internacional" foi uma das mais empregadas pelos autores integralistas.

Manifestações de antissemitismo no Brasil podem ser apuradas desde o período colonial, na herança de valores trazidos da Península Ibérica, onde judeus e cristãos-novos eram vistos com muito preconceito. As ideias desse antissemitismo tradicional persistiram mais ou menos até o século XIX, ressurgindo com novo fôlego e roupagem adequada às novas teorias eugênicas racistas renovadas no Entreguerras[1043]. Essas ideias encontraram no Brasil caixa de ressonância no governo Vargas, no Itamaraty, na polícia política e na AIB, formando um

---

[1038] ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, op.cit., p. 17-18.
[1039] Cf.: HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870, op.cit.**, p. 125-153.
[1040] ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, op.cit., p. 24.
[1041] CRUZ, Natália Reis. Do humanismo à intolerância: as contradições do discurso integralista. **História Unisinos**, 10(3), pp. 344-351, set-dez 2006, p. 348.
[1042] ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, op.cit. p. 73.
[1043] CARNEIRO, Maria Luiza T. Anti-semitismo no Brasil. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexandre Martins (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**, op.cit., pp.44-45, p. 45.

cenário em que, se não resultou em práticas de violência como no nível europeu, acabou gerando uma política excludente quanto aos imigrantes e refugiados políticos de origem judia, mesmo que os limites dessas práticas de exclusão estejam ainda em debate[1044].

Tentativa de "ciência" que ganhou repercussão no Brasil durante a Primeira e a Segunda República, a *eugenia* surgiu no século XIX a partir da obra do antropólogo inglês Francis Galton (1822-1911). Inspirado pelo positivismo e pelo darwinismo, Galton enxergava a raça humana em um processo constante de evolução biológica e moral, que poderia ser controlada e melhorada com a "ciência" eugênica. A eugenia trazia três principais conjuntos de medidas de "higiene social": as **medidas positivas**, "como educação sexual de jovens, visando ao casamento de indivíduos aptos a uma procriação sadia"; **medidas preventivas**, "articulando o combate a 'vícios morais', como o alcoolismo e o antipatriotismo, ao das 'doenças morais', como a tuberculose e a sífilis" e, por fim, as **medidas negativas**, "que visavam esterilizar ou restringir casamentos de indivíduos considerados ineptos à procriação"[1045].

O novo conceito de *nacionalismo* em trânsito nessa época, com ênfase no caráter étnico, anti-internacional e anticosmopolita, trouxe uma visão da história interpretada como "luta incessante" e do "conflito e da guerra como instrumentos do progresso", que foi reforçado pelas teorias raciais de Louis Agassiz (1807-1873) e Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) que com seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* ("*L'Essai sur l'inégalité des races humaines*") (1854) se tornou uma das principais influências intelectuais do racismo e da eugenia no fim do século XIX e início do século XX[1046]. Ambos os autores foram tomados por uma profunda ojeriza à mestiçagem que viram no Brasil, afirmando em seus escritos a degenerescência causada às três raças (branca, negra, indígena) nesse processo. Depois de Gobineau, a eugenia abandonou seu significado inicial de "aperfeiçoamento da raça humana", passando a servir a projetos supremacistas da "raça branca", como o arianismo alemão-hitlerista[1047]. Destarte, do fim do século XIX até o período Entreguerras, a "questão racial" foi política e historicamente construída, assim como o conceito de raça, que, nas palavras de Schwarcz "antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um

[1044] CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da Ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, n.44, pp. 393-423, 2002, p. 396-397.
[1045] LIMONCIC, Flávio. Eugenia, p. 158-159. Assim, a **eugenia** consistia em um conjunto de ideias e práticas que visavam o "melhoramento social e humano" com a seleção dos genitores tendo como fundamento o princípio da hereditariedade, partindo do pressuposto de que existiriam heranças genéticas "superiores" e "inferiores" que determinam o desenvolvimento social dos povos, buscando por isso eliminar os indivíduos que apresentassem doenças mentais, impulsos criminosos, depravações etc., como parte do método de higiene social. MACIEL, Maria Eunice. A Eugenia no Brasil. **Anos 90**. n.11. Porto Alegre, jul 1999, p. 121-144, p. 121-122.
[1046] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**, op.cit., p. 46.
[1047] LIMONCIC, Flávio. Eugenia, op.cit., p. 158.

objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise"[1048].

No Brasil, essas teorias influenciaram o pensamento de expoentes do pensamento cientificista *monista*, como Sílvio Romero, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, versados na tradição teórico-filosófica da Escola do Recife[1049], que estiveram entre os autores mais lidos e influentes no campo do pensamento político da nova direita nacionalista, antiliberal e anticomunista. O impacto de suas obras e críticas à formação social brasileira no então crescente campo intelectual ajudou a mudar o *horizonte de expectativas* liberal-democrático arruinado depois da Grande Guerra, para um cenário de crescimento do "nacionalismo de direita" e dos projetos autoritários-corporativistas, em que floresceram também os fascistas brasileiros da AIB nos anos 1930[1050].

A eugenia também foi colocada dentre os objetivos que deveriam ser imediatamente realizados por um governo integralista, no *Manifesto-Programa da Ação Integralista Brasileira* que propõe "c – a eugenia da raça pela prática metodizada do atletismo, da ginástica e dos esportes"[1051]. As medidas eugênicas de "higiene moral", que censuram o álcool, a promiscuidade, o jogo etc., podem ser encontradas no Capítulo XVIII dos *Protocolos e Rituais da AIB*, "Regras de Conduta"[1052].

No 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro em 1929, Azevedo Amaral, que nos anos 1930 se tornou colaborador da revista integralista *Panorama*, (de certo por ser um dos intelectuais mais lidos e comentados entre os camisas-verdes), apresentou *O problema eugênico da imigração*, no qual defendeu a exclusão de todas as correntes migratórias que não fossem da "raça branca", incluindo, especialmente, os judeus. Essa tese foi vencida pela ala liderada por Edgard Roquette-Pinto, embora a vitória apertada, por um lado, demonstre a força do racismo excludente entre a intelectualidade[1053], também demarca o anacronismo desse racismo "branqueador" na teoria social brasileira e a inserção da mestiçagem como

[1048] SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 17.
[1049] CARNEIRO, Maria Luiza T. Antissemitismo no Brasil, op.cit., 45. Cf.: SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
[1050] BEIRED, José Luís Bendicho, op.cit., p. 22-35.
[1051] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Protocolos e Rituais da AIB**. Niterói: Edição do Núcleo Municipal de Niterói/Livraria Dias Vasconcellos, 1937, p. 2.
[1052]AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Protocolos e Rituais da AIB**. Niterói: Edição do Núcleo Municipal de Niterói/Livraria Dias Vasconcellos, 1937, p. 68-70.
[1053] MACIEL, Maria Eunice. A eugenia no Brasil, op.cit., p. 136-137.

elemento fundamental do discurso nacionalista que se firmava no país desde o início da década, com o impulso dado pelo movimento modernista[1054].

As publicações antissemitas aumentaram consideravelmente no Brasil, inspiradas na "questão judaica" levantada pela eugenia e pelos clássicos do antissemitismo tradicional, que na década de 1930 alcançaram grande repercussão entre adeptos e simpatizantes das ideias fascistas, como os "camisas-verdes" da AIB. Dentre estas publicações, é forçoso ressaltar *O Judeu Internacional* ("*The International Jew: theworld's foremost problem*"), do industrial norte-americano Henry Ford, publicado em seis línguas antes de ser lançado no Brasil em 1933; e os *Protocolos dos Sábios de Sião*[1055], sem autor nem data definidos, mas que teve várias edições no Brasil. Este panfleto foi traduzido pela primeira vez no Brasil em 1933, pelo integralista Gustavo Barroso, no ano em que Hitler chegava ao poder na Alemanha e começava a pôr em prática a perseguição antissemita que pregava em seu *Mein Kampf*, escrito com forte influência do livro de Ford[1056].

O maior porta-voz do antissemitismo na AIB foi sem dúvida alguma o chefe do Departamento das Milícias Integralistas, Gustavo Barroso. Com exceção do livro *O Integralismo em Marcha*, de 1933, nos parece que todas as publicações posteriores de Barroso estão embasadas no antissemitismo, como por exemplo *Brasil, Colônia de Banqueiros*, *A Sinagoga Paulista* e *História Secreta do Brasil*, nos quais Barroso expõe suas análises dos empréstimos contraídos pelo Brasil junto a bancos controlados pelo capital judaico, aumentando a condição brasileira de dependência do capital estrangeiro[1057]. Barroso, enquanto foi membro da AIB, escreveu quase uma dezena de livros dedicados ao tema, o que o torna o autor antissemita mais conhecido da história contemporânea brasileira[1058].

A despeito da grande receptividade que o discurso antissemita de Barroso possuía entre os militantes de base e a tropa de milicianos[1059], a "questão judaica", central no pensamento do

---

[1054] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**, op.cit., p. 183; SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976, p. 216.

[1055] Produzido no final do século XIX e publicado pela primeira vez em São Petersburgo, em 1905, *Os Protocolos dos Sábios de Sião* são uma "Fraude elaborada pela polícia czarista - *Okhrana* - que apresenta os planos de conquista do mundo por uma suposta organização secreta judaica, os Sábios de Sião. Esse texto se tornou largamente conhecido após a Revolução Russa em 1917, levado pelos milhares de refugiados, tornando-se, nas palavras do autor "um dos mais influentes textos do antissemitismo moderno". AGOSTINO, Carlos Gilberto W. Protocolos dos Sábios de Sião. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexandre Martins (Orgs.), op.cit., p. 379-380.

[1056] CARNEIRO, Maria Luiza T. **O antissemitismo nas Américas**: história e memória. São Paulo: Fapesp/EDUSP, 2007, p. 293.

[1057] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 215.

[1058] CYTRYNOWICZ, Roney. O fascismo brasileiro entre as oligarquias e a modernidade. In: SOMBRA, Luís Henrique; GUERRA, Luiz Felipe Hirtz. **Imagens do Sigma**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p. 10.

[1059] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 242.

chefe das Milícias Integralistas, não pôde, no entanto, ser acolhida como parte da doutrina integralista oficial, porque Plínio Salgado, o Chefe Nacional da AIB, priorizava criar uma identidade nacional mais "inclusiva" que "excludente", com sua versão integralista do mito da democracia racial brasileira, que além de valorizar a miscigenação das "três raças fundadoras"[1060], e incorporava o imigrante que abraçasse o Brasil, e isso incluía também os judeus, que em alguns casos aderiram ao integralismo, apesar do antissemitismo aberto ou velado nos discursos integralistas sobre a conspiração global do "capitalismo internacional judeu"[1061]. Apesar da grande repercussão de suas obras em que "denunciava" o complô judaico/capitalista/comunista internacional em conluio com o capital financeiro e industrial paulista, e ainda que ressaltasse se tratar de uma questão política, e não racial ou religiosa[1062], a tentativa de Barroso em fixar a "questão judaica" na agenda política, conquistar a opinião pública e o campo intelectual, pode ser considerada um fracasso, que levou Barroso a uma situação de perda de prestígio e isolamento entre a intelectualidade brasileira[1063].

O próprio Miguel Reale se encarregou de destruir a tese racista ariana na *Súmula do Integralismo*, publicada em *Perspectivas Integralistas* (1935), documentos oficiais do partido, em que o autor diz "A tese racista não está, nem nunca esteve, dentro de nossas cogitações"[1064]. Diante de suas críticas, escreve o autor, a tese racista "perde o caráter científico que se lhe quis atribuir para passar a ser, quando muito, um 'elemento sentimental', uma tradução do sentido de unidade dos que se orgulham da grande cultura germânica"[1065], e encerra o ponto explicando a especificidade do caso brasileiro:

> No Brasil, onde se reúnem e se fundem todas as etnias para dar ao mundo o homem cósmico da civilização americana tropical, a teoria das raças superiores revela-se em toda a sua fraqueza. Já tivemos e temos provas do poder criador do homem negro no campo da ciência, da arte e da política; e a participação na vida cultural do país de filhos de imigrantes antigos ou recentes, [...][1066].

[1060] CARNEIRO, Maria Luiza T. **O anti-semitismo nas Américas**, op.cit., p. 651.
[1061] GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil***:* Germanismo. Nazismo. Integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, 190-191.
[1062] TRINDADE, Hélgio, op.cit., p. 243; Cf.: BARROSO, Gustavo. **Judaísmo, Maçonaria e Comunismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
[1063] CARNEIRO, Maria Luiza T. **O anti-semitismo nas Américas**, op.cit., p. 651
[1064] REALE, Miguel. Perspectivas Integralistas. In: _____. **Obras políticas**: 1ª fase – 1931-1937. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, Tomo III, pp. 5-11, p. 33.
[1065] Idem, ibidem, p. 34.
[1066] Idem, ibidem, p. 34.

Essa era, ou ao menos deveria ser, a diretriz oficial posta pela ideologia integralista com relação ao "Problema da Raça" e, consequentemente, à "questão judaica". Na verdade, o radicalismo antissemita de Barroso e sua insistência em integrá-lo oficialmente à doutrina desencadeou uma, entre muitas crises internas que dividiram opiniões no seio da AIB, levando, neste caso, a censura sobre a produção de Barroso na imprensa integralista[1067].

Essa decisão foi explicada em uma carta aberta de Plínio Salgado publicada na revista *Panorama* de abril/maio de 1936, em resposta ao crescente número de integralistas contrários à linha radical de Barroso. Nessa carta, o Chefe Nacional da AIB prega a incorporação cristã dos judeus na comunidade nacional e condena a política racial "pagã" praticada na Alemanha, ao passo em que relativiza a suposta "coincidência" de que, afirma, "mais de 60% do agiotarismo internacional está nas mãos dos israelitas", mas que por isso não mereciam ser odiados[1068].

Reale em suas *Memórias* faz questão de citar a dedicatória em seu livro *O Estado Moderno* feita ao colega José Preiz, (húngaro de origem judaica morto na Revolução Constitucionalista de 1932), como uma prova de que sempre esteve longe de "qualquer preconceito antissemita"[1069], e escreve que, apesar de seu bom relacionamento com Barroso, este o chamava de "judeuzinho" quando a ele se opunha[1070]. Admite ter escrito em *O Capitalismo Internacional* que "os semitas ocupam lugar de máximo destaque" entre os maiores representantes do "supercapitalismo imperialista", mas pondera que o espiritualismo repugnava a "tese racista"[1071], ou, como disse em seu artigo "Nós e os fascistas da Europa" publicado na revista *Panorama* de junho de 1936: "Do Hitlerismo podemos tirar algumas lições em matéria de organização política e financeira, mas não sabemos em que nos poderia ser útil a tese da superioridade racial"[1072], e justifica assim seu ponto de vista:

> Nós brasileiros devemos nos libertar do jugo do capitalismo financeiro e do agiotarismo internacional, sem que para isso abandonemos os princípios éticos para descambarmos até aos preconceitos racistas. A moral não permite que se distinga entre o agiota judeu e o agiota que se diz cristão; [...]. O combate ao banqueirismo internacional e aos processos indecorosos dos capitalistas sem pátria, justifica-se no plano moral. E quando a pureza da norma ética está conosco, não se compreende bem

[1067] CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da Ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, n.44, pp. 393-423, 2002, p. 396.
[1068] SALGADO, Plínio. Trechos de uma carta. **Panorama**. São Paulo, n. 4/5, ano I, abr/mai 1936, pp. 3-5; TRINDADE, Hélgio, **Integralismo**, op.cit., p. 242.
[1069] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 5; Idem. **Memórias**, op.cit., p. 63.
[1070] Idem, Memórias, op.cit., p. 99.
[1071] REALE, Miguel O Capitalismo internacional, op.cit., p. 221; Idem, **Memórias**, op.cit., p. 93.
[1072] REALE, Miguel. Nós e os fascistas da Europa. **Panorama**. São Paulo, n. 6, ano I, abr/mai 1936, pp. 11-18, p. 16.

> qual a necessidade de outras justificações, que podem ser de efeito, mas que certamente são discutíveis[1073].

Miguel Reale, ao tratar a "questão racial" segundo o nacionalismo integralista, afirmava que o processo de assimilação dos imigrantes do Sul do Brasil deveria respeitar as individualidades grupais, para melhor aproveitamento nacional das experiências e sucessos das culturas que vinham formar a nação brasileira, mas preconizava por um modelo de imigração diretamente controlado pelo Estado, com o objetivo de triar grupos étnico-culturais/nacionais que melhor se adaptassem à mestiçagem e ao "caldeamento étnico e cultural". Como ressaltou Natália Reis Cruz[1074], o projeto integralista configurava, neste ponto, uma ação de "violência simbólica" a ser desempenhada pelo futuro Estado Integral, que, nas palavras da historiadora, ameaçava a integridade da participação cultural de indivíduos e/ou grupos, como fica claro na seguinte citação de Reale, que traz um fundo eugênico sutil, mas já inteligível pra nós a este ponto:

> Com efeito, os poderes públicos devem selecionar os elementos que nos procuram; devem dirigir e fiscalizar a localização das correntes imigratórias para evitar a formação de quistos de difícil absorção; devem preferir os elementos mais assimiláveis e mais de acordo com a nossa gente e com a nossa psique; [...] devem providenciar, mediante escolas e todas as formas de assistência, no sentido de realizar, logo na primeira geração, a integração definitiva dos descendentes; devem, em suma, considerar o problema imigratório como problema econômico, social e político[1075].

Portanto, muito embora Reale, assim como Plínio Salgado, tenha falado abertamente contra o racismo arianista e demonstrando publicamente que a tese antissemita de Barroso havia sido refutada pela ideologia do movimento, um apanhado geral na literatura de doutrina bem como na imprensa integralista da época nos mostra que essas prédicas antirracistas não os impediram de utilizar termos, expressões, imagens e narrativas antissemitas como recurso estrategicamente calculado em seus discursos. No entanto, as interpretações historiográficas variam bastante com relação ao sentido e função do antissemitismo na ideologia integralista, enquanto teoria e prática, mas já existem também alguns pontos que começam a ganhar maior debate na historiografia.

[1073] Idem, ibidem, p. 16-17.
[1074] CRUZ, Natália Reis, op.cit., p. 350.
[1075] REALE, Miguel. Atualidades Brasileiras, op.cit., p. 117-118.

Conforme Trindade[1076], dos nove motivos para adesão à AIB elencados em seus questionários e em suas entrevistas realizados com ex-integralistas, entre dirigentes e militantes de base, o antissemitismo figura em último colocado entre os motivos que levaram à adesão. No entanto, para o autor, esse resultado pode nos induzir ao erro interpretativo:

> A fraca importância atribuída ao antissemitismo merece um comentário. Este fato revela, de um lado, que o antissemitismo não tinha tradição no Brasil antes da fundação da AIB e, de outro lado, que a influência do antissemitismo de Barroso sobre os integralistas dá-se no interior do movimento. A atitude dos militantes com relação à afirmação de que "o espírito judeu é uma ameaça permanente para a humanidade", demonstra que, embora seja um tema ideológico que divida os dirigentes nacionais e regionais, é partilhado por quase dois terços dos dirigentes e militantes locais. Portanto, ainda que secundário no plano das "motivações" de adesão, será relevante enquanto dimensão ideológica adquirida pelos militantes, no seio da AIB[1077].

Pelo que já foi dito nas páginas anteriores, quando Trindade escreve que "o antissemitismo não tinha tradição no Brasil antes da fundação da AIB" entendemos que o antissemitismo enquanto "ideologia leiga" no Brasil, depois da AIB se tornou mais forte do que nunca, mas cultivado em um solo que já conhecia o preconceito religioso aos judeus há séculos. O problema levantado por Trindade pergunta qual a importância do antissemitismo para a ideologia entre os membros, apesar de sua quase irrelevância para o simpatizante até o momento de sua adesão. Em outras palavras, Trindade vê o antissemitismo como um sentimento fortalecido somente no interior da AIB, mas com pouca repercussão e efetividade enquanto elemento de propaganda do movimento.

Essa ideia pode ser colocada em diálogo com Bertonha[1078], para quem as estratégias discursivas de Reale que se utilizam do antissemitismo parecem ser "mais forma que conteúdo", e Cytrynowicz[1079], ao sugerir que, embora o antissemitismo fosse de fato um "ponto no ideário do movimento", esse ponto ideológico "não foi acionado localmente e não resultou em ações concretas". Essas interpretações veem um significado residual no antissemitismo empregado no vocabulário integralista em geral, mas especialmente em Reale, e consideram sua importância ideológica limitada a determinados círculos internos do movimento.

Por outro lado, para David Rehem, a ideia de que o antissemitismo na AIB está contido em um grupo restrito, dissonante da doutrina oficial do movimento, não se sustenta. Ainda que

---

[1076] TRINDADE, Hélgio, **Integralismo**, op.cit., p. 152-154.
[1077] Idem, ibidem, p. 153.
[1078]BERTONHA, João Fábio. Corporatist thinking in Miguel Reale, op.cit., p. 229-230.
[1079] CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da Ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial, op.cit., p. 396.

possamos ver facilmente o antissemitismo realçado nos textos de Gustavo Barroso e Miguel Reale dentre os demais intelectuais integralistas, é inescapável o fato de que textos antissemitas foram produzidos e publicados pelos próprios órgãos de imprensa da AIB, após passarem pela censura prévia da Secretaria Nacional de Imprensa (SNI-AIB), de Miguel Reale, como chefe do Departamento de Doutrina e do Chefe Nacional da AIB, que, portanto, não viram o mencionado conteúdo antissemita como algo em desacordo com a doutrina oficial do movimento[1080].

De fato, no diário *Ação*, dirigido por Reale de 1936 a 1938, existe um pano de fundo antissemita quase constante que aumenta consideravelmente na fase final do periódico, no início de 1938, com a publicação de manchetes como "Realizam-se os planos dos Protocolos dos Sábios de Sião! Os judeus internacionais cream um fundo de 80 milhões de contos para combater os países nacionalistas!"[1081]. Carneiro, que coloca o *Ação* ao lado de *O Estado de S. Paulo* na linha de frente do antissemitismo midiático paulista da época, sublinha que a crescente antissemita no diário integralista coincide com "um revigoramento do antissemitismo político e xenófobo nos bastidores do governo Vargas" após o golpe de 1937[1082]. Essa crescente utilização do antissemitismo político nas páginas do *Ação* também parece ser um reflexo oportunamente solidário à adoção das leis raciais alemãs na Itália e da ambição de Reale em manter laços estreitos com Roma[1083].

Além disso, não faltam evidências que comprovam a colaboração entre integralistas e nazistas desde a criação dos primeiros núcleos da AIB no Sul do Brasil, em 1934[1084], e as congratulações à vitória de Franco na Espanha em 1936, saudada como "mais um país fascista" ou manchetes como "O eixo Roma-Berlim pela Paz Mundial" nas páginas do *Ação* em 1937[1085], o que demonstra o desejo dos integralistas brasileiros de pertencimento e integração à uma grande comunidade fascista internacional, o que pode nos ajudar a compreender o emprego de

---

[1080] REHEM, David Costa. O antissemitismo na imprensa baiana e a contribuição integralista. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**, op.cit., p. 265-266.

[1081] BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A imprensa Integralista e o jornal Acção: vínculos ideológicos entre a extrema direita no início do século XX. In: In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**, op.cit., p. 146.

[1082] CARNEIRO, Maria Luiza T. Apud DOTTA, Renato Alencar. Acção: a lenta agonia de um jornal integralista (1937-1938). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**, op.cit., p. 169.

[1083]BERTONHA, João Fábio. Corporatist thinking in Miguel Reale, op.cit., p. 230.

[1084] GERTZ, René, op.cit., p. 192.

[1085] BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A imprensa Integralista e o jornal Acção: vínculos ideológicos entre a extrema direita no início do século XX. In: In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**, op.cit., p. 146-149.

expressões e imagens antissemitas no vocabulário político dos camisas-verdes, sobremodo em seus ideólogos.

Para a historiografia do tema, ainda não está definido o limite do uso e da importância do vocabulário e da ideologia leiga antissemita nos textos integralistas, mas podemos dizer que o poder desse discurso no contexto histórico em questão talvez esteja sendo subestimado, se entendermos como Arendt[1086] que o papel do antissemitismo na campanha ideológica desses partidos nacionalistas da extrema-direita praticamente não tem nada a ver com os judeus em si, mas sim com o efeito gerado pelo terror difundido na imprensa diária com o *mito político da conspiração*.

Veremos a seguir os usos desse mito político nos textos de Reale, respondendo em parte à pergunta feita por Trindade[1087] sobre qual a importância do antissemitismo para a ideologia integralista, entendendo que o uso do antissemitismo na propaganda integralista cumpria uma função que consideramos crucial para gerar "motivações à adesão" ao integralismo naquele contexto histórico. A noção de "crise" da modernidade e decadência do materialismo é o pano de fundo sobre o qual os autores integralistas construíram seu ideário e vocabulário político nos anos 1930[1088]. Investigando os grupos do conservadorismo católico e da direita nacionalista, parece certo que a AIB foi o segmento que mais se utilizou da temática da "conspiração" para representar as origens dos problemas nacionais durante a crise dos anos 1930[1089]. No *Manifesto de Outubro de 1932,* livro-texto do integralismo brasileiro, a AIB declara sua "guerra" contra as várias conspirações internas e externas que eles diziam "lacerar" a pátria e desorganizá-la[1090]. Prometendo acabar com todas as conspirações que "traíam a pátria", os integralistas também prometiam resolver a crise em que se encontrava o país. Entre os "conspiradores" que deviam ser combatidos estavam os "comunistas" e os "capitalistas" e a "falsa Revolução de 1930", entre os quais transitava o "judeu", que muitas vezes no discurso integralista simboliza uma síntese de todos esses "males" juntos, reunidos por uma "conspiração".

Segundo Carneiro e Silva[1091] os intelectuais integralistas também procuraram demonstrar o antagonismo irreconciliável entre o pensamento judaico e o pensamento cristão. Para intelectuais integralistas como Gustavo Barroso e outros que exploravam o sentimento antissemita, "a forma judaica de organizar o pensamento, a família e a sociedade mais geral

---

[1086] ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, op.cit., p. p. 73.
[1087] TRINDADE, Hélgio, **Integralismo**, op.cit., p. 153.
[1088] CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira, op.cit., p. 127.
[1089]BEIRED, José Luís B. **Sob o signo da nova ordem**, op.cit., p. 101.
[1090] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**, op.cit., p. 5.
[1091] CARNEIRO, Márcia Regina S. R; SILVA, Cintia Rufino F, op.cit., p. 61.

parte de bases que são, perante o cristianismo, a sua própria inversão". Daí surge a ideia de que, associados secretamente, os judeus buscavam a subversão total do mundo cristão, o que teria se tornado um projeto secreto de dominação mundial com seus pilares modernos instituídos sobre o *individualismo capitalista*, o *comunismo marxista* e o *racionalismo cientificista*, destinados, diziam, a acabar com a família, com a pátria e com Deus.

No ensaio "A Reforma, o Judeu e o Capitalismo", de *Formação da política burguesa*, Reale apresenta uma interpretação histórica criada a partir da leitura de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de Weber, e à obra de Werner Sombart[1092], para explicar a origem do capitalismo a partir da migração dos judeus para as regiões setentrionais da Europa. Baseando-se no último autor, Reale vê profunda identidade entre judaísmo e o nascente puritanismo, compartilhando ambos o *individualismo* e o *racionalismo* e se orientando por valores *econômicos*. Sem desconsiderar a atenção dada pela sociologia weberiana ao papel da Reforma na construção do mundo moderno, imprimindo suas avaliações do que deveria ser aproveitado do pensamento político reformado, Reale opta por concluir com Sombart que

> "O judeu é politicamente individualista. Ao seu pensamento corresponde perfeitamente o *Estado constitucional*, no qual todas as relações externas são reconduzidas a relações jurídicas claramente codificadas. O judeu é o representante nato de uma concepção *liberal* da vida, em cujo complexo não existem criaturas de carne e osso, individualmente diferentes, mas somente cidadãos abstratos com direitos e deveres, cidadãos que não variam de não para nação, mas formam uma única humanidade, uma soma de unidades abstratas, invariáveis. Capitalismo, liberalismo, judaísmo, eis três irmãos intimamente unidos[1093].

No ensaio "Politeísmo – Monoteísmo – Ateísmo – Integralismo" de *A Quarta Humanidade*, livro composto pela compilação de conferências proferidas por Plínio Salgado entre 1926 e 1934, é possível compreender melhor a coerência interna de suas narrativas que versam sobre a relação do judaísmo e do comunismo, para além de uma suposição equivocada de que houvesse transplante imediato das ideias nazistas pelos intelectuais integralistas, identificando uma antiga tradição na fonte do pensamento político integralista.

Segundo Carneiro e Silva[1094], o pensamento integralista trouxe o ideário da "revolução conservadora" inspirada pelo romantismo místico do poeta alemão Novalis, que embasa essa

---

[1092] SOMBART, Werner. **Le juifs et la vie économique**, p. 241.
[1093] REALE, Miguel. Formação da política burguesa, op.cit., p. 177-182.
[1094] CARNEIRO, Márcia Regina S. R; SILVA, Cintia Rufino F. A Panorama – o "pensamento novo" e a revolução conservadora. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Guaíba: Sob Medida, 2012, v.2, pp. 45-76, p. 70-71.

vertente do pensamento conservador que vê no início do século XX o apogeu da "*crise*" desencadeada pela Revolução Francesa, vista como uma vitória da Franco-Maçonaria e do poder econômico-ideológico judaico, que teria inaugurado a era materialista do capitalismo e do comunismo nas arenas do poder e no pensamento político. Ou, em outras palavras, pode se dizer que "Para esses conservadores, os frutos do Iluminismo, do racionalismo laico, do materialismo burguês, entendido por muitos como de raiz semita, era o mal a ser combatido". Dos fundamentos do pensamento realeano, a identificação de uma "religião" materialista de origem judaica no pensamento marxista esteve presente em quase todos os estudos e obras doutrinárias do autor, e ganhou as páginas diárias da imprensa integralista.

Ao analisar os textos de Reale em *A Ofensiva*, Rehem destaca a virulência com que o autor utilizava a noção de "conspiração judaica", destacando um artigo de Reale de 19 de julho de 1934, no qual o autor acusa a proposta de criminalização do fascismo no Brasil apresentada na Assembleia Constituinte de 1933 como um ataque dos judeus contra o integralismo, interligando estes "judeus" à suposta infiltração comunista no país, celebrando, por isso, o combate ao pensamento marxista levado a cabo por fascistas e nazistas na Europa[1095]. Nos trechos que veremos a seguir, ficará claro que Reale pretendia estimular um combate semelhante no Brasil.

A mesma temática conspiratória disseminada na imprensa também estava presente em livros de doutrina destinados à militância de base, como o livreto panfletário *ABC do Integralismo* (1935), no qual Reale faz largo uso do jargão e dos mitos conspiratórios antissemitas. Em uma dessas passagens, por exemplo, o autor aponta uma das vias de infiltração do comunismo e quem eram seus agentes, quando diz que a revolução Russa havia seduzido "espíritos brilhantes" e "sonhadores" que estavam à espera de "um novo paraíso terrestre", e em seu socorro, "A imprensa semita não deixou de contribuir muitíssimo para criar esse ambiente de simpatia em torno da experiência soviética"[1096]. Destarte, capitalismo internacional, desordem interna do liberalismo oligárquico, infiltração comunista/sionista – conspirações levadas a cabo por agentes representados por "judeus", "oligarcas", "comunistas" e os "falsos revolucionários" de 1930.

Em sua tônica *antiliberal*, o capitalismo internacional era visto por Reale e demais integralistas como um grande perigo à soberania da nação brasileira, por isso o liberalismo oligárquico das elites estaduais era visto como uma doutrina da traição da pátria. Nas palavras de Miguel Reale, era a traição dos burgueses liberais brasileiros que abria as portas do país para

[1095] REHEM, David Costa, op.cit., p. 271-271.
[1096] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit., p. 101.

essa suposta "exploração" do capital semita, de "todos os açambarcadores que sabem aproveitar das altas e baixas do câmbio para arrematar mercadorias de primeira necessidade; todos os representantes de agiotas judeus e filo-judeus"[1097].

Plínio Salgado, em seu estilo literário profético e apocalíptico, criou um grande repertório de representações da "crise" do capitalismo, a partir da leitura dos fatos e circunstâncias de sua época, os sinais do fim dos tempos, com cidades que cresceram demais tornando-se "Babilônias tentaculares", e a pauperização do trabalhador, "mais escravo que no tempo dos faraós". Essas eram circunstâncias que "animalizava o homem", quando este não era lançado à própria sorte pelo "grande latrocida", a "Besta do Apocalipse" - o "Capital", porque, na imagem da crise que Salgado cria, "Tudo gira em torno desse ídolo muito mais terrível do que o Moloch de Cartago, que exigia menor número de vítimas para suas entranhas de fogo" e por isso, a burguesia capitalista é descrita como "o espírito da mentira e da crueldade. O dragão que devora os povos"[1098], e a máquina trazida pelos burgueses aparece como o lacaio de Satã e feitor do Homem, ela que veio para oprimi-lo ou jogá-lo à rua da amargura.

Como consequência, assevera Miguel Reale, surgem os conflitos sociais e as greves, cujo resultado prático, em seu entender, é "acirrar o ódio e lançar a semente da discórdia para desagregar as forças da Nação e favorecer o domínio judaico"[1099], que era o domínio do imperialismo soviético, americano e inglês favorecido pela frouxa autoridade no ambiente liberal-democrático, cujo remédio, prescrevia o autor em toda sua obra, vinha na forma de um Estado orgânico, corporativista, autoritário e nacionalista, que ele chamou de "Estado Integral" – o principal dirigente da "economia nova" planificada e modernizante que Reale acreditava ser capaz de realizar a "utopia conservadora"[1100] de superar o capitalismo no Brasil, sem violar o direito à propriedade privada, criando um regime socialista-nacionalista. Para que isso tudo se cumprisse, primeiro era necessário tomar o lugar ocupado por Vargas. Tarefa nunca realizada pelos integralistas, como sabemos.

Desse modo, a mitologia política da "conspiração" também era empregada para gerar desconfiança diante do governo Vargas, como por exemplo, num trecho do *ABC do Integralismo* em que Reale escreve sobre uma suposta liberalidade com que o governo tratava os comunistas, incluindo alguns em seu seio, insinua Reale: "É doloroso constatar que há elementos do governo que apoiam essa gente. Mas nem podia ser de outra forma, pois a

[1097] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit., p. 108-109.
[1098] SALGADO, Plínio. **O Sofrimento Universal**, op.cit., p. 18.
[1099] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit., p. 118.
[1100] CARNEIRO, Márcia Regina S. R; SILVA, Cintia Rufino F, op.cit.

decomposição comunista coincide com a decomposição da liberal-democracia que lhe deu origem. Um é o cão, a outra é a dona do cão...” e completa, sem meias palavras “Eis porque devemos espancar o cão quando vier morder, mas depois, ajustar contas com o dono que deixa andar o animal solto sem corrente e focinheira”[1101]. E assim, a narrativa integralista fazia a ligação entre os inimigos internos e os inimigos externos, mancomunados num mesmo “complô” secreto.

Um dos resultados práticos da campanha antissemita nos livros e na imprensa integralista pode ser visto no enredo conspiratório divulgado pelo governo Vargas em setembro de 1937, conhecido como “*Plano Cohen*”, um suposto agente comunista e judeu enviado por Moscou para iniciar a revolução no Brasil, e nele continha o suposto plano de ataque. Esse documento teria sido elaborado pelo então capitão Olympio Mourão Filho, chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira, para fins de um estudo estratégico em caso de uma hipotética invasão comunista no país.

Nas palavras de Miguel Reale, “Ninguém ignora que se tratava de solerte utilização para fins políticos, de um documento que, segundo me disse o capitão Olympio Mourão Filho, havia sido escrito apenas como peça integrante de um ‘exercício do Estado Maior’”[1102], sendo que, no caso, o autor se refere ao “Estado Maior” da AIB, ao qual pertencia Mourão Filho. O caso veio a público logo em seguida, causando uma grande onda de pânico. Em seguida, Vargas conseguiu que o Congresso aprovasse mais uma vez o decreto de “estado de guerra”, criando um espaço de consenso que possibilitou o golpe de novembro de 1937 e a implantação do Estado Novo.

A hipótese que trabalhamos aqui, ao contrário das interpretações que veem o antissemitismo como um resíduo ideológico no integralismo, entende a utilização do antissemitismo nas *mitologias políticas integralistas* como estratégia de mobilização de massas pelo discurso do *terror* e da *crise*; de busca da solidariedade fascista inserindo o integralismo brasileiro na comunidade internacional que utilizava o léxico fascista que se formava com a ascensão dos regimes totalitários no Entreguerras; e também de constituição da própria identidade “camisa-verde” a partir da identificação dos “inimigos” da AIB. Portanto, podemos dizer que o antissemitismo fazia parte de uma opção política de seus agentes e, até certo ponto, de uma estratégia racional, compreendendo, é claro, que na “experiência” que fundamenta a

[1101] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit., p. 104-105.
[1102] REALE, Miguel. **Memórias**, op.cit., p. 120.

atuação e a performance discursiva de Reale, elaboração racional e comportamento inconsciente se fundem, sem que o autor muitas vezes se aperceba disso[1103].

Pudemos ver como o uso de expressões antissemitas variava nos textos de Reale. Na imprensa diária, escreveu ou autorizou a publicação de vasto material com conteúdo antissemita, em nível semelhante ao apresentado em suas obras doutrinárias mais panfletárias, voltadas para a militância de base. Na revista *Panorama*, direcionada à elite intelectual do movimento, o antissemitismo gradualmente desaparece nos textos do autor, após a crise interna de 1936 que o colocou de encontro a Gustavo Barroso e Plínio Salgado. Se o autor foi de fato um antissemita ou não, talvez seja algo que escape ao escopo dessa pesquisa, mas a análise do uso sistemático do poder simbólico desse preconceito nos ajuda a identificar melhor as tradições coligidas pelo pensamento político integralista e suas estratégias de ação na imprensa, podendo apresentar uma crítica metodológica embasada nas fontes da cultura política integralista através dos textos de Reale.

4.5 Nacionalismo palingenético e mitologia da conspiração na mobilização de massas

Até aqui procuramos esclarecer a temática do nacionalismo como proposta radical de "renascimento" total da comunidade nacional pela mobilização militante extremada para essa "revolução redentora" e violenta, a *palingenesia* a que se referiu Roger Griffin[1104]. Muito se fala sobre os limites e matizes dessa violência no integralismo brasileiro, como já vimos até aqui, mas no plano discursivo, principalmente na imprensa, é difícil encontrar a suposta moderação que se esperaria de um movimento político que excluísse totalmente a técnica da violência de seu campo de possibilidades para a ação. Compreendendo, como estamos nesta tese, o pensamento e ação políticos como práxis, em sentido lato, isto é, enquanto uma prática conjunta entre o fazer e o pensar, fica difícil dissociar a radicalização visível na imprensa integralista da radicalização que se viu nas ruas até o golpe do Estado Novo, engendrando com mais força o clima de terror que o governo soube muito bem explorar.

Para Trindade, Miguel Reale se aproximava mais da segunda forma de expressão ideológica do antissocialismo, realizada através da crítica e revisão do materialismo histórico. Reale também considerava liberalismo e socialismo como duas formas diferentes do que

[1103] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., p. 309.
[1104] GRIFFIN, Roger. Fascism. In: OUTHWAITE, William. **The Blackwell Dictionary of Modern Social Thought.** Londres: Blackwell Publishers, 2003, p. 231-232.

chamava “naturalismo filosófico”, “cadáver insepulto” do século anterior[1105].Analisando os grupos do conservadorismo católico e da direita nacionalista, parece certo que a AIB foi o segmento que mais se utilizou da temática da “conspiração” para representar as origens dos problemas nacionais durante a crise dos anos 1930[1106]. No *Manifesto de Outubro de 1932,* a AIB “guerra” contra as várias conspirações internas e externas que eles diziam “lacerar” a pátria e desorganizá-la:

> Declaramo-nos inimigos de todas as conspirações, de todas as tramas, conjurações, conchavos de bastidores, confabulações secretas, sedições. Nossa campanha é cultural, moral, educacional, social, às claras, em campo raso, de peito aberto, de cabeça erguida. Quem se bate por princípios não precisa combinar coisa alguma nas trevas. [...] Nossa Pátria está miseravelmente lacerada de conspiratas. Políticos e governos tratam de interesses imediatos, por isso é que conspiram. [...] As confabulações dos políticos estão desfibrando o caráter do povo brasileiro. Civis e militares giram em torno de pessoas, por falta de nitidez de programas. Todos os seus programas são os mesmos e esses homens estão separados por motivos de interesses pessoais e de grupos. Por isso uns tramam contra os outros. E, enquanto isso, o comunismo trama contra todos[1107].

Invariavelmente elaborada sob as atmosferas de ameaça e medo coletivo, a mitologia da conspiração tende a emergir como a projeção em negativo das aspirações e angústias tácitas, ou seja, como a expressão invertida de desejos mais ou menos conscientes. O valor político da oposição entre conceitos antitéticos assimétricos se explica pela função de criar o enquadramento conceitual do indivíduo a partir da classificação daquilo que ele não deveria vir a ser, representado pelo seu antípoda conceitual, o adversário político.

> Essa unidade orgânica da qual se lhe concede o privilégio, essa vontade suprema aonde vêm perder-se todas as vontades particulares, essa autoridade absoluta mas previdente e finalmente tutelar estendida a todos aqueles que estão unidos pelos mesmo juramentos e pelos mesmos comprometimentos, não correspondem elas, afinal, a um certo tipo de ideal comunitário tenazmente mantido no mais profundo das consciências?... O Mal apreendido como simples e exata inversão do Bem, o tema não se limita, para dizer a verdade, à exploração do exclusivo imaginário político[1108].

Ao lado de judeus, comunistas e capitalistas internacionalistas, que figuravam como ameaças externas, a ameaça interna era representada pelos “traidores da pátria”. No prefácio do

[1105] TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**, op.cit., p. 239-240.
[1106] BEIRED, José Luís Bendicho, op.cit, p. 101.
[1107] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**, op.cit, p. 5.
[1108] GIRARDET, Raoul. op.cit., p. 62.

livro *A Doutrina do Sigma* (1935), uma coletânea de artigos publicados no jornal *A Ofensiva*, Plínio Salgado se dirige aos que "se desiludiram das revoluções vitoriosas", fazendo clara menção à revolução de 1930, a "todos que conspiram em intentonas frustradas", referindo-se a "Intentona Comunista" de novembro de 1935, e também a todos aqueles que "tem acreditado em homens, esperando que a solução dos problemas que exigem estudo possa vir pela varinha mágica de um Messias"[1109], atacando a suposta "esperança messiânica" em personagens como Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes. Mas o próprio Plínio Salgado engendrava na mitologia política integralista, seu próprio messianismo.

Deste modo, o valor político da oposição entre conceitos antitéticos assimétricos se explica pela função de criar o enquadramento conceitual daquilo que o indivíduo deveria vir, representado em negativo pelo seu antípoda conceitual, o adversário político. É o que fica claro, por exemplo, no artigo "O drama de um herói", escrito por Salgado. Esse artigo fala da prisão de Luiz Carlos Prestes após o fracasso do levante da ANL em 1935: "Ei-lo, finalmente! Meus olhos dão sobre a sua fotografia. Meu coração se aperta. É o meu inimigo. É o polo oposto. O antípoda. E, entretanto, nenhum ódio me exalta. Nenhuma alegria por vê-lo assim, preso, vulgarmente, numa cena sem romantismo e sem brilho"[1110].

Reale diz que a revolução Russa havia seduzido "espíritos brilhantes" e "sonhadores" que estavam à espera de "um novo paraíso terrestre", e em seu socorro, "A imprensa semita não deixou de contribuir muitíssimo para criar esse ambiente de simpatia em torno da experiência soviética"[1111]. Destarte, capitalismo internacional, desordem interna do liberalismo oligárquico, infiltração comunista/sionista – conspirações levadas a cabo por agentes representados por "judeus", "oligarcas", "comunistas" e os "falsos revolucionários" de 1930. Sobre os últimos, escrevia que:

> Para as mazorcas e as quarteladas, para as revoluções que não objetivam senão mudança de homens, não são indispensáveis valores unitários de afirmação. Bastam as razões negativas. Quando o único objetivo é a destruição, tudo é permitido, até mesmo a concórdia entre homens de opiniões contrárias. Nesses casos, não se forma nunca uma comunhão de combatentes, mas uma sociedade ou um conluio de ambiciosos[1112].

[1109] SALGADO, Plínio. **A Doutrina do Sigma**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935, p. 7.
[1110] SALGADO, Plínio. "O drama de um herói". In: _____. **Páginas de Combate**. op.cit., p. 77.
[1111] Idem, ibidem, p. 101.
[1112] REALE, Miguel. "Atualidades Brasileiras", op.cit, p. 73.

Pelo seu papel de teórico do corporativismo e principal pensador da questão trabalhista na AIB, Reale mantinha atenção especial, na imprensa e nas obras doutrinárias, sobre a presença da militância de esquerda nos movimentos sindicais. O autor afirmava que após a Revolução de 1930, os sindicatos estavam "nas mãos dos discípulos de Marx", que teriam transformado os sindicatos em "instrumento do internacionalismo, em células ligadas a centros ocultos de irradiação moscovita"[1113]. Na propaganda panfletária de Miguel Reale, o autor descrevia o "outro lado da moeda" do desequilíbrio social criado pelo liberalismo diante da "questão social" nas alternativas de esquerda, que o autor também se esforçou em deslegitimar, porque para ele não combatiam a raiz do problema. Mais simpático ao caso do proletário radical que com o liberal não-intervencionista, Reale também cria um diálogo hipotético para ilustrar seu ponto de vista ao leitor das bases:

> - "Mas o operário tem o remédio das greves, grita o sindicalista revolucionário, com saudade das barricadas da Comuna de Paris. O proletariado vai conquistar a liberdade lutando sozinho na rua!"
>
> Essa é a voz de um outro bem intencionado que, de certo, nunca teve ocasião de ver o que significa uma greve.
>
> A greve é o delírio vermelho produzido pelo desespero proletário. Quando, nas épocas mais remotas da história da humanidade, não havia juízes nem leis, o homem fazia justiça com as próprias mãos. Hoje, que não há nem juízes nem leis para a defesa da classe operária, esta procura se defender, de qualquer forma. Desde quando o estado disse que nada tinha que ver com a economia, o operário ficou isolado e fraco. Explorado e escarnecido, ele procura os companheiros de sofrimento e abandona o trabalho.
>
> Quando faz a greve, o operário pensa que está somente protestando contra o patrão, mas, em verdade, está protestando contra o regime liberal.
>
> Em lugar de dizer : "eu não trabalho, porque o patrão me explora"! – o operário podia gritar: "eu não existo para o Estado. Logo não trabalho afim de não existir para a economia!"
>
> [...] é preciso que o operariado se convença que o seu problema está enquadrado no problema geral da Nação Brasileira, isto é, que o socialismo e o nacionalismo se fundiram para dar origem ao Integralismo[1114].

Desse modo, a mitologia política da "conspiração" em Reale, Salgado e demais ideólogos integralistas, também era de grande serventia para gerar desconfiança diante do governo Vargas, como por exemplo, num trecho do *ABC do Integralismo* em que Reale escreve sobre uma imaginária liberalidade com que o governo tratava os comunistas: "É doloroso constatar que há elementos do governo que apoiam essa gente. Mas nem podia ser de outra forma, pois a decomposição comunista coincide com a decomposição da liberal-democracia que lhe deu

[1113] REALE, Miguel. "Perspectivas Integralistas", op.cit, p. 52.
[1114] REALE, Miguel. **ABC do integralismo**, op.cit, p. 117-118.

origem. Um é o cão, a outra é a dona do cão...” e completa, sem meias palavras “Eis porque devemos espancar o cão quando vier morder, mas depois, ajustar contas com o dono que deixa andar o animal solto sem corrente e focinheira”[1115]. E assim, a narrativa integralista fazia a ligação entre os inimigos internos e os inimigos externos, mancomunados num mesmo “complô” secreto, para justificar o autoritarismo do Estado forte porvir.

Muito embora desde as reformulações internas da AIB em 1936[1116], o assalto ao Estado não fosse mais a prioridade, pois entravam na corrida eleitoral do próximo ano; a postura de Vargas se não era de simpatia aos integralistas, era no mínimo de condescendência; e a ANL, principal ameaça “comunista”, já havia sido debelada em 1935 com a prisão de Prestes, a noção de luta permanente foi ampliada e se tornou cada vez mais mobilizante na AIB. Mas não se tratava da luta violenta, uma conflagração bélica, mas sim de um permanente estado de vigilância e repressão aos “maus hábitos”, aos desvios do padrão Integral de Homem. O tema da conspiração, inserido nesse contexto, engendrou a mobilização das massas sob o pacto de uma nova sociabilidade, celebrado na iminência de um perigo maior, representado pelas “imagens da crise”, como se refere Marilena Chauí.

O livro *Páginas de Combate*, cujo título é bem sincero em relação ao seu conteúdo, ilustra densamente a relação intrínseca entre o funcionamento do “mito da Conspiração” e do “mito do Salvador” nas narrativas mitológicas integralistas. A maioria dos artigos desse volume já havia sido publicada em jornais ou livros do autor. Mas quando reunidos e apresentados sob este título, construíram uma obra de caráter radical, cujo tom imprimido pelo autor é o de um boletim da ação paralela de vigilância que o integralismo assumiu contra “os inimigos da Pátria”, as conspirações secretas: “Nesse campo da atividade dos camisas-verdes a nossa batalha tem sido constante, ampla, complexa, magnífica pela revelação diária da perseverança e capacidade de resistência dos soldados do Sigma”[1117]. Ou seja, existia uma guerra quase oculta que o integralismo travava em nome do Brasil, mas era uma guerra que deveria parecer terrível e de amplitudes colossais, contra um inimigo infiltrado que agia de forma desleal, corrompendo, iludindo, infectando os bons costumes.

> Estas “Páginas de Combate” refletem alguns aspectos desta luta em que nos empenhamos. Evidenciam a grandeza de nossa fé e o esfacelamento do adversário, nas arestas das contradições, das incoerências. Mostram, ainda, o crime hediondo que estão praticando, por omissão, todos aqueles que assistem de braços cruzados a este drama comovente que é a batalha cívica dos camisas-verdes da Pátria[1118].

[1115] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 104-105.
[1116] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto-Programa da Ação Integralista Brasileira**. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, janeiro de 1936.
[1117] SALGADO, Plínio. “Prefácio”. In: _____. **Páginas de Combate**. op.cit., p. 5.
[1118] SALGADO, Plínio. “Prefácio”. In: _____. **Páginas de Combate**. op.cit.,, p. 6.

Nas narrativas criadas no campo das mitologias políticas integralistas, as conspirações pululavam subterraneamente com "serviços secretos de diplomacias, de polícias, estendem seus tentáculos por todos os quadrantes do planeta; trama-se 'complôs'; ninguém sabe do dia de amanhã"[1119]. Em face das narrativas sobre a infiltração do comunismo em todas as instituições, o único reduto que permaneceu incólume à invasão da onda vermelha foi a AIB, odiada pelos bolchevistas e pelos burgueses conformistas, segundo o autor. Com a criação dessa imagem do "inimigo", tornava-se claro o papel atribuído aos camisas-verdes naquele contexto brasileiro do Entreguerras, permeado pelas narrativas conspiratórias: "Razão de sobra tinha Dimitroff quando, na reunião da Internacional de Moscou, declarou que, para a conquista do Brasil pela Rússia, urgia, antes de tudo, aniquilar o Integralismo, terrível empecilho às manobras do Komitern e do Partido Comunista"[1120], ressaltando o papel "eficiente" que a AIB cumpriria no desmantelamento das conspirações contra a pátria.

> Nós hoje vivemos dias nervosos, de expectativas cruéis. Ninguém sabe, ao certo, de que lado está o perigo. O que se sabe é que se conspira. Conspira-se por todos os meios e modos. Quem conspira? Ninguém sabe. A situação, porém, não precisa ser comentada: basta saber que foi prorrogado o "estado de guerra". É o governo que, patrioticamente, põe a Nação de sobreaviso. É o parlamento que, em consequência, prorroga o indispensável eclipse constitucional. Sente-se no ar qualquer coisa. Como um sismógrafo, o Governo registra os vagos tremores. Onde se encontra o epicentro? As famílias ignoram. O povo nada sabe. Mas todo o estado de espírito dos dias transcorrentes, é o estado de espírito dos dias em que Noé preparava a sua Arca[1121].

Em "Carta aos inconscientes" o autor mostra as verdadeiras cores do extremismo anticomunista da AIB: "Somos extremistas da dignidade do Brasil. Somos extremistas em nosso amor a Deus. Somos extremistas no culto das virtudes"[1122], ou, como disse Reale no *ABC do Integralismo*, "Os políticos responderam que nós somos doidos e extremistas. E do ponto de vista do interesse particular deles, eles têm razão..."[1123]. Ocioso é dizer que eles também combatiam a pecha do "extremismo" que o movimento integralista atingia naqueles tempos, que seus opositores escancaravam, arruinando a credibilidade do movimento que se dizia "cristão", mas era de fato violento, ou, em outras palavras, se não assimilava a técnica da violência soreliana, a violência ainda se fazia presente como parte integrante de uma cultura

[1119] Idem, ibidem, p. 92.
[1120] SALGADO, Plínio. "Em face do dilúvio". In: _____. **Páginas de Combate**, op.cit, p. 33.
[1121] Idem, ibidem, p. 33-34.
[1122] SALGADO, Plínio. "Carta aos inconscientes". In: _____. **Páginas de Combate**. op.cit., p. 22.
[1123] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 19.

política fascista, bem como o terror, porque, lembra Arendt, "O terror é a legalidade quando a lei é a lei do movimento de alguma força sobre-humana, seja a Natureza ou a História"[1124]. Essa ideia foi expressa claramente no artigo "Epicuristas e Estoicos", publicado originalmente no jornal *A Ofensiva*, em dezembro de 1934, depois incorporado à coletânea de artigos do livro *Palavra Nova dos Tempos Novos*, de 1936. Assim, das imagens da "crise", o integralismo projetava seu horizonte de expectativa:

> O Brasil novo vai nascer da luta entre comunistas e integralistas. [...] Estes, querem garantir o culto de Deus, da Pátria e da Família, querem implantar um governo finalista e disciplinador, querem combater o capitalismo internacional que escraviza o Brasil e resolve a questão social interna pela organização corporativa, extinção dos partidos, orientação da economia nacional num sentido de bem coletivo e base material para as famílias[1125].

Assim, na arena política brasileira, a disputa simbólica entre comunistas e integralistas reiterava a atmosfera de um imaginário político permeado pelo medo e, cada um destes polos, buscou arrebatar aqueles que buscavam proteção nas organizações coletivas[1126]. Os "mitos conspiratórios" constituíram uma importante estratégia para sustentar a ideia de "crise" e, assim, estimular o consenso em torno da organização autoritária proposta pela AIB. Eis a deixa para o "homem providencial" que Girardet observou nas narrativas do "mito do Salvador"[1127], que nas mitologias políticas integralistas foi representado com a imagem de Plínio Salgado.

É na figura do inimigo em que se personificou a doença, a morte, a guerra – em resumo, o "*caos*" do qual todos parecem sofrer durante a crise dos anos 1930. Ou seja, é o elemento sombrio responsável por todas as infelicidades, pela ruína moral e material, pela instabilidade política e social e, sobretudo, pela traição ao nacionalismo e ao espírito cívico. O integralismo, personificado em seu líder, Plínio Salgado, prometia não apenas restaurar a "*ordem*", mas antes, criar uma "***nova ordem***": a "Era Integralista", a "Quarta Humanidade", como também diziam. Assim, explorando as imagens da "crise" no cenário do governo Vargas, o integralismo procurou romper seu horizonte de expectativa prometendo ao Brasil uma experiência inteiramente nova em todos os campos da vida – na economia, na política, na cultura, na ciência, no direito, no Estado, na sociedade, etc. Mas para isso, o povo brasileiro deveria se unir à AIB

[1124] ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, op.cit., p. 618.
[1125] Idem, "Epicuristas e Estoicos". In: _____. **Palavra Nova dos Tempos Novos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, p. 27.
[1126] DUTRA, Eliana. op.cit., p.151.
[1127] GIRARDET, Raoul, op.cit, p. 76.

no seu combate aos "inimigos", sobre as cinzas dos quais renasceria o "Brasil novo". A década de 1930 é o tempo "da espera e do apelo: aquele em se forma e se difunde a imagem de um Salvador desejado, cristalizando-se em torno dela a expressão coletiva de um conjunto, na maior parte das vezes confuso, de esperanças, de nostalgias e de sonhos"[1128].

O Capítulo II dos *Protocolos e Rituais da AIB* (1937), que trata "Do Movimento e sua Direção", é reiterada a condição de associação civil e partido político definida na segunda versão dos *Estatutos da Ação Integralista Brasileira*[1129], de 1935. Os objetivos apontados são: assegurar o culto de Deus Pátria e Família; a unidade nacional; o princípio da ordem e da autoridade; o prestígio do Brasil no exterior; justiça social; paz entre as famílias; economia controlada; "liberdade" submetida à ordem e à "harmonia social"; a grandeza e prestígio das forças armadas; e finalmente, a união de todos os brasileiros[1130]. A realização de todas essas aspirações era tarefa destinada ao ocupante do cargo mais alto na hierarquia da AIB, o "Chefe Nacional", seguido pelos chefes das Secretarias Nacionais da AIB (antigos "Departamentos Nacionais").

> Alemanha, tanto no Brasil como em Portugal, é a identificação perfeita entre Chefia e Doutrina. O doutrinador, o criador de uma atitude nova perante os fenômenos político-sociais da sua Pátria, ao invés de se fechar no aconchego e na calma de seu gabinete, transforma-se em soldado de sua própria Ideia, não faz apelo para o combate em discursos proferidos longe do calor e dos perigos da luta, mas é o primeiro a batalhar com denodo, o primeiro a acreditar naquilo que diz, que ensina, que prega...
>
> Em verdade, a ideia-força caracteriza-se por ser, em seu simples enunciado, um esboço de ação, um começo de atividade, um passo a frente[1131].

Nos regimes e movimentos totalitários os chefes políticos tiveram de desempenhar todas as funções que nas sociedades primitivas competiam ao mágico. Eram os governantes absolutos; os curandeiros que prometiam curar todos os males sociais. Mas isso não era bastante. Numa tribo selvagem o feiticeiro tem ainda outra tarefa importante. O *homo magus* é ao mesmo tempo o *homo divinans*. Ele revela a vontade dos deuses e advinha o futuro. O vidente tem o seu lugar firme e o seu papel indispensável na vida social primitiva. Mesmo nos estágios mais desenvolvidos da cultura política, ele se encontra ainda na posse de seus velhos direitos e privilégios[1132]. Anunciador da nova ordem, o "Salvador" é um mito que tende a ganhar

---

[1128] GIRARDET, Raoul, op.cit., p. 72.
[1129] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. Estatutos da Ação Integralista Brasileira. In: SALGADO, Plínio. O Integralismo Perante a Nação. In: _____. **Obras Completas**, op.cit.
[1130] SALGADO, Plínio. *Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira,* op.cit. p. 5-6.
[1131] Reale, Miguel. Integralismo e Democracia. **Panorama**, São Paulo, n. 14, ano II, pp. 1-5, out 1937.
[1132] CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**. op.cit., 333.

amplitude coletiva, assim como a combinar vários sistemas de imagens ou de representações, constituindo-se, em outras palavras, "como uma espécie de encruzilhada do imaginário aonde vem cruzar-se e embaralhar-se as aspirações e as exigências mais diversas, e até mesmo contraditórias"[1133].

> Processo de identificação de um destino individual e de um destino coletivo, de um povo inteiro e do intérprete profético de sua história, que com toda evidência encontra sua realização exemplar na coorte bastante alucinante desses grandes "chefes" ditatoriais de que nosso século viu multiplicarem-se as imagens. Oradores de caráter quase sagrado, é em primeiro lugar pelo Verbo que agem, é pela palavra que pretendem decidir o curso da história. […] é pelo poder específico do Verbo que se opera, com efeito, essa estranha comunhão que faz com que, dirigindo-se o chefe político à multidão, seja igualmente a multidão que se exprima nele, com ele[1134].

Salgado até mesmo louvou a iniciativa da Coluna que levou o nome de "Prestes", por que ela teria agitado de esperanças todo o Brasil, ao embrenhar-se no sertão. Mas condenou severamente o que julgou ser o transvio de seu chefe para o messianismo, segundo Salgado, um mal brasileiro já denunciado por Euclides da Cunha. Prestes teria se tornado, na interpretação de Salgado, em um líder de um movimento bizarro e execrável, que se deixou guiar por um "tabu humano", como Joana D'Arc ou Dom Sebastião[1135], e assim o Chefe Nacional da AIB criava a imagem de sua Nêmeses sobre Luiz Carlos Prestes, presidente de honra e símbolo maior da ANL. Ao reivindicar para si a prerrogativa de ser a fonte oficial da doutrina integralista, Salgado assumia o papel de um líder, cuja principal atribuição seria sintetizar o movimento em um ideal. Talvez por isso, em um artigo publicado em *A Offensiva* de 9 de agosto de 1934, intitulado "Elogio da Ausência", Salgado afirmou que "o Chefe não é uma pessoa, mas uma ideia".

> Camisas Verdes! Quando quiserdes ver o vosso Chefe, olhai para os vossos companheiros. Quando quiserdes ouvir a voz do Chefe, rufai os vossos tambores e soprai os vossos clarins. Quando quiserdes sentir o espírito do Chefe, marchas porque ele estará no rumor dos vossos passos: os pensamentos andam como pernas. E quando quiserdes alegrar o Chefe, reuni-vos em torno da Bandeira azul e branca. E si, nos recessos do sertão de nossa Pátria, perdido na floresta e no silêncio, não tiverdes nem companheiro, nem bandeira e, mesmo assim, quiserdes ver o Chefe, procurai no espelho dos rios, das lagoas, dos igarapés e das restingas, a vossa própria imagem: e si, nos seus olhos, rutilar esta fé que nos abrasa nos destinos grandiosos do Brasil, tereis visto, no brilho dos vossos próprios olhos, a presença do Chefe. O Chefe não é

[1133] GIRARDET, Raoul. op.cit., p. 72-73.
[1134] GIRARDET, Raoul. op.cit., p. 79.
[1135] Idem, ibidem, p. 80.

> uma pessoa: é uma ideia[1136].

Este "salvador" seria um "estadista iluminado", tão largamente esperado pelos adeptos dos regimes corporativistas como nos aponta Schmitter[1137], como o homem que interpretaria o caos então presente, assim como a nova ordem que deveria surgir. Seria um líder cuja capacidade de síntese da realidade só poderia ser comparada a um verdadeiro milagre, excedendo em muito as convencionais faculdades humanas de exame e raciocínio. Miguel Reale assim se expressa, em seu trabalho "Estudo sociológico de *Geografia Sentimental*"[1138], sobre as supercapacidades do líder da AIB:

> O Chefe do Integralismo pertence à categoria dos escritores ricos de intuições, fecundo de ideias novas. A faculdade intuitiva é mesmo a dominante na sua psique. Ninguém possui como ele um poder tão admirável de apreensão das coisas com tanta rapidez e segurança. É um gênio intuitivo por excelência, por isso de difícil interpretação, especialmente se pensamos que não se manifesta como sociólogo, político, filósofo e artista em momentos sucessivos, mas sim simultaneamente, integrando em tudo complexo e multiforme, as várias tendências e inclinações de seu espírito e de seu temperamento[1139].

Podemos dizer, assim como Raoul Girardet, que o conteúdo das representações criadas em torno das mitologias políticas do "complô" e do "salvador" se trata do "eterno combate no qual o mundo é a aposta", sendo a representação do "complô" a encarnação de todas as forças maléficas contra o que é aceito e vivido como "verdadeiro", "justo" ou "santo" representado pelo "salvador", a "imagem sempre renascente do complô não pode ser compreendida senão como uma das ilustrações, a mais poderosa talvez, mas não a única, dessa concepção antitética da ordem universal"[1140]. Em outras palavras, é um discurso que mantém o legado maniqueísta do zoroastrismo, a concepção cósmica de eterna luta entre o Bem e o Mal.

Essas mitologias políticas em torno da "conspiração" comunista seriam características peculiares de sociedades que vivenciaram momentos conturbados de crise, ou de grande tensão social. Igualmente, a temática do "complô" possuía uma função estratégica, pois as imaginárias de uma conspiração invisível foram utilizadas como mito mobilizador, como foi o caso que

---

[1136] SALGADO, Plínio. **Cartas aos camisas-verdes**. op.cit., p. 19-20.
[1137]SCHMITTER, Philippe C, op.cit, p. 97.
[1138] Refere-se à obra de Plínio Salgado, publicada pela primeira vez em 1936. Cf.: SALGADO, Plínio. **Geografia Sentimental**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.
[1139] REALE, Miguel. "Estudo sociológico de Geografia Sentimental". In: _____. Atualidades brasileiras. In: _____. **Obras políticas**: 1ª fase – 1931-1937, 3v, op.cit, p. 143-144.
[1140] GIRARDET, Raoul. op.cit., p. 49.

levou Vargas, Francisco Campos e demais envolvidos na feitura do texto constitucional outorgado em 1937 a apontar o comunismo com uma entre as mais graves ameaças que explicam a "necessidade" urgente da nova Carta Magna, colocando o comunismo, "as oligarquias decadentes retrógradas" e "políticos corruptos" no rol de "perigos" que a Revolução de 1930 teria salvo o país[1141]. Acreditamos e procuramos demonstrar aqui como a campanha anticomunista liderada pela AIB nos anos anteriores foi crucial para a criação do cenário favorável ao surgimento da Constituição autoritária e do estado de exceção de 1937-1945, além de seu papel como conceito antitético fundamental na formação da identidade camisa-verde.

[1141] CAPELATO, Maria Helena R., op.cit., p. 71.

CAPÍTULO 5
CORPORATIVISMO INTEGRAL

> Sintetizamos, por assim dizer, o espírito medieval e o espírito moderno. A Idade Média conheceu as corporações, mas não conheceu o Estado; a Era Moderna, que se processou do Renascimento e da Reforma até à Grande Guerra, [...], criou o Estado, mas, depois de deturpar as corporações declarou-as fora da lei. O Integralismo é a doutrina que não compreende o Estado sem corporações. É a marcha natural da História.
>
> Miguel Reale, **Atualidades Brasileira**s

O "***corporativismo integral***" de Reale se tornou paradigmático com a AIB, que acabou sendo tomada como referencial por outros movimentos e partidos congêneres na América Latina[1142].Por isso, o movimento integralista tem sido normalmente visto pela historiografia como o mais bem sucedido dos movimentos fascistas fora da Europa[1143], em escala de organização em fase pré-estatal de seu modelo corporativista, aplicado na AIB ao longo de suas reformas estatutárias e institucionais, vistas no Capítulo 1[1144].

Quando a AIB foi fundada, em 1932, a palavra "corporativismo" começava a ganhar maior emprego pelos intelectuais e ideólogos brasileiros para expressar este conceito social e político. O número de obras teóricas dedicadas exclusivamente ao tema até o lançamento do *Manifesto de Outubro de 1932* é pequeno, dentre as quais, podemos destacar *A República Sindicalista dos Estados Unidos do Brasil* (1931) de Olbiano de Mello, que aderiu à AIB e integrou sua mais alta cúpula, a Câmara dos Quarenta; e *O Conceito Cristão do Trabalho* (1932) do ex-ministro Pandiá Calógeras[1145], autor recomendado na seção "Mentores da Nacionalidade" da revista *Panorama*[1146], obras esparsas que figuravam entre artigos e manifestos publicados difusamente na imprensa, mas que paulatinamente modificaram os vocabulários do debate político e social na Segunda República. A questão sobre as necessidades e possibilidades de se transformar o sistema representativo liberal-democrático, abrindo espaço para a representação

---

[1142] TRINDADE, Hélgio. **O nazi-fascismo na América Latina**: mito e realidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
[1143] PINTO, António Costa. Prefácio. In: GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado**, op.cit., p. 23.
[1144] TRINDADE, **Integralismo**, op.cit., p. 171-187.
[1145] João Pandiá Calógeras (1870-1934), engenheiro, geólogo, historiador e político, Deputado Federal (1897-1899; 1903-1914); Ministro da Agricultura (1914-1915); Ministro da Fazenda (1915-1917); Ministro da Guerra (1919-1922); e Constituinte (1934).
[1146] Cf.: EDITORIAL. Mentores da Nacionalidade. **Panorama**, ano 1, v.11, São Paulo, 1936.

"classista" ou "profissional" (os termos irão variar muito até o final da década de 1930) e renovar as relações de produção com o arbítrio do Estado já estavam na ordem do dia, levantadas principalmente no seio do *movimento tenentista*.

A relevância que teve o papel de Reale junto aos outros intelectuais integralistas na arena política brasileira dos anos 1930 como grupo de pressão e *think tank* empenhados em influenciar uma nova agenda, pode ser vista até mesmo pela própria proeminência que o conceito de "corporativismo" tomou no pensamento político e social do Entreguerras em diante. O corporativismo foi um dos temas que mais condensou esforços de pesquisa e inovação entre os intelectuais da AIB, sendo flagrante o exaustivo e heterogêneo debate que fixou entre os ideólogos da "Era Integralista" através de livros teóricos e de doutrina, artigos na revista científica dirigida por Reale, *Panorama*, entre outros periódicos do partido integralista.

Historiadores do fascismo como António Costa Pinto[1147] nos lembram que o corporativismo foi também um dos instrumentos políticos mais duráveis das ditaduras do século XX, ou como Álvaro Garrido[1148], que o aponta no centro do processo de fascistização que tomou a Europa e a América do Sul na construção do que chama de um "*welfare* autoritário". O autor crê que, ao fim e ao cabo, os ideólogos do corporativismo serviram ao trabalho de construção de uma gama de novas instituições dedicadas à integração forçada dos trabalhadores e suas associações aos interesses no Estado. Segundo Dulce Pandolfi, os primeiros anos do regime Vargas foram marcados por um tratamento da "questão social" baseado na legislação sindical, cujo objetivo principal seria subordinar os sindicatos à tutela do Estado. A proposta de Vargas seria fundar uma estrutura sindical corporativa, na qual Capital e Trabalho se alinhassem na base de sustentação do governo[1149].

Analisando o caso brasileiro, Valéria Marques Lobo[1150] encontra os pilares do pensamento corporativista praticamente inabalados em todas as cartas constitucionais do país desde 1934, sublinhando a estabilidade alcançada pelas instituições corporativistas no país, em contraste com o cenário histórico geral de grande instabilidade institucional. Claudia

---

[1147] PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 17-49, jan/abr 2014, p. 19.

[1148] GARRIDO, Álvaro. **Queremos uma nova economia!** Estado Novo e Corporativismo. Lisboa: temas e Debates – Círculo de Leitores, 2016, p. 27.

[1149] PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015 (Livro 2), pp. 13-38, p. 20.

[1150] LOBO, Valéria Marques. Corporativismo à brasileira: entre o autoritarismo e a democracia. In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, pp. 527-552, maio-ago 2016, p. 544. Disponível em: http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2016.2.22514, acessado em 14 mai 2017.

Viscardi[1151] chama atenção para a formação de uma legislação sindical e trabalhista durante a Primeira República, fruto das lutas do movimento operário e tratadas, portanto, como conquistas, e não como benesses concedidas por um *Estado benefactor* paternalista[1152]. Francisco Carlos Martinho[1153], Maria Helena Capelato[1154], entre outros historiadores, ressaltam que as interpretações do corporativismo que o colocavam exclusivamente como um paradigma organizacional forjado para a dominação das classes trabalhadoras têm sido renovadas após a publicação de investigações como o hoje clássico trabalho de Ângela de Castro Gomes sobre *A Invenção do Trabalhismo*[1155], que explica a adesão dos trabalhadores ao varguismo observando uma *lógica material* – o interesse dos trabalhadores nos direitos trabalhistas – e por uma *lógica simbólica* – de formação da identidade[1156]. Essa visão trilhada por Lobo, Viscardi, Martinho, Capelato, Gomes e outros historiadores, identifica as continuidades e rupturas nas estruturas e ideologias corporativistas no Brasil atual, destacando a gradativa ocupação dos espaços de poder e identificação dos trabalhadores com as instituições corporativas, como parte de um processo de ampliação da participação política das classes trabalhadoras e construção democrática do movimento sindical.

Essas considerações suscitam, naturalmente, uma série de perguntas sobre o processo de produção das fontes textuais da doutrina realeana, investigadas sobre o contexto histórico em que foram produzidas, uma vez que, tanto no passado como no presente, o conceito de "corporativismo" muitas vezes aparece como algo inseparável, senão como sinônimo do fenômeno fascista, muito embora entre seus doutrinadores e entre os investigadores do tema não haja opinião unânime sobre isso. Deste modo, esta investigação pede atenção redobrada ao contexto histórico brasileiro em relação ao europeu para entendermos o que há de originalidade e permanência de outras tradições de pensamento político na doutrina realeana, levando em

---

[1151] VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. "Trabalho, Previdência e Associativismo: As Leis Sociais na Primeira República". In: LOBO, Valéria Marques; DELGADO, Ignácio Godinho; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro (orgs.). **Trabalho, Proteção e Direitos**: O Brasil além da Era Vargas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010, p. 53-58.
[1152] VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 87.
[1153] MARTINHO, Francisco Carlos P. Estado Novo, Ditadura Militar, Corporativismo e Identidade Nacional. **IX Congresso Internacional da BrazilianStudiesAssociation**(BRASA). New Orleans/Loisiania: Tulane University, mar. 2008.
[1154] CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 144.
[1155] Gomes enfeixa assim sua visão que se tornou clássica: "O corporativismo no Brasil, como instrumento político de representação de interesses, e este é o ponto que se quer destacar como finalização, foi implementado para conviver com outras formas de representação próprias aos regimes liberais, como os partidos políticos. Por esta razão, é valioso acompanhar como o corporativismo e o trabalhismo se articularam com o novo sistema partidário que começou a ser montado no final do Estado Novo, [...]. Qualquer que fosse o sistema partidário adotado, trabalhismo e corporativismo sobreviveram". Cf.: GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais/ IUPERJ, 1988, p. 284-285.
[1156] CAPELATO, Maria Helena R., op.cit., p. 144; GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do Trabalhismo**, op.cit., p. 327.

conta que Reale construiu parte considerável de sua teoria do Estado corporativista a partir da crítica ao corporativismo e ao trabalhismo que ganharam forma na Era Vargas, mas também buscava superar os corporativismos italiano e português, bem como superar a teoria dos mestres brasileiros Alberto Torres, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, pensamentos referenciais para o autor.

Compreendendo o corporativismo como parte de uma cultura política integralista em construção, como o faz Zeev Sternhell[1157] em relação ao fascismo, vemos três elementos constituírem o núcleo do *revisionismo revolucionário*, tradição fundante do pensamento político fascista e que foi também o primeiro movimento intelectual a influenciar a produção intelectual de Reale, antes de abraçar o "***socialismo nacional***" integralista[1158]. Na ausência do colapso do sistema capitalista, previsto por Marx, essa tradição revisionista hibridava a teoria revolucionária marxista com os princípios de mercado do liberalismo, o que embasou o discurso de uma "revolução" de extrema-direita que destruiria a democracia liberal reconstruindo uma "nova economia" corporativista, alcançando abrangência e efetividade mobilizadora com o uso da psicologia social de massas e de suas mitologias políticas.

Conforme Sternhell, tanto no discurso fascista dos primeiros anos do movimento quanto no corporativismo adotado pelo regime Mussolini (um dos modelos sobre os quais Reale se debruçou para pensar seu "*corporativismo integral*"), a base retirada da economia liberal seguia as lições de economia política dos intelectuais do sindicalismo revolucionário, revisores da obra de Marx[1159]. Demarcando sua posição dentro dessa tradição antimaterialista do "nacionalismo orgânico", Reale escreveu em *O Capitalismo Internacional*(1935) que, diante da crise nacional e internacional dos anos 1930, "O remédio que se impõe não pode ser senão o abandono de uma concepção materialista da existência que deu origem a um sistema econômico, no qual o Capital é o sujeito, e o Trabalho é o objeto da economia, simples mercadoria entregue à lei cega da oferta e da procura"[1160], afirmando o anticapitalismo como lema em sua obra, mesmo que, veremos, os alicerces do capitalismo não sejam de fato abalados em sua teoria. A "revolução" integralista passava por outros caminhos para dirimir a "questão social" e construir a "Economia Nova", sem passar pela revolução social classista, mas desmontando o sistema democrático liberal.

[1157] STERNHELL, Zeev. **El nacimento de la ideologia fascista**, op.cit., p. 31-33.
[1158] REALE, Miguel. **ABC do integralismo**, op.cit, p. 118.
[1159] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 7.
[1160] REALE, Miguel. O Capitalismo Internacional, op.cit., p. 174.

O economista romeno Mihail Manoilesco, autor do maior libelo do pensamento corporativista, *O século do corporativismo* (1936), nega que o corporativismo seja meramente um mecanismo de defesa temporário para mobilização e/ou proteção contra o egoísmo de classe, que poderia desaparecer quando a conjuntura de ameaça passasse. Pelo contrário, ele o apresenta como uma forma institucional permanente, que não está intrinsecamente ligado ao interesse de uma classe social em particular ou à manutenção do *status quo*, sendo mesmo capaz de sublimar interesses particulares para priorizar realizações nacionais e, eventualmente, transformar a base capitalista da sociedade[1161]. Nesse horizonte, os integralistas viam com grande expectativa realizar uma "revolução" brasileira.

O conceito de "Estado Integral" em Miguel Reale descortina a sua expectativa de *reformulação corporativista do* ***pacto federativo****, da* ***representação política*** *e da* ***organização econômica*** *do capital e do trabalho*. O conceito de "Homem Integral", que traz em si o significado nuclear da cultura política integralista, revela a expectativa de uma completa *reformulação das gramáticas da autoridade e do consentimento que formavam o eixo da ideia de* **cidadania** *na doutrina liberal*; com seus novos repertórios de identificação, narração e argumentação, ações, de símbolos e rituais utilizados na mobilização das massas[1162].

Segundo Koselleck[1163], lidamos aqui com uma característica geral da linguagem. Qualquer autor que se empenhe em criar um novo conceito precisa se voltar para o "corpus estabelecido da linguagem", criado diacronicamente no passado e compartilhado pelos seus coevos. Toda palavra e todo conceito retesam, portanto, um substrato diacrônico que deve ser conhecido por aquele autor que busca criar um novo conceito, ou atribuir a um antigo, novos significados. Durante a análise sincrônica dos textos aqui coligidos, perguntamos também quais os critérios de seleção utilizados por Reale ao buscar uma formulação inteiramente nova de "corporativismo", o "*corporativismo integral*".

Do ponto de vista conceitual, António Costa Pinto[1164]amplia as reflexões de Schmitter, nos sugerindo a clivagem metodológica entre dois tipos diferentes de corporativismo, sendo eles o "***corporativismo político***" e o "***corporativismo social***", ao lado dos quais Álvaro Garrido[1165] aduz um conceito, ainda em formulação, de "***corporativismo econômico***". No entanto, o que é subjacente a estes três matizes dados ao conceito de corporativismo pelas

[1161] SCHMITTER, Phillip, op.cit., p. 119.
[1162] CEFAÏ, Daniel. op.cit., p. 94-106.
[1163] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, op.cit., p. 102.
[1164] PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do fascismo, op.cit, p. 21.
[1165] GARRIDO, Álvaro. **Queremos uma nova economia!** Estado Novo e Corporativismo. Lisboa: temas e Debates – Círculo de Leitores, 2016, p. 25-26.

ciências sociais, a partir de uma investigação das linguagens e conceitos básicos empregados pelos doutrinadores do corporativismo no Entreguerras, é a visão "organicista" da sociedade como base desse pensamento, a qual fundamentou a ideologia e a gramática dos diversos projetos corporativistas do período, ancorados no campo do "***estatismo-orgânico***"[1166].

As fontes históricas reunidas nesta investigação foram selecionadas entre ensaios teóricos, livros doutrinários e entrevistas de Miguel Reale e documentos fundamentais da AIB. Selecionamos para este capítulo análises sobre as obras *O Estado Moderno* (1934), *O Capitalismo Internacional* (1935), *ABC do Integralismo* (1935), *Perspectivas Integralistas* (1935), *Atualidades Brasileiras* (1937) e da revista *Panorama* (1936-1937), analisando os textos de Reale entre outros colaboradores de relevo da revista, que trataram a questão da Teoria do Estado e do corporativismo. Além desses documentos diretamente relacionados à produção de Reale, o conceito de corporativismo também foi analisado em outros documentos internos importantes da AIB, como o *Manifesto de Outubro de 1932*, as *Diretrizes Integralistas*[1167] (1933) e o *Manifesto-Programa* (1936)[1168]. Além dessas circulares do partido, foram muitos os autores integralistas que escreveram sobre o conceito de corporativismo ideal para um projeto de Estado Integral, o que nos obriga a encarar a construção do corporativismo integralista como um esforço coletivo que impõe-nos avaliar a obra de Reale em meio ao ambiente intelectual e institucional da AIB, em meio ao debate sobre o futuro do Estado Integral a ser implantado.

Olbiano de Mello, além de sua já mencionada obra pioneira de 1931, também publicou *Concepção do Estado Integralista*[1169] (1935); Gustavo Barroso, em *O Integralismo em Marcha*[1170] (1933), *O integralismo de Norte a Sul*[1171] (1934) e *Comunismo, Cristianismo e Corporativismo*[1172] (1938); Santiago Dantas, em *Programa do Curso de Direito Corporativo*[1173](1934); Olympio Mourão Filho em *Do Liberalismo ao Integralismo*[1174] (1935); Anor Butler Maciel em *O Estado Corporativo*[1175] (1936); Jaime Regalo Pereira em *Democracia*

[1166] STEPAN, Alfred. **Estado, Corporativismo e Autoritarismo**. Trad. Marina L. T. V. de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
[1167] Encontra-se como apêndice do **ABC do Integralismo**, op.cit, pp. 129-139.
[1168] Documento publicado pela Secretaria Nacional de Propaganda da AIB logo após o registro da AIB no Superior Tribunal Eleitoral, com vistas a concorrer às eleições presidenciais de 1937.
[1169] MELLO, Olbiano de. **Concepção do Estado Integralista**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.
[1170] BARROSO, Gustavo. **O integralismo em marcha**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.
[1171] Idem. **O integralismo de norte a sul**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
[1172] Idem. **Comunismo, Cristianismo e Corporativismo** (1938). Rio de Janeiro: ABC, 1938.
[1173] DANTAS, Santiago F. C. "Programa do Curso de Noções de Direito Corporativo". In: O integralismo e a educação. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira/Edições GRD, 1959, (**Enciclopédia do Integralismo**, v.IX).
[1174] MOURÃO FILHO, Olympio. **Do Liberalismo ao Integralismo**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.
[1175] MACIEL, Anor Butler. **O Estado Corporativo**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.

Integralista[1176] (1936); e Alcibíades Delamare em *Programa do Curso de Economia Política nos Moldes de uma Concepção Corporativa do Estado*[1177] (1937).

Mas entre todos esses trabalhos, foi a obra de Miguel Reale que se sobressaiu no cenário integralista. Prova disso, foi o convite feito por Getúlio Vargas para que o ex-Secretário de Doutrina e Estudos da AIB, recém-regressado do autoexílio na Itália após o *putsch* integralista de 1938 ter atentado contra a vida de Vargas, para que Reale compusesse o Conselho Administrativo do Estado, órgão que ao lado do Conselho de Economia Nacional e do Conselho Federal, compunha a mais alta cúpula do regime corporativista em construção no Estado Novo.

5.1 Dos Manifestos às Constituições: o debate corporativista nos anos 1930

Segundo Vera Alves Cepêda[1178], foi buscado pelos intelectuais desse período um "discurso racional" de uma "nova estrutura cultural", uma nova cultura política, também podemos dizer, que permitisse transformar o interesse desses grupos e novas classes em ascensão em "interesse geral da sociedade", "bem comum da nação", etc., adequando-se ao novo vocabulário político do período Entreguerras (1918-1939). De acordo com Eliana Dutra[1179], o conceito de liberdade nesse período não se definia por uma ideia de "autonomia" do indivíduo, tanto nos discursos da direita, quanto da esquerda. Os discursos políticos daquela época teriam sido marcados pela noção de "desejo coletivo", trazida a reboque pela tão corrente temática do "bem comum", que era simbolizado, naquele momento, pela ideia de "pátria". Essa noção de "desejo coletivo", ou "bem comum", constrangia o conceito liberal-democrático de liberdade, ao mesmo tempo em que preconizava uma atitude de cooperação com a mobilização centralizadora, apresentada por vários discursos em disputa naquela época, fossem estes do Estado, dos comunistas ou dos integralistas, que acabou por estimular um consenso favorável em torno de ideias de ordem e segurança que deveriam ser garantidas pela gestão autoritária dos assuntos públicos.

Esse processo de elaboração linguística e ideológica do ideário do "bem comum" pode ter seu início demarcado no campo da produção intelectual militante, mas efetivou-se e

[1176] PEREIRA, Jaime Regalo. **Democracia Integralista**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
[1177] DELAMARE, Alcibíades. ***Programa do Curso de Economia Política nos Moldes de uma Concepção Coorporativa do Estado*** (1937). In: O Integralismo e a Educação. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira/Edições GRD, 1959, (**Enciclopédia do Integralismo**, v.IX).
[1178] CEPÊDA, Vera Alves. Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituinte de 1934. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 211-242, jan-jun 2009, p. 217.
[1179] DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, p. 149.

consolidou-se, de fato, no campo político, como diz a autora, "especialmente na constituição de uma estrutura jurídico-institucional particular – afinal, é esta que determina tanto a gramática quanto o léxico de funcionamento da sociedade (*sub legese per leges*)"[1180].

A rearticulação das elites após 1930 é visível no conjunto de mudanças jurídico-administrativas no âmbito do Estado, principalmente em relação à "questão social", com a instituição de leis trabalhistas e previdenciárias, voto universal (incluindo o voto feminino após o novo Código Eleitoral de 1932), entre outras, que marcam a presença até então inédita das massas populares urbanas nas arenas do poder, demarcando um ponto de inflexão no processo iniciado com as revoltas tenentistas iniciadas nos anos 1920. Desde o decreto 19.770 de 19 de março de 1931, o Brasil já possuía uma legislação sindical pautada em uma orientação que hoje podemos entender como corporativista, prescrevendo o *sindicato único para "empregados e empregadores"*, *reconhecido pelo Estado* e *sem qualquer conotação política ou religiosa*[1181]. Uma lei alterada por força da Constituição de 1934, mas que foi retomada após o golpe de 1937, por um decreto-lei de 1939, que volta a consagrar a organização corporativa em sindicato único por profissões, definindo essa modalidade de associação como uma "célula básica" da sociedade (assim como a família) e como um órgão de colaboração do Estado.

Nas palavras de Pandolfi, a Lei de Sindicalização definia o sindicato como um órgão de colaboração com o poder público, permitindo a existência de apenas um sindicato por categoria profissional. A sindicalização não era obrigatória, mas se fazia compulsória na prática, uma vez que os direitos sociais e benefícios só eram garantidos ao trabalhador sindicalizado, logo, contemplando somente aquele indivíduo que estivesse formalmente empregado, o que configurava uma abrangência restrita dos direitos sociais na Era Vargas[1182].Conforme Capelato[1183], nesse momento surgia uma nova cultura política no cenário brasileiro: a *política de massas*. Essa nova cultura política tinha como um de seus principais eixos a transformação do conceito de cidadania, substituindo o cidadão/indivíduo da doutrina liberal pelo cidadão/trabalhador.

[1180] CEPÊDA, Vera Alves, op.cit., p. 217.

[1181] O Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931 estabeleceu a nova Lei de Sindicalização, que firmava o princípio da unidade sindical, submetendo os sindicatos ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como consta no Artigo 1º "Terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o Governo da República e por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural, todas as classes patronais e operárias, que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares ou conexas, e que se organizarem em sindicados, independentes entre si, mas subordinada a sua constituição às seguintes condições: [...]". BRASIL. **Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931**, disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html, acessado em 19 mai 2017.

[1182] PANDOLFI, Dulce Chaves, op.cit., p. 20.

[1183] CAPELATO, Maria Helena R., op.cit., p. 143-146; p. 177.

Assim, o regime Vargas procurou aumentar o seu nível de controle do Estado sobre a estrutura sindical, como parte de seu projeto autoritário de centralização política que passou por um importante processo de elaboração nos anos entre a Assembleia Constituinte de 1933, a promulgação da Constituição Federal de 1934 e das Constituições estaduais elaboradas em 1935, à outorga da "Polaca" em 1937. Foi nesse contexto da Constituinte de 1934 que surgiu uma série de novos partidos ancorados no campo do estatismo-orgânico e do corporativismo, que procuraram granjear a representação política dos novos atores sociais e quebrar a antiga hegemonia dos partidos republicanos regionais[1184], sendo a AIB um deles, e provavelmente o mais bem sucedido dentre todos em termos de adesão das massas.

Conforme Décio Saes, a noção de "progresso" nessa época não era inteiramente clara, mas entre os grupos tenentistas em particular e no pensamento nacional-estatista em geral, traduzia de certa forma a aspiração ao nível de consumo dos trabalhadores urbanos dos países capitalistas avançados, o que se refletiu no ideário de movimentos que defendiam o intervencionismo estatista, fosse com viés industrializante ou anti-imperialista, mas todos traziam em sua base a expectativa de desenvolvimento industrial. Ao fim e ao cabo, a polissemia do conceito de progresso nos permitiria compreender o distanciamento entre as orientações e interesses dos dirigentes desses movimentos e partidos e os interesses e reivindicações das classes médias que formavam suas bases. Nesse sentido, o discurso tenentista pode ser considerado "o antecessor de outras formas de discurso destinadas a ocultar a aspiração ao progresso da indústria", uma vez que esse projeto colocava como não prioritária a satisfação da burguesia cafeeira e do capital comercial em geral, o que gerava inimigos muito poderosos para esses movimentos e partidos determinados em reorientar a direção do Estado para o organicismo autoritário centralizador[1185].

Essa colocação de Saes é muito útil para percebermos com maior nitidez que, assim como a composição social desses movimentos e partidos como a AIB era plural, assim também o eram as culturas políticas, ideologias, filosofias e tradições que se amalgamavam na constituição desses grupos e na elaboração de seu pensamento político. Destarte, poderemos compreender melhor interesses e motivações mais profundos no discurso antiliberal, anticomunista e anticapitalista apresentado por Reale nos anos 1930, que ficarão mais claros ao longo deste capítulo.

[1184] GOMES, Ângela de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935), op.cit., p. 9-14.
[1185] SAES, Décio, op.cit., p. 488-491.

Entre 1930 e 1932, abriu-se uma nova conjuntura com o rompimento dos *tenentes* e de Getúlio Vargas com o PD (Partido Democrático) que havia apoiado a Revolução da Aliança Liberal. Deste modo, o tenentismo dos primeiros anos do regime Vargas irá influenciar o surgimento de novos movimentos com estruturas político-partidárias que contrabalançassem o poder das oligarquias realinhadas, agora em uma aliança entre PRP e PD, além de trazerem a já típica militarização tenentista em um contexto internacional marcado pela ascensão de movimentos e partidos revolucionários militarizados inspirados na III Internacional[1186], e se apresentavam nos mais variados carizes ideológicos, mas também demonstravam muito em comum. Surgiram com o objetivo de canalizar seus interesses, que não eram mais identificados com a bandeira do Liberalismo da Constituição de 1891, que ergueu a Revolução de 1930. Nesse contexto surgiram os ***movimentos legionários***[1187].

O *Manifesto-Programa do Partido Brasil-Novo* (1930)[1188], enquanto precedente doutrinário mas não como uma organização de fato, inaugurou uma nova tendência nos movimentos políticos brasileiros com seu modelo mobilizador de organização militarista que recrutava militares e civis, e com seu programa que exigia uma nova Constituição, que implantasse um regime federativo parlamentar e instituísse um Conselho Nacional Administrativo, encetando um conjunto de reformas corporativistas e de uma economia política protecionista e desenvolvimentista. Foi publicado numa fase em que o ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, e o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Góes Monteiro conclamavam na imprensa a participação e apoio da nação aos "Legionários de Outubro": "A mobilização de todos os seus elementos, em prontidão militar para qualquer eventualidade, e em prontidão civil para a colaboração cívica na fase de reconstrução e reorganização, é a necessidade mais imperiosa do momento"[1189].

Seu projeto de formação de uma legião nacional unificada não encontrou viabilidade na época, mas acabou incitando o surgimento de vários núcleos legionários "revolucionários" em vários estados. A resistência das oligarquias ao avanço do tenentismo e a crise na instalação da Interventoria no estado de São Paulo levaram o PRP e o PD a criarem a Frente Única Paulista, que exigia o fim do regime de exceção posto em vigor em outubro de 1930, militarizando a oposição ao regime Vargas, cuja escalada levaria à guerra civil de 1932 – a Revolução Constitucionalista[1190]. Foi o contexto em que o tenentismo, atendendo ao chamado dos próceres

[1186] PINTO, António Costa. Fascism: a "revolutionary" right in interwarEurope, op.cit.
[1187] CARONE, Edgard. **A Segunda República**, op.cit., p. 252.
[1188] Idem, **O tenentismo**, op.cit., p. 366-380.
[1189] Idem, ibidem, p. 366-367.
[1190] PANDOLFI, Dulce Chaves, op.cit., p. 21-22.

da Revolução de 1930, cria a Legião Revolucionária de São Paulo, imediatamente em apoio ao interventor tenente João Alberto, mas apresentando a pretensão de uma mobilização cívica e militarizada permanente, até a implantação de todas as diretrizes que impunham à Revolução, embora essas diretrizes ainda não houvessem sido cristalizadas de fato[1191].

É nesse momento em que vem à tona o já mencionado Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo, subscrito por Plínio Salgado e que servirá de base ao Manifesto de Outubro de 1932 que fundou a AIB. O evento de sua publicação, um misto de embaraço e assombro por parte dos legionários e entusiasmo na ala da direita nacionalista onde cerravam fileiras Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Alceu Amoroso Lima, dando repercussão à figura de Salgado como aspirante à líder de massas.

Dentre os movimentos, legiões e clubes desse período, o que conseguiu maior influência sobre o Governo Provisório foi o Clube 3 de Outubro. Criado por iniciativa das lideranças tenentistas[1192] em fevereiro de 1931, tinha o objetivo de sistematizar um programa e uma definição ideológica para a Revolução de 1930. Diferentemente da *legião*, o *clube* não tinha a pretensão de se tornar um movimento de massas, mas funcionar como grupo de pressão junto ao Governo Provisório[1193]. A sua defesa inflexível do prolongamento do estado de exceção do Governo Provisório deu origem ao seu distanciamento do governo Vargas, primeiramente, com a promulgação do Código Eleitoral de 1932 e, em seguida, com a convocação da Assembleia Constituinte em 1933, após a guerra civil da Revolução Constitucionalista de 1932, e a promulgação da nova Constituição em 1934. Após proporem o nome de Góes Monteiro para as eleições presidenciais indiretas de 1934, sem, no entanto, efetivá-lo, o Clube se dissolveu oficialmente em 1935[1194].

Uma das principais ações do Clube 3 de Outubro nesse contexto foi o lançamento do *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*, publicado em fevereiro de 1932, no qual apresentava suas propostas para resolução da "questão social", por um lado, e para a superação do liberalismo oligárquico, por outro. Seu programa propunha a planificação da produção e do desenvolvimento econômico com a centralização administrativa e tributária do Estado e nacionalização de recursos estratégicos como minas e águas. Endossavam grande parte das reivindicações trabalhistas das últimas duas décadas, como

---

[1191] CARONE, Edgard, **A Segunda República**, op.cit., p. 252.
[1192] Sua primeira diretoria foi formada pelo general Góis Monteiro (presidente), Pedro Ernesto (primeiro vice-presidente), Herculino Cascardo (segundo vice-presidente), Oswaldo Aranha (terceiro vice-presidente), Augusto do Amaral Peixoto (tesoureiro), Temístocles Brandão Cavalcanti (primeiro-secretário), e Hugo Napoleão (segundo-secretário).
[1193] PANDOLFI, Dulce Chaves, op.cit., p. 22.
[1194] CARONE, Edgard. **A Segunda República**, op.cit., p. 259.

salário mínimo; contrato coletivo; limitação de horas de trabalho; repouso semanal; férias obrigatórias; regime de conciliação e arbitragem; direito de greve; com destaque para a reforma agrária e a proteção e incentivo da pequena propriedade rural, aos moldes do que Alberto Torres já havia proposto em *A Organização Nacional*, enfatizando a função social da propriedade frente ao interesse do lucro individual[1195].

No *Esboço* já estava presente a reivindicação por um Estado forte e centralizado, dirigente da economia, da representação política mista de base territorial e profissional, esta eleita por associações reconhecidas previamente pelo Estado, dentre outras características do que hoje classificamos como corporativismo nacionalista-autoritário[1196]. Segundo Ângela de Castro Gomes, foi devido a pressão direta do Clube 3 de Outubro que, pela primeira vez, a "representação política das classes" foi incorporada pelo Governo Provisório, na reforma do Código Eleitoral de 1932[1197].

Procurando constituir uma coalisão que pressionasse a introdução das reformas e medidas para constituição de um novo regime nacional-estatista e orgânico, os *movimentos legionários* como a Legião Revolucionária de São Paulo, mais tarde transformada no Partido Popular Paulista, Legião Paranaense, Clube 5 de Julho, Clube 3 de Outubro, Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo, Legião Cívica 5 de Julho do Rio de Janeiro, que ao lado do Centro 1º de Setembro e da Federação Sindical Proletária do Estado de São Paulo, ajudaram a fundar o Partido Socialista Brasileiro (PSB), sem contudo se dissolverem enquanto grupos independentes, após o I Congresso Nacional Revolucionário, realizado no Rio de Janeiro entre 15 e 25 de novembro de 1932 sob a presidência do *tenente* major Juarez Távora, realizado com objetivo de unificar o tenentismo e dar base ao Governo Provisório[1198].

O programa do Partido Socialista Brasileiro (PSB), apresentado ao fim do I Congresso Nacional Revolucionário (fevereiro de 1932), afirmava que "Sindicalização e representação profissional das classes no Parlamento – são, portanto, as duas teses fundamentais [...]"[1199]. Seu projeto de reordenamento do pacto federativo e da representação política previa, a nível estadual e municipal: o Poder Legislativo estadual formado por uma Câmara una, composta por 2/3 de representação política e 1/3 por representação de classe; nos municípios, o legislativo municipal

[1195] CAMARGO, Aspásia de Alcântara. "A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)". In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**, op.cit, p, 134-135.
[1196] Idem, ibidem, p. 133-135.
[1197] GOMES, Ângela de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**, III, op.cit, p. 17.
[1198] CARONE, Edgard. **A Segunda República**, op.cit., p. 252; O manifesto de fundação do PSB pode ser conferido em CARONE, Edgard. **O tenentismo**, op.cit., p. 408.
[1199] Idem, ibidem, p. 412.

formado por câmara política e o Poder Executivo municipal, eleitos pelo sufrágio direto, seriam controlados por um Conselho Estadual. Além disso, suas medidas reformistas também reivindicavam o fim de impostos interestaduais e intermunicipais; um novo cálculo das tarifas alfandegárias, com a finalidade protecionista de estimular as indústrias em desenvolvimento; redução de impostos sobre artigos de primeira necessidade; modernização dos métodos de produção agrícola e industrial[1200].O programa do PSB também apresentava o seu socialismo como uma alternativa de combate ao comunismo e à revolução social que traria ao país "prejuízos materiais e morais incalculáveis", mostrava amadurecidos vários pontos já esboçados pelo programa do Clube 3 de Outubro[1201].

Outra agremiação a tomar parte no I Congresso Nacional Revolucionário de novembro de 1932 foi a Ação Integralista Brasileira[1202], que abandonou os trabalhos para traçar seu próprio projeto de poder. A sua fusão com a Legião Cearense do Trabalho após a Revolução Constitucionalista de 1932, acentuava o caráter fascistizante da estrutura de partido revolucionário militarizado de extrema-direita, com que pretendiam mobilizar os novos atores sociais em disputa por esses movimentos "revolucionários" que começavam a se avolumar à extrema-direita. Sua estratégia eleitoral ainda seria amadurecida ao longo dos anos, mas já era patente aos intelectuais integralistas as novas tendências da política de massas inaugurada com a Revolução de 1930. Assim o via Miguel Reale, no início de 1937:

> A revolução de 30 não foi propriamente uma revolução. Com o passar dos anos, se verá que ela foi apenas a *preparação de uma revolução*. Ela revelou o personagem principal que estava na plateia, certo de ser espectador. Ela arrastou o povo para o palco da política brasileira. Ela abriu as portas do Estado para as massas. Ela desencadeou a revolução social. Ela permitiu que no Brasil houvesse clima para o Comunismo e para o Integralismo. Ela iniciou o movimento sindicalista. Fez tudo a sua maneira, inconscientemente. Mas tem o mérito de ter feito[1203].

[1200] KAREPOVS, Dainis. "PSB-SP: socialismo e tenentismo na Constituinte de 1933-34", **Revista Esboços**, v. 13, nº 16, UFSC, Florianópolis, 2006, pp. 169-198, p. 173.

[1201]Reivindicava pontos de reforma social como a sindicalização instituidora da jornada máxima de 8 horas, do salário mínimo, da regulamentação do trabalho feminino e dos menores, de leis de acidentes de trabalho, caixa de aposentadorias e de pensões, férias e repouso semanal remunerado, justiça do trabalho sumária e gratuita, cooperativismo, colaboração dos sindicatos para elaboração do Código do Trabalho, o ensino primário gratuito e obrigatório; a nacionalização das quedas d'água e das jazidas minerais; reformulação do Banco do Brasil, com a criação do crédito agrícola e hipotecário para auxiliar a lavoura e a indústria; o estímulo ao desenvolvimento da siderurgia e a exploração das minas, do petróleo. CARONE, Edgard. **O tenentismo**, op.cit., p. 381-383.

[1202] CARONE, Edgard. **O tenentismo**, op.cit., p. 408.

[1203] REALE, Miguel. Atualidades Brasileiras, op.cit., op.cit, p. 77.

Em 1931, o *tenente* Severino Sombra já havia fundado a Legião Cearense do Trabalho, inspirada na *Carta del Lavoro*, seguindo a legislação trabalhista do sistema corporativo fascista italiano e seu modelo de organização paramilitar das massas trabalhadoras. Seu programa também buscava inspiração no sistema corporativo medieval, pregando um suposto equilíbrio entre forças políticas, econômicas e espirituais existente no medievo cristão, que deveria ser "renascido" em uma versão moderna no Brasil. Este movimento contou com ampla adesão do operariado cearense, destacando-se o nome do padre Helder Câmara dentre seus principais ideólogos. Já neste momento mantinham intensa correspondência com Plínio Salgado, agendavam encontros e apelos de colaboração mútua entre as lideranças do Norte e do Sul frente a um movimento político de massas operárias organizadas segundo o que chamaram de *corporativismo cristão*.[1204]

A Ação Imperial Pátria-Nova, fundada por Sebastião Pagano em 1928 e absorvida parcialmente pela AIB em 1932, foi um movimento da restauração monárquica com grande influência de Maurras e Maritain, que rejeitava a experiência brasileira "infectada" pelo liberalismo, e agiam como movimento de reação à laicização do Estado. Em artigo publicado em 1932, Pagano descreveu uma das primeiras, senão a primeira conceituação de um *"Estado Integral*" corporativista como "Um conjunto orgânico, nacional, hierarquizado, e harmônico (...) onde o conceito de liberdade é profundamente humano, hierárquico e paternal, atendendo à sociabilidade do homem, a sua finalidade última, e ao bem comum geral"[1205].Paim Vieira, um de seus prosélitos de maior envergadura política, exalta em seus discursos os méritos das corporações medievais.

Em torno do jornal *A Razão* convergiu Plínio Salgado e os demais intelectuais que formariam o grupo da SEP, estes se dividiriam entre integralistas e patrionovistas, contudo sua intenção era claramente dispor de dispositivos de propaganda ideológica capazes de inundar o vazio ideológico que acreditavam caracterizar os primeiros meses do governo provisório de Getúlio Vargas. Tais associações foram fruto das intensas articulações entre Salgado, Sombra, e o mineiro Olbiano de Mello, que, após a publicação de sua principal obra, *A República Sindicalista dos Estados Unidos do Brasil* (1931), já encaminhava seu projeto de formação de um Partido Nacional Sindicalista, que foi abandonado com o seu ingresso na AIB de Salgado e o grupo da SEP, mas foi de seu projeto de partido que os integralistas tomaram o lema "Deus, Pátria e Família".

[1204] TRINDADE, Hélgio, **Integralismo**, op.cit, p. 108; TORRES, João Camilo de Oliveira. **História das Ideias Religiosas no Brasil**, op.cit., p. 195.
[1205] TRINDADE, Hélgio, **Integralismo**, op.cit., p. 115.

Trindade, sobre esses dados, tem uma lúcida conclusão de que, "Portanto, a fundação da AIB, em 1932, não é um fato isolado, mas resulta da cristalização das ideias radicais de direita no Brasil nos anos 30 e da convergência de movimentos precursores que Salgado buscará integrar"[1206], demonstrando o equívoco de se tentar explicar o integralismo brasileiro como reflexo ou mimetismo puro e simples de movimentos europeus. É a mesma conclusão que tiramos em relação à formação do conceito de "corporativismo" que o integralismo de Miguel Reale irá apresentar a partir de 1934, como veremos mais adiante.

A base integralista do novo modelo representativo sobre a qual Reale elaborou seu projeto corporativista está assentada no 2º ponto defendido pelo *Manifesto de Outubro de 1932*, "Como entendemos a Nação Brasileira", que apresentou uma visão integralista da *terza via* que ainda não era definida pela expressão "corporativismo". Mas seus encaminhamentos gerais já exigiam transformar o federalismo estadualista, submeter os sindicatos às corporações e estas ao Partido Único, logo, acabar com o pluripartidarismo em favor de um partido-regime integralista.

> Por isso, a Nação precisa se organizar em classes profissionais. Cada brasileiro se inscreverá na sua classe. Essas classes elegem, cada uma de per si, seus representantes nas Câmaras Municipais, nos Congressos Provinciais e nos Congressos Nacionais. Os eleitos, para as Câmaras Municipais elegem o seu presidente e o prefeito. Os eleitos para os Congressos Provinciais elegem o governador da Província. Os eleitos para os Congressos Nacionais elegem o Chefe da Nação, perante o qual respondem os ministros de sua livre escolha. Esses representantes todos devem ser da absoluta confiança de cada classe, vindo os seus nomes indicados pelos Conselhos Municipais, Provinciais e Nacionais, saídos, também, do Partido Único que é a concretização de todas as classes profissionais[1207].

Assim, a AIB era fundada sobre aquelas duas características que o então muito comentado autor romeno Mikhail Manoïlescu descrevera em seus livros *Le siècle du corporatisme* (1934), e *Le parti unique* (1936) como sendo definidoras dos novos regimes do pós – Primeira Guerra Mundial: o "**corporativismo**" e o "**partido único**"[1208]. As características desse partido único e o sentido finalista desse projeto nacional-estatista é esclarecido no 7º tópico do *Manifesto de Outubro de 1932*, "A questão social como a considera a Ação Integralista Brasileira":

[1206] TRINDADE, Hélgio, **Integralismo**, op.cit, p. 98.
[1207] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**, op.cit, p. 1-2.
[1208] PINTO, António Costa. "O corporativismo nas ditaduras da época do fascismo", op.cit, p. 19. Plínio Salgado trabalhou na tradução de uma versão traduzida de *Le parti unique*, que se encontrava no prelo da Editora José Olympio até 1937, mas ainda não temos informações se o livro chegou a ser publicado. A divulgação da tradução de Salgado foi encontrada na contracapa de SILVEIRA, Tasso da. **O Estado Corporativo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

> As classes organizadas garantirão os seus membros em contratos coletivos, velarão as necessidades de trabalho ou produção de cada um, de modo a não mais submetermos, como até agora tem sido, os que estão desempregados às humilhações dos pedidos de emprego, tantas vezes recebidos com desprezo pelos que são procurados, o que ocasiona justas revoltas. Livrar o operário e a pequena burguesia da indiferença criminosa dos governos liberais. Salvá-los da escravidão branca do comunismo. Transfigurar o trabalhador no herói da nova Pátria, no homem superior, iluminado pelos nobres ideais de elevação moral, intelectual, material, esses são nossos propósitos. Ao Estado compete a proteção de todos[1209].

Reconhecida a janela de oportunidade aberta pela Revolução de 1930, Miguel Reale focou a maior parte de seus estudos, enquanto Secretário de Doutrina da AIB, e depois, de suas colunas como jornalista e redator dos periódicos integralistas *Ação* e *Panorama*, sobre os temas da construção de uma "nova economia" que protegesse o país do capitalismo internacional. Para isso, uma de suas estratégias básicas era deslegitimar as ações do governo Vargas na sua forma de tratar a "questão social". Assim, criticava a timidez e supostos equívocos das fórmulas "parciais" do novo regime, enquanto apresentava a solução integralista como a única capaz de alçar o país na nova Era da política de massas, que Reale acreditava ser capitaneada pelos regimes fascistas/corporativistas. Sobre essa base crítica, o decreto nº 19.770 de março de 1931 foi completamente rechaçado por Reale, pelos revolucionários terem preferido "a indefinição e agnosticismo da legislação de Lindolfo Collor", então ministro do Trabalho, à *terza via* do "corporativismo integral", condena a posição liberal-democrática e permissiva do legislador diante de expurgos que, para Reale, deveriam ser feitos com urgência para eliminar as lideranças marxistas dos sindicatos (uma posição débil que teria permanecido na Carta de 1934)[1210], e critica a Lei de Sindicalização adotada e o papel demiúrgico do Governo Provisório na criação dos sindicatos, o que desobedecia a sua teoria do corporativismo integral de base societária, como veremos adiante.

> Até 1930, o fenômeno sindicalista não teve no Brasil nem extensão nem profundidade. Nas grandes capitais, existiam pequenos núcleos operários organizados, não passando de células de irradiação anarquista ou comunista.
>
> Depois da revolução de outubro, ao contrário do que aconteceu na Europa, o sindicalismo brasileiro surgiu da noite para o dia, improvisado e confuso, à sombra de um governo que, depois de abandonar as diretrizes da "Aliança Liberal", não conseguiu arranjar outras que lhe servissem por mais de duas semanas. [...].
>
> Uma lei absurda permitiu que apenas trinta indivíduos pudessem constituir um sindicato, o qual, depois de reconhecido, passava a representar às vezes uma classe de milhares e milhares de trabalhadores. Teoricamente, esses sindicatos não possuíam cor política, mas na realidade estavam – e ainda estão – em poder de marxistas que os manejam como instrumentos de luta de classe, arrancando o que bem entendem da

[1209] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**, op.cit, p. 6.
[1210] REALE, Miguel. Perspectivas Integralistas, op.cit., p. 55.

> passividade ou inconsciência das assembleias que se reúnem para salvar as aparências[1211].

Miguel Reale invocava Alberto Torres, no ano da Assembleia Constituinte de 1933, dizendo que a legislação social sobre o salário mínimo, seguro, horas de trabalho, etc., funcionava apenas como mero paliativo "tendente mais a burlar os direitos dos trabalhadores do que dar ao trabalho o lugar que lhe compete no organismo do Estado"[1212]. O autor dizia "Não há dois caminhos. Ou se considera a questão social no conjunto da organização total da Nação e do Estado, ou se confessa que *é preciso ficar assim para se ver como fica*"[1213], citando a frase atribuída popularmente à forma como Getúlio Vargas tocava a política de forma dúbia e pragmática[1214].

> Até hoje, a assistência social tem se verificado como uma verdadeira dádiva feita pelo Estado ou pelas classes abastadas em benefício dos que nada possuem. É preciso abandonar, de uma vez para sempre, semelhante maneira de encarar o fenômeno, afirmando desde logo, como princípio fundamental, que o Estado legisla em matéria social, não por misericórdia ou para encobrir os males decorrentes da organização capitalista, mas sim porque reconhece o *direito e o dever do homem ao trabalho* e, por conseguinte, o direito que cada qual tem de viver *como homem*. Não se deve falar pois em caridade apenas, mas também em *Justiça*, que é a caridade armada, provida de meios eficazes para a própria atuação[1215].

Neste ponto, o discurso de Reale se destacava diante de ideólogos do Estado Novo, como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, que em seus projetos de reforma do Estado, o colocavam também como principal agente da modernização, com ênfase na governabilidade adquirível com o centralismo, mas não colocavam entre suas principais atribuições garantir a "Justiça Social", tema que, nesse período, recebia maior evidência somente entre os intelectuais católicos orientados pela *Rerurum novarum*[1216].

[1211] Idem, ibidem, p. 51.
[1212] Essa afirmação se repete, com a mesma citação a Alberto Torres, nos artigos "Posição do Proletariado" e "Sobre a Legislação Social", ambas, respectivamente, em REALE, Miguel. "Perspectivas Integralistas", op.cit, p. 37; p. 43.
[1213] REALE, Miguel. "Perspectivas Integralistas", op.cit, p. 44.
[1214] No "Discurso de Recepção" de Getúlio Vargas na Cadeira 37 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 7 de agosto de 1941 e recebido em 29 de dezembro de 1943 por Ataulfo de Paiva, que disse "O povo, em sua pitoresca inventiva, atribui-vos uma regra de conduta, que, nem por carecer de autenticidade, encerra menos de prático: '*Deixa estar como está, para ver como fica*.' A posse dessas preciosas qualidades de ponderação e determinação oportuna permite-vos surpreendente segurança no agir e confiança na ação" [grifo nosso]. PAIVA, Ataulfo de. "Discurso de recepção de Getúlio Vargas", **Academia Brasileira de Letras**, 29 de dezembro de 1943. Disponível em: http://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas/biografia, consultado em 14 abr 2017.
[1215] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 147.
[1216] CAPELATO, Maria Helena R., op.cit., p. 148.

Dirigindo-se aos trabalhadores paulistas, Reale deixava claro ao escrever sobre "A Questão Social, o Liberalismo e o Socialismo", que, ao contrário do hibridismo da socialdemocracia iniciada no país com a Constituição de 1934, não haveria, na perspectiva da AIB, "soluções parciais para a questão social, a qual não se resolve mediante leis sobre salário-mínimo, seguro, acidentes, etc. Antes de mais nada, é preciso ficar bem claro que a questão social não interessa somente a operários, mas a toda a Nação"[1217], e a conclusão desse trecho enfeixa o núcleo de seu projeto de superação das estruturas políticas – econômicas – sociais da Primeira República, prometendo mais avanços do que o novo regime de outubro de 1930:

> É preciso fazer a revisão radical dos códigos individualistas, a reforma da nossa sociedade baseada na luta sem tréguas entre homens, reforma econômica e moral. Só a modificação integral da estrutura do Estado pelo fortalecimento da Autoridade permitirá resolver as questões que o século passado deixou sem solução como verdadeira sementeira de guerras e revoluções. Eis porque o integralismo inicia um combate sem tréguas contra o capitalismo e o comunismo internacionalistas, que destroem as Nações para melhor escravizar os homens, e contra o liberalismo que separa a sociedade do Estado para entronização dos indivíduos[1218].

Com essas palavras, Miguel Reale engrossava o coro de pensadores antiliberais que ajudou a conduzir o "organicismo" e a "representação profissional" corporativistas às cartas constitucionais de 1934 e 1937 como uma *terza via* que superasse a ineficiência e apatia dos liberais, sem percorrer o caminho da revolução e da luta de classes dos comunistas. Miguel Reale enxergava na sociedade de mercado, estruturada a partir dos ditames capitalistas liberais a causa das desordens vivenciadas com a "questão social" no Brasil e no mundo, sendo esta uma das bases de sua crítica[1219], como veremos em breve.

[1217] REALE, Miguel. Perspectivas Integralistas, op.cit., p. 28.

[1218] Idem, ibidem, p. 28-29.

[1219] Segundo Décio Saes, o discurso nacional-estatista nos anos 1930 revela algumas nuances quanto ao sentido do "**progresso**": "Alguns desses movimentos parecem justificados por um 'estatismo secundário': as suas propostas de reforma do Estado parecem ter algo a ver, *apenas indiretamente*, com uma reorientação industrializante da política de Estado. A sua apologia do centralismo e do intervencionismo evocam, tão somente, intenções de "consolidação da Nação" ou de 'conciliação do capital e do trabalho'. Outros desses movimentos assumem mais diretamente um caráter nacionalista: a defesa da Nação contra o 'imperialismo' ou as 'potências estrangeiras' passa ao primeiro plano das intenções declaradas" continua no rodapé da mesma página "Se se tem em conta que a expressão suprema da Nação é o próprio Estado nacional, compreende-se que a distinção entre 'estatismo secundário' e nacionalismo reflete apenas a maior ou menor ênfase em cada um desses dois polos; enquanto o 'estatismo secundário' se preocupa prioritariamente com aquilo que parece exprimir, *ao nível da estrutura do Estado*, a existência da Nação (a *centralização* da capacidade de decisão e o poder de *intervenção* na sociedade, indicadores da *soberania nacional*), o nacionalismo atribui prioridade à defesa do Povo-Nação (comunidade cultural e linguística), daí derivando uma posição de defesa do intervencionismo estatal, enquanto instrumento privilegiado de afirmação do ser nacional". SAES, Décio, op.cit., 488. Se seguirmos essa classificação feita por Saes, encontraremos elementos tanto do discurso "estatista secundário" quanto do "nacionalista" na

À guisa de uma comparação com dados sincrônicos semelhantes, tomamos a análise de Álvaro Garrido sobre o corporativismo português como subsídio para investigações comparativas que visem contribuir com uma teoria geral do corporativismo, enquanto percebemos válidas ao caso do pensamento corporativista brasileiro suas principais conclusões gerais. Ao contrário do Estado Novo de Vargas, o integralismo brasileiro não se tornou regime, mas no campo do pensamento e das práticas do partido AIB, considerado por Hélgio Trindade uma "pré-figuração do Estado Integral"[1220], consideramos lícita e oportuna a apreciação de Álvaro Garrido crê que de uma forma ou de outra, os ideólogos do corporativismo , ao inundarem as arenas políticas e o espaço público em geral com suas teorias e projetos, contribuíram, ainda que indiretamente por vezes, para a construção de uma nova variedade de instituições aparelhadas paraa integração forçada dos trabalhadores e suas associações aos interesses do Estado. O autor lembra que, a despeito da variegada experiência e teorização do ideário organicista e dos sistemas corporativistas, o corporativismo se consubstanciou como um dos instrumentos políticos mais duráveis das ditaduras, concluindo:

> Ao constituir-se como instrumento do fascismo e enquanto sistema formal e expediente prático de integração dos trabalhadores no espaço político dos "Estados Novos", o corporativismo corresponde a um *welfare* autoritário. Não por acaso, independentemente das suas especificidades, os corporativismos promoveram uma política social e econômica servida por instituições burocráticas e por recursos de violência preventiva e repressiva[1221].

Sem embargo, sob a pressão destes grupos alinhados na *direita nacionalista*, a Assembleia Constituinte formada em 1933, após a demonstração de força da elite paulista na Revolução Constitucionalista de 1932 e, ao mesmo tempo, da necessidade de se forçar ao compromisso com o novo regime que a venceu[1222], promulgou a Constituição de 1934, democrática e social: "Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e

---

doutrina realeana. São mais evidentes, respectivamente, nos conceitos de "corporativismo social" e "corporativismo" político" que utilizamos na análise do corporativismo integral realeano.

[1220] TRINDADE, Hélgio, op,cit,

[1221] GARRIDO, Álvaro, op.cit, p. 27.

[1222] FAUSTO, Boris. A Vida Política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Dir.). **História do Brasil Nação (1808-2010). Olhando para dentro (1930-1964)**. GOMES, Ângela de Castro (Coord.). São Paulo: Objetiva/ Fundación Mapfre, 2013, p. 97.

promulgamos [...]"[1223].

Surgiu a nova Carta em um contexto de regime de exceção marcado pela noção generalizada de "crise" que atravessou os anos 1930, com a urgência dos anseios de modernização e retorno à ordem constitucional. A Assembleia Constituinte buscou sanar esses anseios, incluindo no núcleo teórico da nova Constituição o corporativismo estatista-organicista. A "representação profissional" adotada ainda na formação dessa Constituinte constituía-se num primeiro passo para superação do modelo de representação democrático-liberal de 1891 e dos arranjos tradicionais firmados sob o Estado oligárquico[1224].

Aqui, mais uma vez, Reale criticou duramente o papel demiúrgico do governo Vargas, que além de ser apontado pelo autor como o fomentador do movimento sindical no país (para o bem ou para o mal), também foi responsável por "criar a luta de classe" ao propor o formato misto da Assembleia Constituinte de 1933, "Como disse Plínio Salgado na mensagem lida no Congresso de Vitória, a representação classista na Constituinte, dividida em empregadores e empregados, foi a consagração oficial de dois mundos antagônicos à maneira marxista, o do Capital e o do Trabalho..."[1225].

A Constituição de 1934 incorporou, em grande medida, parte desses projetos de reforma do modelo de representação, conquanto ainda guardasse parte do arcabouço liberal de sua antecessora de 1891. A composição da Câmara dos Deputados passou a incorporar a representação profissional, embora sem legislação ainda definida, como previsto no seu artigo 23, que diz: "a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos mediante sistema proporcional e sufrágio universal, igual e direto, e de representantes eleitos pelas organizações profissionais, na forma que a lei indicar", definindo no §3º a forma da eleição dos representantes profissionais: "Os Deputados das profissões serão eleitos na forma da lei ordinária por sufrágio indireto das associações profissionais compreendidas para esse efeito, e com os grupos afins respectivos, nas quatro divisões seguintes: lavoura e pecuária; indústria; comércio e transportes; profissões liberais e funcionários públicos"[1226].

Como fruto do contexto de embate entre interesses oligárquicos remanescentes e as novas demandas impostas pelo grupo nacionalista autoritário na Constituinte de 1933[1227], ao Senado,

---

[1223] BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 16 de julho de 1934, artigo 23 e § 3º do mesmo artigo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm, acessado em 12 jun 2017.
[1224] CEPÊDA, Vera Alves, op.cit, p. 211.
[1225] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 165.
[1226] Idem, artigo 23 e § 3º do mesmo artigo.
[1227] GOMES, Ângela de Castro. "Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)", op.cit, p. 12-13.

composto por dois representantes de cada estado e eleitos por sufrágio universal e direto, coube uma nova atribuição, como árbitro das questões de constitucionalidade e equilíbrio entre os Três Poderes, apontado pelo artigo 88, cabendo-lhe "promover a coordenação dos poderes federais entre si, manter a continuidade administrativa, velar pela Constituição, colaborar na feitura das leis e praticar os demais atos de sua competência"[1228].

Outra demanda dos grupos do pensamento corporativista incorporada pela Constituição de 1934 foi a criação dos Conselhos Técnicos, como ficou disposto no artigo 103, "Cada Ministério será assistido por um ou mais Conselhos Técnicos, coordenados, segundo a natureza dos seus trabalhos, em Conselhos Gerais, como órgãos consultivo da Câmara dos Deputados e do Senado Federal", que reforçava o caráter tecnicista desses órgãos em seu § 2º, que exigia "Metade, pelo menos, de cada Conselho será composta de pessoas especializadas, estranhas aos quadros do funcionalismo do respectivo Ministério"[1229], cumprindo uma exigência levantada desde a década anterior, de uma modernização do Estado que empregasse pessoal especializado nos temas complexos do desenvolvimento nacional no lugar de políticos de carreira, volúveis ante os dissensos partidários.

Uma inovação da Constituição de 1934 em relação à sua antecessora foi a atenção às demandas populares acerca da "questão social", tornando-a uma das prioridades do novo Estado tutelar consubstanciado na Segunda República. Ao tratar "Da Ordem Social e Econômica", em seu Título V, o artigo 115 prevê que "A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da Justiça e as necessidades da vida nacional, de modo que possibilite a todos existência digna. Dentro desses limites, é garantida a liberdade econômica", asseverando a competência do Estado em garantir a "existência digna" dos cidadãos no Parágrafo Único do citado artigo, que diz: "Os Poderes Públicos verificarão, periodicamente, o padrão de vida nas várias regiões do País", além de prever a possibilidade de nacionalização de setores estratégicos da indústria e do mercado financeiro (artigo 116)[1230].

No entanto, a Constituição de 1934 não foi capaz de gerar um consenso entre as partes envolvidas em sua elaboração, tendo sido suprimida pela Constituição de 1937, de redação críptica subscrita por apenas nove nomes[1231], em face das centenas de deputados constituintes que subscreveram sua antecessora de 1934. Cepêda aponta três motivos para a brevidade da Carta de 1934: a) sua fragilidade é resultado da heterogeneidade dos grupos em disputa naquele

[1228] BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 16 de julho de 1934, artigo 88.
[1229] Idem, artigo 103 e § 2º do mesmo artigo.
[1230] Idem, artigo 115 e Parágrafo Único do mesmo artigo; artigo 116.
[1231] Os nomes são: Getúlio Vargas, Francisco Campos, A. de Souza Costa, Eurico G. Dutra, Henrique A. Guilhem, Marques dos Reis, M. de Pimentel Brandão, Gustavo Capanema, Agamemnon Magalhães.

momento, os quais ela foi incapaz de satisfazer, o que a tornou "expressão de baixa capacidade de legitimação e de funcionalidade"; b) o contexto delicado de sua convocação feita na atmosfera de tensão social gerada pela guerra civil de 1932; c) o hibridismo de seu texto final, que articulava contornos liberais às tendências organicistas. Em última instância, a autora acredita que "as regras constitucionais foram mais avançadas que as forças sociais capazes de sustentá-las"[1232], e assim os frágeis laços de compromisso que tentaram firmar a Segunda República sucumbiram ante à nova ditadura e os amplos poderes outorgados ao Executivo Federal com o golpe de 1937.

Para Miguel Reale, o decreto 24.694 de 12 de julho de 1934[1233], que dispõe sobre os *sindicatos profissionais*, "marcou um progresso notável em nossa organização sindical". Do ponto de vista teórico e metodológico, progredia no sentido de passar a enquadrar "o fenômeno sindical no sistema dos demais fatos sociais", sendo elogiável porque não limitava mais a ação do sindicato "à defesa imediatista de interesses exclusivamente econômicos". Ponderava o autor sobre o decreto e a Carta Magna de 1934, "A posição ainda não está muito nítida, mas é evidente a intenção de sair do quadro das lutas de classe, atendendo-se aos interesses gerais da coletividade. Já se fala em 'colaboração com o Estado', o que vem nos livrar das tendências anarquizantes e comunistóides da lei anterior [...]", todavia, estava certo de que tais leis ficariam no papel apenas, "porque a lei fala em 'faculdade', quando devia falar em 'obrigatoriedade'. Neste ponto, revela-se claramente a fraqueza do direito liberal que fica na 'intenção', confiando candidamente na 'bondade natural do homem' ou no 'sentido benéfico do progresso social'."[1234].

As mudanças na Lei de Sindicalização de 1931 também foram duramente criticadas pelo autor, que via avanço na iniciativa de se mudar as disposições sobre a constituição dos sindicatos, que passava a exigir, nas palavras do autor, pelo menos um terço dos empregados que exerçam a mesma profissão na respectiva localidade, a para as organizações patronais, a reunião de cinco empresas ou de dez sócios individuais, acabando com o "absurdo de 30 indivíduos monopolizarem os direitos de uma classe"[1235]. Mas, por outro lado, o "mínimo" exigido era absurdo e de desproporção evidente, "desconsiderando-se as dificuldades que ainda

[1232] CEPÊDA, Vera Alves, op.cit, p. 231-232.
[1233] BRASIL. **Decreto 24.694 de 12 de julho de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24694.htm, acessado em 24 mai 2017.
[1234]REALE, Miguel. Perspectivas Integralistas, op.cit., p. 53-54.
[1235] BRASIL. Capítulo II. Da constituição dos Sindicatos. **Decreto 24.694 de 12 de julho de 1934, Art**. 3 a 12.

existem no meio operário quando se trata de unir os membros de uma profissão para a defesa de seus interesses"[1236].

Com o golpe do Estado Novo, abriu-se uma conjuntura nova, na qual a campanha integralista não tinha mais espaço, diante do estado de exceção instalado dali até 1945, e o projeto corporativismo integralista, bem como sua experiência pré-estatal, foram suplantados pelo autoritarismo varguista. A crise militar instaurada após 1930 havia gerado uma demanda pelo retorno à hierarquia e disciplina, abaladas pela subversão da ordem social e militar instaurada pelo tenentismo e pela ditadura iniciada em outubro de 1930, após a revolução da Aliança Liberal[1237]. Esse quadro foi agravado, como já vimos, após 1934, com a violência instaurada pelos vários movimentos extremistas em disputa, que afrontavam diretamente o governo Vargas.

Entre os defensores da presença militar no governo, estava o Chefe do Estado-Maior do Exército, general Góes Monteiro, cujo mote mais conhecido pregava "*acabar com a política no Exército e instituir a política do Exército*", um projeto que só foi levado inteiramente a cabo após o golpe de 1964 e seus expurgos nas Forças Armadas. Monteiro via como principal objetivo do regime, a reestruturação das Forças Armadas, onde repousariam a segurança do governo, a unidade nacional, e o sucesso do programa revolucionário[1238].

O programa revolucionário de Góes Monteiro impunha dali em diante a "modernização conservadora", e a ditadura garantiria seu encaminhamento. Em 1937, os maiores páreos do regime varguista, o PCB, a ANL e a AIB, eram cartas fora do jogo, permitindo o deslanche do projeto modernizador do Estado Novo sem movimentos de massa que lhe impusessem oposição grave. O golpe de 10 de novembro de 1937 deu começo a uma nova etapa no processo iniciado em 1930, munindo Getúlio Vargas e o nascente Estado Novo de plenos poderes, para acelerar seu projeto de modernização nacional, deixando para trás as dificuldades inerentes aos processos de tomada de decisão no ambiente liberal democrático.

Na Constituição de 1937, no título "Da Ordem Econômica" está lançada as bases para a ***organização corporativista da economia*** no Estado Novo. O artigo 136 coloca o *trabalho* como "*um dever social*", mas também um direito a ser tutelado pelo Estado, "A todos é garantido o direito de subsistir mediante o seu trabalho honesto e este, como meio de subsistência do

---

[1236] REALE, Miguel. Perspectivas Integralistas, op.cit., p. 54-55.

[1237]Dulce Pandolfi sublinha a instabilidade vivida nas FFAA no momento: "Para se ter uma ideia do estado de indisciplina que tomou conta da instituição depois da revolução, entre 1930 e 1934 ocorreram cerca de 50 movimentos militares, incluindo revoltas, protestos, conspirações e agitações variadas". PANDOLFI, Dulce Chaves, op.cit., p. 22.

[1238]OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: _____. (org.); GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATALY, Maria Celina. **Elite intelectual e debate político nos anos 30**. Rio de Janeiro/ Brasília: FGV/INL, 1980, p. 35.

indivíduo, constitui um bem que é dever do Estado proteger, assegurando-lhe condições favoráveis e meios de defesa"[1239]; nestes princípios que Luiz Werneck Vianna diz configurar um "sistema elementar de defesa do trabalho"[1240], entra, como a marca distintiva dessa Carta em relação à de 1934, a instituição dos *contratos coletivos* celebrados por meio de *associações profissionais ou sindicais*, cuja livre criação é garantida, mas apenas as que fossem reconhecidas pelo Estado teriam poder de representação, o que também implicava que tais contratos celebrados pelos sindicatos oficiais acabavam obrigando aqueles trabalhadores não-sindicalizados, uma vez que a sindicalização individual era facultativa[1241]. Como ficou previsto pelo artigo 139, essas organizações seriam zeladas pela criação da Justiça do Trabalho, conquanto o direito de greve e *lock-out* fossem proibidos e "declarados recursos antissociais nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional"[1242].

Na Constituição de 1937, o enquadramento conceitual do novo regime *corporativista* está presente no artigo 140, que diz "A economia da população será organizada em corporações, e estas, como entidades representativas das forças do trabalho nacional, colocadas sob a assistência e a proteção do Estado, são órgãos destes e exercem funções delegadas de Poder Público"[1243], ao passo em que a feição *autoritária* desse corporativismo pode ser percebida no artigo 73, sob o título "Do Presidente da República", que garante o controle da representação política pelo Poder Executivo: "O Presidente da República, autoridade suprema do Estado, *coordena os órgãos representativos*, de grau superior, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional e superintende a Administração do País"[1244] [grifos nossos].

Para Schimitter, nenhum sistema de representação de interesses empiricamente existente pôde perfeitamente reproduzir todas as dimensões apontadas em sua definição do conceito de "corporativismo", embora dois dos casos que o autor investigou com maiores detalhes, Brasil e Portugal, cheguem bem perto. O autor enfatiza o caso brasileiro, afirmando que o sistema de representação de interesses montado no Brasil da Era Vargas foi um dos que mais se aproximaram do conceito de corporativismo definido em seu *tipo ideal*[1245].

[1239] BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 10 de novembro de 1937, artigo 136.
[1240] VIANNA, Luiz Werneck, op.cit, p. 217.
[1241] VIANNA, Luiz Werneck, op.cit, p. 221.
[1242] BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 10 de novembro de 1937, artigo 139.
[1243] Idem, artigo 140.
[1244] Idem, artigo 73.
[1245] SCHMITTER, Philippe, op.cit, p. 94-100.

Na historiografia brasileira são fortes as opiniões, como a de Luiz Werneck Vianna, de que esse corporativismo estatal jamais teria se realizado de forma plena, apesar da sua complexa estrutura institucional posta em funcionamento[1246]. José Luiz Werneck da Silva[1247] relembra as palavras de Ludovico Incisa, para quem os princípios e instituições corporativistas da Constituição de 1937 permaneceram, em grande parte, "letra morta". Luciano Aronne Abreu[1248] também acredita que o Estado Novo não pode ser definido como um regime de tipo corporativo, ao menos diante das exigências e características elementares apresentadas por Manoïlescu e os principais teóricos do corporativismo na época, mas como também admitiu Oliveira Vianna, pode-se dizer que o corporativismo se constituía numa tendência determinada pelo próprio Estado, numa expectativa de futuro para o Brasil, mas não exatamente numa realidade política e institucional do regime de Vargas.

Para os integralistas, o Estado Novo demarcou o fim da expectativa de um corporativismo integral camisa-verde, mas, ao mesmo tempo, representou um sucesso indireto de sua campanha política no "século do corporativismo" no Brasil. O papel de Reale nessa campanha nunca foi esquecido pelos dirigentes das duas ditaduras que governaram o país no século XX, que mantiveram o intelectual ex-integralista sempre por perto.

A seguir, abordaremos a doutrina corporativista de Miguel Reale com um olhar mais detido sobre seus aspectos teóricos, observando as três nuances que destacamos em seu ***corporativismo integral***, sendo elas o *corporativismo político*, *corporativismo social* e *corporativismo econômico*. Nosso objetivo é analisar as formas pelas quais Miguel Reale procurou utilizar suas referências teóricas do revisionismo antimaterialista para apresentar um projeto "não conformista", "vanguardista" e "revolucionário", colocando o integralismo no universo do fascismo internacional, entendido como "uma força de ruptura, capaz de arremeter contra a ordem estabelecida e de competir eficazmente com o marxismo na mente e na preferência, tanto dos intelectuais, como das massas"[1249].

5.2 Corporativismo político

[1246] VIANNA, Luiz Werneck, op.cit, p. 211-222.
[1247] SILVA, José Luiz Werneck, op.cit, p. 15.
[1248] ABREU, Luciano Aronne. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil. **Anais do XI Encontro Estadual de História "História, Memória, Patrimônio"**, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande-RS, 2012, p. 174-180.
[1249] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 4.

O ***corporativismo político*** pode ser definido como um sistema de representação política, baseado numa visão orgânico-estatista da sociedade, em que as suas "*unidades orgânicas*" (família, poderes locais, organizações profissionais e instituições de interesses) substituem o modelo eleitoral, centrado no indivíduo e na representação e legitimidade parlamentares, tornando-se o principal ou complementar órgão legislativo ou consultivo do Governo[1250].

De acordo com Alfred Stepan[1251], o termo "***orgânico***" faz referência a "uma visão normativa da comunidade política na qual as partes componentes da sociedade se combinam harmoniosamente para permitir o desenvolvimento completo do potencial do homem", enquanto o termo "***estatista***" surge "devido à presunção nesta tradição de que essa harmonia não ocorre espontaneamente no processo da evolução histórica, mas, pelo contrário, exige poder, escolhas racionais e decisões, e reestruturação ocasional da sociedade civil pelas elites políticas".

De um modo geral, nos grupos do *pensamento corporativista*, a questão da ***representação por classes*** é controversa. Aparecem quesitos como "grupos sociais", "profissões", "setores produtivos", "ramos econômicos", "trabalhadores/empresários", dispersos ou apresentados em arranjos entre economia, níveis de administração com formas de representação (empresas/atividades, município/estados/federação, democracia direta/democracia representativa). Diante dessa gama de possibilidades, o que parece como central no conceito é a concepção da ontologia social que ele traz: "a sociedade é a composição de partes funcionais e não dos indivíduos". A partir dessa noção fica mais compreensível para nós o fundo *nacionalista* nesses projetos do campo do estatismo-organicista, como o realeano, em particular, que apostam na construção de uma solidariedade social a partir do Estado, sendo o Estado aqui considerado não um ente antagônico ao indivíduo, outrossim, seria a sua própria realização. A conclusão desse pressuposto fundamental é a justificação da ação interventora do Estado autoritário em situações que o "interesse nacional" fosse ameaçado ou incompreendido[1252].

Para Cepêda[1253], não parece ser possível identificar uma matriz única de pensamento que fundamente o conceito de *representação classista*, em uso no Brasil dos anos 1930, mas também concorda que essas concepções de "representação classista" ou "corporativista" têm como traço mais característico seu *organicismo*, e pode se filiar às interpretações "orgânicas"

[1250] PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do fascismo, op.cit, p. 21.
[1251] STEPAN, Alfred, op.cit, p. 51.
[1252]CEPÊDA, Vera Alves, op.cit, p. 235-236.
[1253] CEPÊDA, Vera Alves, op.cit., p. 224.

da sociedade nas teorias de Comte, Spencer e Durkheim, ao pensamento marxista sobre a sociedade de classes tendo na luta entre elas o seu motor histórico. O impacto das obras de Manoïlescu teve grande influência do contexto internacional em mudança, com a radicalização do *pensamento social cristão* autoritário e com o avanço do *totalitarismo* na Itália fascista e em outros países, e no contexto interno brasileiro, com o avanço da *direita nacionalista*.

O *pensamento social católico* foi uma mola propulsora para a difusão do corporativismo na primeira metade do século XX, com a publicação da encíclica *De rerum novarum* em 1891.Em 1931, as orientações da *De rerum rovarum* foram reafirmadas pela encíclica *Quadragesimo anno*[1254], emitida pelo papa Pio XI, tornando a doutrina social da Igreja numa corrente com grande influência na época, como salientou Francisco Carlos Teixeira da Silva, uma corrente que influenciou um grande número de governos e partidos políticos[1255]. Com essa doutrina, o pensamento católico marcado pela romantização das sociedades feudais medievais pelo pensamento conservador do século XIX[1256], propôs a renovação e adequação de formas tradicionais de associação, como as corporações[1257], como forma de superar a luta de classes, sugerindo um Estado que atenuasse a sanha dos capitalistas, garantisse direitos aos trabalhadores, e acima de tudo, preservasse a ordem social. De acordo com o autor, o *corporativismo* seria, assim, "indissoluvelmente ligado à doutrina social da Igreja".

Também no final do século XIX, Émile Durkheim inaugurava um dos pilares positivistas do pensamento corporativista em *Da divisão do trabalho social* (1893). Nesta obra, o autor

---

[1254] Cf.: Carta Encíclica **Quadragesimo anno**. Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica no XL Aniversário da Encíclica de Leão XIII "Rerum Novarum", 15 de maio de 1931, Papa Pio XI. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html, acessado em 06 mai 2017.

[1255] SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (orgs.). **O século XX**: o tempo das certezas, da formação do capitalismo à primeira grande guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v1, p. 130-131.

[1256] PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do fascismo, **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.17-49, jan/abr 2014, p. 21.

[1257] As ***corporações de ofício medievais*** surgiram no seio de associações de base religiosa, denominadas "confrarias". Essas eram irmandades vinculadas pelo culto comum a um santo patrono. Praticavam caridade, assistiam os "irmãos", faziam festas, funerais, etc. Regidas por estatutos minuciosos, as corporações medievais eram responsáveis pela organização da produção e distribuição de bens manufaturados no burgo, reunindo os profissionais do mesmo ramo em *guildas,* e ofereciam assistência aos membros. Os artífices eram organizados hierarquicamente, entre *mestres*, *oficiais* e *aprendizes*. A associação entre *guildas* também fomentou a criação das *associações comerciais*. Os ***objetivos econômicos*** das corporações de ofício eram: evitar a concorrência entre os artesãos locais e os de outras cidades; fixação de preços; fiscalização do padrão e qualidade; valor dos salários. Os ***objetivos políticos*** das corporações de ofício: *liberdade pessoal*, que garantisse ao mercador ou artesão o direito de trabalhar e residir onde desejasse; *legislação especial*, que livrasse os habitantes das cidades das antigas obrigações servis; *abolição dos impostos*, que libertasse o comércio e as manufaturas das taxas feudais; *autonomia*, para a organização de governos próprios nas cidades, emancipando-se do domínio do senhor feudal. Cf.: ESPINOSA, Fernanda. O Renascimento da Civilização urbana. In: **Antologia de textos históricos medievais**. 3 ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981. Esses objetivos políticos influenciaram diretamente o movimento de emancipação das comunas, descrito por Marx e Engels, Cf.: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 57-59.

defendeu que a sociedade industrial inaugurou um novo modo nas relações entre os sujeitos sociais, que não mais poderia basear-se nos laços e proteções da sociabilidade primária, que o autor chamou de "solidariedade mecânica". Para superar a "desfiliação em massa" que ameaçava a sociedade moderna, a "solidariedade orgânica" surgia como o novo padrão de sociabilidade para a nascente sociedade industrial. A solidariedade "orgânica" seria uma sociabilidade construída, ou a construir, sobre as ruínas da solidariedade primária. Igualmente, o interesse de Durkheim pelas corporações não é expressão de uma nostalgia passadista, mas a tomada de consciência dos riscos de desfiliação de que a organização industrial é portadora. Como a divisão do trabalho implica uma complementaridade de tarefas cada vez mais específicas, haveria um fundamento objetivo para a ideia de que a sociedade moderna forma "um conjunto de condições sociais desiguais e interdependentes"[1258].

Durkheim foi, assim, um dos pioneiros na formulação do conceito moderno de corporativismo, com fundamentos teóricos bem diversos de sua versão na época medieval e no Antigo Regime. Diante dos dilemas econômicos e sociais inerentes à era industrial, o sociólogo francês propôs a organização corporativa da sociedade contemporânea visando equilibrar a desigualdade social e progresso econômico. Os grupos profissionais, associados em corporações integradas ao Estado, exerceriam um "poder coletivo de caráter moral", que seria capaz de disciplinar os indivíduos e influenciar as decisões estatais, tornando-se, segundo tal modelo, uma das bases essenciais da organização política, posto que sua função ultrapassava a mera organização da vida produtiva, devendo ocupar-se também de funções legislativas, administrativas e educativas, [1259].

Inspirado pela obra de Durkheim, o organicismo realeano segue as diretrizes lançadas pelo sociólogo para a regeneração de um tecido social em desagregação, que era como Reale via o quadro social, político e econômico do Brasil na época:

> A união entre plantadores de café, de cana ou algodão, daqui, do Ceará ou de Minas, não só é possível, como é necessária. Quanto mais organicidade houver nas forças internas, quanto maior volume e potencialidade apresentarmos, melhor será a situação geral e particular. Se é verdade que uma sociedade, quanto mais progride, tanto mais acentua a *divisão do trabalho*, não é menos verdadeiro o ensinamento que nos mostra que a *divisão do trabalho* tem como consequência uma *solidariedade orgânica* entre os homens, produzindo uma crescente *integração dos círculos sociais*[1260].

[1258] CASTEL, Robert, op.cit, p. 357.
[1259]BEIRED, José Luiz Bendicho, op.cit, p. 106.
[1260] REALE, Miguel. Corporativismo e Unidade Nacional, op.cit., p. 240.

A longa tradição estatista-orgânica, mais difusa e conceitualmente menos encerrada do que outras tradições de enfoque sobre o Estado, como o pluralismo liberal ou marxismo clássico, remonta ao pensamento da Antiguidade Clássica, como vemos na *República* de Platão e na *Política* de Aristóteles[1261], e passa pelo Direito romano, pela lei natural medieval à filosofia do Estado de S. Tomás de Aquino, leituras especialmente fundamentais no pensamento político e social no Sul da Europa e na América Latina, que também se impregnou pela doutrina social católica no século XIX, formando um "corpo cumulativo de ideias acentuando a comunidade política, a teoria do direito de associação, e o papel central do estado para a consecução do bem comum"[1262], até a ascensão da teoria hegeliana do Estado, que atingiu seu apogeu dramático no Entreguerras[1263], emprestando os contornos mais ou menos definidos que o estatismo-organicista tomou nesse período.

Schmitter vê em algumas abordagens do pensamento "Estatista-orgânico" baseadas na crítica à sua vagueza, falta de potencial de especificidade empírica e de argumentação, além de uma conceituação falha, ao levar em conta o fato de que Estados "organicamente concebidos" não foram compostos por subunidades corporativas, mas erigidos sobre uma grande variedade de "órgãos" que remontam às cúrias e frátrias descritas na *Cidade Antiga* de Fustel de Coulanges e às "metálicas" ordens de excelência moral aventadas na *República* de Platão, entre outras influências. Se aceitarmos que a característica principal do corporativismo moderno (na ideologia e na prática) diz respeito ao papel funcional das associações de interesses, percebemos a variedade de possibilidades de unidades funcionais que podem ser eleitas por seus idealizadores, como por exemplo, a unidade familiar, territorial-comunitária, moral, religiosa, produtiva, etc., que poderiam servir de base para um assim chamado "Estado orgânico". O autor ressalta que macro características pouco nos auxiliam para especificarmos relações concretas

---

[1261] Aristóteles concluiu ser impossível negar a desigualdade fundamental entre os homens partindo-se de um critério empirista. Os homens seriam desiguais não só pelo aspecto físico, mas principalmente pelo caráter, e desta premissa, surgiu a tese aristotélica de defesa da escravidão, "A escravatura não é uma mera convenção, encontra-se enraizada na natureza. Platão fala de 'carpinteiros ou sapateiros natos'; Aristóteles fala de 'escravos natos'. Há um grande número de homens que são incapazes de governar a si próprios. Não podem ser membros do Estado. Não têm direitos ou responsabilidades próprias e devem ser mandados pelos seus superiores", como lemos em CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**, op.cit, p. 127. No original da *Política*, Aristóteles diz "É claro que, se essa diferença puramente exterior entre os homens fosse tão grande como o é em relação às estátuas dos deuses, todos estariam acordes em dizer que aqueles que demonstram inferioridade devem ser escravos dos outros. Ora, tal sendo em relação ao corpo, mais justa será esta distinção no que se refere à alma; mas é tão fácil ver a beleza da alma como se vê a do corpo. Assim, dos homens, uns são livres, outros escravos; e para ele é útil e justo viver na servidão", ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Lafonte, 2012, p. 22. Sobre essas teses se firmou a tradição que vê a posição naturalmente diferente dos indivíduos nos variados graus de importância de cada órgão, dentro do organismo social, sendo lapidada durante a sociedade estamental ou de ordens no medievo e no Antigo Regime, até a contemporânea sociedade de classes.

[1262] STEPAN, Alfred, op.cit, p. 52.

[1263] CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**, op.cit, p. 305-320.

de autoridade, influência e representação, exceto para diferenciá-las de outras noções igualmente vagas de "Estado mecânico", que os teóricos do "organicismo" procuraram antagonizar[1264].

Foi com romantismo, tendo em Herder (1744-1803) um de seus mais influentes intérpretes, que a "família" passou a ser valorizada pela sua suposta origem "natural", naturalizando também as relações sociais, mas não as relações hierarquicamente institucionalizadas entre soberano e súdito. Por isso, a ideia de um "Estado forte" representava uma força impeditiva da realização livre, plena e individual do espírito do povo alemão. Mas foi apenas após Fichte (1762-1814) que a "*razão de Estado*" surgiu como elemento capaz de ordenar a nação de forma independente à vontade humana "individualista", "egoísta", e por isso então, "dispersa". Ou seja, o Estado forte deixava de ser um "fator impeditivo" à livre manifestação do *Volksgeist*, para se tornar o precípuo "construtor da nação". A perspectiva fichteniana do nacionalismo cultural tendeu a rejeitar a liberdade individual como princípio fundador da nação, afirmando que outras forças da vida social garantiriam a coesão para além da escolha dos membros do grupo. Assim, o "espírito nacional" assumiu um sentido místico e passou a ser fonte de valores e de conduta[1265].

A Filosofia da História integralista possui uma abordagem muito original, pensada inicialmente por Plínio Salgado, mas encampada pelos seus seguidores. Não nos deteremos sobre a Filosofia da História integralista, pois se trata de um assunto analisado amiúde no Capítulo 2, mas por ora, cabe ressaltar que, conforme a teoria oficial do movimento, a assim chamada "segunda humanidade", que é a "monoteísta", teria sua origem entre os hebreus (em cuja concepção da existência Salgado também inclui os maometanos e budistas), transportada ao amplo domínio do cristianismo. Para a segunda humanidade, Deus seria a causa primeira e a finalidade do Homem. Desse pensamento teria se originado uma tradição de organização do *Estado*, das *classes*, das *famílias*, das *comunas*, e o gérmen de um conceito de *autoridade*, de *obediência* às *leis morais* e *civis*, que atingiu sua expressão máxima com a civilização cristã medieval, na qual a "compreensão das contingências materiais" teria alcançado sua perfeita harmonia com a "ideia de uma finalidade sobrenatural", entendendo que essa "finalidade" era traduzida pelo código moral do período histórico[1266].

É nesse sentido que Reale escreve que o integralismo declara "que a Nação é um organismo moral, político, cultural e econômico que está acima dos indivíduos do grupo que a

[1264] SCHMITTER, Philippe, op.cit, p. 91.
[1265] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**, op.cit., p. 31-43.
[1266] Idem, ibidem, p. 18.

compõe, tanto pelos fins que deve realizar como pelas forças de que deve dispor", seguindo claramente os princípios lidos no corporativismo positivista de Durkheim nas primeiras páginas de *Da divisão do trabalho social*: "Ora, somente uma sociedade constituída desfruta da supremacia moral e material que é indispensável para impor a lei aos indivíduos; pois a única personalidade moral que está acima das personalidades particulares é formada pela coletividade"[1267]. Segundo Reale, "É essa compreensão da solidariedade nacional que constitui a força extraordinária dos movimentos integrais, e é precisamente contra esse sentimento de nacionalismo orgânico que se levantam todos aqueles que procuram impedir a nossa marcha, [...]"[1268].

Mantendo sua referenciação à sociologia durkheimiana, as corporações e o Estado orgânico em Reale serviriam, antes de mais nada, para preencher as lacunas que Durkheim via abrir-se nas tramas do tecido social das civilizações pós-Revolução Industrial. O sociólogo via no avanço da modernidade o desaparecimento das formas de organização que tem por base agrupamentos territoriais (*aldeia* ou *cidade*, *distrito*, *província*, etc.), que outrora estruturam a vida social pré-capitalista. Nas sociedades industriais modernas, pertencemos nominalmente a uma comuna, a um departamento, mas, em sua maioria divisões geográficas criadas artificialmente, os vínculos que a eles nos ligam se enfraquecem cada vez mais, do que se conclui: "O espírito provinciano desapareceu irremediavelmente; o patriotismo de paróquia tornou-se um arcaísmo que não se pode restaurar à vontade"[1269]. A intervenção sobre essa força desagregadora da sociedade deveria surgir na forma do *corporativismo nacional*:

> Agora que a comuna, de organismo autônomo que era outrora, veio se perder no Estado, como o mercado municipal no mercado nacional, acaso não é legítimo pensar que a corporação também deveria sofrer uma transformação correspondente e tornar-se a divisão elementar do Estado, a unidade política fundamental? A sociedade, em vez de continuar sendo o que ainda é hoje, um agregado de distritos territoriais justapostos, tornar-se-ia um vasto sistema de corporações nacionais[1270].

[1267] DURKHEIM, Émile**. Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. X. Sobre o conceito de "moral", é preciso ressaltar uma advertência feita pelo sociólogo em seu livro: "Mas o que é certo, antes de mais nada, é que ela [a moral] se desenvolve na história, sob o império das causas históricas, e tem uma função em nossa vida temporal. Se ela é esta ou aquela num momento dado, é porque as condições em que vivem então os homens não permitem que ela seja outra, e a prova disso é que ela muda quando essas condições mudam, e somente nesse caso". Idem. **Da divisão do trabalho social**, op.cit., p. XLIV. É interessante perceber que dessa percepção durkheimiana, presente nos fundamentos de seu pensamento social, Reale desenvolveu as linhas mestras de seu assim chamado "historicismo axiológico", para avaliar "fato", "valor" e "norma", metodologia com que criou a Teoria Tridimensional do Direito, que não se inscreve no recorte desta investigação.

[1268] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 88.

[1269] DURKHEIM, Émile. **Dadivisão do trabalho social**, op.cit., p. XXXVI.

[1270] Idem, ibidem., p. XXXVI.

Segundo Schmitter[1271], Manoïlescu, desenvolvendo sua obra no âmbito do pensamento materialista, estava convencido, assim como Durkheim, que a estruturação das corporações daria resposta para a superação do abatimento moral e espiritual do homem moderno, integrando-o na sociedade através de novos laços. Assim, as forças que levam à corporatização deveriam ser encontradas na economia política coeva, na natureza da propriedade, da produção e distribuição no sistema capitalista, enfatizando, consequentemente, as realidades econômicas das comunidades e indivíduos (o conceito de *corporativismo econômico* será analisado mais adiante), mas em última instância, o economista romeno também destacava o papel do corporativismo como agente reintegrador da unidade nacional e como veículo de representação dos interesses das classes produtoras da sociedade, compreendendo a atividade produtiva como parte das formações "naturais" da nação.

Essa base "orgânica" do que chamamos *corporativismo político* foi explicada por Miguel Reale ao tratar os elementos organizacionais constituintes na ideologia da "Democracia Integralista", como também foi chamado o estatismo-organicista no ideário da AIB:

> As associações profissionais apresentam vantagens de estrutura e de ação que os partidos estão longe de possuir. Os sindicatos, as sociedades e as ordens são organismos *naturais, permanentes, homogêneos e exprimem as atividades da Nação, inteira*; são *naturais* porque resultam da identidade de fins e da comunhão dos meios de ação; *permanentes* porque o trabalho é uma constante, é o estado normal dos homens em sociedade, devendo os trabalhadores ter órgãos próprios para expressão de seus direitos e conhecimento de seus deveres; homogêneos porque reúnem pessoas que não visam outro fim a não ser o resultante da natureza da atividade intelectual ou produtiva a que se dedicam; e estão em condições de exprimir a vida total da Nação, porque desde as vilas mais remotas às metrópoles do litoral, estende-se a rede do trabalho, dando origem, pela razão natural das coisas, aos agrupamentos jurídicos dos agricultores, camponeses, operários, industriais, etc[1272]. [grifos do autor].

No Brasil, dentre as propostas tenentistas que caminharam ao encontro do "estatismo-organicista", assim como o integralismo, houveram apropriações de um longo debate dentro do pensamento social brasileiro. As versões então mais recentes dessa tradição de pensamento descendem de autores positivistas do final do século XIX e início do XX, como Sílvio Romero, Tavares Bastos, Manoel Bonfim, etc., e especialmente daqueles que já eram leitura corrente na direita nacionalista, como Alberto Torres, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, sendo os três últimos os autores de maior repercussão no que se pensou sobre corporativismo no começo da

[1271] SCHMITTER, Phillip, op.cit., p. 117-118.
[1272] REALE, Miguel. "Perspectivas Integralistas". In: _____. **Obras Políticas**, III, op.cit, p. 19-20.

década de 1930[1273], tornando-se, portanto, autores comentados e, no caso dos dois últimos, ativos na cooperação com a construção do integralismo, através de suas colaborações na revista *Panorama*. Os integralistas alçaram o tema a um patamar superior ao longo dos anos 1930 e, por fim, as constituições de 1934 e 1937 representam o lugar central que o corporativismo atingiu na agenda política do Entreguerras.

Alberto Torres, como já dissemos, foi praticamente uma leitura obrigatória entre os intelectuais autoritários dos anos 1930 e colocada como tal no primeiro número da *Panorama*[1274], sendo sua obra um dos pilares do pensamento corporativista no Brasil, principalmente no que toca a questão da reestruturação do sistema representativo.

Com relação ao seu projeto de transformação do modelo de representação pluralista liberal pela representação classista organicista, apresentado em *A Organização Nacional*, sugeria que a Câmara dos Deputados seria eleita por sufrágio direto, com a metade de seus membros recebendo o mandato dos distritos eleitorais; um quarto dos estados e os demais por meio de eleição nacional, e propunha a combinação do sistema proporcional com a eleição majoritária. O Senado seria formado por indicação dos líderes das organizações religiosas, instituições científicas, profissionais liberais, industriais, agricultores, operários urbanos e trabalhadores rurais, banqueiros e funcionalismo. O presidente da República seria eleito por sufrágio indireto, através de um colégio eleitoral formado por parlamentares e líderes de vários segmentos sociais, à semelhança do caso do Senado[1275].

Torres acreditava que os efeitos da incorporação abrupta do Brasil à lógica da "sociedade de mercado" seriam desastrosos, em uma nação, como a brasileira, que segundo o autor, era até então carente de uma consciência e de uma identidade histórica formada. Em função desses "males", Torres pugnava por um nacionalismo que exaltava as "bases sadias da vida rural". Em outras palavras, Alberto Torres estabelecia sua crítica contra os ditames da República liberal, propondo resolver "o problema nacional brasileiro" e "a organização da nação". Neste projeto, caberia aos intelectuais e ao Estado, inteirado da "realidade" do país, construir a identidade nacional do povo, protegendo-o da influência perniciosa e desagregadora da intrusão estrangeira, na sua cultura e na sua economia. Assim, Torres defendeu seu projeto de uma sociedade de pequenos proprietários rurais[1276].

[1273] CEPÊDA, Vera Alves, op.cit, p. 226.
[1274] Cf.: EDITORIAL. Alberto Torres. In: Mentores da Nacionalidade. **Panorama**, ano 1, v.1, São Paulo, 1936, pp. 76-78.
[1275] SOUZA, Francisco Martins, op.cit, p. 9-10.
[1276] SILVA, Lígia Osório. A crise política no quadriênio Bernardes: Repercussões políticas do "Caso da Itabira Iron", In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p. 26-27.

Do imediato pós - Primeira Guerra Mundial até o início dos anos 1920, as ideias de Alberto Torres permaneceram no semianonimato. Mas com o início do movimento tenentista em 1922 e a ruína do federalismo oligárquico pelas críticas ao liberalismo constitucional da Carta de 1891, seu ideário iria renascer com força inaudita nos anos 1930, sob influência de outros intelectuais que ganhavam força no *crescendo* autoritário. Nesse sentido, autores como Torres eram comentados na seção "Mentores da Nacionalidade" na revista *Panorama*, com intuito de dar maior visibilidade aos teóricos e pensadores brasileiros dos quais a direita nacionalista no Brasil se nutria para construir a "Ideia Nova" do corporativismo e da unidade nacional.

Oliveira Vianna, outro renomado colaborador[1277] da revista *Panorama*, apesar de ter admirado o trabalho de Manoïlescu, estava sob maior influência da "*new school*", da "*sociological jurisprudence*" norte-americana, ressalvando a importância de sua adaptação à realidade brasileira. Entre o declínio do liberalismo e a ascensão do novo modo de governar assentado no corporativismo autoritário, Oliveira Vianna enxergava o conflito entre duas concepções do Direito: de um lado, a concepção individualista, que seria advinda do *Corpus Juris* romano, das *Ordenações Filipinas* e do *Code Civil* francês, de outro lado, "a nova concepção nascida da crescente socialização da vida jurídica, cujo centro de gravitação se vem deslocando sucessivamente do indivíduo para o grupo e do grupo para a nação, compreendida esta como uma totalidade específica"[1278]. Como saída autoritária aos dilemas da modernização no Brasil, Oliveira Vianna propunha que, portanto, ao Estado brasileiro caberia manter o controle sobre a atividade convencional e normativa dos grupos, estimulando e regulando também a criação e o funcionamento dos próprios sindicatos e instituições de tipo corporativo, através da Lei.

Na AIB, Gustavo Barroso apresentará, por vezes, visão muito semelhante à de Oliveira Vianna, em trechos como esse, retirado da revista *Panorama*, em que diz: "Nós somos representantes de uma grande civilização milenária que se radica em três grandes bases históricas: a filosofia e a arte gregas, o direito romano e a religião cristã"[1279], apontando quais tradições sustentavam a essência do projeto corporativista, encontrada em forma embrionária no período colonial, tanto no sentido jurídico-institucional quanto ideológico e enquanto cultura política.

[1277] OLIVEIRA VIANNA. Os regionalismos e a unidade nacional. **Panorama**, ano 1, n.8, São Paulo, 1936, pp. 15-16.
[1278] GOMES, Ângela de Castro. "Azevedo Amaral e o Século do Corporativismo, de Michael Manoilesco, no Brasil de Vargas", 174-178.
[1279] BARROSO, Gustavo. A Família através das gerações. **Panorama**, Ano 1, v. 1, São Paulo, jan 1936.

Miguel Reale afirma, que sendo a finalidade do Estado Integral criar uma *identidade entre Estado e Nação* com a substituição da representação político-partidária e do individualismo liberal pela representação corporativa baseada nestes grupos naturais formados por: a) "indivíduos unidos por laços biológicos e afetivos (famílias)"; b) "indivíduos unidos pela comunhão das atividades habituais (sindicatos profissionais de um lado; sociedades científicas, artísticas e religiosas do outro; corporações)". Essas duas modalidades de grupos naturais deveriam ser consideradas em três instâncias geográfico-históricas da sociedade: a) "dos municípios"; b) "das províncias"; c) "da Nação". Essa é a base esquemática do organicismo integralista de Reale na qual se funda a organização do Estado Integral, nessas duas dimensões: da *grupalista* e da *geográfico-histórica*; e, como o autor ressalta, "de uma terceira que nos é dada pelo *imperativo ético da solidariedade social* que dá forma e sentido às duas outras constituindo a razão de ser da soberania do Estado [...]"[1280]. Portanto, essas duas dimensões dos "grupos naturais" serão fundamentais na elaboração de sua teoria do federalismo de base corporativa, a começar pela *família*. De acordo com a sociologia durkheimiana empregada por Reale,

> [...] a família foi, no passado, a legisladora de um direito e de uma moral, cuja severidade chegou com frequência ao extremo da rudeza, ao mesmo tempo que o meio em que os homens aprenderam, pela primeira vez, a desfrutar das efusões do sentimento. [...] a corporação, tanto em Roma como na Idade Média, despertava essas mesmas necessidades e procurava satisfazê-las[1281].

O *Manifesto de Outubro de 1932*, lançando as bases do seu "estatismo-organicista", ou, "democracia orgânica", como aparece em Reale, aponta os três principais "grupos naturais", ou, "forças vivas da Nação", como os integralistas os chamam também, na "*família*", no "*município*" e na "*classe produtora*", que posteriormente, na teoria de Reale, será denominada "corporação". No 8º tópico do *Manifesto*, "A Família e a Nação", o primeiro grupo natural é aquele experimentado imediatamente pelo indivíduo, sendo por isso sua base moral e cultural, motivo principal que deve forçar o zelo do Estado sobre essa célula primitiva da nação, a *família*:

> Tão grande é a importância que damos às Classes Produtoras e trabalhadoras, quanto a que damos à Família. Ela é a base da felicidade na terra, das únicas venturas

[1280] Idem, ibidem.
[1281] DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**, op.cit., p. XXXIV.

> possíveis. [...] Nos instantes supremos, não bastam a ciência, a vida pública, a vida social, a vida coletiva, o egoísmo individualista; é preciso que o coração entre na vida do homem e fale essa linguagem que não é a da compaixão de um estranho, nem da filantropia formalista, nem do amparo oficial, nem de uma absurda socialização de afetos; - mas a linguagem profunda das afinidades longamente estimuladas e alimentadas. [...] O Homem e a sua família precederam o Estado. O Estado deve ser forte para manter o Homem íntegro e a sua família. Pois a família é que cria as virtudes que consolidam o Estado. A liberdade moral da família é o sustentáculo da liberdade e da força do Estado. O Estado mesmo é uma grande família, um conjunto de famílias. Com esse caráter é que ele tem autoridade para traçar rumos à Nação. Baseado no direito da família é que o estado tem o dever de realizar a justiça social, representando as classes produtoras. Pretendemos, nesta hora grave para a família brasileira, inscrever a sua defesa em nosso programa. É para defender a família do operário, do comerciário, do médico, do advogado, do engenheiro, do magistrado, do cientista, do professor, do funcionário, do soldado e do marinheiro, contra a desorganização, a prostituição e a ruína, que desejamos o estado Forte, baseado nas forças vivas da Nação[1282].

O conceito contemporâneo de "família" pertence ao campo ideológico de valores forjados pela burguesia em sua ascensão ao poder, a partir do século XVIII. Em sua história, esse conceito trouxe sempre o significado que associava a "instituição familiar" à "propriedade privada" ou como se dizia, "patrimônio", como o descreveu escritores como Friedrich Engels e Lewis Morgan, no final do século XIX. Com ascensão da burguesia, delimitava-se de uma maneira até então inédita as fronteiras entre os mundos público e privado, sendo a família o espaço privado no qual o indivíduo realiza suas aspirações sentimentais e afetivas mais íntimas e, consequentemente, mais espiritualmente edificantes, uma ideia que ficou consagrada com o pensamento de Rousseau exposto em obras como *Émile* (1762). Assim, no século XIX, as ideias rousseauneanas sobre a família foram cristalizadas e propagadas na era vitoriana, sendo sistematizada pela psicanálise freudiana. Essa ideia chega no Brasil no final do século XIX, desencadeando uma série de mudanças de atitude em áreas como a medicina, a higiene pública e na administração familiar, mas os resquícios culturais e estruturais do conceito de família escravista deram nuances próprias ao caso brasileiro[1283].

Conforme Sérgio Buarque de Holanda, a estrutura social assentada nos "domínios rurais" da América portuguesa se definiu caracteristicamente com o patriarcalismo, que definiu o conceito de "família" enraizado na estrutura social brasileira. De um modo geral, podemos dizer que "a família é uma das mais sólidas instituições de conservação do status quo, qualquer que

---

[1282] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**, op.cit, p. 6-7.

[1283] ALMEIDA, Angela Mendes. Família. SILVA, Francisco Carlos T. Fascismo. Memória e Historiografia. In: SILVA, Francisco Carlos T; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**, opiai., p. 1168-169.

seja ele. A família é, pela sua natureza, ordem, instituição, o contrário do amor livre e da espontaneidade"[1284].

> Dos vários setores de nossa sociedade colonial, foi sem dúvida a esfera da vida doméstica aquela onde o princípio de autoridade menos acessível se mostrou às forças corrosivas que de todos os lados o atacavam. Sempre imerso em si mesmo, não tolerando nenhuma pressão de fora, o grupo familiar mantém-se imune de qualquer restrição ou abalo. [...] Nesse ambiente, o pátrio poder é virtualmente ilimitado e poucos freios existem para sua tirania[1285].

De acordo com Riolando Azzi, o conceito de cristandade trazido no período colonial extraía sua força da exaltação da "dependência" de alguém perante outrem, culminando na figura ordenadora e "protetora" da autoridade sacralizada do rei e, acima dele, representada pela figura de "Deus Pai"[1286]. Antes do advento do Estado nacional moderno, ao lado da palavra "povo", a palavra "pátria" figurava com maior intensidade no jargão político. Esta palavra deriva do latim, *pater*, "pai", não o pai biológico, para o qual se usava *genitor*, mas como uma figura jurídica designada pelo Direito romano. *Pater* significava o "senhor", detentor da propriedade privada da terra e de tudo que nela existisse, ou seja, o seu *patrimonium*. Neste espaço privado, a vontade do senhor tinha o valor de lei, constituindo, pois, o seu *dominium* e, assim, todos que dele dependessem se subordinavam a esse domínio, formando a *familia* (mulher, filhos, parentes, clientes e escravos). Portanto, *pater*, ou pai, se refere ao poder jurídico patriarcal, sendo pátria o seu domínio, origem da expressão "pátrio poder"[1287].

Ou seja, o "patrimônio" é o que pertence ao "pai", "patrício", é o que possui um pai nobre e livre, logo, "patriarcal" é a sociedade estruturada segundo o pátrio poder. Esses termos designavam a divisão social das classes em que os "patrícios" eram uma elite de senhores da terra e dos escravos e formavam o Senado romano, enquanto o "povo" eram os homens livres plebeus, representados no Senado pelo tribuno da plebe. Os patrícios eram os "pais da pátria", enquanto os plebeus eram os "protegidos pela pátria". Quando a Igreja católica se estabeleceu como instituição, substituiu a expressão "pais da pátria" por "Deus Pai", afirmando que perante o Pai ou Senhor universal, todos são plebeus ou povo. Assim teria se consolidado a expressão

---

[1284] ALMEIDA, Angela Mendes. Família. SILVA, Francisco Carlos T. Fascismo. Memória e Historiografia. In: SILVA, Francisco Carlos T; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**, opiai., p. 1168-169.
[1285] HOLANDA, Sérgio Buarque de. op.cit., p. 82.
[1286] AZZI, Riolando. **A Cristandade Colonial**: mito e ideologia. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 136.
[1287] CHAUÍ, Marilena. *Brasil*. op.cit., p. 15.

"Povo de Deus", que deslocava a divisão social entre patrícios e plebeus para a divisão religiosa entre a cristandade e as nações pagãs[1288].

Reale aprofundava a importância a teorização sobre o papel dos "grupos naturais" no federalismo corporativista no que toca a família. Além das medidas de proteção estatal na ordem econômica, com a generalização de benefícios como o "bem de família" e o "salário familiar", políticas de proteção à criança e a supressão de impostos que incidissem diretamente sobre a economia doméstica, que, em suas palavras, forçavam "o neomaltusianismo em uma terra que precisa de muitos filhos e de filhos fortes". Na ordem política, sugeria a instituição do "voto familiar", possivelmente como estratégia de limitar o sufrágio universal na esfera das eleições municipais. Sobre o tema da família, o integralismo também não deveria esquecer a "grande família indígena", que sob a legislação do Estado Integral, deveriam "ser integrados na civilização pela ação dos missionários cristãos sob a proteção do Estado"[1289].

O 9º tópico do *Manifesto de Outubro de 1932*, "O Município, centro das famílias, célula da Nação", descreve a importância da primeira comunidade política em que o indivíduo é colocado em contato, daí sua importância político-administrativa como base do federalismo corporativista no projeto de Estado Integral, o *município*:

> O município é uma reunião de famílias. O homem e a mulher, como profissionais, como agentes de produção e de progresso, devem inscrever-se nas classes respectivas, a fim de que sejam por estas amparados, nas ocasiões de enfermidades e desemprego. Dessa maneira, os que trabalham e produzem estão garantidos pela própria classe, não dependem de favores de chefes políticos, de caudilhos, de diretórios locais, de cabos eleitorais. É a única de se tornar o voto livre e consciente. As classes elegem os seus representantes às Câmaras Municipais, como dissemos, e estas elegem o seu presidente e o prefeito.
>
> Os municípios devem autônomos em tudo o que respeita os seus interesses peculiares, porque o município é uma reunião de moradores que aspiram o bem estar e o progresso locais. A moralidade administrativa pode ser fiscalizada pelas próprias classes, pois o que determinava a incorporação das Câmaras Municipais no sistema democrático era a politicagem, o apoio com que contavam os chefes políticos locais, dos dirigentes da política estadual. Extintos os partidos, o governo municipal repousará na vontade das classes. Dentro destas, nenhuma influência estranha poderá ser exercida, porque todos se sentem amparados pela própria classe a que pertencem. Não haverá jeito algum de se fazerem perseguições políticas, porque o governo local estará livre de injunções e homens que, morando fora do município, se metam nos seus negócios, como tem sido comum. O município, portanto, sede das famílias e das classes, será administrado com honestidade, será autônomo e estará diretamente ligado aos desígnios nacionais[1290].

[1288] Idem, ibidem, p. 15-16.
[1289] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Diretrizes Integralistas**. Secretaria Nacional de Doutrina, 1933; apud REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 132-133.
[1290] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**, op.cit, p. 7-8.

Reale via o município como "uma espécie de cooperativa formada pela conjugação dos esforços dos trabalhadores do braço, do capital e da inteligência", mas como já vimos na seção sobre a crítica antiliberal que o autor faz do papel "desorganizador" do coronel nos municípios, o partidarismo impedia o pleno desenvolvimento desta "célula da nação". Por isso, a organização do sistema corporativista integral começa no município, a realidade imediata da vida produtiva do cidadão. O município também ocupa, desta forma, uma posição basilar na organização do federalismo de base corporativa, constituído na primeira instância do sistema eleitoral hierarquizado que o autor teorizou para o Estado Integral[1291].

O terceiro "grupo natural", que no *Manifesto de Outubro de 1932* aparece apenas como "*classes produtoras*", em Reale será apresentado como sendo os **sindicatos**. Para o autor, o sindicato, como uma das "células do organismo nacional", é uma amostra microscópica das características macroscópicas da nação: "é um organismo de finalidades éticas, políticas, econômicas e culturais. Como tal não é uma força posta a serviço de interesses particularistas, nem apenas uma organização de resistência na luta social"[1292]. Ademais, sua teoria seguia de acordo com a lição de Durkheim, "O que a experiência do passado demonstra, antes de mais nada, é que os marcos do grupo profissional devem guardar sempre uma relação com os marcos da vida econômica; foi por ter faltado para essa condição que o regime corporativo desapareceu"[1293].

É nestes novos círculos, *grupalistas e não mais geográficos*, "onde o voto representa um interesse e uma aspiração, que a Democracia real tem as suas raízes. Em lugar de iludir o proletariado é preciso lhe dar o lugar que lhe cabe no organismo do Estado, ao lado das outras forças produtoras"[1294]. ***Sindicatos***, ***município*** e a ***família***, portanto, são a são os "**grupos naturais**" que formam a base do novo federalismo, representação política e economia teorizados no sistema corporativista do Estado Integral.

Precisamos lembrar que a tradição do pensamento político que surgiu como viga mestra da ideologia fascista, o "socialismo nacionalista", é o produto de uma síntese do nacionalismo estatista-orgânico e da revisão antimaterialista do marxismo. Sua retórica revolucionária expressa num rechaço ao individualismo, seja ele de matriz liberal ou marxista, que lançou as bases de uma nova cultura política *comunitarista*, *antiindividualista*, que, por nascer embebida pela rebelião intelectual do idealismo romântico alemão. A ideia "revolucionária" apresentada

[1291] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 82-84.
[1292] Idem, Perspectivas Integralistas, op.cit, p. 21.
[1293] DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**, op.cit., p. XXXII.
[1294] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 154.

por intelectuais que beberam dessa tradição, como Reale, buscava a construção de uma solução de mudança total, de um novo marco intelectual, moral e político, único capaz de garantir a continuidade de uma coletividade humana na qual se integrariam harmonicamente todas as camadas e classes da sociedade, e isso não significava de modo algum um simples retorno ao "passado mítico", mas pelo contrário, se tratava de uma visão do "progresso"[1295].

A industrialização, o êxodo rural e a consequente urbanização deram início à ruína dessas estruturas de dominação, mas, contudo, não foram os ventos da liberdade que sopraram sobre as populações que vivenciavam a "questão social" que nascia dessa "Grande transformação". Pelo contrário, populações inteiras vindas do campo foram absorvidas por um "novo mundo" onde suas tradições, crenças, laços e redes de sociabilidade não possuíam mais nenhum significado concreto. O trauma dessas populações trituradas pelo "moinho satânico"[1296] da economia de mercado capitalista criou, além da anomia, uma desconfiança revoltada em relação à modernidade[1297].

Assim, a "questão social" no campo do pensamento organicista claudicava levando em si um paradoxo de "*modernidade*" e "*antimodernidade*", entre a "*modernização*" e a "*tradição*", mas sua promessa era reintegrar a grande comunidade nacional, em alguns casos, como no integralismo brasileiro, se tratava praticamente de enfeixar sua formação histórica em um Estado que finalmente se identifique com a sua nação, nunca antes realizada. Como percebeu Sternhell, essa cultura política apresenta um ideário que não é nem reacionário, nem contrarrevolucionário no sentido maurrasiano do termo, pelo contrário, surge como uma revolução que pretende aproveitar o melhor do capitalismo, do desenvolvimento científico e tecnológico moderno e do progresso industrial[1298], caminho para o qual o positivismo sociológico de Durkheim e a economia protecionista de Manoïlesco pareciam balizas importantes para a teoria do corporativismo integral de Miguel Reale, como veremos a seguir.

5.3 Corporativismo social

Philippe Schmitter apresenta uma das mais correntes visões do "***corporativismo social***", que pode ser definido como *um sistema de representação de interesses cujas unidades*

[1295] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 6.
[1296] Cf.: POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: As origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
[1297] BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 13-14.
[1298] STERNHELL, Zeev, op.cit., p. 7.

constitutivas do mundo da produção são organizadas dentro de um número limitado de categorias com caráter singular; compulsório; não-competitivo; hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas; reconhecidas ou permitidas (quando não criadas) pelo Estado, garantido um deliberado monopólio da representação dentro de suas respectivas categorias, em troca de certa margem de controle do Estado na seleção de líderes e na articulação entre demandas e apoios[1299].

Foi a frase dita por Mussolini "Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado", em seu discurso proferido na Câmara dos Deputados no dia 26 de maio de 1927, a centelha que influenciou a publicação do mais cultuado libelo do pensamento corporativista no Entreguerras, *O século do corporativismo* (*Le Siècle du Corporatisme: doctrine du corporatisme integral et pur*, Paris, 1934) do economista romeno Mikhail Manoïlescu, que o tornou bibliografia de referência entre movimentos corporativistas de todo o mundo. Para Miguel Reale, os discursos do *duce* também foram uma grande fonte de inspiração para traçar as linhas gerais do futuro corporativista do Brasil, pois o corporativismo era o "espírito do tempo", sem início nem criador definidos:

> Pensando bem, não é muito lógico falar em criador do Fascismo. A doutrina corporativista tem antecedentes no tempo e no espaço, tanto do domínio jurídico, como no econômico-social. Precursores são, por exemplo, Dupont White, Sismondi, List, Le Play, Gerber, Treitschke, Maurras, Sorel, Alberto Torres, etc. etc., cada qual cooperando com uma especial contribuição. Mussolini orientou a síntese, realizou o sincretismo das teorias, algumas delas consideradas até então contraditórias ou irredutíveis... Seu mérito é inexcedível, mas só mesmo a paixão nacionalista poderia considerar todo o "corporativismo"! um produto genuíno da Itália...[1300]

Primeiramente, Manoïlescu deixa claro que sua concepção de um sistema de representação de interesses (que na verdade, ele via como um sistema completo de dominação política), não possui ligação nenhuma, institucionalmente ou ideologicamente, com os ideais católicos de corporativismo ou com a nostalgia das corporações de ofício medievais. Segundo Schmitter, Manoïlescu desenvolve sua obra no âmbito materialista. Estava convencido, assim como Durkheim, que a estruturação das corporações daria resposta para a superação do abatimento moral e espiritual do homem moderno, integrando-o na sociedade através de novos laços. Assim, as forças que levam à corporatização deveriam ser encontradas na economia

[1299]SCHMITTER, Philippe, op.cit, 93-94.
[1300] REALE, Miguel. Nós e fascistas da Europa, op.cit., p. 228.

política coeva, na natureza da propriedade, da produção e distribuição no sistema capitalista[1301]. Após o beneplácito da Igreja Católica sobre a busca pelos modelos de *terza via* e a subsequente ascensão dos regimes totalitários, o corporativismo tornou-se lugar comum nas gramáticas da política moderna:

> Durante o período do Entre Guerras, o corporativismo permeou as principais famílias políticas da direita conservadora e autoritária: desde os partidos católicos e o catolicismo social, até os monarquistas, fascistas e radicais de direita, para não falar dos solidaristas, de Durkheim e dos partidários dos governos tecnocráticos. Monarquistas, republicanos, tecnocratas, fascistas e católicos sociais compartilharam "uma quantidade notável de pontos de vista em comum sobre a democracia e a representação" e sobre o projeto de uma representação funcional enquanto alternativa à democracia liberal, isto é, como constituinte das câmaras ou dos conselhos legislativos, que haviam sido estabelecidos em muitos regimes autoritários, durante o século XX[1302].

Manoïlescu formulou uma distinção chave entre dois subtipos de corporativismo. A um ele chamou "**corporativismo puro**" ("*corporatismpur*"), no qual a legitimidade e funcionamento do Estado seria primariamente ou exclusivamente dependente da atividade de representação de corporações únicas, não-competitivas e hierarquicamente ordenadas. Ao outro ele chamou "**corporativismo subordinado**" ("*corporatisme subordonné*"), no qual corporações similarmente estruturadas foram mantidas como órgãos auxiliares e dependentes do Estado, que funda sua legitimidade e funcionamento efetivo em outras bases. Entre os teóricos portugueses do corporativismo, esses dois subtipos são denominados "*corporativismo de associação*" e "*corporativismo de Estado*". Para Manoïlescu, o tipo de corporativismo engendrado no Brasil varguista foi o "corporativismo de Estado", assim como foi o caso de Portugal salazarista, Espanha franquista, Itália fascista e Alemanha nacional-socialista[1303]. Como vemos no relato transcrito a seguir, o "corporativismo integral" de Miguel Reale buscou se pautar na teoria do "corporativismo puro", ou "de associação".

Assim, conforme a propaganda eleitoral apresentada pelo *Manifesto-Programa da AIB em 1936*, "O Integralismo realizará o Corporativismo puro"[1304]. Como já dissemos, foi essa definição de Manoïlescu que inspirou o modelo corporativista do Estado Integral de Miguel

---

[1301] SCHMITTER, Philippe, op.cit, p. 117-118.
[1302] PINTO, António Costa. "O corporativismo nas ditaduras da época do fascismo", op.cit, p. 22.
[1303] SCHMITTER, Philippe, Still the century of corporatism? **Review of Politics**, 36 (1), p. 85-131, 1974, p. 102-104.
[1304] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto-Programa da Ação Integralista Brasileira**, op.cit., p. 3.

Reale, aquela também conhecida em Portugal como "corporativismo de associação", sendo aquele em que o conjunto das corporações socialmente e, se possível, espontaneamente construídas, estruturam e legitimam o Estado "de baixo para cima", ao contrário do "corporativismo subordinado", ou, "corporativismo de Estado", o qual mantém, "de cima para baixo" as corporações como órgãos auxiliares, sendo o Estado estruturado e legitimado por outras bases que não as corporativas, eleitas por critérios democráticos ou não, por sufrágio direto ou indireto, etc., mas não pela representação profissional via voto indireto no interior da hierarquia das corporações.

O cenário histórico do sindicalismo brasileiro era bem diferente do europeu, contando com um movimento sindical ainda muito reduzido nos anos 1930, gerando desafios à aplicação do "corporativismo puro" ou integral, no país. De acordo com Claudia Viscardi[1305], tanto no Império como na República, os princípios liberais justificavam a ausência do estado nos campos da assistência e previdência sociais. A pouca efetividade das leis protetoras nos mostram um Estado ainda pouco comprometido com a "questão social", relegada à polícia[1306] ou às instituições filantrópicas.

Nesse sentido, o discurso republicano de soberania popular e expansão da cidadania foram limitados pela ausência do Estado. Desde o fim do Império, a sociedade apresentava um nível de organização mais elevado do que mostraram alguns estudos pregressos sobre o tema. A existência de associações literárias, científicas, artísticas, esportivas, mutualistas, filantrópicas, entre outras, nos dão indícios de uma sociedade que já era capaz de se defender de determinadas arbitrariedades, resistir às mudanças que não julgavam convenientes e construir estratégias privadas de subsistência e socorro mútuo, em meio à pobreza que se generalizava.

Ao longo da Primeira República, foi adotada uma série de medidas e leis sociais com vistas a garantir a existência de um mercado de trabalho livre, e, ao mesmo tempo, assegurar aos trabalhadores condições mínimas de sobrevivência. Viscardi ressalta o fato de tais leis

---

[1305] VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. "Trabalho, Previdência e Associativismo: As Leis Sociais na Primeira República". In: LOBO, Valéria Marques; DELGADO, Ignácio Godinho; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro (orgs.). **Trabalho, Proteção e Direitos**: O Brasil além da Era Vargas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010, p. 53-58.

[1306] Um exemplo da *criminalização dos movimentos sociais* na Primeira República é a promulgação da "***Lei Adolfo Gordo***", cujo art. 1º previa que "O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquillidade publica, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional". BRASIL. **Decreto nº 1.641 de 7 de janeiro de 1907**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html, acessado em 07 jun 2017. Essa lei possuía motivação eminentemente política, visando inibir a atividade do crescente número de imigrantes anarquistas e socialistas que chegavam ao país. Batalha estima que, entre 1907 e 1921, 556 imigrantes foram expulsos do país devido à sua militância política. Cf.: BATALHA, Claudio. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

representarem também a preocupação do governo com os graves problemas urbanos emergentes no imediato pós-abolição, que foi marcado pela situação precária das famílias nos centros urbanos, inchados pelas levas de imigrantes e pelo êxodo rural. Embora muito pontuais e de eficácia prática frágil, as primeiras leis de proteção ao trabalhador foram ampliadas, na medida das contingência impostas pelo desenrolar da "questão social", estendendo-se às regulamentações previdenciárias e das modalidades associativas e mutuais que se multiplicavam no período[1307].

Assim, nas primeiras décadas da Primeira República formava-se um novo ator social, partejado pelas contradições crescentes que o processo de modernização trazia: a "classe operária" brasileira. A base do movimento operário era composta por trabalhadores qualificados (tipógrafos, alfaiates, sapateiros, pedreiros, marceneiros, etc.), enquanto a maioria dos trabalhadores (sem qualificação) estava fora dos sindicatos, legalizados pela Lei Sindical de 1907[1308], no governo Afonso Pena. O movimento operário foi liderado e moldado pelo discurso dos trabalhadores qualificados, de modo que os trabalhadores fabris tiveram pouco peso na condução do movimento operário, em seus primeiros anos. Assim, como diz Batalha, "O próprio predomínio, até a segunda metade da década de 1910, de organizações sindicais fundadas sobre o ofício em detrimento das organizações baseadas no ramo de atividade ou no setor industrial dificultava uma maior participação de operários fabris nos movimentos coletivos"[1309].

O que levou o anarquismo e o anarcossindicalismo a suplantar o socialismo na preferência de muitos militantes operários no início do século XX deve-se menos às características do tipo de trabalhador que militava do que às condições políticas do Brasil da Primeira República. O socialismo, influenciado pelas resoluções alcançadas pela *II Internacional*, buscava ganhar espaço através de uma ascensão dentro dos limites democrático-eleitorais, em um momento no qual o nível de participação das classes trabalhadoras era incrivelmente limitado, por exemplo, pela proibição do voto feminino, de religiosos e militares, e dos analfabetos, que compunham a maioria da população[1310]. É fácil perceber, a partir desses dados, a tendência autoritária que irá prevalecer nos textos de Miguel Reale e outros teóricos brasileiros do corporativismo que, apesar do apreço teórico pela via do "corporativismo societário", discordaram em muitos

[1307] VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. "Trabalho, Previdência e Associativismo...", op.cit, p. 30-31.
[1308] BRASIL. **Decreto nº 1.637 de 05 de janeiro de 1907**, que cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html, acessado em 23 mai 2017.
[1309] BATALHA, Claudio, op.cit, p. 171.
[1310] BATALHA, Claudio, op.cit, p. 172.

pontos, mas convergiram quanto a visão de um povo anômico e desintegrado que precisava da ação de uma vanguarda intelectual e um Estado forte para guiar as massas ao seu "destino histórico" rumo ao século XX, o "século do corporativismo", e extinguir de uma vez por todas os riscos e agitações da luta de classes, permitindo a plena utilização dos recursos humanos necessários ao impulso cogente da modernização nacional.

O pioneiro intérprete brasileiro de Manoïlescu, Azevedo Amaral, tomava o modelo do *New Deal* norte-americano como seu paradigma de Estado Moderno, este, enquanto Estado Nacional, cuja tendência ao autoritarismo também exprimia a proeminência do coletivo sobre o individual, justamente pelo seu caráter *nacional*. Sendo assim, em Amaral, o conceito de "*Estado autoritário, moderno e nacional*" ganhava, principalmente para o caso brasileiro da crise dos anos 1930, as feições de um "*Estado corporativo e técnico*", significando isto a "predominância das classes produtoras e da tecnocracia sobre a representação política tradicional, uma integração hierárquica das classes sociais dentro de um projeto de desenvolvimento econômico nacional" em que um "neocapitalismo" industrialista, base de seu projeto de modernização, suplantaria o capitalismo existente[1311].

Amaral acreditava que no horizonte da "nova Era" despontava a supremacia dos agentes do trabalho produtivo na direção do Estado, por isso a "valorização do trabalho", "sindicalização" e "organização nacional corporativa" deveriam ser os novos valores sociais a reorganizar o Estado e, espontaneamente, a formar a nova elite dirigente do Estado, o que consequentemente queria dizer, a nova elite responsável por dirigir a vida econômica e social do país[1312].

> O corporativismo era, nesses termos, apresentado por Manoilesco e lido por Azevedo Amaral, não apenas como uma possibilidade de reforma política da representação liberal; ele era um "verdadeiro" modelo de organização nacional, abarcando instituições/organizações públicas, mas igualmente instâncias privadas, fossem elas de natureza profissional ou não. As corporações se tornavam, nessa teoria, uma espécie de ponto nodal para o desencadeamento de toda uma proposta de reorganização nacional, denominada como autárquica, que é igualmente nacionalizadora e industrializante[1313].

[1311] MEDEIROS, Jarbas, op.cit, p. 69.
[1312] Idem, ibidem, p. 73.
[1313] Idem, ibidem, 198.

Azevedo Amaral foi um importante colaborador[1314] da revista *Panorama* dirigida por Reale, mas alguns pontos fundamentais em sua Teoria do Estado foram motivo de uma querela pública entre o autor e Miguel Reale, que procurou elaborar uma teoria dissonante da interpretação de Azevedo Amaral sobre o corporativismo em Manoïlescu, como veremos adiante. Reale, sem nenhuma reverência ao renomado ensaísta, considerou sua teoria "Mais uma prova de absurda pretensão de explicar o Estado pelas características do homem isolado, do indivíduo, temo-la em *Aventura Política do Brasil* de Azevedo Amaral, cujas setenta e uma páginas iniciais constituem um exemplo belíssimo de ficção em nome da ciência"[1315], sendo um pensamento, portanto, portador do vício cientificista da visão parcial e determinista.

Para Reale, a inconsistência da obra de Azevedo Amaral começava pela sua abordagem metodológica materialista, "que focaliza a história do homem segundo a lente do mais pretensioso e antiquado biologismo", produzindo uma terminologia arbitrária em toda sua obra, da qual, pelo que Reale parece sugerir, muito pouco se aproveita, apontando em seu biologismo racista que fundamenta a distinção conceitual que Azevedo Amaral faz dos tipos de Estado[1316], um ponto inconciliável com a abordagem e o método integralista de análise social[1317], um antagonismo que se desdobra na visão oficial do integralismo sobre a questão racial no Brasil (ver Capítulo 4). Portanto, a obra de Azevedo Amaral será mais importante na produção de Reale como fonte de crítica do que como referencial teórico. Reale considerava abertamente que Azevedo Amaral pertencia mais a geração de "análise" do século XIX, e que seu lugar como pensador e teórico deveria ser ocupado pela nova geração da *síntese* integralista.

Na sua perspectiva de modernização nacional do modelo de representação política, Oliveira Vianna defendia também que as principais "*classes econômicas*" do Brasil deveriam dirigir os poderes públicos no Brasil, ocupando tais cargos por mérito, avaliado pelo critério da competência técnica em detrimento da habilidade parlamentar. Em seu entender, no Brasil de até então, projetos e legislações seria obra da elite oligárquica que compunha exclusivamente o parlamento, sem nenhuma participação das classes econômicas da nação em sua feitura e assim, portanto, era uma elite alheia às reais demandas sociais e econômicas do país. Segundo Jarbas

[1314] Cf.: AZEVEDO AMARAL, Antônio José de. Em torno do Estado Corporativo. **Panorama**, ano 1, n.11, São Paulo, 1936.
[1315] REALE, Miguel. O conceito de Estado em Azevedo Amaral. In: _____. Atualidades Brasileiras, op.cit., p. 122.
[1316] Segundo Reale, Azevedo Amaral reduz "todos os motivos da vida social a três instintos, o *instinto de conservação*, o *instinto de nutrição* e o instinto de domínio. Cada um desses instintos básicos dá origem a um tipo diferente de Estado: o **Estado militar**, guiado pelo instinto de conservação; o **Estado econômico**, guiado pelo instinto de nutrição; e o **Estado político**, guiado pelo instinto de domínio. REALE, Miguel. O conceito de Estado na obra de Azevedo Amaral, op.cit., p. 123-124.
[1317] REALE, Miguel. O conceito de Estado na obra de Azevedo Amaral, op.cit., p. 121-123.

Medeiros, Vianna, assim como Azevedo Amaral, também buscava mais inspiração nos institutos criados pelo *New Deal* como o Conselho Nacional, a Lei de Recuperação Industrial Nacional e a Lei de Segurança Social do que no corporativismo italiano ou português, embora o modelo de Estado emergente no Brasil dos anos 1930 não guardasse grandes semelhanças ao modelo norte-americano[1318]. Para Ângela de Castro Gomes, Vianna se inspirava na experiência de países europeus como Bélgica, França, Inglaterra e, principalmente, Itália, cujo Conselho Técnico instituído pelo governo fascista enviava seus projetos diretamente para os órgãos executivos do Estado, sem consulta na Assembleia Nacional[1319].

De Oliveira Vianna, especificamente, Miguel Reale retirou um importante princípio para diferenciar o corporativismo integralista de congêneres europeus, e saudava o intelectual patrício por ter demonstrado em sua obra que o Estado no Brasil não pode prescindir da colaboração individual e de pequenos grupos, indicando a sua compreensão da eminente política de massas e do moderno corporativismo como força mobilizadora que pedia a participação de todos. Em outras palavras, Reale afirmava que os integralistas eram "mais democratas que os fascistas da Europa. Preferimos a colaboração popular a uma compressão de ordem física ou psíquica. [...]. Tememos que a disciplina militarizada habitue os homens a esperar a iniciativa ou o auxílio do Estado, em todas as condições sociais"[1320], palavras escritas em 1937, quando as Milícias Integralistas já haviam sido extintas pela Lei de Segurança Nacional, mas o peso do nome de Vianna é invocado como um atestado de correção de suas ideias.

Em um tom bem diferente, mas de acordo com o clima radicalizado de 1935, o Chefe Nacional da AIB deixava entender que o processo de construção do corporativismo integral seguiria caminhos antidemocráticos (extinção do pluralismo partidário e sindical) como aconteceu na fase "napoleônica" do PNF, e estigmatizava aqueles trabalhadores que não aderissem ao novo modelo corporativista, entrevendo seu caráter compulsório e exclusivo como órgão de representação, passando a noção de que seria merecida a marginalização social e política como sanção aos não aderentes:

> O Estado Integralista terá de substituir, imediatamente, a fim de salvar a verdadeira democracia das garras de oligarquias financeiras, o arcaico aparelhamento dos partidos pela organização corporativa da Nação. Declarados os partidos fora da

[1318] MEDEIROS, Jarbas, op.cit, p. 148.
[1319] ABREU, Luciano Aronne de. "Autoritarismo e corporativismo no Brasil", **Anais do XI Encontro Estadual de História "História, memória, patrimônio"**, ANPUHRS, Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Rio Grande-RS, jul 2012, p. 173.
[1320] REALE, Miguel. Nós e os fascistas da Europa, op.cit., p. 232.

> lei, cada brasileiro terá de se enquadrar dentro de sua profissão. [...] Só os vagabundos ficarão de fora, pois todo homem que trabalha terá de defender seus interesses dentro da sua corporação.[1321]

Nos sindicatos deverão se organizar, em grupos diferentes, os representantes das classes laboral e patronal. Deste modo, para cada setor das atividades produtivas haverá um e somente um sindicato para patrões e empregados, que poderão buscar um acordo comum entre os representantes das classes, ou, em face de um impasse sem resolução por acordo, devem recorrer ao arbítrio do Estado por intermédio da Justiça do Trabalho. Na instância imediatamente superior, as corporações definidas por cada setor da economia reunirão os representantes dos sindicatos patronal e laboral, intermediados por um árbitro destacado pelo Estado a fim de encaminharem os problemas e anseios, bem como deliberar sobre as soluções possíveis ao setor econômico como um todo, alienadas as diferenças e dissídios interclassistas, que já deverão ter sido resolvidos na instância inferior das negociações sindicais.

Os sindicatos passam a ser "pessoas de direito público", com vistas a ampliar e oficializar sua função dentro do estatismo-organicista, para que sejam válidas suas decisões e acordos, bem como sua responsabilidade para com seus representados. A nível municipal, fundamentando a mesma tendência de corporações única por ramo de atividade, deve existir somente um sindicato reconhecido para cada profissão, pois, como Reale assevera, "Não se compreende, em verdade, que, sendo um só interesse de uma classe, possam surgir várias associações arrogando-se o direito de falar em seu nome"[1322]. Nesse sentido, aqueles trabalhadores que optarem por não se sindicalizar ainda estarão sujeitos aos acordos e determinações firmados pelos representantes sindicais eleitos pelos sindicatos oficiais reconhecidos pelo Estado, para o ramo de atividade profissional do qual participam.

Os sindicatos de direito privado são permitidos, mas seus contratos coletivos só teriam valor entre as partes, de modo que "Somente os contratos realizados entre sindicatos de direito público, são leis para toda a categoria, porque eles podem falar em nome de um ramo de produtores"[1323]. Para que um sindicato seja reconhecido pelo Estado, Reale elenca quatro pré-condições:

[1321] SALGADO, Plínio. Sentido e ritmo da nossa revolução. In: _____. **A doutrina do Sigma**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935, p.23-24. Entrevista concedida ao *Correio da Manhã* e publicada duas vezes por aquele matutino.
[1322] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit., p. 84-85.
[1323] Idem. O Estado Moderno, op.cit., p. 161.

> a) – que reúna uma certa porcentagem de elementos da profissão ou categoria, 10%, por exemplo, como acontece na Itália;
> b) – que se proponha a finalidade não só de tutelar os interesses econômicos dos seus inscritos, mas também a sua tutela no campo da assistência, da instrução e da educação moral e nacional.
> c) – que não tenha ligação de dependência com organizações internacionais ou estrangeiras;
> d) – que os seus dirigentes, tenha boa conduta e competência...[1324].

Também são quatro as funções obrigatórias impostas aos sindicatos:

> a) *função política* – pela indicação livre dos representantes aos Conselhos Municipais, aos Conselhos Econômicos Provinciais e à Câmara Corporativa Nacional, diretamente ou através de seus órgãos hierárquicos.
> b) *função econômica* – pela participação de seus órgãos superiores na solução dos problemas da economia nacional e pela estipulação dos contratos coletivos.
> c) *função cultural* – pelo dever que lhes impõe o Estado de cuidar da cultura de seus associados, mantendo escolas, bibliotecas, cursos técnicos, etc., cooperando na criação dos campos de repouso, de diversão e esporte.
> d) *função moral* – porque deve procurar resolver conflitos, surgidos na produção, dentro de um espírito de cooperação e de auxílio mútuo, sem jamais esquecer os impositivos da solidariedade nacional[1325].

Outra função essencial dos sindicatos diz respeito à celebração dos *contratos coletivos*, a principal ferramenta para suprimir a liberdade contratual que, sendo um dos pilares do livre-mercado, era um passo essencial do corporativismo integralista para a reforma do capitalismo liberal. Os contratos coletivos decidiriam sobre questões como "horas semanais de trabalho" e "a forma e o quanto da retribuição do trabalho na produção da riqueza produzida[1326].

O município seria dirigido pelo Conselho Municipal, formado pelos representantes dos sindicatos de profissões diversas, e pelo Prefeito indicado pelo Conselho ao órgão técnico de cada província[1327]. Partindo do nível municipal, os sindicatos e associações congêneres formariam federações regionais, estas, por sua vez, as federações provinciais, que unidas, constituiriam as confederações nacionais. No plano regional das *províncias* (estados, na nomenclatura integralista) as "federações sindicais" juntar-se-iam para formar o Conselho Provincial, que escolheria o governador das províncias. Em um sentido de relações verticais, federações e confederações sindicais resolveriam seus conflitos e encaminhariam seus anseios no seio das corporações de cada ramo econômico. Assim seria formada a base sindical do

[1324] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit., p. 85-86.
[1325] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit., p. 86-87.
[1326] Idem, ibidem, p. 118-119.
[1327] Idem, ibidem, p. 84.

corporativismo integralista[1328], estrutura fundamental do novo federalismo e do novo sistema representativo.

A mesma organização existente no âmbito municipal se reproduz, como se vê, no círculo provincial congregando federações sindicais, e no âmbito nacional, compondo em unidade as corporações[1329]. As Confederações Sindicais constituiriam o Conselho Econômico Nacional. Finalmente, as Corporações seriam os órgãos oficiais que integram os representantes das diferentes profissões de uma mesma área de produção. Cada corporação elegeria seu representante junto à Câmara Corporativa Nacional. Constituir-se-ia o Senado pelos integrantes de "corporações não econômicas" (sociais e culturais), e através de sua união com a Câmara Corporativa Nacional formar-se-ia o Congresso Nacional – encarregado de eleger o Chefe da Nação[1330].

> No Estado demossocialista (que é o único hoje em dia existente, além do fascista e do bolchevista) o operário recebe direitos como uma dádiva do alto; no Estado Integral é o próprio operário que, no círculo das suas atividades, legisla como se fosse Estado através do órgão representativo de sua profissão. São ainda seus pensamentos diretos que, no seio das corporações decidem de todo o destino da produção, e, no seio da Câmara Corporativa ou do Conselho Nacional das Corporações, traçam os quadros dos seus deveres[1331].

Por razão desse esquema organizacional, Reale afirmava que "O corporativismo pregado pelo Integralismo é mais completo que o fascista, pois não consideramos apenas as *corporações econômicas*, mas também as corporações sociais e culturais da Nação. Como as Igrejas, o exército, a magistratura, as sociedades das ciências e das artes", ao passo em que "na Itália ainda subsistem um Senado de base não corporativa e um Conselho originado do Partido Fascista (fora das corporações), nós integralistas proclamamos que só é legitimo o poder constituído sobre alicerces corporativos", teorizando assim, a busca integralista pelo "corporativismo puro", de modo que, no Brasil, as corporações não estivessem sujeitas a um poder político de origem não corporativista, garantindo que o Estado seja constituído inteiramente pelas corporações[1332].

5.4 Corporativismo econômico

[1328] Idem, ibidem, p. 78-79.
[1329] Idem, ibidem, p. 90.
[1330] BERTONHA, João F. O pensamento corporativo em Miguel Reale, op.cit., P. 277.
[1331] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 161.
[1332] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit., p. 88-89.

Garrido complementa as duas visões já apresentadas do conceito de corporativismo, o *corporativismo político* e o *corporativismo social*, ao sugerir também atenção ao "***corporativismo econômico***" pensado e levado em prática no passado. Carecendo maior elaboração da parte de seus próprios doutrinadores, para as ciências sociais, esse conceito de corporativismo é ainda menos estabelecido e delimitado que os outros dois. Seu traço teórico mais comum, no entanto, assenta em uma "nova ética da atividade econômica, fundada na regulação estatal da concorrência e na institucionalização autoritária dos interesses" submetidos aos princípios da utilidade coletiva e do interesse nacional. Essa era a ética do *homo corporativus*, que se impunha contra a ética do *homo economicus* do capitalismo liberal e do socialismo[1333].

Esse *welfare* autoritário vislumbrado por Reale no horizonte de expectativas do corporativismo integral, está relacionado à emergência das "*políticas sociais modernas"*[1334], ou seja, à criação de mecanismos de proteção de indivíduos e grupos atingidos pela montagem e funcionamento da sociedade de mercado capitalista, sendo o Estado Nacional moderno, historicamente, seu principal agente promotor e cenário dos "contramovimentos destinados a corrigir seus efeitos deletérios", como diz Ignacio G. Delgado[1335]. Contudo, a emergência de um *regime ativo* na produção de políticas sociais vincula-se fundamentalmente aos processos de formação do próprio Estado Nacional e às relações de força estabelecidas entre os atores sociais relevantes no enfrentamento dos dilemas sociais que se desenvolvem a partir da emergência do mercado capitalista[1336].

Regimes autoritários podem dispor de uma capacidade maior do que a apresentada pelos regimes democráticos na implementação das políticas sociais. Os diferentes formatos que estas apresentaram na Alemanha e nos países comunistas indicam, entretanto, que as coalizões que dão sustentação aos regimes autoritários são decisivas para a determinação do modelo de política social implantado. No entanto, regimes democráticos, ou oligarquias liberais em processo de transição à democracia, são mais permeáveis às pressões da sociedade, o que pode gerar situações de equilíbrio desfavoráveis à operação de mudanças[1337], o que esclarece em

---

[1333] GARRIDO, Álvaro. **Queremos uma nova economia!** Estado Novo e Corporativismo. Lisboa: temas e Debates – Círculo de Leitores, 2016, p. 25-26.
[1334] Tomamos aqui emprestada a definição de Ignacio G. Delgado, que entende as "*políticas sociais modernas*" como "aquelas que se associam a ações *preventivas*, *regulatórias*, *compensatórias* e *redistributivas* desenvolvidas pelo Estado, estabelecendo, em determinados casos, disposições obrigatórias para os atores sociais no *âmbito nacional"*. DELGADO, Ignacio Godinho. **Previdência social e mercado no Brasil:** a presença empresarial na trajetória da política social brasileira. São Paulo: LTr, 2001, p. 16.
[1335] Idem, ibidem, p. 31.
[1336] Idem, ibidem, p. 40.
[1337]Idem, ibidem, p. 61.

grande medida as justificativas apresentadas na época para o aparecimento do autoritarismo como um imperativo da modernização no país nos discursos entre as esquerdas e direitas.

A "questão social" no Brasil, propagada nos debates políticos e na imprensa dos anos 1930 como um problema urgente que se arrastava há décadas, teve sua origem na longa reestruturação que o país foi submetido para adequar-se à competição internacional dos países capitalistas industrializados, e isso implicava além da realocação de capitais da agroexportação para a indústria, na transformação de uma sociedade rural e oligárquica em uma sociedade de mercado, o que ocorreu a uma taxa de crescimento cada vez mais acelerada após a Grande Guerra[1338]. Entre o final do século XIX e início do século XX, o país se adequava à constituição de uma ordem liberal, o que consiste menos em sua expressão política formal do que no caráter de formação de um mercado de trabalho, sendo a livre circulação de mercadorias, incluindo a força de trabalho, o elemento específico da concepção de mundo liberal. Foi um período de ampliação da cidadania social para as "classes subalternas", em um momento em que a emergência do conceito "social" redefinia a visão sobre os conceitos de "público" e "privado", com a própria reorientação do papel do Estado, agora preocupado em regular o mercado de trabalho[1339].

Em conjunto à visão corrente de que, no Brasil, é apenas na Era Vargas que a "revolução burguesa" tomou um curso melhor definido, também parece certa a interpretação de autores, como Sérgio Buarque de Holanda[1340], que a percebe em uma longa duração, iniciada com a Lei de Terras, em 1850, que tornou a terra uma mercadoria adquirível somente mediante um contrato de compra e venda, passando pela Abolição da escravidão em 1888, abrindo caminho para um mercado de mão-de-obra livre, até a entrada definitiva da nossa economia na lógica do capitalismo financeiro. Esse percurso explica a nossa "Grande transformação", tomando emprestada a expressão de Karl Polanyi[1341], quando foram criadas as três "mercadorias fictícias" (trabalho, terra e dinheiro) que alicerçam a existência de uma sociedade de mercado.

Inscrita como uma das maiores forças políticas da modernidade durante a Revolução Francesa[1342], a "***questão social***" tomou maior proporção na política de Estado com a Revolução

---

[1338] GRANZIERA, Rui Guilherme. "O Brasil depois da Grande Guerra". In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 136.

[1339] VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**, op.cit., p. 7.

[1340] HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. (cap. 7).

[1341] POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: As origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

[1342] A expressão "questão social" foi cunhada no imaginário moderno no século XVIII, traduzindo, mais ou menos a ideia de que "Pobreza é mais do que privação, é um estado de constante carência e aguda miséria, cuja ignomínia consiste em sua força desumanizadora; a pobreza é abjeta, porque submete os homens ao império absoluto de seus corpos, isto é, ao império absoluto da necessidade, como todos os homens a conhecem a partir de sua experiência

Industrial nos séculos XVIII e XIX. A aplicação de máquinas complexas e estabelecimentos fabris abriram espaço para o desenvolvimento da ideia de um mercado auto-regulável, ideia que atingiu sua expressão clássica com Adam Smith na *Riqueza das Nações* (1776). O funcionamento das unidades fabris, sem o risco de prejuízo por parte do empresário, dependia da oferta ilimitada de trabalho e matéria-prima à venda no mercado, mercado este que deveria ser permitido acontecer sem nenhum tipo de interferência externa. Uma "economia de mercado" seria um sistema econômico "controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável"[1343].

A auto-regulação significa que toda a produção deve ser voltada para a venda no mercado, de modo que todos os rendimentos gerados derivam, necessariamente, de tais operações de compra e venda. Em consequência disso, há mercados para todos os componentes da indústria, não apenas para bens e serviços, mas também para os três itens que compõem a lista das "mercadorias fictícias" que tornam possível o funcionamento de uma economia de mercado auto-regulável: o trabalho, a terra e o dinheiro[1344].

Essa ideia descreve, sumariamente, a noção da "*economia de mercado*" que surgiu articulada ao desenvolvimento do capitalismo industrial, consolidando a consequente ideia de uma "*sociedade de mercado*", espalhada pelo mundo através do pensamento econômico liberal, levando consigo um ideal de mudança de atitude por parte dos atores sociais, que passariam a motivar-se pelo lucro ao invés da subsistência, assumindo um quadro de valores cada vez mais utilitaristas e materialistas. Nas palavras de Polanyi, "a história da civilização do século XIX consistiu, na sua maior parte, em tentativas de proteger a sociedade contra a devastação provocada por esse mecanismo"[1345].

Essa grande transformação traduzia em larga medida a noção de "modernização" e de integração do Brasil na "modernidade", e demandou, como em outros países do mundo capitalista periférico, um impulso político do Estado. As diversas crises do capitalismo internacional forçavam os cafeicultores a abandonar gradualmente a ortodoxia liberal não intervencionista, lançando mão do reformismo e do intervencionismo contingentes ao período de baixa de nossa principal *commoditie*, o café, mas retornavam às velhas vias conhecidas assim

mais íntima independente de todas as especulações". ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. 2 ed. Trad. Fernando Dídimo Vieira. São Paulo: Ática, 1990, p. 48.

[1343] POLANYI, Karl, op.cit, p. 89.

[1344] Idem, ibidem, p. 90.

[1345] Idem, ibidem, p. 58.

que a estabilidade era retomada, de modo que sua atuação não provocava alterações bruscas nem profundas no mundo social[1346].

A Crise de 1929 foi o ponto de inflexão nesse processo, explodindo no Brasil em um cenário onde já se distendia uma crise política séria pelos últimos sete anos e, não por acaso, a principal palavra de ordem levantada pelos tribunos dessa crise política era a "modernização" nacional. Modernização da economia, modernização da política e do Estado, modernização dos costumes e dos hábitos do povo, e da cultura em geral. Vargas assumiu em 3 de novembro de 1930 sinalizando para essa modernização, uma modernização em forma de "revolução pelo alto"[1347], que encontrou seus caminhos com o seu pragmatismo ao longo dos quinze anos seguintes. Sem embargo, as primeiras medidas do Governo Provisório[1348] versaram sobre esse problema urgente e inescapável naquela altura: a "questão social".

O ***intervencionismo estatal*** é uma tendência que começou a se tornar clara com a emenda nº 34 à Constituição de 1891, proposta pela Comissão de Legislação Social da Câmara e aprovada pelo presidente Arthur Bernardes em 1926. Esse ano marca o fim da ortodoxia do liberalismo constitucional de 1891, pondo abaixo o princípio da "liberdade profissional", realizando o compromisso firmado pelo Brasil diante do Tratado de Versalhes (1919), no qual o governo brasileiro se obrigou a regular o mercado de trabalho no país[1349]. O mercado, o trabalho e a empresa, anteriormente estranhos à regulamentação jurídica, foram penetrados por larga legislação, de modo que o mercado, gradualmente, deixa de ser apenas uma arena mercantil, passando a ser também arena política e social. A imposição do público sobre o privado provoca a intervenção do Estado sobre as condições de compra e venda da força de trabalho. O Direito do Trabalho, de conquista da classe trabalhadora agindo contra o contratualismo individualista liberal, vira-se contra ela, com a penetração regulatória de uma legislação apolitizante do Estado, cada vez mais profunda sobre a vida privada[1350].

Em 1931, ano de grandes transformações iniciadas pelo regime Vargas embaladas pela pressão nacional-estatista dos *tenentes*, chegava ao Brasil, por iniciativa do empresário e escritor paulista Roberto Simonsen, a tradução da obra *Teoria do protecionismo e da permuta internacional* (São Paulo, 1931),traduzida do volume francês *Théorie du protectionnisme et de*

[1346] VISCARDI, Claudia. **O teatro das oligarquias**, op.cit, p. 113-123.
[1347] VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**, op.cit, p. 42.
[1348] O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi criado por decreto presidencial em 26 de novembro de 1930, ou seja, contados um mês e dois dias de exercício do Governo Provisório. RODRIGUES, Leôncio Martins, "Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)". In: FAUSTO, Boris (Dir.), **História Geral da Civilização Brasileira**. **O Brasil Republicano**, op.cit., p. 511.
[1349] VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**, op.cit., p. 38.
[1350] Idem, ibidem, p. 19-23.

l´échange international (Paris, 1929), publicado no ano do *crack* da Bolsa de Nova York, ganhando por isso visibilidade internacional. O autor criticou a validade teórica do livre-mercado, uma vez que as trocas comerciais entre países industrializados e países agroexportadores eram desiguais, em prejuízo dos últimos. Como meio de corrigir essa distorção, era necessário aos países dependentes da exportação agrícola que investissem em sua industrialização, seguindo um caminho que deveria conduzir as nações a governos autárquicos. Essa ideia chegou ao Brasil em um contexto oportuno para que ganhasse espaço nos debates sobre a modernização do país e superação da "crise", e foi especialmente bem recebida pelo empresariado que, representado por Roberto Simonsen, se empenhou em construir um espaço de debates onde, cada vez mais, se falava no corporativismo como sinônimo de uma via mais moderna. A publicação da tradução de Azevedo Amaral de *O século do corporativismo* (1938)[1351] veio como uma resposta aos problemas apresentados em *Teoria do protecionismo e da permuta internacional*, encontrando, já no final da década de 1930, ampla recepção entre intelectuais e empresários, no contexto em que o Estado Novo procurava colocar em prática a teoria corporativista[1352].

Reale diz no prefácio de seu livro *O Capitalismo Internacional* (1935), a "Introdução à Economia Nova", que esse ensaio surgiu originalmente intitulado como "*O operário e o integralismo*", mas o autor considerou falho apresentar um estudo sobre a posição do Trabalho e dos trabalhadores na economia integralista, sem antes defini-la ao menos em linhas gerais[1353].

Seguia a linha de pesquisa iniciada em seus ensaios sobre *O Estado Moderno*, no ano anterior, descrevendo a intervenção estatal no mundo contemporâneo, para longe de ser um tabu intocável, já vinha sendo disfarçadamente praticada ao longo do desenvolvimento do sistema capitalista, (tomando o ano de 1860 como marco do abandono do *laissez-faire* dos primeiros anos de hegemonia da doutrina liberal), contudo, sempre a favor das classes mais poderosas. Desse modo, o autor afirma que "O Capitalismo, no decorrer do século passado, exerce sobre o Estado três ações sucessivas: 1º - aceita o seu abstencionismo econômico, *na*

[1351] *O século do corporativismo* foi publicado no Brasil em 1938 pela Editora José Olympio, do Rio de Janeiro. Além de sua atuação como influente escritor e jornalista, através da revista *Cultura Política* criada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo, Azevedo Amaral contribuiu com a tentativa de se criar uma noção de "democracia autoritária" que deveria definir o regime varguista. Em seu pensamento é notória a centralidade da industrialização, quase sinônimo de "modernização" para ele, bem como a preocupação constante com o desenvolvimento de teorias políticas e sociais condizentes com as particularidades da nação, e o cuidado que em função disso se deveria ter ao serem apropriados ideais e métodos estrangeiros para o benefício do desenvolvimento do país. GOMES, Ângela de Castro. "Azevedo Amaral e o Século do Corporativismo, de Michael Manoilesco, no Brasil de Vargas", **Sociologia e Antropologia**, v. 02. 04, p. 185-209, 2012, p. 188-189.

[1352] GOMES, Ângela de Castro, "Azevedo Amaral e o Século do Corporativismo, de Michael Manoilesco, no Brasil de Vargas", op.cit, p.190.

[1353] REALE, Miguel. O Capitalismo Internacional, op.cit., p. 174.

medida que lhe é útil; 2º - Obtém a proteção alfandegária para competir no mercado internacional; 3º - Internacionaliza-se, dominando todos os Estados"[1354]. Deste modo, o capitalismo não apenas sequestrava o Estado Nacional em favor da burguesia de cada país, como também era utilizado como mecanismo de força na expansão imperialista sobre outros Estados soberanos. Portanto, para Reale fica claro que o não-intervencionismo era apenas uma falácia, que mascarava o benefício de poucos em prejuízo da economia popular.

Ricardo Benzaquen de Araújo[1355] salienta a perspectiva antiliberal que Miguel Reale possuía do papel da economia na sociedade capitalista, quando diz que, com o naturalismo, "a doutrina da escola clássica ou manchesteriana, generalizou a crença na incapacidade de nosso controle sobre os fatos econômicos, e deu origem a um sistema de economia sem sanção, despolarizado e desprovido de responsabilidade social e ética"[1356]. Não apenas os princípios jurídicos do liberalismo dos primeiros tempos eram esquecidos ou até mesmo fustigados, mas a própria organização das forças produtivas no ambiente de livre-mercado levava a criação de um ordenamento jurídico próprio, independente e paralelo ao ordenamento jurídico do Estado, que possuiria, conforme a doutrina liberal, o monopólio da administração da justiça. Araújo cita um dos exemplos mais utilizados por Reale para provar seu ponto de vista, tratando da *liberdade contratual*, e de toda uma "legislação social" que, para Reale, se desenvolvia fora dos quadros do Estado com medidas sobre a liberdade ou proibição das greves e a punição dos infratores sem o devido arbítrio do Estado antes que o antagonismo entre capital e trabalho chegasse ao ápice do impasse, com a paralisação da produção e os enfrentamentos violentos.

Um dos pontos cardiais da crítica de Miguel Reale à legislação social aplicada durante a Primeira República, e posteriormente pelo regime Vargas, visou desacreditar a importância dada ao projeto de inserção do Brasil no sistema capitalista internacional, devido ao caos social que, para o autor, esse sistema econômico "exótico" trazia à realidade brasileira:

> Enquanto aumenta o número dos desempregados, em centenas de fábricas, em centenas de fazendas, aumentam as "horas de trabalho extraordinário". Podemos dizer que, em certos casos, a lei das oito horas veio prejudicar mais que proteger os proletários. Isto porque se não quer estabelecer uma proporcionalidade entre os fatores de produção, porque se não procura tratar, em função uma da outra, a remuneração do Trabalho e a do Capital. Imperando a lei da oferta e da procura, nos quadros da economia individualista que parte do falso pressuposto de existirem produtores isoladamente autônomos e fortes, é o Capital que dita a norma, é o capitalista mais fraco que se curva ante as exigências do capitalista mais forte, e assim sucessivamente,

[1354] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit, p. 83.
[1355] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. In Medio Virtus, op.cit., p. 10.
[1356] REALE, Miguel. O Capitalismo Internacional, op.cit., p. 267.

> até se alcançar o verdadeiro senhor, o tirano absoluto das economias nacionais: o capitalismo financeiro[1357].

Reale enfatiza nos discursos de teor *anticapitalista* o surgimento da "questão social" como consequência das leis de oferta e procura no mercado de trabalho e da liberdade contratual: "os homens são iguais perante a lei, são iguais perante as pretensões patronais. E o que acontece?", a resposta seria a inoperância do "Estado gendarme" do liberalismo[1358].

E uma das consequências dessa liberdade contratual no mercado de trabalho que "coloca o Homem em pé de igualdade com o mercado das coisas" é que esposas e filhos mais velhos também precisam sair de casa para trabalhar, e assim é destruída a *família*[1359], o grupo natural mais importante na visão organicista do integralismo, atacando o discurso liberal que chamamos hoje "meritocrático", quando diz, por exemplo, "Uns nascem com um patrimônio deixado pelos pais ou pelos antepassados; outros não. E aquele que não pode dispor de bens no início da vida ativa – por mais qualidades e dotes de inteligência e de cultura que possua – encontra-se em uma indiscutível situação de desvantagem"[1360], deixando claro que a "excelência" a ser atingida pelo "novo" cidadão depende, necessariamente, da compreensão e realização de sua vida material.

O chamado nacionalista para a retomada da "soberania do Estado" atacava, sempre, aquilo que era visto como a principal ameaça externa ao país, o efeito colateral do capital internacional desregulado na economia brasileira, e que por isso, escreve, "só as forças anticapitalistas poderão restabelecer a soberania do Estado para defender os direitos individuais e nacionais"[1361]. Por isso, a prédica era para o controle total e a planificação da economia pelo Estado porque, como diz Reale, "Quando o Estado não controla a atividade econômica, compromete a própria soberania. Quem tira proveito são os banqueiros internacionais, os agiotas, os grandes representantes do Capitalismo internacional"[1362].

Reale, em sua exposição sobre a noção de ***economia dirigida*** no Estado Integral, parte de suas leituras do teórico e político fascista, Sérgio Panunzio[1363], citando o princípio de sua teoria econômica, que diz "*A coordenação, a composição das economias em um todo unitário é um*

[1357] REALE, Miguel. Perspectivas Integralistas, op.cit, p. 45.
[1358] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935, p. 113-114.
[1359] Idem, ibidem, p. 114.
[1360] REALE, Miguel. O Capitalismo Internacional, op.cit., p. 278.
[1361] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 145.
[1362] Idem. **ABC do Integralismo**, op.cit., p. 118-119.
[1363] Sergio Panunzio (1886-1944). Jurista, filósofo, professor, político e teórico italiano do sindicalismo nacionalista que aderiu ao fascismo nos anos 1920, tornando-se um dos principais teóricos do Estado Fascista.

momento de natureza própria, político - estatal diverso do momento econômico da produção da riqueza" [grifos do autor], o que, em outras palavras, coloca o Estado como um ente "supereconômico", atuando como produtor apenas nos casos em que a não-intervenção colocasse a soberania jurídico-política do Estado em perigo[1364]. Assim, para sua própria salvaguarda, o Estado brasileiro deveria ser pensado com a "Nova ética da atividade econômica", que pode ser lida em vários trechos da obra de Reale, como no seguinte, que a resume muito bem:

> Quando o Estado voltar a exercer a sua função normal de controle, nacionalizando os Bancos e tutelando as riquezas nacionais; quando, todos os produtores estiverem diferenciados em suas Corporações; quando o sentimento de solidariedade nacional se exprimir sob a forma concreta de um plano econômico de reedificação coletiva; então cessará o extermínio de uns pelos outros, o sacrifício dos homens dos campos e das usinas[1365].

Reale tomou *a Carta del Lavoro* como referencial "para uma definição segura da Economia Corporativa", em três princípios "complementares e integrantes" que o autor vê na Carta: a) a iniciativa privada; b) a responsabilidade do produtor perante o Estado; c) a representação dos produtores nas corporações[1366]. O autor também tomou como base o artigo 7º do *Estatuto do Trabalho Nacional Português*. Seus cinco pontos demarcados como direitos e obrigações do Estado ditam 1) equilibrar a produção e a relação capital e trabalho; 2) defender a economia nacional de interesses anticoletivos ou antinacionais; 3) impor metas de menores preços e maiores salários; 4) desenvolver a economia nacional corporativa num sentido de cooperação; 5) reduzir ao mínimo indispensável o funcionalismo privativo na economia nacional[1367]. Assim, predicava ao caso brasileiro uma ação interventora do Estado corporativo que deveria promover a racionalização da produção, o controle da circulação, o estímulo ao consumo e a distribuição[1368].

Mas, de todo modo, as constituições e leis corporativistas adotadas nas pioneiras experiências fascistas europeias não pareciam ser definições completas, porque apreciavam tão somente a posição do Estado na "economia nova", e, asseverava, "Economia Corporativa não quer dizer apenas Economia do Estado vigilante".

[1364] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 141.
[1365] REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 121-122.
[1366] REALE, Miguel. O Capitalismo Internacional, op.cit., p. 267.
[1367] Idem. O Estado Moderno, op.cit., p. 144.
[1368] Idem, ibidem, p. 146.

> Tem razão Rocco quando afirma que o Fascismo contém o liberalismo e o supera; contém o socialismo e o supera.
>
> É que o Integralismo procura abranger a totalidade dos aspectos do real; e o liberalismo e o socialismo não enxergam senão alguns desses aspectos. O Integralismo os supera porque reúne os aspectos da realidade; não soma os dados que os liberais e os socialistas obtiveram com a lente deformadora da unilateralidade; não estuda uma "realidade de segunda mão", como acontece com os partidários da escola intermédia.
>
> Não concordo, pois, com muitos escritores fascistas que se limitam a dizer que a Economia Corporativa é um meio-termo entre liberalismo e socialismo. É uma impressionante falta de visão[1369].

Reale afirma ter buscado em Aristóteles uma advertência útil ao tratar o corporativismo econômico no contexto histórico de sua época, sendo esta a que diz "os dados do problema social são econômicos, mas que a solução só pode ser moral", dizendo em outras palavras "Não é, pois, nos quadros da economia pura que se encontra a solução. Ela nos fornece os dados que devemos apreciar para resolver segundo um critério ético. É aqui que se une o problema estritamente econômico com o problema político do Estado"[1370]. A conclusão caminha para a *síntese integral* dos conceitos de Homem e Estado que se baseiam na ética nova do *homo corporativus*:

> É devido a este princípio ético essencial que o Estado intervém na Economia, promovendo a racionalização da produção onde os valores humanos devem ser respeitados, controlando a circulação de riquezas sem a crença absurda no automatismo dos movimentos sociais; estendo os círculos do consumo e proporcionando a distribuição. É a economia dirigida, reafirmação estupenda do humanismo integral, cujo princípio fundamental é, neste ponto, o seguinte: "O Trabalho é o sujeito, e não o objeto da economia[1371].

Nas *Diretrizes Integralistas* existem alguns pontos que podemos ressaltar, sobre as atribuições outorgadas ao Estado corporativo como *deus ex machina* da economia dirigida segundo a visão realeana. O XXI ponto defendido afirma "Uma vez organizado o Estado integral, este não poderá permitir que se formem fora do seu círculo de ação quaisquer forças de ordem político-social ou econômica que o possam ameaçar; nestas esferas da vida nacional tudo deve ser controlado e orientado pelo Estado Integral"[1372].

[1369] REALE, Miguel. O Capitalismo Internacional, op.cit., p. 266.
[1370] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 145.
[1371] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 146.
[1372] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Diretrizes Integralistas** apud REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 136.

> No Estado Integralista, [...], as indústrias terão que obedecer aos planos traçados pelos próprios industriais reunidos em suas instituições de classe, planos esses, em seguida, discutidos e aprovados pelas demais corporações não-industriais. Em suma, a totalidade das forças produtoras estará organizada de maneira a estudar o desenvolvimento harmônico das atividades econômicas, exercendo cada setor da produção um natural controle sobre os restantes.
>
> Diante de uma resolução apresentada por uma corporação, as outras terão o direito de intervir em virtude de seus interesses conexos e especialmente pelo fato de representarem, em relação a essa corporação, *os interesses dos consumidores*. Com efeito, cada produtor é consumidor relativamente a outro produtor. Assim sendo, a ordem na produção implica uma ordem no consumo[1373].

De Durkheim, a lição do estatismo intervencionista já havia preparado Reale para a obra de Manoïlescu, que veio a conhecer mais tarde. Em *Da divisão do trabalho social*, o sociólogo francês escreve que, desde os princípios da Idade Moderna, a corporação desponta como uma instituição crucial para a direção da atividade industrial nacional pelo Estado:

> Por isso, não foi sem fundamento que o poder real tendeu instintivamente a não deixar fora de sua ação a grande indústria, assim que esta apareceu. Era impossível que ele se desinteressasse por uma forma de atividade que, por sua natureza, é sempre capaz de afetar o conjunto da sociedade. Mas essa ação reguladora, embora necessária, não deve degenerar em estreita subordinação, como aconteceu nos séculos XVI e XVII. [...] Conquanto seja às assembleias governamentais que cabe colocar os princípios gerais da legislação industrial, elas são incapazes de diversifica-los segundo as diferentes modalidades de indústria. É essa diversificação que constitui a tarefa própria da corporação[1374].

A soberania do Estado modernizador era, então, essencial na teoria integralista, posto que a este caberia "realizar a unidade integral da nação, *coordenando e orientando numa diretriz única todos os grupos naturais que a constituem*, todas as forças vitais que a dinamizam"[1375] [grifo nosso] como se lê no VI ponto das *Diretrizes*, ou no XXII ponto, explicitado que "O Integralismo quer a direção da Economia nacional pelo governo, evitando que o agiotarismo depaupere as forças da produção, que o trabalho seja reduzido a uma simples mercadoria sujeita à lei da oferta e da procura; que o intermediário asfixie o produtor e esmague o consumidor; [...][1376], o que, em grande medida, nos revela as pretensões integralistas em erigir um ***Estado dirigista e uma economia planificada***. Deste modo, ao Estado Integralista cabe agir de três

[1373] REALE, Miguel. Atualidades brasileiras, op.cit., p. 137.
[1374] DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**, op.cit., p. XXXIII.
[1375] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Diretrizes Integralistas** apud REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p, 130.
[1376] Idem, ibidem, p. 136-137.

formas na direção da economia: "Cumpre-lhe *estimular*, *controlar ou gerir diretamente* o ciclo econômico", colocando o crédito como uma dessas formas de ação estatal, que, adverte[1377].

Não obstante, no XXIII ponto da *Diretrizes Integralistas*, é afirmado o reconhecimento da *iniciativa privada* como "fator mais fecundo da produção econômica" e defendido o direito de propriedade, conquanto "até o limite imposto pelo bem comum, estabelecendo ao lado do direito também o dever do produtor" e, por fim, preconizam que o Estado Integral deverá implementar "a nacionalização dos serviços que por sua natureza não podem ser explorados com fins de lucro, e que se destinem ao desenvolvimento da economia nacional e interesse público, tais como: estradas de ferro, navegação, minas, fontes de energia e aparelhamento bancário"[1378].

O sentido da "economia nova" apontava para um futuro em que a ***autarquia*** se transformava no ideal. Reale elenca dez pontos como exemplo de ações que deveriam ser coordenadas pelo Estado Integral, no sentido de dar fomento ao desenvolvimento de um mercado interno baseado em autarquias, que o autor sintetiza na frase: "*O Integralismo, no setor econômico-social, se propõe a organizar o Crédito e orientar a Produção a fim de igualar cada vez mais as oportunidades entre os homens, permitindo que o Trabalhador seja um criador efetivo de autarquias*."[1379] [grifos do autor]:

> 1º) A representação dos produtores no Estado e a subordinação de aplicação do Capital às necessidades do Trabalho;
> 2º) A democratização das sociedades anônimas as quais devem perder o espírito capitalista que as transforma, muitas vezes, em instrumentos de aproveitadores, quando devem ser órgãos de propulsão das pequenas economias;
> 3º) A organização do aparelhamento bancário sobre uma nova base, como *auxiliar*, e não como *controlador* da *produção*;
> 4º) A criação de órgãos técnicos para financiamento dos inventores desprovidos de fortuna;
> 5º) A criação de um sistema nacional de Cooperativas de consumo, de construção etc. em conexão com a rede sindical corporativista;
> 6º) Um sistema especial para o crédito particular fornecido a fim de ser aplicado na produção;
> 7º) A organização da Magistratura do Trabalho;
> 8º) A constituição unitária de sindicatos integrais, de funções obrigatórias de natureza política, econômica, moral e cultural;
> 9º) A generalização dos contratos coletivos, nos quais fiquem asseguradas as "medidas de assistência";
> 10º) A subordinação de toda a economia aos interesses comuns, aos interesses da Nação[1380].

[1377] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 146.
[1378] AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Diretrizes Integralistas** apud REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**, op.cit, p. 137.
[1379] REALE, Miguel. O Capitalismo Internacional, op.cit., p. 285.
[1380] REALE, Miguel. O Capitalismo Internacional, op.cit., p. 284-285.

Para Trindade[1381], o *anticapitalismo* integralista era ambíguo, pois, embora, criticasse com ferocidade o sistema capitalista, seu projeto de organização nacional da economia não atacava os princípios básicos desse sistema, concentrando seu ataque quase que exclusivamente ao capitalismo internacional. Pregavam a garantia da propriedade e da iniciativa privada e do lucro. Por fim, a meta do movimento, na análise de Trindade, seria modelar o capitalismo pra que assumisse uma função social constrangida pelos imperativos do nacionalismo, e se submetesse à direção planificada do Estado Integral. De um modo geral, não apresentaram o projeto de um sistema de produção e distribuição de bens que não possa ser considerado capitalismo, embora diferentemente da tradição da Escola Clássica do Liberalismo.

Seguindo os estudos de Trindade sobre o projeto corporativista da AIB, Décio Saes coloca o integralismo brasileiro entre os movimentos que continuaram a prática iniciada com o tenentismo, de se produzir um discurso no qual a modernização industrializante dirigida pelo Estado autoritário se impusesse como uma finalidade de interesse geral de todas as classes, a despeito da heterogeneidade da composição classista do movimento, o que se refletiu numa teoria de caráter paradoxal, por quê, explica:

> [...] a cúpula do movimento se coloca numa perspectiva centralista e intervencionista, que se adapta melhor às aspirações da classe média "populista" que às da burguesia cafeeira, dos proprietários fundiários, da burguesia industrial ou da classe média "liberal"; porém, ao mesmo tempo, a parcela da baixa classe média que fornece uma base social ao movimento (militantes de base) se sente menos atraída pelo centralismo e pelo intervencionismo integralistas, que pela possibilidade de organização coletiva contra a proletarização, representada pela ascensão do movimento popular, em 1934-35[1382].

Segundo José Chasin, o projeto ruralista de Plínio Salgado, inspirado fortemente em Alberto Torres, agiria como uma forma de reter o processo de acumulação capitalista no Brasil, ocorrido, segundo o autor, em estágio hiper-tardio, ou seja, após a consolidação capitalista tardia de países como Alemanha e Itália, tomando como referência o estudo de Barrington Moore Jr. sobre as origens sociais da "modernização conservadora"[1383]. Diferentemente dos fascismos característicos nos países de capitalismo tardio, o discurso pliniano negava a urbanização e a industrialização em nome de uma "utopia regressiva" ou "reacionária" que

---

[1381] TRINDADE, Hélgio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris (Dir.), **História Geral da Civilização Brasileira**. III. O Brasil Republicano. 3. Sociedade e Política (1930-1964). 3 ed. São Paulo: DIFEL, 1986, v 3, tomo III, p. 297-335, p. 325.
[1382] SAES, Décio, op.cit., p. 493.
[1383] MOORE JR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**, op.cit.

almejava um Brasil agroexportador de pequenos proprietários, um projeto jamais totalmente explicitado[1384]. Deste modo, a ideologia do movimento não seria conservadora, na acepção do termo, mas sim reacionária, no sentido de retroagir o processo de modernização, no sentido de um projeto regressivo do modo de produção capitalista para o país[1385].

A partir desta conceituação sociológica de Chasin e inspirado em Mannheim, Ramos[1386] crê que Reale possuiu uma visão eminentemente conservadora da "questão social", por que defendia a continuidade da noção aristotélica de uma desigualdade quase que natural entre os indivíduos, dentro da hierarquia do corpo social, e que esta diferença deveria ser refletida no Estado. A noção de "*utopia*" integralista, que também aparece na interpretação de Ramos, apareceu antes em Vasconcellos[1387] ao falar em "utopia autonomística" de um discurso nacionalista num país de capitalismo periférico, e em Chasin[1388], ao falar em uma "forma de regressividade do capitalismo hiper-tardio".

Observando o problema do anticapitalismo pelo prisma das culturas políticas, entendemos, como Sternhell, que a "revolução fascista" quer mudar a natureza das relações entre indivíduo e coletividade sem que para isso seja necessário arruinar o motor da atividade econômica (desejo por lucro), nem abolir suas fundações (propriedade privada) ou o destruir seu marco indispensável (economia de mercado). Esse é um elemento que constitui uma inovação no fascismo: a revolução fascista se sustenta em uma economia regida pelas leis de mercado. Tanto no discurso dos primeiros anos do movimento fascista quanto no corporativismo adotado pelo regime fascista, a base retirada da economia liberal seguia as lições de economia política dos intelectuais do sindicalismo revolucionário. A esse fascismo nascente, os sorelianos franco-italianos aportaram a ideia de uma revolução que deve erradicar o regime de democracia liberal, especificamente com suas normas intelectuais e morais[1389].

Apesar de Miguel Reale ser declaradamente devedor do pensamento de Alberto Torres, em seu discurso era claro seu distanciamento dessa tradição do pensamento social brasileiro que vê na agricultura a vocação econômica do Brasil. "Para os cantores do *país essencialmente agrícola*, devíamos ter continuado a ser uma Nação fornecedora de matérias-primas, sempre à mercê das altas e baixas dos centros industriais estrangeiros"[1390] [grifos do autor], afirmava o

[1384] CHASIN, José, op.cit., p. 607.
[1385] Idem, ibidem, p. 605.
[1386] RAMOS, Alexandre Pinheiro. Estado, Corporativismo e Utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937), ***Revista Intellectus***, no 7, vol. II, 2008, p. 4.
[1387] VASCONCELLOS, Gilberto, op.cit.
[1388] CHASIN, José, op.cit.
[1389] STERNHELL, Seev, op.cit., p. 7; 37.
[1390] REALE, Miguel. Atualidades Brasileiras, op.cit., p. 131.

autor sobre o grupo que formava a corrente econômica livre-cambista, que, para Reale, era a responsável pela forte oposição à expansão industrial no país, uma expansão por Reale muito desejada.

Apostava, sim, em um projeto voltado para o pequeno e médio proprietário rural, que envolvia a ampliação do crédito, a educação de base e técnica, voltada para o aperfeiçoamento da agricultura e do agricultor, admitindo a desapropriação das propriedades que não cumprissem sua obrigatória função social, etc., de acordo com seu projeto de formação de autarquias. Mas não via na agricultura agroexportadora o futuro da "Economia Nova" brasileira. Pelo contrário, afirmava sem meias palavras que, até aquele momento, ela havia sido o sustentáculo da situação de dependência econômica do país. Por isso, a diversificação da economia e das fontes de receita da União não eram por razões puramente fazendárias, ou para aumentar a faixa de consumidores na classe média focando no crescimento do mercado interno, mas sim, razões iminentemente políticas são claramente visíveis, com fins a abrir espaço para uma nova classe média de intelectuais e cientistas que queriam tomar o espaço até então ocupado pelas oligarquias, tomando o Estado e iniciando a "revolução integralista".

CONCLUSÃO
UMA TENTATIVA DE SÍNTESE

A fundação da Ação Integralista Brasileira em 7 de outubro de 1932, chefiada pelo jornalista e político Plínio Salgado, polarizou grupos *autoritários*, *nacionalistas*, *conservadores, espiritualistas* e *totalitários*, se transformando rapidamente em um movimento presente em todo o país. O movimento integralista brasileiro foi fundado por intelectuais, mas também reuniu operários, agricultores, estudantes, profissionais liberais, pequenos e grandes proprietários. A formação das novas "direitas nacionalistas" no final do século XIX se inspirou no modelo comunista de *partido revolucionário militarizado* originado na *III Internacional* de 1919, também conhecida como *Komitern*, ganhou força com a crise do sistema de crenças da democracia liberal após a "Grande Guerra" de 1914 a 1918, a Revolução Russa em 1917 e a Crise de 1929.

A proposta da AIB era resolver a "questão social" e a "questão nacional" através de uma campanha antiliberal e anticomunista, da organização de um "Estado forte" cuja tônica seria a centralização do poder, a direção da economia, a adoção do sistema corporativista e a revolução cultural, tendo à frente o Chefe Nacional da AIB Plínio Salgado, o chefe do Departamento de Milícia da AIB, Gustavo Barroso, e o jovem Miguel Reale, chefe do Departamento Nacional de Doutrina da AIB.

Salgado, místico e anticartesiano, foi o fundador e Chefe Supremo da AIB, possuindo a prerrogativa de ser a fonte oficial da doutrina; Reale, acadêmico e teórico, foi seu Secretário de Doutrina e Estudos, sendo responsável por elaborar e dar coerência, a partir da doutrinação de Salgado, à teoria do conhecimento integralista, ocupação que o colocou em rota de colisão com Gustavo Barroso, estremecendo toda a estrutura da AIB, mas ao mesmo, tornavam com essas crises e escândalos, a AIB mais conhecida no cenário nacional. Procuramos demonstrar que, apesar da burocracia totalitarista e da hierarquia autoritária, os estudos sobre o pensamento político integralista sobre as divergências fundamentais entre ambos os pensamentos nos convidam a perscrutar o universo intelectual da AIB em suas disputas (ainda que veladas) pela definição da "revolução integralista" que deveriam dar curso.

Pensar o espaço de experiência do contexto histórico em que emergiu originariamente o conceito de "integralismo" utilizado por Miguel Reale e demais intelectuais da AIB, nos conduziu inevitavelmente à reflexão sobre a "*modernidade*" e aquilo que os integralistas esperavam surgir de originalmente novo em uma "*após-modernidade*" que fosse "integralista". Essa expectativa era aberta em seus discursos de superação do paradigma "***materialista***" com

o paradigma "***espiritualista***", com um projeto "progressista" de consumação da História fundamentalmente exigente da participação das massas, a partir da formulação de uma cultura política, uma visão de mundo e ideologia que pretendia-se ancorar seguramente em um conhecimento sistematizado, produzido pelos critérios do método integral, contando com toda a rede de intelectuais disponíveis nesse projeto de filosofia globalizante que os integralistas construíam nos anos 1930, e que teve na historiografia de Miguel Reale seu pilar teórico, assim como em Plínio Salgado sua base filosófica.

O conceito de "*integralismo*" em uso na década de 1930 significava, para muito além da legenda partidária da AIB, um novo paradigma que suscitava um novo método de construção do conhecimento, que foi apresentado como o produto da revisão e *síntese* das filosofias e ciências fragmentadas do passado submetidas à nova sensibilidade proposta pelo movimento integralista para o processo do *conhecer* e do *ser*. Ser "integral" era querer buscar uma visão integradora, holística e finalista das diferentes partes dos problemas da vida, compreendida em sua dualidade entre as forças da *matéria* e do *espírito*, manifestadas nas visões de mundo *materialista* e *espiritualista*. O "homem integral" deveria atingir o domínio sobre a dialética da vida material e sobre a dialética das ideias na história, na filosofia e na vida social, para assim poder atuar e interferir na realidade, a partir da premissa de que "a ideia pode interferir no fato histórico"[1391], expressando a noção de "praxis" na "revolução integralista", como uma revisão do conceito marxiano.

Miguel Reale se inspirou nos heróis dos poemas épicos medievais, no "Príncipe" maquiavélico e nos mestres do Renascimento. Cultor do civismo romano e da cidadania grega, procurou nos pensadores do Estado, nos conselheiros de príncipes e fundadores de Estados-nação a fonte da mensagem de "*gesta*", "*amor*" e "*virtus*" universal do humanismo clássico fundida à nova visão que a historiografia fascista revisionista dava à *italianità*, ou seja, o caráter nacional italiano. A busca pelo caráter nacional brasileiro nessa mesma época, o paralelo quase que irresistível de não ser projetado, entre a crise na península italiana do século XIV e a crise no Brasil dos anos 1930. Definindo sua luta no campo historiográfico, Reale definiu no pressuposto de seu método que "A história, por conseguinte, envolve um estudo dos ideais formulados pelo homem e das vontades que os quiseram efetivar"[1392].

A questão teórico-conceitual na historiografia do integralismo tem se colocado cada vez mais imperativa, e os problemas desse tipo de conceituação sociológica não-historicizada e nem

[1391] SALGADO, Plínio. Psicologia da Revolução. In: _____. **Obras Completas**. São Paulo: Editora das Américas, 1955, v.7, p. 14.
[1392] REALE, Miguel. Atualidades de um mundo antigo, op.cit., p. 29.

contextualizada já foram alertados ao leitor. Ao invés de procurar qual categoria analítica melhor enquadra o significado sociológico da AIB, procuramos na história dos conceitos básicos empregados por Miguel Reale e em seu contexto social, político e, sobretudo, linguístico, o significado histórico que o conceito de "integralismo" adquiriu em sua obra, como face importante do processo de cristalização do conceito de "integralismo" no período Entreguerras e, assim, procuramos neste conceito uma forma de compreender esse tempo histórico no Brasil. Essa abordagem procura responder à natureza dos problemas suscitados pelas fontes de nossa pesquisa, produzidas pelo esforço teorizador de Miguel Reale como parte de uma ação política e conscientemente historicizada.

Assim, a tradição "espiritualista", isto é, o estudo das "finalidades" somar-se-ia aos estudos das "causas eficientes", ou seja, as abordagens "materialistas" sobre os dados positivos, que é o mundo objetivo onde se realiza a vida social. Em outras palavras, sua abordagem consistia no cruzamento de dois momentos de uma mesma síntese "integral" que conjugasse a análise das estruturas feita pela História Social com as análises próprias à História das Ideias que era praticada então, com suas "*mitologias da história do pensamento*", como diz Skinner[1393]. Aplicando a abordagem sugerida por sua metodologia, criada na crítica ao método analítico e à fragmentação da ciência moderna no final do século XIX, Reale entende que a filosofia da história deve pressupor o conhecimento das leis sociológicas, econômicas, antropológicas, antropográficas, jurídicas, etc., e é na filosofia de Salgado, mais do que nas tradições aprendidas na Academia, que o autor buscou a pedra de toque de sua visão integralista da História[1394].

Assim, com a forte influência dos historicistas estudiosos da obra de Vico e dos conceitos de "civilização" e "cultura", de Herder, Fichte, até o relativismo spengleriano e à revisão revolucionária e a historiografia fascista, se opunham aos iluministas e jusnaturalistas por buscarem uma teoria que legitimasse a ruptura com o passado em relação ao "homem universal", visão rechaçada pelo historicismo, que só irá reconhecer o homem no tempo. Por conseguinte, se afastavam do hegelianismo e demais filosofias que enxergassem a história como "realização progressiva da liberdade", substituindo o "*mito do progresso*" pelo "*mito do devir*", isto é, "o futuro não seria necessariamente melhor, mas outro". O historiador historicista procurava identificar as "multiplicidades" e "descontinuidades" históricas. Por isso, encarava

[1393] JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: _____; (Orgs.). **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006, p. 15.
[1394] REALE, Miguel. Atualidades de um Mundo Antigo, op.cit., p. 37.

como relativas as éticas e morais que se transformavam e alternavam ao longo do tempo e em cada lugar, desprezando qualquer "decálogo de valores universais, válido para todos" porque os *valores*, ou seja, o que torna uma determinada sociedade coesa, só se definem quando se particularizam[1395]. Assim, a teoria integral do direito e do Estado se colocava na direção contrária ao jusnaturalismo e ao Estado democrático de direito. A nova ética fascista exigia um Estado com leis plásticas e adaptáveis às mudanças aceleradas dos novos tempos, e deste modo, até mesmo os direitos individuais, apesar da promessa de "proteção" oferecida pelo "Estado ético" e cristão no integralismo, o direito do Estado estava petreamente assentado na teoria realeana, expressa em *O Estado Moderno*.

AIB surgiu em um momento em que a era da política de massas aportava triunfante na arena nacional. Seguindo a tese clássica de Hélgio Trindade, tratamos aqui o integralismo como um "fascismo brasileiro", que apresentou em seus discursos um "*nacionalismo palingenético*" – utilizando o conceito como o vimos no debate entre Sternhell, Mann, Payne e Griffin. essencial na formação da ideologia e do pensamento político, exprimido em sua forma mais radical na imprensa e na violência das ruas.

Vimos com Koselleck, Girardet e Cassirer, que além de estar ocorrendo uma mudança profunda nos paradigmas e linguagens políticas do período Entreguerras, os intelectuais e políticos atualizados com essas transformações e com as inovações tecnológicas na era da política de massas, criaram um ambiente inteiramente novo no pensamento e na experiência política moderna, com a ascensão dos fascismos. No núcleo do nacionalismo palingenético integralista se colocavam as mitologias conspiratórias, onde se definia os "inimigos" da AIB, os acusados de fomentar perfidamente a "crise" no país e no mundo: liberais, comunistas e judeus. Somente após a destruição desses elementos "nocivos" e "degradantes" da sociedade, a nação brasileira poderia renascer de suas cinzas em toda a sua glória, ou seja, realizar, como a *Fênix*, sua palingênese.

Ao pensarmos o integralismo como uma cultura política em ascensão nos anos 1930, ele parece ter sido, entre tantas nuances, um tipo de "religião política" que permeou os movimentos e regimes com pretensão totalitarista. A AIB não foi apenas um "partido cristão", mas foi o fenômeno de um novo tipo de religião contemporânea, contendo uma ideologia que englobava a esfera social, cultural, política e espiritual do indivíduo, imerso em um universo totalmente reestruturado por novos significados e novos pactos de sociabilidade firmados na esperança de redenção nacional e progresso, muito mais do que nos mitos do retorno à "Idade de Ouro", mas

[1395] REIS, José Carlos, op.cit., p. 209-210.

a pureza perdida no Éden era representada pela hegemonia do "materialismo", enquanto a reconciliação do Povo com Deus após a *Queda* seria possível pela ascensão do "espiritualismo" e a síntese integral trazida por aqueles "novos homens" que vestiam a camisa-verde e impunham a nova "ordem sentimental" que estava sendo criada pelo integralismo[1396].

Para as elites brasileiras da época, a retórica antiliberal, anticapitalista e "revolucionária" integralista talvez tenha sido um problema grave, mas o projeto de ordenamento e integração forçada dos trabalhadores no modelo corporativista era bem recebida entre a burguesia industrial defendida por seus escritores, como Roberto Simonsen, mas a aliança com a elite terratenente parece irrealizável para um movimento que prometia acabar de uma vez por todas com o coronelismo, em um momento histórico em que, até mesmo para a própria Revolução de 1930, vitoriosa na luta armada, era difícil suplantar completamente o poder dos "coronéis".

Ou seja, além de forçar a ruptura do horizonte de expectativa, prometendo realizar o nunca antes realizado na experiência histórica do país, os discursos sobre seu projeto faziam parte também de uma conjuntural "guerra por território" na arena política brasileira, o que implicava em diminuir o poder econômico dos adversários, procurando ao mesmo tempo influenciar o debate político e a opinião pública contra os inimigos do integralismo. Mas, por fim, podemos considerar esse ataque à tradicional matriz econômica do país, um desejo modernizador, ainda que autoritário e elitista, seguindo a via de uma "revolução pelo alto", se pudermos levantar esse tipo de hipótese sobre o discurso de um movimento que nunca foi regime de fato, mas que teve papel histórico durante um regime autoritário, nacionalista e corporativista em processo de transformação.

O alistamento em massa no proletariado ficou muito aquém do projeto realeano, apesar do aumento de seus esforços nesse sentido, como a criação do jornal *Ação* e a formação de quadros permanentes da AIB para atuar juntamente ao movimento sindical. As esquerdas eram majoritárias, e a força centrípeta que a ANL deixava o espaço de arregimentação das massas reduzido para a AIB. Nas Forças Armadas, o surgimento da ANL também representou a progressiva diminuição da penetração integralista.

Do *paradigma integralista* ao *método integral*, na escrita da História e na crítica historiográfica, em todos os seus esforços guiados pelo que disse ter sido, em sua juventude, uma "vontade firme de teorizar a vida e de viver a teoria na unidade indissolúvel do pensamento e da ação"[1397], em busca da assim chamada "síntese integral", Miguel Reale legou aos

[1396] SALGADO, Plínio. O Problema da Ordem. In: _____. **A Doutrina do Sigma**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935, p. 44.
[1397] REALE, Miguel. O Estado Moderno, op.cit., p. 7.

historiadores mais do que apenas as suas interpretações sobre o passado histórico e seu tempo presente. Suas expectativas em relação ao futuro, reconhecidas e compartilhadas dentro e fora da AIB, nos dizem muito sobre o contexto histórico em que viveu sua geração, a partir do esclarecimento de conceitos básicos utilizados nos conflitos políticos e sociais da época, talhados na luta diária nas ruas, nas tribunas, nas casernas, nos campanários, na imprensa e no rádio, entendidos não apenas por nós, mas também pelos autores da época, como fatores decisivos no processo histórico que deu origem ao Brasil moderno.

Assim, propomos a inserção do integralismo nos estudos sobre a história da Ciência, a teoria da História e história da historiografia no Brasil. Destarte, aprofundando-nos no método integralista e no processo de formulação das linguagens políticas integralistas e no contexto de emergência de seu horizonte de conceitos sociais e políticos, esperamos contribuir para uma tentativa de síntese histórica vista como um esforço amplo e coletivo de todos os investigadores envolvidos com o tema do integralismo no brasileiro e comprometidos com a importância da contextualização, que busque apresentar uma redefinição metodológica do conceito de *"integralismo"* empregado pela historiografia contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luciano Aronne de. Autoritarismo e corporativismo no Brasil. **Anais do XI Encontro Estadual de História "História, memória, patrimônio"**, ANPUHRS, Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Rio Grande-RS, jul 2012.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGOSTINO, Carlos Gilberto W. Protocolos dos Sábios de Sião. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexandre Martins (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000.

ALMEIDA, Angela Mendes. Família. In: SILVA, Francisco Carlos T; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000.

AMARAL, Azevedo. **Ensaios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930.

ANDERSON, Perry. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **In Medio Virtus**: uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Totalitarismo e Revolução**: o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo, revisão técnica Adriano Correia. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. 2 ed. Trad. Fernando Dídimo Vieira. São Paulo: Ática, 1990.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Pietro Nassetti São Paulo: Martin Claret, 2005.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Lafonte, 2012.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Trad. Sérgio Bath. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ATHAYDES, Rafael. O fascismo genérico e o integralismo: uma análise da Ação Integralista Brasileira à luz de recentes teorias do fascismo. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 18, n.3, p. 1305-1333, set.-dez./2014.

AZZI, Riolando. **A Cristandade Colonial**: mito e ideologia. Petrópolis: Vozes, 1987.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A imprensa Integralista e o jornal Acção: vínculos ideológicos entre a extrema direita no início do século XX. In: In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Guaíba: Editora Sob Medida, 2012, v.2.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Miguel Reale e o Jornal Ação: Aspectos do projeto político econômico do Estado Integral. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Guaíba: Editora Sob Medida, 2012, v.2, pp. 221-244.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República (1930-1960).** São Paulo: Fulgor, 1968, v3.

BATALHA, Claudio, Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília N. de A (Orgs.). **O Brasil Republicano**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1, p. 161-190.

BATALHA, Claudio. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BEIRED, José Luiz Bendicho. **Sob o Signo da Nova Ordem**: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Loyola, 1999.

BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência. In: _____. **Escritos sobre linguagem e mito**. 2ed. Trad. Susana Kampf Lages; Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades, 2013.

BERDIAEFF, Nicolau. **Uma Nova Idade Média**: Reflexões sobre o destino da Rússia e da Europa. Tradução de Tasso da Silveira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

BERLIN, Isaiah. **Limites da utopia**: capítulos de história das ideias. Henry Hardy (org.). Trad. Valter Lelis Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTELLI, Antonio Roberto. Bernstein-Debatte (1899-1999). **Novos Rumos**, ano 15, nº 32, São Paulo, 2000.

BERTONHA, João F. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, nº 66, pp. 269-286, 2013.

BROXSON, Elmer. **Plínio Salgado and the Brazilian Integralism (1932-1938)**. Washington: The Catholic University of América, 1972.

BULHÕES, Tatiana da Silva. **Integralismo em foco**: Imagens e propaganda política. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CABRAL, R., Ética**. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia - Logos**. Lisboa: Verbo, v. 2, pp.334-335.

CALDEIRA NETO, Odilon. Miguel Reale e o Integralismo: entre a memória militante e as disputas políticas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 126, ano 11, pp. 178-186, nov 2011.

CALIL, Gilberto Grassi. **Integralismo e hegemonia burguesa***:* a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965). Maringá: Edunioeste, 2010.

CAMARGO, Aspásia B. A. "A teoria política de Azevedo Amaral", **Dados**, nº 2, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1967.

CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. Trad. Rodolfo Krestan. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/Editora UnB, 1983.

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da Histórias**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Do Sigma ao Sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo** – a construção de memórias integralistas. Tese de Doutorado (História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

CARNEIRO, Márcia Regina S. R; SILVA, Cintia Rufino F. A Panorama – o "pensamento novo" e a revolução conservadora. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Guaíba: Sob Medida, 2012, v.2, pp. 45-76.

CARNEIRO, Márcia Regina S. R; SILVA, Cintia Rufino F. A Panorama – o "pensamento novo" e a revolução conservadora. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Guaíba: Sob Medida, 2012, v.2, pp. 45-76.

CARNEIRO, Maria Luiza T. Anti-semitismo no Brasil. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexandre Martins (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**,

CARNEIRO, Maria Luiza T. Antissemitismo no Brasil, op.cit., 45. Cf.: SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CARNEIRO, Maria Luiza T. **O antissemitismo nas Américas**: história e memória. São Paulo: Fapesp/EDUSP, 2007.

CARONE, Edgard. **A Segunda República**. 3ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937/1945),** São Paulo: Difel, 1976.

CARONE, Edgard. **O tenentismo**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1975.

CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)**. 4ed. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual", **Dados**, v. 40, nº 2, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003, acessado em 01 jun 2017.

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas**: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CASSIRER, Ernst. **Linguagem e Mito**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Códex. 2003.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: Uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Ricardo Figueiredo. "A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934)", **Topoi**, Rio de Janeiro, dez 2002.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo*: ideologia e organização de um partido de

massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, 1999.

CAZETTA, Felipe Azevedo. **Fórmulas antidemocráticas em terras luso-brasileira**: análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937). Tese de Doutorado (História). Niterói. Universidade Federal de Niterói, 2016.

CEFÄI, Daniel. **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001.

CEPÊDA, Vera Alves. Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituinte de 1934, **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 211-242, jan-jun 2009.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1990.

CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p. 17-149.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alan. **Dicionário de Símbolos**: Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores números. 28ed. Trad. Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Angela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

CÍCERO. **Os Deveres**. Trad. Luiz Feracine. São Paulo: Escala, 2008.

CRESPO, Regina Aída. Cultura e Política: José Vasconcelos e Afonso Reyes no Brasil (1922-1938). **Revista Brasileira de História**. v.45, n. 45. São Paulo, 2003.

CRUZ COSTA, João. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

CRUZ, Natália Reis. Do humanismo à intolerância: as contradições do discurso integralista. **História Unisinos**, 10(3), pp. 344-351, set-dez 2006.

CUNHA, Ovídio da. **Integralismo e Americanidade**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da Ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, n.44, pp. 393-423, 2002.

CYTRYNOWICZ, Roney. O fascismo brasileiro entre as oligarquias e a modernidade. In: SOMBRA, Luís Henrique; GUERRA, Luiz Felipe Hirtz. **Imagens do Sigma**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

DE LUBAC, Henri . **La posteridad espiritual de Joaquín de Fiore**. Madrid: Ediciones Encuentro, 1989.

DELGADO, Ignacio Godinho. **Previdência social e mercado no Brasil:** a presença empresarial na trajetória da política social brasileira. São Paulo: LTr, 2001.

DOTTA, Renato Alencar. A imprensa integralista de São Paulo e os trabalhadores urbanos (1932-1938). In: SILVA, Giselda Brito (Org.). **Estudos do Integralismo no Brasil**. 2ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

DOTTA, Renato Alencar. Acção: a lenta agonia de um jornal integralista (1937-1938). In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Guaíba: Sob Medida, 2011, v.1, pp. 165-182.

DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo:** Novos Estudos e Reinterpretações. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004.

DURKHEIM, Émile**. Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. 13ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FAUSTO, Boris. A Vida Política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Dir.). **História do Brasil Nação (1808-2010). Olhando para dentro (1930-1964)**. GOMES, Ângela de Castro (Coord.). São Paulo: Objetiva/ Fundación Mapfre, 2013.

FAUSTO, Boris (Dir.). O Brasil Republicano. In: _____. **História Geral da Civilização Brasileira**. 3 ed. São Paulo: Difel, 1986, v.3 e v.4, Tomo III.

FAUSTO, Boris. O fascismo revisitado, **Folha de S. Paulo**, 07 de setembro de 2004, disponível em: disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0709200409.htm, acessado em 18 mai 2017.

FERNANDES, Cléa de Figueiredo. **Jackson de Figueiredo: uma trajetória apaixonada**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

FERREIRA, Marieta de Morais. A Reação Republicana e a crise política nos anos 1920. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.6, n.11, 1993, pp. 9-23.

GARRIDO, Álvaro. **Queremos uma nova economia!** Estado Novo e Corporativismo. Lisboa: temas e Debates – Círculo de Leitores, 2016.

GENTILE, Emilio; DE FELICE, Renzo. **A Itália de Mussolini e a origem do fascismo**. Trad. Fátima Conceição Murad. São Paulo: Ícone, 1988.

GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Germanismo. Nazismo. Integralismo. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René. **Os Teuto-Brasileiros e o Integralismo no Rio Grande do Sul. Contribuição para a interpretação de um fenômeno político controvertido**. (dissertação de mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: UFRGS, 1977.

GIRARDET. Rauol. **Mitos e Mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GODOY, Marcelo. SNI barrou expurgos na USP, mostra comissão. Política. **O Estado de S. Paulo**, 23 de março de 2018. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0709200409.htm, acessado em 18 mai 2017. https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sni-barrou-expurgos-na-usp-mostra-comissao,70002238804, acessado em 24 mai 2018.

GOMES, Angela de C (Coord.). Olhando para dentro (1930-1964). In: SCHWARCZ, Lilia M. (Dir.) **História do Brasil Nação (1808-2010).** Madrid/RJ: Fundacion Mapfre/Objetiva, 2013, v.4.

GOMES, Ângela de Castro. Azevedo Amaral e o Século do Corporativismo, de Michael Manoilesco, no Brasil de Vargas. **Sociologia e Antropologia**, v. 02. 04, p. 185-209, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais/ IUPERJ, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris (Dir.), **História Geral da Civilização Brasileira**. III. O Brasil Republicano. 3. Sociedade e Política (1930-1964). 3 ed. São Paulo: DIFEL, 1986, v 3, tomo III.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. Apresentação. In: *A nova "Velha" República*. um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo*, n 26, janeiro de 2009. Encontrado em:

http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a01.pdf, acessado em 21 de janeiro de 2013.

GONÇALVES, Leandro P. **Entre Brasil e Portugal**: Trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. Teses de Doutorado (História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2012.

GONÇALVES, Leandro Pereira. O integralismo de Plínio Salgado e a busca de uma proposta corporativista para o Brasil. In: PINTO, Antonio Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes. (Orgs.). **A vaga corporativa**: corporativismo e ditadura na Europa e na América Latina. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado**: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

GONZALES, Everaldo Tadeu Quilici. *A Teoria Tridimensional do Direito e o novo Código Civil Brasileiro*. Encontrado em: Encontrado em: http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/145.pdf, acessado em 10 de setembro de 2013.

GRANZIERA, Rui Guilherme. "O Brasil depois da Grande Guerra". In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

GREGOR, A. James. **Mussolini's Intellectuals**: Fascist Social and Political Thought. Princeton: Princeton University Press, 2005.

GRIFFIN, Roger. Fascism. In: OUTHWAITE, William. **The Blackwell Dictionary of Modern Social Thought.** Londres: Blackwell Publishers, 2003.

GRIFFIN, Roger. **Modernity under the New Order:** The Fascist Project for Managing the Future. Published by Thamesman Publications, Oxford Brookes School of Busines, 1994.

GRIFFIN, Roger. **The Nature of Fascism**. Londres: Pinter Publishers, 1991.

GRIFFIN, Roger; FELD, Mathew (Orgs.). **Fascism: Critical Concepts in Political Science**. Londres: Routledge, 2004, v.1.

GUT, Nicolau de Flue**. Plínio Salgado, o criador do integralismo na literatura brasileira**. Speyer a. Rh., Pilger-Druckerei, 1940.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HERVÉ, Egydio. **Democracia Liberal e Socialismo Entre os Extremos***:* integralismo e comunismo. Porto Alegre: Editora Globo, 1935.

HESPANHA, António Manuel. "Por que é que foi 'portuguesa' a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos". In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). **O Governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009, p.39-62.

HILTON, Stanley. A Ação Integralista Brasileira: fascism in Brazil (1932-1938). In: **O Brasil e a Crise Internacional (1930/1945).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. 2ed. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Trad. Maria Célia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNSCHE, Karl Henrich. **Der Brasilianische Integralismus.** *Geschichte und Wesen der faschistischen Bewegung Brasiliens*. Tese de Doutorado (História), Stuttgart: 1938. Disponível em: http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=gb4zAQAAIAAJ&q=integralismus#search_anchor, acessado em 21 de janeiro de 2016.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos:** uma história. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: _____; (Orgs.). **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Viseu: Edições 70, 1986.

KAREPOVS, Dainis. "PSB-SP: socialismo e tenentismo na Constituinte de 1933-34", **Revista Esboços**, v. 13, nº 16, UFSC, Florianópolis, 2006.

KONDER, Marcos. **Democracia, Integralismo e Comunismo**. Rio de Janeiro, 1935.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Mass; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LACERDA, Sonia. O Vero e o Certo: A providência na história segundo Giambatistta Vico. **Textos de História**, UnB, Brasília, v.3, n. 1, pp. 26-52,1995.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

LAMOUNIER, Bolívar, "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação". In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano**. São Paulo, Difel, vol. 9, 1977.

LANNA JÚNIOR, Mário Cleber M. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; delgado, Lucília de Almeida N. (Orgs.), **O Brasil Republicano**.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 5 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**. 3ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

LESSA, Renato. "As aventuras do Barão de Münchausen: notas sobre a tradição presidencialista brasileira". **Virtual Lybrary.** Plataforma Democrática – Fundação IFHC/Centro Edelstein, 2001, p. 144-146. Encontrado em: http://biblioteca.clacso.edu.ar//ar/libros/lanzaro/lessa.pdf, acessado no dia 2 de novembro de 2012.

LEVINE, Robert M. **O regime Vargas. Os anos críticos (1934-1938)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LIMA, Alceu Amoroso. **Memórias Improvisadas**, p. 119 apud VILLAÇA, Antônio Carlos. "A doutrina da ordem". In. _____. **A Doutrina da Ordem no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

LINZ, Juán J. **Obras escogidas. Sistemas totalitarios y regímenes autoritarios**. Madrid: José Ramón Montero y Thomas Jeffrey Miley, v.3, 2009.

LINZ, Juan J. Some Notes Toward a Comparative Study of Fascism in Sociological Historical Perspective. In: LAQUEUR, Walter (Org.). **Fascism***:* A Reader's Guide. Berkeley: University of California Press, 1976.

LOBO, Valéria Marques. Corporativismo à brasileira: entre o autoritarismo e a democracia. In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, pp. 527-552, maio-ago 2016. Disponível em:

MACIEL, Maria Eunice. A Eugenia no Brasil. **Anos 90**. n.11. Porto Alegre, jul 1999, p. 121-144.

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rothchild nem Trotsky**: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MANN, Michael. **Fascistas**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Trad. Sérgio M. Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARTIN. Denis-Constant. Pratique culturelles et organization symboliques du politique. In: CEFAÏ, Daniel. **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001.

MARTINHO, Francisco Carlos P. Estado Novo, Ditadura Militar, Corporativismo e Identidade Nacional. **IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association** (BRASA). New Orleans/Loisiania: Tulane University, mar. 2008.

MARTINS, Maro Lara, MARTINS, Maro Lara. Entre americanos e ibéricos: teoria social na Primeira República brasileira. **Política e Sociedade**, v.9, n° 17, out 2010.

MARX, Karl. **A questão judaica**. Trad. Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2007.

MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Trad. José Carlos Bruni, José Arthur Gianotti, Edgard Malagodi. 4ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, (Col. Os pensadores) pp. 1-157.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MATOS, Andityas Soares de M. C. Nomos Pantokrator? Apocalipse, exceção, violência. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n° 105, p. 277-342, jul/dez 2012.

MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945**. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

MELO, Manuel Palacios C. O Integralismo de Miguel Reale. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.37, nº1, 1994, pp. 125-152.

MERQUIOR, José Guilherme. Situação de Miguel Reale, **Revista USP**, v.9, p. 145-150, 1991.

MOORE JR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOTTA, Rodrigo Patto S. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____. (org.). **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho":** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

NASSER, David. **A Revolução dos Covardes**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1947.

NEGRI. Antonio. **Poder Constituinte**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NIETZCHE, Friedrich. **O Nascimento da Tragédia**. Tradução de Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. **Da utilidade e do inconveniente da História para a Vida**. Trad. Antônio Carlos Braga; Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, 2008.

OLIVEIRA, Alexandre L. **Do integralismo ao udenismo**: a trajetória política de Raymundo Padilha. Dissertação de Mestrado (História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATALY, Maria Celina. (Orgs.). **Elite intelectual e debate político nos anos 30**. Rio de Janeiro/ Brasília: FGV/INL, 1980, pp. 31-60.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, Leandro Pereira Gonçalves; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Guaíba: : Sob Medida, 2011, v.1.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. A evolução dos estudos sobre o integralismo. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v.36, n.1, pp. 118-138, jan/jun 2010.

PAIVA, Ataulfo de. “Discurso de recepção de Getúlio Vargas”, **Academia Brasileira de Letras**, 29 de dezembro de 1943. Disponível em: http://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas/biografia, consultado em 14 abr 2017.

PALLA, Marco. **A Itália fascista**. São Paulo: Ática, 1996.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015 (Livro 2), pp. 13-38.

Paul Ricoer, **A ideologia e a utopia**. Trad. Sílvio Rosa Filho e Thiago Martins. BH: Autêntica, 2015.

PAXTON, Robert. **The anatomy of fascism**. New York: Alfred A. Knnopf, 2004.

PAYNE, Stanley. **A History of Fascism**, 1914-1945. Madison: Routledge/University of Wisconsin Press, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). **A revolução farroupilha**: história e interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PESSOA, Fernando. **A Nova Poesia Portuguesa**. Lisboa: Editora Inqérito, 1944.

PINTO, António Costa. Fascism: a ‘revolutionary right’ in interwar Europe. In: ATKIN, Nicholas; BIDDISS, Michael. **Themes in modern European history, 1890-1945**. Nova York: Routledge, 2009.

PINTO, António Costa. De regresso ao fascismo. **Análise Social**, Lisboa, n.179, p. 611-627, 2006.

PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 17-49, jan/abr 2014.

PINTO, António Costa. **Os camisas-azuis**: Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: EDUPE, 2016.

PITKIN, Hanna Fenichel. O conceito de representação. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (orgs.). **Política e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, v.2.

POCOCK, John. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentáriuo sobre o paper de Melvin Richter. In: JASMIM, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. (Orgs.). **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006, p. 83-86.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: As origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRADO, Ian de Almeida. **A Política no Brasil**. São Paulo: Edart, 1979.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. Estado, Corporativismo e Utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937). **Revista Intellectus**. Ano 7, vol. II, 2008. Disponível em: http://www.intellectus.uerj.br, acessado em 21 de outubro de 2012.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. Intelectuais, livros e política: Schmidt Editor e José Olympio Editora na divulgação do integralismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 641-666, jul/dez 2015.

RAMOS, Guerreiro. **A crise do poder no Brasil**: problemas da revolução social brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

REHEM, David Costa. O antissemitismo na imprensa baiana e a contribuição integralista. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). **Entre tipos e recortes**.

REIS, Fábio Wanderley, "Solidariedade, interesses e desenvolvimento político". **Cadernos DCP**, Belo Horizonte, 1974.

REIS, José Carlos. **História e Teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade, e verdade. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RENAUD, Isabel Carmelo R; RENAUD, Michel. Moral. In: **Enciclopédia Logos**, vol.3, pp-956-980.

RESENDE, Maria Efigênia L. Autoridade/ Tradição. In: SILVA, Francisco Carlos T; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000.

RICOER, Paul. **A ideologia e a utopia**. Trad. Sílvio Rosa Filho; Thiago Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Trad. Luci Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os dirigentes e a Organização. In: FAUSTO, Boris (Dir.), **História Geral da Civilização Brasileira**. III. O Brasil Republicano. 3. Sociedade e Política (1930-1964). 3 ed. São Paulo: DIFEL, 1986, v 3, tomo III.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.). **Dicionário de política**. 11ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998, pp. 466-475.

SADEK, Maria Teresa. **Machiavel, Maquiavéis**: a tragédia octaviana. São Paulo: Símbolo, 1978, p. 169; VELLOSO, Mônica Pimenta. "A Ordem: uma revista de doutrina política e cultura católica", **Revista de Ciência Política**, 21(3), p. 117-160, jul/set 1978.

SAES, Décio. Classe média e política no Brasil. 1930-1964. FAUSTO, Boris (Dir.), **História Geral da Civilização Brasileira**. III. O Brasil Republicano. 3. Sociedade e Política (1930-1964). 3 ed. São Paulo: DIFEL, 1986, v 3, tomo III.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "Raízes da imaginação política brasileira", **Dados**, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1970.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paradigma e História: ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: _____. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978, pp. 16-57.

SANTOS, Wanderley Guilherme. "O Sistema Oligárquico Representativo da Primeira República", **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, nº1, 2013, pp. 9-37.

SARETTA, Fausto. A política econômica na década de 1920. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, pp. 217-234.

SCHMIDT, Carl. **Teología Política**: Cuatro Ensaios Sobre la Soberanía. Trad. Francisco Javier Conde. Buenos Ayres: Editorial Struhart & Cia, 2005.

SCHMITTER, Philippe, Still the century of corporatism? **Review of Politics**, 36 (1), p. 85-131, 1974.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (orgs.). **O século XX**: o tempo das certezas, da

formação do capitalismo à primeira grande guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v1, pp. 109-164.

SILVA, Francisco Carlos. T. Redefinindo a Direita. In: _____. MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000.

SILVA, Giselda Brito (org). **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: Edufrpe, 2007.

SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício (Orgs.). **Histórias da Política Autoritária**: integralismos, nacional-socialismo, nazismo e fascismo. Recife: Ed. UFRPE, 2010.

SILVA, Hélio. **1926**: A Grande Marcha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SILVA, Hélio. **1932**: A Guerra Paulista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SILVA, Hélio. **1935**: a revolta vermelha. São Paulo: Civilização Brasileira, 1969.

SILVA, Hélio. **1938**: terrorismo em campo verde. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SILVA, Hélio. **A Ameaça Vermelha**: O Plano Cohen. Porto Alegra: L&PM, 1980.

SILVA, José Luiz Werneck (org.). **O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

SILVA, Lígia Osório. A crise política no quadriênio Bernardes: Repercussões políticas do "Caso da Itabira Iron", In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Fabrício Torres. Teorias Históricas em Macunaíma. Disponível em: http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/t00002.htm, acessado no dia 22 de janeiro de 2013.

SOUZA, Francisco Martins. **Raízes teóricas do corporativismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

SPALDING, Tassilo Orpheu. Argumento Analítico do Poema. In: VIRGILIO. **Eneida**. Trad. Tassilo Orpheu Spalding. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

SPENGLER, Oswald. **A Decadência do Ocidente**. 3ed. Trad. Herbert Caro. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SPRINGBORG, Patricia. Algunas premissas de la historia de los conceptos (Begriffsgeschichte). Modernidad e consciencia histórica. Trad. Nerea Aresti. **Historia Contemporánea**, 27, 2003, pp. 465-504.

STEPAN, Alfred. **Estado, Corporativismo e Autoritarismo**. Trad. Marina L. T. V. de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

TANAGINO, Pedro Ivo D. "**É preciso crer**": contribuição para uma história do conceito de homem integral segundo a doutrina de Plínio Salgado (1932-1937). Dissertação de Mestrado (História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

TORRES, Alberto. **A Organização Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **História das Ideias Religiosas no Brasil**: A Igreja e a Sociedade Brasileira. São Paulo: Grijalbo, 1968.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 1930. 2ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

TRINDADE, Hélgio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris (Dir.), **História Geral da Civilização Brasileira**. III. O Brasil Republicano. 3. Sociedade e Política (1930-1964). 3 ed. São Paulo: DIFEL, 1986, v 3, tomo III, p. 297-335.

TRINDADE, Hélgio. **O nazi-fascismo na América Latina**: mito e realidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VARGAS, Getúlio. **Diário (1930-1942)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, v. 2, 1995.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Ideologia Curupira**: análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média ocidental: (séculos VIII a XIII)**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil Republicano**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, v.1.

VIANNA, Alexander Martins. Conservadorismo. In: SILVA, Francisco Carlos T; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VICO, Giambatistta. **Ciência Nova**. Trad. Vilma de Katinsky. São Paulo: Hucitec, 2015.

VICTOR, Rogério Lustosa. **O Labirinto Integralista**: o conflito de memórias (1938-1962). Goiânia: IFITEG Editora, Editora América, 2013.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Trabalho, Previdência e Associativismo: As Leis Sociais na Primeira República. In: LOBO, Valéria Marques; DELGADO, Ignácio Godinho; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro (orgs.). **Trabalho, Proteção e Direitos**: O Brasil além da Era Vargas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; GONÇALVES, Leandro Pereira; CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (orgs.). **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo e III Simpósio do LAHPS Ideias e Experiências autoritárias no Brasil Contemporâneo**. Juiz de Fora: LAHPS Publicações, 2010.

VISCARDI, Claudia. O federalismo oligárquico brasileiro: uma revisão da "política do café-com-leite", **Anuario IEHS**, Argentina, 2013, p. 3. Disponível em: http://www.unicen.edu.ar/anuarioiehs/ind1601.htm, acessado em 02 jun 2017.

VISCARDI, Claudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da "política do café com leite". 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VITORINO, Orlando. Prefácio do Tradutor à 1ª Edição. In: HEGEL, Georg Wilhelm F. **Princípios da Filosofia do Direito**. 2ed. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. Trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias; Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

WEHLING, Arno. **A invenção da História**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro/Niterói: Editora Central da Universidade Gama Filho/ EDUFF, 1994.

FONTES

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. Diretrizes Integralistas. In: SALGADO, Plínio. O Integralismo Perante a Nação. In: _____. **Obras Completas**. v.9. São Paulo: Editora das Américas, 1955.

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. Estatutos da Ação Integralista Brasileira, 1934. In: SALGADO, Plínio. O Integralismo Perante a Nação. In: _____. **Obras Completas**. São Paulo: Editora das Américas, 1955, v.9.

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto-Programa da Ação Integralista Brasileira**. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, janeiro de 1936.

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Manifesto de Outubro de 1932**. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, 1932.

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. **Protocolos e Rituais da AIB**. Niterói: Edição do Núcleo Municipal de Niterói/Livraria Dias Vasconcellos, 1937.

BARROSO, Gustavo. A Família através das gerações. **Panorama**, Ano 1, v. 1, São Paulo, jan 1936.

BARROSO, Gustavo. **Judaísmo, Maçonaria e Comunismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

BARROSO, Gustavo. **O integralismo em marcha**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

BARROSO, Gustavo**. O Quarto Império**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

BARROSO, Gustavo. **O integralismo de norte a sul**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

BARROSO. **Comunismo, Cristianismo e Corporativismo**. Rio de Janeiro: ABC, 1938.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (10 de novembro de 1937)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm, consultado em 01 jan 2015.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasi**l, 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm, acessado em 22 mai 2017.

BRASIL. **Constituição da República os Estados Unidos do Brasil**, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm, acessado em 22 mai 2017.

BRASIL. **Decreto nº 1.489, de 6 de agosto de 1906.**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1489-6-agosto-1906-582975-publicacaooriginal-105713-pl.html, acessado em 07 jun 2017.

BRASIL. **Decreto nº 1.641 de 7 de janeiro de 1907**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html, acessado em 07 jun 2017.

BRASIL. **Decreto nº 1.637 de 05 de janeiro de 1907**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html, acessado em 23 mai 2017.

BRASIL, **Decreto nº 5.221 de 12 de agosto de 1927.** Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5221-12-agosto-1927-562987-publicacaooriginal-87102-pe.html, acessado em 09 mai 2017.

BRASIL. **Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931**, disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html, acessado em 19 mai 2017.

BRASIL. **Decreto 24.694 de 12 de julho de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24694.htm, acessado em 24 mai 2017.

BRASIL. Lei nº 38, de 4 de abril de 1935 ("Lei de Segurança Nacional"). **Câmara dos Deputados.** Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html, acessado em 08 dez 2014.

BRASIL**. Decreto nº 702, de 21 de março de 1936**, Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-702-21-marco-1936-472177-publicacaooriginal-1-pe.html, acessado em 7 jun 2017.

Carta Encíclica Quadragesimo anno. Sobre a Restauração e Aperfeiçoamento da Ordem Social em Conformidade com a Lei Evangélica no XL Aniversário da Encíclica de Leão XIII "Rerum Novarum", papa Pio XI, 1931. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html, acessado em 22 mai 2017.

CPDOC-FGV. Vicente Rao. Biografias. **A Era Vargas**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Vicente_Rao, acessado em 19 mar 2018.

CPDOC-FGV. "Aliança Nacional Libertadora". Anos de Incerteza (1930-1937):**A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945**. FGV/CPDOC, 1997. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen, consultado em 12 jan 2015.

CPDOC-FGV. Tribunal de Segurança Nacional. Anos de Incerteza (1930-1937). In: **A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945**. FGV/CPDOC, 1997. Disponível em:

DANTAS, Santiago F. C. "Programa do Curso de Noções de Direito Corporativo". In: O integralismo e a educação. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira/Edições GRD, 1959, (**Enciclopédia do Integralismo**, v.IX).

DELAMARE, Alcibíades. **Programa do Curso de Economia Política nos Moldes de uma Concepção Coorporativa do Estado** (1937). In: O Integralismo e a Educação. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira/Edições GRD, 1959, (**Enciclopédia do Integralismo**, v.IX).

EDITORIAL. A cidade de Campos foi teatro de graves conflitos, **Correio Paulistano**, São Paulo, terça-feira, 17 de agosto de 1937, p. 16. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=090972_08&pagfis=19936&url=http://memoria.bn.br/docreader#, acessado em 24 mai 2017.

EDITORIAL. Alberto Torres. In: Mentores da Nacionalidade, **Panorama**, ano 1, v.1, São Paulo, 1936.

EDITORIAL. Alberto Torres. In: Mentores da Nacionalidade. **Panorama**, ano 1, v.1, São Paulo, 1936, pp. 76-78.

EDITORIAL. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1936.

EDITORIAL. Mentores da Nacionalidade. **Panorama**, ano 1, v.11, São Paulo, 1936.

EDITORIAL. Os sangrentos sucessos que se desenrolaram ontem na Praça da Sé, **Folha da Noite**, São Paulo, segunda-feira, 8 de outubro de 1934, ano XIV, n. 4.232, p. 1. Disponível em: http://acervo.folha.uol.com.br/fdn/1934/10/08/1/, acessado em 24 mai 2017.

ESPINOSA, Fernanda. O Renascimento da Civilização urbana. In: **Antologia de textos históricos medievais**. 3 ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto n. 43.183, de 1 de abril de 1964.** Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1964/decreto-43183-01.04.1964.html. Acessado em 12 nov 2016.

FIGUEIREDO, Jackson. "O Sacy, O Avanhandava e o imperialismo pacífico...", **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1926, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_05&pasta=ano%20192&pesq=Avanhadava, acessado em 25 mai 2017.

FREITAS, José Madeira de. A propaganda do Sigma. **A Ofensiva**, 02 abr 1937, P. 2.

FREITAS, José Madeira de. Divergências no Integralismo?, **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1936.

MACIEL, Anor Butler. **O Estado Corporativo**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.

MELLO, Olbiano de. **Concepção do Estado Integralista**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.

MOTTA FILHO, Cândido. **O Tema da nossa geração**: ensaio político. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

MOURÃO FILHO, Olympio. **Do Liberalismo ao Integralismo**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.

OLIVEIRA VIANNA. Os regionalismos e a unidade nacional. **Panorama**, ano 1, n.8, São Paulo, 1936.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO. "Manifesto do Partido Socialista Brasileiro", **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 de agosto de 1902. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19020828-8674-nac-0003-999-3-not, acessado em 25 mai 2017.

PEREIRA, Jaime Regalo. **Democracia Integralista**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

PINTO, Gastão Liberal. **Breves Observações sobre a Ortodoxia da Doutrina Integralista Perante a Igreja Católica** (Sacra Congregazione degli afari ecclesistici straordinari anno 1938 – Pos. 529-531-FASC. 50) e **Ortodoxia dela Dottrina integralista nel Brasile?** (Sacra Congregazione degli afari ecclesistici straordinari anno 1938 – Pos. 529-531 – FASC. 50).

REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

REALE, Miguel. A crise da Liberdade. In: _____. **Obras políticas** (1ª fase – 1931/1937). Brasília: UnB, 1983, Tomo III, pp. 6-11.

REALE, Miguel. Atualidades Brasileiras. In: _____. **Obras políticas** (1ª fase – 1931/1937). Brasília: UnB, 1983, Tomo III, pp. 71-153.

REALE, Miguel. Atualidades de um mundo antigo. In: _____. **Obras políticas** (1ª fase – 1931/1937). Brasília: UnB, 1983, Tomo I, pp.23-125.

REALE, Miguel. Formação da Política Burguesa. In: _____. **Obras políticas** (1ª fase – 1931/1937). Brasília: UnB, 1983, Tomo I, pp.23-125.

REALE, Miguel. **Memórias**: Destinos cruzados. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1987, v. 1.

REALE, Miguel. **Memórias**: a Balança e a Espada. São Paulo: Saraiva, 1987, v.2.

REALE, Miguel. O Capitalismo internacional. In: _____. **Obras Políticas** (1ª fase – 1931/1937). Brasília: Editora UnB, 1983, Tomo II, pp 171-286.

REALE, Miguel. O Estado Moderno: Liberalismo, Fascismo, Integralismo. In: _____. **Obras Políticas** (1ª fase – 1931/1937). Brasília: Editora UnB, 1983, Tomo II, pp 5-168.

REALE, Miguel. Integralismo e Democracia. **Panorama**, São Paulo, n. 14, ano II, pp. 1-5, out 1937.

REALE, Miguel. Nós e os fascistas da Europa. **Panorama**. São Paulo, n. 6, ano I, abr/mai 1936, pp. 11-18.

REALE, Miguel. O integralismo revisitado, **O Estado de S. Paulo**, 28 de agosto de 2004, disponível no site da **Academia Brasileira de Letras**, em: http://www.academia.org.br/artigos/o-integralismo-revisitado, acessado em 20 jul 2017.

REALE, Miguel. **Política de ontem e de hoje**: introdução à teoria do Estado. São Paulo: Saraiva, 1978.

SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade. In: _____. **Obras Completas**. 2 ed. São Paulo: Editora das Américas, 1955, v. 5, pp. 1-161.

SALGADO, Plínio. **Páginas de Combate.** Rio de Janeiro: Antunes, 1937.

SALGADO, Plínio. **Palavra Nova dos Tempos Novos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

SALGADO, Plínio. Literatura e Política. In: _____. **Obras Completas**. São Paulo: Editora das Américas, 1956, v.19.

SALGADO, Plínio. Prefácio: Alberto Torres e o tema da nossa geração. In: MOTTA FILHO, Cândido. **O Tema da nossa geração**: ensaio político. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

SALGADO, Plínio. **A Doutrina do Sigma**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935.

SALGADO, Plínio. Carta aos inconscientes. **A Ofensiva**, Rio de Janeiro, 7 ago 1936, p. 2.

SALGADO, Plínio. Carta do Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira Plínio Salgado, ao Senhor Dr. Getúlio Vargas, presidente da República em 28 de janeiro de 1938. In: SALGADO, Plínio. **O integralismo perante a nação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950.

SALGADO, Plínio. **Cartas aos camisas-verdes**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

SALGADO, Plínio**. Despertemos a Nação!** Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

SALGADO, Plínio. Farias Brito. In: _____. **Cadernos da Hora Presente**, nº 4, set 1939, pp. 191-192.

SALGADO, Plínio. **Geografia Sentimental**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

SALGADO, Plínio. **O Integralismo na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1958.

SALGADO, Plínio. **O Sofrimento Universal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

SALGADO, Plínio. O que distingue o integralismo dos movimentos nacionalistas do mundo In: SILVARES, Alberto. **O comunismo e seu contraveneno**. Rio de Janeiro: Minerva, 1937.

SALGADO, Plínio. Psicologia da Revolução. In: _____. **Obras Completas**. São Paulo: Editora das Américas, 1955, v.7.

SALGADO, Plínio. Trechos de uma carta. **Panorama**. São Paulo, n. 4/5, ano I, abr/mai 1936, pp. 3-5.

SALGADO, Plínio. Um comunicado da chefia da AIB. **A Ofensiva**, 15 de abril de 1936.

SILOS, Geraldo de. Meia Hora com Miguel Reale. SILVEIRA, Tasso (Dir.). **Cadernos da Hora Presente**. São Paulo/ Rio de Janeiro/ Belo Horizonte, jun 1940.

SILVEIRA, Tasso da. **O Estado Corporativo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.